SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA
AROM
Associação Rondoniense de Municípios

Rondônia , 26 de Junho de 2024 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia • ANO XV | Nº 3756

Expediente 2023
Associação Rondoniense de Municípios – AROM
MUNICIPALISMO UNIDO, MUNICÍPIO FORTE

Diretoria 2023

Conselho Diretor

Presidente: HILDON DE LIMA CHAVES

Vice-Presidente: MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA

Secretário Geral: CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO

1º Secretário: VALÉRIA APARECIDA MARCELINO GARCIA

Tesoureiro: SIDNEY BORGES DA FONSECA

1º Tesoureiro: ISAÚ RAIMUNDO DA FONSECA

Conselho Fiscal

Titular: EVALDO DUARTE ANTÔNIO

Titular: MOISÉS GARCIA CAVALHEIRO

Titular: VALTEIR GERALDO GOMES DE QUEIROZ

Suplente: ALDAIR JÚLIO PEREIRA

Suplente: PAULO HENRIQUE DOS SANTOS

Suplente: RAISSA DA SILVA PAES

==========

Diretoria FUNDADORA 2011/2012

Conselho Diretor

Presidente: LAERTE GOMES
Vice-presidente: Roberto Eduardo Sobrinho
Secretário Geral: Kleber Calistode Souza
Membros: Eloisa Helena Bertoletti, Daniel Deina, Silvino Alves Boaventura

Conselho Fiscal

Titular: Luiz Gomes Furtado
Titular: Augusto Tunes Plaça
Titular: Valcir Silas Borges

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Contatos com a entidade:
web-site: www.arom.org.br
fam page: facebook.com/arom.org.br
e-mail de contato: arom@arom.org.br

ESTADO DE RONDÔNIA
CIMCERO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA EXECUTIVA DO CIMCERO
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
DISPENSA: 017/2024

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
DISPENSA: 017/2024

OBJETO: AQUISIÇÃOBEBEDOURO INDUSTRIAL 50 LITROS EM AÇO INOX 02 TORNEIRAS DE ÁGUA GELADA EM INOX,ATENDENDO AS NECESSIDADES DA CASA DE APOIO DESTE CONSÓRCIO, LOCALIZADA NARUA IBIRAPITINGA, Nº. 244, BAIRRO JARDIM ELDORADO, MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Contratadas: CASA DOS FILTROS RONDONIA LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº **27.698.586/0001-66**, sagrou-se vencedora de itens do Termo de Referência, no valor total de**R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).**

AUTORIZOo processo de contratação direta em epígrafe, por Dispensa de Licitação, com fundamentação legal no Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, conforme Portaria n° 4, de 4 de janeiro de 2024que regulamenta as contratações diretas a que se refere o art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do CIMCERO.

Fica dispensada a publicação mínima de 3 (três) dias úteis, conforme disposto no Art. 5º da PORTARIA Nº 004/2024/CIMCERO, por se tratar aquisição de pequeno valor, conforme o § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
.

Ji-Paraná/RO, na data de assinatura do documento.

(Assinado Eletronicamente)
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
Secretária Executiva

Publicado por:
Hudson Barbosa de Oliveira
Código Identificador:48B7AD98

ESTADO DE RONDÔNIA
CONSORCIO INTERMINICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDONIA

DIRETORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA N° 021/2024/CISAN CENTRAL/RO, DE 25 DE JUNHO DE 2024

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.

O **Presidente do CISAN Central/RO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 4º da Resolução nº 069/2022/CISAN Central/RO, aprovado seu teor em Assembleia.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, respeitado e autorizado no Parágrafo Único do Artigo 4º da Resolução nº 76, de 07 de dezembro de 2023 que aprova o OA/2024, conforme tabela abaixo distribuída:

Órgão: 02 - Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN Central/RO).				
Unidade: 17 – Manutenção da Operacionalização do Aterro Sanitário - Operacional				
Projeto/Atividade: Manutenção das Atividades Operacionais do CISAN Central/RO.				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**ELEMENTO DE DESPESA**	**VALOR**
Anulação	021	17512.0101.2101.000	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de	- R$ 200.000,00

			Terceiros-Pessoa Jurídica.	
TOTAL DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO				**- R$ 200.000,00**
Órgão: 02 - Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN Central/RO).				
Unidade: 17 – Manutenção da Operacionalização do Aterro Sanitário - Operacional				
Projeto/Atividade: Manutenção das Atividades Operacionais do CISAN Central/RO.				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**ELEMENTO DE DESPESA**	**VALOR**
Suplementar	019	17512.0101.2101.000	3.3.90.30.00 – Material de Consumo.	+ R$ 200.000,00
TOTAL CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR				**+ R$ 200.000,00**

Artigo 2º - A alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o Orçamento vigente foi aprovado em Assembleia até nível de modalidade conforme o Artigo 3º da Resolução nº 76, de 07 de dezembro de 2023 - OA/2024.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data e ficam revogadas as disposições em contrário.

Ariquemes/Rondônia, 25 de junho de 2024.

EVANDRO EPIFÂNIO DE FARIA
Presidente CISAN Central/RO

Publicado por:
Nathiele Nayara Pereira da Silva
Código Identificador:AA1F3046

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE

PODER EXECUTIVO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA

O secretário Municipal de Educação de Alta Floresta D'Oeste, Glicério Bitencourt Queiroz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela assessoria jurídica, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	858/2024
b) Licitação Nrº :	92/2024
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	21/06/2024
e) Objeto Homologado :	Aquisição de PEÇAS e Contratação de SERVIÇOS, visando o reparo do motor 40 HP Mercury para barco escolar em atendimento ao Transporte Escolar Fluvial de alunos pertencente aEMEIEF Ana Nery, localizada no distrito de Porto Rolim de Moura do Guaporé/ Alta Floresta D' Oeste -RO.

Fornecedor: ATOMIR P. Q. NOGUEIRA - ME
CNPJ/CPF: 05.602.886/0001-67
Valor Total Homologado - R$ 4.517,00

ALTA FLORESTA D'OESTE, 21 de junho de 2024.

GLICÉRIO BITENCOURT QUEIROZ
Secretário Municipal SEMED

Publicado por:
Deiseane Naiara Nedel
Código Identificador:89F48B02

PODER EXECUTIVO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 14/2024/REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 14/2024/REGISTRO DE PREÇO
AMPLA PARTICIPAÇÃO + COTA RESERVADA para ME/EPP/MEI

A P M de Alta Floresta D'Oeste–RO, através do Pregoeiro torna público que realizará Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico/Registro de Preço,** tipo Menor preço por item que será julgado nos termos da Lei nº. 14.133/2021, aplicando-se as Leis complementares n. 123/2006 c/c 147/2014. Objeto: **AQUISIÇÃO DE TORAS DE MADEIRA E PRANCHA DE MADEIRA SERRADA** para que sejam utilizadas para manutenção e construção de pontes de madeira existentes no Município de Alta Floresta D'Oeste – RO que são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura. **O** valor estimado da licitação e de **R$1.541.206,72**. Data da abertura e início da disputa: **09/07/2024 às 10h00min**. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF) LOCAL: www.licitanet.com.br (oficial). O Edital encontrar-se-á disposição dos interessados no site oficial supracitado. www.altaflorestadoeste.ro.gov.br (Portal Transparência) e na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste - RO, sito à Av. Brasil 3044, Bairro Redondo, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h:30min. às 13h:30min, para maiores informações. E-mail:cpl@altafloresta.ro.gov.br Fone: (69)3641-2463

Alta Floresta D'Oeste – RO, 25/06/2024.

CELIA FERRARI BUENO
Agente de Contratação

Publicado por:
Celia Ferrari Bueno
Código Identificador:2078C326

PODER EXECUTIVO
TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO 01/2024

TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO 01/2024

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA – SEMAGRI, E A Associação de Produtores de Leite da linha 45 – ASPROL.

O **Município de Alta Floresta D'Oeste - RO**, representado pela Secretaria Municipal de Agricultura, doravante denominado PARCEIRO PÚBLICO, com sede à Av. Nilo Peçanha, Bairro Redondo, Alta Floresta D´Oeste – RO, neste ato representado por seu secretário Municipal de Agricultura, **Sr. Lenoir Antônio Serraglio** e a **Associação de Produtores de Leite da linha 45 – ASPROL.** – Associação rural sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ 08.227.394/0001-27**, com sede na Linha 45 Km 04 Zona Rural do Município de Alta Floresta D´Oeste, doravante denominado PARCEIRO PRIVADO, neste ato representada na forma de seu estatuto pelo **Sr. José Claudio Gomes, CPF nº352.484.241-00**, com fundamento no que dispõem a Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, e demais regulamentações, resolvem firmar o presente Acordo de Cooperação, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a **celebração de Acordo de Cooperação com o Município de Alta Floresta D'Oeste, decorrente do processo administrativo 1448/2024, Chamamento Público 001-2024:**
LOTE 11

SELADORA INDUSTRIAL A VACUO C/ CAMARA 220V DZ400T/AÇO INOX 304 – TOMB. 26265

Chamamento Publico 001-2024 – Repetição:
POR ITENS:

ITENS	TOMB.	
08	26070	FREEZER HORIZONTAL DUPLA AÇÃO 532L, 02 TAMP, 110, REFRIGERADOR POR MEIO DE UMA CHAVE SELETORA, GABINETE INTERNO E FEITO EM AÇO PRÉ-PINTADO RESISTENTES Á COROSÃO.
09	26533	SELADORA DE MESA 30 BIV. X3MM
13	26073	REFRIGERADOR VERTICAL 575LTS, TEMPERATURA CONGELADOS(DIVERSOS)-18º A -22ºC, CONGELADOS(GELO/MASSAS) -10º A -15ºC, RESFRIADOS 0º A

		+7ºC; REFRIGERAÇÃO ESTATICA COM SERPENTINA, COM DEGELO MANUAL, CONTROLE DE TEMPERATURA, TERMOSTATO TRIPLA AÇÃO, PRATELEIRAS ARAMADAS, E NIVEIS REGULAVEIS E INCLINAVEIS, PORTA CEGA, PÉS NIVELADORES DA MARCA GELOPAR.
14	26531	MESA INOX S/ PRATEL. 160X60 CM, TAMPO INOX, ESTRUTURA EM AÇO COM PINTURA, TAMPO SUPERIOR EM AÇO INOX ESCOVADO, BASE COM SAPATA PLASTICAS, MEDIDAS LARGURA 1,60CM DE PROFUNDIDADE E 0,60 CM ALTURA 0,87CM.
35	26100	CAIXA BRANCA HORTIFRUTI COMP 55 CM POR 36,5 CM, ALT. 31CM, COM LATERAIS E FUNDOS VAZADOS, OMBREIRA PARA FACILITAR O CARREGAMENTO E POSSUI CAPACIDADE DE 46 LTS COM 50 UNIDADES.

Sub cláusula Única – O Plano de Trabalho poderá ser ajustado de comum acordo entre as partes, por meio de celebração de Termo Aditivo, quando se tratar de quaisquer ajustes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO, DAS METAS, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E DA PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS.
O detalhamento dos objetivos, das metas, dos resultados a serem atingidos, do cronograma de execução, dos critérios de avaliação de desempenho, com os indicadores de resultados, e a previsão de receitas e despesas, na forma do art. 42 da Lei nº 13.019/14, consta do Plano de Trabalho proposto pelo PARCEIRO PRIVADO e aprovado pelo PARCEIRO PÚBLICO, sendo parte integrante deste Acordo de Cooperação, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES
São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste Acordo de Cooperação:
I – DO PARCEIRO PRIVADO
a – Os beneficiários devem ser escolhidos de forma objetiva e segundo o princípio da impessoalidade, independente de associados ou não.
b – Executar, conforme aprovado pelo PARCEIRO PÚBLICO, o Plano de Trabalho, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;
c – Observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas do PARCEIRO PÚBLICO, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;
d - Responsabilizar-se, integralmente, pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referentes aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Acordo de Cooperação, decorrentes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;
e – Promover, até 28 de fevereiro de cada ano, a publicação integral na imprensa oficial do Município o extrato de relatório de execução física e financeira do Acordo de Cooperação.
f – Publicar, no prazo máximo de trinta dias, contados da assinatura deste Acordo de Cooperação, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para promover a aquisição ou contratação de quaisquer bens, obras e serviços, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
g – Indicar pelo menos um responsável pela boa administração e aplicação dos recursos recebidos, cujo nome constará do extrato deste Acordo de Cooperação a ser publicado pelo PARCEIRO PÚBLICO.
h – Manter os bens em perfeito estado de conservação e uso, não podendo transferi-los a outrem, ficando sob sua responsabilidade a fiscalização de uso do referido bem;
i – Devolver o bem, objeto deste instrumento, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, tanto na hipótese de término do prazo estabelecido neste Acordo de Cooperação, como no caso de sua rescisão antecipada.
j – Em caso de perda, a qualquer título, ou danos no bem cedido, ressarcir o PARCEIRO PÚBLICO pelos prejuízos causados, podendo, a critério do PARCEIRO PÚBLICO, essa reposição ser realizada por bem de igual valor, espécie, qualidade e quantidade.
k – Permitir ao PARCEIRO PÚBLICO a fiscalização do bem quando entender necessário a qualquer tempo.
l – Arcar com as despesas de **transporte**, **seguro** ou quaisquer outras que venham a incidir sobre os bens, objeto do presente Acordo de Cooperação.
m – Compromete-se a encaminhar à SEMAGRI, quando solicitado, um relatório sobre as condições de uso, local e estado de conservação do bem cedido.

II – DO PARCEIRO PÚBLICO
a – Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste Acordo de Cooperação, de acordo com o Programa de Trabalho aprovado;
b – Publicar no Diário Oficial do Município extrato deste Acordo de Cooperação e de seus aditivos, no prazo máximo de quinze dias após sua assinatura;
c – Criar Comissão de Avaliação para este Acordo de Cooperação, composta por dois representantes do PARCEIRO PÚBLICO, um do PARCEIRO PRIVADO e um do Conselho de Política Pública (quando houver o Conselho de Política Pública);
d – Prestar o apoio necessário ao PARCEIRO PRIVADO para que seja alcançado o objeto deste Acordo de Cooperação em toda sua extensão;
e – Fornecer ao Conselho de Política Pública (quando houver) da área correspondente à atividade ora fomentada, todos os elementos indispensáveis ao cumprimento de suas obrigações em relação à este Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
O PARCEIRO PRIVADO elaborará e apresentará ao PARCEIRO PÚBLICO prestação de contas do adimplemento do seu objeto e de todos os recursos e bens de origem pública recebidos mediante este Acordo de Cooperação, até noventa dias após o término deste (na hipótese de o Acordo de Cooperação ser inferior ao ano fiscal) e anualmente até 28 de fevereiro do exercício subsequente e a qualquer tempo por solicitação do PARCEIRO PÚBLICO.
Subcláusula Primeira – O PARCEIRO PRIVADO deverá entregar ao PARCEIRO PÚBLICO a Prestação de Contas instruída com os seguintes documentos:
I - Relatório sobre a execução do objeto do Acordo de Cooperação, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;
II – Demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução do objeto, oriundos dos recursos recebidos do PARCEIRO PÚBLICO, bem como, se for o caso, demonstrativo de igual teor dos recursos originados do próprio PARCEIRO PRIVADO e referentes ao objeto deste Acordo de Cooperação, assinados pelo contabilista e pelo responsável do PARCEIRO PRIVADO indicado na Cláusula Terceira;
III – extrato da execução física e financeira publicado na imprensa oficial do Município;
Subcláusula Segunda – Os originais dos documentos comprobatórios das receitas e despesas constantes dos demonstrativos de que trata o inciso II da Subcláusula anterior deverá ser arquivado na sede do PARCEIRO PRIVADO por, no mínimo, cinco anos, separando-se os de origem pública daqueles do próprio PARCEIRO PRIVADO.
Subcláusula Terceira – Os responsáveis pela fiscalização deste Acordo de Cooperação, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização dos recursos ou bens de origem pública pelo PARCEIRO PRIVADO, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

CLÁUSULA QUINTA – DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
Os resultados atingidos com a execução do Acordo de Cooperação devem ser analisados pela Comissão de Avaliação citada na Cláusula Terceira.
Subcláusula Única – A Comissão de Avaliação emitirá relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com o Programa de Trabalho, com base nos indicadores de desempenho citados na Cláusula Segunda, e o encaminhará ao PARCEIRO PÚBLICO, até 60 (sessenta) dias após o término deste Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
O presente Acordo de Cooperação vigorará por 60 (sessenta) meses a partir da data de sua assinatura.

Subcláusula Primeira – Findo o Acordo de Cooperação e havendo adimplemento do objeto junto ao PARCEIRO PRIVADO, o PARCEIRO PÚBLICO poderá, com base na indicação da Comissão de Avaliação, citada na Cláusula Sexta, e na apresentação de Programa de Trabalho suplementar, prorrogar este Acordo de Cooperação.
Subcláusula Segunda – Findo o Acordo de Cooperação e havendo inadimplemento do objeto pelo PARCEIRO PÚBLICO ao PARCEIRO PRIVADO, este Acordo de Cooperação poderá ser prorrogado, por indicação da Comissão de Avaliação citada na cláusula Sexta, para cumprimento das metas estabelecidas.
Subcláusula Terceira – Havendo inadimplemento do objeto junto ao PARCEIRO PRIVADO, o PARCEIRO PÚBLICO poderá, desde que não haja alocação de recursos públicos adicionais, prorrogar este Acordo de Cooperação, por indicação da Comissão de Avaliação citada na cláusula sexta, ou requerer a devolução do bem e/ou outra medida que julgar cabível.
Subcláusula Quarta – Nas situações previstas nas Subcláusulas anteriores, a Comissão de Avaliação deverá se pronunciar até trinta dias após o término deste Acordo de Cooperação, caso contrário, o PARCEIRO PÚBLICO deverá decidir sobre a sua prorrogação ou não.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO E DEVOLUÇÃO DO BEM
Subcláusula Primeira – O bem disponibilizado por meio deste Acordo é de propriedade do Município, respondendo a Cooperante por eles e pelas perdas e danos;
Subcláusula Segunda – A Cooperante se compromete a restituir o bem repassado pela SEMAGRI, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública, na hipótese de inexecução do objeto deste Acordo;
Subcláusula Terceira - O presente Acordo de Cooperação poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou administrativamente, independente das demais medidas cabíveis, nas seguintes situações:
I – Se houver descumprimento, ainda que parcial, das Cláusulas deste Acordo de Cooperação; e
II – Unilateralmente pelo PARCEIRO PÚBLICO se, durante a vigência deste Acordo de Cooperação, o PARCEIRO PRIVADO perder, por qualquer razão, a qualificação como "Organização da Sociedade Civil de Interesse Público".
Subcláusula Quarta - Caso o PARCEIRO PÚBLICO venha a necessitar do bem objeto deste instrumento, a qualquer momento poderá revogar a presente Cessão de Uso, onde obrigatoriamente o bem deverá ser devolvido em perfeitas condições no prazo de 15 (quinze) dias.
PARÁGRAFO ÚNICO – O não cumprimento desta cláusula implicará na imediata rescisão contratual e acarretando multa de 1% (um por cento) sobre o valor de mercado do bem, por cada dia de atraso.
Subcláusula Quinta - Após o fim da vigência deste acordo, e caso a prestação de contas seja aprovada, o bem poderá ser doado à Cooperada, a critério do Gestor Público, se entender que o bem foi utilizado satisfatoriamente nos fins do acordo e na hipótese de compromisso na continuação dos serviços indicados como objetivo da presente parceria, depois de feita a constatação *in loco* e a avaliação, por comissão de técnicos.

CLÁUSULA OITAVA– DA MODIFICAÇÃO
Este Acordo de Cooperação poderá ser modificado em qualquer de suas Cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por simples apostila ou Termo Aditivo, de comum acordo entre os PARCEIROS, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por uma das partes, por escrito.

CLÁUSULA NONA – DO FORO
Fica eleito o foro da cidade de Alta Floresta D´Oeste-RO para dirimir qualquer dúvida ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente Acordo de Cooperação em 3 (três) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Alta Floresta D´Oeste, 26 junho de 2024.

Município de Alta Floresta D'Oeste - RO,
Parceiro Público
LENOIR ANTÔNIO SERRAGLIO

Associação dos Pequenos Produtores Rurais da linha 45 –
Parceiro Privado
JOSÉ CLAUDIO GOMES

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:
CPF Nº:

_____
NOME:
CPF Nº:

Publicado por:
Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz
Código Identificador:2BD82990

PODER EXECUTIVO
TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO 02/2024

TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO 02/2024

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA – SEMAGRI, E A COOPERATIVA AGRÍCOLA, PECUÁRIA E INDUSTRIAL DE ALTA FLORESTA D OESTE.

O **Município de Alta Floresta D'Oeste - RO**, representado pela Secretaria Municipal de Agricultura, doravante denominado PARCEIRO PÚBLICO, com sede à Av. Nilo Peçanha, Bairro Redondo, Alta Floresta D´Oeste – RO, neste ato representado por seu secretário Municipal de Agricultura, **Sr. Lenoir Antônio Serraglio** e a **Cooperativa Agrícola, Pecuária e Industrial de Alta Floresta D Oeste (COOPERALTA).** –, inscrita no **CNPJ 04.479.284/0001-00**, com sede na Avenida Goiás c/ Rio Grande do Sul, , no Município de Alta Floresta D´Oeste, doravante denominado PARCEIRO PRIVADO, neste ato representada na forma de seu estatuto pelo **Sr. Ademar Eggert, CPF nº857.223.677-53**, com fundamento no que dispõem a Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, e demais regulamentações, resolvem firmar o presente Acordo de Cooperação, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a **celebração de Acordo de Cooperação com o Município de Alta Floresta D'Oeste, decorrente do processo administrativo 1448/2024, Chamamento Público 001-2024- Repetição, para destinação de:**

LOTES:

LOTE 01
PUXADOR DE MASSA PARA BALA DE COCO OU MASTIGÁVEL/ CAP. DE 1 A 3 KG POR BATIDA/AÇO INOX – TOMB. 26504
DESPOLPADOR PARA LEITE DE COCO BM 101 -TOMB. 26628
LIQUIDIFICADOR COMERCIAL INOX, COPO MONOBLOCO INOX LS-03MB-N 3 LITROS TOMB. 26118
MESA INOX 2,00X80X90 COM SUBMESA GRADEADA. TOMB.26530

LOTE 02
MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS PARC AI 6 DISCOS/MPA NR 12 220VOLT.TOMB. 26065
REFRIGERADOR VERTICAL CONV TURM 414 L BR 220V. TOMB. 26087

LOTE 03
FREZZER 534 L - 2 TAMPA 110VOLTS. TOMB. 26067
SERRA FITA COM MAQ CARNE C MOED BIV E* 1,80 1/2CV 60 HZCod:29165 TOMB. 26068

LOTE 05
ORDENHADEIRA MEC 2 CONJUNTOS COM PULS ELET BOMBA 460 MOTOR 2CV. TOMB. 26534

LOTE 06
FORNO TURBO ELÉTRICO ST 220V - TRIFASICO/ CAP PARA 10 ESTEIRAS. TOMB. 26071
AMASSADEIRA SEMI RAPIDA BASCULANTE /ESPIRAL 25KG MONOFASICO 3CV 2 VELOCIDADES/ TOMB. 26123

LOTE 09
FABRICA DE GELO 50 BRSDE10 KG - 220V 3F IN - AÇO INOX 430 - TRIFASICO/MONOFASICO - MOTOR 4HP - TOMB.26250

LOTE 12
DOSADORA COM BALANÇA ELETRONICA SEMI AUTOMATICA RG-FM1000 TOMB.26532
SELADORA AUTOMATICA CONTINUA C/DATADOR RG1000SA TOMB.26506

LOTE 13
IOGURTEIRA MECANIZADA CAP 500L/AÇO INOX 304 - PAINEL DE CONTROLE E TERMOMETRO DIGITAL/ 220V TRIFASICO C/ AQUECIMENTO ELÉTRICO TOMB.26249

LOTE 18
ENCHEDEIRA PRESSURIZADA PARA SACHE COM AQUESCIMENTO, UTILIZADA PARA ENCHIMENTO DE MANGUEIRAS PARA PRODUÇÃO DE SACHES. CONSTRUÍDA TOTALMENTE EM AÇO INOX - 304 FORNECIDA COM BICO DE SAÍDA REGULADOR E FILTROS DE AR. VÁLVULA DE SEGURANÇA E BOCAL DE ENCHIMENTO. FORNECIDA COM OU SEM AQUECIMENTO EM BANHO MARIA COM CONTROLE AUTOMÁTICO DIGITAL DE TEMPERATURA. – Tombamento 26645
TANQUE DECANTADOR DE MEL 200KGS, LS COM VISOR DE NIVEL; FABRICADO TOTALMENT EM AÇO INOX AISI 304, PADRÃO ALIMENTICIO (TAMBOR, SAIDA, TIG E ACABAMENTO SANITÁRIO PARA ALIMENTOS; ALIMENTOS. DIMENSÕES BASICAS: EXT450X500MM; APOIADO SOBRE PÉS EM AÇO INOX 304, ALTURA DE SAIDA 50CM. – Tombamento 26646
CENTRIFUGA ELETRICA PARA EXTRAÇÃO DE MEL, COM 16 QUADROS MELGUEIRA/4 NINHOS - LS; CAPACIDADE COM SEPARADOR: LANGSTROTH ABTN 16 MELG. OU 4 NINHO, UNIVERSAL 16 MEJG.; S/SEPARADOR: ATÉ 20 MELG. OU 4 NINHOS; MOTOR 0,5 CV+ PAINEL COM INVERSOR DE FREQUENCIA; ESTRUTURA INTERNA EM AÇO INOX AISI 304. TAMBOR, TAMPAS, BARRA SUPERIOR, ESTRUTURA EXTERNA E TORNEIRA DECORTE RAPIDO EM AÇO INOX AISI304, PADRÃO ALIMENTICIO, SOLDA TIG E POLIMENTO SANITÁRIO; MANCAL E ROLAMENTO INFERIOR; DIMENSÕES BÁSICAS EXTX570X1.250(DXA) MM – Tombamento 26647

Sub cláusula Única – O Plano de Trabalho poderá ser ajustado de comum acordo entre as partes, por meio de celebração de Termo Aditivo, quando se tratar de quaisquer ajustes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO, DAS METAS, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E DA PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS.
O detalhamento dos objetivos, das metas, dos resultados a serem atingidos, do cronograma de execução, dos critérios de avaliação de desempenho, com os indicadores de resultados, e a previsão de receitas e despesas, na forma do art. 42 da Lei nº 13.019/14, consta do Plano de Trabalho proposto pelo PARCEIRO PRIVADO e aprovado pelo PARCEIRO PÚBLICO, sendo parte integrante deste Acordo de Cooperação, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES
São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste Acordo de Cooperação:
I – DO PARCEIRO PRIVADO
a – Os beneficiários devem ser escolhidos de forma objetiva e segundo o princípio da impessoalidade, independente de associados ou não.
b – Executar, conforme aprovado pelo PARCEIRO PÚBLICO, o Plano de Trabalho, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;
c – Observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas do PARCEIRO PÚBLICO, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;
d - Responsabilizar-se, integralmente, pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referentes aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Acordo de Cooperação, decorrentes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;
e – Promover, até 28 de fevereiro de cada ano, a publicação integral na imprensa oficial do Município o extrato de relatório de execução física e financeira do Acordo de Cooperação.
f – Publicar, no prazo máximo de trinta dias, contados da assinatura deste Acordo de Cooperação, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para promover a aquisição ou contratação de quaisquer bens, obras e serviços, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
g – Indicar pelo menos um responsável pela boa administração e aplicação dos recursos recebidos, cujo nome constará do extrato deste Acordo de Cooperação a ser publicado pelo PARCEIRO PÚBLICO.
h – Manter os bens em perfeito estado de conservação e uso, não podendo transferi-los a outrem, ficando sob sua responsabilidade a fiscalização de uso do referido bem;
i – Devolver o bem, objeto deste instrumento, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, tanto na hipótese de término do prazo estabelecido neste Acordo de Cooperação, como no caso de sua rescisão antecipada.
j – Em caso de perda, a qualquer título, ou danos no bem cedido, ressarcir o PARCEIRO PÚBLICO pelos prejuízos causados, podendo, a critério do PARCEIRO PÚBLICO, essa reposição ser realizada por bem de igual valor, espécie, qualidade e quantidade.
k – Permitir ao PARCEIRO PÚBLICO a fiscalização do bem quando entender necessário a qualquer tempo.
l – Arcar com as despesas de **transporte**, **seguro** ou quaisquer outras que venham a incidir sobre os bens, objeto do presente Acordo de Cooperação.
m – Compromete-se a encaminhar à SEMAGRI, quando solicitado, um relatório sobre as condições de uso, local e estado de conservação do bem cedido.

II – DO PARCEIRO PÚBLICO
a – Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste Acordo de Cooperação, de acordo com o Programa de Trabalho aprovado;
b – Publicar no Diário Oficial do Município extrato deste Acordo de Cooperação e de seus aditivos, no prazo máximo de quinze dias após sua assinatura;
c – Criar Comissão de Avaliação para este Acordo de Cooperação, composta por dois representantes do PARCEIRO PÚBLICO, um do PARCEIRO PRIVADO e um do Conselho de Política Pública (quando houver o Conselho de Política Pública);
d – Prestar o apoio necessário ao PARCEIRO PRIVADO para que seja alcançado o objeto deste Acordo de Cooperação em toda sua extensão;
e – Fornecer ao Conselho de Política Pública (quando houver) da área correspondente à atividade ora fomentada, todos os elementos indispensáveis ao cumprimento de suas obrigações em relação à este Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O PARCEIRO PRIVADO elaborará e apresentará ao PARCEIRO PÚBLICO prestação de contas do adimplemento do seu objeto e de todos os recursos e bens de origem pública recebidos mediante este Acordo de Cooperação, até noventa dias após o término deste (na hipótese de o Acordo de Cooperação ser inferior ao ano fiscal) e anualmente até 28 de fevereiro do exercício subsequente e a qualquer tempo por solicitação do PARCEIRO PÚBLICO.

Subcláusula Primeira – O PARCEIRO PRIVADO deverá entregar ao PARCEIRO PÚBLICO a Prestação de Contas instruída com os seguintes documentos:

I - Relatório sobre a execução do objeto do Acordo de Cooperação, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;

II – Demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução do objeto, oriundos dos recursos recebidos do PARCEIRO PÚBLICO, bem como, se for o caso, demonstrativo de igual teor dos recursos originados do próprio PARCEIRO PRIVADO e referentes ao objeto deste Acordo de Cooperação, assinados pelo contabilista e pelo responsável do PARCEIRO PRIVADO indicado na Cláusula Terceira;

III – extrato da execução física e financeira publicado na imprensa oficial do Município;

Subcláusula Segunda – Os originais dos documentos comprobatórios das receitas e despesas constantes dos demonstrativos de que trata o inciso II da Subcláusula anterior deverá ser arquivado na sede do PARCEIRO PRIVADO por, no mínimo, cinco anos, separando-se os de origem pública daqueles do próprio PARCEIRO PRIVADO.

Subcláusula Terceira – Os responsáveis pela fiscalização deste Acordo de Cooperação, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização dos recursos ou bens de origem pública pelo PARCEIRO PRIVADO, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

CLÁUSULA QUINTA – DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados atingidos com a execução do Acordo de Cooperação devem ser analisados pela Comissão de Avaliação citada na Cláusula Terceira.

Subcláusula Única – A Comissão de Avaliação emitirá relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com o Programa de Trabalho, com base nos indicadores de desempenho citados na Cláusula Segunda, e o encaminhará ao PARCEIRO PÚBLICO, até 60 (sessenta) dias após o término deste Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente Acordo de Cooperação vigorará por 60 (sessenta) meses a partir da data de sua assinatura.

Subcláusula Primeira – Findo o Acordo de Cooperação e havendo adimplemento do objeto junto ao PARCEIRO PRIVADO, o PARCEIRO PÚBLICO poderá, com base na indicação da Comissão de Avaliação, citada na Cláusula Sexta, e na apresentação de Programa de Trabalho suplementar, prorrogar este Acordo de Cooperação.

Subcláusula Segunda – Findo o Acordo de Cooperação e havendo inadimplemento do objeto pelo PARCEIRO PÚBLICO ao PARCEIRO PRIVADO, este Acordo de Cooperação poderá ser prorrogado, por indicação da Comissão de Avaliação citada na cláusula Sexta, para cumprimento das metas estabelecidas.

Subcláusula Terceira – Havendo inadimplemento do objeto junto ao PARCEIRO PRIVADO, o PARCEIRO PÚBLICO poderá, desde que não haja alocação de recursos públicos adicionais, prorrogar este Acordo de Cooperação, por indicação da Comissão de Avaliação citada na cláusula sexta, ou requerer a devolução do bem e/ou outra medida que julgar cabível.

Subcláusula Quarta – Nas situações previstas nas Subcláusulas anteriores, a Comissão de Avaliação deverá se pronunciar até trinta dias após o término deste Acordo de Cooperação, caso contrário, o PARCEIRO PÚBLICO deverá decidir sobre a sua prorrogação ou não.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO E DEVOLUÇÃO DO BEM

Subcláusula Primeira – O bem disponibilizado por meio deste Acordo é de propriedade do Município, respondendo a Cooperante por eles e pelas perdas e danos;

Subcláusula Segunda – A Cooperante se compromete a restituir o bem repassado pela SEMAGRI, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública, na hipótese de inexecução do objeto deste Acordo;

Subcláusula Terceira - O presente Acordo de Cooperação poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou administrativamente, independente das demais medidas cabíveis, nas seguintes situações:

I – Se houver descumprimento, ainda que parcial, das Cláusulas deste Acordo de Cooperação; e

II – Unilateralmente pelo PARCEIRO PÚBLICO se, durante a vigência deste Acordo de Cooperação, o PARCEIRO PRIVADO perder, por qualquer razão, a qualificação como "Organização da Sociedade Civil de Interesse Público".

Subcláusula Quarta - Caso o PARCEIRO PÚBLICO venha a necessitar do bem objeto deste instrumento, a qualquer momento poderá revogar a presente Cessão de Uso, onde obrigatoriamente o bem deverá ser devolvido em perfeitas condições no prazo de 15 (quinze) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO – O não cumprimento desta cláusula implicará na imediata rescisão contratual e acarretando multa de 1% (um por cento) sobre o valor de mercado do bem, por cada dia de atraso.

Subcláusula Quinta - Após o fim da vigência deste acordo, e caso a prestação de contas seja aprovada, o bem poderá ser doado à Cooperada, a critério do Gestor Público, se entender que o bem foi utilizado satisfatoriamente nos fins do acordo e na hipótese de compromisso na continuação dos serviços indicados como objetivo da presente parceria, depois de feita a constatação *in loco* e a avaliação, por comissão de técnicos.

CLÁUSULA OITAVA– DA MODIFICAÇÃO

Este Acordo de Cooperação poderá ser modificado em qualquer de suas Cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por simples apostila ou Termo Aditivo, de comum acordo entre os PARCEIROS, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por uma das partes, por escrito.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Alta Floresta D´Oeste-RO para dirimir qualquer dúvida ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente Acordo de Cooperação em 3 (três) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Alta Floresta D´Oeste, 26 junho de 2024.

Município de Alta Floresta D'Oeste - RO,
Parceiro Público
LENOIR ANTÔNIO SERRAGLIO

Associação Dos Pequenos Produtores Rurais da Linha 45 –
Parceiro Privado
ADEMAR EGGERT

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:
CPF Nº:

_____
NOME:
CPF Nº:

Publicado por:
Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz
Código Identificador:ED96C5A4

PODER EXECUTIVO
AVISO DE DISPENSA ELETRONICA 094/2024-REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE DISPENSA ELETRONICA 094/2024-REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO ADMIN. N°859 /SEMTRAS/2024

OBJETO: Contratação de empresa para eventual fornecimento de aquisição de refeição pronta self service e Marmitex através de dispensa de licitação por registro de preço, para atender por um período de 12(doze) meses, a realização desse processo de licitação para aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público de proceder-se ao atendimento aos instrutores que estão aplicando cursos de qualificação profissional para os usuários da Assistência Social. Cadastro de Propostas a partir do dia:26/06/2024. Abertura da Sessão: 01/07/2024 as 08h00min - LOCAL: LICITANET -Licitações On-line www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). MENOR PREÇO POR ITEM no valor de R$13.800,00(treze mil e oitocentos reais. conforme do Art. 75, inciso II nos termos da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quaisquer informações, a Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste - RO, sito à Av. Brasil 3044, Bairro Redondo, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h:30min. às 13h:30min, para maiores informações. E-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br Fone: (69)3641-2463.

Alta Floresta D Oeste, 25 de junho de 2024.

CELIA FERRARI BUENO
Agente de Contratação

Publicado por:
Celia Ferrari Bueno
Código Identificador:E4902CA4

PODER EXECUTIVO
AVISO DE DISPENSA ELETRONICA 098/2024-REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE DISPENSA ELETRONICA 098/2024-REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO ADMIN. N°860 /SEMTRAS/2024

OBJETO: Contratação de empresa para eventual prestação de serviço de hospedagem será através de dispensa de licitação por registro de preço, para atender por um período de 12(doze) meses, a realização desse processo de licitação para aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público de proceder-se ao atendimento aos instrutores que estão aplicando cursos de qualificação profissional para os usuários da Assistência Social, sendo assim, face necessário a contratação de prestação de serviço de hospedagem. A presente contratação será realizada por meio de rito instituído pela Lei Federal 14.133/2021. Cadastro de Propostas a partir do dia:**26/06/2024**. Abertura da Sessão: **01/07/2024** as **08h00min - LOCAL:** LICITANET -Licitações On-line www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo **será observado o horário de Brasília (DF). MENOR PREÇO POR ITEM no valor de R$**33.999,00 (trinta e três mil novecentos e noventa e nove reais). **conforme do Art. 75, inciso II nos termos da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021,** quaisquer informações, a Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste - RO, sito à Av. Brasil 3044, Bairro Redondo, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h:30min. às 13h:30min, para maiores informações. E-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br Fone: (69)3641-2463.

Alta Floresta D Oeste, 25 de junho de 2024.

CELIA FERRARI BUENO
Agente de Contratação

Publicado por:
Celia Ferrari Bueno
Código Identificador:EEDBC0F4

PODER EXECUTIVO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 97/2024

O Secretário Municipal de Saúde de Alta Floresta D'Oeste, Moises Santana de Freitas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Assessoria Jurídica, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	885/2024
b) Licitação Nrº :	97/2024
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	25/06/2024
e) Objeto Homologado :	Solicitação de autorização para abertura de processo administrativo licitatório na modalidade Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 75, II da Lei nº 14.133/21, objetivando contratação de Empresa Especializada de FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO PRONTA – TIPO MARMITEXE E SELF SERVICE, para atender da Secretaria Municipal de Saúde.

Fornecedor: CHOOP BEER LTDA
CNPJ/CPF: 21.419.037/0001-29
Valor Total Homologado - R$ 9.495,00

ALTA FLORESTA D'OESTE, 25 de junho de 2024.

MOISES SANTANA DE FREITAS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Eleir Schindt
Código Identificador:FE936C15

PODER EXECUTIVO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA 96

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA

O Secretário Municipal de Agricultura de Alta Floresta D'Oeste, Lenoir Antônio Serraglio, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela assessoria jurídica, resolve

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	794/2024
b) Licitação Nrº :	96/2024
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	25/06/2024
e) Objeto Homologado :	Solicitamos autorização para a realização de despesas relacionadas à aquisição dos seguintes materiais de consumo citados para atender às necessidades do projeto "Qualidade e Certificação na Cafeicultura" projeto desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Osprocedimentos licitatórios correrão através de dispensa licitatória conforme Lei Decreto Municipal 10.763-2024(Que regulamenta o valor da dispensa eletrônica nos termos da lei 14133-2021.

Fornecedor: RM FERREIRA
CNPJ/CPF: 28.589.874/0001-45
Valor Total Homologado - R$ 1.800,00

Fornecedor: A.M. GALLO REPRESENTACAO EIRELI
CNPJ/CPF: 23.778.007/0001-34
Valor Total Homologado - R$ 3.765,00

ALTA FLORESTA D'OESTE, 25 de junho de 2024.

LENOIR ANTONIO SERRAGLIO
Secretário SEMAGRI

Publicado por:
Deiseane Naiara Nedel
Código Identificador:7593B711

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

COMISSÃO PERMANENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CONCORRENCIA PUBLICA 004/CPL/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CONCORRENCIA PUBLICA 004/CPL/2024
Excelentíssimo Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis o Senhor Denair Pedro da Silva, no uso de suas atribuições legais, baseado nos valores ADJUDICADOS, resolve **HOMOLOGAR E ADJUDICAR** a Licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, destinada a Contratação de empresa de Construção Civil para a execução da CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY COM GRAMA SINTÉTICA, destinadas a atender as necessidades do município de Alto Alegre dos Parecis-RO. fonte de recurso do Governo Federal – Transferencia Especial – Plano de Ação nº 09032023-031476 - 202341490005-JAQUELINE CASSOL., Foi ADJUDICADA, com base nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021. No valor total de **R$** 621.456,67 (Seiscentos e vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e sete entavos) em favor da empresaCONSTRUTORA LV LTDA - 08.538.000/0001-51**.** Por ser a proposta que apresentou critérios mais vantajosos para esta Administração Pública.
Alto Alegre dos Parecis/RO, 25 de junho de 2024.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tania Lucia Compagnoni
Código Identificador:63EAF1DA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/2024

OBJETO:
A Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Turismo de Alto Alegre dos Parecis-RO, com consonante autorização do Sr. Prefeito Municipal, torna público **Dispensa De Licitação,** com objeto contratação de empresa especializada para fornecimento de certificado Digital.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:
Justifica-se a presente contratação pela necessidade de modernização documental, através de assinaturas eletrônicas assinadas digitalmente, uma vez que é mais adequado e seguro para acesso aos principais sistemas e aplicativos que o utilizam.

DO PREÇO:
O valor desta dispensa de licitação é de **R$ 90,00** (Noventa reais), em favor da empresa: **DIGITAL LOCK SERVIÇO E CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - ME,** inscrita no **CNPJ: 24.448.443/0001-08.**

DA BASE LEGAL:
Art. 75. É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras - **DECRETO Nº 11.871, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023**-Art. 75,**caput**, inciso II-R$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

DA AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a presente **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Alto alegre dos Parecis - RO, 25 de Junho de 2024.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele de Oliveira Gonçalves
Código Identificador:6663FF9B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 080/2024

OBJETO:
O Fundo Municipal de Saúde de Alto Alegre Dos Parecis, com consonante autorização do Sr. Prefeito Municipal, torna público **Dispensa De Licitação – inexigibilidade para Contratação de empresa Credenciada junto a MarcaVolkswagen, no Estado de Rondônia,** autorizada no fornecimento de peças originais, Óleos e produtos, e prestação dos serviços para a manutenção de veículo no período de garantia do fabricante. Revisão de 90.000 km do **VeículoVW POLO TRACK 1.0 MPI FLEX CHASSI 9BWAG5R14PT201035 ANO DE FABRICAÇÃO 2023, ANO MODELO 2023 PLACA QTH7J92 NA COR BRANCO.**

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:
Faz-se necessária esta contratação para realizar as revisões periódicas do veículo, considerando que o mesmo encontra-se em período de garantia, e para que o mesmo possa ser mantido os serviços, deverão ser executados por empresa credenciada pela concessionária da Marca VOLKSWAGEN, sendo esta a mais vantajosa a**MAZZUTTI COMERCIO DE VEICULOS LTDA**, Cadastrada no CNPJ nº 07.595.449/0001-99, localizada na Av. Castelo Branco, 19642, Cacoal – RO, sendo esta empresa uma concessionária autorizada pelo fabricante para efetuar todas as revisões referente ao período mencionado.

DO PREÇO:
O valor desta dispensa de licitação é de **R$ 2.837,35** (Dois mil, oitocentos e trinta e sete reais, e trinta e cinco centavos), em favor da empresa: **MAZZUTTI COMERCIO DE VEICULOS LTDA - MAZZUTTI VEICULOS, CNPJ: 07.595.449/0001-99**

DA BASE LEGAL:
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

DA AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a presente **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Alto alegre dos Parecis - RO, 25 de Junho de 2024.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele de Oliveira Gonçalves
Código Identificador:EF479C44

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 76/2024

OBJETO:
A Secretaria Municipal de Assistência Social de Alto Alegre dos Parecis-RO, com consonante autorização do Sr. Prefeito Municipal, torna público **Dispensa De Licitação,** com objeto contratação de empresa especializada na realização de serviços de exames laboratoriais, com objetivo de detectar possíveis deficiências de vitaminas.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:
Os exames de vitaminas se configuram como ferramentas essenciais para garantir o bem-estar nutricional e a saúde geral do(a) adolescente institucionalizada na Casa da Criança. Através da avaliação precisa dos níveis vitamínicos, é possível prevenir deficiências, excessos e promover o desenvolvimento saudável. Ajudará aavaliar o equilíbrio nutricional e identificar possíveis deficiências ou excessos que podem afetar a saúde.

DO PREÇO:

O valor desta dispensa de licitação é de: **R$ 241,50** (Duzentos e quarenta e um reais, e cinquenta centavos), em favor da empresa: **CENTRALMED CLINICA E LABORATORIO LTDA,** inscrita no**CNPJ: 54.223.358/0003-74.**

DA BASE LEGAL:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras - **DECRETO Nº 11.871, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023**-Art. 75,**caput**, inciso II-R$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

DA AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a presente **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Alto alegre dos Parecis - RO, 25 de Junho de 2024.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele de Oliveira Gonçalves
Código Identificador:B3281E37

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 78/2024

OBJETO:

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Alto Alegre dos Parecis-RO, com consonante autorização do Sr. Prefeito Municipal, torna público **Dispensa De Licitação,** com objeto contratação de empresa especializada em confecçãode(Certificado Digital - e-CPF A3 + Token*).*

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Tal aquisição visa atender as necessidades da SEMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social)onde permite realizar operações de Pessoa Física via internet. Também é possível transmitir demonstrativos para a Receita Federal e efetuar outros serviços em nome de uma empresa caso você a represente.O (*Certificado Digital - e-CPF A3 + Token),*é um documento eletrônico expedido por uma autoridade certificadora que funciona basicamente como uma carteira de identidade eletrônica e que possibilita a troca segura de informações entre as partes, com garantia da identidade do emissor, integridade da mensagem e confidencialidade. O processo de certificação digital utiliza procedimentos lógicos e matemáticos bastante complexos para assegurar confidencialidade, integridade das informações e confirmação de autoria, de acordo com suas funcionalidades.

DO PREÇO:

O valor desta dispensa de licitação é de: **R$ 460,00** (Quatrocentos e sessenta reais), em favor da empresa: **DIGITAL LOCK SERVICO DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA,** inscrita no**CNPJ: 24.448.443/0001-08.**

DA BASE LEGAL:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras - **DECRETO Nº 11.871, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023**-Art. 75,**caput**, inciso II-R$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

DA AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a presente **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Alto alegre dos Parecis - RO, 25 de Junho de 2024.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele de Oliveira Gonçalves
Código Identificador:A045CC10

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRONICA Nº 78/2024

AVISO DE DISPENSA ELETRONICA Nº 78/2024

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO, por meio do Agente de Contratação, nomeado pelo Decreto 151/2024, realizará **DISPENSA** com critério de julgamento por menor preço por lote, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis. Referente a Contratação de empresa especializada para Perfuração de Poço Artesiano no Distrito de Vila Bosco Linha P-08, Linha P-44 km7 e Linha P-34 km10, município de Alto Alegre dos Parecis/RO**. Processo Administrativo N° ID: 8B.704 - 0000923.02.08-2024 ALTO ALEGRE DOS PARECIS**. **DATA da disputa 01/07/2024 as 09:00 de Brasília**. A sessão inaugural desta dispensa Eletrônico dar-se-á por meio do sistema eletrônico no endereço **www.licitanet.com.br**, Informações Complementares e o Edital estão à disposição dos interessados no site supracitado no Portal Transparência www.altoalegre.ro.gov.br, e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis - RO, sito à Av. Afonso Pena n. º 3370, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone- Fax (69) 3643-1255 Ramal 211.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 24 de junho de 2024.

ALEX FRANIQUE FERREIRA DA COSTA
Agente de Contratação
Dec. 151/2024

Publicado por:
Alex Franique da Costa
Código Identificador:F2F761DC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GESTOR E FISCAL DE CONTRATO Nº 217/2024

PORTARIA Nº 217/2024
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 25 de junho de 2024.

NOMEAR GESTOR E FISCAL DE CONTRATO A SRA. JULIANA BADAN DUARTE REIS E THAIS SILVA DE OLIVEIRA MARINI

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, SenhorDENAIR PEDRO DA SILVA,no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, que cabe à Administração Pública, nos termos disposto no Artigo 117 da Lei nº. 14133 Lei Licitações e Contratos Administrativos- Decreto nº 370/GP/2023 de 11 de dezembro de 2023 - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDOque os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

CONSIDERANDOque o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

CONSIDERANDOque as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

CONSIDERANDOque as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

I-Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;

II-Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo

cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;
III -Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
IV -Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;
V -Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
VI -Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
VII -Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;
VIII -Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
IX -Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
X -Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
XI -Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, se for o caso;
XII -Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
XIII -Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
XIV -Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XV-Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);
XVI -Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
XVII-Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;
XVIII-Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;
XIX-Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;
XX -Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;
XXI -Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
XXII-Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;
XXIII- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;
XXIV-Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);
XXV-Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);
XXVI -Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
XXVII-Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;
XXVIII-Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
XXIX-Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);
XXX-Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;
XXXI -Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;
XXXII -Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

XXXIII -Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

RESOLVE:
Art. 1ºNomear a senhoraJULIANA BADAN DARTE REISinscrita no CPF nº 818.770.992-87 comoGESTORA DE CONTRATOe a Sra.THAIS SILVA DE OLIVEIRA MARINI,inscrito noCPFnº018.219.042-06, comoFISCAL DE CONTRATONº 015/PGM/2024, em favor da empresaCENTRO DE FORMAÇÃO E CAP. DE PROF. EM EDUCAÇÃO,inscrito no CNPJ Nº 07.681.440/0001-09, para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, conforme Oficio nº 118/FMS-GAB/2024.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudia Raquel Dona
Código Identificador:2A91D06F

PROCURADORIA-GERAL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001/2024 CONTRATO Nº. 033/PGM/2023, DE 21 DE JUNHO DE 2023.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001/2024
CONTRATO Nº. 033/PGM/2023, de 21 de junho de 2023.

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato nº 033/PGM/2023; **Data do Termo Aditivo**: 21/06/2024; **Contratante:** Município de Alto Alegre dos Parecis/RO; **Contratado (a)**: OLIVEIRA & GARCIA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA-EPP, CNPJ nº 03.174.630/0001-70; **Objeto**: prorrogação do prazo de vigência do contrato; **Fundamento Legal:** Art. 57, inc. II, da Lei 8.666/1993; **Processo**: 613.1.2.1-2023/SEMEC; **Vigência:** 21/06/2025; **Valor Global**: R$ 272.074,32 (duzentos e setenta e dois mil setenta e quatro reais e trinta e dois centavos); **Signatários**: pelo **Contratante**, Denair Pedro da Silva e, pelo **Contratado(a)**, Sidneia da Costa.

Alto Alegre dos Parecis, 21 de junho de 2024.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:CD7195CB

PROCURADORIA-GERAL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001/2024 CONTRATO Nº. 034/PGM/2023, DE 21 DE JUNHO DE 2023.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001/2024
CONTRATO Nº. 034/PGM/2023, de 21 de junho de 2023.

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato nº 034/PGM/2023; **Data do Termo Aditivo**: 21/06/2024; **Contratante:** Município de Alto Alegre dos Parecis/RO; **Contratado (a)**: OLIVEIRA & GARCIA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA-EPP, CNPJ nº 03.174.630/0001-70; **Objeto**: prorrogação do prazo de vigência do contrato; **Fundamento Legal:** Art. 57, inc. II, da Lei 8.666/1993; **Processo**: 613.1.2.1-2023/SEMEC; **Vigência:** 21/06/2025; **Valor Global**: R**$** 253.508,85 (duzentos e cinquenta e três mil quinhentos e oito reais e oitenta e cinco centavos); **Signatários**: pelo **Contratante**, Denair Pedro da Silva e, pelo **Contratado(a)**, Sidneia da Costa.

Alto Alegre dos Parecis, 21 de junho de 2024.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:D0F18865

PROCURADORIA-GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N.º 019/PGM/2024

EXTRATO DO CONTRATO N.º 019/PGM/2024

Espécie: Contrato 019/PGM/2024; **Data do Contrato**: 14/06/2024; **Contratante:** Município de Alto Alegre dos Parecis/RO; **Contratado(a)**: HEWGTECH CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTDA-EPP**,** CNPJ nº 36.379.627/0001-42; **Objeto**: Contratação de empresa especializada em restauração de pavimentação asfáltica em via urbana abrangendo os serviços de recapeamento asfáltico em CBUQ, área de 8.155,14 m²., destinadas a atender as necessidades do município de Alto Alegre dos Parecis-RO, **Fundamento Legal:** Art. 28, II c/c o Art. 6°, XXXVIII da Lei nº 14.133/2021; **Processo**: 0000418.08.07-2024/SEMURB; **Vigência**: 25/06/2025; **Cobertura Orçamentária: Projeto Atividade:** 15.4510012.1104, **Elemento de Despesa** 4.4.90.51, **Fichas:** 330; **Função Programática n. º** 15.4520012.2042; **Categoria Econômica** 4.4.90.51, Ficha: 163. **Recurso:** TRANSF ESP PLAT + BRASIL PA03092023-036202; **Valor Global:** R$ 619.546,12 (seiscentos e dezenove mil quinhentos e quarenta e seis reais e doze centavos); **Nota de Empenho nº:** 1445/1446 de 13/06/2024; **Signatários**: pelo **Contratante,** Denair Pedro da Silva e, pelo **Contratado**, David Augusto Albuquerque.

Alto Alegre dos Parecis, 25 de junho de 2024.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:6EE457BD

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI ORDINÁRIA Nº. 1.879/2024

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.879/2024
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 25 DE JUNHO DE 2024.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, REF. TERMO DE CONVÊNIO Nº 241/2024/PGE-SEJUCEL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a presente lei.

L E I

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo abrir *crédito adicional especial no orçamento vigente, no valor do* investimento (Repasse + Contrapartida): R$ 28.843,33 (vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos), de repasse financeiro referente ao TERMO DE CONVÊNIO Nº 241/2024/PGE-SEJUCEL, conforme especificações abaixo:

Especificação			D.R.	Valor R$
ENTIDADE	02.00.00	PODER EXECUTIVO		
UNIDADE	02.04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE CULTURA E TURISMO		
FUNC. PROG.	27.8120010.1XXX	AQ MAT ESP UNIF FEM CV 241/2024/PGE-SEJUCEL		
CATEG. ECON.	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.701.0000.0000	18.900,00
CATEG. ECON.	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.701.0000.0000	9.948,33
VALOR DO CRÉDITO.			R$	28.848,33

Art. 2º. Para cobertura do crédito no art. 1º fica vinculado os Recursos do TERMO DE CONVÊNIO Nº 241/2024/PGE-SEJUCEL, que entre si celebram o Governo do Estado através da Secretaria da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL e o MUNICÍPIO de Alto Alegre dos Parecis. OBJETO: Aquisição de material esportivos e uniformes para os times femininos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Turismo de Alto Alegre dos Parecis-RO, conforme Plano de Trabalho (0048906828/0048906606), conforme especificações que segue:
I – RECURSO DO REPASSE DO GOVERNO DO ESTADO: *R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)*, por Excesso de Arrecadação, com repasse realizado na CONTA VINCULADA DO CONTRATO: Agencia nº 4006-1 / Conta nº 15608-6 AQ MAT ESPORT PREFEITURA/ BB;
II – RECURSO DA CONTRAPARTIDA APORTADA (MUNICIPIO): R$ 848,33 (oitocentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos), será realizada por Anulação de Dotação, conforme classificação funcional, programática e categoria econômica a seguir:

Especificação			FH	D.R.	Valor R$
ENTIDADE	02.00.00	PODER EXECUTIVO			
UNIDADE	02.04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE CULTURA E TURISMO			
FUNC. PROG.	27.8120010.2033	Da Base para o Futuro			
CATEG. ECON.	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	118	1.500.0000.0000	848,33
VALOR DA ANULAÇÃO.				R$	848,33

Art. 3º. O crédito previsto na presente lei, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2024, Lei nº 1.804, de 26 de dezembro de 2023, e será aberto por Decreto do Executivo, conforme estabelece o Artigo 41, c/c 46 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revoga-se as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:72359C25

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI ORDINÁRIA Nº. 1.880/2024

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.880/2024

ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 25 DE JUNHO DE 2024.

"Abrir Crédito Adicional por Suplementação e Anulação no Orçamento Vigente na Importância de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), conforme disposto na Lei 4.320/64, art. 43, § 1º, Inciso III, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a presente

LEI.

Art. 1º. Abri Crédito Adicional por Suplementação e Anulação no Orçamento Vigente na Importância de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), para suplementar as dotações orçamentárias das Unidades Orçamentárias 02.01.00: GABINETE DO PREFEITO e 02.04.00: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE CULTURA E TURISMO, conforme funcional programática e categorias econômicas especificadas a seguir:

Especificação			FH	D.R.	Valor R$
Entidade	02.00.00	PODER EXECUTIVO			
Unidade	02.01.00	GABINETE DO PREFEITO			
Func. Prog.	04.1220002.2002	Gestão de Apoio Administrativo - Gabinete			
Categ. Econ.	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	13	1.500.0000.0000	20.000,00
Valor da suplementação por ação				R$	20.000,00
VALOR DA SUPLEMENTAÇÃO POR UNIDADE.				R$	20.000,00
Unidade	02.04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE CULTURA E TURISMO			
Func. Prog.	13.3920010.2028	Expressões Culturais e Artísticas			
Categ. Econ.	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	1.500.0000.0000	45.000,00
Valor da suplementação por ação				R$	45.000,00
VALOR DA SUPLEMENTAÇÃO POR UNIDADE.				R$	20.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.				R$	65.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional aberto no art. 1º, será utilizada recursos orçamentários provenientes de anulação de dotação do orçamento vigente, das próprias unidades orçamentárias 02.01.00 e 02.04.00, conforme funcional programática e categorias econômicas especificadas a seguir:

Especificação			FH	D.R.	Valor R$
Entidade	02.00.00	PODER EXECUTIVO			
Unidade	02.01.00	GABINETE DO PREFEITO			
Func. Prog.	08.4510004.2101	Manutenção da Infra-Estrutura- Conselho Tutelar			
Categ. Econ.	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	28	1.500.0000.0000	10.000,00
Categ. Econ.	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	29	1.500.0000.0000	10.000,00
Valor da anulação por ação				R$	20.000,00
VALOR DA ANUALÇÃO POR UNIDADE.				R$	20.000,00
Unidade	02.04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE CULTURA E TURISMO			
Func. Prog.	27.1220002.2030	Gestão Administrativa SEMECT			
Categ. Econ.	3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	112	1.500.0000.0000	25.000,00
Valor da anulação por ação				R$	25.000,00
Func. Prog.	27.8120010.2032	Fomentando o Esporte Amador			
Categ. Econ.	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	116	1.500.0000.0000	10.000,00
Valor da anulação por ação				R$	10.000,00
Func. Prog.	27.8120010.2033	Da Base para o Futuro			
Categ. Econ.	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	120	1.500.0000.0000	10.000,00
Valor da anulação por ação				R$	10.000,00
VALOR DA ANUALÇÃO POR UNIDADE.				R$	45.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO				R$	65.000,00

Art. 3º. O crédito previsto na presente lei, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2024, Lei nº 1.804, de 26 de dezembro de 2023, e será aberto por Decreto do Executivo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revoga-se as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:CA3678D0

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI ORDINÁRIA Nº. 1882/2024

LEI ORDINÁRIA Nº. 1882/2024
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 25 DE JUNHO DE 2024.

"ABRIR CRÉDITO ADICIONAL POR SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE NA IMPORTÂNCIA DE R$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS), CONFORME DISPOSTO NA LEI 4.320/64, ART. 43, § 1º, INCISO III, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente

LEI.

Art. 1º. Abri Crédito Adicional por Suplementação e Anulação no Orçamento Vigente na Importância de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), para atender a Câmara Municipal, conforme funcional programática e categorias econômicas especificadas a seguir:

Especificação			FH	D.R.	Valor R$
Entidade	01.00.00	PODER LEGISLATIVO			
Unidade	01.01.00	CAMARA MUNICIPAL			
Func. Prog.	01.0310001.2001	Gestão das Atividades Legislativas			
Categ. Econ.	3.3.90.46.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	10	1.500.0000.0000	90.000,00
Valor da suplementação por ação				R$	90.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.				R$	90.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional aberto no art. 1º, será utilizada recursos orçamentários provenientes de anulação de dotação do orçamento vigente, da própria unidade orçamentária 01.01.00: CÂMARA MUNICIPAL, conforme funcional programática e categorias econômicas especificadas a seguir:

Especificação			FH	D.R.	Valor R$
Entidade	01.00.00	PODER LEGISLATIVO			
Unidade	01.01.00	CAMARA MUNICIPAL			
Func. Prog.	01.0310001.1001	Estruturação do Prédio - Câmara Municipal			
Categ. Econ.	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1	1.500.0000.0000	90.000,00
Valor da anulação por ação				R$	90.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO				R$	90.000,00

Art. 3º. O crédito previsto na presente lei, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2024, Lei nº 1.804, de 26 de dezembro de 2023, e será aberto por Decreto do Executivo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revoga-se as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:56136401

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº. 182/2024.

DECRETO Nº. 182/2024.
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 25 DE JUNHO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONFORME LEI Nº 1.879/2024 E DA OUTRA PROVIDENCIAS".

DENAIR PEDRO DA SILVA, Prefeito do Município de ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas

DECRETA

Artigo 1º - Fica autorizada a transposição de dotações no orçamento vigente para crédito especial nos termos do art. 41 incisos II da Lei 4320/1964 na importância de R$ 848,33 (oitocentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos), conforme discriminado abaixo, o crédito será coberto com recursos provenientes de anulação de dotação conforme art. 43 § 1 inciso III da Lei 4320/1964.

Crédito adicional		Anulação de Dotação		
Dotação	Funcional Programática	Dotação	Funcional Programática	Valor
444	02.04.00 27.781 0010 **1143** **3.3.90.30.00** 1.701.0000.0000	118	02.04.00 27.812 0010 2033 3.3.90.30.00 1.500.0000.0000	848,33

Artigo 2º - Fica autorizado o remanejamento de dotações no orçamento vigente para crédito especial nos termos do art. 41 incisos II da Lei 4320/1964 na importância de R$ 3*25.635,19 (trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e cinco reais e dezenove centavos)*, conforme discriminado abaixo, o crédito será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação conforme art. 43 § 1 inciso II da Lei 4320/1964.

Crédito adicional		Excesso de Arrecadação		
Dotação	Funcional Programática	Receita	Funcional Programática	Valor
443	02.04.00 27.781 0010 **1143** **3.3.90.32.00** 1.701.0000.0000	193	1.7.2.4.99.0.1.05 – AQ MAT ESP UNIF FEM CV 241/2024/PGE-SEJUCEL	18.9000,00
444	02.04.00 27.781 0010 **1143** **3.3.90.30.00** 1.701.0000.0000	193	1.7.2.4.99.0.1.05 – AQ MAT ESP UNIF FEM CV 241/2024/PGE-SEJUCEL	9.100,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:0E0413A7

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº. 185/2024.

DECRETO Nº. 185/2024.
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 25 DE JUNHO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONFORME LEI Nº 1.882/2024 E DA OUTRA PROVIDENCIAS".

DENAIR PEDRO DA SILVA, Prefeito do Município de ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas

DECRETA

Artigo 1º - Fica autorizada a transferência de dotações no orçamento vigente para crédito suplementar nos termos do art. 41, inciso II da Lei 4320/1964 na importância de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) conforme discriminado abaixo, o crédito será coberto com recursos provenientes de anulação de dotação conforme art. 43 § 1 inciso III da Lei 4320/1964.

Crédito adicional		Anulação de Dotação		
Dotação	Funcional Programática	Dotação	Funcional Programática	Valor
10	01.01.00 01.031 0001 2001 3.3.90.46.00 1.500.0000.0000	1	01.01.00 01.031 0001 1001 4.4.90.51.00 1.500.0000.0000	90.000,00

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:93530E51

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso/RO adjudica e homologa a despesa por meio de **Inexigibilidade de Licitação**, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº. 14.133/21, e suas posteriores alterações, referente ao Processo Administrativo nº 1588/2024, cujo objeto é a: "contratação de serviço de Revisão de Garantia de 100.000 KM no veículo ônibus GRAN MICRC S3 IVECO MARCARELLO, Placa QTI8F02, ANO FABRICAÇÃO 2022, ANO MODELO 2023, CHASSI: 93ZK01BDZP8949023, " **novalor global de R$ 4.830,44 (quatro mil, oitocentos e trinta reais e quarenta e quatro centavos),** em favor de da Empresa: **COVEZI CAMINHOES E ONIBUS LTDA**, inscrita no CNPJ: 35.963.155/0008-84.
Alto Paraíso – RO, 25 de junho de 2024.

H O M O L O G A D O
NA FORMA DA LEI

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal
Documento Assinado Eletronicamente

Publicado por:
Eliene da Silva
Código Identificador:2CEDBAB0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CONTRATO Nº 025/PMAP/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – RO E A EMPRESA T F DE SOUZA SOARES LTDA – CNPJ Nº 35.297.841/0001-97.

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, com sede na Rua Marechal Candido Rondon, 3031 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 63.762.025/0001-42, nesta cidade de Alto Paraíso/RO, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo **Sr João Pavan**, **Prefeito Municipal**, portador da Cédula de Identidade – RG n.º 4.***.749-* SSP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF n.º ***.567.***-68, com a interveniência do **Secretário Municipal de Saúde - SEMSAU, Sr. Rodrigo da Silva Queiroz**, portador da Carteira de Identidade nº 10***52 SESDEC/RO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF /MF sob o nº ***.381.***-89, e de outro lado a **Empresa T F DE SOUZA SOARES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 35.297.841/0001-97, estabelecida na cidade de Ouro Preto do Oeste/RO, na Avenida Gonçalves Dias, nº 3867, Sala B, Bairro Bela Floresta, CEP 76.920-000, neste ato representado por seu **representante legal, Sr Thiago Ferreira de Souza Soares,** portador do RG n.º 12***79/SESDEC/RO, inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF nº 011.***.172-** doravante denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente instrumento, motivado através do Processo Administrativo 1-3298/2023/SEMSAU, da Tomada de Preço nº _____ e será regido pela Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e legislações correlatas, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO DO CAF – CENTRO DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO E FARMÁCIA BÁSICA**, conforme Processo Administrativo 1-3298/2023/SEMSAU**.**

II - CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor global do presente contrato é de **R$ 816.660,44 (oitocentos e dezesseis mil e seiscentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos).**

III - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. À Contratante, fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da realização dos serviços, objeto desta licitação, estes não estiverem de acordo o Projeto Básico, Projeto Executivo, Planilha Orçamentária de Custos e Cronograma Físico-Financeiro.

3.2. O pagamento dos serviços será realizado de acordo com as medições e nos termos estabelecidos no cronograma físico-financeiro, mediante depósito bancário até o 30º (trigésimo) dia a contar da data

do adimplemento de cada parcela, devendo a empresa emitir nota fiscal que será devidamente certificada pelo setor responsável pela fiscalização dos serviços. Deverá, ainda, como condição de pagamento, a empresa apresentar comprovação de recolhimento dos encargos sociais/previdenciários - GPS - referente a execução do contrato e da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - da obra.

3.3. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

3.4. O pagamento não será efetuado se:

Houver o descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, o que ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;

Enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida;

Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais;

A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal, serão os mesmos devolvidos a contratada para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

3.5. Os eventuais encargos financeiro, processuais e outros, decorrentes da inobservância, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

3.6. A ADMINISTRAÇÃO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

3.7. A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

3.8. A CONTRATADA deverá apresentar o recolhimento de todos os impostos de competência do Município, inclusive o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, a ser recolhido na fonte pagadora, por se tratar de recurso municipal, quando o CONTRATANTE for o ente público.

IV – CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS

4.1. Prazo de início dos serviços:

4.1.1. Os serviços serão iniciados no prazo de **10 (dez) dias,** após a emissão da ordem de serviço.

4.2. Prazo de execução da obra:

4.2.1. O prazo para a execução da obra será de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, prazo este que será contado a partir da emissão da ordem de serviço.

4.3. Prazo de vigência do contrato:

4.3.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da ordem de serviço.

V – CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES

5.1. A Contratada assumirá todas as despesas de impostos e taxas, bem como as demais obrigações constantes, conforme **Processo Administrativo** nº 1-3298/2023 e a Contratante não se responsabiliza por quaisquer custos com a execução dos serviços.

VI – CLÁUSULA SEXTA - DA CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA

6.1. Os recursos necessários para a contratação estão alocados no Orçamento Programa do exercício do ano 2024, na função programática, Unidade Orçamentária: **02.09.01**, Projeto Atividade: **10.122.1002.2048.0001**, Elemento de despesa: **4.4.90.51.00**, Ficha: **400.**

VII – CLÁUSULA SÉTIMA - DO PEDIDO DE EMPENHO

7.1. Os valores dos produtos serão empenhados através do (s) Pedido (s) de Empenho nº **563/2024.**

VIII – CLÁUSULA OITAVA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. A execução dos serviços objeto do presente contrato se dará em conformidade com as especificações do projeto básico.

IX – CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO (Art. 65, Lei 8.666/93)

9.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65, da Lei 8.666/93 e alterações, devidamente comprovadas.

X - CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. Aplicam-se no presente contrato, todas as legislações pertinentes para o seu fiel cumprimento, em especial a Lei nº 8.666/93.

XI – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, Lei 8.666/93)

11.1. O não cumprimento do objeto deste contrato e das demais cláusulas, implicará na aplicação de sanções a CONTRATADA, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

11.2. As sanções de que trata o "*caput*" desta cláusula, poderão ser das seguintes naturezas:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Rescisão da carta contrato;

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Prefeitura Municipal.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração os prejuízos causados, após decorrido o prazo da sanção aplicada.

11.3. Fica fixado o percentual de 0,5% sobre o valor da adjudicação, a título de multa de mora, por dia de atraso na execução dos serviços, até o 30º (trigésimo) dia, salvo comprovadamente justificado pela empresa e aceito pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal;

11.4. Ultrapassado o prazo acima mencionado, a empresa adjudicatória ficará sujeita, ainda, à multa correspondente a 10% do valor adjudicado.

11.5. O valor da multa aplicada será descontado do pagamento e, quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.6. As sanções previstas alíneas "a", "c", "d" e "e", poderão ser aplicadas cumulativamente com a alínea "b", facultado a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

XII – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, Lei 8.666/93).

11.2. A Contratante se obriga a:

a) Promover, através de seu representante, acompanhamento e fiscalização dos serviços;

b) Determinar, através da Secretaria Municipal de Saúde, as prioridades dos serviços a serem executados;

c) Efetuar o pagamento ao contratado de acordo com as medições e nos termos estabelecidos no cronograma físico-financeiro, mediante depósito bancário ou cheque administrativo até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao adimplemento de cada parcela, devendo a empresa emitir nota fiscal que será devidamente certificada pelo setor responsável pela fiscalização dos serviços;

d) Recusar o serviço que esteja fora das especificações e qualificações mínimas exigidas no projeto básico;

12.3. A Contratada se obriga a:

a) Executar os serviços descriminados na cláusula primeira desta carta contrato de acordo com o Projeto Básico, Projeto Executivo e Cronograma físico-financeiro;

b) Facilitar o acesso ao local dos serviços para a realização da fiscalização pela Comissão de Recebimento de Obras da Prefeitura, bem como comunicar os serviços concluídos para aprovação e qualquer irregularidade e providências a serem tomadas;

c) Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritária e exclusivamente as suas custas e riscos, no total ou em parte e dentro de um prazo não superior ao original, os serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas,

imperfeições ou recusados pela Administração Municipal, decorrente de culpa da empresa prestadora dos serviços, inclusive do emprego de mão de obra, pelos acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior;
d) Recrutar e contratar a mão de obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da Prefeitura, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, total responsabilidade pela coordenação dos encargos administrativos, tais como: controle de frequência, fiscalização e orientação técnica, controle, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc;
e) Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com esta carta contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a Prefeitura;
f) Responder por todo e qualquer dano que causar à Prefeitura ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura.
g) Autorizar descontos em suas faturas do valor correspondente aos referidos danos, pertinentes aos pagamentos mensais que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.
h) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrentes de modificações quantitativos ou projetos ou especificações, conforme disposto no §§ 1º e 2º do artigo 65 da Lei 8.666/93 e alterações.
i) Manter durante a execução da carta contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Tomada de Preços nº 024/2023.

XIII – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA (art. 56, Lei 8.666/93)
13.1. A Contratante, no ato da assinatura do contrato, exige da empresa contratada, garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor a ela adjudicado, de acordo com o art. 56 da Lei 8.666/93.
XIV – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII e IX, Lei 8.666/93)
14.1. A Contratante poderá rescindir o presente contrato, unilateralmente, de acordo com o previsto no inciso I, do artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.
14.2. Na ocorrência da rescisão prevista no "*caput*" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante, em virtude desta decisão, salvo o pagamento dos serviços já realizados e devidamente comprovados.
14.3. Ficam reconhecidos os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.
XV – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO (art. 55, inciso XI, Lei 8.666/93)
15.1. Fica este contrato vinculado ao **Processo Administrativo nº** 1-3298/2023**,** da **TOMADA DE PREÇO Nº 024/2023** e as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei n.º 8.883/94 e 9.648/98.
XVI – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO
16.1. O presente contrato será levado à publicação em conformidade com as exigências legais, através do setor competente do Município.
XVII – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO
17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes- RO, para dirimir os eventuais litígios ou dúvidas que porventura possa surgir referente ao presente contrato, caso as mesmas não sejam resolvidas de comum acordo, salvo se na fluência deste, a sede do Município de Alto Paraíso/RO seja classificada em nível de Comarca.
E por assim estarem certos e contratados, assinam o presente Contrato na forma eletrônica, juntamente com 02 (duas) testemunhas cientes e capazes, que também o assinam.

Alto Paraíso – RO, 24 de junho de 2024.

(Assinatura Eletrônica)
JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

(Assinatura Eletrônica)
T f de Souza Soares Ltda -
Cnpj Nº 35.297.841/0001-97
Empresa Contratada
THIAGO FERREIRA DE SOUZA SOARES
Representante Legal

(Assinatura Eletrônica)
RODRIGO DA SILVA QUEIROZ
Secretário Municipal de Saúde - SEMSAU

Testemunha (s): (assinatura Eletrônica)

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:D3310649

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
PORTARIA Nº 315 DE 24 DE JUNHO DE 2024.

PORTARIA Nº 315 DE 24 DE JUNHO DE 2024.

"NOMEAR ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (DATA PROTECTION OFFICER – DPO)"

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear a Sra. **JENIFFER PRISCILA ZACHARIAS**, inscrita no CPF sob o nº ***.576.092-**, matricula 1149, para exercer a função de Encarregado de Proteção de Dados Pessoais (Data Protection Officer – DPO).

Art. 2º DESIGNAR a servidora **RHAVENA SOUZA VIEIRA DE BENITEZ AFONSO**, inscrita no CPF sob o nº ***.177.632-**, matrícula 3922, para substituir a Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 3º. São atribuições do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais:
I - Aceitar reclamações e comunicações, prestar esclarecimentos e adotar providências;
II - Orientar os servidores, funcionários e os contratados da administração a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;
III – receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências; e
IV - Executar as demais atribuições estabelecidas em normas complementares.

Art. 4º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, 24 de junho de 2024.

Documento Assinado Eletronicamente
JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:E5A3A346

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

DRH DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE CEDÊNCIA N° 74/GAB/2024 DO SERVIDOR DARIO MOTA VIEIRA

De 25 de Junho de 2024.

"DISPÕE SOBRE DISPONIBILIDADE DE SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Alvorada D'Oeste/RO., **VANDERLEI TECCHIO**, no uso de suas atribuições legais, e o processo de n. 1087/2024, que tem como objeto a disponibilidade de servidor municipal.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica renovado a cedência com ônus á **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL/RO** o servidor Srº. **DARIO MOTA VIEIRA**, no cargo de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, pertencente ao quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - O servidor prestará serviços para **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL/RO**, por um período de (06) meses, de 01/07/2024 á 31/12/2024, devendo o mesmo arcar com todos os ônus de remuneração e direito do servidor.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se;

Arquive-se.

VANDERLEI TECCHIO
Prefeito do Municipio

Publicado por:
Laíssa Costa de Oliveira
Código Identificador:08209FCF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 1150/2024 DE 24 DE JUNHO DE 2024

Lei nº 1150/2024DE 24 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025, DE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE/RO, usando da atribuição que lhe é conferido no artigo 63 c/c artigo 64, inciso X todos da Lei Orgânica do Município de Alvorada do Oeste.

FAÇO SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, § 2º, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 4º, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF) e no disposto no art. 63 e art. 64 inciso X da Lei Orgânica Municipal, ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2025:
As disposições preliminares;
as prioridades e metas da administração pública municipal.
a estrutura e a organização dos orçamentos;
das diretrizes gerais para a elaboração, execução e acompanhamento dos orçamentos do município e suas alterações;
as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
as disposições sobre a administração da dívida pública municipal e das operações de crédito;
das disposições sobre os fundos especiais;
as disposições sobre as transferências voluntárias;
as disposições sobre os precatórios judiciais
as disposições sobre as alterações na legislação tributária
as disposições finais.

§ 1º. Integram, ainda, esta lei os Anexos que tratam das Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, de conformidade ao que dispõe os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.
§ 2º. Os Anexos que estabelecem as prioridades e metas da Administração Pública Municipal serão encaminhadas juntamente com o Projeto de Lei que estabelece o Plano Plurianual.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2025 serão definidas por ações classificadas por função, subfunção e programas de governo.
CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

SEÇÃO I
Conceitos Gerais
Art. 3º Para efeito desta lei entende-se por:
Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendido estes, como os de maior nível da classificação institucional;
Transferências voluntárias, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde;
Concedente, o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, responsável pela transferência de recursos financeiros;
Convenente, o ente da Federação com o qual a administração municipal pactue a execução de um programa com recurso proveniente de transferência voluntária.
Remanejamento - São realocações no Orçamento mediante a destinação de recursos de um órgão para outro, relativo à Estruturação e/ou reforma administrativa, sempre precedida de Lei Autorizativa.
Transposição - São realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão.
Transferência - São realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Alterações da Despesa São realocações no âmbito do Orçamento Programa, dos Elementos de Despesa utilizados para identificar o Gasto, mantidos a classificação da Despesa até o nível de Modalidade.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.
§ 2º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto e a operação especial, identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, conforme estabelece a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, e suas posteriores alterações.
§ 3º As regiões de planejamento que identificarão a localização física da ação nos programas de trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual deverão ser compatíveis com as constantes no Plano Plurianual 2022-2025.
§ 4º Os projetos, atividades e operações especiais de natureza abrangente ou que atendam a situações emergenciais, serão alocados no código 9999.

SEÇÃO II
Das Diretrizes Gerais

Art. 4º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de:
Atingir as metas fiscais relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidas no Anexo I desta Lei, necessários para garantir solidez financeira e o equilíbrio entre receitas e despesas da administração pública municipal;
Evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, compreendendo uma ação planejada e transparente, mediante o acesso público às informações relativas ao Orçamento Anual, inclusive por meios eletrônicos e através da realização de audiências ou consultas públicas;
Aumentar a eficiência na utilização dos recursos públicos disponíveis e elevar a eficácia dos programas por eles financiados;

Parágrafo único. As metas fiscais previstas nos Anexos desta Lei poderão ser ajustadas no Projeto da Lei Orçamentária para fins de compatibilidade entre os instrumentos de planejamento, se verificado, quando da sua elaboração, alterações dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas e do comportamento da respectiva execução.
SEÇÃO III
Da Composição da Lei Orçamentária

Art. 5º A Lei Orçamentária compor-se-á de:
Orçamento Fiscal;
Orçamento da Seguridade Social;
Art. 6º A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação do Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, nos quais discriminarão as despesas por unidade orçamentária detalhadas por categoria de programação, com suas respectivas dotações, especificando as esferas orçamentárias, os grupos de natureza de despesas e as modalidades de aplicação de acordo com o disposto na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e com a Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações da Secretaria do Tesouro Nacional.
§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da Seguridade Social (S).
§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesas de mesmas características quanto ao objeto de gasto, devendo ser assim discriminados na Lei Orçamentária de 2024:
Pessoal e Encargos Sociais - 1;
Juros e Encargos da Dívida - 2;
Outras Despesas Correntes - 3;
Investimentos - 4;
Inversões Financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas - 5;
Amortização da Dívida - 6.
§ 3º A especificação da modalidade de despesa de que trata este artigo observará o seguinte detalhamento:
Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos - 50;
Transferências a Consórcios Públicos – 71;
Aplicações diretas - 90;
Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – 91;

§ 4º - Na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, nos termos do Art. 6º da Portaria Interministerial 163/2001 da STN.
Art. 7º A Lei Orçamentária Anual compreenderá o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada no momento da sua ocorrência, na sua totalidade, no Sistema de planejamento, finanças e contabilidade do Município.
Art. 8º O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto na Lei Orgânica Municipal e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o seu orçamento.
Art. 9º O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído da forma discriminada nos incisos abaixo:
Texto da Lei;
Quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no §1º, incisos I, II, III, IV, §2º, incisos I, II e III, do art. 2º, inciso III do artigo 22, da Lei nº 4.320/64 e art. da Lei Complementar 101/00, na forma dos seguintes demonstrativos:
sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções do governo;
quadro demonstrativo da receita e despesa segundo categorias econômicas, na forma do Anexo I da Lei nº 4.320/64;
receita segundo as categorias econômicas – Anexo 2 da Lei 4320/64;
natureza da despesa segundo as categorias econômicas – Consolidação Geral –Anexo2 da Lei n° 4.320/64;
quadro discriminativo da receita, por fontes, e respectiva legislação;
quadro das dotações por órgãos do governo: Poder Legislativo e Poder Executivo;
quadro demonstrativo da despesa por órgãos, por unidade orçamentária, programa de trabalho – Anexo 6 da Lei 4320/64;
quadro demonstrativo da despesa por programa anual de trabalho do governo, por função governamental – Anexo 7 da Lei 4320/64;
quadro demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo com os recursos – Anexo 8 da lei 4320/64;
quadro demonstrativo das despesas por órgãos e funções – Anexo 9 da Lei 4320/64;
quadro demonstrativo da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;
quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do governo em termos de realização de obras e de prestação de serviços;
tabela explicativa da evolução da receita e da despesa - artigo 22, inciso III, da Lei n° 4320/64;
descrição sucinta de cada unidade administrativa, suas principais finalidades e respectiva legislação;
demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;
anexo demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e as metas constantes do Anexo de Metas Fiscais, que integra a LDO;
demonstrativo de medidas de compensação às renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

Art. 10 Conforme determinado pelo art. 22, inciso I da lei 4.320/64 a mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:
exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldo

de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis;
justificativa da Receita e Despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital;
justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, dos principais agregados;
demonstrativo da despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, confrontando a sua totalização com as receitas correntes líquidas, nos termos da Lei Complementar 101/2000.
demonstrativo da receita nos termos do art. 12, da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES.

SEÇÃO I
Das Diretrizes Gerais para a Elaboração dos Orçamentos do Município

Art. 11 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2025 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levará em conta a obtenção dos resultados previstos nos Anexos integrantes nesta desta lei.
Art.12 Serão divulgados pelo Poder Executivo no portal de Transparência:
Lei de Diretrizes Orçamentárias;
Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
Art. 13 A alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual, em seus créditos adicionais e na respectiva execução, observadas as demais diretrizes desta Lei e tendo em vista propiciar o controle das despesas, o acompanhamento e a avaliação dos resultados das ações de governo, será feita:
Por programa, projeto, atividade e operação especial, com a identificação das classificações orçamentárias da despesa pública;
Diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução do projeto, atividade ou operação especial, correspondentes.
Art. 14 Na programação da despesa estão proibidas:
A fixação de despesas sem que estejam definidas suas respectivas fontes de recursos e estejam legalmente instituídas as unidades executoras;
A inclusão de projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados os casos das ações padronizadas com objetivos complementares e interdependentes.
Art. 15 As propostas do Poder Legislativo e entidades do Poder Executivo serão encaminhadas à Secretaria Municipal de Planejamento até o dia 01 de Agosto de 2024, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2025, observados os demais prazos e disposições estabelecidas no Manual Técnico de Elaboração do Plano de Trabalho Anual e Orçamento.
Art. 16 As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por Órgãos, Fundos, Fundações, Autarquias e demais entidades instituídas e mantidas pelo Poder Público, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, somente poderão ser programadas para custear as despesas com investimentos e inversões financeiras depois de atenderem integralmente às necessidades relativas ao custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida e as contrapartidas das operações de crédito e dos convênios.

SEÇÃO II
Das Diretrizes Gerais para a Execução e Acompanhamento dos Orçamentos do Município e suas alterações

Art. 17 As solicitações de abertura de créditos adicionais, dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual, serão submetidas à Secretaria Municipal de Planejamento, acompanhadas de justificativa, de indicação dos efeitos dos acréscimos e reduções de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais e respectivas regionalizações atingidas e das correspondentes metas.
§ 1º A Lei Orçamentária Anual estabelecerá em percentual os limites para abertura de créditos suplementares e especiais, não compreendido entre os limites os remanejamentos internos e as transposições e transferências de recursos entre unidades orçamentárias da Administração Municipal.
§ 2º As anulações de categorias de programação já existentes, da mesma unidade orçamentária ou entre unidades orçamentárias diferentes, no limite da autorização orçamentária mencionada no parágrafo anterior, serão operacionalizadas por crédito suplementar e abertos por Decreto do Poder Executivo.
§ 3º As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesas.
§ 4º Ficam autorizados os remanejamentos, transposições e transferências orçamentárias na forma definida no Art. 167, inciso VI da Constituição Federal.
Remanejamento - São realocações no Orçamento mediante a destinação de recursos de um órgão para outro, relativo à Estruturação e/ou reforma administrativa, sempre precedida de Lei Autorizativa.
Transposição - São realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão.
Transferência - São realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

§5º. As Alterações da Despesa são realocações no âmbito do Orçamento Programa, dos Elementos de Despesa utilizados para identificar o Gasto, mantidos a classificação da Despesa até o nível de Modalidade e não constituem alterações Orçamentárias.
Art. 18 – Os Poderes Executivo e Legislativo para efeitos de aplicação do Plano de Contas Único Obrigatório aos Municípios, poderão abrir as naturezas de despesas para atendimento das novas MODALIDADES DE APLICAÇÃO e ELEMENTOS DE DESPESA criados por Portaria Conjunta STN/SOF conforme a necessidade de registros durante a execução do Orçamento Programa.
Art. 19 As movimentações de recursos de uma ação entre elementos de despesa pertencentes ao mesmo grupo de despesa, no mesmo projeto, atividade, operação especial, na mesma região e na mesma modalidade de aplicação não serão considerados créditos suplementares, e sim alterações de quadro de detalhamento de despesa, sem alterações de metas.
Parágrafo único. As movimentações de que trata o *caput* serão realizadas diretamente no Sistema de Administração Financeira e Orçamentária do Município e publicadas através e Portaria do Secretário Municipal de Planejamento.
Art. 20 O projeto de lei orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, de acordo com o inciso III do artigo 5º da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, no valor no mínimo 0,5% (meio ponto percentual) e no máximo 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2025.
§ 1º - A reserva de contingência atenderá passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
§ 2º – Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5ºIII, "b" da LRF).
§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 30 de outubro de 2025, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.
Art. 21 A Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão novos projetos de investimentos em obras da Administração Pública municipal, se:
As obras inacabadas tiverem sido contempladas com recursos orçamentários; e
As obras novas estiverem compatíveis com o PPA e comprovada sua viabilidade técnica, econômica e financeira.
Art. 22 Com vistas ao cumprimento das metas fiscais previstas nos Anexos desta Lei, os Poderes Legislativo e Executivo deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei

Orçamentária de 2025, cronograma de execução mensal de desembolso para o referido exercício, contemplando, para cada órgão, os limites agrupados em Pessoal e Encargos Sociais, Atividades de Manutenção, Atividades Finalísticas, Projetos e Operações Especiais e as Fontes de Recursos.

Art. 23 Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita está aquém do previsto o Poder Executivo por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, procederão à limitação de empenho e movimentação financeira, para adequar o cronograma de execução mensal de desembolso ao fluxo da receita realizada e visando atingir as metas fiscais estabelecidas para o exercício, de conformidade com o disposto nos artigos 8º e 9º da Lei Complementar nº 101/2000, observados os seguintes procedimentos:

A limitação de empenho e movimentação financeira será efetuada na seguinte ordem decrescente:

investimentos e inversões financeiras;

outras despesas correntes.

as despesas atendidas com recursos de contrapartida em operações de créditos e convênios;

Pessoal e Encargos Sociais.

§ 1º No âmbito do Poder Executivo à Secretaria de Planejamento caberá analisar os projetos e atividades finalísticas, inclusive suas metas, indicadas pelas unidades orçamentárias, cuja execução poderá ser adiada sem afetar os resultados finais dos programas governamentais contemplados na Lei Orçamentária.

§ 2º Caso ocorra à recuperação da receita prevista, total ou parcialmente, far-se-á a recomposição das dotações limitadas de forma proporcional às reduções realizadas.

Art. 25 O Controle das disponibilidades financeiras por Fonte ou destinação de Recursos, deve ser feito desde a elaboração do orçamento até a sua execução, incluindo o ingresso, o comprometimento e a saída de recursos orçamentários.

§ 1º Durante a execução da despesa, os recursos apurados por superávit financeiro, poderão ser utilizados na execução da despesa orçamentária por fonte/destinação de recursos, sendo que os montantes utilizados deverão ser objeto de limitação na abertura de créditos suplementares por Superávit Financeiro.

§ 2º Após as verificações bimestrais do comportamento da receita, e verificado a frustação da receita, os recursos apurados em superávit financeiro do exercício anterior, poderão ser utilizados como compensação na frustação de receita do corrente exercício, mediante portaria do órgão gestor dos recursos.

Art. 26 Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a inversão de fonte de recursos Financeira, para atendimento de despesas cuja a arrecadação por fonte/destinação de recursos ainda não tenha ocorrido ou esteja insuficiente no momento de sua liquidação.

Art. 27 Fica o Poder Executivo autorizado a realizar despesas administrativas Intra-Orçamentárias mediante alterações orçamentárias para atender especificamente essas operações destinadas a vinculação de recursos das fonte/destinação oriundas dos recursos Ordinários não vinculados.

Art. 28 Para efeito do § 3° do art. 16 da Lei complementar Federal n° 101/00 entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estipulados nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal n° 14133, de 01 de Abril de 2021.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 29 Serão observados pelos Poderes Executivo e Legislativo, na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais, os limites previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 30 A realização de concursos públicos para a admissão de servidores, no exercício de 2025**,** observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente será efetivada se:

I - estiver de conformidade com o disposto nos artigos 21 e 22 da Lei Complementar Federal n° 101/00.

II - houver dotação orçamentária suficiente para atender as despesas correspondentes.

Art. 31 – A lei que autorizar a realização de concurso público para admissão de servidores deverá ser acompanhada da estimativa do impacto orçamentário financeiro conforme estabelece o art. 16 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 32 Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 21 e. 22 da Lei Complementar Federal n° 101/00 a contratação de hora extra fica restrita às necessidades emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 33 As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão de obra, que se referem à substituição de servidores e empregados, de acordo com o § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101/2000, e aquelas referentes a ressarcimento de despesa de pessoal requisitado, serão classificadas em dotação específica e computadas no cálculo do limite da despesa total com pessoal.

§ 1º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput* deste artigo, os contratos de terceirização que tenham por objeto a execução indireta de atividades que, não representando relação direta de emprego, preencham simultaneamente as seguintes condições:

I - sejam assessorias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal e regulamentar do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria em extinção.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, não serão considerados os contratos de terceirização de mão de obra para execução de serviços de limpeza, vigilância e segurança patrimonial e outros de atividades meio, desde que as categorias funcionais específicas existentes no quadro de pessoal do órgão ou entidade sejam remanescentes de fusões institucionais ou de quadros anteriores, não comportando a existência de vagas para novas admissões ou contratações.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 34 As operações de crédito, interna e externa, reger-se-ão pelo que determinam as resoluções do Senado Federal e em conformidade com dispositivos da Lei Complementar Federal nº 101/2000 pertinentes à matéria.

Art. 35 A captação de recursos na modalidade de operações de crédito, pela administração direta ou por entidade da administração indireta, observada a legislação em vigor, será feita mediante a contratação de financiamentos.

Art. 36 Somente poderão ser incluídas no projeto de Lei Orçamentária, as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito que já tenham sido autorizadas pelo Legislativo ou já contratadas junto aos organismos financeiros competentes, até o período de elaboração do Orçamento.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE OS FUNDOS ESPECIAIS

Art. 37 Para efeitos desta Lei entende-se por Fundos Especiais, os Fundos cujo o produto de receitas específicas que por lei se vinculam a realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Art. 38 A criação, alteração ou extinção de fundos far-se-á por lei, ficando condicionada a sua aprovação à avaliação da viabilidade técnica pelas Secretarias Municipais de Planejamento e Finanças, de Fazenda, da Controladoria Geral do Município, e da Procuradoria Geral do Município.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Art. 39 As transferências voluntárias de recursos do Município para outros entes da Federação, mediante convênios ou outros instrumentos congêneres, dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que atende aos requisitos estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 40 A propositura e a assinatura de convênios ou outros instrumentos congêneres para obtenção de recursos da União e/ou do Estado e de financiamentos, nacionais ou internacionais, deverão sempre ser precedidas de comprovação, pela entidade proponente, dos recursos orçamentários e financeiros para a contrapartida.
§ 1º O Poder Executivo deverá encaminhar ao Poder Legislativo projeto de Lei de Crédito Especial para recursos provenientes de convênios, mediante a assinatura do competente instrumento, conforme Lei 4320/64.
§ 2º Os órgãos e entidades detentores de recursos vinculados ou que possuam receita própria, deverão arcar com as contrapartidas dos convênios celebrados, ficando vedada a utilização de recursos da fonte 100 para tal finalidade, excetuando-se as já existentes na Lei Orçamentária ou as oriundas de créditos adicionais, observado o limite de suplementação autorizado na Lei Orçamentária.
Art. 41 Ficam vedados quaisquer procedimentos no âmbito do Sistema de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Município que viabilizem a execução de despesas sem a devida comprovação da disponibilidade de dotação orçamentária.
Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.
Art. 42 O Poder Executivo deverá incluir na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, os recursos destinados às transferências voluntários para entidades privadas sem fins lucrativos, para execução em regime de mutua colaboração, de ações de interesse recíproco, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, cultura, saúde ou educação e que preencham uma das seguintes condições:
I - estejam registradas como entidades de fins filantrópicos;
II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica ou assistencial;
III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

Parágrafo único. É vedada a destinação de recursos a título de doações, subvenções sociais ou auxílios para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar.
Art. 43 É vedada a destinação de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6o, da Lei no 4.320, de 1964, para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:
de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação especial, ou representativa da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais da educação básica;
voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas como entidades de fins filantrópicos;
consórcios públicos, legalmente instituídos;
Art. 44 É vedada a destinação de recursos do Município para instituições ou entidades privadas que não coloquem suas contas acessíveis à sociedade civil.
Art. 45 As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE OS PRECATÓRIOS JUDICIAIS

Art. 46 A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2025 obedecerá ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.
Art. 47 A Procuradoria Geral do Município providenciará junto ao Poder Judiciário a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2025, conforme determina o § 1º do art. 100 da Constituição Federal, discriminada por órgãos da administração direta e indireta, especificando, no mínimo:
número da ação originária;
data do ajuizamento da ação originária, quando ingressada após 31 de dezembro de 1999; Praça Alencastro, Palácio Alencastro, 7º andar Cuiabá - MT 12
número do precatório;
natureza da despesa: alimentar ou comum;
data da autuação do precatório;
nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago;
data de atualização do valor requisitado;
órgão ou entidade devedora;
data do trânsito em julgado.

Parágrafo único A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Planejamento, até 10 de Agosto de 2024, a relação de todos os precatórios judiciais emitidos em desfavor do Município, acompanhados dos respectivos ofícios requisitórios, para serem incluídos na proposta orçamentária de 2025, observado o disposto no § 1º do art. 100 da Constituição Federal.
Art. 48 O empenho e pagamento de precatórios judiciais serão efetuados em categoria de programação específica, incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade, na unidade orçamentária da Procuradoria Geral do Município.
Art. 49 A Lei Orçamentária discriminará a dotação destinada ao pagamento de débitos judiciais transitados em julgado considerados de pequeno valor.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 50 Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal Projeto de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita ou emitirá orientações e procedimentos específicos sobre:
adaptação e ajustamentos da legislação tributária às alterações da correspondente legislação federal e demais recomendações oriundas da União;
revisões e simplificações da legislação tributária e das contribuições sociais da sua competência;
aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;
geração de receita própria pelas entidades da Administração Indireta, inclusive Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.
Parágrafo único. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos Orçamentos do Município, mediante a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício e daquelas propostas mediante projeto de lei, somente após a devida aprovação legislativa.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50 Ao projeto de lei orçamentária não poderão ser apresentadas emendas quando:
anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:
recursos vinculados;
recursos próprios de entidades da administração indireta, exceto quando remanejados para a própria entidade;
contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município;
anulem despesas relativas à:
dotações para pessoal e encargos sociais;
serviço da dívida;
limite mínimo de Reserva de Contingência.
Art. 51 A Secretaria Municipal de Planejamento disponibilizará no Portal de Transparência, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa por unidade orçamentária, do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, especificando para cada categoria de programação a fonte de recursos, a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento da despesa e a regionalização.

Art. 52 Nos termos dos artigos 76 e seguintes da Lei Federal nº 4.320/1964, o Poder Executivo exercerá os controles da legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, nascimento ou extinção de direitos e obrigações; da fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos; e do cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.
§ 1º A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente.
§ 2º Ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou a outro indicado na legislação, caberá o controle estabelecido no *caput*, que far-se-á, quando for o caso, em temos de unidades de medida, previamente estabelecidos para cada atividade.
Art. 53 O Poder Executivo, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2025, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/00, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.
Art. 54 - O Pode Executivo, deverá conforme determinando no MCASP, nos prazos estabelecidos no Plano de Transição para Implantação de que trata a IPC 00, estabelecer regras de controle de Custos a Administração Pública Municipal.
§ 1º - O Controle de Custos Tem por objetivo subsidiar decisões governamentais e organizacionais que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público, sendo essencial para a transformação na visão estratégica do papel do setor público.
§ 2º - Para a construção do Sistema de Controle de Custos serão consideradas as seguintes premissas:

Os sistemas estruturantes PESSOAIS, CONTABIL, ORÇAMENTÁRIO, ESTOQUES E PATRIMONIO, serão alterados para a inclusão de rotinas com a finalidade de atender o controle de custos do Município.
Serão considerados os dados da Administração Direta, Autarquias e Fundações que integram o sistema de contabilidade do Município.
No caso dos dados de pessoal, o nível de detalhamento dos dados será restrito à menor unidade de lotação do servidor, sem identificação do funcionário;
Os dados para efeito de apropriação de custo abrangem somente servidores ativos. No entanto, os dados de inativos e pensionistas (aposentados e instituidor de pensão, respectivamente) poderão ser fonte de dados;
Não será adotada inicialmente a sistemática de rateio de custos;

Art. 55 O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2025, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da Lei Orçamentária.
Art. 56 O projeto de Lei Orçamentária para 2025 será encaminhado à sanção até o encerramento do período legislativo.
Art. 57 Caso o projeto de Lei Orçamentária não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2024 a programação relativa à pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e demais despesas de custeio poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Câmara Municipal, até que a respectiva Lei Orçamentária seja sancionada ou promulgada.
Art. 58 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado por:
Aline da Silva Campos
Código Identificador:DDA4C6BA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
EXTRATO

Extrato ao 1º aditivo prazo ao contrato
CONTRATO Nº: 138/2022/SEMAF
PROCESSO Nº: 8345-4/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALVORADA D'OESTE – RO
CONTRATADO: EMPRESA JORNALISTICA C.P. DE RONDONIA LTDA.
OBJETO: Prorrogação do prazo de prazo de execução do contrato acima epigrafado, conforme dispõe o art. 57 da Lei 8.666/93.
DATA:21/06/2024
ASSINAM:
VANDERLEI TECCHIO– Prefeito Municipal – Contratante
EMPRESA JORNALISTICA C.P. DE RONDONIA LTDA – empresa contratada – Representada por JOSIAS BRITO DA SILVA.
ADRIANO ALVES FRANCO – Secretário Municipal de Administração e Fazenda - interveniente
OBS.: Contrato Assinado nos autos Respectivo.

ALINE DA SILVA CAMPOS
Procuradora-Geral Adjunta

Publicado por:
Aline da Silva Campos
Código Identificador:19A6E769

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
EXTRATO

Município De Alvorada D´Oeste/RO
Extrato de Termo de Rescisão Contratual
Processo n.º877-1/2023
Contrato n. º:051/PGM/2023
Distratante:MUNICÍPIO DE ALVORADA D´OESTE/RO
Distratada:ANDREIA CRISTINA DE ALCANTARA SILVA
Objeto: Termo de Rescisão Bilateral de Contrato Administrativo de prestação de serviços de técnica em enfermagem, com carga horário 40 horas semanais, o qual tinha por objeto a prestação de serviços à Secretaria Municipal de Saúde.
Data:19/06/2024
Assinam:
VANDERLEI TECCHIO– Prefeito Municipal de Alvorada d'Oeste - Distratante
ANDREIA CRISTINA DE ALCANTARA SILVA- Distratada
Obs.: Termo de Rescisão assinado nos respectivos autos. -

Publicado por:
Aline da Silva Campos
Código Identificador:5058CA1B

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

FUNDAÇÃO DE CULTURA ESPORTE E TURISMO
JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Referência:TERMO DE FOMENTO

Processo:17.069/2024

Proponente:Centro de Tradições Gaúchas Querência Nova - CTG,CNPJ sob on.º05.905.602/0001-66

Endereço: RuaRio Pardo, nº 1620, Setor Recreativo, CEP:76.873-036**,** Ariquemes/RO.

Objeto Proposto: Termo de Fomento entre o município de Ariquemes RO, através da Fundação de Cultura Esporte e Turismo-FUNCET eo Centro de Tradições Gaúchas Querência Nova, CNPJ sobn.º05.905.602/0001-66,para custeio do projeto **DANÇA 2024,** tem como visão o resgate, preservação e difusão da tradição da dança gaúcha, possibilitado que as pessoas tenham acesso a essa forma de arte e expressão cultural, além de contribuir para a promoção da saúde e bem estar físico e mental dos participantes,estimulando movimento e interação bem como a inclusão social, através de parcerias com outras entidades. As aulas pelo CTG tornam-se importante cultural e socialmente para a manifestação artística dessa cultura visto que a dança gaúcha, além de ser parte integrante da identidade cultural do Rio Grande do Sul, representa um meio de expressão e integração para a comunidade local.
Considerando objetivo do Plano de Trabalho e projeto básico de 24/06/2024 (ID 2464305) que é contratar profissional professor para ministrar aulas de dança, atendendo crianças e adolescentes, jovens,

adultos e idosos, com uma meta de atendimento de 85 (oitenta e cinco) pessoas entre o publico citado acima, ministradas no próprio CTG, na sede da APAE e no Centro de Convivência Idade Viva, 02(dois) dias semanais, conforme projeto básico neste processo.
Entre as várias áreas de atuação possíveis para as Políticas Públicasde culturae desporto destacamos com este projeto uma ferramenta extremamente importante para a inclusão social, atuando diretamente no incentivo as praticas dedança como meio de prevenção da saúde e difusão da cultura,evitando o sedentarismo infantil,jovem, adulto e da melhor idade.
Justifica-seo projeto Dança 2024 pelo apresentado, que além dos citados acima, o CTG - Querência Nova também se dedica a levar a cultura da dança para além das suas instalações, colaborando com escolas municipaise outras entidades da nossa região sendo uma abordagem inclusiva e educativa visando além da manutenção da tradição como também o despertar do interesse e o respeito pela cultura gaúcha em toda comunidade.
Através da execução deste projeto, a expectativa é que estas ações possamter continuidade atingindo outros que não os associados, oportunizando paratodos a difusão dessa cultura.
Também espera-se que a partir deste projeto, se consolide a parceria como CTG e FUNCET na execução de projetos continuados voltados ao desenvolvimento do desportoe da cultura.

Fundamento legal: Art. 29, INCISO VI,da Lei Federal nº 13.019/2014;
Valor total do Repasse: R$45.000,00 (Quarenta e cincomil Reais);
Período/Exercício:2024;
Tipo de Parceria:Termo deFomento.

DA JUSTIFICATIVADEINEXIGIBILIDADE:

Entendemos haver justificativa válida, idônea e de interesse público para acelebração do Termo de Fomento entre o Município de Ariquemes, por intermédio da Fundação de Cultura Esporte e Turismo- FUNCETeoCentro de Tradições Gaúchas Querência Nova, CNPJ sobn.º 05.905.602/0001-66,por Inexigibilidade de Chamamento Público.
Vale ressaltar que a inexigibilidade de chamamento público não dispensa aOrganização da Sociedade Civil de cumprir integralmente as outras etapas de celebração de parceria, como a apresentação do plano de trabalho, apresentação dos documentos necessários para a celebração da parceria, a apresentação da prestação de contas e as demais etapas obrigatórias.
CONSIDERANDO que o CTG oferece atendimento a pessoas em vulnerabilidade;
CONSIDERANDO que o presente TERMO DE FOMENTO possibilita ao Poder Público viabilizar o correto atendimento aos seus anseios sociais;
CONSIDERANDO que **o Centro de Tradições Gaúchas Querência Nova, CNPJ sob n.º 05.905.602/0001-66** desenvolve suas atividades há vários anos, sendo de importante valia e de fundamental necessidade registrar a reciprocidade de interesse das partes (Município eo Centro de Tradições Gaúchas Querência Nova) na realização, mútua, desta parceria.
Se observa pelo Plano apresentado, com descrição do serviço e da equipe de profissionais, a viabilidade de sua execução. Para tanto compõem o mesmo o cronograma de desembolso estimativo dos recursos, que está dentro de valores de mercado.
A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:
Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público
Os recursos a serem utilizados serão estão alocados no orçamento desta Fundação de Cultura, Esporte e Turismo - FUNCET no exercício de 2024, sendo: R$45.000,00 (Quarenta e cincomil reais) - Ficha 920;Ofício emendas parlamentares de 24/06/2024 (ID 2463129)advinda daParlamentarSimone MacedoconformeOfício entidade de 24/06/2024 (ID 2464243).
Diante do exposto, fica autorizada a abertura de procedimento de Inexigibilidade deChamamento Público, com fulcro no artigo da Lei13.019/2014 Art. 42 II - as obrigações daspartes.

Ariquemes 24 de junho de 2024.

Atenciosamente,

UANDERSON SILVA DE OLIVEIRA
Presidente da FUNCET
Decreto Nº 20.876/202

Publicado por:
Francielia de Sousa Oliveira
Código Identificador:6BCC1683

FUNDAÇÃO DE CULTURA ESPORTE E TURISMO
EDITAL Nº 13/2024 - REGULAMENTO GERAL 4º OPEN FUNCET DE TÊNIS DE MESA - 2024

EDITAL Nº13/2024- REGULAMENTO GERAL
4º OPEN FUNCET DE TÊNIS DE MESA - 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, através da **FUNDAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO,**Rua Rio Madeira, N.º 3699, Setor Institucional ,inscritono CNPJ nº 04.104.816/0001-16, no uso de suas atribuições legais, tornam público que fará realizar, PRESENCIAL, o**4º Open Funcet de Tênis de Mesa- 2024**, que será realizado nas categorias Infantil/Juvenil (até 17 anos), Adulto (18 a 29 anos), Sênior(30 a 39 anos), Veterano (+ 40 anos), Absoluto Feminino (Qualquer Faixa Etária) e Absoluta Masculino A (Qualquer Faixa Etária), Absoluta Masculino B (Qualquer Faixa Etária), Absoluta Masculino C (Qualquer Faixa Etária), respeitando o decreto vigente.

DOOBJETO
Art. 1º- O objeto é a Realização do**4ºOpen Funcet de Tênis de Mesa-2024,**residentes na Cidade de Ariquemese de outras cidades do Brasil.

DOOBJETIVOGERAL
Art.2º Iniciativa, valorizar e reconhecer os talentos esportivos em nível municipal e região

Art.3º- O 4º Open Funcet de Tênis de Mesa-2024visa:

a)incentivar a pratica esportiva na modalidade

b) dar oportunidade ao surgimento de novos talentos esportivos;

c) valorização e aperfeiçoamento da modalidade esportiva;

d) promover intercâmbio esportivo entre as atletas do município e convidados de outra cidades, proporcionando o fortalecimento da atividade esportiva de Ariquemes;

e) dar visibilidade à modalidade de Tênis de Mesa em nosso município;

f) Seguir as orientações preventivas relacionadas para evitar a proliferação do Covid-19, através de decretos e normas tecnicas da Vigilânica Sanitária;

Art. 4º- O**4ºOpen Funcet de Tênis de Mesa-2024,**será coordenado pela**Fundação deCultura,EsporteeTurismo**, através da Diretoria de Esportes, sendo representantes da FUNCET.

DOSPARTICIPANTES
Art. 5º. Poderão participar atletas, com residência no município de Ariquemes ede outras cidade do Brasil.
Art.6º Será aceita a inscrição de no mínimo 08 (oito) atletas participantes;

DAINSCRIÇÃO

Art.7º-A inscrições para**4º Open Funcet de Tênis de Mesa-2024**ocorrerão no período de 28 de Junho, à 15 de Agosto 2024, até às 13:30h, com o preenchimento presencial na sede da Diretoria de Esportes - Funcet,localizada Av Jk, Setor Institucional, Ariquemes

RO, no prédio do Estádio Gentil Valério de Lima. Horário de Atendimento de Segunda a Sexta-feira de 07:30h a 13:30h e apresentação dos seguintes documentos:

a) Cópiado RG e CPF, ou CNH, na ficha de inscrição;
b) em caso de menor de 18 (dezoito) anos, o inscrito deverá apresentar autorização dos pais ou responsáveis;
c) todos os documentos deverão ser entregues em envelope lacrado endereçado àFUNCET com identificação do participante até o dia da competição;
e) não serão aceitas inscrições após o prazo;
f) Anexar cópia dos dados bancário, no nome do participante ou responsável pelainscrição;

PARAGRAFO ÚNICO -As inscrições com documentos faltando serão aceitas, desde que a sua regularização de pendências seja resolvida até o dia da competição. A não regularização dos documentos implicará no cancelamento da inscrição de participação do**4º Open Funcet de Tênis de Mesa-2024.**

DASDISPOSIÇÕESGERAIS

Art.8º- O4º Open Funcet de Tênis de Mesa-2024, será disputado pelas agremiações denominadas clubes inscritos participantes, na forma deste regulamento.

PARAGRAFOÚNICO: Será aceita a inscrição de nomínimo 08 (oito) Atletas.

Art.9º- Será organizado e dirigido pela Diretoria de Esporte - FUNCET do Município de Ariquemes.

Art. 10º- Compete ao coordenador de árbitros designado pela Diretoria de Esportes, escalar a arbitragem para atuarem nas partidas.
PARAGRAFO ÚNICO:Não é permitida a nenhuma equipe vetar o árbitro e seus auxiliares que foram designados pelo Diretoria de Esportes da FUNCET, para dirigirem as partidas.

Art. 11º- A Diretoria de Esportes da FUNCET ficará a cargo de julgar as questões que vierem a acontecer durante o campeonato, sendo nomeadas pelo Diretor de Esporte da FUNCET.

Art. 12º-Os clubes participantes da competição reconhecem esta comissão como única e definitiva instânciapara resolver as questões que surjam entre eles ou entre a comissão organizadora, desistindo assim de valer-separa esses fins de outros poderes.

PARAGRAFOÚNICO:
Além desse reconhecimento, obrigam-se ainda os participantes do campeonato:
a) Disputar o campeonato devidamente uniformizado.
-Entende-se como equipe devidamente uniformizada, constando os seguintes itens:
-Camisas- Nao pode ser da cor branca ou laranja ;
-Calção/bermuda esportivo, leging. Não será permitida o uso bermudas e shorts Jeans;
-Tênis;
b)Participar das partidas nas datas, locais e horários marcados pela tabela, havendo tolerância de 15 (quinze) minutos para o início do jogo em cada rodada.
c)Admitir e aceitar as modificações deste regulamento e da tabela quando no interesse do bom andamento dessa competição.

Art.13º-As decisões da Diretoria de Esportes- FUNCET serão regidas e baseadas no presente regulamento.

DAPREMIAÇÃOEDOSTITULOS
Art.14º Ao Atleta vencedor da competição será atribuído o título de CAMPEÃO do 4º Open Funcet de Tênis de Mesa-2024, ao segundo colocado o título de Vice-Campeãoe dois terceiros colocado otitulo de 3º Lugar.

PARAGRAFO PRIMEIRO:O pagamento para os vencedores será realizado até 60 (sessenta) dias após o fim do Campeonato.

PARAGRAFOSEGUNDO: as seguintes premiações serão:

CATEGORIA INFANTO/JUVENIL
a) CAMPEAO 1°colocado R$ 250,00
b)VICE-CAMPEÃO 2°colocado R$ 150,00
c) 3ºLUGAR 3º colocado R$ 100,00
d)3º LUGAR 3º colocado R$ 100,00

CATEGORIA ADULTO
e)CAMPEAO 1°colocado R $250,00
f)VICE-CAMPEÃO 2°colocado R$ 150,00
g) 3ºLUGAR 3º colocado R$ 100,00
h) 3º LUGAR 3º colocado R$ 100,00

CATEGORIA SÊNIOR
i)CAMPEAO 1°colocado R$ 250,00
j)VICE-CAMPEÃO 2°colocado R$ 150,00
k)3ºLUGAR 3º colocado R$ 100,00
l)3º LUGAR 3º colocado R$ 100,00

CATEGORIA VETERANO
m)CAMPEAO 1°colocado R$ 250,00
n)VICE-CAMPEÃO 2°colocado R$ 150,00
o)3ºLUGAR 3º colocado R$ 100,00
p)3º LUGAR 3º colocado R$ 100,00

CATEGORIA ABSOLUTO FEMININO
q)CAMPEAO1°colocadoR$250,00
r)VICE-CAMPEÃO2°colocadoR$150,00
s)3ºLUGAR 3º colocado R$ 100,00
t)3º LUGAR 3º colocado R$100,00

CATEGORIA ABSOLUTO MASCULINO A
u)CAMPEAO1°colocadoR$500,00
v)VICE-CAMPEÃO2°colocadoR$300,00
w)3ºLUGAR 3º colocado R$ 150,00
x)3º LUGAR 3º colocado R$150,00

CATEGORIA ABSOLUTO MASCULINO B
y)CAMPEAO1°colocadoR$500,00
z)VICE-CAMPEÃO2°colocadoR$300,00
aa)3ºLUGAR 3º colocado R$ 150,00
ab)3º LUGAR 3º colocado R$150,00

CATEGORIA ABSOLUTO MASCULINO C
ac)CAMPEAO1°colocadoR$250,00
ad)VICE-CAMPEÃO2°colocadoR$150,00
ae)3ºLUGAR 3º colocado R$ 100,00
af)3º LUGAR 3º colocado R$100,00

PARAGRAFOTERCEIRO:O pagamento será realizado através da seguinte dotação orçamentário:

Órgão:02.Prefeitura Municipal de Ariquemes;
0214.Fundação de Cultura Esporte e Turismo;
Programação:27.812.0028.2803 Fomento ao Esporte Comunitário e Lazer;
Elementode Despesa:3.3.90.31.00-Premiações Culturais, Artísticas e Científicas;
Ficha: 761;
Fonte: 0.1.500 0 - Recurso Próprio

DADIREÇÃODOCAMPEONATO

Art.15º-O4º Open Funcet de Tênis de Mesa-2024será dirigido pelo Departamento de Esporte da FUNCET a qual competeàs seguintes atribuições:
-Elaborar a programação dos jogos;
-Tomar as providências de ordem técnica necessária à organização do campeonato;
-Examinar as súmulas e os relatórios dos árbitros aprovando ou não as partidas;
-Julgar as irregularidades e os casos omissos no presente regulamento;
-Dar ou não condições de jogo aos atletas;

Art.16º-O local das partidas da competição ainda será confirmado devida as medidas preventivas do Covid-19, com o início previsto para o dia 17 e 18 de Agosto de 2024.

DACONDIÇÃODEJOGODOSATLETAS

Art. 17°Não será permitido que nenhum atleta atue sem que esteja devidamente uniformizado.
a) Portar documento oficial com foto.

Art.18º- As fichas de inscrição dos atletas deverão ser acompanhadas dos registros devidamente preenchidas. Nas fichas de inscrição devem estar anexas cópia de documentos oficiais com foto (RG,Passaporte,CarteiradeTrabalho, CNH).

PARAGRAFO ÚNICO: Será**INDEFERIDA**a inscrição do atletaque não apresentar as documentações completas até o dia do Competição. Entende-se como documentação: a Ficha dos Atletas, Cópias de documentos Oficiais.
-A condição de jogo e de responsabilidade do atleta será.
a)Todo atleta deverá apresentar um documento original com foto antes do inicio das partidas.

Art.19º- Com 20 (vinte) minutos antes da hora marcada para o início do jogo, o atleta participante deveráestar presentes no local de jogo determinado pela programação, para que os serviços administrativos sejam concluídos pelo representante ou árbitro reserva escalados para a partida.

Art. 20° -Fica automaticamente excluído da competição, o atleta que agredir árbitros, adversários, organizadores e espectadores, com palavrões ou agressão física.
DOS
ATLETAS:DEVERES,OBRIGAÇÕES,DIREITOSEFUNÇÕES

Art.21º-Comparecer no local de jogo, conforme a tabela dos jogos.

Art. 22º -Aos responsáveis cabe responder por quaisquer atos cometidos pelos atletas,bem como quaisquer acidentes que por ventura venham ocorrer com os atletas durante os jogos, estando o departamento de esporte isento de quaisquer responsabilidades com as atletas.

Art. 23º- A equipe que não comparecer no horário, data e locais marcados para a realização da partida seráaplicada o WXOe a mesma estará automaticamente excluída do campeonato juntamente com seus atletas e dirigentes e ficarão suspensas de todas as competições realizadas pela FUNCET durante o período de dois (02) anos.

DAFORMADEDISPUTA

Art.24º-A disputa será da seguinte forma:
a)8(oito)a12 (dez)equipe sinscritas:

-FASE CLASSIFICATÓRIA: Dois grupos, rodízio simples nos mesmos, classificando-se para a Fase Semi-Final as equipes 1º e 2ºcolocadas de cada grupo asaber:

GRUPOA	GRUPOB	GRUPO- C
1-	2-	3-
6-	5-	4-
7-	8-	9-
12-	11-	10-

-4ª DEFINAIS:

Jogo	Equipe	X	Equipe
1	1ºGrupoA	X	Ind.Téc.opostoasuachave
2	2ºGrupoB	X	2ºGrupoC
3	1ºGrupoB	X	Ind.Téc.opostoasuachave
4	1ºGrupoC	X	2ºGrupoA

-SEMIFINAL:Serádisputadaconformesegue:

Jogo	Equipe	X	Equipe
5	Vencedordojogo01	X	Vencedordojogo02
6	Vencedordojogo03	X	Vencedordojogo04

- FINAL: Será disputada conforme segue:

Jogo	Equipe	X	Equipe	
7	Perdedordojogo05	X	Perdedordojogo06	Decisãode3º/4º lugares
8	Vencedordojogo05	X	Vencedordojogo06	Decisãode1º/2ºlugares

b)13(treze)a16 (dezesseis)equipesinscritas:

FASE CLASSIFICATÓRIA:**Osconcorrentesserãodivididosem04grupos(A,B,CeD)disputadospelosistemaderodízioemumturno.**

OsgruposserãoassimConstituídos:

GRUPOA	GRUPOB	GRUPO-C	GRUPO-D
1-	2-	3-	4-
8-	7-	6-	5-
9-	10-	11-	12-
16-	15-	14-	13-

-4ª DE FINAIS:

Jogo	Equipe	X	Equipe
1	1ºGrupoA	X	2ºGrupoC
2	1ºGrupoD	X	2ºGrupoB
3	1ºGrupoC	X	2ºGrupoD
4	1ºGrupoB	X	2ºGrupoA

-SEMIFINAL:Será disputada conforme segue:

Jogo	Equipe	X	Equipe
5	Vencedordojogo01	X	Vencedordojogo02
6	Vencedordojogo03	X	Vencedordojogo04

-FINAL:Será disputadaconformesegue:

Jogo	Equipe	X	Equipe	
7	Perdedordojogo05	X	Perdedordojogo06	Decisãode3º/4ºlugares
8	Vencedordojogo05	X	Vencedordojogo06	Decisãode1º/2ºlugares

c)Acimade16(dezesseis)equipes inscritas:
Será adotado sistema de rodízio simples a critério da organização da Fase, possibilitando a classificação, conforme o caso requeira às fases seguintes: oitavas de finais (16 equipes), quartas de finais (08equipes),semi-finais (04 equipes) e finais.

PARAGRAFO ÚNICO: Os vencedores de cada confronto irão disputar à próxima fase em jogo único conhecendo assim os semifinalista e posteriormente os finalistas, em consequência o campeão do**4º OPEN FUNCET DE TÊNIS DE MESA - 2024.**

Art.25º-Apontuação será definida assim:
-Vitória:02 (dois) pontos.
-Derrota:01(um) ponto.
Art.26º-Os critérios de desempate da 1ª (primeira) fase serão distribuídos da seguinte forma:
1º)Confronto Direto;
2º) Sets average (é o cálculo dos sets recebidos (perdidos, dividido pelos sets feitos (ganhos), dividido pelo número de jogos)
3º) Pontos average (Pontos average é a soma dos pontos feitos divididos pela soma dos pontos sofridos)
4º) Sorteio;

Art.27º-Na primeira fase as equipes jogarão entre si, as partidas serão de (01) um Sets de (18) dezoito pontos.
Da segunda fase até a final do campeonato os jogos serão eliminatórios, em jogo único. A partida da final será de (1) um set de (21) vinte e um pontos.

Art.28º Os casos omissos no presente regulamento serão averiguados pela Diretoria de Esportes.

Art.29º Ficara a critério da Diretoria de Esportes- FUNCET as datas e locais, após realizado no congresso técnico previsto para o dia 15/09/2024.

Art.30º Esse regulamento devera ser assinado por todos os representantes das equipes participantes, comissão organizadora, comissão de arbitragem.

DOSPRAZOS

Art.31º Divulgação do edital: 25/06/2024.
Art.32º Período de Impugnação: 26/06/2024 a 27/06/2024
Art.33º Início das inscrições: de 28 de Junho de 2024, presencial na sede da Diretoria de Esportes, localizada Av Jk, Setor Institucional, Ariquemes RO, no prédio do Estádio Gentil Valério de Lima. Horário de Atendimento de Segunda a Sexta-feira de 07:30h a 13:30h.
Art.34º Encerramento das inscrições, 15 de Agosto de 2024,às13:30h.
Art.35º Congresso Técnico: Apresentação do regulamento e o sorteio: 15 de Agosto de 2024, às 19:00h, na sede da diretoria de esportes-Funcet-Estádio Gentil Valério de Lima.
Art.36º Realização do Evento Esportivo:
17/08/2024-Sabádo -apartirdas 07:30h
18/08/2024 - Domingo - a partir das 07:30h

DACATEGORIA

Art.37º-Categorias Infanto/Juvenil (até 17 anos), Adulto (18 a 29 anos), Sênior (30 a 39 anos), Veterano (+ 40 anos) , Absoluto Feminina (Qualquer Faixa Etária) e Absoluta Masculino A (Qualquer Faixa Etária),Absoluta Masculino B (Qualquer Faixa Etária), Absoluta Masculino C (Qualquer Faixa Etária).

Art.38º-Aparticipação de atleta menor de idade, condicionada a apresentação do termo de autorização.

PAGAMENTODASPREMIAÇÕES
Art.39º-As premiações, serão depositadas em conta, previamente indicada, no formulário de inscrição, noprazode até 30 dias, após o evento.
Art.40º-No decorrer do processo de pagamento, atleta que porventura encontrar-se inadimplente com município de Ariquemes/RO, será compensado o valor devido.

THIAGO SOUZA BATISTA
Diretor de Esportes/FUNCET
Dec.16.426/PGM/2022

ANEXO I

4º OPEN FUNCET DE TÊNIS DE MESA FICHA DE INSCRIÇÃO -ANO-2024	
NOMEDO ATLETA:	
RG:	**CPF:**
MUNICIPIO:	
MODALIDADE:TÊNIS DE MESA	**Naipe:( ) Feminino ( ) Masculino**
CATEGORIA: ( ) INFANTO/JUVENIL ( ) ADULTO ( ) SÊNIOR ( ) VETERANO ( ) ABSOLUTO FEMININO ( ) ABSOLUTO MASCULINO A ( )ABSOLUTO MASCULINO B ( ) ABSOLUTO MASCULINO C	
DADOSBANCARIOS DORESPONSÁVEL NOMEDOBANCO: AGÊNCIA: CONTA:	
Assinatura do Atleta	
ANEXARCOPIAS: -RGOUCNH,CPF; -COMPROVANTEDERESIDÊNCIADECADAATLETA; -COPIADOSDADOSBANCARIOSDORESPONSÁVELPELAEQUIPE	

ANEXO II -AUTORIZAÇÃODORESPONSÁVEL
Autorizaçãoparamenoresde18anosemeventospúblicos
Baseado na Portaria Nº 018/2004-1ª Vara da Infância e da Juventude

Eu, (nome completo do pai/mãe ou responsável legal), nacionalidade , portador (a) do RG nº ,órgão expedidor,e inscrita no CPF/MF nº autorizo o (a) adolescente/filho (a),com anos de idade, conforme documento de identidade que porta, de quem sou(relação de parentesco) a participar do evento denominado do**4ºOPEN FUNCET DE TÊNIS DE MESA - 2024.**

Local: Data / / (data da assinatura)

Assinatura do pai (ou responsável legal)

Telefones de contato do responsável:

Observação importante: É OBRIGATÓRIO A APRESENTAÇÃO DE UM DOCUMENTO COM FOTO, NOME COMPLETO E DATA DE NASCIMENTO JUNTO COM ESSA AUTORIZAÇÃO.
Sem estes,o menor não poderá entrar no evento.

ANEXO III

AUTORIZAÇÃODEEXIBIÇÃODEIMAGEM,SOMENOME

Eu, ,portador da carteira de identidade nº e do CPF nº à residente e domiciliado autorizo,de forma gratuita e exclusiva, a utilização da minha imagem e voz, EM QUALQUER TIPO DE MÍDIA (TV, RÁDIO, INTERNET E OUTROS) que esteja ligada à divulgação da Prefeitura Municipal de Ariquemes, através da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo, por meio do**4º Open Funcet de Tênis de Mesa - 2024**, nos termos que estas assim definirem.

1.A presente autorização confere à**4º Open Funcet de Tênis de Mesa - 2024**, o direito exclusivode usar a minha imagem e voz, seja em foto ou gravação, bem como eventos externos, no Brasil e exterior, além de revistas, jornais, clipping, palestras, seminários e congressos.
2.A utilização da minha imagem e voz só está autorizada, tendo em vista que a o bratem caráter de difusão no segmento esportivo.

3.A obra poderá ser distribuída pela**4º Open Funcet de Tênis de Mesa - 2024**de forma gratuita quando se tratar de publicações em organismo de interesse da mesma.

4.Não poderá ser utilizada para exploração de produção de fitas de treinamento, sem expressa autorização.

5. Apresente autorização terá validade de 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura
da presente autorização.

6.Após o vencimento do prazo estipulado no item anterior a**4º Open Funcet de Tênis de Mesa - 2024**continuará usando a obra, salvo solicitação expressa do atleta.

Ariquemes, de de 2024.

Assinatura

ANEXO IV

FORMULÁRIODE RECURSO

SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DERESULTADO

ESPECIFICAR:__

Dados doResponsável pela equipe
Nome completo:
Modalidade Esportiva:
Categoria : ( ) INFANTO/JUVENIL ( ) ADULTO ( ) SÊNIOR ( ) VETERANO
( ) ABSOLUTO FEMININO ( ) ABSOLUTO MASCULINO A ( )ABSOLUTO MASCULINO B
( ) ABSOLUTO MASCULINO C
Telefone: Celular 1: Celular 2:
E-mail:
Nome da Equipe:
DO OBJETO DA SOLICITAÇÃO DE REVISÃO, ARGUMENTAÇÃO E DO PEDIDO

Descrever sinteticamente o objeto da revisão, suas justificativas, a argumentação da contestação juntando os documentos comprobatórios.

_____/RO, _____de _____ de _____.
_____
Assinatura do Responsável.

Publicado por:
Francielia de Sousa Oliveira
Código Identificador:D4639B96

FUNDAÇÃO DE CULTURA ESPORTE E TURISMO
CONVOCAÇÃO DE PROPONENTES PARA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, por meio da Fundação de Cultura Esporte e Turismo - FUNCET, torna pública a presente CONVOCAÇÃO dos proponentes aprovados no EDITAL DE AUDIOVISUAL Nº 001/2023 e no EDITAL DE DEMAIS ÁREAS Nº 002/2023, para apresentação de cronograma atualizado de atividades, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

O cronograma deverá ser encaminhado para o e-mail leipaulogustavoariquemes@gmail.com

Na mesma oportunidade, torna público o modelo de RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO (ANEXO IV), o qual deverá ser preenchido e encaminhado em até 30 (trinta) dias após o prazo de execução dos projetos.

Ariquemes, 25 de junho de 2023.

ANEXO IV RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO
EDITAL:
CATEGORIA DE APOIO:
TÍTULO DO PROJETO:
PROPONENTE:

1. PERÍODO: (mencionar o período de realização do projeto). Quando iniciou e quando terminou.

2. OBJETIVOS: (descrever detalhadamente os objetivos alcançados, se diferente do projeto aprovado enviado, justificar)

3. METAS: (descrever detalhadamente as metas, qualitativas e quantitativas, alcançadas, público presente nas atividades, alcance do projeto, etc).

4. ATIVIDADES REALIZADAS: (enumere as atividades realizadas ao longo do projeto).

5. DIFICULDADES ENFRENTADAS: (descreva os problemas e soluções encontrados)
6. FICHA TÉCNICA DO PROJETO (Nome e função dos prestadores de serviço envolvidos no projeto, se houver, pode acrescentar um breve release de cada prestador de serviço)

7. COMPROVANTES DE DIVULGAÇÃO DO PROJETO (links de postagens, de matérias publicadas, entrevistas, etc).

8. FOTOGRAFIAS COMPROVANDO AS ATIVIDADES REALIZADAS NO PROJETO (imagens dos bastidores, gravação, lançamento, entrevistas, etc)

9. MATERIAL GRÁFICO PRODUZIDO (folders, convites, banners, etc) 10. CONCLUSÃO: Considerações finais.

Ariquemes,_____de_____de_____

Assinatura:_____

Publicado por:
Francielia de Sousa Oliveira
Código Identificador:B7DF4604

FUNDAÇÃO DE CULTURA ESPORTE E TURISMO
PARECER DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PROCESSO: 16518/2022 TERMO DE FOMENTO Nº 84/2022 FUNCET

PARECER DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Processo: 16518/2022
Termo de Fomento nº 84/2022

A Comissão de Monitoramento e Avaliação criada pela FUNDAÇÃO DE CULTURA ESPORTE E TURISMO FUNCET, por meio da **PORTARIA Nº 817, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022**, atendendo a Lei Federal nº 13019/2014, torna público o parecer realizado por esta Comissão, após análise e avaliação do ANEXO Prestação de contas de repasse de 16/04/2024 (ID 2304410) apresentado pela **ASSOCIAÇÃO ESPORTE E CULTURA AMIGOS DO PEDAL**-AECAP, inscrita no CNPJ sob o nº 21.464.976/0001-95,do Termo de Fomento 84 de 16/08/2022 (ID 1077425) firmado entre as partes, para realização do projeto Aquisição de recurso para realização de evento ciclístico no dia 04 de setembro de 2022, devidamente aprovado e rubricado, que passa a fazer parte integrante deste Termo deFomento, independentemente de transcrição.

No valor de R$ **50.000,00** (cinquenta mil reais) referente a emenda aditiva nº 483/2021.

RELATÓRIO

Considerando que no relatório de prestação de contas final entregue em 13/11/2023, concluímos com parecer favorável pela aprovação, uma vez que foram atendidos todos os requisitos exigidos pela;

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO -Custear **Despesas com Aquisição de recurso para realização de evento ciclístico no dia 04 de setembro de 2022**, proveniente de emenda parlamentar do (Vereador Rodrigo Saulinho) (ID 1072594);
Fielmente cumprido visto durante a visita técnica para amostragem dos materiais;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO - executada conforme;

DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO -a Gestora de Parceria Francielia de S. Oliveira e o Juan Adalio Barron Conroy da **Comissão de monitoramento e avaliação**, estiveram no local em que foram instalados os objetos da parceria e ficou comprovado durante a visita e na prestação de contas que, executaram as metas e etapas do projeto, como ANEXO Prestação de contas de repasse de 16/04/2024 (ID 2304410)

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS; Considerando toda a documentação acostada nos autos, estando em conformidade com o que dispõe a **CLÁUSULAOITAVA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS** do (ID 2304410).
A Comissão avaliou o relatório de análise de prestação de contas final, constante do Processo n° 16518/2022, conforme IDS acima citados, da execução do objeto do Termo de Fomento n° 84/2022.
Ao final da análise, a Comissão de Monitoramento e Avaliação APROVA a prestação de contas/relatório apresentado pela ASSOCIAÇÃO ESPORTE E CULTURA AMIGOS DO PEDAL AECAP CNPJ/MF: 21.464.976/0001-95, no cumprimento do Plano de Trabalho.

É o parecer.

Ariquemes 25 de JUNHO de 2024

Publicado por:
Francielia de Sousa Oliveira
Código Identificador:0724B5E8

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO -ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ESCOLA PARA VIDA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Homologação do Relatório Técnico de monitoramento e avaliação, decreto nº13.764/2017, referente as parcelas 04 a 06.

Associação Beneficente Escola Para Vida - ABEVI
Processo administrativo nº 21349/2023 Repasse Financeiro
Processo administrativo nº 27089/2023 Prestação de Contas

Considerando as informações constantes no relatórios técnicos do processo administrativo nº27089/2023 ID 2462551 a comissão de monitoramento e avaliação através deste instrumento e conforme artigo 59 da Lei n°13.019/2014, homologa o referido relatório.

Ariquemes, 24 de junho de 2024.

GABRIELY TOIGO DOS REIS

SANDRA FERREIRA

STEFANY CRISTINE SILVA ARAUJO
Membros da Comissão de Avaliação e Monitoramento.
Portaria Nº 14/2024 de 12 de Março de 2024

Publicado por:
Gabriely Toigo Dos Reis
Código Identificador:9F7EDC68

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃOENTIDADE DE ACOLHIMENTO CASA DA CRIANÇA FRANCISCO DE ASSIS**

**FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Homologação do Relatório Técnico de monitoramento e avaliação, decreto nº13.764/2017, referente as parcelas 07 a 09.

Entidade de Acolhimento Casa da Criança Francisco de Assis.
Processo administrativo nº 16068/2023 Repasse Financeiro
Processo administrativo nº 18157/2023 Prestação de Contas

Considerando as informações constantes no relatórios técnicos do processo administrativo nº18157/2023 ID 2463028 a comissão de monitoramento e avaliação através deste instrumento e conforme artigo 59 da Lei n°13.019/2014, homologa o referido relatório.

Ariquemes, 24 de junho de 2024.

Membros da Comissão de Avaliação e Monitoramento.
Portaria nº 14/2024 de 12 de março de 2024

GABRIELY TOIGO DOS REIS

SANDRA FERREIRA

STEFANY CRISTINE SILVA ARAUJO

Publicado por:
Gabriely Toigo Dos Reis
Código Identificador:1D036383

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RELATIVAS AO ARTIGO 35 DA LEI 13.019/2014. - SEMDES**

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RELATIVAS AO ARTIGO 35 DA LEI 13.019/2014.**

Art. 35*A Celebração e a formalização do Termo de Colaboração e do Termo de Fomento dependerão das adoções das seguintes providências pela administração pública:*

I-Da realização de chamamento público,***RESSALVADAS***as hipóteses prevista nesta lei:
Apesar de o chamamento público ser a regra, os artigos:29, 30 e 31 da Lei Federal n º. 13.019/14, prevê exceções para**dispensa e/ou inexigibilidade de chamamento público**, haja vista a iminência de algumas situações.
Art. 30.A administração pública poderá**DISPENSAR**a realização do**CHAMAMENTO PÚBLICO**:
(...)
*VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e**assistência social**, desde que executadas por organizações da sociedade civil*previamente credenciadas*pelo órgão gestor da respectiva política*.
Ou ainda,
Art. 31.*Será considerado**INEXIGÍVEL O CHAMAMENTO PÚBLICO**na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas**por uma entidade específica**...*
Ou ainda, conforme artigo 29 da Lei 13.019/2014:
Art. 29. Os termos de colaboração ou**de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares**às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebradossem chamamento público; (...)
II-Indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentaria para execução da parceria:
As despesas estão legalmente previstas no orçamento conforme ficha orçamentaria e emenda parlamentar acostadas nos autos do processo;
III-Demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

• a) Material permanente;
• b) Serviços de Pessoa Jurídica/Terceiros.

IV -Aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos desta lei;
O plano de trabalho apresentado pelo**CENTRO ESPIRITA ALLAN KARDEC**está dentro dos parâmetros descritos no art. 22, I, II, III e IV da Lei 13.019/2014, na qual a comissão de seleção elaborou o parecer juntado e publicado nos autos;
V- Emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa;
VI - Emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Ariquemes, 21 de junho de 2024.

Publicado por:
Gabriely Toigo Dos Reis
Código Identificador:43AF59D5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 063/2024
PROCESSO Nº 12.556/2024 - SEMAIC**

CELEBRAÇÃO:17/06/2024

PARTES:
1)MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2)ASSOCIACAO DAS MULHERES E PRODUTORES RURAIS DA LINHA C-70 - ASMUPRO.**CNPJ: 04.145.804/0001-30**.

OBJETO: Celebração do Termo de Fomento paraRepasse financeiro para Aquisição de Equipamentos Agrícolas (*Aquisição de*pasteurizador lento de 300 l e as formas c/ prensador de 500g, serão utilizadas pelos sócios, para pasteurização do leite e agilizar o desenvolvimentos das atividades. Esse tipo de pasteurização é muito empregado em leites usados para fabricação de iogurtes, queijos e outros derivados lácteos) para auxiliar e manter as políticas de

Sustentabilidade da Agricultura Familiar, conforme Plano de AplicaçãoID 2347796/2404813, preceitos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Valor: R$20.000,00 (vinte mil reais).EmendasParlamentares.

Prazode Vigência: de18dejunhoa18 de agostode 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº12.554/2024

ANTÔNIO MARCOS DE MOURA
Decreto nº 17.087/2021
Secretária Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio

Documento assinado eletronicamente por**ANTONIO MARCOS DE MOURA**,**Secretário Mun. de Agricultura Ind. e Comércio**, em 18/06/2024 às 11:30, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Lindomar de Melo Cunha
Código Identificador:F66DBE5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 02, DE 24 DE JUNHO DE 2.024. DISPÕE SOBRE LICENÇA CAPACITAÇÃO DA SERVIDORA SRA. GLEYCE BARBOSA GONÇALVES, LOTADA EM INSTITUIÇÃO ESCOLAR PERTENCENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARIQUEMES/RO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

PORTARIA Nº 02, DE 24DE JUNHODE 2.024.

DISPÕE SOBRE LICENÇA CAPACITAÇÃO DA SERVIDORA SRA. GLEYCE BARBOSA GONÇALVES,LOTADA EM INSTITUIÇÃO ESCOLAR PERTENCENTE ASECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARIQUEMES/RO,E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

- **Considerando**Processo Administrativo Eletrônico, de nº 11173/2024/SEMED/PMA, cadastrado no âmbito do sistema de Controle de Processos Eletrônicos (EPROC), inerente a Licença Capacitação, para fins de Mestrado em Educação, curso com término em 19/12/2024, conforme os autos referenciados;

- **Considerando**Lei Municipal de nº 1.336/2007, e Lei Municipal de nº 1.305/2007;

- **Considerando**documento intitulado porParecer nº041/SEMED-RH-COM/2023, de 24/06/2024,advindo da COMISSÃO GEST. PLAN. CARGOS CARREIRAS E SALÁRIOS, a qual opina porfavorável ao pedido de Licença Remunerada para Estudos Continuados de Mestrado, em consonância com o objeto do processo nº 11173/2024/SEMED/PMA, conforme ID: 2462989/EPROC, nos autos em tela;

- **Considerando**o exposto no teor doRELATÓRIO/SEMED/PMA, de 24/06/2024, emitido pela Secretaria Municipal de Educação, contido no teor do ID: 2466010/EPROC, Processo de nº11173/2024/SEMED/PMA;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA CAPACITAÇÃO para estudo de Mestrado em Educação,à servidora pública municipal Sra.**GLEYCE BARBOSA GONÇALVES**,cargo de Professora 40 horas semanais, Nível IV, período de estágio probatório cumprido,provimento efetivo,matrícula62804, admitida em 26/02/2008, lotada na Escola Municipal Professor Venâncio Kottwitz, âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ariquemes/RO.

§ 1ºA Licença Capacitação em que preconiza o*caput*deste artigo, será concedida durante o período de 01/07/2024 à 19/12/2024;

§ 2º Durante a Licença Capacitação, a Secretaria Municipal de Educação poderá solicitardocumentos que comprovem a regularidade na licença em questão, devida continuidade nos estudos;

§ 3º Para fins de cumprimento aoparágrafo segundodeste artigo, deverá o servidor**,**apresentar o solicitado;

§ 4º Caso o servidor não obtenha o título ou grau que justificou seu afastamento no período previsto, poderá incorrer em ressarcimento ao Município, quanto do período em que esteve afastado para tanto.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos à contar de 01/07/2024.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, Portaria nº 13, de 30 de Junho de 2023, publicada em 03/07/2023 no Diário Oficial do Estado de Rondônia, Edição 3507, pela Secretaria municipal de Educação de Ariquemes.

Ariquemes/RO, 24 de Junhode 2024.

SANDRA MÁRCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:8961A100

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2024

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2024

Processo nº.:16809/2024.

Objeto: Parceria por meio de Termo de Fomento entre a Prefeitura Municipal de Ariquemes e o Conselho Escolar da Escola Vinícius de Morais, paraaquisiçãoe instalação de circuito fechado de câmeras de segurança.

Fundamentação Legal: Art. 29, da Lei nº. 13.019/2014.

Associação Adjudicada: Conselho Escolar da Escola Vinícius de Morais. CNPJ: 00.672.016/0001-40.

Justificativa:

1.Considerando as especificidades da Lei nº. 13.019/2014 quanto à **INEXIGIBILIDADE**do chamamento público, ato respaldado na mesma lei, em seu artigo 29, que diz:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei".

2. Considerando as especificidades do Decreto Municipal nº 13.764/2018, em seu artigo 16, inciso I, que diz:

"Art. 16 - Não se realizará chamamento público: I - para a celebração de termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos provenientes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais";

3. Considerando o interesse público e a relevância social, elabora-se o presente termo conforme Plano de Trabalho, devidamente aprovado pela Comissão de Seleção de Entidades, nomeada pela Portaria nº 143de 10de março de 2022.

4. Considerando que os recursos provenientes são de emendas parlamentares previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Dotação Orçamentária:

Órgão:**02 -Prefeitura Municipal de Ariquemes;**
Unidade Orçamentária:**007 - Fundo Municipal de Educação;**
Projeto Atividade:**12.361.0006.3011 - Apoio as Entidades**
Elemento de despesa:**3.3.50.41.00 - Contribuições;**
Fonte de recurso:**1.500.7002 - Recursos não vinculados de impostos**
Ficha: 182**.....**Valor:**R$ 30.000,00**

Forma de Transferência: parcela única.

Prazo de Execução: Junho de 2024 à Junho de 2025.

A Secretaria Municipal de Educação torna públicaa INEXIGIBILIDADE de Chamamento Público, nos termos do Art. 29, da Lei Federal n° 13.019/2014, visando firmar parceria com oConselho Escolar da Escola Vinícius de Morais.

Abre-se o prazo de cinco dias corridos, a contar da data de publicação deste extrato, para qualquer impugnação, que deve ser dirigida à Secretaria Municipal de Educação, conforme § 2º Art. 32 dessa mesma lei.

Ariquemes, 25 de junho de 2024.

Publicado por:
Fernando Corrêa Dos Santos
Código Identificador:41852694

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 227/PGM/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15.165/2023

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMED
2) R & R LTDA CNPJ: 11.006.117/0001-07

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da cobertura do Parque Infantil e troca do Piso cerâmico por piso granilite na área externa da EMEIEF Jorge Luiz Moulaz no Munícipio de Ariquemes/RO - CONVÊNIO 261/2020.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 114.729,12 (cento e quatorze mil, setecentos e vinte e nove reais e doze centavos).

INTERVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Fiscal
Marcelo Cebalho de Belém

Comissão Geral de Fiscalização
Milton Sebastião Alonso Soares
Nathalia Silvestre Anselmo

Suplente
Egídio Osvaldo da Silva Azevedo

Gestão do Contrato
Rosemeire Pereira Torres da Silva

Suplente da Gestão
Teresa Aparecida da Fonseca

Ariquemes/RO, 24 de junho de 2024.

SANDRA MÁRCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rosemeire Pereira Torres da Silva
Código Identificador:0475AA2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 013/2024

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 013/2024

Processo nº.:16146/2024.

Objeto: Parceria por meio de Termo de Fomento entre a Prefeitura Municipal de Ariquemes e o Conselho Escolar do CMEI Arikem, paraaquisição de mobília, cerca consertina e motor elétrico.

Fundamentação Legal: Art. 29, da Lei nº. 13.019/2014.

Associação Adjudicada: Conselho Escolar do CMEI Arikem. CNPJ: 15.226.128/0001-45.

Justificativa:

1.Considerando as especificidades da Lei nº. 13.019/2014 quanto à **INEXIGIBILIDADE**do chamamento público, ato respaldado na mesma lei, em seu artigo 29, que diz:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei".

2. Considerando as especificidades do Decreto Municipal nº 13.764/2018, em seu artigo 16, inciso I, que diz:

"Art. 16 - Não se realizará chamamento público: I - para a celebração de termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos provenientes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais";

3. Considerando o interesse público e a relevância social, elabora-se o presente termo conforme Plano de Trabalho, devidamente aprovado pela Comissão de Seleção de Entidades, nomeada pela Portaria nº 143de 10de março de 2022.

4. Considerando que os recursos provenientes são de emendas parlamentares previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Dotação Orçamentária:

Órgão:**02 -Prefeitura Municipal de Ariquemes;**
Unidade Orçamentária:**007 - Fundo Municipal de Educação;**
Projeto Atividade:**12.365.0030.3019 - Parcerias com entidades Creche**
Elemento de despesa:**3.3.50.41.00 - Contribuições;**
Fonte de recurso:**25.1.500.7002 - Recursos não vinculados de impostos**
Ficha:**905 .....**Valor:**R$ 10.000,00**

Forma de Transferência: parcela única.

Prazo de Execução: Junho de 2024 à Junho de 2025.

A Secretaria Municipal de Educação torna públicaa INEXIGIBILIDADE de Chamamento Público, nos termos do Art. 29, da Lei Federal n° 13.019/2014, visando firmar parceria com oConselho Escolar do CMEI Arikem.

Abre-se o prazo de cinco dias corridos, a contar da data de publicação deste extrato, para qualquer impugnação, que deve ser dirigida à

Secretaria Municipal de Educação, conforme § 2º Art. 32 dessa mesma lei.

Ariquemes, 25 de junho de 2024.

Publicado por:
Fernando Corrêa Dos Santos
Código Identificador:A7495178

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 228/PGM/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16.884/2024

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMED
2)CLEIDE BEATRIZ IORIS LTDA CNPJ: 41.947.390/0001-99

OBJETO: Aquisição de Mobiliário em Geral.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 3.270,00 (três mil e duzentos reais).

INTERVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Gestora do Contrato
Clebiane Motta Pinheiro

Suplente de Gestor do Contrato
Sylvia Letícia Muzy

Fiscal do Contrato
Luiz Cunha Aguiar

Suplente do Fiscal do Contrato
Elenice Aparecida Ferreira Langner

Ariquemes/RO, 25 de junho de 2024.

SANDRA MÁRCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Clebiane Motta Pinheiro
Código Identificador:2D0CB4D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RETIFICAÇÃO - EXTRATO DO CONTRATO Nº 228/PGM/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16.884/2024

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMED
2)CLEIDE BEATRIZ IORIS LTDA CNPJ: 41.947.390/0001-99

OBJETO: Aquisição de Mobiliário em Geral.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR:R$ 3.270,00 (três mil e duzentos e setenta reais).

INTERVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Gestora do Contrato
Clebiane Motta Pinheiro

Suplente de Gestor do Contrato
Sylvia Letícia Muzy

Fiscal do Contrato
Luiz Cunha Aguiar

Suplente do Fiscal do Contrato
Elenice Aparecida Ferreira Langner

Ariquemes/RO, 25 de junho de 2024.

SANDRA MÁRCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Clebiane Motta Pinheiro
Código Identificador:96A717A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA LICITAÇÃO Nº 25/2024 PROCESSO Nº 9579/2024/SEMSAU

A Secretária Municipal de Saúde, no exercício de suas atribuições legais, delegada pelo Decreto Municipal n° 18.106/2021, e com base na IN n° 16/2022, resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** a Dispensa Licitação n° 25/24, referente ao Processo Administrativo nº 9579/2024, amparado pelo Art. 75, inc. VIII, 14.133/2021, com razões remissivas ao Relatório - SML 25 de 20/06/2024 (ID 2457263) e Parecer Jurídica Parecer 617 de 21/06/2024 (ID 2460090), cujo objeto é: aquisição de medicamentos para atender o paciente N. B. DE O.,oriundo de Mandado Judicial, por um período de 6 (seis) meses, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em favor da empresa **COMERCIO DE MEDICAMENTOS SAO PAULO LTDA, CNPJ: 05.743.125/0001-25**, referente aos itens 01, 02, 03 e 04, com valor de total da homologação de R$ 1.322,10 (um mil, trezentos e vinte e dois reais e dez centavos).

Ariquemes/RO, 21 de junho de 2.024.

LORENA PEREIRA FIORENZANI TURCO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Amanda da Costa Borges
Código Identificador:7B3DCC51

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO ADENDO MODIFICADOR I - SEM REABERTURA DE PRAZO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2024/PREGÃO/SML/PMA PROCESSO ADM. Nº 6397/FUNCET/2024 LEI 14.133/2021 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MODO DE DISPUTA: ABERTO - UASG: 450522 LICITAÇÃO A

Objeto: Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa Especializada na prestação deserviços de locação de estrutura para realização de eventos para atender as necessidades das Secretarias eEntidades pertencentes à Prefeitura Municipal de Ariquemes, por um período de 12 (doze) meses.. Com ovalor total estimado em R$ 11.160.446,00 (onze milhões, cento e sessenta mil, quatrocentos e quarenta e seisreais).
O Pregoeiro e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, instruído pelo Decretonº. 20.615 de 16 de janeiro de 2024, torna público aos interessados, em especial, as empresas que retiraram oinstrumento convocatório deste Pregão Eletrônico nº 54/2024, que a houve alteração no edital, emdetrimento a pedido de Impugnação, vejamos: SUPRESSÃO dos itens: 05,06,07,08,09 e 10, em razão de divergências na especificação do objeto.
Desta feita, fica MANTIDA A ABERTURA do certame para o dia 08 de julho de 2024, às 09h00min.(horário de Brasília), na forma da Lei nº. 14.133/21, mantendo-se, contudo, os demais conteúdos do Edital inalterados.
O Edital com Adendo Modificador I, está disponível no sitewww.gov.br/compras e
www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao, sendo que a sessão pública será pelo sitewww.gov.br/compras(Comprasnet).
Informações através do telefone (69) 3516-2020/2021 ou pelo e-mail pregaopma@hotmail.com

Ariquemes (RO), 25 de junho de 2024.

DAIANE VIEIRA PACIFICO
Equipe de Apoio

Publicado por:
Daiane Vieira Pacifico
Código Identificador:80069AE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90059/2024/SML/PMA PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8760/2024/SEMSAU SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de Materiais Médico Hospitalares tipo: (complexidade 01), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses.Com o valor total estimado em R$ 681.219,76 (seiscentos e oitenta e um mil, duzentos e dezenove reais e setenta e seis centavos).
A Prefeitura de Ariquemes/RO,através daPregoeiradesignadapelo Decreto nº. 20.604de 12de janeirode 2024, torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o Nº 90059/2024do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, Cód. UASG: 450522, na forma da Lei nº. 14.133/21, conforme edital e anexos, atendendo assim as necessidades da Prefeitura Municipal de Ariquemes. Envio das propostas poderá ser feito das 09h00min do dia 27/06/2024até às 08h59min do dia 27/06/2024. Início da Sessão Pública virtual será às 09h00min do dia 11/07/2024(Horário de Brasília). A retirada do edital está disponível no site www.gov.br/comprase www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao, sendo que a sessão pública será pelo site www.gov.br/compras(Comprasnet). Informações na Sala da Superintendência Municipal de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Ariquemes, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min. (Horário Local). Mais informações, através do telefone (69) 3516-2020/2021pelo e-mail pregaopma@hotmail.com

Ariquemes(RO),25 dejunho de 2024.

DAIANE VIEIRA PACÍFICO
Pregoeira

Publicado por:
Daiane Vieira Pacifico
Código Identificador:6C687487

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO ERRATA DO DECRETO Nº 21155/2024

A Prefeita do Município de Ariquemes/RO,no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerandoa necessidade de correção de erro material quanto às Naturezas da Despesas detalhadas noDecreto 21155 de 24/06/2024 (ID 2464235);

RETIFICA:

Onde se lê:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES-PMA				
Unidade: 14-FUNDAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO-FUNCET				
Projeto/Atividade: 2801-PROMOÇÃO DA CULTURA				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	718	02.14.13.392.0014.2801	3.3.50.41.00-CONTRIBUIÇÕES	20.000,00
SUPLEMENTAR	719	02.14.13.392.0014.2801	3.3.50.43.00-SUBVENÇÕES SOCIAIS	9.000,00
Fonte: 1.500-Recurso do exercício corrente - Recurso não vinculado de Impostos				
SUPLEMENTAR	978	02.14.13.392.0014.2801	3.3.50.43.00-SUBVENÇÕES SOCIAIS	15.000,00
Fonte: 1.501-Recurso do exercício corrente - Outros Recursos não Vinculados				
Projeto/Atividade: 2802-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS				
ANULAÇÃO	715	02.14.13.391.0014.2802	3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	-55.000,00
Fonte: 1.501-Recurso do exercício corrente - Outros Recursos não Vinculados				
ANULAÇÃO	717	02.14.13.391.0014.2802	4.4.90.52.00-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-39.000,00
Fonte: 1.500-Recurso do exercício corrente - Recurso não vinculado de Impostos				
Projeto/Atividade: 2803-FOMENTO AO ESPORTE COMUNITÁRIO E LAZER				
SUPLEMENTAR	757	02.14.27.812.0028.2803	3.3.50.41.00-CONTRIBUIÇÕES	30.000,00
Fonte: 1.500-Recurso do exercício corrente - Recurso não vinculado de Impostos				
Projeto/Atividade: 2806-FOMENTO AO TURISMO				
ANULAÇÃO	731	02.14.23.695.0027.2806	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	-20.000,00
Fonte: 1.500-Recurso do exercício corrente - Recurso não vinculado de Impostos				
SUPLEMENTAR	1044	02.14.23.695.0027.2806	3.3.50.41.00-CONTRIBUIÇÕES	40.000,00
Fonte: 1.501-Recurso do exercício corrente - Outros Recursos não Vinculados				
TOTAL GERAL SUPLEMENTAÇÃO				**114.000,00**
TOTAL GERAL ANULAÇÃO				**-114.000,00**

Leia-se:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES-PMA				
Unidade: 14-FUNDAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO-FUNCET				
Projeto/Atividade: 2801-PROMOÇÃO DA CULTURA				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	718	02.14.13.392.0014.2801	3.3.50.41.00-CONTRIBUIÇÕES	20.000,00
SUPLEMENTAR	719	02.14.13.392.0014.2801	3.3.50.43.00-SUBVENÇÕES SOCIAIS	9.000,00
Fonte: 1.500-Recurso do exercício corrente - Recurso não vinculado de Impostos				
SUPLEMENTAR	978	02.14.13.392.0014.2801	3.3.50.43.00-SUBVENÇÕES SOCIAIS	15.000,00
Fonte: 1.501-Recurso do exercício corrente - Outros Recursos não Vinculados				
Projeto/Atividade: 2802-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS				
ANULAÇÃO	715	02.14.13.391.0014.2802	3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	-55.000,00
Fonte: 1.501-Recurso do exercício corrente - Outros Recursos não Vinculados				
ANULAÇÃO	716	02.14.13.391.0014.2802	3.3.90.39.00-SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	-37.602,59
Fonte: 1.500-Recurso do exercício corrente - Recurso não vinculado de Impostos				
Projeto/Atividade: 2803-FOMENTO AO ESPORTE COMUNITÁRIO E LAZER				
SUPLEMENTAR	757	02.14.27.812.0028.2803	3.3.50.41.00-CONTRIBUIÇÕES	30.000,00
Fonte: 1.500-Recurso do exercício corrente - Recurso não vinculado de Impostos				
Projeto/Atividade: 2806-FOMENTO AO TURISMO				
ANULAÇÃO	731	02.14.23.695.0027.2806	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	-21.397,41
Fonte: 1.500-Recurso do exercício corrente - Recurso não vinculado de Impostos				
SUPLEMENTAR	1044	02.14.23.695.0027.2806	3.3.50.41.00-CONTRIBUIÇÕES	40.000,00
Fonte: 1.501-Recurso do exercício corrente - Outros Recursos não Vinculados				
TOTAL GERAL SUPLEMENTAÇÃO				**114.000,00**
TOTAL GERAL ANULAÇÃO				**-114.000,00**

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 25 de junho de 2024.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (CD) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 25/06/2024 às 10:51, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2467457**e o código verificador**D663D8A8**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:68BA95E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DECRETO Nº 21153/2024 DE 24 DE JUNHO DE 2024

LEI Nº 2.845, DE 28 DE MARÇO DE 2024

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTECRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO VALOR DE R$ 5.832,74 (CINCO MIL E OITOCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS) EM FAVOR DA FUNDAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO-FUNCET.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOo artigo 3º, inciso I, Alínea A daLei 2845 de 28/03/2024 (ID 2262527), publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 02 de abril de 2024, edição 3696;

CONSIDERANDOo Art. 41, inciso II e Art. 43, §1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 7052/2024-Memorando 48 de 20/06/2024 (ID 2458387), os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro, no valor de**R$ 5.832,74 (cinco mil e oitocentos e trinta e dois reais e setenta e quatro centavos)**no exercício financeiro de 2024, em favor da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo-FUNCET, conforme abaixo distribuído:

Órgão:02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 14-FUNDAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO-FUNCET				
Projeto/Atividade: 1961-CONVÊNIO Nº 276/PGE-2021 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO-REFORMA ESTADIO GENTIL VELÉRIO DE LIMA				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
ESPECIAL	1042	02.14.27.812.0028.1961	3.3.90.93.00-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.832,74
Fonte: 2.701-Recursos de Exercícios Anteriores-Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados				
TOTAL CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO				**5.832,74**

Parágrafo Único.O crédito acima será coberto com o Superávit Financeiro conformeAnexo 14- Quadro D Balanço Patrimonial-Prefeitura de 19/01/2024 (ID 2093884), proveniente do Convênio Estadual nº 276/PGE-2021, que se encontra em fase de Prestação de Contas, conforme a fonte de recurso STN/TCE-RO demonstrada abaixo:

Superávit Financeiro	**5.832,74**
Fonte de Recurso	
2.701-Recursos de Exercícios Anteriores-Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados	5.832,74

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 46ª de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (CD) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 25/06/2024 às 08:19, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2463194**e o código verificador**71787536**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:E0C08828

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 21155/2024 DE 24 DE JUNHO DE 2024

LEI Nº 2.825, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE,CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO VALOR DE R$ 114.000,00 (CENTO E QUATORZE MIL REAIS) EM FAVOR DA FUNDAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO-FUNCET.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com aLei 2825 de 28/12/2023 (ID 2059362) publicada no dia 29/12/2023, edição 3631a no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, artigo 6º, inciso III e Lei Federal 4.320/64 art. 41, inciso I e art. 43 §1°, inciso III;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 1-10968/2024-Memorando 49 de 20/06/2024 (ID 2458865)os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente,Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação, no valor de**R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais)**no exercício financeiro de 2024, em favor da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo-FUNCET, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES-PMA				
Unidade: 14-FUNDAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO-FUNCET				
Projeto/Atividade: 2801-PROMOÇÃO DA CULTURA				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	718	02.14.13.392.0014.2801	3.3.50.41.00-CONTRIBUIÇÕES	20.000,00
SUPLEMENTAR	719	02.14.13.392.0014.2801	3.3.50.43.00-SUBVENÇÕES SOCIAIS	9.000,00
Fonte: 1.500-Recurso do exercício corrente - Recurso não vinculado de Impostos				
SUPLEMENTAR	978	02.14.13.392.0014.2801	3.3.50.43.00-SUBVENÇÕES SOCIAIS	15.000,00
Fonte: 1.501-Recurso do exercício corrente - Outros Recursos não Vinculados				
Projeto/Atividade: 2802-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS				
ANULAÇÃO	715	02.14.13.391.0014.2802	3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	-55.000,00
Fonte: 1.501-Recurso do exercício corrente - Outros Recursos não Vinculados				
ANULAÇÃO	717	02.14.13.391.0014.2802	4.4.90.52.00-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-39.000,00
Fonte: 1.500-Recurso do exercício corrente - Recurso não vinculado de Impostos				
Projeto/Atividade: 2803-FOMENTO AO ESPORTE COMUNITÁRIO E LAZER				
SUPLEMENTAR	757	02.14.27.812.0028.2803	3.3.50.41.00-CONTRIBUIÇÕES	30.000,00
Fonte: 1.500-Recurso do exercício corrente - Recurso não vinculado de Impostos				
Projeto/Atividade: 2806-FOMENTO AO TURISMO				
ANULAÇÃO	731	02.14.23.695.0027.2806	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	-20.000,00
Fonte: 1.500-Recurso do exercício corrente - Recurso não vinculado de Impostos				
SUPLEMENTAR	1044	02.14.23.695.0027.2806	3.3.50.41.00-CONTRIBUIÇÕES	40.000,00
Fonte: 1.501-Recurso do exercício corrente - Outros Recursos não Vinculados				
TOTAL GERAL SUPLEMENTAÇÃO				**114.000,00**
TOTAL GERAL ANULAÇÃO				**-114.000,00**

Parágrafo Único- Para dar cobertura ao disposto no artigo primeiro, será utilizado a Anulação Parcial de Dotação da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo-FUNCET, visando reforço da dotação orçamentária relacionada à repasses.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 46º de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (CD) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 25/06/2024 às 08:19, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2464235**e o código verificador**30441CAB**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:CA833270

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 547/2024

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2845 DE 28/03/2024, EM FAVOR DAFUNDAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO-FUNCET.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES,no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto naLei 2845 de 28/03/2024 (ID 2262527)publicada no dia 02/04/2024, edição 3696, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, que autorizou abertura de Crédito Adicional Especial.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos incorporados no Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD, autorizado no artigo 4º da Lei nº 2845 de 28 de março de 2024, conforme Processo Administrativo nº 7052/2024-Memorando 47 de 20/06/2024 (ID 2458231), e abaixo distribuído:

Poder: 02-EXECUTIVO-MUNICÍPIO DE ARIQUEMES				
Órgão: 14-FUNDAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO-FUNCET				
Projeto/Atividade: 1961-CONVÊNIO Nº 276/PGE-2021 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO-REFORMA ESTADIO GENTIL VELÉRIO DE LIMA				
TIPO	**FICHA**	**DOTAÇÃO**	**DESPESA**	**VALOR**
ACRÉSCIMO	1042	02.14.27.812.0028.1961	3.3.90.**93**.00-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	53.567,75
REDUÇÃO	0962		3.3.90.**30**.00-MATERIAL DE CONSUMO	-53.567,75
Fonte: 2.701-Recursos de Exercícios Anteriores-Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados				
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				**53.567,75**
TOTAL DE REDUÇÃO				**-53.567,75**

Art. 2ºA alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o projeto, ora criado, foi autorizado até nível de modalidade.

Art. 3ºO Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes,24de junho de 2024.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (CD) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 25/06/2024 às 08:19, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2463015**e o código verificador**55D2B423**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:80A51819

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 549/2024

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2845 DE 28/03/2024, EM FAVOR DAFUNDAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO-FUNCET.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES,no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto naLei 2845 de 28/03/2024 (ID 2262527)publicada no dia 02/04/2024, edição 3696, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, que autorizou abertura de Crédito Adicional Especial.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos incorporados no Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD, autorizado no artigo 4º da Lei nº 2845 de 28 de março de 2024, conforme Processo Administrativo nº 7052/2024-Memorando 47 de 20/06/2024 (ID 2458231), e abaixo distribuído:

Poder: 02-EXECUTIVO-MUNICÍPIO DE ARIQUEMES				
Órgão: 14-FUNDAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO-FUNCET				
Projeto/Atividade: 1961-CONVÊNIO Nº 276/PGE-2021 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO-REFORMA ESTADIO GENTIL VELÉRIO DE LIMA				
TIPO	**FICHA**	**DOTAÇÃO**	**DESPESA**	**VALOR**
ACRÉSCIMO	1043	02.14.27.812.0028.1961	3.3.90.**93**.00-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.743,28
REDUÇÃO	0963		3.3.90.**30**.00-MATERIAL DE CONSUMO	-3.743,28
Fonte: 2.500-Recursos de Exercícios Anteriores-Recursos não Vinculados de Impostos				
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				**3.743,28**
TOTAL DE REDUÇÃO				**-3.743,28**

Art. 2ºA alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o projeto, ora criado, foi autorizado até nível de modalidade.

Art. 3ºO Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes,24de junho de 2024.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (CD) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 25/06/2024 às 08:19, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2463116**e o código verificador**75709CC6**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:950FF9D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
OFÍCIO N°204/SEMPOG/ADM/2024

A MINAS BRAZIL DISTRIBUIDORA EIRELI C.N.P.J: 51.048.656/0001-15 REPRESENTANTE: MARCUS VINICIOS GRANATE CAROCIERO
Assunto: NOTIFICAÇÃO DE ATRASO DE ENTREGA CONFORME NOTA DE EMPENHO 4516

O Município de Ariquemes, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2166, Setor Industrial, nesta cidade de Ariquemes/RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, vem NOTIFICAR a empresa MINAS BRAZIL DISTRIBUIDORA EIRELI, inscrita no CNPJ: 51.048.656/0001-15, localizada na RUA RIO GRANDE DO SUL, Nº 917 SALA 35 - CENTRO POÇOS DE CALDAS-MG, neste ato representado por Elizete Gonçalves de Lima, para que no prazo de 10 (dez) dias corridos realize envio dos materiais pendentes de entrega constantes na NE 4516

A fim de garantir clareza e cumprimento dos termos acordados, por meio deste ofício, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão vem oficialmente notificar a empresa MINAS BRAZIL DISTRIBUIDORA EIRELI sobre a imprescindibilidade da entrega imediata dos produtos descritos na NE - Nota de Empenho 4516.

A referida Nota de Empenho foi encaminhada via endereço de e-mail DIRETORIA@MINASBRAZIL.COM e LICITACAO01@MINASBRAZIL.COM no dia 23/05/2024, tendo como prazo de entrega 30 (trinta) dias úteis conforme disposto no item 5.0 CONDIÇÕES DE ENTREGA no Termo de Referência do Pregão 133/2023. Considerando que a empresa Contratada não confirmou recebimento da Nota de Empenho, veja-se o que aduz o item 5.2.2 CONDIÇÕES DE ENTREGA

Na ausência da confirmação de leitura, será considerada válida a comunicação ao término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de seu envio.

Tendo em vista que os materiais não foram entregues no prazo previsto em Edital, solicito a entrega imediata dos materiais solicitados, desta feita, fica ciente a empresa Contratada de que a não correção/entrega dos materiais faltantes em divergências e/ou apresentação de defesa prévia, bem como a inobservância das condições estabelecidas para o fornecimento do objeto contratado, se sujeitarão às seguintes penalidades:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV) 13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que: a) der causa à inexecução parcial do contrato; b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; c) der causa à inexecução total do contrato; d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; f) praticar ato fraudulento na execução do contrato; g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021. 13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções: I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificara imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021); II - Multa: 1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; 2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. 2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137daLein.14.133, de 2021. 3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º,da Lei nº 14.133, de 2021); IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição depenalidademais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

A aplicação das sanções administrativas acima descritas, as quais se encontram presentes no art. 156 da Lei 14.133/2021, não obstem a ingressão da execução das penalidades civil e criminal que seu ato ensejar

Estamos no aguardo para o envio dos materiais pendentes pela empresa Contratada dentro do prazo de 10 dias úteis; após, caso as divergências não sejam corrigidas, estaremos encaminhando a presente situação a Comissão de Processos Sancionatórios da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão para toma de providências

Diante a presente Intimação, a Contratante poderá encaminhar Defesa Prévia no endereço de e-mail sempog.ariquemesadm@gmail.com, desde que haja confirmação do servidor, ou entregue na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão localizado na sede da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

Por oportuno, informo que os autos são do Processo Administrativo nº. 11.101/2024(filhote) e Processo Administrativo (mãe) 11.926/2023 encontram-se disponíveis via sistema eletrônico e-PROC para vistas do interessado.

Ariquemes/RO, 24 de Maio de 2024

ELIZETE GONÇALVES DE LIMA
Secretária Municipal De Planejamento, Orçamento E Gestão
Decreto 18.111/2021
(Documento Assinado Eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por ELIZETE GONCALVES DE LIMA, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, em 24/06/2024 às 10:25, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020

Publicado por:
Natália Santos de Angelo
Código Identificador:86818A3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO NO CONTRATO Nº 391/2023

Processo Administrativo nº 22.289/2023

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMSAU
2)MEDICANDO SERVIÇOS MEDICOS LTDACNPJ: 21.474.357/0001-81

OBJETO: Aditivo de valor no Contrato nº 391/2023, Processo Administrativo nº 22.289/2023.

VALOR: Aditivo de R$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais), totalizando o valor de R$ 1.620.000,00 (um milhão, seiscentos e vinte mil reais).

INTERVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Ariquemes/RO, 25 de junho de 2024.

LORENA PEREIRA FIORENZANI TURCO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alisson Schmitt
Código Identificador:14D7ED26

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

ASSESSORIA JURÍDICA
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA N. 1840/2020

Processo Administrativo de Sindicância n. 1-1840/2020.

Buritis, 25 de junho de 2024.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste ATO prorrogado por mais 30 (trinta) dias, com fulcro no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97, a contar de **04/07/2024**, para apresentação de conclusões do procedimento da Sindicância supracitada, o qual se refere a apurar fatos a relacionados a suposto sumiço de peças.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Oliveira de Souza
Código Identificador:F59DDBF1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90048/2024/SLC PROCESSO N.º 707/SEMAGRI/2024

O Município de Buritis-RO, através da sua pregoeira designada pelo Decreto **13.512/GAB/PMB/2023**, torna público a realização da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO (POR ITEM), na forma da Lei Federal nº 14.133/21, tendo como **Objeto: AQUISIÇÃO DE 2 (DUAS) PLANTADEIRAS/ADUBADEIRAS DE LINHA,** valor estimado **R$ 99.870,00** (noventa e nove mil e oitocentos e setenta reais). Início da sessão pública virtual será às **10h00min do dia 09/07/2024** (Horário de Brasília-DF), endereço www.gov.br/compras **(COMPRASNET).** Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, www.gov.br/compras, http://www.buritis.ro.gov.br ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 9 9991-2637 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br.

Buritis – RO, 25 de junho de 2024.

RENILDA CARLOS DE MORAES
Pregoeira

Publicado por:
Monica Paiva Vieira
Código Identificador:8C77DA30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90057/2024/CPLMS PROCESSO N.º 1057/SEMAGRI/2024

O Município de Buritis-RO, através da sua pregoeira designada pela Portaria **56/GAB/PMB/2023**, torna público aos interessados a **Alteração da data** da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO (POR ITEM), na forma da Lei 14.133/21, em razão do adendo modificador 01 do edital, devido a falta da publicação do aviso no Diário Oficial da União. Tendo como **Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas.** A abertura da sessão pública virtual será às **10h00min do dia 11/07/2024** (Horário de Brasília-DF), endereço www.gov.br/compras **(COMPRASNET).** Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, www.gov.br/compras, http://www.buritis.ro.gov.br ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 9 9991-2637 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br.
Buritis – RO, 25 de junho de 2024.

RENILDA CARLOS DE MORAES
Pregoeira

Publicado por:
Monica Paiva Vieira
Código Identificador:ECC8242A

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 60/PMB/2024

PROCESSO Nº 000338-2024
PREGÃO ELETRÔNICO: N° 90051/2024-CPLMS

MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.266.058/0001-44, com sede na Rua São Lucas, 2476, Setor 06, CEP nº 76.880-000, nesta cidade e comarca de Buritis-RO, no presente ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF: ***.598.582-** e RG sob nº. *04.84* SSP/RO, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, **C SILVA CARVALHO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 53.571.463/0001-70, estabelecida a Rua Costa Marques, n° 1041, Setor 02, CEP: 76.880-000, Buritis-RO, daqui a diante simplesmente, tendo como representante legal a Sra. CREIDIANE DE SOUZA DA SILVA CARVALHO, brasileira, empresária, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. *.252.*43 SESDEC-RO e CPF nº. ***.824.242-**, residente e domiciliada a Rua Costa Marques, n° 1041, Setor 02, Buritis-RO, CEP: 76880-000, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 000338-2024,** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 13.509, de 15 de março de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico **nº 90051/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a **Contratação de Empresa para prestação dos Serviços de Coleta, Triagem, Armazenamento e Destinação Final de Material Seletivo (plástico, papel, papelão, vidro),** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de Empresa para prestação de serviço de coleta, triagem, armazenamento temporário e destinação final de material seletivo gerado pelo município de Buritis.	MÊS	12	R$: 5.601,25	R$: 67.215,00
VALOR TOTAL					**R$: 67.215,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura deste instrumento, conforme Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, em conformidade com art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
A licitante vencedora deverá firmar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo para início dos serviços será a partir do dia 01.07.2024, devendo a secretaria de origem emitir **ORDEM DE SERVIÇO**, após,

a assinatura do presente contrato, conforme as normas administrativas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

A contratada deverá comprovar que dispõe de espaço coberto e protegido (tipo galpão) com no mínimo 500m², para funcionamento do Ponto de Triagem e Armazenamento Temporário do material coletado, qual deverá ser vistoriado pela Fiscalização do Contrato, fazendo cumprir fielmente ao estabelecido em contrato;
Dispor de veículos, equipamentos e mão de obra necessária e suficiente à execução do serviço contratado, ficando responsável pela destinação e comprovação do material recolhido;
Adesivar veículo (s) a ser utilizado para execução do contrato, em conformidade com estabelecido e acordado junto à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade;
Arcar com toda despesa necessária à execução do contrato, incluindo, adesivação, combustíveis e taxas de manutenção de veículos e equipamentos para realização das atividades, os quais deverão ser substituídos em até 48 (quarenta e oito) horas no caso de quaisquer defeitos, visando não prejuízo ao cumprimento do objeto;
A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço contratado, bem como, fornecimento equipamentos relacionados à segurança do trabalho aos seus colaboradores;
Manter, durante a execução dos serviços e vigência do contrato, todas as condições exigidas para sua habilitação, conforme certame licitatório;
Atender com presteza as solicitações da unidade que se relacione com o objeto deste contrato;
Dar ciência imediata à autoridade competente das anormalidades ocorridas durante a execução dos serviços;
A contratada estará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente contrato, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço;
A contratada será responsável por danos causados direta ou indiretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço objeto deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela contratante;
Os danos e/ou prejuízos causados ao município deverão ser ressarcidos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, da notificação por documento administrativo;
Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;
Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos resultantes da contratação;
Sanar imediatamente qualquer defeito e/ou falha observada na execução de seus serviços, que lhe tenha sido comunicado pela fiscalização;
A contratada será responsável pela ocorrência relativa a acidentes com seus empregados ou terceiros, no desempenho de suas funções, por ocasião da execução dos serviços;
Apresentar mensalmente relatório de comprovação do quantitativo de material coletado e destinado no período;
Executar os serviços contratados de forma ordeira e silenciosa;
Fornecer contato telefônico e endereço de e-mail para acompanhamento da Contratante e Fiscalização;
Todo ônus inerente ao cumprimento do Contrato firmado, como despesas com pessoal, transporte, combustíveis, manutenção, local para armazenamento do material até sua destinação final, dentre outros, ficarão sob total responsabilidade da Contratada. Não incumbindo nenhum encargo e/ou despesas ao município, além daquele estabelecido em contrato.
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
A fiscalização da contratação decorrente caberá à secretaria requisitante, a qual designará servidores nomeados por meio de portaria/decreto conforme indicação do atual gestor da pasta para fiscalizar e acompanhar a execução do serviço, esses servidores determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509/2023.
Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da contratação emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
O fiscal da contratação informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprazadas, o fiscal da contratação comunicará o fato imediatamente ao gestor da contratação.
O fiscal da contratação comunicará ao gestor da contratação, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
O gestor da contratação acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
O fiscal da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal da contratação atuará tempestivamente na solução do problema, reportando-se ao gestor da contratação para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual visando resguardar o acompanhamento quanto ao cumprimento de todas as etapas vinculadas, para efetiva execução contratual.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

O valor total da contratação é de R$ **67.215,00** (sessenta e sete mil duzentos e quinze reais)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

7.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V) /REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em 05.06.2024
8.2. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da contratado, de acordo com o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).
8.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado para os custos decorrentes do mercado conforme planilha de composição de custos: a partir da apresentação da proposta.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento;
Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês, ano, e horários, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento;
Prestar os serviços mediante recebimento da Ordem de Serviço, em conformidade com prazos estabelecidos no presente contrato;
Manter-se, durante toda a vigência do contrato e apresentar para efeito de pagamento, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação;
Atender às determinações da municipalidade para o cumprimento de obrigação contratual assumida, no prazo estabelecido na notificação, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento;
Prestar os serviços mediante recebimento da Ordem de Serviço, em conformidade com prazos estabelecidos no presente termo referência;
Disponibilizar número de telefone para atendimento, em horário comercial, 07 (sete) dias por semana;
Informar contato da Empresa para tratativas com a pasta contratante;
Atender às determinações da Administração para o cumprimento de obrigação contratual assumida no prazo estabelecido na notificação, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.
Estar com sua Regularidade Jurídica, Fiscal e Trabalhista devidamente regularizados.
Manter o disposto em sua proposta de preços pelo prazo mínimo de 60 dias contados da emissão da proposta.
Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;
Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.
Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do órgão solicitante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;
Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021), e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses conforme Decreto Municipal 13.509/23 que diz:
Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
Parágrafo Único. Para os fins deste artigo, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.
As sanções de impedimentos de licitar e contratar com Administração Pública ocorrerá nos termos deste artigo, e nos demais que couber.
A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:
Dar causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Dar causa à inexecução total do contrato;
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
A sanção prevista no item 12.5 deste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Buritis-RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
A sanção de que trata o item 12.5 deste artigo quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Buritis-RO.
A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
O disposto nos artigos acima não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.
A multa a ser calculada não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou Celebrado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração

Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da art. 183, §3º, Decreto nº 13.509/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
13.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, na dotação abaixo discriminada:
02.13.01 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
17.512.1006.2187 – Manutenção da Coleta do Lixo
33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros PJ –
Ficha 501 - R$ 5.601,23/mês;
R$ 33.607,50 (trinta e três mil seiscentos e sete reais e cinquenta centavos) – valor destinado ao custeio de despesas pelo período de 06 (seis) meses, compreendendo efetiva implantação dos serviços a partir de 1º de julho.
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA –PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações
(http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes), em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis, Estado de Rondônia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Buritis/RO, 18 de junho de 2024

Município De Buritis/RO
RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito

C SILVA CARVALHO LTDA
CNPJ sob nº 53.571.463/0001-70
Representante Legal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/PMB/2024

PROCESSO Nº 000338-2024
PREGÃO ELETRÔNICO: N° 90051/2024-CPLMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BURITIS/RO
CONTRATADO: C SILVA CARVALHO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRIAGEM, ARMAZENAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE MATERIAL SELETIVO (PLÁSTICO, PAPEL, PAPELÃO, VIDRO).

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

02.13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

17.512.1006.2187 – MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO
3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ
FICHA: 501

VALOR MENSAL: R$ 5.601,25
VALOR TOTAL DESTE CONTRATO: R$ 67.215,00

INICIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 01.07.2024

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DA SUA ASSINATURA.

Município De Buritis/RO
RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Francieli de Souza Oliveira
Código Identificador:F55D6CC6

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/PMB/2021

PROCESSO Nº 1-1547/2021
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 017/2021-CPLMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/2021 - CPLMS

O MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.266.058/0001-44, no presente ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF sob o nº 469.598.582-91 e portador da Cédula de Identidade RG sob nº. 504.848 SSP/RO, estabelecido na Rua São Lucas, 2476, Setor 06, CEP nº 76.880-000, nesta cidade e comarca de Buritis-RO, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, o proprietário do referido imóvel o Senhor **ROBETO MAURO DA SILVA**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 240071 SSP/RO, inscrita Cadastro de Pessoa Física CPF sob o nº 316.681.432-91, residente e domiciliada na *Avenida Porto Velho, 18021.175, Setor 01, município de Buritis, estado de Rondônia, conforme fls. 103/104*, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO, que tem por finalidade, estabelecer os direitos e obrigações das partes, na execução do **Processo Administrativo nº 1-1547/2021**, **Dispensa de n° 017/2021-CPLMS**, cuja celebração foi **Homologada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito de folhas n.º 145** nos termos do art. 24, inciso X na forma prevista da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. Submetendo-se a CONTRATANTE e CONTRATADA às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência e do valor do Contrato nº 061/PMB/2021**, conforme especificado no Processo nº 1547/2021-SEMECE, referente à locação de imóvel para o funcionamento da sede dos conselhos municipais.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
2.1. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 061/PMB/2021 por mais 30 (trinta) meses, passando a vigorar de 27/06/2024 a 27/12/2026.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
3.1. O valor mensal da locação permanece inalterado em R$ 744,59 (setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), totalizando R$ 22.337,70 (vinte e dois mil trezentos e trinta e sete reais e setenta centavos) para o período de prorrogação.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original que não foram alteradas pelo presente termo aditivo.
CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
5.1. As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

• Secretaria Municipal de Educação
• Manutenção do Conselho Municipal de Educação
• Outros serviços de terceiros – pessoa física
• Ficha nº 171

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO
6.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente termo aditivo na imprensa oficial, conforme disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993.
E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente termo aditivo em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Buritis/RO, 21 de junho de 2024.

Município de Buritis/RO
RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito

ROBERTO MAURO DA SILVA
CPF/MF n° 316.681.432-91
Representante Legal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/PMB/2021

PROCESSO N° 1547/2021 – SEMECE
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 017/2021 - CPLMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/PMB/2021 - CPLMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BURITIS/RO
CONTRATADO: ROBERTO MAURO DA SILVA

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDE DOS CONSELHOS (CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME E FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB)

OBJETO DO ADITIVO: ronaldi

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
FICHA Nº 171
VALOR MENSAL: R$ 744,49

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 22.334,70

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 27.12.2026

Município de Buritis/RO
RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Francieli de Souza Oliveira
Código Identificador:F5D97C00

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 14804 , DE 21 DE JUNHO DE 2024 - LEI N.1965

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de
R$17.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 17.000,00

Anulação

021002FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

546 08.244.1004.2091.0004 GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE ASSISÊNCIA SOCI 15.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 01 500
1 Recursos do Exercício Corrente
002001 RECURSOS PRÓPRIOS

872 08.244.1004.2091.0007 GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE ASSISÊNCIA SOCI 2.000,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R.: 01 500
1 Recursos do Exercício Corrente
002001 RECURSOS PRÓPRIOS

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos
provenientes de:
Anulação:

02 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

551 08.244.1004.2095.0007 GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE ASSISÊNCIA SOCIA -2.000,00
3.3.50.41.00 CONTRIBUIÇÕES F.R. Grupo: 0 1 500
1 Recursos do Exercício Corrente
002001 RECURSOS PRÓPRIOS

02 10 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

547 08.244.1004.2097.0004 GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE ASSISÊNCIA SOCIA -15.000,00
3.3.50.41.00 CONTRIBUIÇÕES F.R. Grupo: 0 1 500
1 Recursos do Exercício Corrente
002001 RECURSOS PRÓPRIOS

Anulação (-) -17.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BURITIS, 21 de junho de 2024

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francieli de Souza Oliveira
Código Identificador:FB4DCA9E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 14805 , DE 21 DE JUNHO DE 2024 - LEI N.2045

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de
R$857.070,57 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 857.070,57
Superávit Financeiro

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
810 12.361.1002.1180.0000 GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO, C 704.345,31
3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 02 571
2 Recursos de Exercícios Anteriores
012 229 REFORMA ESCOLAS MUNICIPAIS CV 003/PGE/21

811 12.361.1002.1180.0000 GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO, C 22.515,90
3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 252 500
2 Recursos de Exercícios Anteriores
012 001 RECURSO PROPRIO

812 12.361.1002.1180.0000 GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO, C 130.209,36
3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 02 701
2 Recursos de Exercícios Anteriores
012 010 CONVENIOS ESTADUAIS

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos
provenientes de:
Superávit Financeiro: 857.070,57
Fontes de Recurso
2 500 22.515,90
2 571 704.345,31
2 701 130.209,36
Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BURITIS, 21 de junho de 2024

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francieli de Souza Oliveira
Código Identificador:836452E1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 14799 , DE 20 DE JUNHO DE 2024 - LEI N.1981

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de
R$136.843,04 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 136.843,04

Anulação

020901SECRETARIA MUNIC DE AGRICULTURA

870 20.605.1007.1289.0000 GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE AGRICULTURA 6.843,04
3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R.: 20151 500
1 Recursos do Exercício Corrente
002247 CV 382/SEAGRI/PGE/2023

871 20.605.1007.1289.0000 GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE AGRICULTURA 130.000,00
3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT F.R.: 20151 701
1 Recursos do Exercício Corrente
002247 CV 382/SEAGRI/PGE/2023

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos
provenientes de:
Anulação:

02 09 01 SECRETARIA MUNIC DE AGRICULTURA

530 20.605.1007.1289.0000 GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE AGRICULTURA -130.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 2015 1 701
1 Recursos do Exercício Corrente
002247 CV 382/SEAGRI/PGE/2023

772 20.605.1007.1289.0000 GESTÃO DE POLITICAS E PROGRAMAS DE AGRICULTURA -6.843,04
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 2015 1 500
1 Recursos do Exercício Corrente
002247 CV 382/SEAGRI/PGE/2023

Anulação (-) -136.843,04

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francieli de Souza Oliveira
Código Identificador:D74EED5A

GABINETE DO PREFEITO
ORDEM DE SERVIÇO - PROCESSO:338/2024.

A Prefeitura do Município de Buritis, neste ato, representada por RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito, em conformidade com certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº. 90051/2024-CPLMS, Contrato nº. 60/PMB/2024, Processo Administrativo nº. **000338-2024** – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRIAGEM, ARMAZENAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE MATERIAL SELETIVO (PLÁSTICO, PAPEL, PAPELÃO, VIDRO). atendendo às necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, no interesse da Prefeitura de Buritis, estado de Rondônia, **AUTORIZA** a Empresa **C SILVA CARVALHO LTDA**, a dar início ao serviço contratado **a partir de 1º de julho de 2024**.

Buritis, 25 de junho de 2024.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Francieli de Souza Oliveira
Código Identificador:5D014F01

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO. PROC:1220-2024

O Prefeito do Município de Buritis, **Ronaldi Rodrigues de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos procedimentos efetuados pela Comissão especial de seleção, análise e julgamento das propostas, destinada à execução dos procedimentos de chamamento público e Parecer Jurídico, **através do Chamamento Público nº 007/2024/CPLMS/PMB/RO**, Processo Administrativo de nº **1220.18.10-2024/SEMAGRI** e de acordo com as Leis 13.019/14, e demais legislação vigente, **HOMOLOGA E ADJUDICA em favor da Associação:**

• **ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS CRISTO SALVADO - ASPROCS**, CNPJ 14.638.729/0001-00 equipamento: 01 (uma) Colhedora de forragem – tombamento 19547

Buritis – RO, 25 de junho de 2024.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Francieli de Souza Oliveira
Código Identificador:5C3FAF3D

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO . PROC:965/2024.

O Prefeito do Município de Buritis, **Ronaldi Rodrigues de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos procedimentos efetuados pela Comissão especial de seleção, análise e julgamento das propostas, destinada à execução dos procedimentos de chamamento público e Parecer Jurídico, **através do Chamamento Público nº 005/2024/CPLMS/PMB/RO**, Processo Administrativo de nº **965.29.10-2024/SEMAGRI** e de acordo com as Leis 13.019/14, e demais legislação vigente, **HOMOLOGA E ADJUDICA em favor da Associação:**

• **ASSOCIACAO NOVA PEDRA DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA 04 – ASNOP** CNPJ 05.107.217/0001-19 equipamento: 01 (um) pulverizador pecuário – tombamento 19601.

Buritis – RO, 25 de junho de 2024.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Francieli de Souza Oliveira
Código Identificador:5CFD9477

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
PROC:521/2024

Eu **Ronaldi Rodrigues de Oliveira,** Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições, autorizo a presente despesas conforme estipula a Lei 14.133/21 e Decreto 13.509/23 - Processo Administrativo de n. **521.15.01-2024/SEMA**, objeto: **(custeio de despesas com contratação de empresa especializada para realização de serviços de desinsetização, desratização, descupinização e manejo de espaços físicos)** no valor de **R$ 1.820.219,63 (um milhão oitocentos e vinte mil e duzentos e dezenove reais e sessenta e três centavos),** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração.

Buritis-RO, 25 de junho de 2024.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francieli de Souza Oliveira
Código Identificador:5B7AB810

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO. PROC:1096/2024

O Prefeito do Município de Buritis, **Ronaldi Rodrigues de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos procedimentos licitatórios efetuados pela Superintendência de Licitação e Contratos e Parecer Jurídico, **homologa e adjudica** o resultado dos procedimentos administrativos realizados **através do Pregão Eletrônico nº.90056/2024/PMB/CPLMS**, Processo Administrativo n°1**096.15.11.2024/SEMUSA**, **objeto:** (Aquisição de Kits Para Escovação e Flúor para uso em Atendimento Odontológico na Rede Municipal de Saúde Bucal e Distribuição nas Ações Do PSE (PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA)**)**, de acordo com a Lei Federal n° 14.133/2021, **em favor da empresa:**

COMEPI PRODUTOS COMERCIAIS LTDA CNPJ: 11.768.299/0001-45. A proposta no valor de **R$ 57.450,00** (cinquenta e sete mil quatrocentos e cinquenta reais).

Buritis, 25 de junho de 2024.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Francieli de Souza Oliveira
Código Identificador:59314434

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
CHAPEUZINHO VERMELHO

CENTRAL ÚNICA DE VAGAS - 2024
(De acordo com a Portaria nº 12/2022)

Maternal – II – Período – Matutino

Ordem	Nome dos Alunos	Situação
01	AUGUSTO WERNECK LEAL	Cadastro Reserva
02	ASAFE TAKEO DUARTE	
03	KYLLIAN HENRIQUE AVELINO DE ALMEIDA	

Maternal – II – Período – Vespertino

Ordem	Nome dos Alunos	Situação
01	EZEQUIEL JULIO SANTOS DE PAULO	Cadastro Reserva
02	NÍCOLAS LIMA DA CRUZ	
03	ALLANA YARIN OLIVEIRA NUNES	
04	MIRIAN DE JESUS GONÇALVES	

Maternal – III – Período – Matutino

Ordem	Nome dos Alunos	Situação
01	MURILO DE CASTRO SOUZA SONCINE	Cadastro Reserva
02	JAMILLY MORAES CAMARGO FELIPE	
03		

Maternal – III – Período – Vespertino

Ordem	Nome dos Alunos	Situação
01	KEMUEL ALVES FERREIRA	Cadastro Reserva
02	----------	
03		

Buritis - RO, 24 de junho de 2024.

JORGE NATALINO DA SILVA
Gestor Escolar

Publicado por:
Teresinha Dos Santos
Código Identificador:68806068

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PROCESSO Nº 431/2023-EDITAL 082/2024-PROFESSOR NIVEL II (ESCOLA CECILIA MEIRELES) 24 HS

CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - Processo nº 431/2023
EDITAL 082/2024
O Prefeito do Município de Cabixi, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, considerando o pedido de distrato da professora JÉSSICA PAULA DE BRITO,convoca candidato (a)s aprovados no Teste Seletivo Público nº 001/2023, na categoria abaixo relacionada, de acordo com as regras estabelecidas no Edital constante no Processo nº 431/2023, realizado através de análise de currículo, com resultado final publicado no Diário Oficial do Diário Oficial da AROM nº 3499, de 21 de junho de 2023, devidamente homologado pelo Decreto nº 124/2023 de 21/06/2023, a se apresentar na Coordenadoria de Recursos Humanos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da Publicação deste, munido dos seguintes documentos:

(nesta ordem em papel A4)

Cadastro de Pessoas Físicas – CPF; Original e Xerox;
Carteira de Identidade – RG; Original e Xerox;
Título de eleitor e comprovante da última votação;
Documentos Militares, comprovantes que está em dia com as obrigações militares, se homem;
Certidão de Nascimento ou Casamento; (se casado apresentar CPF e RG do cônjuge)
Certidão Nascimento e CPF dos Filhos menores de 14 anos;
Carteira de Vacina dos Filhos menores de 14 anos, devidamente atualizadas;
Carteira de Trabalho e Previdência Social, Original e Xerox;
Pis/Pasep; (número);
Comprovante de Residência;
01 Foto 3 x 4 Recente;
Certificado de Escolaridade ou Diploma, de acordo com as exigências da Categoria;
Comprovante de Registro no Conselho ou Órgão da categoria;
Comprovante Anuidade profissional;
Certidão Municipal de taxas e tributos (Tributação); pode ser obtida no site: www.cabixi.ro.gov.br - no portal do cidadão
Certidão Negativa de Condenação Criminal e Civil;
Certidão Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. (http://www.tce.ro.gov.br);
Conta Bancária (Banco do Brasil)
Declaração de Bens e Valores via SIGAP;
Declaração que não possui outro emprego público, exceto cargos previstos em Leis;
Autodeclaração étnico-racial
Documento ou exame que conste a Tipagem Sanguínea;
Exame Admissional;
CONVOCADO(A)s:
PROFESSOR NIVEL II (ESCOLA CECILIA MEIRELES) 24 HS

Insc.:	Nome:	Data de Nasc.:	Situação Insc.:	Nota:	Classif.:
224	NAIR NONNEMAKER LIMA	11/05/1980	**Classificado**	70	23º

Cabixi, 25 de junho de 2024.

IZAEL DIAS MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karina Manochio
Código Identificador:B1698C57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Processo Administrativo n.º784/2024/SEMAS

Unidade Contratante: Secretaria Mun. de Assistência Social

Contratação Direta n º:008/2024

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação ou Dispensa de Licitação

Fundamento: Art. 75caput, Inciso IIda Lei Federal n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Empresa Contratada: CENTER PLACAS LTDA
CNPJ n.º 20.336.175/0001-81
Objeto: Contratação de empresa - visando cobrir as despesas com confecção de placas dianteira e traseira, refletivas de acordo as normas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Empresa Contratada:
CNPJ n.º 20.336.175/000181

Valor total da contratação:R$270,00 (Duzentos e Setenta Reais)

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Projeto/Atividade:
Unidade Orçamentária:0601- Secretaria Municipal de Assistência Social.
Projeto/Atividade:2.036 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Elemento de Despesa:33.90.39 -Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
Ficha: 232

AUTORIZO a presente contratação direta, por**Inexigibilidade de Licitação**, devendo a despesa ser regularmente empenhada com observância das formalidades legais.

Cabixi - RO, 24 de junho de 2024.

(Documento Assinado Eletronicamente)
IZAEL DIAS MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sonia Cristina de Souza
Código Identificador:E5C05B87

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – SLCP
AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 002/2024

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa Eletrônica n.º 002/2024/PMC
Processo Administrativo n.º 1-605/2024/SEMUSA
O **Município de Cabixi**, Estado de Rondônia, através do Setor de Licitações e Contratações Públicas – SLCP, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 166, de 1º de setembro de 2023, e demais normas aplicáveis, consignando o que adiante segue:
Objeto: O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição, por dispensa de licitação, de aquisição de materiais odontológico com o objetivo de atender as necessidades do Programa Saúde Bucal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos
Tipo: Menor Preço por ITEM.
Valor Estimado: R$ 6.232,72 (seis mil duzentos e trinta e dois reais e setenta e dois centavos).
Data da Sessão Pública: 28 de junho de 2024.
Horário da Fase de Lances: Das 09h00 às 18h00 (horário de Brasília).
Endereço eletrônico: Licitanet - Licitações Online (*www.licitanet.com.br*).
Disponibilidade dos Documentos: O Aviso de Contratação Direta e seus anexos estão à disposição dos interessados no horário das 07h00min às 13h00min (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede do Setor de Licitações e Contratações Públicas, ou, gratuitamente no Portal da Transparência do Município (*www.transparencia.cabixi.ro.gov.br*).
Informações complementares poderão ser obtidas pelo telefone: (69) 3345-2353, ou pelo e-mail: *cpl_cabixi@hotmail.com*.

Cabixi – RO, 25 de junho de 2024.

ALLISON MAICON BENTO PRETTO
Agente de Contratação
Dec. n.º 082/2024

Publicado por:
Allison Maicon Bento Pretto
Código Identificador:4B620567

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PE Nº 17/2024

A Prefeitura Municipal de Cacaulândia, através do Prefeito, torna público, para conhecimento de todos os interessados a adjudicação e a homologação do Pregão Eletrônico nº 17/2024, que tem por objeto**:** Registro de preço para eventual e futura Aquisição de Herbicida, em favor da empresa: AGRO ZAIDAN COMERCIAL LTDA– CNPJ: 50.630.988/0001-40 no valor de: R$ 56.177,89 (vinte e um mil setecentos e quarenta reais).

Cacaulândia 25 de junho de 2024.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Luciana Almeida de Leal Ribeiro
Código Identificador:5E78F682

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DA LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 25/2024

OMunicípiode Cacaulândia/RO, através da pregoeira comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 25/2024 através do portalhttps://licitanet.com.br/.OEdital e seus anexos estão disponíveis para retiradanos sites: https://licitanet.com.br/ ehttps://cacaulandia.ro.gov.br/ , mais informações poderá ser adquirido através do e-mailpregao.cacaulandai@gmail.comoucpl2@cacaulandia.ro.gov.br. , telefone 69 9274-5854;**Objeto:**Registro de preço para eventual e futura Aquisição de Gêneros Alimentícios.**data da realização:**às 09h30mindo dia 09 de julho de 2024, (Horário de Brasília);**valor estimado:**R$ 1.341.446,66(um milhão trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos);**Critério de julgamento:**menor preço por item;**modo de disputa:**aberto;**exclusivo para ME/EPP**: sim; **preferencia local:** sim.

Cacaulândia/RO, 25 de junho de 2024.

LUCIANA DE ALMEIDA LEAL RIBEIRO
Pregoeira

Publicado por:
Luciana Almeida de Leal Ribeiro
Código Identificador:0CDE1999

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
LEI MUNICIPAL Nº 1.287/GP/2024 DE 25 DE JUNHO DE 2024

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou ele sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1ºO Poder Executivo Municipal, fica autorizado a abrir crédito adicional especial por anulação de dotação ao orçamento vigente, no valor de**R$ 66.000,00** (sessenta e seis mil reais), de acordo com os artigos 41 e 43, da Lei Federal 4.320/64, conforme parâmetros a seguir:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL:
a)FUNÇÃO 04 - ADMINISTRAÇÃO;
b)SUB FUNÇÃO 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL;
c)PROGRAMA 1001 - GESTÃO ADMINISTRATIVA;
d)PROJ. ATIVIDADE 2005 - APOIO ADMINISTRATIVO SECRET. MUN. COORDENAÇÃO GERAL;
e)AÇÃO 0000 - APOIO ADMINISTRATIVO SECRET. MUN. COORDENAÇÃO GERAL;
f)FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.122.1001.2005.0000 - APOIO ADMINISTRATIVO SECRET. MUN. COORDENAÇÃO GERAL;
g)ELEMENTO DE DESPESA 3.1.71.70.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO;
h)FICHA 507;
i)VALOR **R$ 46.200,00** (QUARENTA E SEIS MIL E DUZENTOS REAIS);
j)ELEMENTO DE DESPESA 3.3.71.70.00 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO;
k)FICHA 508;
l)VALOR **R$ 19.800,00** (DEZENOVE MIL E OITOCENTOS REAIS).

Art. 2º A cobertura de dotação para o montante descrito no artigo 1º desta Lei, no valor de **R$ 66.000,00** (sessenta e seis mil reais) será por anulação de dotação da seguinte programação:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL:
a)ELEMENTO DE DESPESA 3.3.91.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERC. - PESSOA JURÍDICA;
b)FICHA 060;
c)VALOR **R$ 50.270,63** (CINQUENTA MIL DUZENTOS E SETENTA REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS);
d)ELEMENTO DE DESPESA 3.3.91.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERC. - PESSOA JURÍDICA;
e)FICHA 061;
f)VALOR **R$ 15.729,37** (QUINZE MIL QUINHENTOS E VINTE E NOVE REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS).

Art. 3º Fica o poder executivo municipal autorizado a inserção na LDO e PPA.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal.
Cacaulândia/RO, 25 de junho de 2024.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisabeth Santuzzi Zucolotto Leite
Código Identificador:6959F933

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
LEI MUNICIPAL Nº 1.288/GP/2024 DE 25 DE JUNHO DE 2024

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou ele sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1ºO Poder Executivo Municipal, fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação ao orçamento vigente, no valor de**R$ 2.703,26** (dois mil setecentos e três reais e vinte e seis centavos), de acordo com os artigos 41 e 43, da Lei Federal 4.320/64, conforme parâmetros a seguir:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:
a)FUNÇÃO 26 - TRANSPORTE;
b)SUB FUNÇÃO 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO;
c)PROGRAMA 1006 - CONSTRUINDO NOVOS CAMINHOS;
d)PROJ. ATIVIDADE 1028 - CONVÊNIO FITHA;
e)AÇÃO 0000 - CONVÊNIO FITHA;
f)FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 26.782.1006.1028.0000 - CONVÊNIO FITHA;
g)ELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.93.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES;
h)FICHA 462;
i)VALOR **R$ 2.703,26** (DOIS MIL SETECENTOS E TRÊS REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS).

Art. 2º A cobertura de dotação para o montante descrito no artigo 1º desta Lei, no valor de **R$ 2.703,26** (dois mil setecentos e três reais e vinte e seis centavos) será por anulação de dotação da seguinte programação:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:
a)FICHA 461;
b)VALOR **R$ 2.703,26** (DOIS MIL SETECENTOS E TRÊS REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS).

Art. 3º Fica o poder executivo municipal autorizado a inserção na LDO e PPA.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal.
Cacaulândia/RO, 25 de junho de 2024.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisabeth Santuzzi Zucolotto Leite
Código Identificador:65582974

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
LEI MUNICIPAL Nº 1.289/GP/2024 DE 25 DE JUNHO DE 2024

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou ele sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1ºO Poder Executivo Municipal, fica autorizado a abrir crédito adicional especial por superávit financeiro ao orçamento vigente, no valor de**R$ 798.230,78** (setecentos e noventa e oito mil duzentos e trinta reais e setenta e oito centavos), de acordo com os artigos 41 e 43, da Lei Federal 4.320/64, conforme parâmetros a seguir:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:
a)FUNÇÃO 04 - ADMINISTRAÇÃO;
b)SUB FUNÇÃO 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL;
c)PROGRAMA 1006 - CONSTRUINDO NOVOS CAMINHOS;
d)PROJ. ATIVIDADE 2040 - FROTA VEICULAR;
e)AÇÃO 0000 - FROTA VEICULAR;
f)FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.122.1006.2040.0000 - FROTA VEICULAR;
g)ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERC. - PESSOA JURÍDICA;
h)FONTE 502;
i)VALOR **R$ 100.000,00** (CEM MIL REAIS);
j)FONTE 720;
k)VALOR **R$ 22.388,67** (VINTE E DOIS MIL TREZENTOS E OITENTA E OITO REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS);
l)FONTE 750;
m)VALOR **R$ 7.358,56** (SETE MIL TREZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS);
n)ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO;
o)FONTE 502;
p)VALOR **R$ 291.154,36** (DUZENTOS E NOVENTA E UM MIL CENTO E CINQUENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS);

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:
a)FUNÇÃO 04 - ADMINISTRAÇÃO;
b)SUB FUNÇÃO 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL;
c)PROGRAMA 1001 - GESTÃO ADMINISTRATIVA;
d)PROJ. ATIVIDADE 2007 - APOIO ADM. SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚB.;
e)AÇÃO 0000 - APOIO ADM. SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚB.;
f)FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.122.1001.2007.0000 - APOIO ADM. SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚB.;
g)ELEMENTO DE DESPESA 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS;
h)FONTE 711;
i)VALOR **R$ 62.000,00** (SESSENTA E DOIS MIL REAIS);

j)ELEMENTO DE DESPESA 3.1.90.16.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS;
k)FONTE 711;
l)VALOR **R$ 42.000,00** (QUARENTA E DOIS MIL REAIS);
m)ELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE;
n)FONTE 721;
o)VALOR **R$ 108.496,33** (CENTO E OITO MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS).

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL:
a)FUNÇÃO 04 - ADMINISTRAÇÃO;
b)SUB FUNÇÃO 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL;
c)PROGRAMA 1001 - GESTÃO ADMINISTRATIVA;
d)PROJ. ATIVIDADE 2005 - APOIO ADM. SEC. MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL;
e)AÇÃO 0000 - APOIO ADM. SEC. MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL;
f)FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 04.122.1001.2005.0000 - APOIO ADM. SEC. MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL;
g)ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERC. - PESSOA JURÍDICA;
h)FONTE 711;
i)VALOR **R$ 117.185,19** (CENTO E DEZESSETE MIL CENTO E OITENTA E CINCO REAIS E DEZENOVE CENTAVOS).

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:
a)FUNÇÃO 20 - AGRICULTURA;
b)SUB FUNÇÃO 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL;
c)PROGRAMA 1005 - AGRICULTURA EM AÇÃO;
d)PROJ. ATIVIDADE 2034 - APOIO AO PRODUTOR RURAL;
e)AÇÃO 0000 - APOIO AO PRODUTOR RURAL;
f)FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 20.122.1005.2034.0000 - APOIO AO PRODUTOR RURAL;
g)ELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE;
h)FONTE 755;
i)VALOR **R$ 12.647,67** (DOZE MIL SEISCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS).

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:
a)FUNÇÃO 20 - AGRICULTURA;
b)SUB FUNÇÃO 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL;
c)PROGRAMA 1001 - GESTÃO ADMINISTRATIVA;
d)PROJ. ATIVIDADE 2004 - APOIO ADM. SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;
e)AÇÃO 0000 - APOIO ADM. SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;
f)FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 20.122.1001.2004.0000 - APOIO ADM. SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;
g)ELEMENTO DE DESPESA 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS;
h)FONTE 711;
i)VALOR **R$ 35.000,00** (TRINTA E CINCO MIL REAIS).

Art. 2º Fica o poder executivo municipal autorizado a inserção na LDO e PPA.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal.
Cacaulândia/RO, 25 de junho de 2024.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisabeth Santuzzi Zucolotto Leite
Código Identificador:62A90370

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
DECRETO Nº 5.915/GP/24 DE 24 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC DE CACAULÂNDIA/RO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA - ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no Parágrafo Único do artigo 4º da Lei Municipal nº 946, 22 de maio de 2020, resolve editar o presente,

DECRETO:

Art. 1° Ficam nomeados para compor a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC:
I- Coordenador Executivo de Proteção e Defesa Civil: **MARCELO RODRIGUES APONTES**, Matrícula nº 757, Auxiliar Administrativo - Secretaria Municipal de Planejamento.
II- Chefe do Apoio administrativo/Secretaria: **NUBIA DAIANE FERNANDES VARGAS**, Matrícula nº 1049, Assistente Social - Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.
III- Chefe do Setor Técnico: **GABRIEL PEREIRA GALINDO**, Matrícula nº 979, Professor - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
IV- Chefe do Setor Operacional: **ROMILDA DOS SANTOS PEREIRA**, Matrícula nº 2296, Chefe da Seção Vigilância Sanitária- Secretaria Municipal de Saúde.
Parágrafo único. Incumbe aos ocupantes dos cargos enumerados no *caput*, integrantes da estrutura da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, o desempenho das respectivas atribuições previstas na Lei Municipal nº 946, de 22 de maio de 2020.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisabeth Santuzzi Zucolotto Leite
Código Identificador:769A6D96

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
DECRETO Nº 5.916/GP/24 DE 25 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMISSÃO ORGANIZADORA DO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/PMC/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA - ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a insuficiência de servidores necessários ao atendimento da Secretaria Municipal de Educação;
CONSIDERANDO que, a Secretaria de Educação, visando atender à necessidade temporária e excepcional da administração, conforme previsto no artigo 37 da Constituição Federal, Lei Municipal nº 110/GP/98, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em atender as necessidades decorrentes da inexistência de profissionais no quadro efetivo da Secretaria, resolve editar o presente,

DECRETO:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Organizadora do Teste Seletivo Simplificado nº 003/PMC/2024 para **contratação temporária** de profissionais para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Educação nos cargos de Professor de Língua Estrangeira Moderna - Inglês, Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), Pedagogo, Orientador Escolar, Psicopedagogo e Professor de Geografia.

Art. 2º A Comissão Organizadora do Teste Seletivo será composta pelos seguintes membros:
I - Ítalo Henrique Muniz de Castro (Matrícula nº 2.569) - Presidente;
II - Alfredinho Hélio Sperandio (Matrícula nº 976) - Secretário;
III - Maria Goreti Rocha Ruy Zuccolotto (Matrícula nº 18) - Membro;
IV - Aline Mazorana de Campos (Matrícula nº 507) - Membro;
V - Eliene Ferreira de Sá Teles (Matrícula nº 647) - Membro.

Art. 3º Compete à Comissão Organizadora adotar as medidas e providências necessárias à realização do Teste Seletivo Simplificado nº 003/PMC/2024 e, em especial:
I - Elaborar o edital do teste seletivo, com as regras e critérios de seleção;
II - Publicar o edital no Diário Oficial do Município e em outros meios de comunicação;
III - Receber e analisar as inscrições dos candidatos;
IV - Organizar, supervisionar e analisar a comprovação de títulos;
V - Divulgar os resultados e realizar a convocação dos aprovados;
VI - Realizar outras atividades necessárias para a efetiva execução do teste seletivo.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisabeth Santuzzi Zucolotto Leite
Código Identificador:1294A9D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULANDIA
DECRETO Nº 5.917/GP/2024 DE 25 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 4.287/GP/2020, DE 10 DE AGOSTO DE 2020, REFERENTE AO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CACAULÂNDIA.

O **PREFEITO DE CACAULÂNDIA - ESTADO DE RONDÔNIA**, usando de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, resolve editar o presente,

DECRETO:

Art. 1° Ficam alterados os incisos do Parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 4.287/GP/2020, de 10 de agosto de 2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

I - Política de investimentos já aprovada pelo Conselho Deliberativo do IPC;
II - Normas do Conselho Monetários Nacionais constantes da Resolução nº 4.963 de novembro de 2021 expedidas pelo Banco Central do Brasil, ou qualquer outra que vier a alterá-la ou substituí-la;
III - Conjuntura econômica de curto, médio e longo prazos;
IV - Indicadores econômicos.
V- Portaria nº 1.467 de 02 de junho de 2022, que disciplina parâmetros e diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, Estados e Municípios;

Art. 2º Fica alterado o artigo 2º do Decreto nº 4.287/GP/2020, de 10 de agosto de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O Comitê de Investimento será composto por 03 (três) servidores que mantenham vínculo com o Ente Federativo ou com o RPPS, na qualidade de servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração, que possua qualificação em exame de capacitação com certificação profissional CP RPPS CGINV, emitido por entidade certificadora conforme exigido no § 5º do inciso III do art. 78 da Portaria 1.467/2022, e/ou qualificação em exame de capacitação com certificação AMBIMA CPA-10, cujo mandato será de 3 (três) anos, observados os prazos de vencimento da Certificação Financeira, com a possibilidade de recondução nos seguintes cargos:
[...]
Parágrafo único. O Comitê de que trata o *caput* será composta pelos seguintes membros:
I - Jeferson da Silva Oliveira (matrícula 927) - Presidente do Comitê;
II - Aldinéia dos Santos Faustino (matrícula 1036) - Gestor Financeiro;
III - Adrie Aparecida Biazatti Danieletto (matrícula 1061) - Assessora Financeira do IPC.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.504/GP/2023, de 29 de agosto de 2023 e o Decreto nº 5.900/GP/2024, de 11 de junho de 2024.

Art. 4º Este Decreto entrará e vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de junho de 2024.

Edifício da Prefeitura Municipal.
Cacaulândia/RO, 25 de junho de 2024.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisabeth Santuzzi Zucolotto Leite
Código Identificador:B41477BD

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
DECRETO Nº 5.918/GP/2024 25 DE JUNHO DE 2024

EXONERA O Sr.FÁBIO RODRIGUES, DA FUNÇÃO DE ASSESSOR TÉCNICO NIVEL I

DANIEL MARCELINO DA SILVA,Prefeito do Município de Cacaulândia, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA
========

Art. 1º - Exonera o Senhor**FÁBIO RODRIGUES,**da função de**ASSESSOR TÉCNICO NIVEL I.**

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 12 de junho de 2024.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizabete Malta de Araujo
Código Identificador:9AEF7649

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL

CÂMARA MUNICIPAL DE CACOAL
EDITAL N. 16/2024-CMC

O Presidente da Câmara Municipal de Cacoal-RO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece o art. 31, § 3º, da Constituição Federal, c/c o art. 34, § 3º, da Lei Orgânica Municipal, coloca em exposição, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar desta data, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, as prestações de contas da Câmara Municipal de Cacoal - CMC, relativo ao exercício financeiro do mês de março de 2024, apresentada no dia 30/04/2024 (Protocolo: 00000086/2024).

Palácio Catarino Cardoso dos Santos, em 21 de maio de 2024.

Publicado por:
Luiz Felipe de Barros Vasconcellos Pinto
Código Identificador:1B2232A3

CÂMARA MUNICIPAL DE CACOAL
EDITAL N. 17/2024-CMC

O Presidente da Câmara Municipal de Cacoal-RO, no uso de suas atribuições
legais e em conformidade com o que estabelece o art. 31, § 3º, da Constituição
Federal, c/c o art. 34, § 3º, da Lei Orgânica Municipal, coloca em exposição, pelo prazo
de 60 (sessenta) dias, a contar desta data, à disposição de qualquer contribuinte, para
exame e apreciação, as prestações de contas da Câmara Municipal de Cacoal - CMC,
relativo ao exercício financeiro do mês de abril de 2024, apresentada no dia
07/06/2024 (Protocolo: 00000493/2024) link: https://sapl.cacoal.ro.leg.br/docadm/741

Palácio Catarino Cardoso dos Santos, em 25 de junho de 2024.

VALDOMIRO CORÁ
Presidente da Câmara Municipal de Cacoal

Publicado por:
Luiz Felipe de Barros Vasconcellos Pinto
Código Identificador:C81CC1ED

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2023/SEMOSP.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO.

Contratado: OBRATEC - EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 11.422.569/0001-61.

Processo Administrativo: n° 11-1063/2023/SEMOSP (ID 24879).

Edital Tomada de Preços: nº 004/2023 (ID 231364).

Contrato: n° 068/2023/SEMOSP DE 17/07/2023 (ID 246785) que tem como objeto: PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO NO DISTRITO VILA UNIÃO.

Cláusula Primeira. Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e considerando o pedido para aditivo de prazo(ID 345808), parecer jurídico(ID 345885)e aceite da secretaria(ID 346144), celebram o presente termo **ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO** n.º **068/2023/SEMOSP (ID 246785).**

Termo: Fica aditado o prazo de **EXECUÇÃO** DOS SERVIÇOS por 90 (noventa) dias a contar de **26 de junho de 2024**, e para execução deste, adita-se o prazo de **VIGÊNCIA** por 12 (doze) meses a contar da data do vencimento do CONTRATO n.º 068/2023/SEMOSP (ID 246785), **sendo 18 de julho de 2024.**

Campo Novo de Rondônia/RO, 25 de junho de 2024.

ADRIANA SILVA DE SIQUEIRA
Secretária Municipal de Obras/SEMOSP
Contratante

Publicado por:
Amanda Inácio
Código Identificador:6BF61BB0

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO LEI Nº 1.132, DE 25 DE JUNHO DE 2024

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação no valor de **R$52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)**, para atender ao desdobro da despesa especificada abaixo:

02.08	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	
02.08.08	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	
17	Saneamento	
512	Saneamento Básico Urbano	
0019	Recicle Hoje, Colha Amanhã	
2239	Manutenção da Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos Recicláveis	
1.500.0	Recursos não Vinculados de Impostos	
XXX - 3.3.50.39	**Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica**	**52.000,00**

Art. 2º Para cobertura do crédito especificado no art. 1º será utilizada a seguinte fonte:
Anulação de Dotação:

02.08	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	
02.08.08	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	
17	Saneamento	
512	Saneamento Básico Urbano	
0019	Recicle Hoje, Colha Amanhã	
2239	Manutenção da Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos Recicláveis	
1.500.0	Recursos não Vinculados de Impostos	
378 - 3.3.90.39	**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**	**52.000,00**

Art. 3º Os recursos informados no art. 1º desta Lei não oneram o limite de suplementação autorizado na LOA.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
Amanda Inácio
Código Identificador:A93CC8D6

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO PORTARIA Nº 477, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Altera o percentual de Gratificação Especial por Condições Anormais de Trabalho – GECAT e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VI, XV e XXIV do artigo 64, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO Portaria n° 126/2022 que concede ao servidor GECAT correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento básico do cargo comissionado,

CONSIDERANDO o teor do OFÍCIO Nº 179/2024/GP/SEMUSA nos autos do Processo n° 10-307/2022,

RESOLVE:

Art. 1º Altera para 80% (oitenta por cento) o percentual de Gratificação Especial por Condições Anormais de Trabalho – GECAT do servidor DANIEL JOSE DE SOUZA, matrícula n° 25599-2, Encarregado de Setor de Serviços de Manutenção da Unidade Saúde Pacaás Novos da Secretaria Municipal de Saúde**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de junho de 2024.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
Amanda Inácio
Código Identificador:7AD06EF0

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 478, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

Concede Gratificação Especial por Condições Anormais de Trabalho – GECAT ao servidor CARLOS DECI DA SILVA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 64, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o teor do OFÍCIO Nº 180/2024/GP/SEMUSA no Processo n° 10-1141/2024;

CONSIDERANDO o Art. 40 da Lei Complementar Nº 69/2018, § 1º Farão jus à GECAT, os servidores que realizarem serviços: b) Fora do horário de expediente;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação Especial por Condições Anormais de Trabalho – GECAT ao servidor CARLOS DECI DA SILVA, matrícula n° 26414**,** Encarregado de Setor de Transportes de Pacientes da Unidade Básica do Distrito de Três Coqueiros na Secretaria Municipal de Saúde, sendo 55% (cinquenta e cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo comissionado.

A**rt. 2°** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de junho de 2024.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
Amanda Inácio
Código Identificador:DD889235

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA N° 479 DE 25 DE JUNHO DE 2024.

Concede afastamento a servidora KATIA CRISTINA PEREIRA sem qualquer prejuízo, por motivo de falecimento em pessoa da família e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando certidão de óbito apresentada no Processo n° 10-2457/2022, bem como, o que dispõe o artigo n° 105 da Lei Complementar n° 005/2009 de 21 de dezembro de 2009, *Art. 105. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço: III – até oito dias por motivo de: b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos ou enteados e irmãos;*

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora **KATIA CRISTINA PEREIRA,** matrícula n° 23745-1, Agente de Endemias, pertencente a Secretaria Municipal de Saúde a se ausentar de suas atividades, sem qualquer prejuízo, no período 22/06/2024 à 29/06/2024, por motivo de falecimento em pessoa da família.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de junho de 2024.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSE SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
Amanda Inácio
Código Identificador:1E6BF6C2

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 480 DE 25 DE JUNHO DE 2024

Concede auxílio-doença ao servidor SILVANEI DE MORAIS DINIS e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal e Lei nº 739/2019, regulamentada pelo Decreto Municipal n° 038/2023;

Considerando Homologação de atestado pela Junta Médica do município sob ID 343248, constante nos autos do Processo n° 10-1791/2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença em favor do servidor SILVANE I DE MORAIS DINIS, matrícula 25059-1, pertencente à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, sendo 60 (sessenta) dias no período de 17/05/2024 a 15/07/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de maio de 2024.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
Amanda Inácio
Código Identificador:D7362FD3

GERÊNCIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E CONVÊNIOS
NOTIFICAÇÃO N°003/2024

A Sua Senhoria os Senhores,
PRESIDENTES DE PARTIDOS POLITICOS, SINDICATOS, ENTIDADES E COMUNIDADE.

Assunto: NOTIFICAÇÃO A COMUNIDADE, PARTIDOS POLÍTICOS, SINDICATOS E ENTIDADES.

O município de Campo Novo de Rondônia/RO, nos termos de Lei Federal nº 9452 de 20/03/97, notifica a comunidade, partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais a liberação de crédito na data de 19/06/2024, no valor de **R$ 706.671,62 (setecentos e seis mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos),** depositado na conta n° 11390-5, agência n° 2757-X, vinculada ao **Convênio n° 269/2024/PGE-DERADM**, cujo objetivo é,FUNDO PARA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO – FITHA para recuperação de 360,80 Km de Estradas Vicinais**.**

Atenciosamente,

ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
Solange Dos Santos Inácio
Código Identificador:4AFDC2FD

GERÊNCIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E CONVÊNIOS
NOTIFICAÇÃO N°004/2024

A Sua Senhoria os Senhores
PRESIDENTES DE PARTIDOS POLITICOS, SINDICATOS, ENTIDADES E COMUNIDADE.

Assunto: NOTIFICAÇÃO A COMUNIDADE, PARTIDOS POLÍTICOS, SINDICATOS E ENTIDADES.

O município de Campo Novo de Rondônia/RO, nos termos de Lei Federal nº 9452 de 20/03/97, notifica a comunidade, partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais a liberação de crédito na data de 03/10/2023, no valor de **R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais),** depositado na conta 11478-2, ag: 8291-X, vinculada a **Recurso de Transferência Especial.**

Atenciosamente,

ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
Solange Dos Santos Inácio
Código Identificador:117D8537

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2024 AO CONTRATO Nº. 014/2023

TERMO ADITIVO Nº. 001/2024 AO CONTRATO Nº. 014/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº. 10-976/2023
TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023 - SEMUSA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 014/2023, CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA E ROSENI RIAN BARRETO PRAZER, QUE TEM POR OBJETIVO A PRORROGAÇÃO CONTRATUAL ATÉ 28 DE FEVEREIRO DE 2025.

O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, Devidamente Inscrito no Cadastro de Pessoa Jurídica CNPJ sob o n°. 63.762.033/0001-99, com sede na Avenida Tancredo Neves, n°. 2250, Setor 02, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **ALEXANDRE JOSE SILVESTRE DIAS**, Portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 59XXXX28/SSP/PR e Devidamente Inscrito no Cadastro de Pessoal Física CPF sob o n°. 928.XXX.XXX-72 e **RIAN BARRETO PRAZER**, Portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º 16XXX38 SESDEC/RO, inscrito no CPF nº XXX.995.XXX-28, residente e domiciliado(a) no munícipio de Campo Novo de Rondônia - RO, celebram o presente termo aditivo aoContrato 014 de 01/11/2023 (ID 276544), do teste seletivo simplificado 001/2023, conforme Processo Administrativo Eletrônico Nº. 10-976/2023, que tem como objeto a **PRORROGAÇÃO** de sua vigência, nos termos previstos na **CLAÚSULA NONA** do contrato 014/2023 **c.c. Art. 4º, parágrafo único da Lei 488/2009,** alterado pela Lei 525/2010**,** até a data de **28/02/2025,** contados a partir desta data.

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato e, por estarem justos e avençados, assinam os representantes.

Campo Novo de Rondônia - RO, 25 de junho de 2024.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSE SILVESTRE DIAS
Contratante

[Documento Assinado Eletronicamente]
RIAN BARRETO PRAZER
Contratado(a)

Publicado por:
Maickele de Souza Quartezani
Código Identificador:8AA3B054

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
PORTARIA Nº 35/CMCJ/2024

CANDEIAS DO JAMARI – RO, 25 DE JUNHO DE 2024.

A Presidente Interina da Câmara Municipal no uso de suas atribuições legais Considerando a Resolução nº 108/CMCJ/2018, de 22 de fevereiro de 2018, e suas alterações Resolução nº 127/CMCJ/2019, de 12 de março de 2019 conforme processo administrativo nº. 064/2024.

Artigo 1º - Conceder Suprimento de fundos, em regime de adiantamento, a Luzia Pereira Alves, secretária geral e finanças a importância de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Artigo 2º - Os Valores serão contabilizados nos elementos de despesas 3.3.90.30 – Material de Consumo – R$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) e 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – R$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

Artigo 3º - O período de aplicação do suprimento de fundos que trata o artigo 1º será de 60 (sessenta) dias a partir do recebimento do adiantamento.

Artigo 4º - O prazo da apresentação da prestação de contas será de 30 (trinta) dias a contar do término do prazo de aplicação.

Artigo 5º - Ao responsável pela aplicação do adiantamento caberá fazer, pessoalmente, a sua comprovação de acordo com legislação em vigor.

Artigo 6º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se e,
Cumpra-se.

JUCILENE MARQUES MOARAIS
Presidente Interina

Publicado por:
Nair Cristina Domingos Batista
Código Identificador:59F3D9CA

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
LIBERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°02/2024 - A

Processo Administrativo: 0019/2024
OBJETO: Liberação de Ata de Registro de Preço 002/2024 - A, (MATERIAL DE LIMPEZA), por um período de 12 meses, visando atender as necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI - RO, através do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2023, oriundo do processo administrativo 0094/2023.
Favorecido: ECOLIM LTDA
CNPJ: 17.221.558/0001-08
Requisição: 002/2024 – Lote 5.
Valor Total dessa Liberação/Ordem de Fornecimento (Requisição) é de R$ 6.629,37 (Seis mil, seiscentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos).

Liberação da ATA DE SRP N° 002/2024 - A, em favor da empresa detentora da ata: EMPRESA: ECOLIM LTDA – CNPJ: 17.221.558/0001-08 Com base nas normas constantes da Lei nº. 8.666/93 art. 15 e suas alterações, Decreto nº 212, de 09 de setembro de 2009 e suas alterações e em conformidade com as disposições.

Candeias do Jamari, 25 de junho de 2024.

GABRIELA CARVALHO DA SILVA
Presidente da CPL
Gerenciador do SRP

Publicado por:
Edmar Oliveira Amorim
Código Identificador:8E2FF002

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO P.E. 004/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 216/2024
A Prefeitura municipal de Candeias do Jamari – RO, torna público para conhecimento dos interessados, que foi adjudicado e homologado o procedimento licitatório, com base no inciso IV no art. 71 da lei federal nº 14.133/2021, parecer jurídico acostado no 24º - 1.1a3.5b9 - Parecer PGM – 204/2024 e Parecer Jurídico Pós-licitatório id 44º - 1.310.A60 - parecer PGM - 371/2024, ref.: Proc. Adm. Nº: 216/2024, tendo como objeto: *R*egistro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada em fornecimento de (gás liquefeito - GLP e água).

Favorecido: : BRASCOM COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 03.558.963/0001-01
ITEM: 01, 02, 03, 04
Prazo de Entrega: Conforme Edital
Valor Total: R$ 94.682,20 (noventa e quatro mil seiscentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)

Candeias do Jamari – RO, 25 de junho de 2024.

Publica-se nos mesmos meios que foram publicados o aviso de licitação.

FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Bruno Mauricio Galhardo
Código Identificador:3733AC9D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO LIBERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 040/2023

Processo Administrativo: 0000209.22.02-2024
OBJETO: Liberação de Ata de Registro de Preço 040/2023, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL 'AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (EXPEDIENTE), POR UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 (DOZE) MESES, visando atender as necessidades da **SECRETARIA MUNICIPAL GERAL FAZENDA GESTÃO E PLANJAMENTO - SEMFAGESP**, desta Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari PMCJ/RO através do PREGÃO ELETRÔNICO: 011/2023, oriundo do processo administrativo 3609/2022.

EMPRESA DETENTORA:

EMPRESA: COMERCIAL VENUS LTDA
CNPJ: 04.637.690/0001-45
Requisição: 001/2024
Valor R$ 7.750,00 (sete mil e setecentos e cinquenta reais)

Liberação da ATA DE SRP N° 040/2023, em favor das empresas detentoras da ata: EMPRESA: **COMERCIAL VENUS LTDA - CNPJ: 04.637.690/0001-45.** Com base nas normas constantes da Lei nº. 8.666/93 art. 15 e suas alterações, Decreto nº 212, de 09 de Setembro de 2009 e suas alterações e em conformidade com as disposições.

Candeias do Jamari – RO, **25 de junho de 2024.**

PAULO FERNANDO S. C. DE ALBUQUERQUE
Presidente da CPL
Gerenciador do SPR

Publicado por:
Paulo Fernando Schimidt Cavalcante de Albuquerque
Código Identificador:7A101011

GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO Nº 9405 DE 24 DE JUNHO DE 2024

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM FUNÇÃO GRATIFICADA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Constituição Federal, e com fundamento especial no Artigo 87, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Artigo 1º -Fica**EXONERADA**, a servidora, abaixo relacionada da função Gratificada, pertencente à Secretaria Municipal de Educação - SEMED desta Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED		
NOME	**NOMENCLATURA**	***SÍMBOLO***
ROSA DA CONCEIÇÃO SIQUEIRA DE SOUSA	Secretário Escolar Tipologia I	*FG-1*

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros a partir do dia primeiro (01) do mês de julho do ano de 2024. Revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Publique-se, registre-se e cumpra-se.

FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA
Prefeito Interino

Publicado por:
Daniel Fernandes Melo de Carvalho
Código Identificador:6C103050

GABINETE DO PREFEITO-GP
DECRETO Nº 9406 DE 24 DE JUNHO DE 2024

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM FUNÇÃO GRATIFICADA" .

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Constituição Federal, e com fundamento especial no Artigo 87, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Artigo 1º -Fica**NOMEADA**, a servidora abaixo relacionada para exercer funções Gratificadas, pertencente à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, desta Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED		
NOME	**NOMENCLATURA**	***SÍMBOLO***
SARA ELLER DE SOUZA SANTOS	Secretário Escolar Tipologia I	*FG-1*

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros a partir do dia primeiro (01) do mês de julho do ano de 2024. Revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Publique-se, registre-se e cumpra-se.

FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA
Prefeito Interino

Publicado por:
Daniel Fernandes Melo de Carvalho
Código Identificador:E42025BC

GABINETE DO PREFEITO-GP
ERRATA

No caso em apreço se deu em virtude de erro material, ante a inobservância do ano do Processo Seletivo Simplificado Edital nº

01/SEMUSA/2022. A Secretaria Municipal de Saúde, neste ato, resolve publicar errata, em razão da necessidade de adequação sem prejuízo ao bom andamento do processo. Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 25/06/2024.Edição 3755 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: https://www.diariomunicipal.com.br/arom/

ONDE SE LÊ:

Tendo em vista o lapso na publicada no dia 19.06.2024, em especial no que concerne a **CONVOCAÇÃO nº 34** do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/SEMUSA/2023, Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – AROM. Edição 3751, (Código Identificador: 39C8F326). No caso em apreço se deu em virtude de erro material, ante a inobservância da ordem de classificação dos candidatos. A Secretaria Municipal de Saúde, neste ato, resolve publicar errata, em razão da necessidade de adequação sem prejuízo ao bom andamento do processo.

LEIA-SE:

Tendo em vista o lapso na publicada no dia 19.06.2024, em especial no que concerne a **CONVOCAÇÃO nº 34** do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/SEMUSA/2022, Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – AROM. Edição 3751, (Código Identificador: 39C8F326). No caso em apreço se deu em virtude de erro material, ante a inobservância da ordem de classificação dos candidatos. A Secretaria Municipal de Saúde, neste ato, resolve publicar errata, em razão da necessidade de adequação sem prejuízo ao bom andamento do processo.

Justificativa: Errata por erro material no ano.

I- Permanecendo os demais assuntos inalterados.

Candeias do Jamari/RO, 25 de junho de 2024.

CIRSA APARECIDA PINTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Daniel Fernandes Melo de Carvalho
Código Identificador:377ED74B

GABINETE DO PREFEITO-GP
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – LOCAÇÃO DE IMÓVEL

PROCESSO 1524/2024

O Chefe do Poder Executivo do Município de Candeias do Jamari - RO, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 74, inciso V da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, DECIDE ADJUDICAR e HOMOLOGAR, enquanto autoridade competente, a Inexigibilidade de Licitação Locação de Imóvel, oriunda do Processo Administrativo de nº 1524/2024, tendo por objeto a LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DA SEÇÃO DE ATIVIDADES TÉCNICAS DO CORPO DE BOMBEIROS, localizado na Avenida Ayrton Senna, N° 192 – Bairro União em Candeias do Jamari, outorgando, assim, a contratação da pessoa física SEVERINA MARIA BARBOSA, inscrita no CPF sob nº190.797.962-04, RG nº 1210373 SSP/RO, com sede à Rua Ulisses Guimarães, nº1921, Bairro União, Candeias do Jamari - Rondônia, tendo sua contratação autorizada pelo valor mensal de R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), perfazendo o valor global de R$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais).

Candeias do Jamari, 25 de junho de 2024.

FRANCISCO AUSSEMIR DE LIMA ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Rodrigues da Silva
Código Identificador:DF38D9C0

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 9.409 DE 24 DE JUNHO DE 2024.

"PPA, LDO e LOA no exercício de 2024, através da abertura de crédito adicional especial por Anulação e Suplementação Orçamentária no valor de R$ 77.268,00 (Setenta e sete mil, duzentos e sessenta e oito reais), no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA"

O Prefeito Municipal de Candeias do Jamari - RO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no **art. 1 da** LEI Nº 1.595 DE 20 DE JUNHO DE 2024**,** combinado com o art. 42 da Lei Federal n° 4.320/64;

Art. 1º - Fica autorizada a inclusão e adequação no Autoriza a Inclusão e adequação, no **PPA, LDO e LOA** no exercício de 2024, através da abertura de crédito adicional especial por **Anulação e Suplementação Orçamentária** no valor de R$ **77.268,00 (Setenta e sete mil, duzentos e sessenta e oito reais)**, no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA. Obedecendo as seguintes vinculações e classificações orçamentárias:

ANULAÇÃO				**VALOR R$**
ORGÃO	**02**	PODER EXECUTIVO		
UNIDADE ORÇ	**02.20.00**	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA		
SUB-FUNÇÃO	**10.301**	Atenção Básica		
PROGRAMA	**0127**	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SEMUSA		
AÇÃO	**2093**	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE - SEMUSA/FMS		
DESTINAÇÃO DE RECURSO	**1.500.0015.0000**	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE		
CATEGORIA ECON.	**3.3.90.39**	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	216	77.268,00
TOTAL DE ANULAÇÃO				**R$ 77.268,00**

TOTAL GERAL	**77.268,00 (Setenta e sete mil, duzentos e sessenta e oito reais)**

SUPLEMENTAÇÃO				**VALOR R$**
ORGÃO	**02**	PODER EXECUTIVO		
UNIDADE ORÇ	**02.20.00**	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA		
SUB-FUNÇÃO	**10.301**	Atenção Básica		
PROGRAMA	**0127**	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SEMUSA		
AÇÃO	**2093**	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE - SEMUSA/FMS		
DESTINAÇÃO DE RECURSO	**1.500.0015.0000**	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE		
CATEGORIA ECON.	**3.3.90.92**	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**563**	77.268,00
TOTAL				**R$ 77.268,00**

TOTAL GERAL	**77.268,00 (Setenta e sete mil, duzentos e sessenta e oito reais)**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

FRANCISCO AUSSEMIR DE ALMEIDA
Prefeito Interino

Publicado por:
Isaque da Costa Mendes
Código Identificador:CF1D18CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que após levantamento nos registros desta GPC/CAF/SEMED, constatou-se que a Unidade Executora **EMEF LUIZ PERSEGHINI**, CNPJ: 28.071.606/0001-37 deste município, vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Candeias do Jamari, encontra-se **Adimplente** com a entrega da Prestação de Contas do recurso transferido pelo Programa de Apoio Financeiro as Escola Municipais – PROAFIN Regular, referente ao Saldo Reprogramado e 2ª Parcela de 2023, nos termos do parágrafo único do Art. 19 da Lei Nº 1.346/2022.

ANACELE COSTA DA SILVA

Presidente da Comissão Interna das Prestações de Contas dos Programas PROAFIN, PNAE, PMAE, PDDE E AÇÕES INTEGRADAS
Portaria Nº 01/SEMED/2024

UELITON DE SOUZA BRAGA
2º Membro da Comissão
Portaria Nº 01/SEMED/2024

Obs.: Só consta assinatura da Presidente e do 2º Membro da Comissão considerando que o 1º Membro encontra-se de Licença Maternidade.

Publicado por:
Enilson Oliveira de Almeida
Código Identificador:BD273E30

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO Nº 13 PROAFIN REGULAR 2024 – 1ª PARCELA

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – INTERINO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe o Artigo 14 da Lei Municipal Nº 1.346/2022 de 27 de Maio de 2022, torna público para conhecimento de todos os interessados a realização de repasses com recursos financeiros do Programa de Apoio Financeiro as Escolas Municipais – PROAFIN Regular, exercício 2024, a Unidade Executora contida no anexo, para dar suporte e apoio financeiro à manutenção e desenvolvimento do ensino, proporcionando maior rapidez e eficácia na operacionalização das atividades educacionais, no âmbito das unidades escolares urbanas e rurais da rede Pública Municipal.
Os repasses serão realizados em contas corrente específicas, devidamente cadastradas junto a SEMFAGESP (Secretaria Municipal de Fazenda, Gestão e Planejamento), em favor da Unidade Executora representativa da unidade de ensino, responsáveis pelo recebimento, movimentação e aplicação dos recursos de acordo com o Plano Anual de Aplicação Escolar.

MUNICÍPIO: Candeias do Jamari – RO			
Nº Processo: 0000033.15.07-2024			
Ag: 7133-1 **Conta**: 8070-5			
PROGRAMA: FUNDEB 30%		**Natureza da Despesa:** 3.3.50.43 (Subvenções Sociais)	
NOME DA ESCOLA	**CONSELHO ESCOLAR**	**CNPJ**	**VALOR REPASSADO SEMESTRALMENTE**
EMEF LUIZ PERSEGHINI	EMEF LUIZ PERSEGHINI	Nº: 28.071.606/0001-37	**R$ 15.600,00**

JOSÉ RAMOS DE MELLO
Secretário Municipal de Educação – Interino
Dec. 9007/2024

Publicado por:
Enilson Oliveira de Almeida
Código Identificador:D56A6918

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE MATERIAIS E OBRAS - CPLMO
AVISO DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 02/2024

Torna-se público que a Prefeitura de Chupinguaia, realizará Dispensa Eletrônica, com o critério MENOR PREÇO UNITÁRIO, na hipótese do artigo 75, da Lei nº 14.133/21, Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, Resolução nº 543, de 20 de junho de 2023 e demais normas aplicáveis.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE SOM E SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO TIPO BANDA MUSICAL.
Data da sessão: 01 de julho de 2024.
Link da plataforma de disputa: www.licitanet.com.br (Dispensa Eletrônica)
Horário da fase de lances: das 09h às 15h. (Horário de Brasília-DF)
Preferência ME/EPP: Sim
Valor da contratação: R$: 54.000,00 cinquenta e quatro mil reais

Informações Complementares no Portal www.chupinguaia.ro.gov.br, ou telefone (69) 3346-1460.

Chupinguaia – RO, 25 de junho de 2024.

ROGÉRIO GIOTTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Rogerio Giotto
Código Identificador:45E21A79

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE MATERIAIS E OBRAS - CPLMO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2024/SRP. MODO DE DISPUTA ABERTO EXCLUSIVO MEI, ME E EPP

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Agente de Contratação/Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal de nº 2.701/2024, torna público que realizará Licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço Por Item. Nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e Decretos regulamentares, que tem como objeto a Formação do Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis), material de limpeza, copa, cozinha, e manutenção, destinados a merenda Escolar da Rede de Ensino de Chupinguaia, junto à Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Processo Administrativo nº 691/2024. Valor total de R$: 2.966.837,83 (dois milhões, novecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos). Data para recebimento de proposta às 08:00 horas do dia 26 de junho de 2024; data para término de recebimento de proposta às 08:00 horas do dia 10 de julho de 2024; data da abertura de propostas: às 08:30 horas do dia 10 de julho de 2024; data de início da sessão pública: às 09:00 horas do dia 10 de julho de 2024; horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br "acesso identificado no link - licitações". Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e também no Portal da Transparência www.chupinguaia.ro.gov.br, maiores informações através do telefone (69) 3346-1460.

Publique-se! CHUPINGUAIA, 25 de junho de 2024

MOISES CAZUZA DE ANDRADE
Pregoeiro

Publicado por:
Rogerio Giotto
Código Identificador:942EB1A7

PROCURADORIA GERAL
NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS - 02

NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS- 02

Ilustríssimo Senhor

Representante Legal Perante o Pregão eletrônico nº11/2024

RAMOS & PESSOA LTDA CNPJ: 33.221.055/0001-80

A Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Chupinguaia-RO, vem por meio de sua Procuradoria Geral do Município:

Considerando os termos da Ata de Registro de Preço nº 04/2024 oriunda do Processo Licitatório nº 303/2024 Pregão Presencial SRP nº 11/2024 cujo objeto é Registro de preços visando a futura e eventual aquisição de medicamento de A a Z referência, similares e genéricos, considerando o maior desconto sobre a tabela de preços CMED DA ANVISA para atender o Fundo Municipal de Chupinguaia-RO, o qual a empresa configura como a fornecedora registrada;

Considerando o contrato conforme termo de referência:

2.2.1 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO
Os produtos deverão ser entregues de forma única, conforme quantidade e especificações, no ato da emissão do empenho e referida baixa da ata do registro, observando as disposições do Edital, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.

9. PRAZO DE ENTREGA

9.1O prazo para entrega será de até 20**(vinte) dias consecutivos**, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

Considerando que o descumprimento, total ou parcial do Contrato/ARP, acarreta a desclassificação da empresa, com as consequências previstas no edital e na legislação, produzindo as consequências de ordem civil, administrativa e fiscal, além de outras sanções previstas, conforme:

17. SANSÕES ADMINISTRATIVAS

17.1À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e comprovado, aplicar-se-ão as penalidades prescritas pelas Leis Federais nº 14.133/2021, no art 137, 10.520/02 e demais normas cogentes conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie.
17.2A aplicação de quaisquer das penalidades previstas não impede a rescisão contratual.
17.3A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

RESOLVE NOTIFICARa empresa RAMOS & PESSOA LTDA CNPJ 33.221.055/0001-8087, situada na AVENIDA Manoel Francisco de Lima Filho, 4919, CENTRO, Novo Horizonte do Oeste - RO, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Sra. Anderson Antonio Ramos , brasileira, casado, farmacêutico, portadora do CPF: 919.452.832-20,residente e domiciliada no município de NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO , para que cumpra o objeto do contrato no prazo máximo de 03 (Três) dias úteis, à contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas a desclassificação da empresa na referida ata de registro de preços, multas legais e contratuais, além de abertura de processo de inidoneidade para contratar com a administração pública. Ou então, apresente justificativa devidamente fundamentada no prazo de**48h (Quarenta e oito horas)**após recebimento desta, para o atraso na entrega da referida mercadoria, o qual, caberá ao Município de Chupinguaia-RO, por sua aceitação.

Após o decurso do citado prazo, este não tendo êxito, será realizado a desclassificação/exclusão da empresa da referida Ata de Registro de Preços nº 04/2024 e imediatamente aberto o processo de apuração de inidoneidade da referida empresa para contratar com a administração pública.

A Secretaria informa que não será aceito os pedidos de estorno dos medicamentos conforme documentos enviados pela empresa, dados os fatos de que o motivo que ensejou a não entrega dos referidos itens, é porque a empresa alega que se trata de embalagem hospitalar/não-fracionável, pois a empresa não é distribuidora. Porem conforme consta no empenho 437/2024, item 18, e empenho 629, item 01, do processo 844/2024, a referida empresa entregou medicamento em embalagem hospitalar/não-fracionável, tornando invalida a justificativa para a não entrega dos itens.

Quanto à justificativa, que os medicamentos não se encontram com registro na ANVISA, a secretaria esclarece que a tabela CMED trata se da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos sendo este nível federal e que uns dos requisitos é que todos os medicamentos constantes na mesma tenham registro na ANVISA, como exemplo a secretaria expediu registro de um dos medicamentos sendo ele:CLORIDRATO DE METFORMINA (1FARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA) 850 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30o mesmo tem registro na ANVISA, conforme documento.

Por todo o exposto aguardamos o prazo de**48h (Quarenta e oito horas)**após recebimento desta para a justificativa do não cumprimento da notificação devidamente fundamentada ou 72h (setenta e duas horas) para a entrega dos medicamentos restantes dos empenhos.
Publique-se esta notificação através do Diário Oficial do Município de Chupinguaia RO no endereço eletrônico www.aron.

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**ALEXANDRO GARCIA SIQUEIRA**,**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, em 24/06/2024 às 07:11, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**542816**e o código verificador**74DB572A**.

Anexos			
Seq.	**Documento**	**Data**	**ID**
1	ANEXO 01	21/06/2024	542817

Referência: Processo nº 2-674/2024.	Docto ID: 542816 v1

Publicado por:
Magno Jesus Dos Santos
Código Identificador:45B8AF3A

PROCURADORIA GERAL
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 59/24 PROC 1180 2024

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 59/24

HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal de Chupinguaia (RO), baseado no resultado apontado pelo Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais,**HOMOLOGA**oProcesso Administrativo nº 1180/24, conforme Inexigibilidade nº 59/2024.Após a tramitação legal, contrata-se com aCERTAME - CONSULTORIA TREINAMENTOS E SERVICOS EIRELICNPJ10.176.098/0001-96,perfazendo o valor totalR$:**3.900,00 (três mil e novecentos reais),**Documentação da empresa 542033. CUMPRIDASas exigências da inexigibilidade nº 59/2024com respaldo legal, no Art. 212 do Decreto Municipal nº. 2.736, de 16 de dezembro de 2024, que regulamento o Inciso I do Art. 74 da Lei nº. 14.133/2021.

Chupinguaia-RO, 24 de junho de 2024.

SHEILA FLÁVIA ANSELMO MOSSO
Prefeita Municipal

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO**,**PREFEITO(A) MUNICIPAL**, em 24/06/2024 às 20:08, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**543441**e o código verificador**B509B7F0**.

Referência: Processo nº 1-1180/2024.	Docto ID: 543441 v1

Publicado por:
Magno Jesus Dos Santos
Código Identificador:C8FA73DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
ORDEM DE REINÍCIO DE OBRA - Nº 02

O **Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP**da Prefeitura de Chupinguaia, usando das atribuições legais que lhe confere, através do presente, emite**Ordem de Retomada**juntoà:

CONTRATADO:I M PEREIRA
ENDEREÇO: Rua ANISIO SERRAO, 3147 Bairro FLORESTA CEP 76965-702 Cidade CACOAL Estado RO
CNPJ: 12.753.602/0001-07
PROCESSONº 684/2022
CONTRATONº 146/2022
OBJETO: Contratação de empresa especializada em execução de obras e serviços de engenharia para execução de obra de construção de calçada da UBS Salete Cordeiro com CNES 2743736 e pavimentação de via, em um trecho da av. Odete Salete Cordeiro, com área de construção de 535,96 m² (calçada) e 1.155,84 m² (pavimentação), no Distrito do Guaporé, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, em conformidade com o Convênio nº 057/PGE-2022,de acordo com o projeto básico e demais especificações contidas no edital**TOMADA DE PREÇOS nº 0007/2022**e seus anexos.

PROCESSO Nº	CONTRATO Nº	EMPENHOS Nº	DATA DOS EMPENHO
0684/2022	0146/22	493/2023 494/2023	16/02/2023 16/02/2023

90 (noventa) dias corridos
Período de 26/06/2024 à 24/09/2024**PRAZO DE EXECUÇÃO DE RETOMADA:**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

A presente obra de Construção de Calçada da UBS Salete Cordeiro e pavimentação de via no Distrito do Guaporé(Convênio nº 057/PGE-2022), município de Chupinguaia/RO encontra-se paralisada de 14/02/2024 até a presente data de 25/06/2024,em virtudedas readequações do projeto junto à SEOSP.
Considerando a aprovação das peças técnicas do projeto de readequação junto a SEOSP de acordo com o documento- Análise 184/2024/SEOSP-NEC (ID 542875), bem como a celebração do 5º Termo Aditivo ao Termo de Convênio nº057/PGE-2022 em data 20/06/2024 (ID 542404);
Considerando o vencimento da 2ª prorrogação de paralisação de obra em data 28/06/2024, bem como a previsão de retomada antes do prazo previsto caso haja conclusão dos trâmites da readequação de projeto;
Faz-se necessário RETOMAR a obra em epígrafe, a fim de promover sua conclusão a partir da regularização de**pendências apontadas pelo Relatório de Fiscalização da SEOSP nº 0041491984**(ID 542876), cumprindo assim com as obrigações contratuais previstas no Contrato nº 146/2022 e exigências do Termo de Convênio nº 057/PGE-2022.

Conforme exposto acima, fica determinado à EMPRESA a retomar os serviços de forma imediata.

Chupinguaia/RO, 25 de junho de 2024.

ANDRÉ SOUZA CRUZ
Secretário Municipal de Obras e Serv. Públicos

KELLY CRISTINA DE CARVALHO LOPES
Representante Legal

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site **transparencia.chupinguaia.ro.gov.br**, informando o **ID 543573** e o **código verificador 889188E8.**

Referência: Processo nº 1-684/2022.	Docto ID: 543573 v1

Publicado por:
Moises Cazuza de Andrade
Código Identificador:5BD461D4

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
012 - EDITAL DE RESULTADO DA PROVA PRÁTICA - CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL 001/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE /RO, no uso de suas atribuições, das Leis Municipais já elencadas no Edital de Abertura, torna público através da empresa RHS CONSULT LTDA, o EDITAL DE RESULTADO DA PROVA PRÁTICA do Concurso Público para provimento de vagas de reserva do quadro de servidores do Município de COLORADO DO OESTE – RO.

RESULTADO DA PROVA PRÁTICA

Inscrição	Candidato	Data Nasc.	Situação
0472	VALDINEY DOS SANTOS NERIS	23/09/1983	**INAPTO(A)**
1244	JOAO BATISTA RIBEIRO CEZAR	24/10/1990	APTO(A)
0020	ANDRÉ VENICIO ARARUNA PIRES	04/06/1985	APTO(A)
0914	WELIO RODRIGUES DE ABREU	25/05/1992	APTO(A)
0885	HIANN LUCAS LORENÇATTO DE PAULA	25/04/2001	APTO(A)
1423	NALMIR KERBER PALOSCHI	13/08/1981	APTO(A)
2273	CRISTIAN DOUGLAS ELIAS	05/05/1975	APTO(A)
1020	NATTAN DA SILVA TRINDADE	06/11/1992	APTO(A)
1331	JHONATHAN DE SOUZA SANTANA	08/03/1988	APTO(A)
0059	GILBERTO DA SILVA FARIA	07/10/1993	**INAPTO(A)**
1856	FLÁVIO CEZAR SANTOS OLIVEIRA	10/02/1986	APTO(A)
1176	RENATO DIOGO DE SOUZA MOREIRA	30/06/1993	APTO(A)
0129	MARCOS NICCHIO	03/08/1979	**INAPTO(A)**
1731	JOEL MARCIO VIEIRA	01/03/1988	**INAPTO(A)**
0303	FABIO GOMES DE SOUSA	02/09/1985	APTO(A)

Inscrição	Candidato	Data Nasc.	Situação
0656	ROSANE PEDROSO DE SOUZA	16/06/1985	APTO(A)

PRAZO DE RECURSO

Conforme estipulado em Edital de Abertura, Capítulo XIX - DOS RECURSOS, do item 01 ao 1.2. 13, fica aberto o prazo de recurso contra o EDITAL DE RESULTADO DA PROVA PRÁTICA, sendo de 02 (DOIS) dias a contar do dia subsequente à data de publicação deste edital, ou seja, dia 25/06 das 08h00, até dia 26/06/2024 as 17h00, horário de Brasília/DF.

Município de Colorado do Oeste, 24 de junho de 2024.

JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Colorado do Oeste.

Registre-se e publique-se.

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:372B8E1D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 110, DE 25 DE JUNHO DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e de acordo com as **Leis Municipais nº 2.394/2022, 2.406/2022, 2.420/2022 e 2.470/2023**, regulamentadas pelos **Decretos Municipais nº 209/2022, 210/2022 e 251/2022;**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **JOÃO BATISTA PEREIRA**, ocupante do cargo de vice-prefeito, Matrícula nº 43230, lotado no GABINETE, desta Administração Municipal, **3,5 (três e meia)** diárias no valor total de **R$ 2.650,00** (dois mil e seiscentos e cinquenta reais), no período de **25/05/2024 a 28/05/2024**, onde o mesmo se deslocará a **Porto Velho - RO**, com o objetivo de tratar de assuntos inerentes a administração municipal nos seguintes órgãos:
I - Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia ALE; II - Casa Civil do Estado de Rondônia;
- Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos de Rondônia DER;
- Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia DETRAN;
- Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia EMATER; VI - Fundação Nacional de Saúde FUNASA;
VII - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
VIII - Secretaria de Estado da Ação Social de Rondônia SEAS;
IX- Secretaria de Estado da Agricultura de Rondônia SEAGRI; X - Secretaria de Estado da Educação de Rondônia SEDUC;
- Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia SESAU;
- Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT; XIII - Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia (SPU/RO); e
XIV - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia TCE-RO.

Parágrafo Único - Usando como meio de Transporte: Transporte Rodoviário - Veículo Oficial (**Camionete Chevrolet S10 - Placa QTB3i15**).

Art. 2 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 25 de junho de 2024.

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 – CEP 76.993-000 Email gabprefcol@hotmail.com / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID **367323** e o código verificador **90700BCA**.

Referência: Processo nº 1-453/2024. Docto ID: 367323 v1
Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:5D391C97

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 111, DE 25 DE JUNHO DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e de acordo com as **Leis Municipais nº 2.394/2022, 2.406/2022, 2.420/2022 e 2.470/2023**, regulamentadas pelos **Decretos Municipais nº 209/2022, 210/2022 e 251/2022;**
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER ao servidor **Almiro Dias da Silva**, ocupante do cargo de **ASSESSOR ESPECIAL DE ESPORTE LAZER TURISMO E JUVENTUDE,** matrícula nº 43214, lotado na SEMELJU, desta Administração Municipal, **3,5 (três e meia)** diárias no valor total de **R$ 1.925,00** (Um Mil e Novecentos e Vinte e Cinco Reais), com desconto do auxílio alimentação referente a 3,5 (três e meio) dias no valor de **R$ 127,26** (Cento e Vinte e Sete Reais e Vinte e Seis Centavos) de acordo com o **Parágrafo 1º do Artigo 5º do Decreto nº 210/2022**, totalizando um montante de **R$ 1.797,74** (Um Mil e Setecentos e Noventa e Sete Reais e Setenta e Quatro Centavos), no período de **25/06/2024 a 28/06/2024**, onde o mesmo se deslocará a **Porto Velho - RO**, com o objetivo de tratar de assuntos inerentes a administração municipal nos seguintes órgãos:
- Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia ALE;
- Casa Civil do Estado de Rondônia;
- Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos de Rondônia DER;
- Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia DETRAN;
- Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia EMATER;
- Fundação Nacional de Saúde FUNASA;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
- Secretaria de Estado da Ação Social de Rondônia SEAS; IX- Secretaria de Estado da Agricultura de Rondônia SEAGRI;
- Secretaria de Estado da Educação de Rondônia SEDUC;
- Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia SESAU;
- Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT;
- Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia (SPU/RO); e
- Tribunal de Contas do Estado de Rondônia TCE-RO.

Parágrafo Único - Usando como meio de Transporte: Transporte Rodoviário - Veículo Oficial (**Camionete Chevrolet S10 - Placa QTB3i15**).
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 25 de junho de 2024.

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 – CEP 76.993-000 Email gabprefcol@hotmail.com / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br

COLORADO DO OESTE - RO

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID **367393** e o código verificador **4A25EBB7**.

Referência: Processo nº 1-1598/2024. Docto ID: 367393 v1
Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:412A5328

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE ALTERAÇÃO DE DIÁRIAS Nº 112, DE 25 DE JUNHO DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e de acordo com as **Leis Municipais nº 2.394/2022, 2.406/2022, 2.420/2022 e 2.470/2023,** regulamentadas pelos **Decretos Municipais nº 209/2022, 210/2022** e **251/2022**;
Em alteração à **Portaria de Diárias nº 110/2024 (ID 367323)**.
R E S O L V E:
Art. 1º **ALTERAR** parcialmente o Artigo 1º da Portaria de Diárias nº 110/2024.
Onde se lê:
"25/05/2024 a 28/05/2024"
Leia-se:
"25/06/2024 a 28/06/2024".
Art. 2º - A alteração de que trata o artigo anterior, faz-se necessária pelo motivo de que houve um equívoco na digitação do período de afastamento durante a redação do documento.
Art. 3º Esta **Portaria** entrará em vigor na data de sua publicação.
Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 25 de junho de 2024.

PROF. ME. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - CEP 76.993-000 Fone 069- 3341-3421
E-mail semaf@coloradodooeste.ro.gov.br/ Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID **367506** e o código verificador **DC735692**.

Referência: Processo nº 1-453/2024. Docto ID: 367506 v1

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:7CA6D7A9

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES

CÂMARA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal de Costa Marques Srº Adimilson Carlos Cassol, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14133, de 2021, a vista do parecer jurídico conclusivo exarado e ato expedido pelo Agente de Contratação, resolve **RATIFICAR** a presente licitação nestes termos:
Processo Administrativo nº: 114/2024.
Modalidade: Inexigibilidade nº 012/2024.
Data da Adjudicação: 25/06/2024.
Data da homologação: 25/06/2024.
Objeto da Licitação: **Contratação por inexigibilidade de licitação da empresa** *R R PEREIRA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL - ME, Localizado na Rua Antônio Oliveira Meronho n°217 – Bairro São Bernardo – Ji-Paraná/RO – CEP 76.907-364 - Portador do CNPJ: 08.571.023/0001-68,* para inscrição de 04 (quatro) servidores da Câmara Municipal de Costa Marques-RO em **curso/treinamento de Capacitação com duração de 16 horas de "Formação de gestores e fiscais de contratos administrativos"** o curso acontecerá no auditório da galeria incap na Av. Transcontinental, 951 - Bairro Centro, Ji-Paraná – RO.

VALOR: R$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais).

Costa Marques 25 de Junho de 2024.

ADIMILSON CARLOS CASSOL
Presidente /CMCM

Publicado por:
Gildson Nascimento Costa
Código Identificador:AE093B60

CÂMARA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO

PROCESSO N° 238/2023

A Câmara Municipal de Costa Marques- RO, o Poder Legislativo, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ N° 04.392.387/0001-20, neste ato representado pelo Vereador Presidente, ADIMILSON CARLOS CASSOL, tendo como base o Processo Administrativo supracitado, que tem como objetivo a execução do Contrato n. 01/CMCM/2024, por este termo, autoriza a empresa WEST MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF 47.630.448/0001-52, com sede na com sede na Rua José Bezerra, n. 1926, Nova Brasília, Ji-Paraná/RO, a iniciar os serviços contratados de acordo com o referido processo e prazos estipulados.

Costa Marques, 24 de junho de 2024

ADIMILSON CARLOS CASSOL
Presidente da Câmara Municipal
Costa Marques/RO

Publicado por:
Gildson Nascimento Costa
Código Identificador:3F27646A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
ALECIO

PORTARIA DE DIARIA 115/2024.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1. ° - CONCEDER ao **VEREADOR, ALÉCIO SOARES FERNANDES,** Portador do **CPF nº 777.311.902-34,**: diária para se deslocar do Município de Cujubim/RO, até PORTO-VELHO/RO.

Art. 2.° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.

Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO E ADJUDICO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 25 de junho de 2024.

HERLON PEREIRA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Weliton José da Silva Queiroz
Código Identificador:A43C3205

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
ATA DE INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS

Processo de Sindicância 1-641/2024

Aos vinte e cinco dias (25) do mês de junho (06) de dois mil e vinte e quatro (2024), às onze horas (11h00min.)na sala de reuniões desta comissão PAD, no prédio da Prefeitura Municipal de Cujubim/RO, localizado na Av. Condor, nº 2.588, setor 01, aí presentes Luciano Mendes da Silva, Marcelo Carlos de Melo e Ana Maria da Silva, respectivamente presidente e membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar designado pela Portaria nº 379 de 26 Julho de 2023, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 03/08/2023, procedendo-se o início dos trabalhos relacionados à apuração referente possível ato de improbidade administrativa praticado, consistente em supostas irregularidades na execução do Contrato de Transporte Escolar, celebrado em 19.08.2015. DELIBERANDO-SE:
a) Informar a Secretaria Municipal de Educação /Transporte Escolar acerca da abertura deste Processo de Sindicância, cujo nº é 1-641/2024.

LUCIANO MENDES DA SILVA
Presidente

MARCELO CARLOS DE MELO
Presidente Vice-Presidente

ANA MARIA DA SILVA
Secretária

Publicado por:
Marcelo Carlos de Melo
Código Identificador:F162A8F1

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
TERMO DE FIDELIDADE

Termo de Fidelidade

Processo de Sindicância nº 1-641/2024

Aos vinte e cinco dias (25) do mês de junho (06) de dois mil e vinte e quatro (2024), às onze horas (11h00min.) na sala de reuniões da Comissão Permanente de Processo de Sindicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar deste município, no prédio da Prefeitura Municipal de Cujubim/RO, na presença dos senhores: Luciano Mende da Silva (Presidente), Marcelo Carlos de Melo e Ana Maria da Silva, (membros) da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar por meio da Portaria nº 379 de 26 Julhos de 2023, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 03/08/2023, para dar início aos trabalhos da referida Comissão.

Declarando aceitar o encargo, comprometeu-se a atuar com fidelidade, discrição e prudência, guardando sigilo sobre fatos e ocorrências objeto deste procedimento de apuração.

LUCIANO MENDE DA SILVA
Presidente

MARCELO CARLOS DE MELO
Vice-Presidente

ANA MARIA DA SILVA
Secretária

Publicado por:
Marcelo Carlos de Melo
Código Identificador:0498EEB3

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 02, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

CONCURSO PÚBLICO N° 01/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 02, de 25 de Junho de 2024.

O Prefeito do Município de Cujubim, Estado de Rondônia, usando da competência que lhe confere o artigo 25 da Lei Municipal nº 042/1997, e tendo em vista a realização do Concurso Público para preenchimento de cargos vagos, realizado pelo Instituto AICSA, cujo resultado final consta publicado no dia 13/05/2024 no Diário Oficial do Município de Cujubim, AROM nº 3724, resolve:
CONVOCAR, os candidatos, a seguir nominados para comparecer no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Edital, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Cujubim/RO, situada à Avenida Condor, n° 2588 – Centro, CEP: 76.864-000, Cujubim/RO, munido dos documentos necessários para investidura no cargo, relacionados no item 3 deste Edital, portando original de documento de identificação.
Munidos de exames e laudo médicos para avaliação da junta médica do Município, que deverá ser agendado pelo número (69) 99337-5231 do item 2 deste edital.

1. Candidatos convocados

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO – 40 HORAS SEMANAIS.

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
6º	LETÍCIA ALVES CARNEIRO

CARGO: PROFESSOR NV II - PEDAGOGIA – 40 HORAS SEMANAIS.

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	EDSON GONCALVES RIBEIRO JUNIOR
2º	ADÉLIA DE OLIVEIRA KELLER
3º	DANIELE SILVA GOMES
4º	NAYARA PEREIRA DE SOUZA
5º	ANGELA VIEIRA DA SILVA
6º	TIAGO SANTOS MOREIRA

CARGO: - PROFESSOR NV II – INGLÊS – 40 HORAS SEMANAL.

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	ANA PAULA FERREIRO BRITO

CARGO: TÉCNICO EDUCACIONAL – SUPERVISOR ESCOLAR – 40 HORAS SEMANAIS.

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	EDUARDO QUIMAS DE ARAÚJO

CARGO: CONTADOR– 40 HORAS SEMANAIS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	WALLYSON SOUSA GUEDES

CARGO: ASSISTENTE JURÍDICO – 40 HORAS SEMANAIS.

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	RAQUEL RAENGER

2. Avaliação médica

As Avaliações médicas serão realizadas no Hospital de Pequeno Porte de Cujubim, pela Junta Médica Especial designada pelo dirigente da Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim/RO, situada à Avenida Maracanã, Centro, CEP: 76.864-000, Cujubim/RO.
Os candidatos deverão efetuar agendamento para execução do exame médico pericial pelo telefone n. (69) 99337-5231.
Os exames de imagem e laboratoriais, bem como os laudos e avaliações médicas necessários para a emissão do Certificado/Atestado de Sanidade Física e Mental previsto no item 3.2 deste Edital, são os seguintes:

a) Hemograma;
b) EAS;
c) EPF;
d) Glicemia;
e) HBSAG;
f) TGP E TGO;
g) ABO;
h) RH;
i) Lipidograma;
j) Acido Úrico;
k) Uréia;
l) Creatinina;
m)Toxoplasmose;
n) IGG E IGM;
o) Machado Guerreiro (Chagas);
p) Anti-HCV;
q) VDRL;
r) HIV I e II;
s) Licose;
t) Colesterol;
u) Raio-X Tórax;
v) EM PA perfil com laudo radiológico (exceto grávidas);
w) Hepatite;
x) Raio-X total da coluna vertebral com laudo radiológico;
y) Eletrocardiograma (para todas as idades e com EGG acompanhado da respectiva interpretação).

Os exames e avaliações médicas poderão ser realizados na rede SUS como também na rede particular.
Os Laudos médicos emitidos fora do Estado de Rondônia deverão conter o reconhecimento de firma do médico emissor
A Junta Médica Especial designada, no ato da apresentação dos laudos médicos e dos exames complementares, se julgar necessário, poderá solicitar outros exames que por ventura não constem neste edital.

3. Documentação

3.1 A documentação a ser apresentada para fins de nomeação, posse e operacionalização de gestão de pessoas consta nos itens a seguir:

Certificado ou Atestado de Sanidade Física e Mental expedido pela Junta Médica Especial do Município de Cujubim, conforme descrito no item 2 e seus subitens deste Edital

Cópias:

a) Cópia da Certidão de Nascimento, Casamento Declaração de União Estável;
b) Cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e cópia do CPF do cônjuge;
c) Cópia da Carteira de Identidade – RG;
d) Cópia de Certidão de Nascimento e Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF dos filhos (caso tenha);
e) Cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masculino);
f) Cópia do Comprovante de Escolaridade e Histórico Escolar;
g) Registro Profissional no Conselho de Classe (exceto para cargos cuja legislação não exija);
h) Cópia do Título Eleitoral e (comprovante de votação da última eleição) ou Certidão de Quitação Eleitoral;
i) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;
j) Certidão Negativa preferencialmente expedida pelo Cartório de Distribuição Cível e Criminal do Fórum da Comarca de Ariquemes ou da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;
k) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (caso tenha);
l) Cartão do Programa de Integração Social - PIS ou Programa de Assistência ao Servidor Público – PASEP (se o candidato não for cadastrado deverá declarar não ser cadastrado);
m)01 foto atual 3x4;
n) Cópia do comprovante ou declaração de endereço residencial e telefone para contato;
o) Cartão de Vacina dos dependentes menores de 14 anos;
p) Ficha de Matricula Escolar dos dependentes;
q) O candidato aprovado para as vagas de Agente Comunitário de Saúde (ACS) deverá apresentar comprovante, pelo preenchimento do Anexo IX ou Anexo X, juntamente do documento comprobatório de residência, o local de residência na área da comunidade em que irá atuar, podendo-se ser por meio de uma conta de luz ou água ou outra conta que conste o nome do candidato.

3.4 Declarações:

a) Declaração de bens e rendas;
b) Declaração de dependentes para fins de imposto de renda;
c) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual, distrital e municipal;
d) Declaração emitida pelo próprio candidato de existência ou não de demissão por justa causa ou a bem do serviço público nos últimos 5(cinco) anos (sujeito a comprovação junto aos órgãos competentes).
e) Declaração emitida pelo próprio candidato informando se ocupa ou não outro cargo público, caso ocupe deverá apresentar também certidão expedida pelo órgão empregador informando a carga horaria contratual; horário de trabalho e regime jurídico.
f) Declaração informando sobre a existência ou não de investigações criminais ações cíveis, penais ou processo administrativo em que figura como indiciado ou parte, emitida pelo próprio candidato (sujeito a comprovação junto aos órgãos competentes), original.

Certidões:

a) Certidão negativa das fazendas públicas municipal, estadual e federal;
b) Certidões Negativas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e do Tribunal de Contas do Estado em que residiu nos últimos 8 (oito) anos, expedidas, no máximo, nos últimos 6 (seis) meses, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver;
c) Certidão de quitação eleitoral;
d) Certidão negativa de crimes eleitorais de 1º e 2º graus (TRE/TSE);
e) Certidões dos setores de distribuição dos foros cíveis e criminais dos locais em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, das justiças federal e estadual, 1ª e 2ª instância, expedidas, no máximo, nos últimos 6 (seis) meses, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver;
f) Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, nos últimos 6 (seis) meses, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver.
g) Consulta de qualificação cadastral (consultacadastral.inss.gov.br)

01 Fotografias 3X4:

3.7 Atestado de tipo sanguíneo.

3.8 Curriculum vitae.

3.9 Conta salário na caixa (após a entrega de todos os documentos, pegar o requerimento no rh para abrir a conta salário)

4. Disposições gerais

4.1 Esclarecimentos e informações poderão ser obtidos em contato com o telefone n. (69) 99337-5231 ou na sede do Departamento de Recursos Humanos, situada à Avenida Condor, n° 2588 – Centro, CEP: 76.864-000, Cujubim/RO.

JOAO BECKER
Prefeito do Município de Cujubim/RO

Publicado por:
Raquel Coelho Batista
Código Identificador:08AEE7C1

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 015/2024.

O Município de Cujubim – RO, através do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº: 1597 de 10 de Janeiro de 2024, torna público aos interessados e a quem possa interessar o resultado final do Pregão Eletrônico nº 015/2024.
Pregão Eletrônico nº 015/2024, ocorrido em 06 de Junho de 2024 as 09h30mim (horário de brasília).
Objeto: **Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes do tipo (Aparelho de Anestesia, Desfibrilador cardíaco, Monitor multiparâmetro) para a Unidade de Atenção Especializada em Saúde CNES 2808579 CONVÊNIO Nº 424/PGE-2021, PROCESSO SEI N° 0005.171547/2021-81, conforme Termo de Referência.**
Empresa Vencedora: RIO MEDI COMERCIO ASSISTENCIA E REPRESENTACAO HOSPITALAR EXP. & IMP. LTDA - CNPJ**: 09.105.835/0001-80,** vencedora dos itens **1,** valor total finalizado de R$: 72.840,00 (Setenta e Dois Mil Oitocentos e Quarenta Reais), J. RIBEIRO COMERCIO ATACADISTA LTDA - CNPJ**: 84.972.926/0001-39,** vencedora dos itens **2,** valor total finalizado de R$: 13.000,00 (Treze Mil Reais), M CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ**: 32.593.430/0001-50,** vencedora dos itens **3,** valor total finalizado de R$: 9.885,00 (Nove Mil Oitocentos e Oitenta e Cinco Reais). Valor Total da Licitação R$: **95.725,00 (Noventa e Cinco Mil Setecentos e Vinte e Cinco Reais).**
Para maiores informações, no endereço Av. Condor, nº 2588, Centro, na sala de pregões da Prefeitura Municipal de Cujubim, Estado de Rondônia, ou pelo telefone (69) 3582 2004 / 2062.

Cujubim/RO, 25 de Junho de 2024.

SERGIO HENRIQUE S. ZUCCOLOTTO
Pregoeiro

Publicado por:
Sérgio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:9AB94BD1

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
COMUNICADO SORTEIO – CHAMAMENTO PÚBLICO / CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS

Chamamento Público / Credenciamento nº 002/2024
Processo nº 431/2024
Inexigibilidade nº 009/2024..
Objeto: Credenciamento de leiloeiros oficiais para a realização de leilões nas modalidades presencial, online/virtual ou presencial e online/virtual simultaneamente, mediante demanda, destinados ao desfazimento de bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Cujubim/RO, com o percentual de 5% (cinco por cento) sobre os valores arrematados, conforme especificado no termo de referência anexo deste Edital.

Assunto: Sorteio dos habilitados para ordem de classificação.
Venho através deste, dar ciência os leiloeiros **FRANCISCO PORTELA AGUIAR –** Matrícula 019**; BRUNO PIMENTEL ROSA -** Matrícula 038**; VERA MARIA AGUIAR DE SOUZA -** Matrícula 018**; MARIA VANIELLY DE LIMA HONORATO PORTELA -** Matrícula 032**; EVANILDE AQUILO PIMENTEL ROSA -** Matrícula 015**; ANA CAROLINA ZANINETTI ROSA -** Matrícula 022**; PATRICIA PIMENTEL CROCOSKI COSTA -** Matrícula 029**,** que após expirado o prazo recursal da fase de habilitação e julgamento dos recursos apresentados, convoco os mesmos para a sessão do sorteio público para formação da lista de classificação, data essa marcada para o dia 27 de Junho de 2024 às 10:00 horas, ficam os mesmos convocados a comparecer na sede Administrativa do Município de Cujubim, na sala da Comissão Permanente da Licitação, na data e horário supra citado, informamos ainda que se os leiloeiros habilitados não se fizerem presente, o Agente de Contratação com auxilio da equipe de apoio, dará prosseguimento ao sorteio normalmente.
Cujubim/RO, 25 de Junho de 2024.

SÉRGIO HENRIQUE SANTUZZI ZUCCOLOTTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Sérgio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:BC85E25E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 177 DE 20 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS E SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BECKER, Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no usodesuasatribuiçõeslegais,conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX,

RESOLVE

Art. 1º -Nomear os membrosda**COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS E SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS,**queficarácomaseguintecomposição:

JESSICA BRENDA NASCIMENTOLIMA
ADRIANO GONÇALVES DE SOUZA
ODAIR PEREIRA DA CRUZ
FABIANO DOS SANTOS
JOAREZ DE OLIVEIRA
VALDEMIR OLIVEIRA DA SILVA
WELLINGTON BRITO DE OLIVEIRA
DEIVID MENDES DA SILVA

Art. 2º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,revogando as disposições em contrário, em especial a**PORTARIA Nº334 DE 24 DE AGOSTO DE 2024**.

JOÃO BECKER
Prefeito

Publicado por:
Maisa Silva Santos
Código Identificador:2B6BA302

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 179 DE 25 DE JUNHO DE 2024.

Concede Licença para Atividade Política ao Servidor Público da Prefeitura do Município de Cujubim, Estado de Rondônia, Sra. **AGUIDA SANTOS SANTANA**, e das outras providências.

JOÃO BECKER, Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Requerimento protocolado em 18/06/2024, com pedido de afastamento à título de desincompatibilização do cargo de provimento efetivo, para concorrer uma vaga do cargo eletivo nas eleições de 2024;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 042/1997, Seção VII, art. 119. § 1º e § 2º, do Estatuto do Servidor Público Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, II l, da Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), na qual, garante a percepção da remuneração do servidor licenciado para exercício de atividades políticas;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, a Servidora Sra. **AGUIDA SANTOS SANTANA**, matrícula nº 2312-7, ocupante do Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO- SELETIVO, para concorrer cargo eletivo nas eleições de 2024, no período de 06 de julho de 2024 a 06 de outubro de 2024. Tal licença, que perdurará até a véspera do registro de candidatura, será concedida sem remuneração. A partir do imediato registro, haverá licença remunerada somente por 3 (três) meses, que perdurará até dez (10) dias após a eleição.

Art. 2º - Fica o servidor obrigado a apresentar, em até dois dias após a emissão pelos órgãos competentes, os seguintes documentos comprobatórios:

I) Ata da convenção partidária (ou coligação) de escolha como candidato a cargo eletivo;

II) Certidão emitida pela Justiça Eleitoral/TSE, na qual conste o deferimento do Registro da Candidatura.

Parágrafo único - A não apresentação dos documentos supracitados resultará na anulação da Portaria de concessão da Licença para Atividade Política e, por conseguinte, na abertura de processo de reposição ao erário dos dias em que o servidor requerente permaneceu afastado de suas atribuições, bem como, a aplicação dos sansões disciplinares.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BECKER
Prefeito do Município de Cujubim/RO

Publicado por:
Edilaine Kochinski Bervanger
Código Identificador:B3EA378E

GABINETE DO PREFEITO
ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO

A Prefeitura do Município de Cujubim, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr.**JOÃO BECKER**, conforme**PROCESSO ELETRÔNICO (DIGITAL) Nº 1-677/23023** MODALIDADE: **TOMADA DE PREÇOS Nº 008/CPL/2023**,**NOTA DE EMPENHO ORDINÁRIO Nº2487/2023**DE 18/08/2023,determina que a partir da data da assinatura desta Ordem de Serviço sejam realizados os serviços descritos abaixo:

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIA URBANA COM DRENAGEM E CALÇADAS, COM EXTENSÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE 805,00M E ÁREA DE 7.245,02 M² NA AVENIDA AZULÃO, ENTRE AS RUAS GAVIÃO REAL E PICA PAU, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, TRANSFERÊNCIA ESPECIAL/MINISTÉRIO DA ECONOMIA - CÓDIGO DE PLANO DE AÇÃO: 9032022-02001.
CONTRATO Nº 52/2023
CONTRATADO:JAIRO AUGUSTO DE CARVALHO EIRELIpessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 34.727.776/0001-20, com sede na Rua LEANDRO INACIO FERNANDES (T 01), 3282 - SETOR 02, Jaru-RO.
VALOR TOTALDO OBJETO:R$ 998.752,08(Novecentos e Noventa Nove Mil Setecentos e Cinquenta Dois Reais e Oito Centavos)
DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:
O prazo previsto para a conclusão obra será de**120 (cento e vinte) dias**corridos a contar da emissão da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado por igual período, por necessidade comprovada e pelo interesse comum acordo de ambas as partes.

DAS PENALIDADES:

O não cumprimento do objeto do presente Contrato, e das demais cláusulas, implicará na aplicação de sanções a CONTRATADA, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Cujubim/RO, 02 de Abril de 2024.

JOÃO BECKER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Rosa Dahm de Aguiar
Código Identificador:AAC7113C

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 19, DE 25 DE JUNHO 2024.

O Prefeito do Município de Cujubim, Estado de Rondônia, usando de suas atribuições, e tendo em vista a realização do Processo Seletivo Simplificado (UNIFICADO) - **EDITAL N°001/2024/GP** para preenchimento de cargos vagos, cujo resultado consta na Homologação do Resultado Final publicado no Diário Oficial dos Municípios AROM em 28/03/2024,
RESOLVE:
CONVOCAR, os candidatos, a seguir nominados para comparecer no prazo de 07 (Sete) dias úteis a contar da data de publicação deste Edital no site oficial-AROM, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Cujubim/RO, situada à Avenida Condor, n° 2588 Centro, CEP: 76.864-000, Cujubim/RO, munidos dos documentos necessários para investidura no cargo, relacionados no item 2 deste Edital, portando original de documento de identificação. **O exercício do cargo terá início dentro do prazo de até 03 (três) dias úteis, contando a partir da data do memorando de encaminhamento ao órgão de lotação.**

1. Candidatos convocados

1.1CARGO: ODONTÓLOGO UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-SEMSAU

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO
3º	JULIANA MARTA DOS SANTOS	26/10/1989

2. Documentação

2.1 A documentação a ser apresentada para fins de nomeação, posse e operacionalização de gestão de pessoas consta nos itens a seguir:
a)Certificado ou Atestado de Sanidade Física e Mental emitido pelo médico do trabalho.
b)Fotografias 3X4
c)Número de conta corrente salário (Caixa Econômica Federal)

2.2 Cópias:
a) Certidão de nascimento ou casamento (CPF do Cônjuge).
b) Cédula de identidade.
c) Comprovante de CPF.
d) Comprovante de Residência.
e) Título de eleitor.
f) Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino.
g) Carteira de trabalho digital.
h) Carteira De Habilitação (Carteira E) Para O Cargo De Motorista.
i) Diploma ou certificado de escolaridade com devido reconhecimento pelo Ministério da Educação- MEC.
j) Registro do Conselho de Classe.

2.3 Declarações:
a)Declaração emitida pelo próprio candidato informando se ocupa ou não outro cargo público, caso ocupe deverá apresentar também certidão expedida pelo órgão empregador informando a carga horária contratual; horário de trabalho e regime jurídico;
b)Auto Declaração Étnico Racial.
c) Declaração firmada pelo candidato de não ter sofrido penalidade disciplinar por prática de atos desabonadores ou condenação por crime ou contravenção no exercício profissional ou de qualquer função pública.

2.4. Certidões:
a) Certidão de quitação eleitoral podendo ou uma fotocopia do Comprovante de votação ou certidão de quitação emitida pelo tribunal regional eleitoral;
b) Certidões Negativas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e do Tribunal de Contas;
c) Certidão negativa da fazenda pública Municipal de Cujubim;
d) Certidão negativa da fazenda pública Estadual;
e) Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união www.receita.fazenda.gov.br);
f) Consulta qualificação cadastral http://portal.esocial.gov.br
g) Certidão Cível e Criminal da Justiça Estadual;
h) Certidão Cível e Criminal da Justiça Federal (www.ro.trf1.gov.br)
i) Certidão De Antecedentes Criminais www.pf.gov.br

JOÃO BECKER
Prefeito do Município de Cujubim/RO
Data: 25/06/2024

Publicado por:
Edilaine Kochinski Bervanger
Código Identificador:2BF2B3FA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PROCESSO Nº 091/2024

O **Prefeito do Município de Cujubim**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, baseados nos procedimentos licitatórios e mediante parecer da Controladoria, resolve:

ADJUDICAR E HOMOLOGAR nos termos do Art. 71, Inciso IV da Lei Federal nº: 14.133/2021 e posteriores alterações, a presente Licitação nestes termos.

Processo Administrativo de nº 091/2024.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 010/2024.

Objeto: Formação de Registro de preços para eventual e futura aquisição de material de expedientespara atender as demandas das

Secretarias Municipais de Obras, Agricultura, Assistência Social, Saúde, Administração e Educação do Município de Cujubim-RO.

Data Homologação: 25/06/2024

Valor Total Homologado R$: **362.367,05 (Trezentos e Sessenta e Dois Mil Trezentos e Sessenta e Sete Reais Cinco Centavos).**

Empresa: **R T COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA** - CNPJ**: 47.561.770/0001-77**
Valor R$: **18.551,40 (Dezoito Mil Quinhentos e Cinquenta e Um Reais Quarenta Centavos).**

Empresa: **LICITA MAIS HOFFMANN LTDA** - CNPJ**: 50.202.063/0001-07**
Valor R$: **14.373,90 (Quatorze Mil Trezentos e Setenta e Três Reais Noventa Centavos).**

Empresa: **COMERCIAL VENUS LTDA –** CNPJ: **04.637.690/0001-45**
Valor R$: **31.026,09 (Trinta e Um Mil Vinte e Seis Reais Nove Centavos).**

Empresa: **ATACADO TRADICAO LTDA –** CNPJ: **02.460.701/0001-39**
Valor R$: **7.420,42 (Sete Mil Quatrocentos e Vinte Reais Quarenta e Dois Centavos).**

Empresa: **SANTO EXPEDITO COMERCIO E UTILIDADES LTDA –** CNPJ: **25.684.429/0002-57**
Valor R$: **258.984,00 (Duzentos e Cinquenta e Oito Mil Novecentos e Oitenta e Quatro Reais).**

Empresa: **ALVES & FERREIRA LTDA –** CNPJ: **50.524.852/0001-56**
Valor R$: **6.929,74 (Seis Mil Novecentos e Vinte e Nove Reais Setenta e Quatro Centavos).**

Empresa: **PAPELARIA TEIXEIRA LTDA –** CNPJ: **04.925.681/0001-50**
Valor R$: **6.749,26 (Seis Mil Setecentos e Quarenta e Nove Reais Vinte e Seis Centavos).**

Empresa: **V. VIEIRA AMARO COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO –** CNPJ: **03.716.848/0001-00**
Valor R$: **16.363,34 (Dezesseis Mil Trezentos e Sessenta e Três Reais Trinta e Quatro Centavos).**

Empresa: **FORTTECH SOLUÇÕES LTDA –** CNPJ: **47.199.093/0001-99**
Valor R$: **1.968,90 (Hum Mil Novecentos e Sessenta e Oito Reais Noventa Centavos).**

Autorizo a emissão da nota de empenho correspondente.

Cujubim – RO, 25 de Junho de 2024.

JOÃO BECKER
Prefeito do Município de Cujubim/RO.

Publicado por:
Sérgio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:1E8E1478

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE CUJUBIM
LEI MUNICIPAL Nº 1.540 DE 25 DE JUNHO DE 2024.

*"*DISPÕE SOBRE O INCENTIVO À ATIVIDADE DE INFRAESTRUTURA URBANA, VISANDO MELHORAR O PAISAGISMO E ESTRUTURA FÍSICA DA CIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*"*.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** representante legal do povo de Cujubim, aprovou e o **PREFEITO MUNICIPAL DE CUJUBIM** sanciona a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° - Fica aprovado como incentivo à atividade de infraestrutura urbana, visando melhorar o paisagismo e estrutura física da cidade, agregar valor à estrutura predial, segurança e locomoção dos munícipes aumentando a qualidade de vida e deslocamento no perímetro urbano.

Art. 2° - Fica definida como forma de pagamento pelo uso dos serviços a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo SEMIU a compensação em forma de doação do combustível necessário à operação do bem que serão regulamentados de acordo com esta lei e através de DECRETO do Poder Executivo previamente analisados e aprovado por comissão de no mínimo 6 (seis) membros sendo 3 (três) do poder executivo municipal sendo 1 (um) da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo SEMIU, 1 (um) da Secretaria Municipal de Agricultura SEMAGRI e 1 da Secretaria Municipal de Obras e Serviços públicos SEMOSP e 3 (três) representantes da sociedade civil organizada.

CAPÍTULO II

DOS BENS E SERVIÇOS

Art. 3º - Será utilizado veículos, máquinas implementos e equipamentos como: Escavadeira Hidráulica (PC), Moto niveladora (PATROL), Pá Carregadeira, Retro escavadeira, Tratores de Pneus com implementos agrícolas, veículos de diversas categorias tipo: Caminhões e Bitrens de carroceria e basculantes entre outros para realização de serviços de infraestrutura e melhorias nos imóveis urbanos do município de Cujubim.

I – Os bens utilizados serão requisitados pelos contribuintes e disponibilizado pela SEMIU no sistema de protocolos do município de forma preenchida a punho ou eletrônica e lançado no sistema de protocolos que o ente utilizar para arquivamento nas nuvens / ou eletrônico e deverá conter no mínimo o nome completo do contribuinte, CPF, endereço, telefone, tipo de serviço a realizar e data da solicitação em ordem sequencial de requerimento solicitado, sendo que modelo de requerimento deverá ser aprovado pela comissão.

II – Os serviços com os bens não poderão superar a quantidade de até 4 (quatro) horas máquinas e em caso de veículos a distância de 1200 (um mil e duzentos) quilômetros contados ida e volta do destino.

a) Quando necessário a finalização de um serviço será permitido um acréscimo de até 50% do permitido no art. 3°, alínea II, desta lei;

b) Quando se tratar de serviços que atendam a demanda coletiva através de entidade não governamental, poderá o serviço exceder em até duas vezes ao citado no art. 3°, alínea II desta lei;

c) Será possível a superação do número de horas que trata o art. 3°, alínea II desta lei, no caso de horas máquinas para entidades filantrópicas que será aprovado o número de horas em comissão e posteriormente regulamentadas em Decreto Municipal.

III – Em caso de serviços excepcionais como transporte de mudanças e outros serão feito o controle de quilômetros, através de DECRETO municipal previamente aprovado em comissão.

IV – Os serviços somente serão oferecidos pela administração se houver disponibilidade do bem.

V – Será respeitada a ordem de requerimentos cadastrados e solicitados para o devido bem assim como o será feito diretamente no

sistema de protocolos da administração ou por agente treinado pela SEMIU que mesmo assim vai inserir as informações no sistema e coletar a assinatura digital ou física.

Art. 4º - Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo ao contribuinte à responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos ambientais junto aos órgãos competentes, com a respectiva licença ambiental e quaisquer outros danos ou que possam vir a sofrer a ele ou a administração municipal, estadual ou federal, além de manter-se em regularidade com a receita municipal.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAL

Art. 5º - Constituem recursos financeiros e patrimoniais do Programa, do Orçamento Municipal, Recursos e bens de transferências voluntárias estaduais, federais, organismos nacionais e internacionais, convênios, parcerias entre outros:

I - Dotações consignadas anualmente no orçamento e as verbas adicionais estabelecidas no decorrer de cada exercício;

II - Recursos captados através de convênios, acordos contratos firmados entre governo Municipal e os governos Estadual e Federal.

III - Outros recursos de qualquer origem, concedidos ou transferidos, conforme estabelecido em lei.

CAPÍTULO IV

DO ACESSO AO PROJETO

Art. 6º - O PROJETO atenderá imóveis individuais, em grupos, ou por entidade nos serviços de mecanização, compactação, apoio no aterro de alicerces, abertura de carreadores, abertura de terreiros, destocamento, roçagens, limpeza de terrenos, perfurações de poços, transporte de terra, transporte de materiais de construção, entre outros que atendam a finalidade da infraestrutura dos imóveis particulares, ou social e bem estar dos moradores, sendo utilizados os bens da Prefeitura Municipal necessário para cada ação.

Art. 7º - A quantidade de combustível cobrada será alinhada conforme média de consumo dos bens mais 10% (dez por cento) do gasto para controle de deslocamentos e outros gastos a administração e atualizado anualmente sendo pré analisado, aprovado pela comissão, para elaboração ou alteração do Decreto Municipal, conforme tabela a ser fornecida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEMIU.

CAPÍTULO V

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO PROJETO

Art. 8° - A comissão se reunirá a cada três meses para emitir parecer sobre os serviços prestados, que deverá ser observado: O preenchimento do REQUERIMENTO (demanda) do contribuinte, comprovação do pagamento ou nota fiscal de abastecimento, ordem de serviço e declaração de finalização do serviço com assinatura do operador/motorista e contribuinte em modelo devidamente aprovado pela comissão e publicado em DECRETO.

I – A ordem de serviço e declaração de conclusão deverá constar de horas e quilômetros conforme couber (horímetro/hodômetro) inicial e final do serviço.

Art. 9° - O Poder Executivo regulamentará a aplicação desta Lei por DECRETO no que couber.

Art. 10° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e revoga outras em desacordo a presente lei.

Projeto de Lei nº 006/2024 Autoria Câmara

Autógrafo de Lei nº 037/GP/2024

Publicado por:
Kauany Marinho Morais Vieira
Código Identificador:C5A7CA51

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE CUJUBIM
EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2024

Processo Administrativo nº **1-111/2024**. Contrato Administrativo nº **33/2024**, firmado entre o **MUNICÍPIO DE CUJUBIM/RO**, ora Contratante, com a interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO - SEMECD** e a empresa **3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 07.766.048/0002-35, ora Contratada. **Objeto do Contrato:** AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS EM ATENDIMENTO AOS PROFESSORES DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação e Desporto do Município de Cujubim/RO, conforme Termo de Referência. **Prazo contratual:** 12 (doze) meses. **Valor contratual:** R$ 388.800,00 (trezentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais**).** Celebração: 19/06/2024.

JOÃO BECKER
Prefeito de Cujubim

Publicado por:
Kauany Marinho Morais Vieira
Código Identificador:4848BB94

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: N° **64/2024**
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº **12/2024**

O Presidente da APP EMEI RAIO DE LUZ, no uso de suas atribuições legais baseados nos valores **ADJUDICADOS**, vem através do presente, **HOMOLOGAR** e **RATIFICAR** a execução do objeto do Processo Administrativo n° **64/2024,** de Dispensa de Licitação em conformidade com o **Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021,** em se tratando de **Contratação de serviços Médico do Trabalho** , em favor da proponente, **Barbará Alves de Oliveira Fraga LTDA**, CNPJ: **20.529.231/0001-02**, no valor total de **R$ 300,00** (**trezentos reais**), conforme julgamento realizado pelo Presidente da APP e tendo em vista os elementos que instruem o processo.

ITEM	QUANT	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
01	04	SERV.	Contratação de serviços com profissional em medicina e segurança do trabalho visando a elaboração de laudos médicos do trabalho exigidos pela legislação trabalhista vigente :ASO- Exames Atestado de Saúde Ocupacional (Demissional e Admissional).	75,00	300,00
TOTAL					**R$ 300,00**

RATIFICO nos termos do artigo 54 da Lei nº14.133/2021, a Dispensa de Licitação em conformidade com o Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/21, termo de referência e publique-se o presente ato na imprensa oficial para fins de eficácia da RATIFICAÇÃO.

Cujubim-RO, 25 de Junho de 2024.

CLODOALDO CEZÁRIO ROSA GUERREIRO
Presidente da APP

Publicado por:
Roseli Souza Oliveira Borges
Código Identificador:72CCDFE6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

GABINETE
LEI ORDINÁRIA Nº 1.628, DE 25 DE JUNHO DE 2024
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNIC

LEI ORDINÁRIA Nº 1.628, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Autoriza o Poder Executivo abrir no orçamento vigente Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro e Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, na Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal Educação.

O Prefeito de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Façosaber que a Câmara Municipal de Governador Jorge Teixeira aprovou e**Eu**sanciono a seguinte:

L EI

Art. 1º- Fica autorizado o Poder Executivo abrir no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro e Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, na importância**R$ 62.366,53 (sessenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos)**na unidade orçamentária Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 43º da Lei nº 4.320/64, distribuídos a seguinte dotação:

02.04 - Secretaria Municipal de Educação
12 361 0007 1137 Construção de salas de aula na Escola Municipal Fernão Dias - Conv. 244/PGE/2022
3.3.90.93 Indenizações e Restituições
Ficha: 953
Fonte Recurso: 2.500
Valor R$ 3,87

02.04 - Secretaria Municipal de Educação
12 361 0007 1137 Construção de salas de aula na Escola Municipal Fernão Dias - Conv. 244/PGE/2022
3.3.90.93 Indenizações e Restituições
Ficha: 954
Fonte Recurso: 2.500
Valor R$ 18.339,25

02.04 - Secretaria Municipal de Educação
12 361 0007 1137 Construção de salas de aula na Escola Municipal Fernão Dias - Conv. 244/PGE/2022
3.3.90.93 Indenizações e Restituições
Ficha: 955
Fonte Recurso: 2.501
Valor R$ 21.933,03

02.04 - Secretaria Municipal de Educação
12 361 0007 1137 Construção de salas de aula na Escola Municipal Fernão Dias - Conv. 244/PGE/2022
3.3.90.93 Indenizações e Restituições
Ficha: 956
Fonte Recurso: 1.501
Valor R$ 1.552,15

02.04 - Secretaria Municipal de Educação
12 361 0007 1170 Aquisição de Notebook Convênio N° 460/PGE-2021
4.4.90.93 Indenizações e Restituições
Ficha: 957
Fonte Recurso: 2.571
Valor R$ 13.947,22

02.04 - Secretaria Municipal de Educação
12 361 0007 1170 Aquisição de Notebook Convênio N° 460/PGE-2021
3.3.90.93 Indenizações e Restituições
Ficha: 958
Fonte Recurso: 2.500
Valor R$ 2.121,66

02.04 - Secretaria Municipal de Educação
12 361 0007 1170 Aquisição de Notebook Convênio N° 460/PGE-2021
3.3.90.93 Indenizações e Restituições
Ficha: 959
Fonte Recurso: 2.501
Valor R$ 3.791,59

02.04 - Secretaria Municipal de Educação
12 361 0007 1170 Aquisição de Notebook Convênio N° 460/PGE-2021
3.3.90.93 Indenizações e Restituições
Ficha: 960
Fonte Recurso: 1.501
Valor R$ 677,76

Art. 2º- Servirá de recursos para cobertura dos créditos que trata o art. 1º, os decorrentes na forma do art. 43, § 1º, inciso I e II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os provenientes de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e provenientes de Excesso de Arrecadação.
Art. 3º- Considerando o aprimoramento da estrutura das naturezas de receita e despesa fica o poder executivo municipal autorizado a incluir e alterar o Plano Plurianual PPA Lei nº. 1.176/2021, bem como priorizar a execução na Lei de Diretrizes Orçamentária LDO Lei nº. 1.535/2023.
§ 1º -Ficam alterados os seguintes Anexos do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022 a 2025.
Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
§ 2º -Ficam alterados os anexos de Metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de**2024**.
Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO

Quadro para Solicitação de Créditos Adicionais

PA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALOR SUPLEMENTAR
0007.1137	3.3.90.93	2.500	R$ 3,87
0007.1137	3.3.90.93	2.500	R$ 18.339,25
0007.1137	3.3.90.93	2.501	R$ 21.933,03
0007.1137	3.3.90.93	1.501	R$ 1.552,15
0007 1170	4.4.90.93	2.571	R$ 13.47,22
0007 1170	3.3.90.93	2.501	R$ 3.791,59
0007 1170	3.3.90.93	1.501	R$ 677.76
0007 1170	3.3.90.93	2.500	R$ 2.121,66

Memória de Cálculo de Superávit Financeiro

FONTE DE RECEITA	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2023	RESTOS A PAGAR 2023	SUPERÁVIT FINANCEIRO
02.500	R$: 3,87	R$:0,00	R$: 3,87
02.500	R$: 18.339,25	R$: 0,00	R$: 18.339,25
02.501	R$: 21.933,03	R$: 0,00	R$: 21.933,03
02.571	R$: 13.947,22	R$: 0,00	R$:13.947,22
02.500	R$: 2.121,66	R$: 0,00	R$:2.121,66
02.501	R$: 3.791,59	R$: 0,00	R$: 3.791,59

Memória de Cálculo de Excesso de Arrecadação

FONTE DE RECEITA	RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	TENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
01.501	R$: 0,00	R$: 1.552,15	R$: 0,00	R$ 1.552,15
01.501	R$: 0,00	R$: 677,76	R$: 0,00	R$ 677,76

Governador Jorge Teixeira/RO, 25 de junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Fernanda de Amorim Freitas
Código Identificador:310E1DC7

GABINETE
LEI ORDINÁRIA Nº 1.629, DE 25 DE JUNHO DE 2024
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNI

LEI ORDINÁRIA Nº 1.629, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Autoriza o Poder Executivo abrir no orçamento vigente Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro e Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, na Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

O Prefeito de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Façosaber que a Câmara Municipal de Governador Jorge Teixeira aprovou e**Eu**sanciono a seguinte:

L EI

Art. 1º- Fica autorizado o Poder Executivo abrir no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro e Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, na importância**R$ 69.777,30 (sessenta e nove mil, setecentos e setenta e sete reais e trinta centavos)**na unidade orçamentária Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, de acordo com o art. 43º da Lei nº 4.320/64, distribuídos a seguinte dotação:

02.06.00 -Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
15.452.0001.1116Iluminação em LED Conv. 123/DPCN/2020
4.4.90.93 Indenizações e Restituições
Ficha: 961
Fonte Recurso: 2.700
Valor R$ 62.950,24

02.06.00 -Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
15.452.0001.1116Iluminação em LED Conv. 123/DPCN/2020
3.3.90.93 Indenizações e Restituições
Ficha: 962
Fonte Recurso: 2.501
Valor R$ 6.595,14

02.06.00 -Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
15.452.0001.1116Iluminação em LED Conv. 123/DPCN/2020
3.3.90.93 Indenizações e Restituições
Ficha: 963
Fonte Recurso: 1.501
Valor R$ 231,92

Art. 2º- Servirá de recursos para cobertura dos créditos que trata o art. 1º, os decorrentes na forma do art. 43, § 1º, inciso I e II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os provenientes de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e provenientes de Excesso de Arrecadação.
Art. 3º- Considerando o aprimoramento da estrutura das naturezas de receita e despesa fica o poder executivo municipal autorizado a incluir e alterar o Plano Plurianual PPA Lei nº. 1.176/2021, bem como priorizar a execução na Lei de Diretrizes Orçamentária LDO Lei nº. 1.535/2023.
§ 1º -Ficam alterados os seguintes Anexos do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022 a 2025.
Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
§ 2º -Ficam alterados os anexos de Metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de**2024**.
Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO

Quadro para Solicitação de Créditos Adicionais

PA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALOR SUPLEMENTAR
0016.1116	4.4.90.93	02.700	R$:62.950,24
0016.1116	3.3.90.93	02.501	R$: 6.595,14
0016.1116	3.3.90.93	01.501	R$: 231,92

Memória de Cálculo de Superávit Financeiro

FONTE DE RECEITA	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2023	RESTOS A PAGAR 2023	SUPERÁVIT FINANCEIRO
02.700	R$: 62.950,24	R$:0,00	R$: 62.950,24
02.501	R$: 6.595.14	R$: 0,00	R$: 6.595,14

Memória de Cálculo de Excesso de Arrecadação

FONTE DE RECEITA	RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	TENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
01.501	R$: 0,00	R$: 231,92	R$: 0,00	R$ 231,92

Governador Jorge Teixeira/RO, 25 de junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Fernanda de Amorim Freitas
Código Identificador:75BDA3AD

GABINETE
LEI ORDINÁRIA Nº 1.630, DE 25 DE JUNHO DE 2024
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE .

LEI ORDINÁRIA Nº 1.630, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Autoriza o Poder Executivo abrir no orçamento vigente Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro, na Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde .

O Prefeito de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
Façosaber que a Câmara Municipal de Governador Jorge Teixeira aprovou e**Eu**sanciono a seguinte:

L EI

Art. 1º- Fica autorizado o Poder Executivo abrir no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro, na importância**R$ 66.133,00 (sessenta e seis mil e cento e trinta e três reais)**na unidade orçamentáriaFundo Municipal de Saúde,de acordo com o art. 43º da Lei nº 4.320/64, distribuídos a seguinte dotação:

02.09.00 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0023.1189 Reprogramação de Saldos de Propostas ano: 2018 - 2021
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Ficha: 967
F.R: 2.601
Valor: R$ 66.133,00

Art. 2º- Servirá de recursos para cobertura dos créditos que trata o art. 1º, os decorrentes na forma do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os provenientes de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º- Considerando o aprimoramento da estrutura das naturezas de receita e despesa fica o poder executivo municipal autorizado a incluir e alterar o Plano Plurianual PPA Lei nº. 1.176/2021, bem como priorizar a execução na Lei de Diretrizes Orçamentária LDO Lei nº. 1.535/2023.
§ 1º -Ficam alterados os seguintes Anexos do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022 a 2025.
Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
§ 2º -Ficam alterados os anexos de Metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de**2024**.
Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO

Quadro para Solicitação de Créditos Adicionais

PA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALOR SUPLEMENTAR
0023.1189	3.1.90.11	02.601	R$ 66.133,00

Memória de Cálculo de Superávit Financeiro

FONTE DE RECEITA	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2023	RESTOS APAGAR 2023	SUPERÁVIT FINANCEIRO
02.601	R$ 66.133,00	R$ 0,00	R$ 66.133,00

Governador Jorge Teixeira/RO, 25 de junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Fernanda de Amorim Freitas
Código Identificador:425C4B2B

GABINETE
LEI ORDINÁRIA Nº 1.631, DE 25 DE JUNHO DE 2024
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE .

LEI ORDINÁRIA Nº 1.631, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Autoriza o Poder Executivo abrir no orçamento vigente Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação, na Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde .

O Prefeito de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
Façosaber que a Câmara Municipal de Governador Jorge Teixeira aprovou e**Eu**sanciono a seguinte:

L EI

Art. 1º- Fica autorizado o Poder Executivo abrir no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação, na importância**R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)**na unidade orçamentáriaFundo Municipal de Saúde,de acordo com o art. 43º da Lei nº 4.320/64, distribuídos a seguinte dotação:

SUPLEMENTAÇÃO (+):_____R$ 220.000,00

02 -Executivo Municipal
02.09 - Fundo Municipal de Saúde

10.302.0023.1197 Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Especializada à Saúde - Portaria GM/MS nº 3.590
3.3.90.36 Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Física
Ficha: 968
Fonte de Recurso: 1.600
Valor: R$ 100.000,00

02 -Executivo Municipal
02.09 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0023.1195 Incremento Temporário Atenção Básica
3.3.90.36 Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Física
Ficha: 969
Fonte de Recurso: 1.600
Valor: R$ 120.000,00

ANULAÇÃO (-):_____R$ (200.000,00)

02 -Executivo Municipal
02.09 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0023.1197 Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Especializada à Saúde - Portaria GM/MS nº 3.590
3.3.90.30 Material de Consumo
Ficha: 918
Fonte de Recurso: 1.600
Valor: R$ 70.000,00

02 -Executivo Municipal
02.09 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0023.1197 Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Especializada à Saúde - Portaria GM/MS nº 3.590
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica
Ficha: 919
Fonte de Recurso: 1.600
Valor: R$ 30.000,00

02 -Executivo Municipal
02.09 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0023.1195 Incremento Temporário Atenção Básica
3.3.90.30 Material de Consumo
Ficha: 941
Fonte de Recurso: 1.600
Valor: R$ 120.000,00

Art. 2º- Servirá de recursos para cobertura dos créditos que trata o art. 1º, os decorrentes na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.
Art. 3º- Considerando o aprimoramento da estrutura das naturezas de receita e despesa fica o poder executivo municipal autorizado a incluir e alterar o Plano Plurianual PPA Lei nº. 1.176/2021, bem como priorizar a execução na Lei de Diretrizes Orçamentária LDO Lei nº. 1.535/2023.
§ 1º -Ficam alterados os seguintes Anexos do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022 a 2025.
Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
§ 2º -Ficam alterados os anexos de Metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de**2024**.
Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO

Quadro para Solicitação de Créditos Adicionais

PA	Elemento de Despesa	Fonte	Valor a Reduzir	Valor a Suplementar
0023.1197	3.3.90.36	1.600		R$: 100.000,00
0023.1197	3.3.90.30	1.600	R$: (70.000,00)	
0023.1197	3.3.90.39	1.600	R$: (30.000,00)	
0023.1195	3.3.90.36	1.600		R$: 120.000,00
0023.1195	3.3.90.30	1.600	R$: (120.000,00)	
TOTAL			**R$: (220.000,00)**	**R$: 220.000,00**

Governador Jorge Teixeira/RO, 25 de junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Fernanda de Amorim Freitas
Código Identificador:04FBD430

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 10460/GAB/2024 DE 25 DE JUNHO DE 2024 "DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO DA SERVIDORA ELAINE APARECIDA VIEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DECRETO MUNICIPAL Nº. 10460/GAB/2024
DE 25 de junho de 2024

"Dispõe sobre Licença Prêmio da Servidora**ELAINE APARECIDA VIEIRA,**e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔNIA,no exercício de suas competências, tendo em vista o disposto no Artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando: Processo Administrativo Nº 418-1/2024.

Considerando:Requerimento Licença Prêmio de 22/03/2024 (ID 182000),Parecer Jurídico ELAINE de 08/04/2024 (ID 186121)eDespacho Integrado 5 de 24/06/2024 (ID 210787)no qual consta os requisitos legais para a cedência da licença prêmio,**sendo 90 dias referente ao período de19/07/2016 a 18/07/2021.**

DECRETO

Art. 1º-Fica Concedido a**Licença Premio,**pelo período de 90 (noventa) dias referente ao quinquênio de**19/07/2016 a 18/07/2021,**da servidora senhora**ELAINE APARECIDA VIEIRA**, cadastro nº 1165-2, função: Enfermeira 40 HORAS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU, do Município de Governador Jorge Teixeira/RO.

Art. 2º -O Período correspondente se dá em**01 de Julho de 2024 até o dia 28 de Setembro de 2024.**

Art. 3º -Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação,**com efeitos a contar a partir do dia 01 de julho 2024**. Revogam-se as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO,aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:22C8A938

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 10457/GAB/2024 25 DE JUNHO DE 2024 ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2024.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 10457/GAB/2024
25 de junho de 2024

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercicio financeiro de 2024.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA,no uso da atribuição que lhe confere oart. 28 da Lei Municipal n° 1.535, de 18 de dezembro de 2023 LDO Lei de Diretrizes Orçamentária.

D E C R E T A

Artigo 1º -Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 9.350/GAB/2023, de 05 de janeiro de 2023 (revogou Decreto Municipal nº 9342/GAB/2022 de 26 de dezembro de 2022)que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2023, nos termos deste Decreto.
Artigo 2º -A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.535/2023, de 18 de dezembro de 2023) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos d artigo 28 da Lei de Diretrizes Orçamentária (LeiMunicipal n° 1.535, de 18 de dezembro de 2023).
Artigo 3º -Alterar a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2024, no valor de**R$ 100.000,00 (cem mil reais) na unidade orçamentária: 02.04 Secretaria Municipal de Educação,**conforme abaixo descriminado:

02- Executivo Municipal
02.04 -Secretaria Municipal de Educação
12.361.0007.2042 Assegurar a Remuneração do Pessoal Ativo e Encargos Sociais Ensino Fundamental
3.1.90.04 Contratação por Tempo Determinado
Ficha:674
Fonte Recurso:1.540
Valor:R$ 100.000,00

02- Executivo Municipal
02.04 -Secretaria Municipal de Educação
12.361.0007.2042 Assegurar a Remuneração do Pessoal Ativo e Encargos Sociais Ensino Fundamental
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil
Ficha:123
Fonte Recurso:1.540
Valor:R$ (-100.000,00)

Artigo 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Jorge Teixeira, 25 de Junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
PrefeitoMunicipal

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:526D5AD3

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 10458/GAB/2024 25 DE JUNHO DE 2024 ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2024.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 10458/GAB/2024
25 de junho de 2024

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercicio financeiro de 2024.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA,no uso da atribuição que lhe confere oart. 28 da Lei Municipal n° 1.535, de 18 de dezembro de 2023 LDO Lei de Diretrizes Orçamentária.

D E C R E T A

Artigo 1º -Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 9.350/GAB/2023, de 05 de janeiro de 2023 (revogou Decreto Municipal nº 9342/GAB/2022 de 26 de dezembro de 2022)que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2023, nos termos deste Decreto.
Artigo 2º -A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.535/2023, de 18 de dezembro de 2023) e dentro dos valores

aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos d artigo 28 da Lei de Diretrizes Orçamentária (LeiMunicipal n° 1.535, de 18 de dezembro de 2023).
Artigo 3º -Alterar a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2024, no valor de**R$ 100.000,00 (cem mil reais) na unidade orçamentária: 02.04 Secretaria Municipal de Educação,**conforme abaixo descriminado:

02- Executivo Municipal
02.04 -Secretaria Municipal de Educação
12.361.0007.2042 Assegurar a Remuneração do Pessoal Ativo e Encargos Sociais Ensino Fundamental
3.1.90.04 Contratação por Tempo Determinado
Ficha:484
Fonte Recurso:1.540
Valor:R$ 100.000,00

02- Executivo Municipal
02.04 -Secretaria Municipal de Educação
12.361.0007.2042 Assegurar a Remuneração do Pessoal Ativo e Encargos Sociais Ensino Fundamental
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil
Ficha:123
Fonte Recurso:1.540
Valor:R$ (-100.000,00)

Artigo 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Jorge Teixeira, 25 de Junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
PrefeitoMunicipal

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:274EB206

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 10459/GAB/2024 25 DE JUNHO DE 2024 ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2024.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 10459/GAB/2024
25 de junho de 2024

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercicio financeiro de 2024.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA,no uso da atribuição que lhe confere oart. 28 da Lei Municipal n° 1.535, de 18 de dezembro de 2023 LDO Lei de Diretrizes Orçamentária.

D E C R E T A

Artigo 1º -Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 9.350/GAB/2023, de 05 de janeiro de 2023 (revogou Decreto Municipal nº 9342/GAB/2022 de 26 de dezembro de 2022)que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2023, nos termos deste Decreto.
Artigo 2º -A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.535/2023, de 18 de dezembro de 2023) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos d artigo 28 da Lei de Diretrizes Orçamentária (LeiMunicipal n° 1.535, de 18 de dezembro de 2023).
Artigo 3º -Alterar a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2024, no valor de**R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) na unidade orçamentária: 02.04 Secretaria Municipal de Educação,**conforme abaixo descriminado:

02- Executivo Municipal
02.04 -Secretaria Municipal de Educação
12.365.0007.2037 Assegurar a Remuneração do Pessoal Ativo e Encargos Sociais Creche
3.1.90.04 Contratação por Tempo Determinado
Ficha:700
Fonte Recurso:1.540
Valor:R$ 50.000,00

02- Executivo Municipal
02.04 -Secretaria Municipal de Educação
12.365.0007.2037 Assegurar a Remuneração do Pessoal Ativo e Encargos Sociais Creche
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil
Ficha:101
Fonte Recurso:1.540
Valor:R$ (-50.000,00)

Artigo 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Jorge Teixeira, 25 de Junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:2E11D469

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 10461/GAB/2024 25 DE JUNHO DE 2024 ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2024.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 10461/GAB/2024
25 de junho de 2024

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercicio financeiro de 2024.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA,no uso da atribuição que lhe confere oart. 28 da Lei Municipal n° 1.535, de 18 de dezembro de 2023 LDO Lei de Diretrizes Orçamentária.

D E C R E T A

Artigo 1º -Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 9.350/GAB/2023, de 05 de janeiro de 2023 (revogou Decreto Municipal nº 9342/GAB/2022 de 26 de dezembro de 2022)que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2023, nos termos deste Decreto.
Artigo 2º -A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.535/2023, de 18 de dezembro de 2023) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos d artigo 28 da Lei de Diretrizes Orçamentária (LeiMunicipal n° 1.535, de 18 de dezembro de 2023).
Artigo 3º -Alterar a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2024, no valor de**R$ 1.000,00 (mil reais) na unidade orçamentária: 02.04 Secretaria Municipal de Educação,**conforme abaixo descriminado:

02- Executivo Municipal
02.04 -Secretaria Municipal de Educação
12.365.0007.2113 Atender Servidores com Auxílio - Creche
3.3.90.48 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Ficha:697
Fonte Recurso:1.540
Valor:R$ 1.000,00

02- Executivo Municipal
02.04 -Secretaria Municipal de Educação
12.365.0007.2113 Atender Servidores com Auxílio - Creche

3.3.90.08 Outros Benefícios Assistenciais do Servidor
Ficha:698
Fonte Recurso:1.540
Valor:R$ (-1.000,00)

Artigo 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Jorge Teixeira, 25 de Junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
PrefeitoMunicipal

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:05936EEA

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 10462/GAB/2024 25 DE JUNHO DE 2024 ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2024.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 10462/GAB/2024
25 de junho de 2024

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercicio financeiro de 2024.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA,no uso da atribuição que lhe confere oart. 28 da Lei Municipal n° 1.535, de 18 de dezembro de 2023 LDO Lei de Diretrizes Orçamentária.

D E C R E T A

Artigo 1º -Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 9.350/GAB/2023, de 05 de janeiro de 2023 (revogou Decreto Municipal nº 9342/GAB/2022 de 26 de dezembro de 2022)que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2023, nos termos deste Decreto.
Artigo 2º -A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.535/2023, de 18 de dezembro de 2023) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos d artigo 28 da Lei de Diretrizes Orçamentária (LeiMunicipal n° 1.535, de 18 de dezembro de 2023).
Artigo 3º -Alterar a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2024, no valor de**R$ 3.000,00 (três mil reais) na unidade orçamentária: 02.04 Secretaria Municipal de Educação,**conforme abaixo descriminado:

02- Executivo Municipal
02.04 -Secretaria Municipal de Educação
12.365.0007.2113 Atender Servidores com Auxílio - Creche
3.3.90.48 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Ficha:697
Fonte Recurso:1.540
Valor:R$ 3.000,00

02- Executivo Municipal
02.04 -Secretaria Municipal de Educação
12.365.0007.2113 Atender Servidores com Auxílio - Creche
3.3.90.08 Outros Benefícios Assistenciais do Servidor
Ficha:696
Fonte Recurso:1.540
Valor:R$ (-3.000,00)

Artigo 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Jorge Teixeira, 25 de Junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
PrefeitoMunicipal

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:8970633C

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 10464/GAB/2024 25 DE JUNHO DE 2024 ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2024.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 10464/GAB/2024
25 de junho de 2024

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercicio financeiro de 2024.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA,no uso da atribuição que lhe confere oart. 28 da Lei Municipal n° 1.535, de 18 de dezembro de 2023 LDO Lei de Diretrizes Orçamentária.

D E C R E T A

Artigo 1º -Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 9.350/GAB/2023, de 05 de janeiro de 2023 (revogou Decreto Municipal nº 9342/GAB/2022 de 26 de dezembro de 2022)que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2023, nos termos deste Decreto.
Artigo 2º -A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.535/2023, de 18 de dezembro de 2023) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos d artigo 28 da Lei de Diretrizes Orçamentária (LeiMunicipal n° 1.535, de 18 de dezembro de 2023).
Artigo 3º -Alterar a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2024, no valor de**R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) na unidade orçamentária: 02.04 Secretaria Municipal de Educação,**conforme abaixo descriminado:

02- Executivo Municipal
02.04 -Secretaria Municipal de Educação
12.361.0007.2045 Atender Servidores com Auxílio - AEE
3.3.90.48 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Ficha:136
Fonte Recurso:1.540
Valor:R$ 1.200,00

02- Executivo Municipal
02.04 -Secretaria Municipal de Educação
12.361.0007.2045 Atender Servidores com Auxílio - AEE
3.3.90.08 Outros Benefícios Assistenciais do Servidor
Ficha:135
Fonte Recurso:1.540
Valor:R$ (-1.200,00)

Artigo 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Jorge Teixeira, 25 de Junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:0C92E683

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 10465/GAB/2024 DE 25 DE JUNHO DE 2024 DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SENHORA LUANA DAS NEVES NETO EM CARGO COMISSIONADO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 10465/GAB/2024
DE 25 de junho de 2024

Dispõe sobre**EXONERAÇÃO**da Senhora**LUANA DAS NEVES NETO**em CARGO COMISSIONADO, e contém outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, tendo em vista o disposto no Artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - EXONERAÇÃOda Senhora**LUANA DAS NEVES NETO,**CPF n°.703.***.***-30, no cargo comissionado Assessor Técnico Administrativo - CCVI , da Secretaria Municipal de Educação - SEMED do Município de Governador Jorge Teixeira - RO.

Art. 2º -Endereço da servidora: linha 621 km 63, Zona Rural do Município de Governador Jorge Teixeira/RO. (Cumprimento a Lei Municipal nº 432/GP/2008).

Art. 3º -Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação,**com efeitos a contar a partir do dia 01 de Julho de 2024**. Revogam-se as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO,aos 25 (vinte e cinco)dias do mês de junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:A4189DA2

GABINETE
DECISÃO N. º 02/2024

DECISÃO N. º 02/2024

Acolho na íntegra os argumentos expendidos peloParecer Jurídico 383 de 13/11/2023 (ID 148748), os quais adoto como razões de decidir. Destarte,decido considerar a anulação de todos e quaisquer débitos, desta forma solicito que seja dado baixa dos débitos que já alcançaram o período prescricional de 05 (cinco) anos, bem como, retirar quaisquer restrições do CPF da contribuinte junto aos órgãos de proteção ao credito, bem como, retirar toda e qualquer informações referente ao débito e do sistema da Prefeitura.

Governador Jorge Teixeira/ RO, 24 de junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:698C6A7B

GABINETE
DECISÃO Nº. 03/2024

DECISÃO Nº. 03/2024

Acolho na íntegra os argumentos expendidos peloParecer Jurídico 191 de 08/05/2024 (ID 194630), os quais adoto como razões de decidir. Destarte,decido considerar o parecer jurídico o qual consta que a servidora se encontra afastada de suas atividades sem remuneração para tratar de assuntos particular, ficando assim impossibilitada do direito conforme a solicitação da mesma.

Governador Jorge Teixeira/ RO, 24 de junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:2084EB09

GABINETE
DECISÃO Nº. 04/2024

DECISÃO Nº. 04/2024

Em conformidade aos argumentos expendidos peloDespacho Integrado 4 de 13/05/2024 (ID 196041)os quais adoto como razões de decidir o indeferimento do pedido da requerente, haja visto quenão fora contatado prova da pratica de desapropriação, posto que não consta nos autos prova dos fatos que justifique o pedido da requerente.

Governador Jorge Teixeira/ RO, 24 de junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:52DD074C

GABINETE
DECISÃO Nº. 05/2024

DECISÃO Nº. 05/2024

Em conformidade aos argumentos expendidos através doParecer Jurídico 236 de 12/06/2024 (ID 206325)os quais adoto como razões de decidir o**deferimento do pedido do requerente no que consiste ao reconhecimento da prescrição dos débitos referente aos IPTUs dos anos 2015, 2016, 2017 e 2018.**

Diante o exposto recomento ao setor de arrecadação que tome as devidas providencias, conforme solicitação dos itens A, B e C doParecer Jurídico 236 de 12/06/2024 (ID 206325).

Governador Jorge Teixeira/ RO, 25 de junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:CCA6DE53

GABINETE
1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°0045/GP/2024 PROCESSO N°96/2024 PREGÃO ELETRONICO N°0003/SUPEL/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1107/SUPEL/2022

1° TERMO ADITIVO AOCONTRATO N°0045/GP/2024
PROCESSO N°96/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº0003/SUPEL/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°1107/SUPEL/2022

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETODO TERMO ADITIVO:
O presenteTermo Aditivotem por objeto o aumento de 25% do valor contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO:
De acordo com oOfício pedido de aditivo - ml bezerra de 14/06/2024 (ID 207195)referente à solicitação de pedido de aditivo da secretaria,Documentos aceite de aditivo - ml bezerra de 14/06/2024 (ID 207197)da empresa,Despacho 388 de 14/06/2024 (ID 207200)da secretaria eParecer Jurídico 241 de 17/06/2024 (ID 207904),formaliza

- se oaditivo de valor em 25% com o valor total do acréscimo em R$ 1.397,62 (um mil, trezentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos),após o mesmo, o valor total do contrato que era de R$ 5.590,50 (cinco mil, quinhentos e noventa reais e cinquenta centavos), passa a vigorar em R$ 6.988,12 (seis mil, novecentos e oitenta e oito reais e doze centavos), de acordo com a legislação em vigor, que será empenhado conforme indicação orçamentária feita pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
5.1 Os recursos estão garantidos através de recursos sendo:
020400 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 365 0007 2036 0000 Assegurar a Manutenção Administrativa - Creche
Ficha 789
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO (art. 66):
Ficam inalteradas as demais cláusulas doContrato 0045 de 25/02/2024 (ID 174533), desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo,o qual deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Fica as partes, contratante e contratada, obrigadas a cumprir com todas as cláusulas e obrigações contratuais delegadas no contrato, inclusive a fiscalização do contrato, conforme delegado em portaria municipal.

O presente termo aditivo passa a vigorar a partir da data de sua assinatura.

Governador Jorge Teixeira/RO, 24 de junho de 2024.

Município de Governador Jorge Teixeira
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito
Contratante

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:B7734CE3

GABINETE
1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°0046/GP/2024 PROCESSO N°96/2024 PREGÃO ELETRONICO Nº0003/SUPEL/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1107/SUPEL/2022

1° TERMO ADITIVO AOCONTRATO N°0046/GP/2024
PROCESSO N°96/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº0003/SUPEL/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°1107/SUPEL/2022

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETODO TERMO ADITIVO:
O presenteTermo Aditivo tem por objeto o aumento de 25% do valor contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO:
De acordo com oDocumentos aceite de aditivo - ecolim de 14/06/2024 (ID 207192)da empresa,Despacho 388 de 14/06/2024 (ID 207200)da secretaria eParecer Jurídico 241 de 17/06/2024 (ID 207904),formaliza - se oaditivo de valor em 25% com o valor total do acréscimo em R$ 2.008,75 (dois mil, oito reais e setenta e cinco centavos),após o mesmo, o valor total do contrato que era de R$ 8.035,00 (oito mil e trinta e cinco reais), passa a vigorar em R$ 10.043,75 (dez mil, quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), de acordo com a legislação em vigor, que será empenhado conforme indicação orçamentária feita pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
5.1 Os recursos estão garantidos através de recursos sendo:
020400 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 365 0007 2036 0000 Assegurar a Manutenção Administrativa - Creche
Ficha 789
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO (art. 66):
Ficam inalteradas as demais cláusulas doContrato 0046 de 25/02/2024 (ID 174534), desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo,o qual deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Fica as partes, contratante e contratada, obrigadas a cumprir com todas as cláusulas e obrigações contratuais delegadas no contrato, inclusive a fiscalização do contrato, conforme delegado em portaria municipal.

O presente termo aditivo passa a vigorar a partir da data de sua assinatura.

Governador Jorge Teixeira/RO, 24 de junho de 2024.

Município de Governador Jorge Teixeira
GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito
Contratante

Publicado por:
Wanesa Silva Lima
Código Identificador:AA4FB75F

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 10466/GAB/2024 25 DE JUNHO DE 2024 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 10466/GAB/2024
25 de junho de 2024

Abre no orçamento vigenteCrédito Adicional Especial por Superávit Financeiro, na Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA,Estadode Rondônia,combasenosArtigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III daLeiFederalnº4.320,de17de março de 1964, e leis municipais correlatas.
Considerando o disposto no artigo 40° da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, segundo o qual são créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento;
Considerando o disposto no artigo 42° da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, segundo o qual os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto do executivo;
Considerando o disposto no artigo 43°, § 1º, inciso II da Lei nº4.320, de 17 de março de 1964, segundo o qual a abertura de crédito proceder-se-á com os recursos provenientes deExcesso de Arrecadação;
Considerando aLei 1630 de 25/06/2024 (ID 211490).

DECRETA
Art. 1º- Abre no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro, na importância**R$ 66.133,00 (sessenta e seis mil e cento e trinta e três reais)**na unidade orçamentáriaFundo Municipal de Saúde,de acordo com o art. 43º da Lei nº 4.320/64, distribuídos a seguinte dotação:

02.09.00 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0023.1189 Reprogramação de Saldos de Propostas ano: 2018 - 2021
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Ficha: 967
F.R: 2.601
Valor: R$ 66.133,00

Art. 2º- Servirá de recursos para cobertura dos créditos que trata o art. 1º, os decorrentes na forma do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os provenientes de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
Art. 3º-Considerando o aprimoramento da estrutura das naturezas de receita e despesa fica o poder executivo municipal autorizado a incluir e alterar o Plano Plurianual PPA Lei nº. 1.176/2021, bem como priorizar a execução na Lei de Diretrizes Orçamentária LDO Lei nº.1.535/2023.
§ 1º -Ficam alterados os seguintes Anexos do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022 a 2025.
Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
§ 2º -Ficam alterados os anexos de Metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de**2024**.
Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO I
JUSTIFICATIVA

Os recursos serão utilizados de acordo com as dotações orçamentárias descritas e são de imperiosa necessidade ao desempenho da referida pasta.
ConsiderandoComunicação Interna 204 de 21/06/2024 (ID 210121),Extrato Disp. Financ de 21/06/2024 (ID 210178),Nota Técnica 02/2024 de 21/06/2024 (ID 210179)eLei Complementar 205/2024 de 21/06/2024 (ID 210180).
Considerando que a suplementação será destinada para acobertar as despesas com Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil.
Assim, encaminhamos a presente medida para análise desse Colendo Poder Legislativo Municipal.
ANEXO II
MEMÓRIA DE CÁLCULO

Quadro para Solicitação de Créditos Adicionais

PA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALOR SUPLEMENTAR
0023.1189	3.1.90.11	01.601	R$ 66.133,00

Memória de Cálculo de Superávit Financeiro

FONTE DE RECEITA	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2023	RESTOS A PAGAR 2023	SUPERÁVIT FINANCEIRO
02.601	R$: 66.133,00	R$:0,00	R$:66.133,00

Governador Jorge Teixeira/RO, 25 de junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:11EF5688

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 10466/GAB/2024 25 DE JUNHO DE 2024 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔN

DECRETO MUNICIPAL Nº. 10467/GAB/2024
25 de junho de 2024

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar proveniente de anulação de dotação orçamentária .

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA,Estadode Rondônia, com base nosArtigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da LeiFederal nº4.320,de17de março de 1964, e leis municipais correlatas.
Considerando o disposto no artigo 40 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento;
Considerando o disposto no artigo 41, inciso I da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos adicionais suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
Considerando o disposto no artigo 42° da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;
Considerando o disposto no artigo 43°, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abertura de crédito proceder-se-á com os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
Considerando o disposto no artigo 6°, inciso III da Lei Municipal nº 1.533, de 14 de dezembro de 2023, - Lei Orçamentária Anual.

D E C R E T A:

Artigo 1º-Abre no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar por Anulação Parcial de dotação orçamentária no valor de**R$ 143.000,00 (cento e quarenta e tres mil reais)**,na unidade orçamentária a seguir, de acordo com a Lei Municipal nº 1.533, de 14 de dezembro de 2023 (Lei Orçamentária Anual) distribuídos a seguinte dotação:

SUPLEMENTAÇÃO (+):_____R$ 143.000,00

02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
12.361.0007.2042 Assegurar a Remuneração do Pessoal Ativo e Encargos Sociais Ensino Fundamental
3.1.90.16 Outras Despesas Variáveis Pessoa Civil
Ficha: 483
F.R: 1.540
Valor; R$ 50.000,00

02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
12.361.0007.2043 Atender Servidores com Auxílios Ensino Fundamental
3.1.90.04 Contratação por Tempo Determinado
Ficha: 694
F.R: 1.540
Valor; R$ 90.000,00

02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
12.365.0007.2040 Atender Servidores com Auxílios - EJA
3.3.90.48 Outras Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Ficha: 114
F.R: 1.540
Valor; R$ 3.000,00

Artigo 2° -O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária, fonte de recursos 001.540 Transferências do FUNDEB Imposto e transferencias de Impostos (Exerc.Corrente).

ANULAÇÃO (-):_____R$ (143.000,00)

02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
12.365.0007.2034 Assegurar a Remuneração do Pessoal
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil
Ficha: 663
F.R: 1.540
Valor: R$ (50.000,00)

02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
12.365.0007.2034 Assegurar a Remuneração do Pessoal
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil
Ficha: 663
F.R: 1.540
Valor: R$ (90.000,00)

02.04.00 Secretaria Municipal de Educação
12.361.0007.2043 Atender Servidores com Auxílios Ensino Fundamental
3.3.90.08 Outros Beneficios Assistenciais do Servidor
Ficha: 129
F.R: 1.540

Valor: R$ (3.000,00)

Artigo 3º- Os créditos abertos neste Decreto obedecerão ao disposto no artigo 43 da 4.320/64.
Artigo 4º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
JUSTIFICATIVA

Para pagamento de folha dos servidores da secretaria municipal de educação.
Diante do exposto jusfica-se a abertura do crédito adicional suplementar proveniente de anulação, conforme Lei nº 4.320/64, autorizado através da Lei Municipal nº 1.533, de 14 de dezembro de 2023.

ANEXO II
MEMÓRIA DE CÁLCULO

PA	Elemento de Despesa	Fonte	Valor a Reduzir	Valor a Suplementar
0007.2042	3.1.90.16	1.540		R$: 50.000,00
0007.2043	3.1.90.04	1.540		R$: 90.000,00
0007.2040	3.3.90.48	1.540		R$: 3.000,00
0007.2034	3.1.90.11	1.540	R$: (50.000,00)	
0007.2034	3.1.90.11	1.540	R$: (90.000,00)	
0007.2043	3.3.90.08	1.540	R$: (3.000,00)	
TOTAL			**R$: (143.000,00)**	**R$: 143.000,00**

Governador Jorge Teixeira, 25 de Junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:1B28993F

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 10468/GAB/2024 25 DE JUNHO DE 2024 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 10468/GAB/2024
25 de junho de 2024

Abre no orçamento vigenteCrédito Adicional Especial por Anulação de Dotação, na Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA,Estadode Rondônia,combasenosArtigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III daLeiFederalnº4.320,de17de março de 1964, e leis municipais correlatas.
Considerando o disposto no artigo 40° da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, segundo o qual são créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento;
Considerando o disposto no artigo 42° da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, segundo o qual os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto do executivo;
Considerando o disposto no artigo 43°, § 1º, inciso II da Lei nº4.320, de 17 de março de 1964, segundo o qual a abertura de crédito proceder-se-á com os recursos provenientes deExcesso de Arrecadação;
Considerando aLei 1631 de 25/06/2024 (ID 211500).

DECRETA
Art. 1º- Abre no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação, na importância**R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)**na unidade orçamentáriaFundo Municipal de Saúde,de acordo com o art. 43º da Lei nº 4.320/64, distribuídos a seguinte dotação:

SUPLEMENTAÇÃO (+):_____R$ 220.000,00

02 -Executivo Municipal
02.09 - Fundo Municipal de Saúde

10.302.0023.1197 Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Especializada à Saúde - Portaria GM/MS nº 3.590
3.3.90.36 Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Física
Ficha: 968
Fonte de Recurso: 1.600
Valor: R$ 100.000,00

02 -Executivo Municipal
02.09 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0023.1195 Incremento Temporário Atenção Básica
3.3.90.36 Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Física
Ficha: 969
Fonte de Recurso: 1.600
Valor: R$ 120.000,00

ANULAÇÃO (-):_____R$ (200.000,00)

02 -Executivo Municipal
02.09 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0023.1197 Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Especializada à Saúde - Portaria GM/MS nº 3.590
3.3.90.30 Material de Consumo
Ficha: 918
Fonte de Recurso: 1.600
Valor: R$ 70.000,00

02 -Executivo Municipal
02.09 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0023.1197 Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Especializada à Saúde - Portaria GM/MS nº 3.590
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica
Ficha: 919
Fonte de Recurso: 1.600
Valor: R$ 30.000,00

02 -Executivo Municipal
02.09 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0023.1195 Incremento Temporário Atenção Básica
3.3.90.30 Material de Consumo
Ficha: 941
Fonte de Recurso: 1.600
Valor: R$ 120.000,00

Art. 2º- Servirá de recursos para cobertura dos créditos que trata o art. 1º, os decorrentes na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.
Art. 3º-Considerando o aprimoramento da estrutura das naturezas de receita e despesa fica o poder executivo municipal autorizado a incluir e alterar o Plano Plurianual PPA Lei nº. 1.176/2021, bem como priorizar a execução na Lei de Diretrizes Orçamentária LDO Lei nº.1.535/2023.
§ 1º -Ficam alterados os seguintes Anexos do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022 a 2025.
Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
§ 2º -Ficam alterados os anexos de Metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de**2024**.
Anexo III Programas (Finalísticos e Governo).
Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO I
JUSTIFICATIVA

Os recursos serão utilizados de acordo com as dotações orçamentárias descritas e são de imperiosa necessidade ao desempenho da referida pasta.
ConsiderandoComunicação Interna 205 de 24/06/2024 (ID 210801)- no qual justifica que a adequação orçamentaria é necessária para

pagamentos de Plantões Médicos realizados nas Unidades de Saúde e Hospital Municipal.

ANEXO II
MEMÓRIA DE CÁLCULO

Quadro para Solicitação de Créditos Adicionais

PA	Elemento de Despesa	Fonte	Valor a Reduzir	Valor a Suplementar
0023.1197	3.3.90.36	1.600		R$: 100.000,00
0023.1197	3.3.90.30	1.600	R$: (70.000,00)	
0023.1197	3.3.90.39	1.600	R$: (30.000,00)	
0023.1195	3.3.90.36	1.600		R$: 120.000,00
0023.1195	3.3.90.30	1.600	R$: (120.000,00)	
TOTAL			**R$: (220.000,00)**	**R$: 220.000,00**

Governador Jorge Teixeira/RO, 25 de junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:D364C305

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 10469/GAB/2024 25 DE JUNHO DE 2024 ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 10469/GAB/2024
25 de junho de 2024

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2024.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA,no uso da atribuição que lhe confere oart. 28 da Lei Municipal n° 1.535, de 18 de dezembro de 2023 LDO Lei de Diretrizes Orçamentária.

D E C R E T A

Artigo 1º -Fica alterado a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados no Decreto 9.350/GAB/2023, de 05 de janeiro de 2023 (revogou Decreto Municipal nº 9342/GAB/2022 de 26 de dezembro de 2022)que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício de 2023, nos termos deste Decreto.
Artigo 2º -A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Orçamento Anual (Lei Municipal nº 1.535/2023, de 18 de dezembro de 2023) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados, nos termos d artigo 28 da Lei de Diretrizes Orçamentária (LeiMunicipal n° 1.535, de 18 de dezembro de 2023).
Artigo 3º -Alterar a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2024, no valor de**R$ 100.000,00 (cem mil reais)**na unidade orçamentária: **02.03 Secretaria Municipal de Administração,**conforme abaixo descriminado:

02- Executivo Municipal
02.03 - Secretaria Municipal de Administração
04.122.0006.2021 Assegurar a Remuneração e Pessoal Ativo e Encargos Sociais
3.1.90.04 Contratação por Tempo Determinado
Ficha: 470
Fonte Recurso: 1.500
Valor: R$ 100.000,00

02- Executivo Municipal
02.03 - Secretaria Municipal de Administração
04.122.0006.2021 Assegurar a Remuneração e Pessoal Ativo e Encargos Sociais
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Ficha: 57
Fonte Recurso: 1.500
Valor: R$ (-100.000,00)

Artigo 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Jorge Teixeira, 25 de Junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
PrefeitoMunicipal

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:EA07D62C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 15.897GAB.PREF/2024

Abre Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município do exercício financeiro de 2024.

MARINICE GRANEMANN, PREFEITA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, usando de suas prerrogativas e atribuições, contidas no artigo 58 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta na**Lei nº 2.751/GAB/PREF/23**, Artigo 9º parágrafo 1º.

D E C R E T A

Art. 1º- Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município, no exercício de 2024, no valor de**R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)**, referente a solicitação da**COORDENADORIA GERAL MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-COMAD**. Em conformidade com que preceitua a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

SUPLEMENTAR

0206		COORDENADORIA GERAL MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
04.122.0004.0011.0000		**Manutenção das Atividades da COMAD**		
4.4.90.51.00	0.1.501	Obras e Instalações	F-092	R$ 280.000,00
TOTAL				**R$ 280.000,00**

Art. 2º- O crédito aberto por essa Lei será coberto com recursos provenientes anulação parcial da dotação a seguir indicada, conforme autorizado pelo artigo 43 § 1°, III da Lei Federal 4320/64.

ANULAR

0208		COORDENADORIA GERAL MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO-COMPLA		
04.121.0006.0018.0000		**Contra Partida de Convênios**		
4.4.90.51.00	0.1.500	Obras e Instalações	F-186	R$ 280.000,00
TOTAL				**R$ 280.000,00**

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Palácio Pérola do Mamoré, 25 de junho de 2024.

MARINICE GRANEMANN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Antonio Laureano Neto
Código Identificador:42DD20FE

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO 10/2024 PROCESSO Nº 1313/2024

CARONA - Ata de Registro de Preços Aquisição de impressoras

SEMSAU

MARINICE GRANEMANN, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, e conforme as informações constantes do Processo nº 1313/2024 e conforme Parecer Jurídico de nº 588/2024,Ata de Registro de Preços nº 19/SLC/2024, do Pregão Eletrônico nº 90006/2024,referente a**Aquisição de impressoras para atender demanda dos Setores da Atenção Básica**da Secretaria Municipal de Saúde,**HOMOLOGO**,em favorda empresaREPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº65.149.197/0001-70, no valor de**R$52.320,00**(cinquenta e dois mil e trezentos e vinte reais).

Palácio Pérola do Mamoré, 24 de junho de 2024.

MARINICE GRANEMANN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Valbilene Tavares de Oliveira
Código Identificador:A0E2ACCA

INSTITUTO DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES MUNICPAIS DE GUAJARÁ-MIRIM - IPREGUAM
EXTRATO DO CONTRATO Nº01/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº01/2024
CELEBRAÇÃO 17/06/2024

PARTES: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GUAJARÁ-MIRIM - IPREGUAM, CARLOS JORGE LEAL E LAVINIA LEÃO COELHO JORGE LEAL
OBJETO: Contrato de locação de imóvel, para estabelecimento da sede do IPREGUAM.
PRAZO DO CONTRATO: os serviços serão contratados pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observando os limites expostos na Lei nº. 8.666/93, e desde justificado pela autoridade competente.
VALOR: O valor total de R$ 9.000,00 (nove milreais), com pagamentos mensais até 10º (décimo) dia útil subsequente a que corresponder aos serviços prestados depois de constatado a regularidade na execução dos serviços mediante a apresentação de comprovante do serviço prestado.

FONTE DO RECURSO:
ÓRGÃO - IPREGUAM
PROJ.ATIV.0133 MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO IPREGUAM.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOAFÍSICA.
NOTA DE EMPENHO: Nº 117
PROCESSO Nº.26/2023.

Guajará-Mirim (RO), 25de Junho de 2024.

DOUGLAS DAGOBERTO PAULA
Diretor Executivo do IPREGUAM
Decreto nº 14.095/GAB/-PREF/22

Publicado por:
Adriano Moura Silva
Código Identificador:5FE82C14

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 077/GAB-SEMED/24 GUAJARÁ-MIRIM, 25 DE JUNHO DE 2024.

Autoriza servidor a dirigir veículo oficial e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Educação do Município de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 14.055/GAB-PREF/22, de 17 de fevereiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor **CARLOS KLEBER CLARA DA SILVA** lotado na AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS, subdivisão da Secretaria Municipal de Educação-SEMED, CPF: 317.002.682-87, Cadastro nº. 51152-1, a dirigir o veículo VW Voyage, 1,6L MB5, Placa QTI 4810/RO e o veículo Mitsubishi L200-Triton, Placa NBU 2196/RO, pertencente à frota oficial desta Secretaria Municipal de Educação de Guajará-Mirim – SEMED, por tempo indeterminado, tendo em vista, não haver no momento, outro servidor para atender as demandas institucionais desta Secretaria.

Art. 2º Aplicar-se-ão ao servidor autorizado, todas as implicações legais e normativas pertinentes ao dever de manutenção e integridade do veículo, quanto à responsabilidade civil, penal e administrativa pelo uso, guarda e conservação do veículo, sendo passível de responsabilização por qualquer ato de imprudência, imperícia ou negligência e pelos danos ao veículo e a terceiros, devendo, em caso de dolo comprovado, arcar com a responsabilidade pelas multas ou outras penalidades que desses atos advirem.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, sendo revogada a **Portaria nº171/GAB/SEMED/2023**.

PROFA. ANA NETE AZEVEDO DANTAS
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 14.055/GAB-PREF/2022

Publicado por:
Joaquim Antônio Silva Santos
Código Identificador:AA27F73A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 1044-DIÁRIA- SUZANNE HERCÍLIA A ESTRADA

Portaria nº 1044/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 21 de Maio de 2024.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para a servidora: SUZANNE HERCÍLIA ASSIS ESTRADA, e dá outras providências.

Artigo 1º.A Secretária Municipal de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 15.311/GAB/PREF/24**,** torna-se pública a concessão de 11 (Onze) diárias de ½ no valor unitário de R$ 38,00 (Trinta e Oito Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 418,00** (**Quatrocentos e Dezoito Reais**) na função: **TÉCNICA EM ENFERMAGEM**.
Artigo 2º.As referidas diárias serão concedidas para a mesma deslocar-se até a **ZONA RURAL** e **ÁREA RIBEIRINHA,** nas seguintes localidades: Bom Sossego KM 50 e 7ª Linha do Bom Sossego; Comara I; Ramal Assembleia de Deus; Visitas Domiciliares (Comara I e II do Ramal Sol Sol); Cachoeirinha KM 70; Ramal Olho D' Água; Ramal do Seringueiro; Ramal do Pompeu; Ramal Nova União, nos dias **07, 08, 09, 14, 15, 16, 21, 22, 23, 28 e 29/05/2024,** onde a mesma irá "realizar Atendimentos e Ações de Saúde, junto a Equipe da Estratégia Saúde da Família". PAB FIXO. Ficha 233.
Artigo 3º.A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

MARLENE ALVES DOS SANTOS LEITE
Secretária Municipal de Saúde
Decreto N°15.311/GB-PREF/2024

Publicado por:
Solange Rocha da Silva
Código Identificador:83DB11B4

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 015/2024 - RETIFICAÇÃO

Espécie: Dispensa de Licitação com fundamento no art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021;

Processo Administrativo nº: 698-08/2024.
FORNECEDOR: B CATARINE DA SILVA NOVAIS LTDA
CNPJ Nº: 36.965.618/0001-33
ENDEREÇO: AV. CANAÃ, 2231, SALA A, SETOR 01, Ariquemes/RO. CEP: 76870405.
Objeto: Contrataçãode Empresa Especializada na Prestação de Serviços Relativos à Emissão de Passagens Aéreas de Ida e Volta no Trecho: PORTO VELHO/RO X SÃO PAULO/SP X PORTO VELHO/RO, compreendendo a reserva, emissão, marcação e entrega.

Onde se lê
VALOR R$: 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Leia-se
VALOR R$: 10.499,99 (dez mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Itapuã do Oeste/RO, 25de junhode 2024.

ELIEZER BATISTA DA SILVA JÚNIOR
Comissão de Contratação
Portaria N.º 210/GAB-PMIO/2024

Publicado por:
Eliezer Batista da Silva Junior
Código Identificador:C9362662

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 254/GAB-PMIO/2024 ITAPUÃ DO OESTE/RO, 25 DE JUNHO DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE - RO,no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso Vl doartigo 65 da Lei Orgânica Municipalcom base na Lei nº 073 de 06 de junho de 2001, que trata da aplicação e comprovação de Suprimento de Fundos;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adiantamento no valor de R$**800,00**(Oitocentos Reais), para aquisição de material de consumo em favor do Senhor**Moisés Garcia Cavalheiro**, conforme Lei Municipal nº 073/2001.

Art. 2º A Natureza da Despesa correrá por conta da seguinte programação orçamentaria:

Ficha: 018
04.122.0002.0002 Custeio das Ativ. Operacionais e Administrativas
3.3.90.30 Materiais de Consumo
02.02- Gabinete do Prefeito

Art. 3ºA aplicação dos recursos deverá atender as despesas previstas no artigo 8º da Lei Municipal nº 073/2021, com o prazo de 60 (sessenta) dias para aplicação do recurso a partir do recebimento e 10 (dez) dias para prestação de contas, na forma do Anexo I da referida lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 25 de junho de 2024.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se!
Publique-se!

E Cumpra-se!

MOISES GARCIA CAVALHEIRO
Chefe do Poder Executivo Municipal

Publicado por:
Lucélia Maria Batista
Código Identificador:F170E245

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 244/GAB-PMIO/2024 ITAPUÃ DO OESTE/RO, 06 DE JUNHO DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE - RO,no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso Vl doartigo 65 da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no art. 136 da Lei Complementar nº 127, de 30 de abril de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de **90 (noventa) dias** no período de **10/06/2024 a 07/09/2024**, para o servidor **Lucimarco Rodrigues,** matricula nº 167, ocupante do cargo efetivo de Professor Magisterio - 40H, subordinado ao Gabinete Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogando as disposições em contrário.

Registre-se!
Publique-se!

E Cumpra-se!

MOISES GARCIA CAVALHEIRO
Chefe do Poder Executivo Municipal

Publicado por:
Lucélia Maria Batista
Código Identificador:ECC7610A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE-RO
AVISO DE RESULTADO DISPENSA Nº 003/CMMDO/2024

AVISO DE RESULTADO
DISPENSA Nº 003/CMMDO/2024

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE - RO, por meio de seu Agente de Contratação nomeado pela Portaria Nº 014/2024, torna público o resultado da Dispensa de Licitação nº 003/CMMDO/2024. Objeto: Aquisição de Certificado Digital E-CPF A3 para atender as necessidades desta Câmara Municipal de Vereadores de Machadinho D'Oeste - RO, conforme Processo Administrativo nº 47/2024. Tendo sido declarada como VENCEDORA a empresa abaixo:

IDEAL GESTÃO EMPRESARIAL LTDA
CNPJ:20.378.385/0001-32
Item: Certificado Digital E-CPF A3
Valor:R$ 230,00 (duzentos e trinta reais)

Machadinho D'Oeste - RO, 26 de junho de 2024.

DIEGO PITER DE ABREU
Agente de Contratação
Portaria 14/2024
Departamento de Compras e Licitações
Câmara Municipal de Machadinho D'Oeste - CMMDO

Publicado por:
Filipe da Silva Oliveira
Código Identificador:09AEC224

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO ESCOLA E.M.E.F VISCONDE DO RIO BRANCO

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato no 003 de 20/05/2024,
Processo: 003/2024.
Contratante: CONSELHO ESCOLAR DA EMEF VISCONDE DO RIO BRANCO.
Contratada: R COSTA SANTOS LTDA CNPJ/ sob o no **52.611.889/0001-45**.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS, conf. Mem. nº 090/2024, termo de referência e docs anexos, atendendo as necessidades da EMEF Visconde do Rio Branco,
Valor: R$: R$ **3.698,35 (Três mil seiscentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos) Dotação Orçamentária**: A despesa com a execução do presente serviço correrá, no presente exercício, por conta da Dotação Orçamentária conforme a seguir:
l - Unidade Orçamentária: EMEF Visconde do Rio Branco ll - Classificação Funcional: (12.306.0014.2033.0000)
lll - Ficha: 204
IV- Elemento de Despesa: (3.3.50.43.00);
V -Valor: **R$:** R$ **3.698,35 (Três mil seiscentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos).**
VI - Fonte de Recursos: Recurso Federal/PNAE (Programa Nascional de Alimentação Escolar)
VII - Processo no: 03/2024.

Vigência: O presente contrato terá sua vigência pelo prazo 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante requerimento escrito justificando os motivos da prorrogação, nos termos do 111, da Lei Federal no. 14.133/2021.
Município de Machadinho D'Oeste RO, 25 de maio de 2024.

MARIA DA PENHA COELHO
Presidente do Conselho do Conselho Escolar

ROMARIO COSTA SANTOS
Gerente Comercial

Publicado por:
Samara Raquel Kuss de Souza
Código Identificador:2B9237A7

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO ESCOLA E.P.M.E.I.E.F. ONOFRE DIAS LOPES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n 003 de 22/05/2024. Processo: 003/2024 Contratante: CONSELHO ESCOLAR DA E.P.M.E.I.E.F. ONOFRE DIAS LOPES Contratada: R COSTA SANTOS LTDA CNPJ/MF sob o n° 52.611.889/0001-47.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, conf, Mem. n"365/2023, termo de referência e docs anexos, atendendo as necessidades da E.P.M.E.I.E.F. ONOFRE DIAS LOPES
Valor: R$: 22.204,63 (Vinte e nove mil e catorze reais e noventa e sels centavos).
Dotação Orçamentária: A despesa com a execução do presente serviço correrá, no presente exercício, por conta da Dotação Orçamentária conforme a seguir:
Unidade Orçamentária: E.P.M.E,I.E.F. ONOFRE DIAS LOPES
Classificação Funcional: (12.306.0014.2033.0000)
Ficha: 197 e 206
Elemento de Despesa: (3.3.50.43.00):
Valor; R$ 22.204,63 (Vinte e nove mil e catorze reais e noventa e seis centavos).
VI- Fonte de Recursos: Recurso Prório/PMAE (Programa Municipal de Alimentação Escolar) Vll-Processo n: 003/2024.
Vigência: O presente contrato terá sua vigência pelo prazo 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante requerimento escrito justificando os motivos da prorrogação, nos termos do 111, da Lei Federal n°, 14.133/2021.

MÁRCIA CONCEICÃO DE MOURA
Presidente do Conselho Escolar

ROMARIO COSTA SANTOS
Gerente Comercial

Publicado por:
Samara Raquel Kuss de Souza
Código Identificador:BDA2DA29

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE INDICIAÇÃO

TERMO DE INDICIAÇÃO

(Art. 182, da Lei. Mun. 820/2007).

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº43/2023 de 16 de Janeiro de 2023 após ultimar a coleta de todas as provas hábeis à formação de seu convencimento, encerrado a fase de instrução processual, decide por**INDICIAR**o(a) servidor(a):
1) Ovídio de Souza Silva Filho, brasileiro(a), maior e capaz, ex-servidor portariado, Matricula nº49725, conforme a irregularidade, o conjunto probatório, atos e fatos a seguir elencados:

a)**IRREGULARIDADE**: Quanto fatos em que se determinaram a apuração através da Portaria nº420/2019, fl.02, acostada aos autos, os documentos pertinentes ao PAD 2856/2019: Ofício 219/2019/GAB/TIT, pertinente a IPL 361/2019, fl.03, conta o ofício 004/2019 fl.04, e Histórico Escolar fls. 36, que comprovam que o indiciado apresentou documento escolar inverídico o que configura o que prevê o art. 56, Incisos I e IV da Lei Municipal nº820/2007, onde dispõe que:

Art. 56 - A demissão será aplicada nos seguintes casos:
I.Crime contra a administração pública;
(OMISSIS)
IV. Improbidade Administrativa

b)**IRREGULARIDADE**: A apresentação do documento inverídico configurou também o que prevê o artigo 299 do código penal:

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: (OMISSIS)

Assim, feita a análise do conjunto probatório, dos atos praticados e suas consequentes subsunções aos teores das normas reputadas por violadas, acham-se os autos em condições de obter vista do indiciado, que deverá ser imediatamente citado para apresentar defesa escrita no prazo de 10(dez) dias, na forma do §2º do art.182 da Lei Municipal nº820/2007.

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente por**DOUGLAS MIQUEL DE QUEIROZ**,**PRESIDENTE CPAD**, em 19/06/2024 às 12:15, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

Documento assinado eletronicamente por**JOAO CARLOS DOS SANTOS**,**MEMBRO PAD**, em 19/06/2024 às 12:34, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

Documento assinado eletronicamente por**ADRIANA DE SOUZA FIGUEIRÊDO**,**MEMBRO - PAD**, em 19/06/2024 às 13:02, horário

de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

Documento assinado eletronicamente por**MARCIA SIQUEIRA MATHEUS**,**MEMBRO PAD**, em 19/06/2024 às 14:55, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**579230**e o código verificador**93F9BE34**.

Publicado por:
Meire Regiane Cândida de Oliveira
Código Identificador:7359D83A

GABINETE DO PREFEITO
CITAÇÃO

CITAÇÃO

(Art. 182, §1º, da Lei. Mun. 820/2007).

AO SENHOR OVÍDIO DE SOUZA SILVA FILHO

Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria n°043/2023, constituída para ultimar os trabalhos das irregularidades constantes no Processo Administrativo Disciplinar, encerrada a fase de instrução do processo nº2856/2019, fulcro no art. 182, §1º da Lei Municipal nº820/2007, fica Vossa Senhoria**CITADO,**para**no prazo de 10(dez) dias**, apresentar**defesa escrita**no referido processo, deverá ser encaminhada preferencialmente para o e-mail prefeitura.pad.mdo@hotmail.com permanecendo os autos à sua disposição para eventual obtenção de vista, na sala da Comissão de PAD, no prédio da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Castelo Branco, nº3150, bairro Centro, Machadinho d'Oeste-RO, nos dias úteis, das 7horas e 30minuto as 13horas e 30minutos ou podendo ser encaminhada por e-mail.
Em anexo, segue cópia integral do termo de indiciação.

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73
Documento assinado eletronicamente por**DOUGLAS MIQUEL DE QUEIROZ**,**PRESIDENTE CPAD**, em 19/06/2024 às 13:08, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**580181**e o código verificador**85A88050**.

Publicado por:
Meire Regiane Cândida de Oliveira
Código Identificador:3378FC23

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº:2227/2024.

PROCESSO Nº:2227/2024.
CLASSE:Concurso Leiteiro.
NOME: Secretaria MunicipalDe Agricultura.

Prefeitura Municipalde MachadinhoD'Oeste-RO.
Publicado no Portal de Transparência do Município.
conforme Lei Municipal nº1.858/2019.
https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/

HOMOLOGAÇÃO:

O Prefeito Municipal de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

"HOMOLOGAR E ADJUDICAR"o Processo nº2227/2024,que tem como objeto,**PAGAMENTO DE PREMIAÇÃO DO 20º CONCURSO LEITEIRO DA AAMA (ESTADUAL),**em favor daSecretaria Municipal De Agricultura, no valor R$ 20.000,00 (vinte mil reais),de acordo com o Parecer Jurídico(ID 579717)eRelatório de Análise Processual(ID 581698).

Publique-se,
Registre-se.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 24/06/2024 às 13:02, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**582352**e o código verificador**C8DAFF46**.

Publicado por:
Meire Regiane Cândida de Oliveira
Código Identificador:84DCE564

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº:2243/2024.

PROCESSO Nº:2243/2024.
CLASSE: Rescisão Contratual.
NOME: Mirkali Amaral Ferreira

Prefeitura MunicipaldeMachadinhoD'Oeste/RO.
Publicado no Portal de Transparência do Município. conforme Lei Municipal nº1.858/2019.
https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/

HOMOLOGAÇÃO:

O Prefeito Municipal de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

"HOMOLOGAR" o Processo Nº2243/2024, referente à **RESCISÃO CONTRATUAL** de **MIRKALI AMARAL FERREIRA,** de acordo com o Relatório de Análise Processual(ID 581995).

Publique-se,
Cumpre-se,
Arquive-se.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 24/06/2024 às 13:02, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**582345**e o código verificador**06429429**.

Publicado por:
Meire Regiane Cândida de Oliveira
Código Identificador:5D72259D

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº:2311/2024.

PROCESSO Nº:2311/2024.
CLASSE: Afastamentopor motivo de doença em pessoa da família.
NOME: Maria Valdelice da Silva Ferreira

Prefeitura Municipalde MachadinhoD'Oeste-RO.
Publicado no Portal de Transparência do Município.
conforme Lei Municipal nº1.858/2019.
https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br/

DECISÃO:

O Prefeito Municipal de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

"DEFERIR" o Processo nº2311/2024, referente a **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA,** solicitado pela servidora **MARIA VALDELICE DA SILVA FERREIRA**, de acordo com o requerimento(ID 582286).

Publique-se,
Cumpre-se,
Arquive-se.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 24/06/2024 às 13:03, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**582712**e o código verificador**23B6E86B**.

Publicado por:
Meire Regiane Cândida de Oliveira
Código Identificador:36BFCBB1

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO:2071/2024.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EXTRATO DO CONTRATO

Nº DO CONTRATO:212/2024 de 18/06/2024
PROCESSO:2071/2024.
OBJETO DO CONTRATO:
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, ATRAVÉS DA ARP
Nº 10/2024, DERIVADA DO P.E. Nº 05/2024, DO
PROC. Nº 3226/2023, CONF. MEM. Nº 211/2024,
TERMO DE REFERÊNCIA E DOCS ANEXOS E DOCUMENTOS ANEXOS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHOD'OESTE/RO- SECRETARIA MUNICIPALDE GABINETE.
CONTRATADO:MARCOS ALEXANDRE MANSAM ELETRODOMESTICOS;
CNPJ DO CONTRATADO:04.320.122/0001-16;
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:19/06/2024**.**
VIGÊNCIA:12 (DOZE) MESES.
CLASSIFICAÇÃOFUNCIONAL:04.122.0002.2002.0000
(MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE);
VALOR DO TERMO ADITIVO: R$. 12.720,00(doze mil e setecentos e vinte reais)
ELEMENTO DE DESPESA:4.4.90.52.00
(Equipamentos e Material Permanente);
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:SECRETARIA MUNICIPALDE GABINETE
MACHADINHO D'OESTE/RO, 25 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 25/06/2024 às 10:35, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**583610**e o código verificador**D2706C4A**.

Publicado por:
Meire Regiane Cândida de Oliveira
Código Identificador:2E1361CD

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO:2071/2024.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EXTRATO DO CONTRATO

Nº DO CONTRATO:213/2024 de 18/06/2024
PROCESSO:2071/2024.
OBJETO DO CONTRATO:
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, ATRAVÉS DA ARP
Nº 10/2024, DERIVADA DO P.E. Nº 05/2024, DO
PROC. Nº 3226/2023, CONF. MEM. Nº 211/2024,
TERMO DE REFERÊNCIA E DOCS ANEXOS E DOCUMENTOS ANEXOS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHOD'OESTE/RO- SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE.
CONTRATADO:A. PAZINATO MARINGA ME;
CNPJ DO CONTRATADO:04.352.905/0001-81;
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:19/06/2024**.**
VIGÊNCIA:12 (DOZE) MESES.
CLASSIFICAÇÃOFUNCIONAL:04.122.0002.2002.0000
(MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE);
VALOR DO TERMO ADITIVO: R$ 10.108,60
(dez mil, cento e oito reais e sessenta centavos)
ELEMENTO DE DESPESA:4.4.90.52.00
(Equipamentos e Material Permanente);
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:SECRETARIA MUNICIPALDEGABINETE.
MACHADINHO D'OESTE/RO, 25 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 25/06/2024 às 10:35, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**583733**e o código verificador**79569728**.

Publicado por:
Meire Regiane Cândida de Oliveira
Código Identificador:860DB611

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO:2071/2024.

EXTRATO DO CONTRATO

Nº DO CONTRATO:214/2024 de 18/06/2024
PROCESSO:2071/2024.
OBJETO DO CONTRATO:
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, ATRAVÉS DA ARP
Nº 10/2024, DERIVADA DO P.E. Nº 05/2024, DO
PROC. Nº 3226/2023, CONF. MEM. Nº 211/2024,
TERMO DE REFERÊNCIA E DOCS ANEXOS E DOCUMENTOS ANEXOS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHOD'OESTE/RO- SECRETARIA MUNICIPALDE GABINETE.
CONTRATADO:RR COMERCIO DE ELETROELETRONICOS EIRELI;
CNPJ DO CONTRATADO:42.036.849/0001-65;
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:19/06/2024**.**
VIGÊNCIA:12 (DOZE) MESES.
CLASSIFICAÇÃOFUNCIONAL:04.122.0002.2002.0000
(MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE);
VALOR DO TERMO ADITIVO: R$ 5.986,00
(cinco mil e novecentos e oitenta e seis reais)
ELEMENTO DE DESPESA:4.4.90.52.00
(Equipamentos e Material Permanente);
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:SECRETARIA MUNICIPALDEGABINETE.

MACHADINHO D'OESTE/RO, 25 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 25/06/2024 às 10:35, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**583754**e o código verificador**4D40B8F5**.

Publicado por:
Meire Regiane Cândida de Oliveira
Código Identificador:E04BB1E4

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO:2071/2024.

EXTRATO DO CONTRATO

Nº DO CONTRATO:216/2024 de 18/06/2024
PROCESSO:2071/2024.
OBJETO DO CONTRATO:
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, ATRAVÉS DA ARP
Nº 10/2024, DERIVADA DO P.E. Nº 05/2024, DO
PROC. Nº 3226/2023, CONF. MEM. Nº 211/2024,
TERMO DE REFERÊNCIA E DOCS ANEXOS E DOCUMENTOS ANEXOS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHOD'OESTE/RO- SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE.
CONTRATADO:CLEIDE BEATRIZ IORIS EIRELI;
CNPJ DO CONTRATADO:41.947.390/0001-99;
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:19/06/2024**.**
VIGÊNCIA:12 (DOZE) MESES.
CLASSIFICAÇÃOFUNCIONAL:04.122.0002.2002.0000
(MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE);
VALOR DO TERMO ADITIVO: R$4.898,00
(quatro mil e oitocentos e noventa e oito reais)
ELEMENTO DE DESPESA:4.4.90.52.00
(Equipamentos e Material Permanente);
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:SECRETARIA MUNICIPALDEGABINETE.
MACHADINHO D'OESTE/RO, 25 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 25/06/2024 às 10:35, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**583770**e o código verificador**B3DF1D1E**.

Publicado por:
Meire Regiane Cândida de Oliveira
Código Identificador:3AC1E109

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO:2071/2024.

EXTRATO DO CONTRATO

Nº DO CONTRATO:215/2024 de 18/06/2024
PROCESSO:2071/2024.
OBJETO DO CONTRATO:
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, ATRAVÉS DA ARP
Nº 10/2024, DERIVADA DO P.E. Nº 05/2024, DO
PROC. Nº 3226/2023, CONF. MEM. Nº 211/2024,
TERMO DE REFERÊNCIA E DOCS ANEXOS E DOCUMENTOS ANEXOS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHOD'OESTE/RO- SECRETARIA MUNICIPALDE GABINETE.
CONTRATADO:A.M. DA SILVA MOVÉIS PLANEJADOS - ME;
CNPJ DO CONTRATADO:17.521.138/0001-39;
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:21/06/2024**.**
VIGÊNCIA:12 (DOZE) MESES.
CLASSIFICAÇÃOFUNCIONAL:04.122.0002.2002.0000
(MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE);
VALOR DO TERMO ADITIVO: R$2.613,00

(dois mil e seiscentos e treze reais)
ELEMENTO DE DESPESA:4.4.90.52.00
(Equipamentos e Material Permanente);
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:SECRETARIA MUNICIPALDEGABINETE.
MACHADINHO D'OESTE/RO, 25 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Av. Castelo Branco, 3150 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 25/06/2024 às 10:35, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**583777**e o código verificador**AC9ECEEE**.

Publicado por:
Meire Regiane Cândida de Oliveira
Código Identificador:AB8C2977

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N°180

Contrato n°180/2024 de 11/06/2024
Nº do Processo: 1973/2024
Objeto**:**Aquisição de Material Permanente, através da ARP nº 10/2024, derivada do P.E. nº 05/2024
Contratante**:**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: **A. M. DA SILVA MOVÉIS PLANEJADOS – ME**
CPF/CNPJ/MF do Contratado nº 17.521.138/0001-39
Data de Assinatura do Contrato: 14/06/2024
Prazo de vigência do contrato: *12 (doze) meses*
Valor: R$ 3.191,60 (três mil cento e noventa e um reais e sessenta centavos)
Classificação Funcional: 10.302.0007.2052 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO, Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:D1B040D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N°181

Contrato n°181/2024 de 11/06/2024
Nº do Processo: 1973/2024
Objeto**:**Aquisição de Material Permanente, através da ARP nº 10/2024, derivada do P.E. nº 05/2024
Contratante**:**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: **A. PAZINATO MARINGA ME**
CPF/CNPJ/MF do Contratado nº 04.352.905/0001-81
Data de Assinatura do Contrato:17/06/2024
Prazo de vigência do contrato: *12 (doze) meses*
Valor: R$. 55.785,15 (cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos)
Classificação Funcional: Classificação Funcional: 10.301.0008.1166 PROPOSTA Nº 19047937000123003; 10.302.0007.1158 ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO REABILITAÇÃO/NASF PROPOSTA Nº 19047937000122007; 10.302.0007.2052 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO,Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:B63C318E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N°182

Contrato n°182/2024 de 11/06/2024
Nº do Processo: 1973/2024
Objeto**:**Aquisição de Material Permanente, através da ARP nº 10/2024, derivada do P.E. nº 05/2024
Contratante**:**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: **BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI**
CPF/CNPJ/MF do ontratado nº 34.680.592/0001-51
Data de Assinatura do Contrato:17/06/2024
Prazo de vigência do contrato: *12 (doze) meses*
Valor: R$ 43.880,00 (quarenta e três mil, oitocentos e oitenta e oito centavos)
Classificação Funcional: 10.302.0007.1158 ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO REABILITAÇÃO/NASF PROPOSTA Nº 19047937000122007.;
10.302.0007.2052 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL;
ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO REABILITAÇÃO/NASF PROPOSTA Nº 19047937000122007; 10.302.0007.2052 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO,Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:CB700363

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N°184

Contrato n°184/2024 de 11/06/2024
Nº do Processo: 1973/2024
Objeto**:**Aquisição de Material Permanente, através da ARP nº 10/2024, derivada do P.E. nº 05/2024
Contratante**:**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: **CLEIDE BEATRIZ IORIS LTDA**
CPF/CNPJ/MF do Contratado nº 41.947.390/0001-99
Data de Assinatura do Contrato:14/06/2024
Prazo de vigência do contrato: *12 (doze) meses*
Valor: R$ 53.619,00 (cinquenta e três mil, seiscentos e dezenove reais)
Classificação Funcional: 10.301.0008.1166 PROPOSTA Nº 19047937000123003;
10.302.0007.1158 ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO REABILITAÇÃO/NASF PROPOSTA Nº 19047937000122007.;
10.302.0007.2052 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO, Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:A7D16DFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N°185

Contrato n°185/2024 de 11/06/2024
Nº do Processo: 1973/2024
Objeto**:**Aquisição de Material Permanente, através da ARP nº 10/2024, derivada do P.E. nº 05/2024
Contratante**:**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: **COVAN - COM. VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA**
CPF/CNPJ/MF do ontratado nº 02.475.985/0001-37
Data de Assinatura do Contrato:14/06/2024
Prazo de vigência do contrato: *12 (doze) meses*
Valor: R$. 4.720,65 (quatro mil, setecentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos)
Classificação Funcional: 0.302.0007.1158 ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO REABILITAÇÃO/NASF PROPOSTA Nº 19047937000122007.;
10.302.0007.2052 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO,Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:66E429F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N°186

Contrato n°186/2024 de 11/06/2024
Nº do Processo: 1973/2024
Objeto**:**Aquisição de Material Permanente, através da ARP nº 10/2024, derivada do P.E. nº 05/2024
Contratante**:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: **CROMA EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA**
CPF/CNPJ/MF do Contratado nº 11.855.692/0001-76
Data de Assinatura do Contrato:25/06/2024
Prazo de vigência do contrato: *12 (doze) meses*
Valor: R$. 1.640,96 (um mil, seiscentos e quarenta reais e noventa e seis centavos)
Classificação Funcional: 10.302.0007.1158 ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO REABILITAÇÃO/NASF PROPOSTA Nº 19047937000122007
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO,Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:73DA9BC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N°187

Contrato n°187/2024 de 11/06/2024
Nº do Processo: 1973/2024
Objeto**:**Aquisição de Material Permanente, através da ARP nº 10/2024, derivada do P.E. nº 05/2024
Contratante**:**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: **GADITA COMERCIO DE PRODUTOS PERMANENTES E DE CONSUMOS LTDA (BIOMAXXI)**
CPF/CNPJ/MF do Contratado nº 35.231.746/0001-90
Data de Assinatura do Contrato:14/06/2024
Prazo de vigência do contrato: *12 (doze) meses*
Valor: R$. 3.899,97 (três mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos)
Classificação Funcional: 10.301.0008.1166 PROPOSTA Nº 19047937000123003;
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO, Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:4B33CED7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N°188

Contrato n°188/2024 de 11/06/2024
Nº do Processo: 1973/2024
Objeto**:**Aquisição de Material Permanente, através da ARP nº 10/2024, derivada do P.E. nº 05/2024
Contratante**:**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: **INTENSIMED COMERCIO DE INSTRUMENTOS E MAT. HOSPITALARES LTDA**
CPF/CNPJ/MF do Contratado nº 38.098.716/0001-46
Data de Assinatura do Contrato:14/06/2024
Prazo de vigência do contrato: *12 (doze) meses*
Valor: R$. 1.370,00 (um mil, trezentos e setenta reais)
Classificação Funcional: 10.302.0007.1158 ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO REABILITAÇÃO/NASF PROPOSTA Nº 19047937000122007.
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO,Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:C3C84F53

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N°189

Contrato n°189/2024 de 11/06/2024
Nº do Processo: 1973/2024
Objeto**:**Aquisição de Material Permanente, através da ARP nº 10/2024, derivada do P.E. nº 05/2024

Contratante**:**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: **M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI**, CPF/CNPJ/MF do Contratado nº 31.499.939/0001-76
Data de Assinatura do Contrato:18/06/2024
Prazo de vigência do contrato: *12 (doze) meses*
Valor: R$. 1.090,00 (um mil e noventa reais)
Classificação Funcional: 10.302.0007.1158 ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO REABILITAÇÃO/NASF PROPOSTA Nº 19047937000122007.
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO,Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:03527389

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N°190

Contrato n°190/2024 de 11/06/2024
Nº do Processo: 1973/2024
Objeto**:**Aquisição de Material Permanente, através da ARP nº 10/2024, derivada do P.E. nº 05/2024
Contratante**:**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: **MARCOS ALEXANDRE MANSAM ELETRODOMESTICOS**
CPF/CNPJ/MF do Contratado nº 04.320.122/0001-16
Data de Assinatura do Contrato:14/06/2024
Prazo de vigência do contrato: *12 (doze) meses*
Valor: R$. 7.235,00 (sete mil, duzentos e trinta e cinco reais)
Classificação Funcional: 10.302.0007.2052 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO,Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:67BB4FC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N°192

Contrato n°192/2024 de 11/06/2024
Nº do Processo: 1973/2024
Objeto**:**Aquisição de Material Permanente, através da ARP nº 10/2024, derivada do P.E. nº 05/2024
Contratante**:**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: **BEIRO APOIO ADMINISTRATIVO E COMERCIO LTDA**
CPF/CNPJ/MF do Contratado nº 25.040.889/0001-61
Data de Assinatura do Contrato:14/06/2024
Prazo de vigência do contrato: *12 (doze) meses*
Valor: R$. 6.015,00 (seis mil e quinze reais)
Classificação Funcional: 10.302.0007.1158 ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO REABILITAÇÃO/NASF PROPOSTA Nº 19047937000122007
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO,Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:49340479

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N° 194

Contrato n°194/2024 de 11/06/2024
Nº do Processo: 1973/2024
Objeto**:**Aquisição de Material Permanente, através da ARP nº 10/2024, derivada do P.E. nº 05/2024
Contratante**:**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: **TJ COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI – ME**
CPF/CNPJ/MF do Contratado nº 27.274.178/0001-25
Data de Assinatura do Contrato:14/06/2024
Prazo de vigência do contrato: *12 (doze) meses*
Valor: R$. 3.978,00 (três mil, novecentos e setenta e oito reais)
Classificação Funcional: 10.302.0007.2052 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL;
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO,Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:33689977

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N°191

Contrato n°191/2024 de 11/06/2024
Nº do Processo: 1973/2024
Objeto**:**Aquisição de Material Permanente, através da ARP nº 10/2024, derivada do P.E. nº 05/2024
Contratante**:**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: **NEW COMPANY INFORMATICA LTDA ME**
CPF/CNPJ/MF do Contratado nº 05.207.997/0001-79
Data de Assinatura do Contrato:17/06/2024
Prazo de vigência do contrato: *12 (doze) meses*
Valor: R$. 1.119,80 (um mil, cento e dezenove reais e oitenta centavos)
Classificação Funcional: 10.302.0007.2052 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL;
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO,Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:EDD4FD04

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N°193

Contrato n°193/2024 de 11/06/2024

Nº do Processo: 1973/2024
Objeto**:**Aquisição de Material Permanente, através da ARP nº 10/2024, derivada do P.E. nº 05/2024
Contratante**:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: **RR COMERCIO DE ELETROELETRONICOS EIRELI**
CPF/CNPJ/MF do Contratado nº 42.036.849/0001-65
Data de Assinatura do Contrato:14/06/2024
Prazo de vigência do contrato: *12 (doze) meses*
Valor: R$. 20.281,95 (vinte mil, duzentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos)
Classificação Funcional: 10.301.0008.1166 PROPOSTA Nº 19047937000123003;
10.302.0007.1158 ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO REABILITAÇÃO/NASF PROPOSTA Nº 19047937000122007.;
10.302.0007.2052 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO,Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:F1A6FE11

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO N°183

Contrato n°183/2024 de 11/06/2024
Nº do Processo: 1973/2024
Objeto**:**Aquisição de Material Permanente, através da ARP nº 10/2024, derivada do P.E. nº 05/2024
Contratante**:**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE
Contratado: **BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA**
CPF/CNPJ/MF do Contratado nº 45.329.312/0001-81
Data de Assinatura do Contrato:17/06/2024
Prazo de vigência do contrato: *12 (doze) meses*
Valor: R$ 515,27 (quinhentos e quinze reais e vinte e sete centavos)
Classificação Funcional: 10.302.0007.2052 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente);
Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde FMS;

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO,Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:CB68A68E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO RESCISÃO CONTRATUAL

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO

Nº do Processo: 3495/2023
Nota de Empenho: Nº 3138 de 24/11/2023
Objeto**:**Aquisição de material de limpeza e produtos de higienização, copa e cozinha, através da ARP nº 27/2023, derivada do pregão eletrônico nº 49/2023.
Contratante:**O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE, ESTADO DE RONDÔNIA**
Contratado:**NORTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA**
CPF/CNPJ/MF do Contratado nº 37.306.014/0001-48
Data de Assinatura da rescisão:25/06/2024
Objeto do Termo de Rescisão: CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO. O presente Termo tem como objeto a RESCISÃO UNILATERAL da contratação derivada da Nota de empenho nº 3138, expedida em 24/11/2023, tendo por objeto a aquisição de material de limpeza e produtos de higienização, copa e cozinha, através da ARP nº 27/2023, derivada do pregão eletrônico nº 49/2023, do Proc. Licitatório nº 1392/2023, conf. Mem. nº 290/2023/SEMUSA.

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Machadinho D'Oeste RO,Em 25 de Junho de 2024

Publicado por:
Nubia Almeida Santos
Código Identificador:1330C29C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI Nº 2.550/PMMA/2024.

LEI Nº 2.550/PMMA/2024.

"ACRESCE 02 (DUAS) VAGAS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM NO QUADRO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DECORRENTE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.476/PMMA/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA-RO, JOSÉ ALVES PEREIRA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ESPECIALMENTE LEI Nº1.133/PMMA/2012, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA-RO., APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam acrescidas 02 (duas) vagas para o cargo de Técnico de Enfermagem no quadro de servidores temporários da Secretaria Municipal de Saúde decorrente do Processo Seletivo Simplificado autorizado pela Lei nº 2.476/PMMA/2023:

ITEM	VAGAS	CARGO
I	02	Técnico de Enfermagem

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta de verbas próprias consignadas na Secretaria Municipal de Saúde ou Fundo Municipal de Saúde, suplementadas se necessário.

Art.3º. Revogando-se as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Andreazza/RO, 25 de junho de 2024.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

MARCUS FABRÍCIO ELLER
Advogado do Município - OAB/RO 1549

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:ACC97818

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI Nº 2.551/PMMA/2024.

LEI Nº 2.551/PMMA/2024.

"CRIA UMA VAGA E O CARGO TEMPORÁRIO DE FONOAUDIOLO E AUTORIZA NOMEAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO, VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MINISTRO ANDREAZZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA-RO, JOSÉ ALVES PEREIRA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA-RO., APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberta 01 (uma) vaga e cria o cargo temporário de Fonoaudiólogo, por excepcional interesse público, objetivando a função de serviço para suprir necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

ITEM	VAGAS	CARGO
I	01	Fonoaudiólogo

Parágrafo único. Fica estabelecida no Anexo I desta Lei a atribuição, jornada laboral, remuneração e requisito mínimo para assumir o cargo.
Art. 2º. A contratação do referido profissional está fundamentada no art. 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988, que autoriza contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
Art. 3º. A investidura do cargo se dará por livre nomeação e exoneração do Chefe do Executivo, motivada por falta de servidor efetivo ou em lista de espera de concurso público (Lei nº2006/PMMA/2019) ou processo seletivo (Lei nº2476/PMMA/2023) para exercício do cargo.
Art. 4º. A nomeação de que trata esta Lei terá a duração de 01(um) ano, admitida a prorrogação por igual período em caso da continuidade de falta de servidor efetivo.
Art. 5º. As normas que regerão a presente nomeação serão as determinadas para os cargos em comissão e o nomeado será contribuinte compulsório do Regime Geral de Previdência Social - RGPS

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde.
Art. 7º. Revogando-se as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Andreazza/RO, 25 de junho de 2024.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

MARCUS FABRÍCIO ELLER
Advogado do Município - OAB/RO 1549

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:74066A95

ASSESSORIA JURÍDICA
4º EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SEMSAU EDITAL Nº. 001/2.024

4º EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SEMSAU EDITAL Nº. 001/2.024

Edital de Convocação de Processo Seletivo para Contratação

O **Município de Ministro Andreazza,** neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOSÉ ALVES PEREIRA, no uso de suas atribuições legais e consubstanciado na Lei Orgânica Municipal e especialmente na Lei 2.476/PMMA/2023, em conformidade com o disposto no Edital do Processo Seletivo SEMSAU N. 001/2.024, homologado em 19 de março de 2.024 e publicado no dia 26 de março de 2.024, **CONVOCA** os candidatos classificados no Processo Seletivo, para apresentação de documentos e realização de exames médicos admissionais, visando a contratação, conforme regras a seguir:

Ficam convocados para contratação por Tempo Determinado os candidatos habilitados, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação, relacionados no Edital de Resultado Final e Homologação do Teste Seletivo nº 001/2.024, conforme o anexo I deste Edital.
Os convocados deverão se apresentar na sede da Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza, sito à Av. Pau Brasil, 5577, Centro, Ministro Andreazza, junto à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, munidos da documentação necessária, conforme especificado no Anexo II deste Edital, no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data da publicação do edital, no horário de atendimento da Prefeitura Municipal (das 07h00min as 13h 00min), o não comparecimento do prazo, bem como, a não apresentação dos documentos de comprovação dos pré-requisitos, conforme Edital do Teste Seletivo nº 001/2024 (disponível no sítio da Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza).
Os convocados que não comparecer para a assinatura do Termo de Compromisso dentro do prazo estabelecido na convocação, será tido como desistente podendo a Coordenação de Recursos Humanos convocar o próximo candidato aprovado, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição.
A lotação dos convocados serão de acordo com a necessidades da secretaria Municipal de Saúde, sempre atendendo a necessidade da Administração Pública.

E, para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente Edital em 25 de junho de 2.024.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I

LISTA DE CONVOCAÇÃO:

PROFISSIONAL NUTRICIONISTA – 40 horas semanais

RAFAEL MAGNO CAETANO

PROFISSIONAL TÉCNICO EM ATENDIMENTO DE FÁRMACIA– 40 horas semanais
1-DALILA BARBOSA RIBEIRO NETA

PROFISSIONAL TÉCNICO EM EMFERMAGEM – 40 horas semanais

RANIERE ARAUJO SILVA

PROFISSIONAL AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA URBANA) – 40 horas semanais

SUELY APARECIDA VIEIRA DA SILVA
ROSIMEIRE APARECIDA TAVARES COELHO

PROFISSIONAL AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (LINHA 06) – 40 horas semanais

INDIA CARLA ARAUJO SAMPAIO

PROFISSIONAL AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (LINHA 07) – 40 horas semanais

ROSINEIA FAGUNDES PEDRA

PROFISSIONAL AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (LINHA 03 MINERAÇÃO/CASTANHAL) – 40 horas semanais

ROSELI BROGNARA SILVA

ANEXO II

DA DOCUMENTAÇÃO:

OS candidatos deverão apresentar-se junto à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura de Ministro Andreazza/RO, no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data da publicação do edital, no horário de atendimento da Prefeitura Municipal (das 07h00min as 13h 00min), munido dos seguintes documentos, entre outros que se fizerem necessários, à época da posse, cópias autenticadas dos documentos ou cópia simples acompanhadas dos originais para conferência:

a) Carteira de Identidade;
b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
c) Título Eleitoral;
d) Comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;
e) Certidão de Nascimento ou Casamento;
f) Se, do sexo masculino, comprovante de estar quite com as obrigações militares;
g) 02 (duas) fotografia 3x4, recente;
h) Atestado de Aptidão Física e Mental, emitido por Junta Médica;
i) Atestado Médico evidenciando a aptidão para a função pretendida, caso inscrito para as vagas destinadas para Portadores de Necessidades Especiais;
j) Comprovantes de matrícula em curso superior;
l) Carteira de trabalho e Previdência Social (página de identificação – frente e verso - página da última contratação);
m) Declaração de bens e rendas;
n). Se tiver conta corrente, apresentar número da conta;
o) Certidão de nascimento dos dependentes menores de 14 anos, acompanhado de carteira de vacinação e comprovação de freqüência à escola, devidamente atualizada;
p) Cartão de inscrição no PIS ou PASEP;
q) Comprovante de residência;
r) Declaração de que não acumula cargos no serviço públicos, federal, estadual e municipal;
s) Declaração de que não está em licença para tratamento de saúde, licença prêmio ou outros tipos de licença, com ou sem ônus para o erário;
t) Certidão negativa do Tribunal de Contas.

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:8387FB77

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 6.398/PMMA/2024.

DECRETO Nº 6.398/PMMA/2024.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA *DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS*- SUÉDIS NARA NUNES DE SOUSA BALLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA/RO, JOSÉ ALVES PEREIRA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica exonerada, a Senhora **SUÉDIS NARA NUNES DE SOUSA BALLA,** brasileira, matrícula nº. 8504, residente e domiciliada no município de Ministro Andreazza/RO, Estado de Rondônia, do Cargo de Confiança em Comissão de ***DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS,*** junto ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Andreazza/RO, 25 de junho de 2024.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

MARCUS FABRÍCIO ELLER
Advogado do Município - OAB/RO 1549

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:9CCCC97E

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO Nº.6.399/PMMA/2024.

DECRETO Nº.6.399/PMMA/2024.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SUPERVISOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ SUÉDIS NARA NUNES DE SOUZA BALLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA/RO, JOSÉ ALVES PEREIRA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR:

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nomeada, a Senhora **SUÉDIS NARA NUNES DE SOUZA BALLA,** brasileira, Matrícula nº. 8579, residente e domiciliada neste município de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia, para exercer, com ônus para o Erário Municipal, o Cargo de Confiança em Comissão de **SUPERVISOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ,** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 25 de junho de 2.024, com as competências, atribuições e carga horária constante na Lei nº. 1.914/PMMA/2.019 e demais legislação em vigor.

Art. 2º. A Remuneração do Cargo de Confiança em Comissão, ora nomeada, será a constante no artigo n. 5º A da Lei n.1.914/PMMA/2019.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Andreazza/RO, 25 de junho de 2024.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

MARCUS FABRÍCIO ELLER
Advogado do Município - OAB/RO 1549

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:91D2E58D

EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE PREGÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/PMMA/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 438/SEMSAU/2024

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/PMMA/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 438/SEMSAU/2024

A Prefeitura do Município de Ministro Andreazza, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Superintendência de Compras e Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra autorizado na forma da Lei Federal 14.133/21, o **CHAMAMENTO PÚBLICO**, através do procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO,** com o objetivo de credenciar pessoas jurídicas especialista na **REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS**, atendimento das necessidades da População Usuária do Sistema Único de Saúde Centro de saúde João paulo e Eloi de Lima Machado da Atenção Básica de Saúde na realização de procedimentos com a finalidade diagnóstica. Os interessados deverão enviar a documentação para o credenciamento a partir da data de publicação **no e-mail cpl@ministroandreazza.ro.gov.br**, o credenciamento **ficará em aberto pelo prazo de 12 (doze) meses.**

Durante o prazo para recebimento de Propostas, qualquer interessado poderá enviar os documentos para credenciamento que será examinado e julgado pela Equipe de Apoio.

LOCAL PARA ENVIO DOS ENVELOPES: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br

EDITAL: O Ato Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada, na sede da Prefeitura do Município de Ministro Andreazza, Sala da CPL, de segunda a sexta-feira das 07h00m às 13h00m, ou no endereço eletrônico: **www.ministroandreazza.ro.gov.br/licitacao**

Ministro Andreazza/RO, 24 de junho de 2024.

CLEDER DE CAMARGO
Agente de Contratação

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:41806B12

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 7007/2024

PORTARIA Nº 7007/2024. DE 20 DE JUNHO DE 2024.

"CONCEDE A LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA A SERVIDORA LUCINEIA DA SILVA ANACLETO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor EVALDO DUARTE ANTONIO, no uso de suas competências e atribuições legais que lhe são conferidas.
COSIDERANDO, o processo Administrativo 1274/2021 com a documentação devidamente juntada do Processo supracitado;
CONSIDERANDO, o despacho do Departamento de Recursos Humanos, anexado no ID 8135 do Processo supracitado.
CONSIDERANDO, as apresentações da justificativa da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (SEMECE), constante no ID 142588 do Processo supracitado.

R E S O L V E:

Art. - 1º - Concede a licença prêmio em pecúnia a servidora, LUCINEIA DA SILVA ANACLETO, cadastro nº 1282, 40 (quarenta) horas semanais, no cargo de Professora Nível Especial, lotada Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (SEMECE).
Art. 2º - A referida Licença Prêmio refere-se ao qüinqüênio de 02/10/2002 a 20/03/2006 e 21/03/2016 a 01/10/2017 somando temos um total de cinco anos. Adquirindo-se (03) três meses de licença.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVALDO DUARTE ANTONIO
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Uandicila Garcia Teixeira
Código Identificador:456EDFF1

GABINETE DO PREFEITO
CONCESSÃO DE DIÁRIA 51/2024

ANEXO II – Lei Municipal 279/2003
(Unidade Orçamentária ou Administrativa)

PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 51/2024

PROPONENTE:

Nome	**DAIELLI GOMES DA SILVA**
Cargo Função ou Emprego:	**SECRETÁRIA DE GOVERNO**

PROPOSTA:

Nome	**EVALDO DUARTE ANTÔNIO**

Cargo, Função ou Emprego: **PREFEITO MUNICIPAL, Matrícula**: 1123

Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:			
Carteira de identidade nº	**632.922**	Expedida por:	**SSP/RO**

LOCAL DO SERVIÇO A SER EXECUTADO: Tendo em vista a necessidade do Senhor Excelentíssimo, EVALDO DUARTE ANTÔNIO, Prefeito Municipal, que irá juntamente com o Secretário de Administração, Finanças e Planejamento, Edelson de Oliveira Silva se deslocar a cidade de Porto Velho - RO, no dia 25 de Junho de 2024, onde participara do evento Pré- Seca: Análise e Prognóstico, que ocorrerá no dia 26 de junho de 2024.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Saída em**: 25/06/2024** Chegada em: **26/06/2024** Nº de Dias 02

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE Camionete Hilux SW4, Placa NEH0A14.	LOCALIDADE	
	DE	**PARA**
	MIRANTE DA SERRA – RO	**PORTO VELHO - RO**

VALOR DA DIÁRIA
Valor de Referência= R$ **38,15**

Nível Referente ou Equivalência	**7 UPFM**	Percentual	**50%**	
LOCALIDADE	**Nº DIAS**	**VALOR UNITÁRIO R$**		**TOTAL R$**
PORTO VELHO- RO	01 Diária com pernoite	R$ 534,10		R$ 534,10
PORTO VELHO – RO	01 Diária sem pernoite	R$ 267,05		R$ 267,05
		TOTAL R$		R$ **801,15**

Nos casos de deslocamento para outros Estados os valores serão acrescidos de 100% (cem por cento)

Em: 25/06/2024.

DAIELLI GOMES DA SILVA
Secretaria Municipal De Governo
Portaria nº 6952/2024

Publicado por:
Uandicila Garcia Teixeira
Código Identificador:938F3148

GABINETE DO PREFEITO
RESUMO DO CONTATRO 61/2024

RESUMO DO CONTRATO Nº 61/SEMAFP/2024

CELEBRAÇÃO: 24/06/2024.

PARTE: Prefeitura Municipal De Mirante Da Serra – RO.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS.
INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da ordem de serviço, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 105 da Lein°14.133/2021.

O VALOR TOTAL: O valor do presente Contrato é de **R$ 298.800,00 (duzentos e noventa e oito mil e oitocentos reais).**
Empenho nº 1256/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 654/2024.

Mirante da Serra/RO, 24 de junho de 2024

EVALDO DUARTE ANTÔNIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Crislene Cavalcante de Brito
Código Identificador:91BFD457

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR 10

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DASERRA, (RO),** sob a responsabilidade da **Empresa MSCONCURSOS,** acompanhado pela Comissão Especial para Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação do Concurso Público, constituída pelo Decreto n.º 3.455/2023, de 08 de dezembro de 2023, torna público o Edital Complementar 10 que DIVULGA O RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA DE TÍTULOS, O RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR.

I. O Resultado Definitivo da Prova de Títulos e o Resultado Definitivo da Prova Prática encontram-se disponíveis no site www.msconcursos.com.br, aba "**RESULTADO DEFINITIVO**".

II. A Classificação Preliminar encontra-se disponível no site www.msconcursos.com.br, aba "**RESULTADO PRELIMINAR**".

III. Eventual recurso sobre a Classificação Preliminarpoderá ser interposto no dia 26/06/2024, nos termos do item **VIII**, do Edital n.º 001/2024 - CONCURSO PÚBLICO.

Mirante daSerra, (RO), 25 de junhode 2024.

LINDALVA RODRIGUES SOARES.	***EVALDO DUARTE ANTONIO.***
Presidente da Comissão Especial para Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação do Concurso Público.	Prefeito.

Publicado por:
Marcio Jose Assunção Junior
Código Identificador:0EBD56FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE GESTÃO DE COMBUSTIVEL

RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO: nº 0007/2023

CELEBRAÇÃO:14/06/2024

PARTE: Prefeitura Municipal de Mirante Da Serra - RO

CONTRATADO:**PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**

OBJETO: Em conformidade com art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, este Termo Aditivo tem por objeto aditivar valores de que trata a Clausula Sexta do Contrato Administrativo nº 007/2023. Referente à Contratação de empresa Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis em rede de postos credenciados, tipo gasolina comum, e óleo diesel (comum e S-10), conforme as especificações e condições constantes no**Processo nº1026/SRP/2022**, Pregão Eletrônico nº 44/2022. Sendo que a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - SEMECE a contratação do serviço**.**Por tratar-se de serviços continuados, em observância ao interesse público e, por acordo entre as partes o futuro contrato administrativo poderá ter seu valor aditivado, mediante à termos aditivos, em conformidade com os ditames do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR:O valor total será de acordo com as programações que se seguem: Valor total do aditivo do contrato**R$: 43.252,68**(Quarenta e Três Mil Duzentos e Cinquenta e Dois Reais e Sessenta e Oito Centavos).**Sendo o total de 25% do valor final do contrato de origem.**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 360/2023

EVALDO DUARTE ANTÔNIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciene Alves Coelho de Santana
Código Identificador:1EB39DEF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO 007/2023

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Extrato do Contrato nº. 007/CMMN/2023
Processo nº.0000033.23.1-2023
Modalidade: Dispensa
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO/RO.
Contratado:EMPRESA VOLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA.

Do Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, EM GERENCIAMENTO DE CARTÕES POR REDE CREDENCIADA COM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, DIESEL COMUM E DIESEL S10), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO.

Vigência: 25 de junho de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Monte Negro - RO, 25 de junho de 2024.

(Assinatura Eletrônica)
PEDRO ALVES DA SILVA
Presidente/CMMN

Publicado por:
Cristiane Kusminski
Código Identificador:5798BECB

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO
AVISO DE MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2024 PROCESSO Nº 017/2024
A Câmara Municipal de Monte Negro/RO, em atendimento ao § 3º do artigo 75 da Lei nº 14.133/21, torna público para conhecimento dos interessados, o presente aviso da Dispensa de Licitação nº 019/2024, tipo menor valor total. Objeto: Realizar a Aquisição de Material de Expediente (Papelaria), para atender as necessidades da Câmara Municipal de Monte Negro. Com a finalidade de obter propostas de eventuais interessados. Para tanto, convoca as empresas qualificadas e interessadas a manifestarem interesse no fornecimento dos produtos constante do Termo de Referência, conforme modelo de propostas, exclusivamente para o e-mail: poderlegislativomn@gmail.com, até às 23h59 do dia 28 de junho de 2024. Demais informações: https://transparencia.camarademontenegro.ro.gov.br/ – aba Licitação. As empresas detentoras das propostas mais vantajosa para o objeto em tela, será contatada pela Câmara Municipal de Monte Negro/RO para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até três dias úteis após a convocação.
Monte Negro/RO, 25 de junho de 2024.

(Assinatura Eletrônica)
FERNANDA PACHECO DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Cristiane Kusminski
Código Identificador:AB725581

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO
EXTRATO DE CONTRATO 014-2024

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do Contrato nº. 014/CMMN/2024
Processo nº. 0000070.07.01-2024
Modalidade: Dispensa
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO/RO.
Contratado: W7BR SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.

Do Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço técnico especializado de desenvolvimento e assessoria para implementação de programa/projeto de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018 e demais consultoria e alterações, para atender as necessidades da Câmara municipal de Monte Negro/RO.

Valor: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Monte Negro - RO, 25 de junho de 2024.

(Assinatura Eletrônica)
PEDRO ALVES DA SILVA
Presidente/CMMN

Publicado por:
Cristiane Kusminski
Código Identificador:B993412F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 06/PMMN/2024

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 06/PMMN/2024
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II e §§ 1º a 4º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021; LEI MUNICIPAL Nº 1559/2024; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 067/2021.
A Prefeitura de Monte Negro – RO, através do Pregoeiro, devidamente autorizado pela Portaria Municipal de nº 532/2024, torna público que realizará Dispensa de Licitação na forma eletrônica, tipo menor preço por ITEM, modo ABERTO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0000834.02.01-2024/SEMUSA.
DATA DA ABERTURA DA SESSÃO: 02/07/2024
HORARIO DA FASE DE LANCES: das 09h00min às 15h00min (Horário de Brasília).
VALOR ORÇADO: R$ 11.000,00 (Onze Mil reais) LOCAL:www.licitanet.com.br.
OBJETO: Aquisição de Móveis Planejados para Adequação do Armazenamento dos Materiais do Centro Cirúrgico.
Edital e seus anexos estão disponíveis nos sites: www.licitanet.com.br.e www.montenegro.ro.gov.br.Mais informações pelo telefone: (69) 99944-5157, em horário de expediente das 07h30min às 13h30min horas.

Monte Negro – RO, 24 de Junho de 2024.

BRUNO NASCIMENTO COSTA
Agente de Contratação
Portaria nº 532/2024

Publicado por:
Andre Luis Trevizan
Código Identificador:6C27F408

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO: 020/SUPEL/2024
PREGÃO ELETRÔNICO: 041/2023/PMMN/RO
PROCESSO: 0000936.04.01-2023
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS POR HORA MÁQUINA, com operador/motorista, combustível e demais despesas necessárias para a execução do objeto sendo este de manutenção das estradas vicinais (zona rural) e urbanas do município de monte negro, conforme quantitativos e detalhamento prévios descritos no Projeto Básico.

ITEM	QTD	UND	ESPECIFICAÇÕES	Valor Unit.	Valor Total
01	300	HRS	LOCACÃO DE CAMINHÃO TANQUE(PIPA) TRUCK, COM MOTOR BOMBA, TANQUE COM CAPACIDADE DE 10.000 LITROS (210 KW), EQUIPADO COM BOMBA D'ÁGUA TIPO CENTRÍFUGA AUTO CARREGÁVEL COM VAZÃO DE ATÉ 70 METROS CÚBICO/HORA, ACIONADO MECANICAMENTE POR TOMADA DE FORÇA INSTALADA NO CONJUNTO DE TRANSMISSÃO DO VEÍCULO, COM RABO DE PAVÃO E BARRA LAVA ESTRADA NA PARTE TRASEIRA INFERIOR DO EQUIPAMENTO COM SISTEMA DE DESCARGA POR GRAVIDADE, POTÊNCIA MÍNIMA DE 260 HP, HIDROJATO POTENTE COM NO MÍNIMO 30 METROS DE MANGUEIRA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM NO MÁXIMO 13 ANOS DE FABRICAÇÃO.	R$ 184,00	R$ 55.200,00
Valor total: R$ 55.200,00 (Cinquenta e cinco mil e duzentos reais).					

EMPRESA: SIDNEY DO NASCIMENTO
CNPJ: 24.112.329/0001-02
VALOR:**Valor total: R$ 55.200,00 (Cinquenta e cinco mil e duzentos reais).**
VIGÊNCIA:O presente Contrato terá a duração de**12 (doze) meses**, a contar da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante Termos Aditivos, de acordo com a necessidade da**SEMOSP**e conforme a lei nº 8.666/93.

Monte Negro – RO, 22 de maio de 2024.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Shayenne Mioto Bucarth
Código Identificador:4A5B99DE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura de Monte Negro – RO, através do Agente de Contratação, devidamente autorizado pela Portaria Municipal de nº 532 de 22 de maio de 2024, torna público que em virtude de erro foi incluído a descrição do objeto errado, sendo assim:
Onde se lê: O Município de Monte Negro – RO, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações - CPL, torna público, para conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA PUBLICA PRESENCIAL, tipo Menor Preço Global, tendo como objeto EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO COM MEIO-FIO E SARJETA NO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO, conforme: Especificações Técnicas; Planilha Orçamentária; Cronograma Físico-Financeiro; Justificativa do BDI adotado; Memorial de Cálculo; Desenho Técnico, ART e demais documentos anexos a este Termo. O valor estimado para contratação é de VALOR TOTAL R$1.575,000, 00 (um milhão quinhentos e setenta e cinco mil reais). Processo Administrativo Nº 0000754.04.05-2024, nos termos do edital e dos seus anexos. Data da Abertura: 12/07/2024 Horário:11h00min. O Edital encontra-se, sem ônus, no sítio www.montenegro.ro.gov.br.
Leia-se: O Município de Monte Negro – RO, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações - CPL, torna público, para conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA PUBLICA PRESENCIAL, tipo Menor Preço Global, tendo como objeto para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

URBANAS EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO, COM MEIO-FIO E SARJETA, COM EXTENSÃO DE 1.269,31M E ÁREA DE 8.885,19M², CONFORME DESCRITO NO PLANO DE TRABALHO (ID. 0044203711) E DEMAIS PEÇAS TÉCNICAS QUE INSTRUEM O PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 0009.012750/2023-49 – TERMO DE CONVÊNIO Nº 81/2024/PGE-DERADM, os quais são partes integrantes deste termo, independentemente de transcrição, conforme: Especificações Técnicas; Planilha Orçamentária; Cronograma Físico-Financeiro; Justificativa do BDI adotado; Memorial de Cálculo; Desenho Técnico, ART e demais documentos anexos a este Termo. O valor estimado para contratação é de VALOR TOTAL R$1.575,000, 00 (um milhão quinhentos e setenta e cinco mil reais). Processo Administrativo Nº 0000754.04.05-2024, nos termos do edital e dos seus anexos. Data da Abertura: 12/07/2024 Horário:11h00min. O Edital encontra-se, sem ônus, no sítio www.montenegro.ro.gov.br.
Monte Negro – RO, 25 de Julho de 2024.

BRUNO NASCIMENTO COSTA
Agente de Contratação
Portaria nº 532 de 22/05/2024

Publicado por:
Andre Luis Trevizan
Código Identificador:E10FC9E0

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.600, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

Altera a lei municipal n ° 1.530, de fevereiro de 2024, lei que autoriza o executivo municipal a realizar contratação de servidores por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público através de processo seletivo simplificado mediante análise de currículo e dá outras providências.

Eu, IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de Monte Negro, no estado de Rondônia, no uso de minhas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 116 da Lei Orgânica, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Monte Negro aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI
Art. 1°. Fica Alterada a Lei Municipal n° 1.530 de fevereiro de 2024, retificando a quantidade de vagas para Técnico em enfermagem/estratégia saúde da família, Agente de Limpeza e Conservação, Técnico em Laboratório e Técnico em Enfermagem.
Parágrafo único. O Anexo I da lei Municipal 1.530/24, passa a vigorar com a redação disposta no Anexo I, desta lei.
Art. 2°. Está Lei entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalterados os demais dispositivos da lei Municipal 1.530/2024.
Atenciosamente,

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

ANEXO I
QUADRO DE VAGAS
Quadro de vagas – Processo Seletivo – SEMUSA – 2024

Profissional	Tipo de Contrato	Carga Horária	Vagas Imediatas	Cadastro Reserva	Lotação
Enfermeiro	Emergencial	40 horas semanais – Diarista	01	01	Estratégia Saúde da Família
Técnico em Enfermagem	Emergencial	40 horas semanais – Diarista	04	-	Estratégia Saúde da Família
Técnico em Enfermagem	Emergencial	40 horas semanais – Diarista	01		Ônibus
Motorista de veículos leves I-II	Emergencial	40 horas semanais – Diarista	02		SEMUSA
Auxiliar Saúde Bucal	Emergencial	40 horas semanais – Diarista	01		Estratégia Saúde da Família
Fonoaudiólogo	Emergencial	40 horas semanais – Diarista	01		Estratégia Saúde da Família
Terapeuta Ocupacional	Emergencial	40 horas semanais – Diarista	01		Estratégia Saúde da Família
Agente de limpeza e Conservação	Emergencial	40 horas semanais – Plantonista	02	-	Hospital
Técnico em Laboratório	Emergencial	40 horas semanais – Plantonista	02	-	Hospital
Técnico em Enfermagem	Emergencial	40 horas semanais – Plantonista	08	04	Hospital
Enfermeiro	Emergencial	40 horas semanais – Plantonista		01	Hospital

Monte Negro, 25 de junho 2024

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:327AEE8D

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.601, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de Monte Negro, no estado de Rondônia, no uso de minhas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 116 da Lei Orgânica, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Monte Negro aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI
Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação ao orçamento vigente no valor de R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais), e distribuir o valor na seguinte dotação orçamentária:

§ 12. 02.07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE NEGRO
10.302.0016.2195 – INCREMENTO TEMPORÁRIO DO MAC – CIRURGIAS OFTALMOLÓGICA
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais)
D.R: 1.600.0000.0000
Ficha de Receita: 192
Ficha de Despesa: _____

Artigo 2º - A cobertura de dotação do valor descrito no Artigo 1º § 1º, de R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais), será por excesso de arrecadação, com repasse de recurso Federal através de emenda parlamentar, conforme detalhamento de pagamento, proposta de incremento nº 36000604512202400 do Ministério da Saúde e solicitação do Fundo Municipal de Saúde em anexo.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Monte Negro, 25 de junho 2024

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:9E0510F6

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.602, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

Autoriza a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro do balanço ao exercício anterior ao orçamento vigente e criação de elemento de despesa por anulação e da outras providências.

Eu, IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de Monte Negro, no estado de Rondônia, no uso de minhas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 116 da Lei Orgânica, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Monte Negro aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI
Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional por Superávit Financeiro ao orçamento vigente no valor de R$ 57.611,53 (Cinquenta e Sete Mil Seiscentos e Onze Reais e Cinquenta e Três Centavos), e distribuir o valor nas seguintes dotações orçamentárias, conforme segue:

§ 1º 02.05.00 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.1133 – REFORMA E AMPL. NA E.E.E.I.E.F. MÁRIO PALMÉRIO (EXTENSÃO) CV037/PGE/2023
Elemento de Despesa: 3.3.90.93.00 – Indenizações e Restituições
R$ 57.611,53 (Cinquenta e Sete Mil Seiscentos e Onze Reais e Cinquenta e Três Centavos)
Destinação de Recurso: 0.2.571.0000
Ficha de Despesa: _____

Artigo 2º - A cobertura de dotação do valor descrito no artigo 1º § 1º no valor total de R$ 57.611,53 (Cinquenta e Sete Mil Seiscentos e Onze Reais e Cinquenta e Três Centavos), será por Crédito Adicional, Especial por Superávit Financeiro do Balanço ao exercício anterior ao Orçamento Vigente, tendo em vista se tratar de saldo em conta ao final do exercício 2023, com finalidade em prestar contas de Convênio nº 37/PGE-2023 conta bancária nº 17.718-0, demonstrado em extrato bancário de dezembro 2023, conforme solicitação do Fundo Municipal de Educação.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Monte Negro, 25 de junho 2024

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:0B24518D

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.603, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

Autoriza a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro do balanço ao exercício anterior ao orçamento vigente e da outras providências.

Eu, IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de Monte Negro, no estado de Rondônia, no uso de minhas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 116 da Lei Orgânica, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Monte Negro aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional por Superávit Financeiro ao orçamento vigente no valor de R$ 1.170.006,44 (Um Milhão Cento e Setenta Mil Seis Reais e Quarenta e Quatro Centavos), e distribuir o valor nas seguintes dotações orçamentárias, conforme segue:

§ 1º 02.05.00 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.1134- CONST. DE QUADRA NA ESCOLA JUSTINO LUIZ RONCONI - CV.283/PGE-2022
Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
R$ 1.170.006,44 (Um Milhão Cento e Setenta Mil Seis Reais e Quarenta e Quatro Centavos)
Destinação de Recurso: 0.2.571.0000
Ficha de Despesa: _____

Artigo 2º - A cobertura de dotação do valor descrito no artigo 1º § 1º no valor total de R$ 1.170.006,44 (Um Milhão Cento e Setenta Mil Seis Reais e Quarenta e Quatro Centavos), será por Crédito Adicional, Especial por Superávit Financeiro do Balanço ao exercício anterior ao Orçamento Vigente, tendo em vista que será aberto crédito parcial do que ficou em conta ao final do exercício 2023, referente ao restante do valor de repasse conveniado, quanto a outra parte é pertinente a rendimentos de aplicação financeira que possivelmente será devolvido ao final do convênio, demonstrado em extrato bancário de dezembro 2023, conforme solicitação do Fundo Municipal de Educação.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Monte Negro, 25 de junho 2024

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:AEE944E2

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.604, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

Autoriza a abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação e anulação ao orçamento vigente e da outras providências.

Eu, IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de Monte Negro, no estado de Rondônia, no uso de minhas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 116 da Lei Orgânica, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Monte Negro aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI
Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ao orçamento vigente no valor de R$ 800.000,00 (Oitocentos Mil Reais), com contrapartida no valor de R$ 23.389,19 (Vinte e Três Mil Trezentos e Oitenta e Nove Reais e Noventa Centavos), somando um montante no valor de R$ 823.389,19 (Oitocentos e Vinte Três Mil Trezentos e Oitenta e Noventa Reais e Noventa Centavos) e distribuir o valor nas dotações orçamentárias a seguir:

§ 1º 02.04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.
26.782.0009.1135 – RECUP. DE ESTR. VICINAIS COM EXT. DE 93,107KM – CV 294/2024/PGE/DERADM
ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
R$ 800.000,00 (Oitocentos Mil Reais)
D.R: 01.701.0000
Ficha de Receita: 199
Ficha de Despesa: _____

I - ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
R$ 23.389,19 (Vinte e Três Mil Trezentos e Oitenta e Nove Reais e Noventa Centavos)
D.R: 01.500.0000
Ficha de Despesa: _____

Artigo 2º - A cobertura de dotação dos valores descritos no artigo § 1º, no valor de R$ 800.000,00 (Oitocentos Mil Reais), será por excesso de arrecadação, com recurso vinculado ao CONVÊNIO Nº 294/2024/PGE/DERADM e a contrapartida no valor de R$ 23.389,19 (Vinte e Três Mil Trezentos e Oitenta e Nove Reais e Noventa

Centavos), será por anulação de saldo orçamentário vigente da seguinte ficha, conforme pedido da SEMOSP em anexo:

ANULAÇÃO:

02.04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.
04.122.0002.2010 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMOSP
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.33 – Passagens e Despesa com Locomoção
R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais)
FICHA: 485

02.04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.
15.451.0008.1005 – MANUTENÇÃO ASFALTICA DAS VIAS URBANAS
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
R$ 13.389,19 (Treze Mil Trezentos e Oitenta e Nove Reais e Dezenove Centavos)
FICHA: 89

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições ao contrário

Monte Negro, 25 de junho 2024

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:341BB60D

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.597, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

vAutoriza o uso expandido dos ônibus escolares para o transporte de alunos da rede pública municipal e estadual em atividades educacionais, esportivas e outros eventos no município de Monte Negro/RO.

Eu, IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de Monte Negro, no estado de Rondônia, no uso de minhas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 116 da Lei Orgânica, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Monte Negro aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Artigo 1º - Fica autorizado o uso dos ônibus escolares pertencentes à rede pública municipal e estadual de ensino para o transporte de alunos em atividades educacionais, culturais, esportivas e outros eventos organizados pela administração pública municipal, além do trajeto regular casa-escola, desde que essas atividades contribuam para o desenvolvimento integral dos estudantes.
Artigo 2º - As atividades educacionais e esportivas incluem, mas não se limitam a:
I - Passeios e excursões pedagógicas;
II - Visitas a museus, teatros, parques temáticos e outros locais culturais e educativos;
III - Competições esportivas, amistosos entre escolinhas de futebol, campeonatos e eventos esportivos organizados pela Secretaria de Esporte – SETUR;
IV - Ações de campo relacionadas ao conteúdo curricular;
V - Atividades extracurriculares de cunho educativo, incluindo o programa "Bom na Escola, Bom de Bola", Fanfarra Municipal, Orquestra Municipal, bem como outros programas e atividades criados, organizados e supervisionados pela administração pública municipal.
Artigo 3º - Os ônibus escolares também poderão ser utilizados para o transporte de alunos autistas até a AMAAR - Associação de Mães Autistas de Ariquemes, além de serem usados em outros programas e eventos organizados pela administração pública municipal, envolvendo alunos da rede pública estadual e municipal, desde que autorizados e supervisionados pela Secretaria Municipal de Educação.
Artigo 4º - As atividades mencionadas no Artigo 2º e 3º devem ser previamente autorizadas e coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação, que será responsável por organizar e supervisionar o transporte dos alunos.
Artigo 5º - O transporte dos alunos para as atividades descritas nos Artigos 2º e 3º não poderá comprometer ou desviar o propósito principal dos ônibus escolares, que é a realização do transporte regular no trajeto casa-escola dos alunos residentes na zona rural do município, assegurando, dessa forma, o atendimento integral de todas as demandas dos estudantes envolvidos.
Artigo 6º - As despesas relacionadas ao uso dos ônibus escolares em atividades educacionais e esportivas serão custeadas pelo município, observando os recursos disponíveis e as dotações orçamentárias próprias para essa finalidade.
Artigo 7º - Esta lei revoga a Lei Municipal nº 1.459 de 01 de agosto de 2023.
Artigo 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Negro, 25 de junho 2024

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:706BD8C7

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.598, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

Altera o Artigo 2° da Lei Municipal n°812/2017 que regulamenta a concessão de férias aos agentes políticos do Município de Monte Negro, Estado de Rondônia.

Eu, IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de Monte Negro, no Estado de Rondônia, no uso de minhas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 116 da Lei Orgânica, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - O Artigo 2° da Lei Municipal n°812/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - A concessão de férias aos vereadores poderá ocorrer em qualquer período do ano, incluindo períodos de Sessão Legislativa, desde que não comprometa o andamento regular das atividades legislativas e seja previamente acordada entre o agente político e a Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§1° - A concessão de férias ao Prefeito, Vice – Prefeito e aos Secretários será feita de acordo com planejamento prévio a ser definido pela Administração de forma a atender o interesse público e a não acarretar prejuízos às atividades e aos serviços públicos.

§2° - É vedado que o Vice - Prefeito e o Vice - Presidente da Câmara gozem férias simultaneamente com o Prefeito e o Presidente da Câmara, respectivamente.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Negro, 25 de junho 2024

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:C3D2FFFD

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.599, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

DÁ DENOMINAÇÃO A RUA PROJETADA 02, LOCALIZADA ENTRE A AVENIDA SAMUEL LOPES E A RUA PAULO MIOTTO, MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO

Eu, IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de Monte Negro, no Estado de Rondônia, no uso de minhas atribuições legais conferidas pelo inciso III, do artigo 116 da Lei Orgânica, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º.A Rua Projetada 02, localizada entre a Avenida Samuel Lopes e a Rua Paulo Miotto, Município de Monte Negro/RO, denominar-se-á "RUA SEBASTIÃO TERTO ROCHA".

Art. 2º. A Prefeitura Municipal, através do setor responsável, deverá providenciar o emplacamento da rua, conforme acima descrito.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Negro, 25 de junho 2024

IVAIR JOSE FERNANDES
Prefeito Municipio

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:1D11E1A6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3642, DE 24 DE JUNHO DE 2024

Dispõe sobre alteração orçamentária conforme Lei nº 1499/2023 e dá outras providências.
IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de MONTE NEGRO Estado de Rondônia, no uso de atribuições que lhe são conferidas
Decreta:

Artigo 1º - Fica autorizada a transposição de dotações no orçamento vigente para crédito especial nos termos do art. 41 inciso II da Lei 4320/1964 na importância de R$ 32.021,41 (trinta e dois mil, vinte e um reais e quarenta um centavos) conforme discriminado abaixo, o crédito será coberto com recursos provenientes de anulação de dotação conforme art. 43 § 1 inciso III da Lei 4320/1964.

	Crédito adicional		Anulação de Dotação	
Dotação	Funcional Programática	Dotação	Funcional Programática	Valor
610	02.07.00 10.301 0017 2053 3.1.90.11.00 2.600.0000.0000	558	02.07.00 10.301 0017 2051 3.1.90.11.00 2.600.0000.0000	32.021,41

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MONTE NEGRO, 24 de junho de 2024

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:516B8E18

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/PMNBO/2024

PROCESSO Nº 1343/2024

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RO

CONTRATADA: ARMCO STACO S. A. INDÚSTRIA METALÚRGICA

DO OBJETO
O objeto do presente termo contratual **é:**

Item	Descrição	Quant.	Und.	Valor Unit.	Valor. Total
1	TUBOS METÁLICO MP 152, CIRCULAR, EPOXY, ESPESSURA DE 2,70MM, DIÂMETRO DE 3,05 METROS MOD. 120C.	12	Metro	R$ 10.411,00	R$ 124.932,00

1.2 Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, Termo de Inexigibilidade 09/2024, a Proposta do contratado e eventuais anexos dos documentos supracitados.
DO VALOR
Atribui-se ao respectivo contrato o valor de **R$ 124.932,00 (cento e vinte e quatro mil novecentos e trinta e dois reais),** conforme no Termo de Inexigibilidade 09/2024.
DO PAGAMENTO
O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta dos recursos consignados ao próprio Município de Nova Brasilândia D'Oeste na seguinte funcional programática:

Órgão	**02.**	**Poder Executivo**
Unidade Orçamentária	**02.007.**	**Secretaria Municipal de Obras e serviços Públicos**
Prog. Trabalho	**26.782.0013.1.102**	**Convênio Aquisição de Tubos em Aço**
Natureza da Despesa	**3.3.9.0.30.00.00**	**Material de Consumo**
Desdobramento	**54 00**	**Material para Manutenção e Conservação de Estradas**
Fonte de Recurso	**20140037**	**Outros Convênios do Estado**

Nota de Empenho n° 1081/2024.
DA VIGÊNCIA
O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 45/2024, anexado ao processo administrativo 1343/2024.
DO FORO
As partes elegem o foro da Comarca de Nova Brasilândia D'Oeste, para dirimir as dúvidas ou omissões oriundas do presente Contrato que não possam ser dirimidas administrativamente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
DATA: 25.06.2024.

Publicado por:
Liliane Caitano da Silva
Código Identificador:AB0A6BE1

ASSESSORIA JURÍDICA
RESULTADO DAS INTERPOSIÇÕES DOS RECURSOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 004/2024

A Comissão de Avaliação e acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado para contratação de 02(dois) Visitadores para compor a equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social conforme Edital nº 004/2024, designada pela Portaria nº 058/GP/2024, de 16 de maio de 2024, no uso de suas atribuições legais resolve Tornar Público a Divulgação dos Resultados das Interposições dos Recursos:
Pelo presente TERMO, a comissão do Processo Seletivo Simplificado analisou o recurso impetrado pela candidata **Jaquelyne Rodrigues da Silva** referente a reconsideração da pontuação na entrevista.
A candidata foi entrevistada no dia 14 de junho, por volta das 08:20 da manhã, a candidata chegou com antecedência no dia e horário solicitado, a entrevista foi bem tranquila, a candidata bem comunicativa. A mesma teve 2 (duas) notas excelentes e 1 (uma) boa no critério de avaliação Comunicação e desenvoltura, teve 3 notas boas em apresentação pessoal. Porém no requisito demonstração de conhecimento a candidata demonstrou baixo conhecimento sobre o cargo pretendido obtendo assim 3 notas regulares no critério, ressaltando que não foi ruim e sim regular. Levando em consideração os critérios de avaliação essa comissão **INDEFERE** o pedido de reconsideração de pontuação da entrevista, entendendo que a nota foi compatível com o apresentado e não havendo possibilidade de reavaliação.

Nova Brasilândia D'Oeste, 25 de junho de 2024.

PAULA PATRICIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA SOUZA
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

VANESSA GONÇALVES DE SIQUEIRA
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

JUNIOR BENTO DE PAULA
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

Publicado por:
Liliane Caitano da Silva
Código Identificador:41A328FB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 06/2024

Processo Administrativo n° 3454/2023
Ampla participação; Cota reservada LC 123/2006; e Exclusivo ME, EPP e MEI.

Órgão: Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO; **Objeto:** Aquisição de materiais de consumo laboratoriais e reagentes, por meio do procedimento de registro de preços; **Valor estimado:** R$ 3.219.379,57 (três milhões duzentos e dezenove mil trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos); **Data da sessão:** 08/07/2024 às 09h (Horário de Brasília); **Local de realização do certame: www.licitanet.com.br**; **Do edital:** O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site supracitado no site da Prefeitura www.novabrasilandia.ro.gov.br – "Transparência Municipal" e https://www.gov.br/pncp/pt-br Portal Nacional de Contratações Públicas; **Informações:** Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3418-2239 ou no e-mail cpl@novabrasilandia.ro.gov.br.

Nova Brasilândia D'Oeste-RO, 25/06/2024.

VAGNER ROBERTO PEREIRA DE SOUZA
Pregoeiro – Port. 43/GP/2024

Publicado por:
Vagner Roberto Pereira de Souza
Código Identificador:87A9EDD5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE AFASTAMENTO 021/GP/2024

Publicado no Mural
25 de junho de 2024
Conforme Lei Municipal nº 183/1997

Poder Executivo
PORTARIA DE AFASTAMENTO Nº 021/GP/2024

<Dispõe sobre o afastamento de funcionário a fim de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo nas eleições de 2024. =

O Prefeito do Município de Nova Brasilândia D´Oeste, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme disposto em Lei Municipal:
CONSIDERANDO, o requerimento protocolado sob o Processo nº 1909/2024, afastamento do servidor do exercício do cargo, com a pretensão de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo.
CONSIDERANDO, que a legislação eleitoral vigente, em casos tais, prevê a possibilidade de afastamento do funcionário por três meses do cargo exercido;
RESOLVE
Art. 1º AFASTAR DO EXERCÍCIO do Cargo de PROFESSOR, durante o período do Pleito Eleitoral, a partir do dia 01 de julho 2024, o servidor MARCELINO NATALICIO PEREIRA, matricula 1813, conforme autoriza o art. 1º, inciso II, alínea <l=da Lei Complementar nº 64/90.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de julho de 2024.

Nova Brasilândia D'oeste, 25 de junho de 2024.

HÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Núbia Vicente Cunha
Código Identificador:4F912F5C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE NOMEAÇÃO 069/GP/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE - RO Publicado no Mural 25 de junho de 2024 Conforme Lei Municipal nº 183/1997ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE Portaria nº 069/GP/2024 O Prefeito Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei. R E S O L V E: Nomear para compor a Comissão de Recebimento de Bens e Equipamentos da Secretaria Municipal de Agricultura, Conforme Processo Nº 1954/2022, do Município de Nova Brasilândia D´ Oeste – RO, os seguintes membros: MEMBRO: ALEXANDRO FERNANDES DOS SANTOS MEMBRO: ADEMIR SOUZA SILVA MEMBRO: CLAUDEMIR PALAOROA presente portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições da Portaria Nº003/GP/2024. Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 25 de junho de 2024.

HÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mara Núbia Vicente Cunha
Código Identificador:D81A6BD7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PMNM/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 191/SEMEL/2024
A Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, por intermédio da Superintendência de Licitações e Contratos – SUPEL, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar na forma do disposto da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal Nº.7899/23. Licitação na modalidade Pregão tipo **menor Preço por ITEM,** Modo de Disputa: **Aberto e Fechado**, tendo como objeto o**: Aquisição deste veículo 0km, Tipo Van com capacidade para 15 passageiros, e 1 motorista para a Secretaria Municipal de Estradas e Logísticas do Município de Nova Mamoré-RO.** Tudo em conformidade com PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 191/SEMEL/2024 e especificações técnicas e condições constantes nos anexos, partes integrantes do instrumento convocatório. O Edital encontra-se à disposição dos interessados neste mesmo endereço, em dias úteis, no horário das 07h:30min. às 15h:00min ou no Portal Transparência do Município https://transparencia.novamamore.ro.gov.br/transparencia. A data para abertura da sessão, eletrônica será dia 08/07/2024 às 10h:00min na plataforma **LICITANET.**
O Valor estimado **R$ 290,980,00 (Duzentos e noventa mil, novecentos e oitenta reais);** Informações Complementares na Superintendência de Licitações, sito a Avenida Dom Pedro II, nº.7096, Bairro João Francisco Clímaco, segunda a sexta-feira, das 07h30min, às 15h:00min, exceto feriado. CONTATO: (69) 99990-6750, e-mail "cpl@novamamore.ro.gov.br".
Nova Mamoré, 25 de junho de 2024.

SÍLVIO FERNANDES VILLAR
Pregoeiro-NM
Portaria n° 47/GP/2024

Publicado por:
Silvio Fernandes Villar
Código Identificador:2C02347F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 283-GP/2024

PORTARIA Nº 283-GP/2024. Em 18 de junho de 2024.

"Dispõe sobre a nomeação dos membros da comissão de acompanhamento, fiscalização, medição e recebimento de obras públicas da Prefeitura do Município de Nova Mamoré-RO."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO a necessidade de conceder maior transparência, eficiência e legalidade na execução das Obras Públicas da Prefeitura do Município de Nova Mamoré-RO,

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR os membros da **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO, MEDIÇÃO E RECEBIMENTO DE OBRAS PÚBLICAS** da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré-RO, ficando assim composta:

NOME	CPF	FUNÇÃO NA COMISSÃO
EDERSON FRANCO MARTINS	022.656.542-36	PRESIDENTE
JOANA FRADE DA SILVA	010.385.202-66	SECRETÁRIO
CHARLES SIDNEY LIMA DA SILVA	005.427.282-30	MEMBRO
RONALDO ANANIAS DA SILVA	512.197.512-00	SUPLENTE

Art. 2º - A Comissão realizará inspeção minuciosa de todas as características e etapas das obras públicas municipais iniciadas e executadas.
Art 3º - Compete a esta Comissão, receber a entrega provisória e definitiva da obra, bem como emitir documento de Termo de Recebimento Provisório e Definitivo.
Art. 4º - A veracidade das informações contidas no Termo de Recebimento Provisório e Definitivo é de exclusiva responsabilidade dos MEMBROS DESTA COMISSÃO.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se a Portaria n°079-GP/2023.

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 18 de junho de 2024.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré

Publicado por:
Alessandra Mamede Bastos
Código Identificador:DD8CAB91

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°300-GP/2024

PORTARIA N°300-GP/2024 Em, 24 de junho de 2024.

Dispõe sobreaConcessão do benefício de readaptação de funçãodaStephanie Almeida de Lima.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do art. 3° da Lei de n°1.573GP/2020 que assegura a concessão do benefício de readaptação de função;

RESOLVE;
Art. 1° - CONCEDERa readaptação de função**,**a servidora STEPHANIE ALMEIDA DE LIMA, portadora do RG nº 816.664 SESDEC/RO e CPF nº 758.079.392-04 pertencente ao quadro de servidores efetivo deste Município, na função de TURISMÓLOGA-40 horas Semanais, sob a matricula n°6098, conforme consta no laudo de avaliação Médica nº 045/2024, e no Processo Administrativo de nº 1330-1/2021, lotada na Secretaria Municipal de Educação-SEMED.

Art. 2° -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 24 de junho de 2024.

MARCELIO RODRIGUES UCHOA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleyciele Lima da Silva
Código Identificador:6C2896C5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8250-GP/2024, DE 24 DE JUNHO DE 2024.

DECRETO Nº 8250-GP/2024 Em, 24 de junho de 2024.

Autoriza Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação no Orçamento Vigente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ,no uso das atribuições que lhes são conferidas no Inciso IV, Artigo 70, da Lei Orgânica do Município de Nova Mamoré, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição federal de 1988 e**Lei 2.067-GP/2023**, de 22 de dezembro de 2.023.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a fazer abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação no valor de**R$ 20.600,00**(vinte mil e seiscentos reais), Tal solicitação dar-se devido a necessidades da classificação da despesa correta da Secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMA, conforme solicitado no Memorando**nº 40/SEMA/2024**. Observando-se nas classificações institucionais, econômica e funcional programática a seguinte discriminação:

SUPLEMENTAÇÃO				
02.00.00		**PODER EXECUTIVO**		
02.18.00		**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**		
04.122.0034.2225		**MANUT. DAS ATIV. - SEMA**		
01.500.0000	**F:**266	3.3.90.30	Material de consumo	20.600,00
TOTAL				**20.600,00**

Art. 2º.O recurso autorizado para abertura de Crédito Adicional suplementar por anulação no caput anterior será coberto com recursos conforme, artigo 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

ANULAÇÃO				
02.00.00		**PODER EXECUTIVO**		
02.18.00		**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**		
04.122.0034.2226		**MANUT. DAS ATIV. - PROJETOS AMBIENTAIS**		
0.1.500.0000	**F:**268	3.3.90.39	Outros serv. de terceiros Pessoa Jurídica	20.600,00
TOTAL				**20.600,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, em especial paraproceder às alterações das metas e ações inicialmente previstas na**Lei Municipal nº 1.754-GP/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, Lei Municipal nº 1.994GP/2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2024) e Lei Municipal nº 2.067-GP/2023 (Lei Orçamentária do Exercício de 2024**).

Palácio 21 de Julho, 24 de junho de 2024.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josieli de Almeida
Código Identificador:1DCCC52E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

P M N U - RO
DECRETO Nº 2.780 DE 25 DE JUNHO 2024.

DISPÕE SOBRE A REALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR TRANSFERÊNCIA NO ATUAL ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

João José de Oliveira, Prefeito do Município de Nova União/ RO, no uso da competência conferida pelo art. 68, III, da Lei Orgânica, considerado o disposto no art.167 da Constituição Federal, com autorização contida no § 4º do art. 17, da Lei n.º 1.016 de 24 de Outubro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º Por este Decreto, ficam realocados recursos orçamentários por Transferência, no atual orçamento da **SEMOSPAS**, no valor de **R$ 5.000,00** (cinco mil reais):
Tal solicitação se faz necessário para cobrir despesas com pagamento de Rescisão Trabalhista, conforme solicitação da Secretaria em Memorando nº. 88/SEMOSPAS/2024, em anexo.

Programação	Elemento de Despesa	Ficha	Valor R$
02.04.04.122.0001.2007	3.1.91.94	058	R$ 5.000,00
		TOTALR$:	**R$ 5.000,00**

Art. 2º As despesas com a realocação de recursos orçamentários por Transferência, de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão cobertas com recursos oriundos da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Programação	Elemento de Despesa	Ficha	Valor R$
02.04.04.122.0001.2007	3.3.90.08	059	R$ 3.000,00
02.04.04.122.0001.2007	3.3.90.32	062	R$ 2.000,00
		TOTAL R$:	**R$ 5.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Kaiky Vinícius Oliveira Nascimento
Código Identificador:9C9E6E83

P M N U - RO
ERRATA

PORTARIA Nº 138/DRH

A Prefeitura Municipal de Nova união-RO, torna Público a todos os interessados que, na Portaria nº 138 de 2024, publicada em 02/05/2024, no Diário Oficial do Munícipios de Rondônia, ANO XV Nº 3717, altera o seguinte item:

ONDE LÊ

PORTARIA Nº 138, DE 29 DE ABRIL DE 2024,

LEIA-SE

PORTARIA Nº 136, DE 29 DE ABRIL DE 2024,

Nova União – RO, 24 de junho de 2024.

Publicado por:
Kaiky Vinícius Oliveira Nascimento
Código Identificador:5C13E653

P M N U - RO
PROJETO DE LEI N. 1.124, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

Institui o Programa Jovem Aprendiz do Poder Executivo do Município de Nova União/RO.

João José de Oliveira, Prefeito do Município de Nova União/RO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Institui o Programa JOVEM APRENDIZ para atuarem nas áreas administrativas da administração pública direta e indireta no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova União - RO, que atenda aos requisitos previstos na CLT Consolidação das Leis Trabalhistas e regulamentos pertinentes.
§ 1° Considera-se aprendiz o maior de 14 (quatorze) anos e menor de 18 (dezoito) anos, que celebrar contrato de aprendizagem nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho CLT.
§ 2° O trabalho do aprendiz, não poderá ser realizado em locais prejudiciais a sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência escolar.
§ 3º A contratação do JOVEM APRENDIZ, atenderá prioritariamente aos adolescentes, em situação de vulnerabilidade econômico-social bem como em conflito com a lei, e os egressos do sistema de cumprimento de medidas socioeducativas, encaminhados pelo CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, abrigos e bolsa família, e observará o percentual de 10% (dez por cento) de vagas aos PCD'S (Pessoas com Deficiência) com análise aos seguintes critérios:
I – Frequentando a partir do 7º ano do Ensino Fundamental e/ou médio (Regular e ou Supletivo) público ou privado;
II - Possuir renda familiar per capita igual ou inferior a 1/2 salário-mínimo;
III - Comprovar ser residente no Município.
Art. 2° O programa legislativo JOVEM APRENDIZ será um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, não inferior a 01 (um) ano e podendo ser renovado por mais um ano, em que o empregador se compromete a assegurar ao contratado:
I. formação técnico-profissional metódica, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico;
II. fomentar políticas públicas de integração dos serviços legislativos e administrativos para a promoção educativa do aprendiz:
III. criar oportunidade de ingresso do adolescente no mercado de trabalho, através do desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e das atitudes, despertando o senso de responsabilidade e iniciativa através da consciência de seus direitos e deveres enquanto cidadão, bem como de valores éticos;
IV. planejamento administrativo propiciando aos adolescentes condições para exercer uma iniciação profissional na área da administração pública;
V. estimular a inserção ou reinserção do adolescente no sistema educacional e, quando necessário, proporcionar o reforço escolar a fim de garantir e melhorar o processo de escolarização;
VI. oportunizar ao aprendiz a contribuição no orçamento familiar.
Parágrafo único ao aprendiz compete:
I. executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação;
II. apresentar ao contratante trimestralmente comprovante de aproveitamento e frequência escolar.
Art. 3° A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na carteira de trabalho e previdência social, matrícula e frequência do aprendiz a escola, e inscrição em programa de aprendizagem e desenvolvimento sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico profissional metódica.
Art. 4° As hipóteses de extinção e rescisão do contrato do aprendiz são:
I. término do seu prazo de duração;
II. quando o aprendiz chegar a idade-limite de 18 anos;
III. antecipadamente, nos seguintes casos:
Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;
Falta disciplinar grave (art. 482 da CLT)
Ausência injustificada a escola que implique perda do ano letivo;
A pedido do aprendiz.
§ 1° Entende-se por formação técnico-profissional metódica, para efeitos do contrato de aprendizagem, as atividades teóricas e práticas metodicamente organizadas em tarefa de complexidade progressiva, desenvolvidas no ambiente de trabalho.
§ 2° A formação de que trata o caput deste artigo realizar-se-á por programas de aprendizagem, organizados e desenvolvidos sob a

orientação e responsabilidade de entidades qualificadas conforme definidas nesta Lei.
§ 3° A formação técnico-profissional do aprendiz obedecera aos seguintes princípios:
I. Garantia de acesso e frequência obrigatória mínima ao ensino fundamental e médio;
II. Capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho;
Art. 5º Ao Jovem aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário-mínimo/hora pelo ente público contratante.
§ 1° Ao Aprendiz, será condicionado trabalhar de segunda a sexta-feira, com jornada de trabalho de 4 (quatro) horas diárias, nos horários da manhã (08 as 12 horas) ou a tarde (14 as 18 horas), deverão ser computadas no salário as horas destinadas as atividades teóricas, o descanso semanal remunerado e feriados.
§ 2° O período de gozo de férias do Aprendiz, deverá coincidir preferencialmente, com as férias escolares, sendo vedado ao empregador fixar período diverso daquele definido no Programa de aprendizagem.
Parágrafo único. Ao Jovem Aprendiz com idade inferior a 18 (dezoito) anos é assegurado acompanhamento psicopedagógico diferenciado, em respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
Art. 6° O órgão Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração, atribuído como agente fiscalizador e controlador do Programa JOVEM APRENDIZ, com atribuições a serem definidas em regulamento próprio, atuará dentre outras metas com a missão de fortalecer as relações cotidianas entre os setores de implantação do programa, colaboradores e o público-alvo do programa, visando o intercâmbio entre os contratados e a prática no serviço público.
Art. 7° O Poder Executivo Municipal poderá optar pela contratação direta, hipótese em que deverá fazê-lo através de processo seletivo por meio de edital específico e ainda seguindo as regras federais previstas e pertinentes ao tema.
Art. 8° Caso opte por contratação das Entidades Sem Fins Lucrativos ESFL para execução dos objetivos de que trata a presente Resolução, fica, portanto o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio, contrato, acordo, ajuste, termo de parceria ou outro instrumento semelhante com entidades não governamentais sediadas no município, nos termos da legislação estadual e federal pertinente ao tema.
§ 1° Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e credenciada no Ministério do Trabalho como uma instituição formadora.
§ 2° As entidades sem fins lucrativos de que trata essa Lei, contratarão os adolescentes inscritos no programa sob regime de contrato de aprendizagem, observadas as disposições lecionadas pela da CLT e legislação federal correlata.
§ 3° As entidades deverão emitir certificados de qualificação profissional aos aprendizes que concluírem o programa de aprendizagem com aproveitamento satisfatório.
§ 4° As entidades deverão acompanhar e comprovar mensalmente no mínimo 75% (Setenta e cinco por cento) de frequência dos adolescentes no curso, e o aproveitamento individual (nota) de cada aluno de no mínimo 6,0 (Seis).
§ 5° A falta injustificada e não autorizada ao curso teórico de aprendizagem poderá ser descontada no salário do aprendiz, possibilitando reflexo no recebimento do repouso semanal remunerado e nos eventuais feriados da semana.
§ 6° As Entidades mencionadas nos incisos deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.
§ 7º As entidades qualificadas em formação técnico profissional metódica, devem promover, orientar e coordenar as atividades desenvolvidas na parte teórica e garantir a integração em suas ações da família do adolescente, fazendo com que os pais participem do processo de aprendizagem, e para isso poderá elaborar projetos de desenvolvimento e valorização do programa como:
I. ações para melhorar o desempenho escolar dos adolescentes e conscientizá-los da importância do estudo;
II. ações visando harmonizar as aptidões dos jovens com as necessidades dos setores por meio da seleção per competência comportamental;
III. ações para enriquecer a formação dos jovens e auxiliá-los nos primeiros passos rumo ao mercado de trabalho;
IV. ações visando a integração entre os colaboradores do órgão empregador e os participantes e a divulgação do programa para o público externo.
Art. 9° Cabe ao Conselho tutelar no município verificar dentre outros aspectos, a adequação das instalações físicas e as condições gerais em que se desenvolve a aprendizagem, a regularidade quanta a constituição da entidade e, principalmente, a observância das proibições previstas no ECA, resoluções do CONANDA e demais normas que regulamentam o tema.
Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentarias próprias, utilizando-se dos regramentos orçamentários suplementares e especiais, a ser aberto em época adequada mediante lei específica.
Art. 11. O Poder Executivo Municipal regulamentara a presente Lei em até 90 (noventa) dias.
Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Kaiky Vinícius Oliveira Nascimento
Código Identificador:EF13F9BE

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2021

DATA: 24 DE JUNHO DE 2024.

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE E CRIATTO PUBLICIDADE LTDA ME CNPJ/MF 05.625.442/0001-47

OBJETO: O objeto do presente é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**, para atender as necessidades da Câmara Municipal, através do Processo Administrativo nº 095/2021.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas a serem realizadas pela CONTRATADA em decorrência do processo licitatório a estimativa para o ano de 2024 para realizar as despesas de publicidade e propaganda é de R$**264,000.00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais)**, conforme Lei n.º 3.304 de 30 de novembro de 2023Lei 3304 de 30/11/2023 (ID 743165), para atender as publicidades INSTITUCIONAIS**,** sendo o saldo de **R$195,928,58**(cento e noventa e cinco mil novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos), o saldo restante para atender nos meses de julho a dezembro deste ano.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente instrumento é de até 06 (seis) meses, iniciando-se na data21/06/2024a20/12/2024, podendo o instrumento ser prorrogado se preenchidas as exigências do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, sendo essa ainda de interesse e necessidade pública devidamente comprovada e demonstrada nos autos e autorizada antes do término da vigência inicial.

PROCESSO: 095/2021/CMETOPO.

Estância Turística Ouro Preto do Oeste/RO, em 24 de junho de 2024.

KATIELLI KARLA SILVA MEDEIROS
Agente Administrativo
Interveniente

Publicado por:
Olcymar Galimberti da Silva
Código Identificador:2CA01A77

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
CONVOCAÇÃO Nº 01/2024

EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/SEMSAU/SEMED/2024, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇIOS MÉDICOS E DEMAIS ÁREAS DA SAÚDE.

CONVOCAÇÃO Nº 01/2024

A Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste - RO, no uso de suas atribuições legais, vem realizar a convocação de empresa especializada na área de Fonoaudiologia, conforme descrição abaixo, para comparecer à Secretaria Municipal de Saúde, situado à Avenidade Daniel Comboni - nº 1156. Após a publicação, a empresa terá um prazo 05 (cinco) dias úteis em conformidade com item 18.2 do EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/SEMSAU/SEMED/2024.

FONOAUDIÓLOGO		
RAZÃO SOCIAL	**CNPJ**	**SITUAÇÃO**
EVOLUIR ESPAÇO TERAPÊUTICO INFANTIL LTDA	53.433.704/0001-51	1ºLUGAR

Ouro Preto do Oeste/RO, 25 de junho de 2024.

JUAN ALEX TESTONI PREFEITO
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Elida Cristina Voedelo
Código Identificador:22D5AB82

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS

CÂMARA MUNICIPAL DE PARECIS
TERMO DE REFERENCIA CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE INTERNET/CMP/2024

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARECIS
Av. Judite Jesus de Oliveira nº035, Bairro Centro CEP 76979-000
Tel. (69) 3447-1074
CNPJ: 01.683.902/0001-32

TERMO DE REFERÊNCIA N° 002
PROCESSO Nº 051/2024.

1. OBJETO
1.1. Despesa com Contratação de empresa especializada em fornecimento de soluções de conexão com: - 01 IP (Internet Protocol) fixo Dedicado, com acesso a rede mundial de computadores Inter- net, com acesso de velocidade de 100(cem) megas, sendo taxa de download e upload, fornecimento em fibra óptica, e – 01 Internet Banda Larga fornecimento em fibra óptica, para Câmara Municipal de Parecis. Visto que esse serviço é essencial para a manutenção das atividades e perfeito funcionamento deste Legislativo Municipal, todos conforme especificações técnicas e quantidades constantes deste Termo de referência.
1.2. Os equipamentos não terão custo financeiro para a Contratante, e serão fornecidos por comodato.
2. MOTIVAÇÃO
2.1. Destinado a contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos profissionais em Informática para Fornecimento de Link de Internet Dedicado com IP Fixo e **Pacote de dados de 100 MB,** objetivando-se trazer maior agilidade e praticidade na execução das tarefas institucionais e melhoria na qualidade da prestação de serviços ofertados. A Câmara Também tem interesse em transmitir as seções ao vivo via vídeo. Sendo a Internet Banda Larga para atender ao público que estiverem presentes nas sessões desta Casa, não trazendo assim lentidão no procedimento de transmissão das sessões que será utilizado o lik dedicado. Assim sendo, o objeto faz se necessário para atender as necessidades desta Casa de Leis.
3. PREÇOS A SER CONTRATADO
3.1. Os preços a serem praticados deverão obedecer aos critérios de análises de acordo com a legislação em vigor e ainda as cotações de preços estabelecidas no processo.
d
4. DA FORMA, CONDIÇÕES, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO:
4.1. DAS CONDIÇÕES DE SERVIÇOS.
4.1.1. Os serviços deverão ser executados de forma satisfatória e a contratada deve possuir licença própria junto a AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES para operação legalizada. Termo de Autorização junto a ANATEL, ATO de outorga junto a ANATEL e publicação no diário oficial da União, não serão permitidos licença de terceiros.
4.1.2.A contratada, para efeito de atendimento aos serviços do objeto, deverá ter um responsável técnico habilitado (s), e registrado (s) junto ao órgão competente.
4.1.3.O prazo para execução dos serviços a contratada deverá apresentar, em até 05 (cinco) dias úteis após a Homologação do processo, um "Plano de Implantação dos Serviços".
5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/QUANTIDADES E REGIME DE EXECUÇÃO
5.1. Todas as características descritas são parâmetros mínimos exigidos para o fornecimento dos objetos, sendo permitida a oferta de produto com características superiores, a ser avaliado pela Administração.
5.2. Despesa de Teleprocessamento - Dotação orçamentária: 01.031.0001.2.002.3.3.90.39.00/ FICHA
11. Seguem abaixo suas descrições:

Link de Internet Dedicado de 100 MB			
01	Fornecimento de soluções de conexão com 01 IP (Internet Protocol) fixo Dedica- do, com acesso a rede mundial de computadores Internet, com acesso de veloci- dade de 1 0 0 (cem) MB, sendo taxa de download e upload, fornecimento em fibra óptica, na Câmara Municipal de Parecis.	Serv.	12 Meses
	Banda Larga 250 MEGAS		
02	Fornecimento de Internet Banda Larga, conexão fibrá óptica no minimo de 250mbps. Para plenário (aberto para o publico) da Câmara Municipal de Parecis.	Serv.	12 Meses

6. CONVOCAÇÃO PARA O FORNECIMENTO.
6.1. - A convocação para a realização dos serviços será feita através da emissão e encaminhamento da Nota de Empenho, ou outro documento equivalente, à Adjudicatária.
6.2. - A convocação será realizada via correio eletrônico (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo do contrato, se for o caso, para impressão, assinatura e devolução via postal ou correio eletrônico. Através do mesmo endereço eletrônico, a Câmara de Parecis- RO enviará as comunicações necessárias durante a execução do contrato.
6.3. O prazo para confirmação do recebimento será de até 3 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento do correio eletrônico. A recusa injustificada da adjudicatária em cumprir a prestação de serviço, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.
6.4. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de correio eletrônico, far-se-á a remessa do contrato por via postal, para assinatura da adjudicatária.
7. DA FORMA, CONDIÇÕES, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO:
7.1. DAS CONDIÇÕES DE SERVIÇOS.
7.1.1. Os serviços deverão ser executados de forma satisfatória e a contratada deve possuir licença própria junto a AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES para operação legalizada. Termo de Autorização junto a ANATEL, ATO de outorga junto a ANATEL e publicação no diário oficial da União, não serão permitidos licença de terceiros.
7.1.2.A contratada, para efeito de atendimento aos serviços do objeto, deverá ter um responsável técnico habilitado (s), e registrado (s) junto ao órgão competente.

7.1.3.O prazo para execução dos serviços a contratada deverá apresentar, em até 05 (cinco) dias úteis após a Homologação do processo, um "Plano de Implantação dos Serviços".

8. CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO E RESPONSÁVEL

8.1. - O recebimento do (s) serviço (s) se dará:

I. **Provisoriamente** - para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante aposição de carimbo de recebimento provisório por servidor Responsável do Recebimento;

II. **Definitivamente** - após a verificação da suas especificações e consequente aceitação, mediante Termo de Recebimento, em até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório.

8.2. - O objeto será rejeitado, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será suspenso o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

8.3. - Se o particular realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, adequando o objeto aos termos pactuados, será recebido provisoriamente e, após constatar-se a conformidade em face dos termos pactuados, em definitivo, no prazo de até 10 (dez) dias, pelos agentes acima mencionados.

8.4. - Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto deste Termo de Referência ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto na legislação vigente, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

9. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. - O valor orçado para a contratação visada no presente Termo de Referência foi obtido a partir de Relatório de Consulta de Preços elaborado por servidores da Câmara Municipal de Parecis, formado com base em orçamentosadvindos de cotações formais, visando se ter uma ampla pesquisa de preços. O valor total é da ordem **de R$ 48.423,45 (quarenta e oito mil quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos).**

9.2. - A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta de recursos livres da Câmara Municipal de Parecis - RO, seguindo as dotações orçamentárias a seguir:

➢ Despesa de Teleprocessamento - 01.001.01.031.0001.2.002.3.3.90.39.00/ FICHA 11.

10.PRAZO E CONDIÇÕES

10.1 - Em caso do objeto não atender as descrições, a contratada deverá corrigiros vícios do objeto deste certame em até 15 (quinze) dias corridos após a comunicação e avaliação do defeito, sem ônus adicional a este Legislativo.

11.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FORMA DE REAJUSTE

11.1 - O pagamento será proveniente dos recursos da Câmara Municipal de Parecis e será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada.

11.2 A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

11.3 O pagamento será efetuado somente após as Notas Fiscais/Faturas serem conferidas, aceitas e atestadas pelo gestor, obrigando-se a empresa a manter sua regularidade fiscal e trabalhista exigidas no certame.

11.4 É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações exigidas.

11.5 O pagamento será efetuado à empresa contratada através de ordem Bancária em moeda corrente nacional, mediante a apresentação de nota fiscal devidamente certificada pela secretaria solicitante, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecidae mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, FEDERAL E ESTADUAL, CRF do FGTS, CND Negativa de débitos Municipal e CN Trabalhista), Nota Fiscal/Fatura discriminati- va, com o respectivo material discriminado.

11.6 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.7 Os valores pagos em atraso, somente serão corrigidos, caso derivar de culpa exclusiva da Câmara Municipal, os quais serão corrigidos monetariamente, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo–IPCA, medido pelo IBGE, calculadas sobre o total do débito em atraso, desde o vencimento até a data do efetivo pagamento.

11.8 Os preços propostos não serão reajustados durante o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assiantura do contrato. Após esse período os preços poderão ser atualizados financeiramente de acordo com a variação do IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo oficialmente, desde que previamente autorizado pela Câmara Municipal.

12. FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização da prestação e execução dos serviços será exercida pela Comissão de Recebimento, ou por outro representante designado pela Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

12.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

13. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1 - O critério de julgamento na presente contratação é o de **menor preço global**.

14. RESULTADOS ESPERADOS

14.1 - Espera-se com a presente contratação assegurar todas as condições físicas e insumos necessá- rios a plena manutenção das atividades desta Casa de Leis.

Parecis - RO, 07 de junho de 2024.

JAMILE MARIA BERNARDELLI
Assessora Especial de Compras
Portaria n.º 002/2024

Aprovo o presente Termo de Referência.

DONIZETE VITOR ALVES
Presidente – CMP

CNPJ: 01.683.902/0001-32

ANEXO I

PROJETO EXECUTIVO

CONTRATAÇÃO DE LINK DEDICADO E BANDA LARGA DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA

1. OBJETIVO

Contratação de serviços para fornecimento de uma solução de conexão IP – Internet Protocol Dedicado – que suporte aplicações TCP/IP e disponibilize a Câmara Municipal de Parecis acesso a rede mundial de computadores Internet, com as características abaixo descritas.

2. CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO INTERNET

2.1. A administração deste Poder Legislativo será a gestora dos serviços contratados.

2.2. A Contratada será responsável pela Implantação, configuração, gerenciamento pró-ativo e manutenção do Serviço de Internet Corporativo.

2.3. A porta de comunicação WAN do roteador instalado pela contratada na Câmara Municipal de Parecis, deverá estar conectada à porta de um roteador de borda do Backbone da contratada, através de uma conexão de acesso exclusivamente dedicado a essa função.

2.4. A proponente poderá a seu critério agendar com a Câmara Municipal de Parecis visita a seu ambiente operacional.

Interligar o Ponto Principal – Câmara Municipal de Parecis à Internet Mundial, com acesso de velocidade inicial de 100 Mbps, sendo taxa de Download e Upload cada.

2.5. Prover a facilidade do aumento da velocidade inicial, de forma que atenda ao somatório de todas as reservas de bandas implementadas, desde que previamente consultada a disponibilidade.
2.6. A Contratada deverá implementar o aumento da velocidade, quando solicitado, sem interrupção do serviço, onde as atualizações tecnológicas requisitadas para este aumento, devem ser suportadaspelos recursos e equipamentos envolvidos na solução desde a instalação inicial.
2.7. A velocidade indicada ao atendimento do Serviço Internet, não poderá, a qualquer tem- po, ser formada por links de acessos com taxas inferiores à solicitada.
2.8. Deverão estar inclusos na solução todos os recursos de conectividade, tais como, modems, conversores, roteadores, e outros correlatos bem como a instalação de equipamentos de transmissão necessária à prestação dos serviços e à integração com o ambiente operacional da Câmara Municipal de Parecis/. Infraestrutura elétrica, aterramento e condicionamento de ar serão de responsabilidade da Contratante.
2.9. Todos os equipamentos e enlaces fornecidos pela contratada, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverão obedecer rigorosamente às normas e recomendações em vigor, elaboradas por órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na área – ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), e entidades de padrões reconhecidas internacionalmente – ITU-T (International Telecommunication Union), ISSO (International Standardization Organization), IEEE (Instituteof

CNPJ: 01.683.902/0001-32
Electricaland Electronics Engineers), EIA/TIA (Electronics Industry Alliance and Telecomumnication Industry Association).
2.10. Prestar serviço de gerenciamento pró-ativo incluindo a disponibilização de uma "Central de Atendimento" e de um Sistema de Monitoração do Tráfego Internet via WEB, para acompanhamento dos serviços prestados pela contratada.
2.11. A Central de Atendimento deverá estar disponível no horário comercial, a serem realizadas pelos técnicos da CONTRATADA, sendo imprescindível que os funcionários de atendimento da contratada conheçam os serviços contratados e estejam aptos a dar as informações básicas sobre o serviço.
2.12. Caso haja a necessidade de realizar manutenção preventiva, a contratada deverá avisar a Câmara Municipal de Parecis com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data proposta para a realização do serviço, que deverá ser ratificada pela Diretoria Geral dete Poder Legislativo.
2.13. Disponibilizar técnicos para realizar atividades de suporte à conectividade, isto é, disponibilizar recursos especializados para resolver problemas específicos de desempenho / integração entre serviços de telecomunicações (conexão a Internet) durante o horário comercial, ou seja, 05 dias por semana 08 horas por dia.
2.14. A Contratada deverá possuir central de atendimento com número telefonico para atendimento de reclamações e aberturas de chamados técnicos.
2.15. Deveram estar inclusos no contrato todas as despesas provenientes de mensalidades, equipamentos, instalação e impostos.

3. REQUISITOS PARA OS ROTEADORES A SEREM INSTALADOS

3.1. Os roteadores integrantes do "Backbone" da prestadora de serviços e os roteadores instalados no Ponto Principal – Câmara Municipal de Parecis deverá possuir capacidade de suportar o tráfego com banda completamente ocupada, sem que os limites de 80% de utilização da memória e 80%de utilização da CPU sejam excedidos. A Contratada deverá informar estas estatísticas diariamente no Sistema de Monitoração, entre 0:00 h (zero hora) e 24:00 h (vinte e quatro horas).
3.2. Sempre que houver lançamento de nova versão de sistema operacional e/ou "firmware" que faça correções de segurança ou dos serviços prestados, poderá ser solicitada formalmente pela administração deste Poder Legislativa a contratada a atualização dos roteadores instalados. Nesse caso, a contratada terá 07 (sete) dias corridos para realizar as atualizações solicitadas, sem nenhum ônus a Câmara Municipal de Parecis.
3.3. Contratada deverá fornecer à Câmara Municipal de Parecis as senhas de acesso via porta de console, para cada um dos roteadores instalados, com privilégios somente para operações de leitura – readonly para os comandos "ping", "routing" e "trace".Também deverá ser fornecido acesso somente de leitura às estatísticas de SNMP(comunidade de leitura ou usuário/senha).

4. ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO.

4.1. Regime de Operação

CNPJ: 01.683.902/0001-32
A Rede Internet deverá estar em operação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana.
4.2. Prazo para atendimento.
4.2.1. Os acordos deverão ser atendidos, conforme prazos abaixo;
4.3 Serviço prazo para atendimento panalidade;

Implantação	30dias	0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre a etapa da execução dos serviços não cumprida. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da etapa da execução dos serviços não realizada, por cada dia de atraso subsequente ao trigésimo.
Disponibilidade	99,9% Anual	0,3% (três décimos por cento), por quebra do SLA mensal contratado até o trigésimo dia de atraso. 0,7% (sete décimos por cento) por quebra do SLA mensal contratado por cada dia de atraso subsequente ao trigésimo.
Alteração de Banda	72 horas	0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre a etapa da execução dos serviços não cumprida. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da etapa da execução dos serviços não realizada, por cada dia de atraso subsequente ao trigésimo.

5. ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS

5.1. O Índice de Disponibilidade mensal do Ponto Principal fornecido pela contratada deverá ser de, no mínimo, 99,9% (noventa e nove vírgula e noventa por cento) anual.
5.2. O serviço deverá estar disponível 24 horas por dia, 07 dias por semana, todos os dias do ano. Desta maneira a proponente deverá estabelecer estrutura de operação para este nível de serviço.
5.3. A disponibilidade do serviço indicará o percentual de tempo, durante o período de 01 mês de operação, em que o serviço permanecer em condições normais de funcionamento.
5.4. O serviço será considerado indisponível:
5.4.1. A partir do início de uma interrupção registrada no centro de atendimento/supervisão da CONTRATADA ou a partir da comunicação de interrupção, feita pela CONTRATANTE, até o restabelecimento do serviço às condições normais de operação e a respectiva informação à CONTRATANTE.
5.4.2. A disponibilidade do serviço será calculada, para um período de 01 mês, através da seguinte fórmula:

T0– Ti	Onde:
	D = disponibilidade;
D =---------100	To = período de operação (01 mês), em minutos;
T0	Ti = tempo total de indisponibilidade do circuito de acesso, ocorrida no período de operação (1mês), em minutos.

5.4.3. No cálculo de disponibilidade, não serão consideradas as interrupções programadas e aquelas de responsabilidade da CONTRATANTE.

6. IMPLANTAÇÃO DO ACESSO INTERNET

6.1. A contratada deverá apresentar, em até 05 (cinco) dias úteis após a Homologação do processo, um "Plano de Implantação dos Serviços", que deverá contemplar os seguintes requisitos:
6.2. Instalação do ponto de acesso, roteadores e execução de todas as configurações necessárias para Rede Internet na Câmara Municipal de Parecis em, no máximo, 30 (trinta) dias corridos após a aprovação do "Plano de Implantação dos Serviços".
6.3.
6.4. Disponibilização do Sistema de Monitoração do Tráfego Internet e da Central de Atendimento em, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos após a aprovação do "Plano de Implantação dos Serviços".
6.5. Indicação dos técnicos responsáveis pela implantação dos serviços referidos no item anterior, incluindo informações necessárias para realizar os contatos.
6.6. A fase de implantação dos serviços será considerada concluída pela administração desta Casa de Leis somente quando:
6.7. O Sistema de Monitoração do Tráfego Internet estiver disponível, apresentando todas as informações de configuração e todas as métricas requisitadas.

6.8. A Central de Atendimento da contratada puder ser contatada pela gerência de rede da Câmara Municipal de Parecis através de ligação telefônica.
6.9. A totalidade da capacidade de tráfego contratada estiver disponível.
7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA
7.1. A contratada deve possuir licença própria junto a AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES para operação legalizada. Termo de Autorização junto a ANATEL, ATO de outorga junto a ANATEL e publicação no diário oficial da União, não serão permitidos licença de terceiros
7.2. A contratada, para efeito de atendimento aos serviços do objeto, deverá ter um responsável técnico habilitado (s), e registrado (s) junto ao órgão competente .

JAMILE MARIA BERNARDELLI	***DONIZETE VITOR ALVES***
Assessora Especial de Compras	Presidente– CMP

Publicado por:
Jamile Maria Bernardelli
Código Identificador:326557DC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 093, DE 19 DE JUNHO DE 2024

PORTARIA Nº. 093, DE 19 DE JUNHO DE 2024.

Institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos do inciso XIV, art. 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, destinada a monitorar e avaliar a parceria celebrada com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE mediante termo de Fomento, nomeia membros e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Parecis/RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei Orgânica e demais normativos legais e;

Considerando as normas gerais da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público, define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e acordo de cooperação com organizações da sociedade civil e institui o termo de colaboração e o termo de fomento;

Considerando o inciso XIV, art. 2º da Lei nº 13.019/2014, que disciplinam sobre instituição da comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria celebrada com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento;

Por fim, considerando que a comissão de avaliação e monitoramento da parceria é a instância de acompanhamento da parceria, com entes públicos e entidades privadas sem fins lucrativos, firmadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social , podendo atuar em todas as fases, desde as etapas prévias à celebração até a prestação de contas e comprovação dos resultados, com objetivo de aprimorar os processos, unificar entendimentos e padronizar objetos, custos e indicadores, fomentando o controle de resultados.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação, destinado a monitorar e avaliar a parceria celebrada com a organização da sociedade civil **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE** mediante termo de fomento.

Parágrafo único A comissão de monitoramento e avaliação é a instância de acompanhamento das parcerias, com ou sem repasse de recursos, com entes públicos e entidades privadas sem fins lucrativos, firmadas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e poderá atuar em todas as fases, desde as etapas prévias à celebração até a prestação de contas e comprovação dos resultados, com objetivo de aprimorar os processos, unificar entendimentos e padronizar objetos, custos e indicadores, fomentando o controle de resultados.

Art. 2º. À comissão de monitoramento e avaliação compete:

I - uniformizar entendimentos acerca dos processos e práticas adotados;

II - identificar necessidades de normatização referentes ao tema;

III - formular propostas de aperfeiçoamento de práticas nas diferentes etapas das parcerias;

IV - produzir e revisar manuais e fluxos;

V - identificar e difundir boas práticas;

VI - dirimir dúvidas, sempre que houver demanda acerca de casos concretos;

VII - elaborar pareceres de avaliação de resultados do conjunto das parcerias;

VIII - propor e padronizar instrumentos, objetos, medidas e indicadores para fomento ao controle de resultados;

IX - propor ações corretivas e recomendações decorrentes do acompanhamento e da avaliação;

X - assegurar a divulgação de dados e informações em linguagem acessível no sítio eletrônico do órgão; e

XI - produzir subsídios ao Relatório de Gestão Anual.

§ 1º A Comissão de monitoramento e avaliação das parcerias poderá demandar de outros órgãos subsídios para apoiar suas atividades.

§ 2º A atuação da comissão de monitoramento das parcerias não substitui a fiscalização legal atribuída a servidor responsável pela parceria que seja objeto de acompanhamento.

§ 3º Deverá ser observada, em especial, a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria com a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE** será composta pelos seguintes membros, sob presidência do primeiro:

I – TAIS NEVES – PRESIDENTE
II – SAMARA SOARES DA SILVA – MEMBRO
III – ADRIANA CRISTINA DOS SANTOS FERREIRA - MEMBRO.

§ 1º A comissão de monitoramento e avaliação das parcerias poderá convidar outros servidores do Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS e/ou do Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS, assim como convidados externos, para participação em suas reuniões.

§ 2º A participação na Comissão de Avaliação e Monitoramento da Parceria será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada, exceto custos com diárias, para os membros do CMAS e/ou servidores desta pasta.

Art. 4º A comissão de monitoramento e avaliação da parceria realizará reuniões mensais, ordinariamente, podendo ser convocadas sessões extraordinárias sempre que necessário.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. **REVOGA-SE A PORTARIA 135/2023.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MARCONDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Parecis/RO

Publicado por:
Iury Neves de Almeida
Código Identificador:EF4C7813

GABINETE DO PREFEITO
"3.º ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2023, ORIUNDO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SÍ CELEBRA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS-RO, E DE OUTRO LADO A EMPRESA EGM SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 07.605.578/0001-10 PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM."

***"3.º ADITIVO AO CONTRATO Nº 037*/2023, ORIUNDO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SÍ CELEBRA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS-RO, E DE OUTRO LADO A EMPRESA EGM SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 07.605.578/0001-10 PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM."**

Aos **quatro** dias do mês de **junho** de **dois mil e vinte e quatro** o Município de PARECIS-RO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ / MF sob o nº 84.745.363/0001-46, com sede na Rua Jair Dias, n 150, Centro, Parecis-RO neste ato representado pelo **Prefeito Municipal Sr. MARCONDES DE CARVALHO**, **de um lado como CONTRATANTE,** e de outro a empresa **EGM SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA (CONSTRUTORA UMUARAMA), inscrita no CNPJ 07.605.578/0001-10**, com sede na Rua Almirante Tamandaré, nº 380, Bairro Cidade Alta, Rolim de Moura/RO, neste ato representada pela sócia administradora **Marilza Rita de Oliveira Souza**, portadora do RG 544737-SSP/RO, Denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o **3.º Termo Aditivo** ao contrato **037/2023**, que tem pôr finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na contratação de empresa devidamente qualificada para a execução da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A CONSTRUÇÃO DE GALPÕES NO MUNICIPIO DE PARECIS-RO, CONVENIO Nº TRANSFEREGOV 922356/2021,** conforme **Processo Administrativo n° 0000849.05.01.2023/SEMAGRI,** resultante do procedimento licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS nº 011/2023,** e que se regerá pelas Leis Federais Nº 10.520/02 e 8.666/93, atendidas as cláusulas e condições que se seguem:

DO OBJETO

Cláusula primeira – O presente Termo aditivo, tem por objetivo prorrogar a vigência do **Contrato 037/2023**, por mais 60 (sessenta) dias a contar de **05 de junho de 2024** a **04 de agosto de 2024.**

Cláusula Segunda – **Da Ratificação.**
As demais disposições contidas no **Contrato 037/2023** em original que não são abrangidas por este Termo Aditivo permanecem em vigor.

Cláusula Terceira – Da Publicação.

A contratante providenciará a publicação do respectivo extrato nos meios de divulgação Oficial para o município de Parecis-RO.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente Termo, em duas vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes.

Publicado por:
Iury Neves de Almeida
Código Identificador:BA51B112

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTEIRAS DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REABERTUTA DE ENVELOPE DE PROPOSTA.

ATA DE REABERTUTA DE ENVELOPE DE PROPOSTA.
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2023
PROCESSOS Nº 871/2023

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte quatro, às 09 horas 15 minutos, na sede da Prefeitura Municipal de Pimenteiras do Oeste, na sala da CPL reuniram-se os membros da CPL designados pelo decreto municipal n° 071/2024. OBJETO: TOMADA DE PREÇO 006/203, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS VISANDO CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA.
Dando inicio a sessão referente a tomada de preço acima citada, a comissão informa que os licitatntes participantes desse certame não compareceram, estando somente a comissão em sessão.
Nesse ato foram aberto os envelope de proposta das licitantes, ficando a seguinte classificação:
1° CONSTRUTORA CBA LTDA- 14.326.080/0001-84; com o valor da proposta, 264.500,97 (duzentos e sessenta e quatro mil e quinhentos reais e noventa e sete centavos);
2° ROSSI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - 33.254.322/0001 - 16; com o valor da proposta, 276.792,11 (duzentos e setenta e seis mil e setecentos e noventa e dois reais e onze centavos).
3° MS OLIVEIRA CONSTRUÇÃO CIVIL – LTDA – INOVAR - 36.214.863/0001-09; com o valor da proposta, 279.589,10 (duzentos e setenta e nove mil e quinhentos e oitenta e nove reais e dez centavos);
4° MP CONSTRUÇÕES – JUSCELIA BARBOSA PINTO – ME – 17.598.179/0001- 23; com o valor da propota, 280.324,14(duzentos e oitenta mil e trezentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos);
5° M ALVES DE LIMA – DECE ENGENHARIA - 48.093.882/0001-03; com o valor da proposta 297.352,50 (duzentos e noventa e sete mil e trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)
6° HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI - 23.084.435/0001-67; com o valor da proposta, 313.253,85 (trezentos e treze mil e duzentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos).
Considerando-se o valor apresentado, o critério de julgamento de menor preço, conforme definido no preâmbulo do edital, a Comissão aponta a CONSTRUTORA CBA LTDA- 14.326.080/0001-84; como vencedora do presente certame, com o valor da proposta, 264.500,97 (duzentos e sessenta e quatro mil e quinhentos reais e noventa e sete centavos);
Fica aberto o prazo recursal, em respeito aos princípios do Contraditório e da Ampla Defesa. Abre-se o prazo de 05(cinco) dias uteis contados a partir da publicação deste ato.
Nada mais a tratar, encerra-se a sessão e lavra-se a presente ata, que segue assinada pela comissão designados pelo decreto municipal n° 071/2024.

_____
HONORINA RAIMUNDO DE JALES

_____
CLEBERSON LUIZ RISELO

_____
SIDNEY JUNIOR DE OLIVEIRA RIBEIRO

_____
VANDERLÚCIA DOS SANTOS SILVA

Publicado por:
Rodrigo Sordi Moreira
Código Identificador:3AA7CE81

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

MÁRCIO PACELE VIEIRA DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho, biênio 2023/2024, vem **RECONHECER** nos termos do art. 37 da Lei Federal n° 4.320/64 e

suas alterações e Parecer Técnico Jurídico da Procuradoria-Geral sob o n° 62/PG/CMPV-2024 e Parecer Técnico da Controladoria Geral n° 238/CG/CMPV-2024, a despesa contraída com a Empresa CSF - Comércio e Serviços Empresariais Eireli-EPP, pelos serviços limpeza predial, constante no Processo Administrativo n° 01-00242-000/2023. Nestes Termos vem Autorizar a emissão da nota de empenho na Rubrica de Desdobramento de Despesa 3390-39: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, na Ação: Administração da Unidade no valor total de R$ 55.329,40 (cinquenta e cinco mil trezentos e vinte e nove reais e quarenta centavos).

Porto velho, 24 de junho de 2024

MARCIO PACELE VIEIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:9A3287E5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUBPROCURADORIA DE PROCESSO DISCIPLINAR
PORTARIA Nº 114/CD/SPPD/PGM/2024.

PORTARIA Nº 114/CD/SPPD/PGM/2024.
Porto Velho, 21 de junho de 2024.

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo de Sindicância n.º 04.0046/CS/PGM/2019.

RESOLVE

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar e constituir Comissão com a finalidade de apurar as irregularidades administrativas constantes dos autos do Processo acima referido, sobretudo do item "e" do julgamento, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso do trabalho.

Art. 2º Determinar que a referida apuração seja realizada no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 186 da Lei Complementar nº 385/2010 Lei, por Comissão composta pelos seguintes servidores, como Presidente: **EMILIANA LITERONE ANDRADE MARTINS,** matrícula n.º 103945, como membros: **EDUARDO PINHEIRO DIAS**, matrícula nº 70772, **LEILA MARIA SANTOS SOUZA ,** matrícula Nº. 46393, todos estáveis e em exercício nesta Procuradoria Geral do Município, cabendo ao Presidente a designação do Secretário da Comissão, na forma estabelecida pela Lei Complementar nº 385/2010.

Art. 3º O presente Processo Administrativo Disciplinar passará a ter a seguinte numeração: **00600-00019656/2023-22**.

Art. 4º Autoriza a Comissão de Processo Disciplinar, realizar diligência, ouvir testemunhas, fazer uso dos meios eletrônicos disponíveis (spark, whatsApp; e-mail; videoconferência etc…)
Parágrafo único. O disposto no caput, observará todos os atos e procedimentos próprios do processo apuratório, em estrita obediência aos princípios da legalidade, do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência.
Publique-se.
Cumpra-se.

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Adjunto do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:1EF761A7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUBPROCURADORIA DE PROCESSO DISCIPLINAR
PORTARIA Nº 115 /CD/SPPD/PGM/2024.

PORTARIA Nº 115 /CD/SPPD/PGM/2024.
]Porto Velho, 24 de junho de 2024.

O PROCURADOR GERAL ADJUNTO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº **00600-00009066/2022-19-e**

RESOLVE

Art. 1º Instaurar procedimento administrativo disciplinar(PAD) constituir Comissão com a finalidade de apurar os indícios de materialidade, relativos às irregularidades administrativas constantes dos autos do Processo acima referido, e os fatos que sejam conexos a elas.

Art. 2º Determinar que a referida apuração seja realizada no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, nos termos da Lei, por Comissão composta pelos seguintes servidores: **JOSÉ DA CONCEIÇÃO LEITE,** Técnico Jurídico, cadastro nº 104258, **MARCELO GONZAGA LELLIS, T**écnico Jurídico, cadastro nº 80672, e **LUCIANO VALES DO NASCIMENTO**, Técnico Jurídico cadastro**,** 85028,Tendo como Suplente o servidor, **STANLEY JORGE MALONEY,** cadastro nº 28325, todos estáveis e em exercício nesta Procuradoria-Geral do Município, cabendo ao Presidente a designação do Secretário da Comissão, na forma estabelecida pela Lei Complementar nº 385/2010.

Art. 3º. Autoriza a Comissão de Processo Disciplinar, realizar diligências, ouvir testemunhas, fazendo uso dos meios eletrônicos disponíveis (spark; whatsapp; e-mail; videoconferência e etc.).

Parágrafo único. O disposto no caput, observará todos os atos e procedimentos próprios do processo apuratório, em estrita obediência aos princípios da legalidade, do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Art. 4º O presente Processo Administrativo Disciplinar passará a ter a seguinte numeração: **00600-00009066/2022-19-e**, cuja Portaria instauradora entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência.
Publique-se.
Cumpra-se.

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Adjunto

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:2480B83F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 687/2024 - DICAS/DGP/SEMAD 25 DE JUNHO DE 2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

CONSIDERANDO o Art. 38 §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto nº 11.824 de 18/10/2010, publicado o D.O.M nº 3.871 de 01/11/2010, resolve:

DESIGNAR ao servidor **JOSIEL ALMEIDA DOS SANTOS,** Cadastro nº 380246**,** para exercer no período de **15/07/2024 a 29/07/2024,** o Cargo em Comissão de GERENTE DE DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E

CONTROLE CC-11**, da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, em substituição a titular **CHIRLEY CABRAL DA PAZ ALMEIDA**, Cadastro nº 174558, por motivo de férias no mesmo período, conforme e-DOC F80F647A, e-DOC 17499C82, e-DOC AAA39E3F,e-DOC EE869293.

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:4BDF4CE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 688/2024 - DICAS/DGP/SEMAD 25 DE JUNHO DE 2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

CONSIDERANDO o Art. 38 §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto nº 11.824 de 18/10/2010, publicado o D.O.M nº 3.871 de 01/11/2010, resolve:

DESIGNAR a servidora **DAIANE DI SOUZA BOTELHO,** Cadastro nº 39273**,** para exercer no período de **11/06/2024 a 09/08/2024,** o Cargo em Comissão de AGENTE DE CONTRATAÇÃO CC-20**, da Superintendência Municipal de Licitação - SML**, em substituição ao titular **MARCUS FELLIPO GOMES LEAL**, Cadastro nº 248931, por motivo de Licença Médica homologada no mesmo período, conforme e-DOC F80811BC,e-DOC D83A6BBB,e-DOC 648B0348.

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:33E08FAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 689/2024 - DICAS/DGP/SEMAD 25 DE JUNHO DE 2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

CONSIDERANDO o Art. 38 §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do Decreto nº 11.824 de 18/10/2010, publicado o D.O.M nº 3.871 de 01/11/2010, resolve:

DESIGNAR ao servidor **MIKAEL MARQUES CRUZ,** Cadastro nº 1005541**,** para exercer no período de **01/07/2024 a 30/07/2024,** o Cargo em Comissão de GERENTE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ANÁLISE PROCESSUAL, CC - 11**, da Secretaria Municipal de Saneamento e Serviços Básicos - SEMUSB**, em substituição ao titular **HUDSON DE OLIVEIRA VIANA**, Cadastro nº 208034, por motivo de férias no mesmo período, conforme e-DOC DAEB9FCD,e-DOC 50FD6422,e-DOC 345880BF.

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:467338B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 690/2024 - DICAS/DGP/SEMAD 25 DE JUNHO DE 2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO a Resolução nº 23.548 e suas alterações , expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE;

CONSIDERANDO o Art. 99, da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010 - DOM nº 3.786, de 01/07/2010 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Porto Velho;

CONSIDERANDO o Art. 94, do Decreto nº 11.824, de 18/10/2010-DOM nº 3.871, de 01/11/2010, resolve:

Art. 1º CONCEDER 03 (três) meses de **LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS**, com remuneração, ao servidor **MARCUCE ANTONIO MIRANDA DOS SANTOS**, Cadastro nº 48886, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, do Quadro de Pessoal do Município, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, no período de **06/07/2024 a 16/10/2024,** conforme Processo nº 00600-00030592/2024.

Art. 2º Fica o servidor subordinado a comprovar o Registro de Candidatura até **15/08/2024**, prazo máximo estipulado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia. A não apresentação do Registro de Candidatura incorrerá na suspensão do licenciamento na data estipulada.

Art. 3º Fica determinada a apresentação no dia **17/10/2024**, naDivisão de Atendimento aos Servidores, da Secretaria Municipal de Administração/SEMAD, para fins de reapresentação na secretaria de lotação, considerando o prazo máximo de até **10 (dez) dias** seguinte ao da eleição, conforme Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Velho.

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:DB9A7B69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 691/2024 - DICAS/DGP/SEMAD 25 DE JUNHO DE 2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO a Resolução nº 23.548 e suas alterações , expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE;

CONSIDERANDO o Art. 99, da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010 - DOM nº 3.786, de 01/07/2010 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Porto Velho;

CONSIDERANDO o Art. 94, do Decreto nº 11.824, de 18/10/2010-DOM nº 3.871, de 01/11/2010, resolve:

Art. 1º CONCEDER 03 (três) meses de **LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS**, com remuneração, ao servidor **RAYMISON CORREA DA SILVA**, Cadastro nº 86795, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal do Município, lotado na **Secretaria Municipal de ---Saúde – SEMUSA**, no período de **06/07/2024 a 16/10/2024,** conforme Processo nº 00600-00018894/2024.

Art. 2º Fica o servidor subordinado a comprovar o Registro de Candidatura até **15/08/2024**, prazo máximo estipulado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia. A não apresentação do Registro de Candidatura incorrerá na suspensão do licenciamento na data estipulada.

Art. 3º Fica determinada a apresentação no dia **17/10/2024**, naDivisão de Atendimento aos Servidores, da Secretaria Municipal de Administração/SEMAD, para fins de reapresentação na secretaria de lotação, considerando o prazo máximo de até **10 (dez) dias** seguinte ao da eleição, conforme Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Velho.

PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B950593A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO PROCESSO SELETIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD
EDITAL – PROCESSO SELETIVO - SEMASF

PORTARIA N. 88/SEMAD/2024

"*DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA* DO EDITAL N. 038/SEMAD/2024, PARA FINS DE ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA E ESTUDOS NECESSÁRIOS À INCLUSÃO DE VAGAS DESTINADAS A PORTADOR DE DEFICIÊNCIA E BENEFICIÁRIOS DO SISTEMA DE COTAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD, em conjunto com o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF** da Prefeitura do Município de Porto Velho/RO, no uso de suas atribuições legais, conforme o Art. 7º inciso IX, c/c XIX, do Decreto 19.048, publicado no D.O.M.E.R nº 2.405 de 06.06.2023, e Comissão Especial instituída através do Decreto nº 19.969/2024 (publicado no D.O.M.E.R em 10 de maio de 2024,edição nº 3744).
CONSIDERANDO a Recomendação **Extrajudicial nº 003/2024/9ª PJ-PVH** emitida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia (Comarca de Porto Velho) apontando indícios de violação, em razão da ausência de previsão de vagas para pessoas com deficiências (10%, conforme Lei Estadual (RO) 515, de 04/12/1993) e para pessoas negras (20%, conforme Lei Estadual (RO) 5.732, de 08/01/2024);
CONSIDERANDO que o órgão Ministerial em sua extensão recomenda que a expressão "concurso" deve ser interpretada em sua acepção ampla, incluindo qualquer seleção simplificada ou não para o preenchimento de cargos, empregos, ou funções públicas;
CONSIDERANDO que o Edital nº 38/SEMAD/2024 não previu a reserva de vagas para os membros de ambos os grupos sociais (pessoas com deficiência 10%, conforme Lei Estadual RO 515 de 04/12/1993 e pessoas negras 20% Conforme Lei Estatual RO 5.732 de 08/01/2024), bem por isso, merece ser revisto, em tempo e forma, para que não haja violação a direitos de índole constitucional e danos de natureza difusa e/ou coletiva;
CONSIDERANDO que o ordenamento jurídico brasileiro e especialmente os tratados internacionais sobre direitos humanos contemplam a imperiosa necessidade de se alavancarem a promoção e a defesa dos direitos de grupos socialmente vulneráveis e, nesse sentido, a facilitação de acesso a cargos públicos é uma das estratégias contempladas em nossa República e Estado Democrático de Direito;
CONSIDERANDO que a administração pode anular seus atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

R E S O L V E:

Art. 1º. SUSPENDER TEMPORARIAMENTE o Processo Seletivo Simplificado publicado através do Edital 038/2024 no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, do dia 10 de junho de 2024, edição 3744.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Porto Velho-RO, 25 de Junho de 2024.

(Assinado Eletronicamente)
PAULO CÉSAR BERGAMIN
Secretário Municipal de Administração – SEMAD

(Assinado Eletronicamente)
ÁLVARO LUIZ MENDONÇA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Assistência Social e da Família - SEMASF

(Assinado Eletronicamente)
CLEBERSON CLINTON BARBOSA SEVALHO
Presidente da Comissão

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:53DCF9E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF
PORTARIA Nº 162/GAB/SEMASF

ORDEM DE SERVIÇO N° 001/2024

PROCESSO: 00600-00021887/2023-04
VALOR DO CONTRATO: R$ 473.897,19 (quatrocentos e setenta e três mil, oitocentos e noventa e sete reais e dezenove centavos)
OBJETO:Construção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Floresta.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no uso das suas
atribuições legais conforme art. 4º, do Decreto nº 15.683/19, de 05 de fevereiro de 2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 2.391, de 06.02.2019 e Lei Municipal nº 2.572, de 11 de março de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 2.414, de 12.03.2019.

Resolve:

Art. 1º. Autorizar a VISÃO EMPRESARIAL LTDA-ME, a iniciar os serviços de obras para Construção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS FLORESTA, conforme Convênio n° 026/PGM/2024 , visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família/SEMASF.

Art. 2º. Nos termos do contrato mencionado, celebrado entre o Município de Porto Velho, por intermédio desta Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família/SEMASF e a referida empresa, esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de assinatura do contrato.

Porto Velho, 24 de Junho de 2024

ÁLVARO LUIZ MENDONÇA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Assistência Social e da Família
Decreto nº 11.850/I

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C9C5A73A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF
PORTARIA N°164/2024/GAB/SEMASF

O Secretário Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas de acordo com o **Decreto Municipal nº 14.707, de 23 de Agosto de 2017**, alterado pelo Decreto nº19.753 de 20 de fevereiro de 2024, que

regulamenta a Lei nº957/1991 que trata de concessão, Aplicação e prestação de contas de Suprimento de Fundos.
R E S O L V E
Art. 1º Conceder suprimento de fundos, em regime de adiantamento, na importância de **R$ 8.000,00 (oito mil reais)** a servidora **Ana Karla da Silva Feitoza**, cadastro: 73263, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF, Departamento de Proteção Social Especial, cargo/função: Diretora de Departamento, nos seguintes elementos de despesas:

•3.3.90.30.96 – Materiais de Consumo – pagamento antecipado – valor **R$ 5.000,00** (cinco mil reais).

•3.3.90.39.96 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – pagamento antecipado – valor **R$ 3.000,00** (três mil reais).

Art. 2º o prazo de aplicação do adiantamento de que trata o artigo 1º será de 90 (até noventa dias), a partir do recebimento e o prazo para a apresentação de prestação de contas será de 20 (até vinte dias), a contar do término do prazo de aplicação.
Art. 3º A finalidade do adiantamento será para despesas determinadas pelo Decreto nº 14.707, de 23 de Agosto de 2017, alterado pelo Decreto nº19.753 de 20 de fevereiro de 2024.
Art. 4º Ao responsável pela aplicação do adiantamento caberá fazer, pessoalmente a sua comprovação de acordo com a legislação.
Art. 5º O Departamento de Contabilidade efetuará os registros complementares à caracterização comprobatória da aplicação.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Porto Velho, 25 de junho de 2024.

(Assinado Eletronicamente)
ÁLVARO LUIZ MENDONÇA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF
Dec.11.850/I

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C5A18877

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF
PORTARIA NO 163/GAB/SEMASF

Porto Velho/RO, 25 de Junho de 2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA DA PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto no 2.865/I:
R E S O L V E:

Art. 1° - DESIGNAR servidores para atuarem como fiscais do CONTRATO No CONTRATO No
026/PGM/2024, constante no processo 00600-00021887/2023-04, que trata da contratação de Empresa
Especializada em Obras e Serviços de Engenharia para realização da Construção do Centro de Referência
de Assistência Social – CRAS FLORESTA do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS
FLORESTA, localizado à rua: AÇAÍ, S/No- LOTE 425, QUADRA 015, SETOR 07, BAIRRO FLORESTA ,
Porto Velho, através do convênio no 026/PGM/2024, de acordo com as disposições do Edital de
TOMADA DE PREÇOS No 021/2022/CPL-OBRAS/SML/PVH.

Matrícula Nome

Função na Comissão
583783 Eronildo Gomes dos Santos Presidente
1004600 Mateus Júlio Cardoso da Silva Membro
1005236 Jaqueline Da Silva Snatos Matt Membro
1004708 Camila dos Santos Matt Membro
2466638 Shaian do Carmo Bastos Membro
Art. 2o – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artt. 3o_ Compete ao fiscal de contrato:
I. Conhecer detalhamento do processo e contratação bem como, o contrato e cláusulas nele
estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores;
II. Conhecer o inteiro teor do contrato e do convênio, bem como, os instrumentos que deram origem ao
edital e seus anexos;
III. Reportar-se sempre ao representante legal da contrapartida, não devendo em hipótese alguma dar
ordens diretamente aos seus empregados;
IV. Zelar pelo bom relacionamento com a Contratada, mantendo um comportamento ético, probo e
cortês;
V- Apresentar periodicamente ou quando solicitado, o relatório circunstanciado de acompanhamento da
execução dos serviços, devendo o mesmo ser composto de registros fotográficos, data e demais
documentos comprobatórios;
VI. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, conferindo se foram prestados ou
executados em perfeito estado e nas condições contratadas de acordo com o cronograma de execução
dos serviços;
VII. Atuar em tempo hábil na solução de eventuais problemas que venham a ocorrer durante a execução
dos serviços, desde que não ultrapassem suas competências;
VIII. Garantir a eficiência na execução dos serviços com estrita observância ao estabelecido no contrato,
em especial no que refere-se às especificações técnicas, vindo a solicitar a imediata correção caso
constatada a existência de vícios, imperfeições e deficiência e/ou omissões ao representante legal da
contratada;

IX. – Notificar formalmente a contratada da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução
dos serviços, ficando prazo para sua correção;
X. – Elaborar relatório mensal da execução dos serviços, o qual servirá para subsidiar a instrução
processual para pagamento;
XI. – Conhecer a responsabilidade do contratado quanto às obrigações tributárias, encargos
trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial resultantes da execução contratual;
XII. – Conferir os dados da Nota Fiscal antes de atestá-la, orientando ao Contratado das devidas
correções quando for o caso;
XIII. – Indicar eventuais glosas nas medições aferidas, quando houver má execução do serviço
contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao
contratado acompanhado de relatório circunstanciado contendo os elementos necessários para a
apuração de inadimplência contratual.
Art. 4o – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias,
bem como as portarias anteriores.
Dê-se ciência,
Publique-se e
Cumpra-se.

ÁLVARO LUIZ MENDONÇA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Assistência Social e da Familia – SEMASF
Decreto no 11.850/I de 06 de Maio de 2024

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:4CAC2C1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA N° 23/2024/ASTEC/GAB/SEMED

Porto Velho, 23 de junho de 2024.

"*Dispõe sobre a autorização para conduzir veículo oficial no âmbito do município de Porto Velho e dá outras providências".*

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei nº. 1948 de 28 de julho de 2011, que dispõe sobre a condução de veículo oficial no âmbito do município de Porto Velho e dá outras providências;

Considerando a grande demanda de serviços externos e o número reduzido de servidores autorizados para dirigir veículo oficial, fato que compromete as ações do Departamento;

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR os servidores listados abaixo, para conduzir veículo oficial desta Secretaria Municipal de Educação/SEMED.

CAD.	NOME	HABILITAÇÃO
80507	HAMILTON ROSA FEITOSA	04433253342 / AB
67810	ZENO RAMOS GOMES	04544407538 / AB

Art. 2º É de competência do condutor:

I - Inspecionar o veículo antes de dar partida e ao final do percurso;
II - Requisitar a manutenção preventiva e/ou corretiva do veículo;
III - Dirigir corretamente o veículo obedecendo à legislação de trânsito vigente e as normas desta portaria;
IV - Prestar assistência necessária em caso de acidente;
V - Zelar pelo veículo, inclusive cuidar de ferramentas, acessórios, documentação e impressos;
VI - Preencher o impresso de controle de tráfego diariamente.
VII - Arcar com as multas de trânsito quando a mesma for: por imperícia ou imprudência no trânsito, fizer uso de celular enquanto dirigir, estacionar em local não permitido, ultrapassagem indevida, excesso de velocidade, e outras.

Art. 3º O veículo oficial deve ser utilizado estritamente para o desenvolvimento das atividades de interesse público dentro do horário normal de expediente de segunda a sexta feira, ou em horário extraordinário devidamente autorizado.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar até o dia 31/12/2024, podendo ser retificada, prorrogada ou revogada a qualquer tempo.

Dê-se ciência,
Publique-se e
Cumpra-se.

GLÁUCIA LOPES NEGREIROS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:32E040D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER -SEMES
PORTARIA Nº 53/SEMES/2024

PORTARIA Nº 53/SEMES/2024
Porto Velho, 24 de junho de 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo n.º **00600-00025587/2024-77.**

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria n° 43/2024/SEMES, de 28 de maio de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia n° 3736, em 29 de maio de 2024:

Onde se Lê:

Processo n° 00600-00025587/2024-42.

Leia-se:

Processo n° 00600-00025587/2024-77.

EDÍLSON PACHECO PINHEIRO
Secretário Municipal Adjunto de Esporte e Lazer

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B8424153

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E TRABALHO
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DE RONDÔNIA – AJERO, EM CONFORMIDADE COM A LEI 13.019/2014

Parceiro: Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia – AJERO
CNPJ: 11.044.516/0001-54
Objeto: Termo de Fomento – Emenda impositiva Individual **Nº 0100/2023**, Curso de capacitação semi-profissionalizante.
Vigência: 03 meses
Início: Após Liberação do Recursos - ALR.
Término: 03 meses ALR
Valor Global e de Repasse: R$ 315.180,75 (Trezentos e quinze mil cento e oitenta reais e setenta e cinco centavos)

O **Município de Porto Velho**, por interveniência da **Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho - SEMDESTUR**, cumprindo com o que determina o **Art. 32 da Lei Federal Nº 13.019/2014** c/c **Art. 17 do Decreto Municipal 14.859/2017**, neste ato representado por sua Secretária **Glayce Anne Barros de Souza Bezerra**, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente documento comunicar e justificar a Inexigibilidade de Procedimento de Chamamento Público, em prol da **Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia – AJERO**, visando a celebração de Termo de Fomento, na forma do Plano de Trabalho e Projeto Básico constante nos autos do processo n° **00600-00019236/2024-27.**

A escolha da parceira privada se deu por inexigibilidade de Chamamento Público, nos termos do **Art. 31, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014** e **Art. 17, §3º, do Decreto Municipal nº 14.859, de 31 de outubro de 2017**, que prevê a inexigibilidade ou dispensa do chamamento, no caso de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I – o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II – a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiada, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observando o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

No caso em tela, a proposta de parceria se encaixam no caput do artigo 31, considerando que a parceria será formalizadas entre a

SEMDESTUR e a **Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia – AJERO**, onde o objeto e os serviços serão elaborados e executados **pela própria Instituição**, inclusive o plano de trabalho contendo as atividades ou projetos desenvolvidos em forma de extensões para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados.
A parceria, ora proposta faz parte dos cursos de **extensão 01** de autoria do vereador ***Gilber*** Rocha Merces, contemplarão o objeto **"Cursos de Capacitação Semi-Profissionalizantes"**, conforme detalhado no Plano de Trabalho, visando o fortalecimento da educação e a qualificação profissional, destacando o munícipe no mercado de trabalho, além de reforçar o objetivo de promover políticas públicas para proporcionar a universalização do direito dos trabalhadores ao mercado de trabalho, bem como a qualificação, fomentando a economia através da geração de emprego e renda.

A entidade parceira indicada é organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, não remunerados, nem sequer distribui lucros e/ou excedentes aos diretores, gestores ou associados, bem como tem previsto a destinação do seu patrimônio a outra instituição de mesma natureza ou ao Poder Público, em caso de desconstituição, atendendo plenamente aos critérios do art. 2º, I, da Lei 13.019/2014.

Solicitamos manifestação da **Procuradoria Geral do Município** sobre a viabilidade da realização do Termo de Fomento, mediante inexigibilidade, desde que cumprido todos os requisitos necessários na Lei 13.019/2014.

O extrato da justificativa do presente documento deverá ser publicado no Portal Oficial do Município de Porto Velho na internet, bem como se possível no meio oficial de publicidade do Município.

A dispensa do edital de chamamento não afasta a aplicação dos demais dispositivos da lei 13.019/14 na realização de parcerias com o Município de Porto Velho.

Porto Velho/RO, 09 de maio de2024

NAIANE OLIVEIRA
Diretora do Departamento do Trabalho
Matrícula 1005073
(Assinado Digitalmente)

GLAYCE ANNE BARROS DE SOUZA BEZERRA
Secretária Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho
SEMDESTUR
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:838636D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E TRABALHO
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DE RONDÔNIA – AJERO, EM CONFORMIDADE COM A LEI 13.019/2014

Parceiro: Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia – AJERO
CNPJ: 11.044.516/0001-54
Objeto: Termo de Fomento – Emenda impositiva Individual **Nº 0078/2023**, Curso de capacitação semi-profissionalizante.
Vigência: 03 meses
Início: Após Liberação do Recursos - ALR.
Término: 03 meses ALR
Valor Global e de Repasse: R$ 315.180,75 (Trezentos e quinze mil cento e oitenta reais e setenta e cinco centavos)

O **Município de Porto Velho**, por interveniência da **Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho - SEMDESTUR**, cumprindo com o que determina o **Art. 32 da Lei Federal Nº 13.019/2014** c/c **Art. 17 do Decreto Municipal 14.859/2017**, neste ato representado por sua Secretária **Glayce Anne Barros de Souza Bezerra**, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente documento comunicar e justificar a Inexigibilidade de Procedimento de Chamamento Público, em prol da **Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia – AJERO**, visando a celebração de Termo de Fomento, na forma do Plano de Trabalho e Projeto Básico constante nos autos do processo n° **00600-00019236/2024-27.**

A escolha da parceira privada se deu por inexigibilidade de Chamamento Público, nos termos do **Art. 31, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014** e **Art. 17, §3º, do Decreto Municipal nº 14.859, de 31 de outubro de 2017**, que prevê a inexigibilidade ou dispensa do chamamento, no caso de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I – o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II – a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiada, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observando o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

No caso em tela, a proposta de parceria se encaixam no caput do artigo 31, considerando que a parceria será formalizadas entre a **SEMDESTUR** e a **Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia – AJERO**, onde o objeto e os serviços serão elaborados e executados **pela própria Instituição**, inclusive o plano de trabalho contendo as atividades ou projetos desenvolvidos em forma de extensões para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados.

A parceria, ora proposta faz parte dos cursos de **extensão 02** de autoria do vereador Macário Barros, contemplarão o objeto **"Cursos de Capacitação Semi-Profissionalizantes"**, conforme detalhado no Plano de Trabalho, visando o fortalecimento da educação e a qualificação profissional, destacando o munícipe no mercado de trabalho, além de reforçar o objetivo de promover políticas públicas para proporcionar a universalização do direito dos trabalhadores ao mercado de trabalho, bem como a qualificação, fomentando a economia através da geração de emprego e renda.

A entidade parceira indicada é organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, não remunerados, nem sequer distribui lucros e/ou excedentes aos diretores, gestores ou associados, bem como tem previsto a destinação do seu patrimônio a outra instituição de mesma natureza ou ao Poder Público, em caso de desconstituição, atendendo plenamente aos critérios do art. 2º, I, da Lei 13.019/2014.

Solicitamos manifestação da **Procuradoria Geral do Município** sobre a viabilidade da realização do Termo de Fomento, mediante inexigibilidade, desde que cumprido todos os requisitos necessários na Lei 13.019/2014.

O extrato da justificativa do presente documento deverá ser publicado no Portal Oficial do Município de Porto Velho na internet, bem como se possível no meio oficial de publicidade do Município.

A dispensa do edital de chamamento não afasta a aplicação dos demais dispositivos da lei 13.019/14 na realização de parcerias com o Município de Porto Velho.

Porto Velho/RO, 17 de maio de 2024

NAIANE OLIVEIRA
Diretora do Departamento do Trabalho
Matrícula 1005073
(Assinado Digitalmente)

GLAYCE ANNE BARROS DE SOUZA BEZERRA
Secretária Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho
SEMDESTUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:0B4F2DC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E TRABALHO
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DE RONDÔNIA – AJERO, EM CONFORMIDADE COM A LEI 13.019/2014

Parceiro: Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia – AJERO
CNPJ: 11.044.516/0001-54
Objeto: Termo de Fomento – Emenda impositiva Individual **Nº 060/2023**, Curso de capacitação semi-profissionalizante.
Vigência: 03 meses
Início: Após Liberação do Recursos - ALR.
Término: 03 meses ALR
Valor Global e de Repasse: R$ 314.987,00 (Trezentos e quatorze mil novecentos e oitenta e sete reais)

O **Município de Porto Velho**, por interveniência da **Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho - SEMDESTUR**, cumprindo com o que determina o **Art. 32 da Lei Federal Nº 13.019/2014** c/c **Art. 17 do Decreto Municipal 14.859/2017**, neste ato representado por sua Secretária **Glayce Anne Barros de Souza Bezerra**, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente documento comunicar e justificar a Inexigibilidade de Procedimento de Chamamento Público, em prol da **Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia – AJERO**, visando a celebração de Termo de Fomento, na forma do Plano de Trabalho e Projeto Básico constante nos autos do processo n° **00600-00019236/2024-27.**

A escolha da parceira privada se deu por inexigibilidade de Chamamento Público, nos termos do **Art. 31, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014** e **Art. 17, §3º, do Decreto Municipal nº 14.859, de 31 de outubro de 2017**, que prevê a inexigibilidade ou dispensa do chamamento, no caso de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I – o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;
II – a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiada, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observando o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

No caso em tela, a proposta de parceria se encaixam no caput do artigo 31, considerando que a parceria será formalizadas entre a **SEMDESTUR** e a **Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia – AJERO**, onde o objeto e os serviços serão elaborados e executados **pela própria Instituição**, inclusive o plano de trabalho contendo as atividades ou projetos desenvolvidos em forma de extensões para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados.

A parceria, ora proposta faz parte dos cursos de **extensão 03** de autoria do vereador Paulo Tico Floresta, que contemplará o objeto **"Cursos de Capacitação Semi-Profissionalizantes"**, conforme detalhado no Plano de Trabalho, visando o fortalecimento da educação e a qualificação profissional, destacando o munícipe no mercado de trabalho, além de reforçar o objetivo de promover políticas públicas para proporcionar a universalização do direito dos trabalhadores ao mercado de trabalho, bem como a qualificação, fomentando a economia através da geração de emprego e renda.

A entidade parceira indicada é organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, não remunerados, nem sequer distribui lucros e/ou excedentes aos diretores, gestores ou associados, bem como tem previsto a destinação do seu patrimônio a outra instituição de mesma natureza ou ao Poder Público, em caso de desconstituição, atendendo plenamente aos critérios do art. 2º, I, da Lei 13.019/2014.

Solicitamos manifestação da **Procuradoria Geral do Município** sobre a viabilidade da realização do Termo de Fomento, mediante inexigibilidade, desde que cumprido todos os requisitos necessários na Lei 13.019/2014.

O extrato da justificativa do presente documento deverá ser publicado no Portal Oficial do Município de Porto Velho na internet, bem como se possível no meio oficial de publicidade do Município.

A dispensa do edital de chamamento não afasta a aplicação dos demais dispositivos da lei 13.019/14 na realização de parcerias com o Município de Porto Velho.

Porto Velho/RO, 07 de maio de 2024

NAIANE OLIVEIRA
Diretora do Departamento do Trabalho
Matrícula 1005073
(Assinado Digitalmente)

GLAYCE ANNE BARROS DE SOUZA BEZERRA
Secretária Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho
SEMDESTUR
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:A9E2531B

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E TRABALHO
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DE RONDÔNIA – AJERO, EM CONFORMIDADE COM A LEI 13.019/2014

Parceiro: Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia – AJERO
CNPJ: 11.044.516/0001-54
Objeto: Termo de Fomento – Emenda impositiva Individual **Nº 0087/2023**, Curso de capacitação semi-profissionalizante.
Vigência: 03 meses
Início: Após Liberação do Recursos - ALR.
Término: 03 meses ALR
Valor Global e de Repasse: R$ 312.972,58 (Trezentos e doze mil novecentos e setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)

O **Município de Porto Velho**, por interveniência da **Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho - SEMDESTUR**, cumprindo com o que determina o **Art. 32 da Lei Federal Nº 13.019/2014** c/c **Art. 17 do Decreto Municipal 14.859/2017**, neste ato representado por sua Secretária **Glayce Anne Barros de Souza Bezerra**, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente documento comunicar e justificar a Inexigibilidade de Procedimento de Chamamento Público, em prol da **Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia – AJERO**, visando a celebração de Termo de Fomento, na forma do Plano de Trabalho e Projeto Básico constante nos autos do processo n° **00600-00019236/2024-27.**

A escolha da parceira privada se deu por inexigibilidade de Chamamento Público, nos termos do **Art. 31, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014** e **Art. 17, §3º, do Decreto Municipal nº 14.859, de 31 de outubro de 2017**, que prevê a inexigibilidade ou dispensa do chamamento, no caso de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I – o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II – a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiada, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observando o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

No caso em tela, a proposta de parceria se encaixam no caput do artigo 31, considerando que a parceria será formalizadas entre a **SEMDESTUR** e a **Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia – AJERO**, onde o objeto e os serviços serão elaborados e executados **pela própria Instituição**, inclusive o plano de trabalho contendo as atividades ou projetos desenvolvidos em forma de extensões para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados.

A parceria, ora proposta faz parte dos cursos de **extensão 04** de autoria do vereador Joel Freitas de Souza, que contemplará o objeto **"Cursos de Capacitação Semi-Profissionalizantes"**, conforme detalhado no Plano de Trabalho, visando o fortalecimento da educação e a qualificação profissional, destacando o munícipe no mercado de trabalho, além de reforçar o objetivo de promover políticas públicas para proporcionar a universalização do direito dos trabalhadores ao mercado de trabalho, bem como a qualificação, fomentando a economia através da geração de emprego e renda.

A entidade parceira indicada é organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, não remunerados, nem sequer distribui lucros e/ou excedentes aos diretores, gestores ou associados, bem como tem previsto a destinação do seu patrimônio a outra instituição de mesma natureza ou ao Poder Público, em caso de desconstituição, atendendo plenamente aos critérios do art. 2º, I, da Lei 13.019/2014.

Solicitamos manifestação da **Procuradoria Geral do Município** sobre a viabilidade da realização do Termo de Fomento, mediante inexigibilidade, desde que cumprido todos os requisitos necessários na Lei 13.019/2014.

O extrato da justificativa do presente documento deverá ser publicado no Portal Oficial do Município de Porto Velho na internet, bem como se possível no meio oficial de publicidade do Município.

A dispensa do edital de chamamento não afasta a aplicação dos demais dispositivos da lei 13.019/14 na realização de parcerias com o Município de Porto Velho.

Porto Velho/RO, 20 de maio de 2024

NAIANE OLIVEIRA
Diretora do Departamento do Trabalho
Matrícula 1005073
(Assinado Digitalmente)

GLAYCE ANNE BARROS DE SOUZA BEZERRA
Secretária Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho
SEMDESTUR
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:689EC076

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO
SEMOB
PORTARIA Nº 054/GAB/SEMOB

*"Designar o servidor **Caio Tasso Rodrigues Chagas** como Gestor do Contrato nº 029/PGM/2024, Processo nº 00600-00029748-2023-11-e – **"pavimentação, drenagem e calçadas - Bairro Planalto (Rua: Gov. Eduardo Campos, Solar, Planalto, Plutão, Netuno, Azaleias, Lírios e Orquideas) "**.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL OBRAS E PAVIMENTAÇÃO em exercício, no uso de suas atribuições legais e normas contidas na Seção X, Art. 84 na Lei Complementar nº 647, de 06 de janeiro de 2017, publicado no DOM nº5.367 de 06 de janeiro de 2017 e Art. 67 de Lei nº 8.666/93,

R E S O L V E:

Art. 1º – DESIGNAR o servidor **Caio Tasso Rodrigues Chagas**, como Gestor do Contrato n.º **029/PGM/2024**, Processo nº **00600-00029748-2023-11-e – "pavimentação, drenagem e calçadas - Bairro Planalto (Rua: Gov. Eduardo Campos, Solar, Planalto, Plutão, Netuno, Azaleias, Lírios e Orquídeas) ".**

Art. 2º – O servidor desenvolverá suas atividades a partir da data de sua publicação.

Art. 3º – Os casos omissos e dúvidas serão deliberados e esclarecidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Básicos.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Porto Velho, 18 de junho de 2024.

DAVI MARÇAL COUCEIRO CASTIEL
Secretário Municipal Adjunto de Obras e Pavimentação – em Exercício

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:7F21E18E

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO
SEMOB
PORTARIA Nº 53/2024/DOC/SEMOB

*Designar o Engenheiro Civil **Guilherme Ritter Baldin** como fiscal do Contrato nº 029/PGM/2024, Processo nº **00600-00029748-2023-11-e – "pavimentação, drenagem e calçadas - Bairro Planalto (Ruas: Gov. Eduardo Campos, Solar, Planalto, Plutão, Netuno, Azaleias, Lírios e Orquídeas)".***

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO em exercício, no uso de suas atribuições legais e

normas contidas conferidas na Lei Complementar nº 648, de 05 de janeiro de 2017, bem como de suas alterações constantes na Lei Complementar nº 832, de 31 de dezembro de 2020 e Art. 67 de Lei nº 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o Engenheiro Civil **Guilherme Ritter Baldin** como fiscal do Contrato nº **029/PGM/2024**, Processo nº **00600-00029748-2023-11-e – "pavimentação, drenagem e calçadas - Bairro Planalto (Ruas: Gov. Eduardo Campos, Solar, Planalto, Plutão, Netuno, Azaleias, Lírios e Orquídeas) ".**

Art. 2º – O técnico desenvolverá suas atividades a partir da publicação desta portaria.

Art. 3º – Os casos omissos e dúvidas serão deliberados e esclarecidos pela Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Porto Velho, 18 de junho de 2024.

DAVI MARÇAL COUCEIRO CASTIEL
Secretário Municipal Adjunto de Obras e Pavimentação – em Exercício

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:D4543015

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO SEMOB
ORDEM DE SERVIÇO N. 10/2024/DOC/SEMOB

PROCESSO N. 00600-00029748/2023-11
CONTRATO N. 029/PGM/2024
CONTRATADA: 3R CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 03.733.899/0001-40
VALOR DO CONTRATO: R$ 3.248.072,70 (três milhões, duzentos e quarenta e oito mil, setenta e dois reais e setenta centavos)

O Prefeito de Porto Velho, **DETERMINA** o **INÍCIO** da **PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E CALÇADAS - BAIRRO PLANALTO (RUAS: GOV. EDUARDO CAMPOS, SOLAR, PLANALTO, PLUTÃO, NETUNO) - BAIRRO APONIÃ (AZALEIAS, LÍRIOS E ORQUÍDEAS)** no Município de Porto Velho-RO, esta ordem de início entra em vigor a partir de sua publicação.

Dê-se ciência.

Publique-se.

Porto Velho, 17 de junho de 2024.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B230EB3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.° 20.120, DE 24 DE JUNHO DE 2024.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.130, de 20 de dezembro de 2023 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2024;

Considerando o art. 8º, §§ 1º e 2º do Decreto n.° 19.692, de 19 de janeiro de 2024, que estabelece procedimentos e prazos para a operacionalização de ações governamentais com recursos oriundos de Emendas Parlamentares Individuais;

Considerando o Ofício n° 531/2024/ASGOV/SGG, de 10 de junho de 2024, pelo qual a Secretaria Geral de Governo - SGG, encaminha o Ofício n.° 56/CTEAEP/2024, de 20 de maio de 2024, referente a suplementação de recursos da Emenda Parlamentar n.° 046/2023, em favor da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMAGRIC,

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 254.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil reais).

Art. 2º – Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação da dotação orçamentária, observando os preceitos do Inciso III, parágrafo 1° do Art. 43, da Lei n.° 4.320, de 17 de março de 1964, na sequência detalhada:

15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC						
15.32 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PORTO VELHO - FDRPV						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**ANULA R$**	**SUPLEMENTA R$**
15.32.20.543.024.2.678	Fomento às atividades agropecuárias	FIS	3.3.90.32	1.500.0000.0012	254.000,00	-
			3.3.90.39	1.500.0000.0012	-	254.000,00
SUBTOTAL					**254.000,00**	**254.000,00**
TOTAL					**254.000,00**	**254.000,00**

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 19.668, de 20 de dezembro de 2023 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 19.669, de 20 de dezembro de 2023.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito do Município

SERGIO LUIZ PACÍFICO
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Adjunto

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C0B8D866

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.° 20.122, DE 24 DE JUNHO DE 2024.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.130, de 20 de dezembro de 2023 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2024;

Considerando o Ofício n.° 084/2024/DIOR/DEF/CGF/GAB/SEMED, de 19 de junho de 2024, pelo qual a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, solicita a movimentação de recursos para cobertura de despesas com aquisição de material pedagógico à educação especial nas salas de recursos multifuncionais - SRM,

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 516.542,42 (quinhentos e dezesseis mil, quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta e dois centavos).

Art. 2º – Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação da dotação orçamentária, observando os preceitos do Inciso III, parágrafo 1° do Art. 43, da Lei n.° 4.320, de 17 de março de 1964, na sequência detalhada:

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	ANULA R$	SUPLEMENTA R$
09.01.12.122.313.2.273	Manutenção da sede e unidades educacionais	FIS	3.3.90.48	1.500.0025.1001	157.529,40	-
			3.3.90.92	1.500.0025.1001	-	157.529,40
09.01.12.361.311.2.270	Aquisição de material pedagógico	FIS	3.3.90.32	1.500.0025.1001	359.013,02	-
			3.3.90.30	1.500.0025.1001	-	359.013,02
SUBTOTAL					516.542,42	516.542,42
TOTAL					516.542,42	516.542,42

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 19.668, de 20 de dezembro de 2023 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 19.669, de 20 de dezembro de 2023.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito do Município

SERGIO LUIZ PACÍFICO
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Adjunto

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E6C55158

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2021/COORD.JURID.SAÚDE/PGM/SEMUSA

PROCESSO: Nº 00600-00003380/2023-61-e

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA
CONTRATADA: EMPRESA **LAVIN LAVANDERIA INDUSTRIAL LTDA - ME**

ESPÉCIE: EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº **016/2021/COORD.JURID.SAÚDE/PGM/SEMUSA**

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR para atender necessidades das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas nos Anexos I/I-A/I-B e II do Edital, para atender à Contratante.

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n.º 016/2021/COORD.JURID.SAÚDE/PGM/SEMUSA pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 23.06.2024, por ato que deve ser devidamente publicado no Diário Oficial do Município – DOM, nos termos do que determina o parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93. As despesas decorrentes do presente termo serão provenientes de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/SEMUSA, e correrão por conta da seguinte programação:

Projeto Atividade nº 08.31.10.302.329.2.396, Elemento de Despesa 33.90.39, Fonte 16.00, conforme Nota de Empenho n. º 001609/2024, no valor de R$ 822.664,14 (oitocentos e vinte e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais, quatorze centavos) para cobrir despesas referente ao período de 23/06/2024 a 31/12/2024, eDOC 0F597710;

Projeto Atividade nº 08.31.10.302.329.2.280, Elemento de Despesa 33.90.39, Fonte 16.00, conforme Nota de Empenho n. º 1611/2024, no valor de R$ 94.318,18 (noventa e quatro mil, trezentos e dezoito reais, dezoito centavos), para cobrir despesas referente ao período de 23/06/2024 a 31/12/2024, eDOC 0F597710.

Projeto Atividade nº 08.31.10.302.329.2.669, Elemento de Despesa 33.90.39, Fonte 16.00, conforme Nota de Empenho n. º 001608/2024, no valor de R$ 120.517,68 (cento e vinte mil, quinhentos e dezessete reais, sessenta e oito centavos) para cobrir despesas referente ao período de 23/06/2024 a 31/12/2024, eDOC 0F597710;

Os recursos necessários para a cobertura das despesas remanescentes referentes serão consignados posteriormente pela SEMUSA mediante termo de apostilamento.

As demais cláusulas e condições, ínsitas ao Contrato n.º 016/2021/COORD.JURID.SAÚDE/PGM/SEMUSA, permanecem íntegras e inalteradas, posto que ratificadas pelo presente instrumento.

Porto Velho, 20 de junho de 2024.

Responsável Pelo Extrato
DANIELI CRISTINE MARZAROTTO
Coordenador Jurídico/SEMUSA – em Substituição

e-DOC 3A04514A Documento assinado digitalmente.Acesse https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade e informe o e-DOC 3A04514A

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:72D1F50A

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS - SGP
HOMOLOGAÇÃO DE TROCA DE MARCA SRPP 072/2023

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE GASTOS PÚBLICOS – SGP
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DOS NÚCLEOS ADMINISTRATIVOS - DGNA
HOMOLOGAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE MARCA DO LOTE 19 – AMPLA CONCORRÊNCIA – ITEM 16-SEVOFLURANO 1 MG/ML 250 ML SOLUÇÃO INALATÓRIA, ATA DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE Nº 072/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2023.
O Município de Porto Velho, torna público para conhecimento de todos os interessados, através da Superintendência Municipal de Gestão de Gastos Públicos – SGP na qualidade de órgão gerenciador e em observância ao disposto no artigo 81 do Decreto Municipal Nº 18.892/2023, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Município de Porto Velho, e dá outras providências:

1 – Considerando o Parecer técnico nº 058/2024/DAF/SEMUSA (e – DOC 1D654EA1), elaborado pelos servidores do Departamento de Assistência Farmacêutica - DAF, que em resumo aduzem: *"O Medicamento da marca UNIÃO QUÍMICA NACIONAL ofertado para a troca de marca, apresenta propriedades farmacológicas (concentração, volume, dosagem, posologia, forma farmacêutica e apresentação) COMPATÍVEL com a marca CRISTÁLIA que foi homologada na ata de registro de preço/Pregão Eletrônico mencionado ao norte, não havendo desta forma impedimentos/óbices técnico farmacológico para troca em questão. Desse modo, sugerimos o* ***DEFERIMENTO*** *PARA A TROCA DE MARCA referente ao quantitativo do medicamento SEVOFLURANO 1 MG/ML 250 ML SOLUÇÃO INALATÓRIA, QUANT: 18 FRASCOS - AMPOLA PARA A NOTA DE EMPENHO Nº 1757/2024".*

2 – Considerando a pesquisa de preços realizadas na Tabela CMED (e- DOC 302E6F7C), referente ao item e marca.

3 – Homologo a alteração da marca do LOTE 19 –PARTICIPAÇÃO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA - ITEM 19 - SEVOFLURANO 1 MG/ML 250 ML SOLUÇÃO INALATÓRIA, da ata de Sistema de Registro de Preços Permanente nº 072/2023, referente ao Pregão Eletrônico nº 159/2023, processo nº 00600.00011692/2023- 48, para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (MEDICAMENTOS) "INJETÁVEIS IV", com validade da Ata expirando em 07/04/2025, conforme solicitação da detentora:

LOTE/ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	NOVA MARCA	VALOR UNITÁRIO LICITADO
19/19	SEVOFLURANO 1 MG/ML 250 ML SOLUÇÃO INALATÓRIA	FRASCO	UNIÃO QUÍMICA NACIONAL	R$ 361,29
Detentora do item da ata: **ATIVA MÉDICO CIRÚRGICA LTDA, CNPJ: 09.182.725/0001-12**				

Porto Velho-RO, 24 de junho de 2024.

MARILIS CRISTINA HEIDRICH
Superintendente Municipal de Gestão de Gastos Públicos – SGP - Em Substituição
Matrícula nº 1000891
Decreto n°05, de 14 de junho de 2024

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:65AF0AB9

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 059/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-1451/SEMUSA/2023
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA M.E.I/M.E/E.P.P OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica - RENAME 2022, fracassados em pregão anterior, para atendimento Médico aos Usuários da Rede de atenção à Saúde, por um período de 12 meses. Valor estimado em R$ 160.468,00 (cento e sessenta mil e quatrocentos e sessenta e oito reais) A Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO através do Pregoeiro designado, torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar Licitação na Modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA. ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO. DO TIPO: Menor Preço Unitário. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 11 de julho de 2024**, às **09h10min** (horário de Brasília). **LOCAL: https://licitanet.com.br/** RETIRADA DO EDITAL: www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes ou https://licitanet.com.br/.

Presidente Médici, 25 de junho de 2024.

WENDEL BRAGANÇA DIAS
Agente De Contratação
Portaria Nº 73/SEMGOV/2023 de 13 de fevereiro de 2023

Publicado por:
Daiane Bruna Moura
Código Identificador:8CBA57DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADESÃO

PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI - TERMO DE ADESÃO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/SML/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7075/SEMED/2023 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

O Prefeito Municipal de Presidente Médici, através das atribuições que lhe são conferidas, ADERE e torna público, o certame na modalidade de adesão à ata de registro de preço, conforme justificativa anexa aos autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 932/SEMPRE/2024, da Secretaria Municipal de Planejamento e Reg. Fundiária. DO OBJETO: Aquisição de playground infantil conforme especificado no item 2 da Ata de Registro de Preço n.º 004/SML/2023, no valor de R$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais). ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO. Fornecedor: A. BRAZ CABRAL, inscrita no CNPJ: 31.660.213/0001-73.

Presidente Médici, 21 de junho de 2024

EDILSON FERREIRA DE ALENCAR
Prefeito

Publicado por:
Gerlinda Prochnow
Código Identificador:F54164C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº: 019/ASTPJ/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.258/2024
CONTRATO Nº: 019/ASTPJ/2024
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 005/CPLM/2024

QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI/RO E A EMPRESACONSTRUFOR CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA,PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI - ESTADO DE RONDÔNIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 04.632.212/0001-42, com sede provisória na Avenida Trinta de Junho nº 2031-B, Centro, nesta cidade de Presidente Médici/RO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **EDILSON FERREIRA DE ALENCAR**, doravante, denominada **CONTRATANTE**, e a empresaCONSTRUFOR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**,**empresa inscrita no CNPJ nº: 15.875.636/0001-54, localizado na Av. dos Imigrantes, nº: 2509, Sala C, Costa e Silva, Porto Velho/RO, representado por Jonas Ferreira de Souza, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, na execução das Obra/Serviços,licitado através da Concorrência Eletrônica nº 005/CPLM/2024, submetendo-se, os mesmos aos termos da Lei 14.133/2021 e suas alterações, e das seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULAPRIMEIRA DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO RECREATIVO MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI/RO - 1° ETAPA, COM ÁREA TOTAL DE 6.376,9 M² DE CONSTRUÇÃO, proveniente do CONVÊNIO PLATAFORMA + BRASIL N° 916574/2021 firmado entre o Governo Federal e o Município de Presidente Médici, para os fins que especifica, conforme descritivo no Estudo Técnico Preliminar, Projeto Básico e Executivo, Memorial

Descritivo, Planilha de Orçamento Globale Cronograma Físico-Financeiro, os quais integram o presente processamento.

Presidente Médici/RO, 21 de Junho de 2024

Município Presidente Médici/RO
EDILSON FERREIRA DE ALENCAR
Prefeito

Publicado por:
Gerlinda Prochnow
Código Identificador:35EDF0C5

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.072/GP/2024.

"Nomeia o Fiscal de Contrato para acompanhar e Fiscalizar os Contratos Municipais Derivadas da Lei federal nº 14.133/2021".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA - RO, EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei.

DECRETA:

Art. 1º. Nomeia o servidor **Diones Soares de Souza**, mat. 1554, para exercer a função de FISCAL DO CONTRATO Nº 10/2023 do município de Primavera de Rondônia, a fim acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, decorrentes do objeto do contrato, derivados da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º. Integram o rol de atribuições tanto do Gestor de Contrato, como do Fiscal do Contrato nº 10/2023, o disposto no Decreto Municipal nº 2.947/GP/2023, ao qual devem zelar pelo seu fiel cumprimento.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Primavera de Rondônia, RO, 25 de junho de 2024.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Herbst Kruger
Código Identificador:5B9211A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 328/GP/2024.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei 1011/GP/2021 e amparadas pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo n. º 1514-1/SEMSAU/2024.

RESOLVE:

Art. 1.º Arbitrar e conceder 12 (doze) diárias no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) perfazendo um valor global de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) em favor dos servidores mencionado abaixo, se deslocará até Porto Velho – RO nos dias 25 a 28/06/2024 para participar da **2° Conferencia Estadual de Gestão de Trabalho e Educação em Saúde** Conforme oficio n° 05/CMS/2024, o deslocamento será com veículo oficial Fiat Arbo Placa SLG 9H50.

Neuza Gemine dos Santos, Diretora UBS, CPF. ***.213. ***-91;
R$ 600,00 (seiscentos reais)

Maria Conceição dos Santos, Enfermeira, CPF. ***.213. ***-91
R$ 600,00 (seiscentos reais)

Valeria de Carvalho Barreto, dentista, CPF. ***.483.***.-56
R$ 600,00 (seiscentos reais)

Art. 2.ºO prazo máximo para prestação de contas é de dez dias após o retorno o mesmo.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Herbst Kruger
Código Identificador:9F1BB603

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 329/GP/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei 1011/GP/2021 e amparadas pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo n. º 1509-1/SEMAP/2024.

RESOLVE:

Art. 1.º Arbitrar e conceder, 05 (cinco) diárias de campo no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo o valor total de R$ 600,00 (seiscentos reais) em favor dos servidores mencionados abaixo, que deslocará até o município de Parecis, em atendimento a Lei n° 1082/GP/2021 o programa porteira a dentro. Conforme memorando nº 158/SEMAP/2024.

Claudemir Risso Matiase, motorista, CPF: ***.492.***-53;
R$ 240, 00 (duzentos e quarenta reais);

Marcelo Araújo Pereira, Motorista, CPF: ***.820.***-91;
R$ 240, 00 (duzentos e quarenta reais);

Ricardo Pereira Pina, operador de maquina, CPF: ***.492.***-53;
R$ 120, 00 (cento e vinte reais);

Art. 2.ºO prazo máximo para prestação de contas é de dez dias após o retorno o mesmo.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Herbst Kruger
Código Identificador:87A5E893

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 330/GP/2024.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei 1011/GP/2021 e amparadas pela

Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo n. º 1510-1/SEMAP/2024.

RESOLVE:

Art. 1.º Arbitrar e conceder, 04 (quatro) diárias no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais) e 04 (quatro) diárias no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais) perfazendo um valor total de R$ 2.000,00 (dois mil reais) em favor dos servidores mencionados abaixo, que se deslocará até Ji-Paraná – RO nos dias 01 e 02/07/2024, para participar da solenidade de entrega de equipamentos – implementos na sede da Regional-SEAGRI, conforme Memo.: 159/SEMAP/2024, o deslocamento será com o veículo oficial HILUX DE PLACA: SLH6A56 3F36

Rosana Aparecida dos Santos – Secretaria da SEMAP, CPF: ***.687.***-53;
R$ 500,00 (quinhentos reais);

Claudemir Risso Matiasse, Motorista, CPF. ***.492.***-53
R$ 500,00 (quinhentos reais);

Ricardo Pereira Pina, Operador de Maquina, CPF: ***.492.***-53;
R$ 500,00 (quinhentos reais);

Adaelson Fogaça, Diretor de Agricultura/ Comissão Defesa Civil , CPF. ***.764. ***-15
R$ 500,00 (quinhentos reais);

Art. 2.ºO prazo máximo para prestação de contas é de dez dias após o retorno o mesmo.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlene Herbst Kruger
Código Identificador:627F78F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 063/SEMSAU/2024

O ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de Primavera de Rondônia - RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Portaria nº 213/GP/2024**, e tendo em vista o que consta nos Autos do requerimento de férias **SEMSAU/2024**.

RESOLVE:
Art. 1º - conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor **Valdileis Ferreira Afonseca,** agente comunitário de saúde - 40 horas, matricula 887, período aquisitivo 04/02/2023 a 03/02/2024 **período de gozo 01/09/2024 a 30/09/2024**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, a partir de sua publicação.
Secretaria Municipal de Saúde, Primavera de Rondônia/RO, aos 25 dias do mês de junho de 2024.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

JOSE RENATO OLIVEIRA
Ordenador de Despesas
Secretario Municipal de Saúde
Portaria n° 213/GP/2024

Publicado por:
Matilde Moreira Cardozo
Código Identificador:39E716B5

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.161, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

"Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial à Lei Orçamentária vigente, para atender ao Contrato de Repasse nº 944468/2023/MS/CAIXA, celebrado entre a União Federal e o Município de Rio Crespo/RO, visando a Execução de Obras de Reforma de Unidade de Atenção Especializada em Saúde".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal abrir ao Orçamento Fiscal Municipal, Crédito Especial no valor de **R$ 676.752,00, (seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e dois reais)**, para alocar na seguinte dotação orçamentária especialmente criada à Lei Orçamentária vigente:

10.	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**
10.002.	**HPP - Hospital de Pequeno Porte**
10.002.**10**.	Saúde
10.002.10.**302**.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.002.10.302.**0011**.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
10.002.10.302.0011.**1.228**	CR 944468/2023/MS/CAIXA -Execução de Reforma do HPP - 8535
4.4.90.51.00	Obras e Instalações
Fonte: **1.601.0060** - SUS Federal - Investimento - Atenção Especializada - Exercício Corrente	**R$ 676.200,00**
Fonte: **1.500.0200** - Recursos de Impostos – ASPS 15% - Exercício Corrente	**R$ 552,00**
Total da Suplementação:	**R$ 676.752,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do Crédito de que trata o art. 1º será obtido na forma do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Paragrafo Primeiro - Proveniente de Recursos **Vinculados**, oriundos de Transferências do FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, nos termos do Plano de sustentabilidade vinculado ao *Contrato de Repasse nº **944468/2023/MS/CAIXA,*** no valor de **R$ 676.752,00**, para finalidade específica de ações relativas à ***EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE.***

Parágrafo Segundo – O rendimento proveniente da aplicação financeira poderá ser suplementado na dotação ora criada, para atender a aprovação constante do Convênio, Termo ou Ajuste.

Art. 3º - Fica autorizada a abertura de créditos adicionais especiais e/ou suplementares, com recursos livres ou vinculados, destinados à contrapartida do município para a execução do objeto da presente lei, **no valor que for necessário** para alcançar o objeto pleiteado, conforme discriminado nos termos de convênio, ou ajuste, dentro da classificação funcional programática própria e adequada a Lei Orçamentária.
Parágrafo único - Caso se faça necessária a devolução de valores não utilizados e os auferidos com a aplicação financeira, em atendimento aos no termos de convênios, fica igualmente autorizada à abertura dos créditos adicionais especiais respectivos, nos termos do *caput* do presente artigo.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as devidas compatibilizações nos instrumentos de planejamento e orçamento, decorrentes das alterações propostas por esta Lei, alterando-se a Lei Municipal n.º 972, de 22/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual

(PPA 2022/2025), a Lei Municipal n.º 1.138, de 26/12/2023, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2024, e a Lei Municipal n.º 1.139, de 26/12/2023, que dispõe sobre o Orçamento Municipal para o exercício de 2024.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Rio Crespo, 25 de junho de 2024.

EVANDRO EPIFANIO DE FARIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Epifânio de Faria
Código Identificador:F7E1A8BE

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 338/2024.

"Dispõe sobre a concessão de licença prêmio a servidor (a) municipal".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura; com fundamento no artigo 139 da Lei Complementar nº. 003/2004 e considerando o contido no Processo Eletrônico nº. **829/2024.**

R E S O L V E:
Art. 1º - **CONCEDER** "Licença-Prêmio por assiduidade" ao (a) Servidor (a) Municipal **ADRIANA PEREIRA DA SILVA**, Matrícula – **6982,** cargo de **SERVIÇOS GERAIS**, Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº. XXX203 SESDC/RO e do CPF nº. XXX.824.762-XX, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC. (EPMEIEF. FRANCISCA DURAN COSTA).

Art. 2º - A licença prêmio que trata esta portaria corresponde ao 1º quinquênio: **09.02.2015 a 08.05.2020** convertida em usufruto no período de **03.07.2024 a 30.09.2024**.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, com seus efeitos a partir de 03 de julho de 2024.

Rolim de Moura, 21 de junho de 2024.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:3A4AFAEE

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 340/2024

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Acompanhamento e recebimento dos serviços de arqueologia no imóvel destinado ao novo cemitério municipal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP."

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura; e considerando o contido no memorando nº 160/SEMOSP/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONSTITUIR** da Comissão de Acompanhamento e recebimento dos serviços de arqueologia no imóvel destinado ao novo cemitério municipal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP.

Art. 2º - A comissão será composta pelos seguintes membros:

Membros: DAVID FRANCISCO MATTAR – Matr. 3890
DHAGMA RENATA DENIS DE SOUZA – Matr. 6513
JEAN CARLOS GOMES FREIRES– Matr. 4162
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando a as disposições contrárias, retroagindo seus efeitos na data de 21 de junho de 2024.

Rolim de Moura - RO, 24 de junho de 2024.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:0AA5B3EA

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 341/2024.

"Dispõe Sobre a Designação do Servidor Como Fiscal de Contrato nº 069/2024, Processo Administrativo nº 1756/2024 – referente à serviços de arqueologia no imóvel destinado ao novo cemitério municipal."

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura; e considerando o contido no Memorando nº 161/SEMOSP/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR** o (a) senhor (a) **LUCINARIA MARQUES ARAUJO**, Matrícula 3814, portador da Carteira de Identidade RG nº XXX3931 SESDC/RO e CPF: XXX.462.892-XX, Como Fiscal de Contrato de 069/2024, Processo Administrativo nº 1756/2024 – referente à serviços de arqueologia no imóvel destinado ao novo cemitério municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos na data de 21 de junho de 2024, revogando as disposições contrárias.

Rolim de Moura, 24 de junho de 2024.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:A770486C

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 339/2024.

"Dispõe Sobre a Designação do Servidor Como Fiscal de Contrato nº 099/2023 do Processo Administrativo nº 3996/2023 – Aquisição do Programa de Engenharia – SEOBRA, para atender as necessidades da SEMPLADEGE".
ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura; e considerando o contido no Memorando nº 047/SEMPLADEGE/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR** o (a) senhor (a) **JOEDER BRUNIERE DE SOUZA**, Matrícula 3770, portador da Carteira de Identidade RG nº XXX955 SSP/RO e CPF: XXX.184.972-XX, Como Fiscal de Contrato nº 099/2023 do Processo Administrativo nº 3996/2023 –

Aquisição do Programa de Engenharia – SEOBRA, para atender as necessidades da SEMPLADEGE.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos na data de 19 de junho de 2024, revogando Portaria nº 489/2023.

Rolim de Moura, 21 de junho de 2024.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:B4347A1A

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 347/2024.

"Dispõe sobre readaptação de função de servidor municipal"

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura, com fundamento no artigo 26 da Lei Complementar nº 003/2004, e considerando o contido no processo nº. **1766/2018.**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** "Readaptação de Função" ao (a) Servidor (a) Municipal **ALTEMAR MIGUEL DOS SANTOS** (ZELADOR), Matrícula – **6257,** Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº XXX142 SESDEC/RO e do CPF nº XXX.769.802-XX, para exercer a função de **"SERVIÇOS GERAIS 40H",** lotado (a) atualmente na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA. (HOSP MUN. AMELIO J. DA SILVA).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Rolim de Moura, 25 de junho de 2024.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:57F0DCCD

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 342/2024

"Dispõe sobre Afastamento, a título de Desincompatibilização".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura, considerando o contido no Processo nº **3190/2024**, com fundamento no Art. 135 da L.C. nº 003/2004.

R E S O L V E:
Art. 1º - **CONCEDER** "Afastamento, a título de Desincompatibilização" ao (a) Servidor (a) Municipal **REINALDO MACEDO DA SILVA** (**SERVIÇOS GERAIS**), Matrícula – **4300**, Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº XXX545 SSP/RO e do CPF nº XXX.560.762-XX, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA (FUND. ALBERT SABIM).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, com seus efeitos a partir de 06 de julho de 2024.

Rolim de Moura, 25 de junho de 2024.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:A3994185

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 343/2024

"Dispõe sobre Afastamento, a título de Desincompatibilização".
ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura, considerando o contido no Processo nº **3253/2024**, com fundamento no Art. 135 da L.C. nº 003/2004.

R E S O L V E:
Art. 1º - **CONCEDER** "Afastamento, a título de Desincompatibilização" ao (a) Servidor (a) Municipal **APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS** (**TECNICO EM ENFERMAGEM**), Matrícula – **6415**, Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº XXX491 SESDC/RO e do CPF nº XXX.078.552-XX, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA (POLICLINICA R. MOURA).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, com seus efeitos a partir de 06 de julho de 2024.

Rolim de Moura, 25 de junho de 2024.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:9329AA96

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 344/2024

"Dispõe sobre Afastamento, a título de Desincompatibilização".
ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura, considerando o contido no Processo nº **3195/2024**, com fundamento no Art. 135 da L.C. nº 003/2004.

R E S O L V E:
Art. 1º - **CONCEDER** "Afastamento, a título de Desincompatibilização" ao (a) Servidor (a) Municipal **ALESSANDRO DA SILVA FERREIRA** (**TECNICO EM ENFERMAGEM**), Matrícula – **7361**, Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº XXX224 SESDC/RO e do CPF nº XXX.287.852-XX, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA (HOSP. MUN. AMELIO J. DA SILVA).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, com seus efeitos a partir de 06 de julho de 2024.

Rolim de Moura, 25 de junho de 2024.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:FB2E3C3F

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 345/2024

"Dispõe sobre Afastamento, a título de Desincompatibilização".
ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura, considerando o contido no Processo nº **3187/2024**, com fundamento no Art. 135 da L.C. nº 003/2004.

R E S O L V E:
Art. 1º - **CONCEDER** "Afastamento, a título de Desincompatibilização" ao (a) Servidor (a) Municipal **HELIO MOURA DE ASSIS** (**ZELADOR**), Matrícula – **6309**, Portador (a) da Carteira de Identidade RG nº XXX540 SESDC/RO e do CPF nº XXX.092.342-XX, lotado (a) na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, com seus efeitos a partir de 06 de julho de 2024.

Rolim de Moura, 25 de junho de 2024.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:89043070

PODER LEGISLATIVO
EDITAL SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA – RO
Gabinete da Presidência

Avenida João Pessoa, 4463 – Centro – Fone: (69) 3442-1629 – Rolim de Moura – Rondônia.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA – ESTADO DE RONDÔNIA, atendendo ao disposto no Artigo 14, § 2º, Inciso II da Lei Orgânica do Município, combinado com Artigo 29, Inciso XIII alínea ***a*** do Regimento Interno;

RESOLVE:

CONVOCAR os Senhores Vereadores para Sessão **EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada no dia **27 de Junho** de 2024, às **12h30min**., no Plenário "***Luciano de Argolo***", Câmara Municipal de Rolim de Moura, Rondônia, sita a Avenida João Pessoa, 4463, Centro, para deliberação do **Projeto de Lei nº. 081**/2024 (Mens. 76 PL Executivo 73) Poder **EXECUTIVO MUNICIPAL**, que dispõe sobre: **Autoriza a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro no valor de R$400.340,25**. Fundo Municipal de Cultura de Rolim de Moura – manutenção do Fundo Municipal de Cultura de Rolim de Moura/Lei ALDIR BLANC

Rolim de Moura, Rondônia, **25 de Junho** de 2024.

CIDINEI FURTUNATO
Presidente do Poder Legislativo Municipal

Publicado por:
Joelmir Pereira Dos Anjos
Código Identificador:7F522318

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
ERRATA N° 009/2024 - PGM

ERRATA Nº 009/2024
EM DECORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL
AO CONTRATO DE N° 067/2024

ONDE SE LÊ:

2.1 DA EXECUÇÃO: O prazo para execução da obra será de **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço, devendo a CONTRATADA submeter à aprovação da Prefeitura Municipal, a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução da obra.

LEIA SE:

2.1 DA EXECUÇÃO: O prazo para execução da obra será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço, devendo a CONTRATADA submeter à aprovação da Prefeitura Municipal, a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução da obra.

Rolim de Moura/RO, 24 de junho de 2024.

ALDAIR JÚLIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:
Estefani Maria da Silva Prado
Código Identificador:E9BDC64F

ROLIM PREVI
PORTARIA Nº 047/ROLIM PREVI/2024.

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 041/Rolim Previ/2024, que trata de concessão do benefício de aposentadoria voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição em favor da servidora-segurada Sra. NEUZI DIAS MACHADO".

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA – ROLIM PREVI, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos artigos 76 e 77 da Lei Municipal de nº. 3.317/2017, de 13 de junho de 2017.

Considerando o teor do Processo Administrativo nº **235/RP/2023**, bem como, dos pareceres da Procuradoria e Controladoria do Rolim Previ.

Resolve:
Art. 1º Retificar a Portaria nº 041/Rolim Previ/2024, de 29/05/2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia, edição 3738, em 31/05/2024, que trata do benefício de **Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição** concedido em favor da servidora-segurada **Sra. NEUZI DIAS MACHADO,** casada, portadora do RG nº. XXX456 SSP/RO e do CPF/MF nº. XXX.524.XXX-00, efetiva no cargo de **Auxiliar de Enfermagem**, carga horária 40 horas semanais, Grupo Ocupacional, PESAPO, Referência XII, Cadastro nº. 4.543, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, **COM PROVENTOS INTEGRAIS**e**COM PARIDADE**ao tempo de contribuição, correspondente a 100% (cem por cento), com base na última remuneração de contribuição do cargo efetivo, com fundamento no***art. 6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional nº. 41/03, de 19 de dezembro de 2003, art. 4º, §9º da EC nº 103/19, art. 88, incisos "I", "II", "III", "IV" e §1º da Lei Municipal de nº. 3.317/2017, de 13 de junho de 2017.***
Art. 2º.O Instituto de Previdência do Município de Rolim de Moura – **Rolim Previ**, efetivará a revisão dos proventos de aposentadoria, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade (**art. 2° da E.C 47/2005 de 05/07/05**).
Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 041/Rolim Previ/2024, de 29/05/2024.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Rolim de Moura - RO, 24 de junho de 2.024.

JOSE LUIZ ALVES FELIPIN
Superintendente
Rolim PREVI

Publicado por:
Luana Vanessa Chiodi Carminato
Código Identificador:82BDDC2E

ROLIM PREVI
PORTARIA Nº 048/ROLIM PREVI/2024.

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 017/Rolim Previ/2024, que trata de concessão do benefício de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição a servidora-segurada Sra. **HOZANA TAVARES DE FREITAS PIACENTINI**".

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA – ROLIM PREVI, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos artigos 76 e 77 da Lei Municipal de nº. 3.317/2017, de 13 de junho de 2017.

Considerando o teor do Processo Administrativo nº **506/RP/2022**, bem como, dos despachos firmados.

Resolve:
Art. 1º. Retifica a Portaria nº 017/Rolim Previ/2024, de 29/02/2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição 3674, em 01/03/2024, que trata do benefício de**APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO** em favor da servidora-segurada Sra. **Hozana Tavares de Freitas Piacentini,**brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. XXX616 SSP/RO, CPF/MF nº. XXX.472.XXX-10,efetiva no cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional – Profissional Prático, Referência XVIII, carga horária de 40 horas Semanais, matrícula nº. 448, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC, com **PROVENTOS INTEGRAISePARIDADE**ao tempo de contribuição, correspondente a 100% (cem por cento), com base na última remuneração de contribuição do cargo efetivo, com fundamento no**art. 3º, incisos "I", "II", "III" e § único da Emenda Constitucional nº 47/05, de 06 de julho de 2005, art. 4º, §9º da EC nº 103/19, art. 91, incisos, I, II e III da Lei Municipal de nº. 3.317/2017, de 13 de junho de 2017.**
Art. 2º.O Instituto de Previdência do Município de Rolim de Moura – **Rolim Previ**, efetivará a revisão dos proventos de aposentadoria, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade (**art. 2º da E.C 47/2005 de 05/07/2005**).
Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 017/Rolim Previ/2024, de 29/02/2024.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rolim de Moura - RO, 24 de junho de 2.024.

JOSE LUIZ ALVES FELIPIN
Superintendente
Rolim PREVI

Publicado por:
Luana Vanessa Chiodi Carminato
Código Identificador:015F3E5A

ROLIM PREVI
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO 07/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 089/RP/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para capacitar e atualizar os servidores públicos pertencente Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Rolim de Moura – Rolim Previ, sobre TREINAMENTO: FORMAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (EXECUTIVO, LEGISLATIVO, RPPS E DEMAIS AUTARQUIAS), com carga horaria de 16 (dezesseis) horas.

Fornecedor: R R PEREIRA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL ME CNPJ/CPF: 08.571.023/0001-68
Valor total a ser adjudicado e homologado: R$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais).

Rolim de Moura - RO, 25 de junho de 2024.

JOSE LUIZ ALVES FELIPIN
Superintendente Rolim Previ

Publicado por:
Luana Vanessa Chiodi Carminato
Código Identificador:5B0E8212

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
ADENDO MODIFICADOR DE DATA DE ABERTURA
PREGÃO 022/2024, PROCESSO Nº 349/2024

Comunicamos aos interessados no Pregão 022/2024, Processo nº **349/2024**, OBJETO;**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, DE BRINQUEDOS MONTAGEM E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS E LOCAÇÃO DE CARRINHOS MANUAL DE ALIMENTAÇÃO; (PIPOCA, ALGODÃO DOCE, CHURROS E MAÇÃ DO AMOR) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM EQUIPE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECREAÇÃO**, que ocorreram alterações nos avisos de Publicação.

Onde se lê nos avisos de publicação:

"**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A Partir do dia 07 de junho de 2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 25 de junho de 2024, às 10:00 horas.
(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)."

Leia se:

"RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A Partir do dia 28 de junho de 2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 10 de julho de 2024, às 10:00 horas.
(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)."

São Felipe D'Oeste, dia 25 de junho de 2024.

SILMAR RODRIGUES DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:94E86216

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2707/2024 DE 21/06/2024

Decreto nº 2707/2024 de 21/06/2024
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *REMANEJAMENTO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de SAO FELIPE D OESTE, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 1415/2024 de 21/06/2024.**

LEI

Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **REMANEJAMENTO** das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente, conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA

05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA SECRETARIA DE SAUDE	
05.001.10.301.0012.2.031.		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 15%	
43-.1.90.94.00.00	15000200	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	25.000,00
93-.3.90.36.00.00	15000200	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	70.000,00
133-.3.90.48.00.00	15000200	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10.000,00
163-.3.90.93.00.00	15000200	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.000,00
		Total Suplementação:	**125.000,00**

ANULA

03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
03.001.00.000.0000.0.000.		GABINTE DA SEMAF	
03.001.99.999.9999.9.999.		RESERVA DE CONTINGENCIA	
419-.9.99.99.00.00	15000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	125.000,00

Total Redução: 125.000,00

públicação.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua

SAO FELIPE D'OESTE, em 21/06/2024.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:B1315141

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2706/2024 DE 21/06/2024

Decreto nº 2706/2024 de 21/06/2024

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSPOSIÇÃO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de SAO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 1414/2024 de 21/06/2024.**

LEI

Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **TRANSPOSIÇÃO** das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente, conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA

04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
04.001.00.000.0000.0.000.	GABINETA DA SEMECE	
04.001.12.306.0004.2.030.	MERENDA ESCOLAR RECURSOS PROPRIOS	
433-.3.90.30.00.00	15000000 MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00

ANULA

Total Suplementação: 100.000,00

04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.001.00.000.0000.0.000. GABINETA DA SEMECE
04.001.12.361.0004.2.020. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
E CULTURA 5% E 25%

483-.3.90.30.00.00 15000100

públicação.

MATERIAL DE CONSUMO 100.000,00
Total Redução: 100.000,00

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua

SAO FELIPE D'OESTE, em 21/06/2024.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:F6508DBC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2705/2024 DE 21/06/2024

Decreto nº 2705/2024 de 21/06/2024
Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por **Superávit Financeiro** e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1413/2024 de 21/06/2024.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
06.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS
06.001.26.782.0008.2.012. MANUTENCAO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS
PUBLICOS

153 - 3.3.90.30.00.00 25000000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
134 - 3.3.90.39.00.00 25000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	120.000,00
	Total Suplementação:	**170.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D'OESTE , Estado de Rondônia, em 21/06/2024.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:EAA65096

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2704/2024 DE 21/06/2024

Decreto nº 2704/2024 de 21/06/2024
Ementa: Abre Crédito Especial por **Recurso Vinculado** e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1412/2024 de 21/06/2024.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 587.051,00 (quinhentos e oitenta e sete mil e cinqüenta e um reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE SAUDE
05.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DA SECRETARIA DE SAUDE
05.001.10.301.0013.1.368. CUSTEIO-INCREM TEMP AO CUSTEIO DOS SERV DE APS FNS PROP
nº 36000582536202400 - PORT. GM/MS 3594/2024

69 - 3.3.90.14.00.00	16000010	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
70 - 3.3.90.30.00.00	16000010	MATERIAL DE CONSUMO	300.000,00
71 - 3.3.90.39.00.00	16000010	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	262.051,00
		Total Suplementação:	**587.051,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Recursos Vinculados;

Receita:1.7.1.3.50.11.07.00000000 Fonte: 0

Total da Receita

587.051,00
587.051,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D OESTE , Estado de Rondônia, em 21/06/2024.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:D4B2BDCE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2703/2024 DE 21/06/2024

Decreto nº 2703/2024 de 21/06/2024
Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por **Excesso de Arrecadação** e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1411/2024 de 21/06/2024.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 30.794,00 (trinta mil**

setecentos e noventa e quatro reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.			
Suplementação			
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
04.001.00.000.0000.0.000.		GABINETA DA SEMECE	
04.001.12.361.0004.2.021.		MANUTENCAO DO SALARIO DE EDUCAÇÃO	
56 - 3.3.90.30.00.00	15500000	MATERIAL DE CONSUMO	10.794,00
57 - 3.3.90.39.00.00	15500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
Total Suplementação:			**30.794,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.1.4.50.01.00.00000000 Fonte: 0

Total da Receita

30.794,00
30.794,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D'OESTE , Estado de Rondônia, em 21/06/2024.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:6680F26A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2702/2024 DE 21/06/2024

Decreto nº 2702/2024 de 21/06/2024
Ementa: Abre Crédito Especial por **Superávit Financeiro** e dá outras providências.
O Prefeito do município de SAO FELIPE D OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1410/2024 de 21/06/2024.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 280.791,55 (duzentos e oitenta mil setecentos e noventa e um reais e cinqüenta e cinco centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE SAUDE
05.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA DE SAUDE
05.001.10.301.0013.1.291.	INVEST. - PROP. Nº 11295.659000-/.1210 -13 - AQUIS. DE AMBULANCIA PORT MS/GM Nº1483/2021

68 - 4.4.90.52.00.00 26010010

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

280.791,55

Total Suplementação: 280.791,55

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D OESTE , Estado de Rondônia, em 21/06/2024.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:34697CFA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
DECRETO Nº 2701/2024 DE 21/06/2024

Decreto nº 2701/2024 de 21/06/2024
Ementa: Abre Crédito Especial por **Superávit Financeiro** e dá outras providências.

O Prefeito do município de SAO FELIPE D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1409/2024 de 21/06/2024.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 41.940,79 (quarenta e um mil novecentos e quarenta reais e setenta e nove centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação

04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.001.00.000.0000.0.000.	GABINETA DA SEMECE
04.001.12.451.0004.1.313.	C.C 53.662-8 TERMO DE CONV Nº 457/PGE/2022/SEDUC - REFORMA E AMPLIAÇÃO ESC. ORLINDO G. DA ROCHA

174 - 4.4.90.51.00.00 25710000

OBRAS E INSTALAÇÕES 41.940,79
Total Suplementação: 41.940,79

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO FELIPE D'OESTE , Estado de Rondônia, em 21/06/2024.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:8A729E14

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA Nº91/GAP/2024 DE 20 DE JUNHO DE 2024

PORTARIA Nº91/GAP/2024 DE 20 DE JUNHO DE 2024

<Autoriza servidor (a) a CONDUZIR VEÍCULO PÚBLICO da frota de veículos da Prefeitura do Município de São Felipe D´Oeste/RO, e dá outras providências.=

O Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste/RO, Sr. Sidney Borges de Oliveira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE

Art. 1°. Autorizar o (a) Srº (a) **PABLIANE FERNANDES BARANCELLI**,
brasileiro(a), cadastrado (a) sob **matrícula 6220**, vinculada à SEMAF da Prefeitura Municipal, do Município de São Felipe D´Oeste/RO, a conduzir qualquer veículo público a serviço da municipalidade e desde que atenda aos requisitos mínimos de autorização, exigências e limitações impostas à Categoria da Carteira Nacional de Habilitação – CNH do servidor em que portar;

Art. 2°. A presente autorização é exclusiva para uso em serviço e atos de interesse do Município, e implicará na responsabilidade solidária em caso de acidente, multa ou furto, sendo vedado o uso para fins e interesses particulares;

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação; Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste, ao (s) 20/06/2024.

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal São Felipe D´Oeste/RO

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:C4E6F56E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 00012/CPLM/PMSFG/RO/2024

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 00012/CPLM/PMSFG/RO/2024

PROCESSO Nº 952-1/2024

O Município de São Francisco do Guaporé - RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.254.422/0001-56, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Alcino Bilac Machado, torna público, para conhecimento dos interessados que através de dispensa de licitação, com base no Termo de Referência, conforme artigo 75 inciso IV alínea (a, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, com o objetivo de revisão de veículo FIAT CRONOS PLACA SLK-4G00, COR BRANCA RENAVAM 100391, ANO/MODELO 2022/2023, para manutenção e revisão preventiva do veículo citado, no valor de R$ 2.275,61 (dois mil duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e um centavos) em favor da empresa: **JIRAUTO AUTOMOVEIS LTDA CNPJ: 04.233.946/0001-59** de acordo com as especificações inseridas no processo administrativo**.**

São Francisco do Guaporé/RO, 25 de junho de 2024.

ANDREIA FERNANDA FÉBA
Agente de Contratação
Portaria nº 0166/2024

Publicado por:
Vandirlau Barboza Alves Filho
Código Identificador:FBEC505E

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 0005/ 2024

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 0005/ 2024

O Município de São Francisco do Guaporé - RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.254.422/0001-56, através da Agente de Contratação, designada pela Portaria Municipal nº 0166/2024, **TORNA PÚBLICO** aos interessados que se encontra instaurada a Dispensa de Licitação, na forma **ELETRÔNICA**, autorizada através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 797/SEMOSP/2024**, que será julgada por **MENOR PREÇO POR LOTE**, modo de disputa **ABERTO**, em conformidade com as regras estipuladas na estipuladas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 26, de 02 de março 2023, no que couber a Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022 Lei Complementar n.º 123/06, alterada pela Lei Complementar Nº 147/2014, alterada pela Lei Complementar nº 155, de 2016 e ainda pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº. 8.078/90, e demais legislações aplicáveis, destinado a **AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA ENSACADA DE 25KG E EMULSÃO ASFÁLTICA CM30, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP.** Data para cadastro de propostas: a partir da publicação às 08h. Data para abertura de propostas iniciais e início da sessão de disputa a partir das 08h do dia 28/06/2024, horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br.
Valor estimado da contratação R$ 39.188,45 (trinta e nove mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos). Informações complementares e o Termo de Dispensa estão à disposição dos interessados no Portal Transparência www.saofrancisco.ro.gov.br, no site www.licitanet.com.br e na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé – RO, localizada na Av. Brasil, Testada com a Rua Integração Nacional, nº 1997, Bairro Alto Alegre, ou pelo telefone (69) 3621-2580, em dias úteis, no horário das 07h às 13h, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados ou endereço eletrônico cpl@saofrancisco.ro.gov.br.

São Francisco do Guaporé/RO, 25 de junho de 2024.

ANDREIA FERNANDA FÉBA
Agente de Contratação
Portaria nº 0166/2024

Publicado por:
Vandirlau Barboza Alves Filho
Código Identificador:D3ACF0E4

IMPES-INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA PRÓPRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 069/IMPES/CI/2024

COMITÊ DE INVESTIMENTO
ATA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 069/IMPES/CI/2024
Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro (19/06/2024), reuniram-se os membros do COMITÊ DE INVESTIMENTO do IMPES em reunião ordinária telepresencial (online), às 19h, com a presença do Presidente do Comitê de Investimentos, Sr. Marcos Pacheco, e os membros Sra. Gessiane de Souza e Sra. Andreia Fernanda Féba. Em sequência, o Sr. Presidente Marcos cumprimentou todos e deu por aberta a reunião, apresentando a pauta do dia: breve análise da rentabilidade obtida no mês de maio corrente ano. Assim, foi explanado sobre os últimos acontecimentos do cenário econômico e seus impactos frente aos investimentos do instituto, principalmente com a questão do Copom ter mantido a taxa Selic a 10,50% ao ano. Posteriormente, os membros verificaram a carteira de investimentos para que não haja desenquadramentos, de acordo com a política contida na Resolução 4.963, de 25 de novembro de 2021. Analisando a carteira, considerando o cenário econômico e tendo em vista que a carteira está bem posicionada com a finalidade de atingir a meta atuarial, foi definido pelo Comitê de Investimentos que não haverá movimentações nos investimentos no atual momento, relacionadas as mudanças decididas através das Reuniões Ordinária nº 066/IMPES/CI/2024 e Extraordinária nº 068/IMPES/CI/2024. Não havendo demais manifestações, deu-se por encerrada a reunião às 19h30, a qual eu Andreia Fernanda Féba, encerro a presente ATA que, após lida e com as devidas observações foi aprovada, será publicada em portal eletrônico e devidamente arquivada.

MARCOS PACHECO PEREIRA CORRENTE
Presidente

GESSIANE DE SOUZA COSTA
Membro

ANDREIA FERNANDA FÉBA
Membro

Publicado por:
Flavia Alves de Almeida
Código Identificador:BF947200

IMPES-INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA PRÓPRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 068/IMPES/CI/2024

COMITÊ DE INVESTIMENTO
ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 068/IMPES/CI/2024
Aos seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro (6/6/2024), reuniram-se os membros do COMITÊ DE INVESTIMENTO do IMPES em reunião extraordinária telepresencial (online), às 09h53, com a presença do Presidente do Comitê de Investimentos, Sr. Marcos Pacheco, membro Sra. Andreia Fernanda Féba, com a participação do Consultor de Investimentos Sr. Douglas Bulian e da Superintendente do IMPES, Sra. Flávia Alves de Almeida. Após a abertura do presidente Sr. Marcos, o Sr. Douglas Bulian esclareceu que o fundo BB Renda Fixa Institucional, inscrito no CNPJ: 02.296.928/0001-90, apresentou um incremento importante na parcela de crédito privado em sua carteira. Atualmente, o fundo possui aproximadamente 40% de seu portfólio composto por crédito privado, incluindo debêntures do grupo Casas Bahia. Recentemente, a Casas Bahia entrou em um processo de recuperação extrajudicial, o que resultou na redução do rating de suas debêntures. Embora o impacto na rentabilidade do fundo seja considerado baixo, a situação pode representar um problema em termos de conformidade com a legislação para RPPS (Regime Próprio de Previdência Social). Devido à redução do rating, o fundo poderá se desenquadrar das normas estabelecidas. O Sr. Douglas enfatizou a importância de seguir os princípios da política de investimento com uma análise absolutamente diligente e prudente. Diante deste cenário, o Sr. Douglas Bulian sugeriu o resgate total do valor investido no ativo em questão. Ele propôs que os recursos resgatados sejam realocados conforme a conveniência do comitê de investimento. A recomendação do Sr. Douglas é que se considere a alocação nos fundos Vértices, que têm oferecido boas taxas de juros com base na cotação do dia anterior. Assim, na ocasião, considerando o cenário e a necessidade de mudanças na carteira, o Comitê de Investimento recomenda-se as seguintes movimentações:
BB INSTITUCIONAL FI RF 02.296.928/0001-90 R$ 6.612.110,10 RESGATE TOTAL.
BB RF TP 2024 49.964.484/0001-88 R$ 6.612.110,10 APLICAÇÃO TOTAL
Não havendo demais manifestações, deu-se por encerrada a reunião às 10h40, a qual eu Andreia Fernanda Féba, encerro a presente ATA que, após lida e com as devidas observações foi aprovada, será publicada em portal eletrônico e devidamente arquivada.

MARCOS PACHECO PEREIRA CORRENTE
Presidente

ANDREIA FERNANDA FÉBA
Membro

Publicado por:
Flavia Alves de Almeida
Código Identificador:E0EF9EE3

IMPES-INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA PRÓPRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 143/IMPES/CD/2024

CONSELHO DELIBERATIVO
ATA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº **143**/IMPES/CD/2024
Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro (21/06/2024), reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo na forma presencial às 07:30m, na sede do IMPES, o Controlador Interno, representando a Superintendente Sr°. Flavia Alves de Almeida que encontra-se em gozo de férias, cumprimentou a todos, em seguida foi apresentado às pautas do dia: **A**) **MARIA APARECIDA DOS SANTOS ALVES,** foi apresentado ao conselho a Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora **MARIA APARECIDA DOS SANTOS ALVES**, após breve deliberação o conselho se manifesta favorável ao benefício, **B**) **CERTIFICAÇÃO DO CONSELHO,** foi informado aos membros que o Instituto alcançou 100% das certificações do Conselho deliberativo. Nada mais a tratar eu, Selma Rosa de Almeida - Secretária, encerro a presente ATA às 08h16m que, após lida e com as devidas observações, ambos os temas aprovados.
Logo, será assinada pelos participantes presentes e publicada em portal eletrônico.

Publicado por:
Flavia Alves de Almeida
Código Identificador:7FEDFB09

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0285, DE 25 DE JUNHO DE 2024

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0284, DE 25 DE JUNHO DE 2024

> "Dispõe sobre a nomeação da Senhora SHEILA FERREIRA RIBEIRO BILAC para exercer as funções do cargo POLITICO de SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTO-SEMTAS junto a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e da Família, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de São Francisco do Guaporé-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o que dispõe na alínea "b" do inciso II do art. 132 da Lei Orgânica Municipal, que estabelece o instrumento jurídico de lotação nos quadros de pessoal;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR A Servidora **SHEILA FERREIRA RIBEIRO BILAC**, para exercer as funções do Cargo POLITICO de

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTO-SEMTAS, junto a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e da Família de São Francisco do Guaporé, RO.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o corrente exercício suplementar, se necessárias.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com seus efeitos jurídicos e financeiros **a partir do dia 25 de junho de 2024,** revogando-se todas as disposições em contrário.

Edifício–Sede do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Guaporé, RO., **25 de junho de 2024.**

PUBLIQUE-SE;

REGISTRE-SE;

CUMPRA-SE.

ALCINO BILAC MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphael Junior Oliveira de Souza
Código Identificador:92B5ABE7

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 0285/2024

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 0285/2024

"DESIGNA A SERVIDORA SHEILA FERREIRA RIBEIRO BILAC COMO GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de São Francisco do Guaporé/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o que dispõe na alínea "b" do inciso II do art. 132 da Lei Orgânica Municipal, que estabelece o instrumento jurídico de lotação nos quadros de pessoal;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, sem ônus, a Senhora **SHEILA FERREIRA RIBEIRO BILAC**, como **Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social** do Município de São Francisco do Guaporé, RO.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com seus efeitos jurídicos aos dias 25 de junho de 2024, **revogando-se todas as disposições em contrário.**

Edifício Sede do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, **25 de junho de 2024.**

PUBLIQUE-SE;

REGISTRE-SE;

CUMPRA-SE.

ALCINO BILAC MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphael Junior Oliveira de Souza
Código Identificador:4E5D485B

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0275, DE 24 DE JUNHO DE 2024

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0275, DE 24 DE JUNHO DE 2024

Dispõe sobre a exoneração do cargo comissionado da Senhora**, JOCINEIDE DOS SANTOS** junto a Secretaria Municipal de Agricultura e meio Ambiente, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de São Francisco do Guaporé/RO,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO: o que dispõe na alínea "b" do inciso II do art. 132 da Lei Orgânica Municipal, que estabelece o instrumento jurídico de lotação nos quadros de pessoal;
CONSIDERANDO: o memorando n. 341/2024/SEMAGRIAM.

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR a Senhora **JOCINEIDE DOS SANTOS,** matricula **8803**, do cargo comissionado de **SECRETARIA ADJUNTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**, junto a Secretaria Municipal de Agricultura e meio Ambiente.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o corrente exercício suplementar, se necessárias.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com seus devidos efeitos jurídicos e financeiros, retroativos aos dias 24 de junho de 2024.
Edifício Sede do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Guaporé, RO., **aos dias 24 de junho de 2024.**

PUBLIQUE-SE;

REGISTRE-SE;

CUMPRA-SE.

ALCINO BILAC MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphael Junior Oliveira de Souza
Código Identificador:C4328250

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0280, DE 25 DE JUNHO DE 2024

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0280, DE 25 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA RUTE FERREIRA DOS SANTOS GABRIEL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de São Francisco do Guaporé, RO**, Sr. Alcino Bilac Machado, no uso de suas atribuições legais estabelecidas;
CONSIDERANDO o que dispõe na alínea "b" do inciso II do art. 132 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR da servidora **RUTE FERREIRA DOS SANTOS GABRIEL,** matricula **8848**, do cargo POLITICO de **SECRETARIO MUN. DE EDUCAÇÃO-SEMED** na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o corrente exercício suplementar, se necessárias.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com seus devidos efeitos jurídicos e financeiros a partir de 25 junho de 2024.

Edifício Sede do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, **25 de junho 2024.**

PUBLIQUE-SE;

REGISTRE-SE;

CUMPRA-SE.

ALCINO BILAC MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphael Junior Oliveira de Souza
Código Identificador:F62C7393

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0286, DE 25 DE JUNHO DE 2024

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0286, DE 25 DE JUNHO DE 2024
"Dispõe sobre a nomeação do Senhor **ARNALDO MECIAS LINARD** para exercer o cargo POLITICO de **SECRETARIO MUN. DE EDUCAÇÃO-SEMED,** junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO**, e dá outras providências".
O **Prefeito do Município de São Francisco do Guaporé, RO**, Sr. Alcino Bilac Machado, no uso de suas atribuições legais estabelecidas;
CONSIDERANDO o que dispõe na alínea "b" do inciso II do art. 132 da Lei Orgânica Municipal;
R E S O L V E:
Art. 1.º - NOMEAR o Senhor **ARNALDO MECIAS LINARD** para exercer o cargo POLITICO de **SECRETARIO MUN. DE EDUCAÇÃO-SEMED** junto a **Secretaria MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO**.
Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o corrente exercício suplementar, se necessário.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com seus devidos efeitos jurídicos e financeiros **a partir de 25 de junho de 2024**.
Edifício Sede do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Guaporé, RO., aos dias 25 de junho de 2024.
PUBLIQUE-SE;
REGISTRE-SE;
CUMPRA-SE.

ALCINO BILAC MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphael Junior Oliveira de Souza
Código Identificador:25B4A40F

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 0008/2024

O Município de São Francisco do Guaporé - RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.254.422/0001-56, através da Agente de Contratação, designada pela Portaria Municipal nº 0166/2024, **TORNA PÚBLICO** aos interessados que se encontra instaurada a Dispensa de Licitação, na forma **ELETRÔNICA**, autorizada através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 807/SESAU/2024**, que será julgada por **MENOR PREÇO POR LOTE**, modo de disputa **ABERTO**, em conformidade com as regras estipuladas na estipuladas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 26, de 02 de março 2023, no que couber a Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022 Lei Complementar n.º 123/06, alterada pela Lei Complementar Nº 147/2014, alterada pela Lei Complementar nº 155, de 2016 e ainda pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº. 8.078/90, e demais legislações aplicáveis, destinado a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.** Data para cadastro de propostas: a partir da publicação às 08h30. Data para abertura de propostas iniciais e início da sessão de disputa a partir das 08h30 do dia 28/06/2024, horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br.
Valor estimado da contratação R$ 59.857,40 (cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos). Informações complementares e o Termo de Dispensa estão à disposição dos interessados no Portal Transparência www.saofrancisco.ro.gov.br, no site www.licitanet.com.br e na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé – RO, localizada na Av. Brasil, Testada com a Rua Integração Nacional, nº 1997, Bairro Alto Alegre, ou pelo telefone (69) 3621-2580, em dias úteis, no horário das 07h às 13h, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados ou endereço eletrônico cpl@saofrancisco.ro.gov.br.

São Francisco do Guaporé/RO, 25 de junho de 2024.

ANDREIA FERNANDA FÉBA
Agente de Contratação
Portaria nº 0166/2024

Publicado por:
Andréia Fernanda Feba
Código Identificador:4BD45BCF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
AVISO DE DISPENSA ELETRONICA N.º 016/2024 PROCESSO N.º 083/2024

A CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Dispensa Eletrônica, sob o n.º 016/2024 – do tipo menor preço, Tem por objeto A presente Dispensa Eletrônica, AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS DE INFORMATICA E OUTROS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. o cadastramento das propostas com inicio em 26/06/2024 a partir das 10h00min, Abertura das propostas iniciais em 01/07/2024 a partir das 10h00min, Inicio da Dispensa Eletrônica as 10h00min do dia 01/07/2024. LOCAL: www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

MARIO CÉZAR GOMES FERREIRA.
Pregoeiro

Publicado por:
Beatriz Teló Dos Santos
Código Identificador:556369B8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 004/SUPEL/2024 PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME e EPP

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, através de seu Agente de Contratação/Pregoeiro, **TORNA PÚBLICO** aos interessados **A REVOGAÇÃO** da Licitação de Modalidade Dispensa Eletrônica Nº 004/SUPEL/2024, considerando divergências no cadastro da data de realização do procedimento na Plataforma LICITANET e termo de dispensa eletrônica, aviso e publicações, conforme consta na Ata de Realização do Certame, sendo que será publicado nova data para realização do certame para a aquisição do objeto, destinado a **AQUISIÇÃO DE MARMITEX, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS. SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,** O novo procedimento licitatório obedecera todos os princípios legais conforme determina a Lei**.** Informações Complementares e o Edital estão à disposição dos interessados no site supracitado, no Portal Transparência www.saomiguel.ro.gov.br, e na Sala da SUPEL da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé - RO, sito à Av. São Paulo n.º 1490, Bairro Cristo Rei, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone - (69) 3642-2350 Ramal 209.

São Miguel do Guaporé/RO, 25 de junho de 2024.

LUÍS CARLOS MORAIS ALFAIA
Agente de Contratação/ Pregoeiro
Decreto Municipal nº 1961/2024
Portaria nº 107/SEMUG/2024
Portaria nº 108/SEMUG/2024

JUNIOR PROCÓPIO DE OLIVEIRA
Gerente de Execução e Controle de Contratação Direta
Portaria n° 111/SEMUG/2024

Publicado por:
Junior Procópio de Oliveira
Código Identificador:4C150EAA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 019/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 019/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 842/2024
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 019/2024
Contratado: MCB LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA
CNPJ: **02.381.253/0001-88**

OBJETO: Tem por objeto a **LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA SOBRE PNEUS, 140K, COM ANO IGUAL OU SUPERIOR A 2013, COM POTÊNCIA MÍNIMA BRUTA DE 260 CV, CAPINADA COM AR CONDICIONADO, CAÇAMBA DE NO MÍNIMO 2,9 M³ FORÇA DE ESCAVAÇÃO DA CAÇAMBA DE NO MÍNIMO 10.500 MM, SAPATAS DE GARRAS TRIPLA DE NO MÍNIMO 700 MM, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO. FICARÁ SOB RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA REPOSIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS OU ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO (PREVENTIVA E CORRETIVA), LUBRIFICANTES, GRAXAS, FILTROS, OPERADOR E ABASTECIMENTO, CONSERVAÇÃO, SEGURANÇA E DESLOCAMENTO/TRANSPORTE ATÉ O LOCAL INDICADO.**

VALOR: O valor do presente instrumento Contratual, é de **R$ 99.852,00 (Noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais)**, de acordo com os valores especificados na Proposta. Os preços contratuais não estão sujeitos a reajustes.

PRAZO: O prazo Contratual será de **03 (três) meses**, a contar a partir da **Assinatura da Ordem de Serviços.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
A despesa com a execução do presente produto e serviço correrá, no presente exercício, por conta da Dotação Orçamentária conforme a seguir:
Órgão: 08
Unidade: 08.001
Programa de Trabalho: 20.606.0021.2.210 – Manutenção do Programa **PORTEIRA ADENTRO**
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Nota de Empenho nº. 1637/2024

São Miguel do Guaporé/RO, **25** de **junho** de **2024.**

Publicado por:
Christiane Barbosa Sabino
Código Identificador:53E963BC

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 07/204

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

De acordo com as atribuições que me são conferidas e considerando a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nrº 14.133/21, Lei Municipal nr° 2342/2024 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

– ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº : 199/2024
Licitação Nrº : 7/2024
Modalidade : Pregão
Data Adjudicação : 25/06/2024
Objeto da Licitação : FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E EVENTUAL
AQUISIÇÃO DE TONER, REFIL DE TINTAS, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ INCLUINDO AS ÁREAS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: AMERICA COMERCIO DE PRODUTOS PARA INFORMATICA LTDA CNPJ/CPF: 84.558.808/0001-89
Valor Total Adjudicado - R$ 1.218,00

– Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE/RO, 25 de junho de 2024.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

De acordo com as atribuições que me são conferidas e considerando a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nrº 14.133/21, Lei Municipal nr° 2342/2024 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

– ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº : 199/2024
Licitação Nrº : 7/2024
Modalidade : Pregão
Data Adjudicação : 25/06/2024
Objeto da Licitação : FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E EVENTUAL
AQUISIÇÃO DE TONER, REFIL DE TINTAS, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ INCLUINDO AS ÁREAS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: GLOBAL LUX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI CNPJ/CPF: 22.854.208/0001-00
Valor Total Adjudicado - R$ 8.948,67

– Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE/RO, 25 de junho de 2024.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

De acordo com as atribuições que me são conferidas e considerando a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nrº 14.133/21, Lei Municipal nr° 2342/2024 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

– ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº : 199/2024
Licitação Nrº : 7/2024
Modalidade : Pregão
Data Adjudicação : 25/06/2024
Objeto da Licitação : FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E EVENTUAL

AQUISIÇÃO DE TONER, REFIL DE TINTAS, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ INCLUINDO AS ÁREAS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: LUANDA COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA CNPJ/CPF: 10.742.589/0001-57
Valor Total Adjudicado - R$ 273.300,00

– Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE/RO, 25 de junho de 2024.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

De acordo com as atribuições que me são conferidas e considerando a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nrº 14.133/21, Lei Municipal nr° 2342/2024 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

– ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº : 199/2024
Licitação Nrº : 7/2024
Modalidade : Pregão
Data Adjudicação : 25/06/2024
Objeto da Licitação : FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E EVENTUAL
AQUISIÇÃO DE TONER, REFIL DE TINTAS, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ INCLUINDO AS ÁREAS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: MSB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ/CPF: 08.257.279/0001-03
Valor Total Adjudicado - R$ 43.798,00

– Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE/RO, 25 de junho de 2024.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

De acordo com as atribuições que me são conferidas e considerando a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nrº 14.133/21, Lei Municipal nr° 2342/2024 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

– ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº : 199/2024
Licitação Nrº : 7/2024
Modalidade : Pregão
Data Adjudicação : 25/06/2024
Objeto da Licitação : FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E EVENTUAL
AQUISIÇÃO DE TONER, REFIL DE TINTAS, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ INCLUINDO AS ÁREAS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: NBB COMERCIO E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA CNPJ/CPF: 10.820.186/0001-89
Valor Total Adjudicado - R$ 168,00

– Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE/RO, 25 de junho de 2024.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

De acordo com as atribuições que me são conferidas e considerando a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nrº 14.133/21, Lei Municipal nr° 2342/2024 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

– ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº : 199/2024
Licitação Nrº : 7/2024
Modalidade : Pregão
Data Adjudicação : 25/06/2024
Objeto da Licitação : FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E EVENTUAL
AQUISIÇÃO DE TONER, REFIL DE TINTAS, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ INCLUINDO AS ÁREAS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: N C DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA CNPJ/CPF: 23.496.174/0001-92
Valor Total Adjudicado - R$ 69.600,00

– Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE/RO, 25 de junho de 2024.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

De acordo com as atribuições que me são conferidas e considerando a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nrº 14.133/21, Lei Municipal nr° 2342/2024 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

– ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº : 199/2024
Licitação Nrº : 7/2024
Modalidade : Pregão
Data Adjudicação : 25/06/2024
Objeto da Licitação : FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E EVENTUAL
AQUISIÇÃO DE TONER, REFIL DE TINTAS, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ INCLUINDO AS ÁREAS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: ALLPRINT SUPRIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA CNPJ/CPF: 51.891.027/0001-52
Valor Total Adjudicado - R$ 10.230,00

– Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE/RO, 25 de junho de 2024.

Publicado por:
Lilian Marcela Unser Motta
Código Identificador:831F9B38

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 07/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolvem:

– HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº : 199/2024
Licitação Nrº : 7/2024
Modalidade : Pregão:
Data Homologação: 25/06/2024
Objeto Homologado: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER, REFIL DE TINTAS, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ INCLUINDO AS ÁREAS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: AMERICA COMERCIO DE PRODUTOS PARA INFORMATICA LTDA CNPJ/CPF: 84.558.808/0001-89
Valor Total Homologado - R$ 1.218,00
– Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE, 25 de junho de 2024.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolvem:

– HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº : 199/2024
Licitação Nrº : 7/2024
Modalidade : Pregão:
Data Homologação: 25/06/2024
Objeto Homologado: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER, REFIL DE TINTAS, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ INCLUINDO AS ÁREAS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: LUANDA COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA CNPJ/CPF: 10.742.589/0001-57
Valor Total Homologado - R$ 273.300,00
– Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE, 25 de junho de 2024.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolvem:

– HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº : 199/2024
Licitação Nrº : 7/2024
Modalidade : Pregão:
Data Homologação: 25/06/2024
Objeto Homologado: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER, REFIL DE TINTAS, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ INCLUINDO AS ÁREAS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: MSB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ/CPF: 08.257.279/0001-03
Valor Total Homologado - R$ 43.798,00
– Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE, 25 de junho de 2024.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolvem:

– HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº : 199/2024
Licitação Nrº : 7/2024
Modalidade : Pregão:
Data Homologação: 25/06/2024
Objeto Homologado: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER, REFIL DE TINTAS, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ INCLUINDO AS ÁREAS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: N C DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA CNPJ/CPF: 23.496.174/0001-92
Valor Total Homologado - R$ 69.600,00
– Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE, 25 de junho de 2024.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolvem:

– HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº : 199/2024
Licitação Nrº : 7/2024
Modalidade : Pregão:
Data Homologação: 25/06/2024
Objeto Homologado: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER, REFIL DE TINTAS, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ INCLUINDO AS ÁREAS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: NBB COMERCIO E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA CNPJ/CPF: 10.820.186/0001-89

Valor Total Homologado - R$ 168,00
– Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE, 25 de junho de 2024.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolvem:

– HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº : 199/2024
Licitação Nrº : 7/2024
Modalidade : Pregão:
Data Homologação: 25/06/2024
Objeto Homologado: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER, REFIL DE TINTAS, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ INCLUINDO AS ÁREAS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: GLOBAL LUX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI CNPJ/CPF: 22.854.208/0001-00
Valor Total Homologado - R$ 8.948,67
– Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE, 25 de junho de 2024.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolvem:

– HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nrº : 199/2024
Licitação Nrº : 7/2024
Modalidade : Pregão:
Data Homologação: 25/06/2024
Objeto Homologado: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA E
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER, REFIL DE TINTAS, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS SECRETARIAS QUE FAZEM PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ INCLUINDO AS ÁREAS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO.

Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: ALLPRINT SUPRIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA CNPJ/CPF: 51.891.027/0001-52
Valor Total Homologado - R$ 10.230,00
– Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE, 25 de junho de 2024.

Publicado por:
Lilian Marcela Unser Motta
Código Identificador:A44989DF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 2068/2024/SMG

DECRETO Nº. 2068/2024/SMG 24 DE JUNHO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES QUE OCUPARÃO A COORDENADORIA DE DEFESA CIVIL CONFORME PRECONIZA A LEI MUNICIPAL DE Nº: 720/2006".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, Cornélio Duarte de Carvalho, no uso de suas atribuições legais, as quais lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Coordenadoria de Defesa Civil - COMDEC, os servidores abaixo relacionados.

NOME	MATRICULA	FUNÇÃO	SETOR
Jean Pablo Oliveira de Lima	4032	Coordenador	Secretário de Planejamento
Claudete de Souza Barbosa	4321	Equipe Técnica	Meio Ambiente
Renato Liutil Gonçalves	4276	Equipe Técnica	Meio Ambiente
Ramires Chaves de Oliveira	1734	Setor Operacional	Agricultura
Altair Alves de Moura	4369	Setor Operacional	Meio Ambiente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal 06 de julho, 24 de junho de 2024.

Publicado por:
Christiane Barbosa Sabino
Código Identificador:27F5A465

INSTITUTO DE PREVIDENCIA - SÃO MIGUEL - RO
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

006/2024/ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Aos Vinte e Cinco do mês de Junho de Dois Mil e Vinte E Quatro, às 9:30horas, em nossa sede do Instituto de Previdência Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, realizou-se mais uma Reunião do Conselho Fiscal com a presença dos seguintes Conselheiros: Marta Joelma Manthay Pinheiro, Jose Baldoino Pereira e a Senhora Maria Serli Lopes. Dando seqüência reunião a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos é deu boas vindas à suplente do senhor Mario Cezar Gomes Ferreira que vai assumir o cargo definitivo, pois o membro Mario não ira retornar mais as atividades o mesmo renunciou o cargo de Conselheiro fiscal a partir do dia 06 de junho de 2024 conforme oficio n° 001/2024, se reuniram para analisar os processos do mês junho de 2024 e outros meses e anos referentes a despesas do Instituto. Foram analisados os seguintes processos 72/2024, 71/2024, 73/2024, 62/2024, 64/2024, 001/2024, 63/2024, 61/2024, foi analisado o Relatório Mensal de Investimentos de maio 2024 do IPMSMG e o Balancete do Mês de Maio de 2024. Foram analisados e aprovados todos os processos e Relatório. Sem mais para tratar ou constar eu Marta Joelma Manthay Pinheiro lavrei a presente ata que - segue por mim assinada e pelos demais membros do conselho fiscal.

São Miguel do Guaporé /RO 25/06/2024.

MARTA JOELMA MANTHAY PINHEIRO
Presidente

MARIA SERLI LOPES
Membro

JOSE BALDOINO PEREIRA
Membro

Publicado por:
Dulciléia Pereira de Assis Souza
Código Identificador:B6A1A5D6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

CAMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DE IINEXIGIBILIDADE PROCESSO N 19/2024

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2024

A COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO da Câmara Municipal de Seringueiras-RO, designada através da portaria nº 08/2024 **TORNA PUBLICO** que o processo administrativo nº 19/2024, teve a inexigibilidade de licitação com o seu objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE TELEFONE FIXO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS-RO, em favor da empresa: OI S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL inscrita no CNPJ nº. 76.535.764/0001-43, de acordo com o artigo 74, inciso I da lei federal nº 14.133/2, no valor aproximado de R$ 1.950,96 (mil novecentos e cinquenta reais e noventa e seis centavos).

Seringueiras-RO, 25 de junho de2024.

KATIELI BULK MOREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Contratação

KAMILLA GONÇALVES CAMPOS
Secretaria da Comissão Permanente de Contratação

JOSÉ BASILIO
Membro da Comissão Permanente de Contratação

Publicado por:
Katieli Bulk Moreira
Código Identificador:0F598F6D

CAMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO 19/2024

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 5/2024 PROCESSO N° 19/2024

Após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, **RATIFICO**, conforme disposto no inciso I do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, com fulcro no art.72, da citada lei, a**INEXIGIBILIDADE**de licitação em favor da Empresa**OI S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**inscrita no CNPJ nº. **76.535.764/0001-43.**

O valor aproximado de R$ 1.950,96 (mil e novecentos e cinquenta reais e noventa e seis centavos) objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE TELEFONE FIXO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS-RO.

Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a celebração do necessário contrato, e o empenhamento da despesa nas dotações próprias do orçamento vigente.

Publique-se o presente ato na imprensa oficial municipal, conforme estabelecido na Lei n.14.133/2021,para fins de eficácia da**RATIFICAÇÃO**aqui proferida.

MARIO CANCIAN
Presidente da Câmara Municipal de Seringueiras-RO
Biênio 2023/2024

Publicado por:
Katieli Bulk Moreira
Código Identificador:7AC7F9BA

CAMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA N. 29/2024

PORTARIA N. 029/2024.

MARIO CANCIAN – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS-RO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica ***EXONERADA*** a Portaria **40/2022** de 04 de julho de 2022, que nomeou o *COORDENADOR (a) DE FROTAS* da Câmara Municipal de Seringueiras-RO.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a disposição em contrário.

Seringueiras-RO, 25 de junho de 2024.

Registra-se.

Publica-se.

Cumpra-se.

MARIO CANCIAN
Presidente da Câmara Municipal de Seringueiras-RO.
Biênio 2023-2024.

Publicado por:
Katieli Bulk Moreira
Código Identificador:BFF17192

CAMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA N. 30/2024

PORTARIA N. 030/2024.

MARIO CANCIAN – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS-RO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica ***EXONERADA*** a Portaria **041/2022** de 04 de julho de 2022, que nomeou o *COORDENADOR (a) DO PATRIMÔNIO* da Câmara Municipal de Seringueiras-RO.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a disposição em contrário.

Seringueiras-RO, 25 de junho de 2024.

Registra-se.

Publica-se.

Cumpra-se.

MARIO CANCIAN
Presidente da Câmara Municipal de Seringueiras-RO.
Biênio 2022-2024.

Publicado por:
Katieli Bulk Moreira
Código Identificador:451D87A6

CAMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA 31/2024

PORTARIA N. 031/2024.

MARIO CANCIAN – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS-RO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica ***EXONERADA*** a Portaria **042/2022** de julho de 2022, que nomeou o *COORDENADOR (a) DO ALMOXARIFADO* da Câmara Municipal de Seringueiras-RO.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a disposição em contrário.

Seringueiras-RO, 25 de junho de 2024.

Registra-se.

Publica-se.

Cumpra-se.

MARIO CANCIAN
Presidente da Câmara Municipal de Seringueiras-RO.
Biênio 2023-2024.

Publicado por:
Katieli Bulk Moreira
Código Identificador:C4E3EE72

CAMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA N. 32/2024

PORTARIA N. 032/2024.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADOR (a) DE FROTAS DESTE PODER LEGISLATIVO".

A Presidente da Câmara Municipal de Seringueiras-RO, **MARIO CANCIAN** – no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, sem ônus, o Srº, *JOSE BASILIO*, Assessor Especial desta Casa, nomeado pela Portaria n. **033/2021** de 23 de março de 2021, à *FUNÇÃO DE COORDENADOR DE FROTAS* da Câmara Municipal de Seringueiras-RO.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.
Seringueiras-RO, 25 de junho de 2024

Registra-se
Publica-se
Cumpra-se.

MARIO CANCIAN
Presidente da Câmara Municipal de Seringueiras-RO.
Biênio 2023-2024.

Publicado por:
Katieli Bulk Moreira
Código Identificador:D3C03308

CAMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA N. 33/2024

PORTARIA N. 033/2024.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADOR (a) DO PATRIMÔNIO DESTE PODER LEGISLATIVO".

A Presidente da Câmara Municipal de Seringueiras-RO, **MARIO CANCIAN** – no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, sem ônus, Srº *ADONILDO LIMA FERREIRA DA SILVA*, Assessor Especial desta Casa, nomeado pela Portaria n. **044/2021** de 21 de maio de 2021, à *FUNÇÃO DE COORDENADOR DO PATRIMÔNIO* da Câmara Municipal de Seringueiras-RO.
Art. 2º- será atribuída a função de coordenador de patrimônio as seguintes atribuições:
I - Controlar e armazenar os bens patrimoniais que compõe a reserva técnica da instituição, para atendimento às demandas das unidades administrativas;
II – Controlar a movimentação em sistema próprio dos bens patrimoniais, bem como dos termos de responsabilidade;
III – arquivar a documentação dos bens imóveis pertencentes a este poder legislativo.
IV – Tombar bens patrimoniais adquiridos ou recebidos em doação pela câmara municipal;
V – Receber e encaminhar móveis e equipamentos danificados a manutenção.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.
Seringueiras-RO, 25 de junho de 2024.

Registra-se
Publica-se
Cumpra-se:

MARIO CANCIAN
Presidente da Câmara Municipal de Seringueiras-RO.
Biênio 2023-2024.

Publicado por:
Katieli Bulk Moreira
Código Identificador:60FEF163

CAMARA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA 34/2024

PORTARIA N. 034/2024.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADOR (a) DO ALMOXARIFADO DESTE PODER LEGISLATIVO".

A Presidente da Câmara Municipal de Seringueiras-RO, **MARIO CANCIAN** – no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, sem ônus, Srº *ADONILDO LIMA FERREIRA DA SILVA*, Assessor Especial desta Casa, nomeado pela Portaria n. **044/2021** de 21 de maio de 2021, à *FUNÇÃO DE COORDENADOR DO ALMOXARIFADO* da Câmara Municipal de Seringueiras-RO.
Art. 2º- Será atribuída a função de coordenador de almoxarifado as seguintes atribuições:
I - Controlar e armazenar os materiais de consumo e de expediente, para atendimento ás demandas das unidades administrativas deste Poder legislativo;
II - Receber e conferir os materiais de consumo e os bens patrimoniáveis entregues pelos fornecedores, conforme as especificações inseridas na nota de empenho;
III – Colher quando necessário, nas notas fiscais emitidas pelos fornecedores dos materiais de consumo e expediente, o atestado do solicitante para fins do seu recebimento definitivo.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Seringueiras-RO, 25 de junho de 2024.

Registra-se
Publica-se
Cumpra-se.

MARIO CANCIAN
Presidente da Câmara Municipal de Seringueiras-RO.
Biênio 2023-2024.

Publicado por:
Katieli Bulk Moreira
Código Identificador:DDFFF5A2

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS-RO
RESOLUÇÃO 072/CMP/IPMS/2024

RESOLUÇÃO Nº 072/CMP/IPMS/2024.

O Conselho Previdenciário Municipal do IPMS – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Seringueiras – RO, no exercício das suas atividades legais que lhe confere o art. 86 da Lei Municipal nº. 741/2011 de acordo com a reunião **ORDINÁRIA DO MÊS**, **Ata** nº **189/2024** no dia vinte e quatro do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro (24/06/2024).

R E S O L V E

Art. 1º Fica aprovado os **Balancetes referente aos meses de abril e maio do ano de 2024,** do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Seringueiras/RO.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Registra – se,
Cumpra – se.

Seringueiras - RO, 24 de junho de 2024.

Conselheiros:

ADRIANA CORREIA DA SILVA -
Presidente

JULIANE CRESTANI -
Vice-Presidente

WOLNEY BLOSFELD -
Membro

FÁBIO JR. ROMÃO DE BARROS -
Membro

DIEIMIS RIBEIRO -
Membro

Publicado por:
Valdirene Oliveira Caitano da Rocha
Código Identificador:6D76916E

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS-RO
ATA Nº 189/CMP/IPMS/2024

CONSELHO MUNICIPAL PREVIDÊNCIÁRIO
ATA Nº 189 – 24 de junho de 2024.
Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal Previdenciário do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Seringueiras, realizada aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às 11:00h no Instituto de Previdência Municipal de Seringueiras, localizado na Rua Rui Barbosa nº 778, nesta cidade de Seringueiras. A Presidente deu início à reunião cumprimentando a todos os presentes. Em seguida apresentou o **Balancete do Mês de Abril/2024** constando que as aplicações somaram o valor **de R$ 41.593.244,11** (quarenta um milhões, quinhentos e noventa e três mil, duzentos e quarenta e quatro reais e onze centavos), contribuição previdenciária do regime próprio **R$ 185.605,39** (cento e oitenta e cinco mil, seiscentos e cinco reais e trinta e nove centavos), contribuição patronal **R$ 345.686,60** (trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos), com rendimentos de aplicação mensal de **R$ 134.515,88** (centos e trinta e quatro mil, quinhentos e quinze reais e oitenta e oito centavos), compensação previdenciária **R$ 8.209,89** (oito mil, duzentos e nove reais e oitenta e nove centavos), receita **R$ 674.017,76** (seicentos e setenta e quatro mil, dezessete reais e setenta seis centavos), Despesas administrativas e pessoal/previdenciária pagas **R$ 266.487,79** (duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e nove centavos). E **Balancete do Mês de Maio/2024** constando que as aplicações somaram o valor **de R$ 42.489.558,37** (quarenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos), contribuição previdenciária do regime próprio **R$ 186.962,37** (cento e oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais e trinta e sete centavos), contribuição patronal **R$ 348.567,17** (trezentos e quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e sete reais e dezessete centavos), com rendimentos mensal **R$ 390.602,77** (trezentos e noventa mil, seiscentos e dois reais e setenta e sete centavos), compensação previdenciária **R$ 239.359,50** (duzentos e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos), totalizando uma receita de **R$ 1.165.491,81** (um milhão cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e um centavos). Despesas administrativas pessoal/previdenciária pagas **R$ 269.177,55** (duzentos e sessenta e nove mil, cento e setenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos). Considerando que não houve nenhuma objeção os Balancetes do mês de **Abril** e **Maio de 2024** foram aprovados conforme a Resolução de nº **072/CMP/2024**. Eu, Valdirene Oliveira Caitano da Rocha, lavrei a presente ata que após lida e achada conforme, segue assinada por mim e todos os conselheiros presentes.

VALDIRENE OLIVEIRA C. DA ROCHA
Diretora Executiva do IPMS

ADRIANA CORREIA DA SILVA
Presidente do Conselho

JULIANE CRESTANI
Vice-Presidente

WOLNEY BLOSFELD
Membro

FÁBIO JR. ROMÃO DE BARROS
Membro

DIEIMIS RIBEIRO
Membro

Publicado por:
Valdirene Oliveira Caitano da Rocha
Código Identificador:2F8413BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO Nº 31/2024

CONTRATO Nº 31/2024, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS E A EMPRESA **CARVALHO RODRIGUES NEGOCIAÇÕES LTDA,** CNPJ sob o nº 42.009.468/0001-97, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE IRRIGAÇÃO POR MICROASPERSÃO 90 LITROS/HORA E MICROTUBO 30 CM, SUSPENSA, PARA ATENDER À PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA ORIUNDO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.189/SEMAGRI/2024, PREGÃO ELETRÔNICO 35/2024, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Avenida Marechal Rondon, 984, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado Sr. Prefeito Municipal ARMANDO BERNARDO DA SILVA, portador da Carteira de Identidade nº24.838.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF/MF nº157.857.728-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa CARVALHO RODIRIGUES NEGOCIAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº

42.009.468/0001-97, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 528, anexo A, bairro dos Pioneiros na cidade de Pimenta Bueno/RO, por sua representante legal VANESSA RODRIGUES DE LIMA, portadora do RG sob o nº 1001349 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº 946.168.412-68, doravante designada de CONTRATADA, e acordam na realização do presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.189/SEMAGRI/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. 35/2024.*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE IRRIGAÇÃO POR MICROASPERSÃO 90 LITROS/HORA E MICROTUBO 30 CM, SUSPENSA, PARA ATENDER À PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA ORIUNDO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.189/SEMAGRI/2024, PREGÃO ELETRÔNICO 35/2024** nas condições estabelecidas no termo de referência, edital e seus anexos.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO-VIGENCIA, E PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA

O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência, conforme previsto no tópico 14.16 do termo de Edital na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.2.1 O prazo de entrega do serviço ate 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da: Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou Documento equivalente, sendo que este prazo estipulado só poderá ser estendido mediante pedido da empresa por meio Ofício ou Requerimento devidamente justificado

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado,-

atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1-O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA– PREÇO (ART 92 V)

5.1 O valor total da contratação é de R$9.999,00 (nove mil novecentos e noventa e nove) reais

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

A CONTRATADA, fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 01 (um) mês , a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês de acordo com o art. 123, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

A administração NÃO responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios

demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.4-Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
12.4.2-Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será

descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.4.3Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de30 *(trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
13.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
13.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse casso adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
13.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
13.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
13.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
13.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
13.4.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
13.4.5 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; 13.4.6 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
13.4.7 Indenizações e multas.
13.4.8 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
13.4.9 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da previsão do orçamento do Município e das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Plano Plurianual, na dotação abaixo discriminada: Secretaria Municipal de agricultura e meio ambiente.

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 02.009.18.542.0007
PROJETO ATIVIDADE: 2.077
REDUZIDO: 122
ELEMENTOS DE DESPESAS: 3.3.90.39.00.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021

DO FORO
CLAÚSULA DÉCIMA OITAVA - Nos casos de eventuais impasses, conflitos ou dúvidas, não sanáveis de comum acordo nos termos da lei supracitada, fica eleito o Fórum da Comarca de São Miguel do Guaporé/RO, salvo se na fluência deste, vier a ser instalada a Comarca de Seringueiras/RO, que será então privilegiada.

E pôr estarem assim justos e pactuados e este Contrato na conformidade da Lei nº14.133/2021, e posteriores modificações, assinam o presente em duas vias de igual teor, para que, cumpridas as formalidades legais, produza seus regulares e jurídicos efeitos.

Seringueiras/RO, 24 de junho de 2024

Município de Seringueiras/RO
ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

EDER DA SILVA DE SOUZA
Secretário Munic.de Agric.e Meio Ambiente .....
Portaria nº183/GAB/PMS/2024.....

CARVALHO RODRIGUES NEGOCIAÇÕES LTDA,
CNPJ sob o nº 42.009.468/0001-97
Contratada

TESTEMUNHAS:

1)_____CPF:_____

2)_____CPF:_____

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco Correia
Código Identificador:3F4CCFD1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E MARIA DE FATIMA FRANCISCO LIMA.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO E MARIA DE FATIMA FRANCISCO LIMA.

MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, Centro, Inscrito no C.N.P.J./MF sob o nº 63.761.993/0001-34, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 24.338.829-0 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF nº 157.857.728-41, no uso da atribuição que lhe confere o MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **MARIA DE FATIMA FRANCISCO LIMA**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.475.482-53, RG. nº 635894 SESDEC/RO residente e domiciliada neste município de Seringueiras/RO, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO**, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, na forma do regime especial previsto na **Lei Municipal nº. 1.980/2024**, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme resultado final do **Teste Seletivo nº 001/2024**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 20 de maio de 2024 edição nº 3729, e no jornal Correio Popular nos dias 18 e 19 de maio de 2024, conforme Decreto de Homologação n**º.** 110/2024 datado em 20 de maio de 2024 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 21 de maio de 2024 edição nº 3730, e conforme Edital de Convocação nº. 003/2024 datado em 18 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia edição nº 3751 em 19 de junho de 2024, mediante as seguintes cláusulas:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA que exercerá a função de **Técnica em Laboratório - 40 horas semanais,** cujas atribuições são as constantes da Lei Municipal que trata do Plano de Carreira do Município.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato terá vigência certa e determinada, de **01 (um)** ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que, não seja suspensa a necessidade temporária, que originou a contratação excepcional, extinguindo-se automaticamente e independentemente da vontade das partes, no término do prazo ora estipulado, conforme a Lei Municipal **1.980/2024.**

DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a título de remuneração, a importância de **R$ 1.412,00 (hum mil quatrocentos e doze reais)** correspondente ao padrão remuneratório do plano de carreira da Prefeitura para a citada função, por mês de trabalho, devendo respeitar o regime de trabalho determinado pela Administração, observando a Carga Horária prevista no Anexo – I, da Lei Municipal nº. 1.980/2024.

Parágrafo único - Além do da remuneração prevista na Cláusula anterior terá direito a CONTRATADA dos direitos constitucionais elencados no artigo 7º, incisos IV, VIII, IX, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX e XXIII, Constituição Federal, na forma prevista pelo o Estatuto dos Servidores Municipais.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE se obriga a:

a) depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus a CONTRATADA, em conta aberta em seu nome, conforme calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Municipal de Seringueiras;

b) recolher contribuição Previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição da CONTRATADA;

c) expedir certidões que atestem a contratação, bem como o tempo de prestação de serviços, para defesa de direitos ou esclarecimento de situação, a requerimento da CONTRATADA;

d) abster-se de determinar tarefas ou funções que impliquem em eventual desvio de função da CONTRATADA;

e) pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada.

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) desenvolver satisfatoriamente, de acordo com sua formação profissional e capacitação técnica especializada, as atividades determinadas pelo superior hierárquico;

b) estar presente no local de trabalho durante todo o tempo de desenvolvimento normal das atividades de execução do contrato, que corresponderá ao horário de expediente do CONTRATANTE;

c) submeter-se às normas, rotinas e horários de trabalho estabelecidos pelo CONTRATANTE;

d) aceitar os descontos de lei incidentes em sua remuneração mensal bruta, bem como os decorrentes de horas não trabalhadas em função de ausência não autorizada ou falta não abonadas, devidamente apontadas no período de vigência deste contrato;

e) cumprir as determinações legais emanadas das autoridades competentes da Prefeitura Municipal de Seringueiras;

f) exercer com zelo e dedicação os encargos que lhe forem cometidos;

g) ser leal ao CONTRATANTE;

h) observar as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades do CONTRATANTE;

i) cumprir as ordens lícitas de superior hierárquico;

j) atender, com presteza, ao público em geral, prestando às informações requeridas, ressalvadas as legalmente protegidas por sigilo, e preparar aquelas requeridas para a defesa do CONTRATANTE em juízo;

k) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do exercício de suas atividades;

l) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

m) guardar sigilo sobre assuntos do CONTRATANTE;

n) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

o) ser assíduo e pontual na prestação de seus serviços;

p) tratar com urbanidade as pessoas;

q) representar, por intermédio da via hierárquica, contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

r) cumprir os demais deveres previstos no artigo 123 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DAS PROIBIÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: a CONTRATADA é vedado:

a) ausentar-se do local de prestação de seus serviços, durante o desenvolvimento diário das atividades do projeto, sem prévia autorização do seu superior hierárquico ou de funcionário por ele indicado;

b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto das dependências do CONTRATANTE;

c) opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou à execução de serviços;

d) promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências do CONTRATANTE;

e) promover, nas dependências do CONTRATANTE, manifestação pública de agravo ou desagravo a outros agentes públicos ou a terceiros que tenham com aquele órgão ou entidade administrativa;

f) cometer a pessoa estranha à execução do projeto, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividades de sua responsabilidade;

g) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;

h) receber, exigir ou solicitar, para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços, para a prática ou omissão de ato de ofício, ou valer-se da função exercida para obtenção de vantagem pessoal para si ou para terceiros;

i) praticar usura sob qualquer de suas formas;

j) proceder de forma desidiosa;

k) utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;

l) exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços técnicos prestados ao CONTRATANTE e com o horário de trabalho;

m) ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

n) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

o) observar as proibições previstas artigo 124 da Lei Municipal nº 048/94, que trata do Estatuto do Servidor Público Municipal.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício.

Natureza das Despesas: 3.1.90.11.00.00 Fonte de Recurso: 10020047 Programa de Trabalho: MANUTENÇAO DA SECRETARIA ATENDIMENTO HOSPITALAR E ABULATORIAL 15%.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, com carga horária de 40 horas semanais, ficando subordinadas às determinações da Prefeitura Municipal de Seringueiras, quanto à forma de exercício de suas funções e horário, observadas as normas legais vigentes.

§ 1º – A CONTRATADA se obriga a exercer sua função na unidade indicada pela Prefeitura de Seringueiras.

§ 2º – A CONTRATADA, por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura da CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente CONTRATO e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

§ 3º – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA: Este contrato será extinto, sem indenização a CONTRATADA, verificada uma das seguintes hipóteses:

a) término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;

b) por manifestação unilateral motivada do CONTRATANTE;

c) por vontade de ambas as partes;

d) por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir, observância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 1º – O CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização a CONTRATADA, em razão de:

a) ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se qualquer suspensão da sua execução;

b) falta ao trabalho por três dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de trinta dias, mesmo com justificação, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista;

c) afastamento por motivo de doença por prazo superior a 15 dias consecutivos;

d) apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;

e) insuficiência de desempenho na função para a qual apresentou prova de capacitação.

§ 2º – Serão também motivos de rescisão aqueles previstos na Lei Municipal nº 048/94.

DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

CLÁUSULA DECIMA: O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização a CONTRATADA, nas hipóteses de sua substituição **POR SERVIDOR EFETIVO INVESTIDO EM CARGO QUE ABARQUE AS FUNÇÕES OBJETO DO PRESENTE CONTRATO**.

Parágrafo Único – A substituição mencionada no caput da presente Cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A presente contratação não cria vínculo empregatício ou estatutário entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração municipal.

DAS DECLARAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA fica ciente, neste ato, das seguintes declarações:

a) ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e § 10, da Constituição da República;

b) ciência e observância das proibições do art. 124, da Lei Municipal nº 048/94.

DA EXCEÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação, em especial a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 1.980/2024, não assegurará qualquer direito de reparação a CONTRATADA, a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA CONTRATA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento na forma prevista na Instrução Normativa.

DA PREVIDÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá contribuir de forma obrigatória para Regime Geral de Previdência Federal, e não poderá exercer função diferente a estabelecida neste ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As partes contratantes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por privilegiado que se apresente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Seringueiras, 25 de junho de 2024.

_____	_____
Contratante	Contratada

Testemunhas:

1ºAss. _____	2ºAss. _____
Nome: RG:	Nome: RG:

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco Correia
Código Identificador:B37870AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Armando Bernardo da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	107/2024
b) Licitação Nrº :	38/2024
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	25/06/2024
e) Objeto Homologado :	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AVALIAÇÃO MEDICA, PARA FINS DE READAPTAÇÃO, AUXILIO DOENÇA, CONSCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ E RECUPERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE SERINGUEIRAS/RO, POR UM PERIODO DE 12 MESES.
f) Processo Adm Nrº :	107/2024

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: INSTITUTO OFTALMOLOGICO DO BRASIL LTDA
CNPJ/CPF: 34.888.497/0004-90

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	JUNTA MÉDICA (COMPOSTA POR TRÊS MÉDICOS, UM DOS PROFISSIONAIS SENDO MÉDICO DO TRABALHO)	25	R$ 668,90	R$ 16.722,50
2	PERÍCIAS MÉDICAS (REALIZADA POR MÉDICO DO TRABALHO)	90	R$ 315,37	R$ 28.383,30

Valor Total Homologado - R$ 45.105,80

Seringueiras, 25 de junho de 2024.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Euzania Cristina da Silva Santos
Código Identificador:1AE9E1A9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Armando Bernardo da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	533/2024
b) Licitação Nrº :	64/2024
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	24/06/2024
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE DUAS MOTOCICLETAS PARA A PREMIAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL 2024, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE TURISMO E LAZER
f) Processo Adm Nrº :	/

27.122.0005.2.038. - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: COMETA JI-PARANA MOTOS LTDA
CNPJ/CPF: 04.926.895/0001-40

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Aquisição de Veículo Tipo motocicleta com especificação mínima: 4 tempos monocilíndrico, com arrefecimento a ar, potência maximo de 110	2	R$ 12.990,00	R$ 25.980,00

	cilindradas, 8,0 cv, toque máximo de 0,90 kgf.m a 6.000rpm, transmissão mínima de 04 velocidades, sistema de partida mínimo a pedal, sistema de injeção eletrônica e combustível a gasolina, bateria 12v / 4ah, farol 35/35w, com tanque de combustível mínima de 4 litros e Carter de 01 litro, distancia mínima entre eixos de 1230 mm, distancia mínima ao solo de 136mm, peso mínimo 80kg, suspensão: Dianteira em garfo telescópico mimo de 100mm e traseira mínimo de dois amortecedores de 80mm, freio dianteiro e traseiro a tambor, roda dianteira mínimo aro 17 e traseira aro 14, veiculo obedecendo as regras do DENATRAM em exercício. COR VERMELHA .			

Valor Total Homologado - R$ 25.980,00

Seringueiras, 24 de junho de 2024.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Euzania Cristina da Silva Santos
Código Identificador:FDE9868B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Armando Bernardo da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	547/2024
b) Licitação Nrº :	31/2024
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	25/06/2024
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA CAPELA ECUMÊNICA NO MUNICIPIO DE SERINGUEIRAS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS-RO,
f) Processo Adm Nrº :	547/2024

15.451.0006.1.376. - CONV. EST. CONSTRUÇÃO DE CAPELA ECUMÊNICA

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: T F DE SOUZA SOARES LTDA
CNPJ/CPF: 35.297.841/0001-97

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA CAPELA ECUMÊNICA NO MUNICIPIO DE SERINGUEIRAS.	1	R$ 626.218,67	R$ 626.218,67

Valor Total Homologado - R$ 626.218,67

Seringueiras, 25 de junho de 2024.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Euzania Cristina da Silva Santos
Código Identificador:18302416

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO N° **002**/2024
Chamamento Público n° 004/2024
Edital n° 016/2024

AVISO DE CREDENCIAMENTO

Órgãos Requisitante: Secretarias Municipais de Saúde
Processo Administrativo n° 223/2024

Objeto: Contratação de pessoas jurídicas para serviços de horas médicas.
Valor estimado de R$ 653.400 (seiscentos e cinquenta e três mil e quatrocentos reais).

Os interessados poderão realizar o credenciamento a partir de **26 de Junho de 2024** e ficará aberto pelo período de **12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogações**. Início da ánalise da documentação de habilitação: **17 de Julho de 2024.**

Local do Credenciamento Presencial: na Av. Afonso Pena, nº 2122 – Setor 04, CEP 76.928-000, Prefeitura Municipal - Departamento de Contratação, das 07:00hrs até 13:00hrs das 15:00hrs até 17:00hrs.

A retirada do Edital completo poderá ser efetuada gratuitamente no referido site ou no site institucional do órgão: "**www.teixeiropolis.ro.gov.br".**

Informações Complementares no Departamento de Contratação, sito a Avenida Afonso n° 2122, Setor 04 - CEP 76928-000, de segunda a sexta-feira, das 07h00min, às 13h00min, retornando das 15h00min, às 17h00m, exceto feriado. CONTATO: (69) 3465 1228, e-mail "cpl@teixeiropolis.ro.gov.br".

Teixeirópolis-RO, 25 de Junho de 2024.

JEAN VIEIRA DE ARAÚJO
Agente de Contratação
Port. n°036/GAB/2022 de 28/12/2022

Publicado por:
Jean Vieira de Araujo
Código Identificador:9056A240

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: n.º **GI- 334/2024**
CONTRATADA: **RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS RONDONIA LTDA**
CNPJ: **11.567.074/0004-73**
No valor de: Prestação de serviços: **R$ 798,00 (Setecentos e noventa e oito reais**) e material de consumo no valor de: **R$ 5.709,69 (Cinco mil setecentos e nove reais e sessenta e nove centavos)**
Com o objetivo de: **Contratação de empresa para prestação de serviço revisão veicular ônibus escolar de QTA9D21.**
Inexigibilidade de Licitação conforme Lei Federal nº 14.133/2021, art. **74**, inciso I. Conforme parecer da procuradoria jurídica. Dr. ALMIRO SOARES- OAB 412 A/RO.
Prazo de execução ou Entrega: Imediato.

Teixeirópolis/RO, 24 de Junho 2024.

NAIR DE ARAÚJO DIAS
Secr. Mun. Educ. Cult. e Turismo.
Port. nº 053/ GAB /2023 de 02/10/2023

Publicado por:
Thais Cristina Oliveira Silva
Código Identificador:6D3D951E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: n.º **GI- 102/2024**

CONTRATADA: **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD**
CNPJ: **05.914.254/0001-39**
No valor de: valor de: R$ **9.999,99 (Nove mil novecentos e noventa e nove reais).**
Com o objetivo de: **Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de fornecimento de água, para o desenvolvimento de qualquer atividade na Escola Municipal de Educação Infantil Arco-Íris.**
Dispensa de Licitação conforme Lei Federal nº 14.133/2021, art. **75**, inciso IX. Conforme parecer da procuradoria jurídica. Dr. ALMIRO SOARES- OAB 412 A/RO.
Prazo de execução ou Entrega: Imediato.

Teixeirópolis/RO, 25 de Junho de 2024.

NAIR DE ARAÚJO DIAS
Secr. Mun. Educ. Cult. e Turismo.
Port. nº 053/ GAB /2023 de 02/10/2023.

Publicado por:
Thais Cristina Oliveira Silva
Código Identificador:EADB9C27

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 112/GAB/2024. DE, 25 DE JUNHO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE E ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDORA SINARIA CRISTINA ARRABAL".

O Prefeito Municipal de Teixeirópolis/RO, **ANTONIO ZOTESSO,** no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe na Lei Complementar nº 002/2010, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Teixeirópolis",

D E C R E T A:

Art. 1° Fica concedida a servidora **SINARIA CRISTINA ARRABAL,** matrícula n° 507, licença prêmio por assiduidade pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, de 15 de julho a 29 de agosto, referente ao período aquisitivo de 20 de novembro 2014 a 19 de novembro 2019.
Art. 2°. ° Fica concedida a servidora **SINARIA CRISTINA ARRABAL**, matrícula n° 507, conversão de 45 (quarenta e cinco) dias, de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo de 20 de novembro 2014 a 19 de novembro 2019, que serão pagos na folha de junho.

Art. 3°. A conversão será realizada em conformidade com o Decreto N° 41, de 28 de Fevereiro de 2011.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Teixeirópolis, 25 de Junho de 2024.

ANTÔNIO ZOTESSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Cristina Oliveira Silva
Código Identificador:1DEA7D19

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 032/GAB/2024, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO Nº 003/2024"

O Excelentíssimo Senhor **ANTONIO ZOTESSO**, Prefeito do Município de Teixeirópolis/RO, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso II do Art. 34 e o inciso V do Art. 77 da Lei Orgânica Municipal, Art.9° da Lei Complementar Municipal n.º 002/2010 e Lei Municipal nº 987/2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeada a COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO Nº 003/2024, que será composta pelos seguintes servidores:

a) Presidente – **DEVAIR VIEIRA DE OLIVEIRA**;
b) Secretário – **ALMERINDA BATISTA SENHORINHO VIEIRA**;
c) Membro- – **JOSIANE MONTEIRO MAI.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Teixeirópolis, em 25 de Junho de 2024.

ANTÔNIO ZOTESSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Cristina Oliveira Silva
Código Identificador:7EB486C9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 113/GAB/2024. DE, 25 DE JUNHO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE E ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDORA SINARIA CRISTINA ARRABAL".

O Prefeito Municipal de Teixeirópolis/RO, **ANTONIO ZOTESSO,** no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe na Lei Complementar nº 002/2010, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Teixeirópolis",

D E C R E T A:

Art. 1° Fica concedida a servidora **SINARIA CRISTINA ARRABAL,** matrícula n° 343, licença prêmio por assiduidade pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, de 15 de julho a 29 de agosto, referente ao período aquisitivo de 03 de outubro 2016 a 02 de outubro 2021.
Art. 2°. ° Fica concedida a servidora **SINARIA CRISTINA ARRABAL,** matrícula n° 343, conversão de 45 (quarenta e cinco) dias, de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo de 03 de outubro 2016 a 02 de outubro 2021, que serão pagos na folha referente ao mês junho.

Art. 3°. A conversão será realizada em conformidade com o Decreto N° 41, de 28 de Fevereiro de 2011.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Teixeirópolis, 25 de Junho de 2024.

ANTÔNIO ZOTESSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Cristina Oliveira Silva
Código Identificador:CF22A523

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente Termo de Adjudicação e tendo como base os documentos contidos no processo n.º **GIII-001/2023/SAIMA/2023** e a licitação realizada através da Modalidade **chamamento publico** n.º **001/CPL/2024**, vem **ADJUDICAR** a favor Associação Mista dos produtores rurais da comunidade Nossa Senhora auxiliadora – **AMIPRORAL** sediada na **linha 31 km 16 lote 09 gleba 08 C E zona rural CNPJ: 63.787.295/0001-08 no município de**

TEIXEIRÓPOLIS – RO, recebendo um equipamento, item **01- Grade niveladora** com controle remoto, com mínimo 32 discos de 20 e espessura mínima de 3,5mm, largura mínima 2600mm espaçamento entre discos mínimo de 1700mm com discos côncavos recortados e seção traseiro com discos côncavos liso, com pontos de regulagem, conjunto de rodas com pneus novos de aro 16" acionados hidraulicamente. Mancal a óleo com duplo rolamento, limpador de disco dianteiro e traseiro do tipo espátula. Peso mínimo de 1200kg e peso máximo de 1280kg. **Tombamento 10150** Com isto segue o presente processo para Procuradoria jurídica para analise e parecer jurídico, posteriormente encaminhar ao excelentíssimo Sr.Prefeito querendo realize a Homologação.

Teixeirópolis – RO, 25 de Junho de 2024.

ANTÔNIO ZOTESSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Vieira de Araujo
Código Identificador:88E4304C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 111/GAB/2024, DE 24 DE JUNHO DE 2024.

"REGULAMENTA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, AOS SERVIDORES, A TÍTULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO, PARA CONCORREREM AO CARGO ELETIVO DE VEREADOR E PREFEITO NO PLEITO MUNICIPAL DE 2024, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N° 64/90, CC LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 002, DE 23 DE AGOSTO DE 2010."

O Sr. **ANTONIO ZOTESSO**, Prefeito do Município de Teixeirópolis/RO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO as disposições constantes da Lei Complementar Federal 64, de 18 de maio de 1990 quando ao afastamento (desincompatibilização) de servidores para atividade político-eleitoral;

CONSIDERANDO as disposições constantes da Lei Complementar Municipal n° 002, de 23 de agosto de 2010, quando a Licença para Atividade Política de servidores para atividade político-eleitoral;

CONSIDERANDO que, nos termos decidido pelo Tribunal Superior Eleitoral, nos autos da CONSULTA nº. 34-95.2016.6.22.0000-CLASSE 10- PORTO VELHO-RONDÔNIA, a partir da modificação introduzida pela Lei n. 13.165/2015, *"o mera apresentação de requerimento de afastamento é suficiente para a concessão da licença que se destina à desincompatibilização", tendo em vista que "que o prazo de desincompatibilização não se coaduna com a data de realização das Convenções Partidárias, não seria razoável admitir que o pretenso candidato seja prejudicado, na medida em que não tem como demonstrar que seu nome foi aprovado em Convenção Partidária, posto que ainda não realizada "*.

RESOLVE

Art. 1º A concessão de Licença para Atividade Política aos servidores pretensos candidatos a vereador, prefeito e vice prefeito no pleito municipal de 2024, no Município de Teixeirópolis/RO, a titulo de desincompatibilização, diante de manifesto intento de concorrerem ao cargo eletivo, nos termos da Lei Complementar Federal n° 64 de 18/05/1990 e Lei Complementar Municipal n° 002, de 23/08/2010, e observará os seguintes requisitos:
I. Requerimento de afastamento, a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, prefeito e vice prefeito, no pleito de 2024, conforme modelo no anexo único deste Decreto;
II. Comprovante de filiação partidária, deferida no partido político pelo qual pretende concorrer seis meses antes das eleições;
III. Comprovante da exoneração do cargo em comissão/função de confiança, se for o caso.

Art. 2º O servidor deverá reassumir o exercício do cargo:
I. No primeiro dia útil subsequente ao das eleições;
II. No primeiro dia útil subsequente:
a) ao da realização da Convenção Partidária, caso seu nome não seja referendado como candidato;
b) ao da publicação da decisão transitada em julgado que haja indeferido ou cancelado o registro de sua candidatura;
c) ao da data do protocolo do pedido de sua desistência da candidatura;
d) ao da ocorrência de qualquer outro fato que torne injustificada a continuidade do afastamento.

Parágrafo único. Poderá ser objeto de apuração específica a boa-fé de candidato que não tenha seu nome referendados, que venha a desistir ou abandonar a candidatura ou que venham a ter seus registros negados.

Art. 3º A regularidade do afastamento fica condicionada à comprovação e à manutenção da candidatura, devendo o servidor, para tanto, proceder ao protocolo na Secretaria Municipal de Administração:
I. até o dia 09 de agosto de 2024, da Ata de Convenção e lista comprovando escolha como candidato pelo partido;
II. até o dia 20 de agosto de 2024, de comprovante da apresentação de requerimento de registro de candidatura à Justiça Eleitoral;
III. até o dia 20 de setembro de 2024, de certidão expedida pela Justiça Eleitoral que ateste o deferimento do registro da candidatura. (OBS.: em caso de impugnação ao pedido de registro de candidatura, juntar certidão narrativa do respectivo processo).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Teixeirópolis, 24 de junho de 2024.

ANTONIO ZOTESSO
Prefeito Municipal

OSCAR DA SILVA RAMOS
Secretario Municipal de SEMPLAFE

ALMIRO SOARES –
OAB/RO 412A
Procurador Jurídico Municipal

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 111/GAB/2024.

MODELO DE REQUERIMENTO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO

EXMO. SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS/RO
ANTONIO ZOTESSO.

(Nome completo do servidor (a)), (nacionalidade), (estado civil), portador do (RG n° ___, e CPF n° ____, matrícula n° ____, com e-mail _____, ocupante do cargo de (denominação do cargo / função-atividade), requer a Vossa Excelência afastamento, a título de desincompatibilização, por haver decidido concorrer ao cargo eletivo de _____no município de _____, nos termos da Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990, no pleito de 2024 e _____.

Me comprometendo em posteriormente juntar a Ata da Convenção e pedido de registro de candidatura, em período próprio, conforme calendário eleitoral e de prazo fixado em decreto municipal.

Ressalto ainda compromisso de entregar seguidamente comprovação do Registro de Candidatura, expedido pela Justiça Eleitoral, à Núcleo de Recurso Humano, nos prazos fixados em decreto municipal.

Por fim, comprometo-me a me apresentar no órgão de origem no primeiro dia útil após a data da convenção partidária caso não houver sido escolhido (a), bem como em caso de desistência ou indeferimento definitivo da minha candidatura.

Teixeirópolis, ____ de _____ de 2024.

(Nome completo do servidor (a))

ANTONIO ZOTESSO
Prefeito Municipal

OSCAR DA SILVA RAMOS
Secretario Municipal de SEMPLAFE

ALMIRO SOARES –
OAB/RO 412A
Procurador Jurídico Municipal

Publicado por:
Thais Cristina Oliveira Silva
Código Identificador:BDA1738A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 100, DE 11 DE JUNHO DE 2024

Dispõe sobre alteração orçamentária conforme Lei nº 1233/2023 e dá outras providências.

ANTONIO ZOTESSO, Prefeito do Município de TEIXEIROPOLIS Estado de Rondônia, no uso de atribuições que lhe são conferidas
Decreta:

Artigo 1º - Fica autorizada a transferência de dotações no orçamento vigente para crédito suplementar nos termos do art. 41 inciso I da Lei 4320/1964 na importância de R$ 6.372,34 (seis mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta quatro centavos) conforme discriminado abaixo, o crédito será coberto com recursos provenientes de anulação de dotação conforme art. 43 § 1 inciso III da Lei 4320/1964.

	Crédito adicional		Anulação de Dotação	
Dotação	Funcional Programática	Dotação	Funcional Programática	Valor
187	02.05.02 10.122 0004 2009 4.4.90.52.00 1.500.0015.0000	184	02.05.02 10.122 0004 2009 3.3.90.33.00 1.500.0015.0000	6.372,34

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
TEIXEIROPOLIS, 11 de Junho de 2024.

ANTONIO ZOTESSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Cristina Oliveira Silva
Código Identificador:1AAEE010

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA

CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA
CONVOCAÇÃO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais do Regimento Interno Art. 109°, §2° do regimento interno.

RESOLVE

Convoca os Nobres Vereadores para a **Sessão Extraordinária** em 28 de junho de 2024, sexta-feira às 16:00 horas, no Plenário Jose Reis de Araújo.

Publicado por:
Sara Jaine de Sousa
Código Identificador:87D49B38

CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Theobroma, JOSÉ CARLOS MARQUES SIQUEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 -HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº:	069/2024
b) Pregão Eletrônico Nº:	--------
c) Modalidade:	Inexigibilidade de Licitação: 008/2024
Data Homologação:	24/06/2024
Objeto Homologado:	CORRESPONDENTE A ABERTURA DE PROCESSO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS COM INSCRIÇÃO EM CURSO PRESENCIAL "TRANSFORME SUA CARREIRA NO LEGISLATIVO - PRÁTICAS PARA UMA GESTÃO PÚBLICA DE SUCESSO", QUE OCORRERÁ DO DIA 25 A 28 DE JUNHO DE 2024, EM PORTO VELHO/RO, CONFORME FOLDER EM ANEXO.

01.00.00 Poder Legislativo
01.01.00 Ação Legislativa
01.031.0001 Manutenção Atividades da Ação Legislativa
2001 Manutenção Atividades da Câmara Municipal
33.90-39.00.00 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

Fornecedor e Itens declarados Vencedores (Conforme Cotação):
Fornecedor: DIGITAL DOC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ/CPF: 45.385.089/0001-90
Valor Total Homologado – e R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

Theobroma, 24 de junho de 2024.

JOSE CARLOS MARQUES SIQUEIRA
Presidente

Publicado por:
Sara Jaine de Sousa
Código Identificador:39C0B549

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº. 027/PMT/GABINETE/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 223/GABINETE/2024

Parte 1: PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA
CNPJ: 84.727.601/0001-90
Parte 2: RHEAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA
CNPJ nº: 04.650.260/0001-63

Objeto: Execução de serviços de sondagens a percussão (SPT) e topografia, no terreno destinado à Construção do Prédio para funcionamento e atendimento do Conselho Tutelar do Município de Theobroma/RO.

Prazo: A vigência do contrato será **40 (Quarenta) dias,** após assinatura do contrato.

Valor R$: $ 14.315,24 (Quatorze mil Trezentos e Quinze reais e vinte e quatro centavos)

THEOBROMA-RO, 25 de Junho de 2024.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Jheniffer Kariny de Oliveira Silva
Código Identificador:8F6EFA8E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO 012/2024

A Prefeitura Municipal de Theobroma, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ 84.727.601/0001-90, autoriza a empresa **RHEAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA**, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ nº: 04.650.260/0001-63, estabelecida na AV. Capitão Silvio nº 1409, complemento salas C,D,8,9, 10 e 10, Edifício Black One A

setor 01 na cidade de Ariquemes/Rondônia, Através do contrato nº 027/PMT/GABINETE/2024, celebrado entre as partes de acordo com a Dispensa de Licitação nº 002/2024 Processo administrativo n° 223/GABINETE/2024 a dar início aos serviços de: execução de serviços de sondagens a percussão (SPT) e topografia, no terreno destinado à Construção do Prédio para funcionamento e atendimento do Conselho Tutelar do Município de Theobroma/RO. Valor R$: $ 14.315,24 (Quatorze mil Trezentos e Quinze reais e vinte e quatro centavos). A PARTIR DA CIÊNCIA DESTE DOCUMENTO.

THEOBROMA-RO, 25 de Junho de 2024

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito Municipal

A RHEAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA
CNPJ nº 04.650.260/0001-63
Contratada

Ciente em: _____/_____/_____

Publicado por:
Jheniffer Kariny de Oliveira Silva
Código Identificador:B942D3DE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº. 028/PMT/SEMED/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 032/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 576/SEMED/2024

Parte 1: PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA
CNPJ: 84.727.601/0001-90
Parte 2: E.S.L CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CNPJ n° 33.599.458/0001-68

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE SUBESTAÇÃO E ELÉTRICO NA EMEIEF MANOEL RIBEIRO.

Prazo: A vigência do contrato será **60 (Sessenta) dias corridos,** após assinatura do contrato.

Valor R$: 108.520,62 (Cento e oito mil Quinhentos e vinte reais e sessenta e dois centavos).

THEOBROMA-RO, 25 de Junho de 2024.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Jheniffer Kariny de Oliveira Silva
Código Identificador:E2E4AD67

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO 011/2024

A Prefeitura Municipal de Theobroma, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ 84.727.601/0001-90, autoriza a empresa E.S.L CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ n° 33.599.458/0001-68, situada na Rua T-3 N° 4397, bairro Parque universitário, setor 02, Jaru– Estado de Rondônia, Através do contrato nº 028/PMT/SEMED/2024, celebrado entre as partes de acordo com a Dispensa de Licitação nº 032/2024 Processo administrativo n° 576/SEMED/2024 a dar início aos serviços de: Execução de Projeto de Subestação e Elétrico na EMEIEF Manoel Ribeiro, no Valor R$: 108.520,62 (Cento e oito mil Quinhentos e vinte reais e sessenta e dois centavos). O prazo para execução da obra será de 30 (Trinta) dias corridos, a contar a partir da data de assinatura de respectiva Ordem de Serviço. A PARTIR DA CIÊNCIA DESTE DOCUMENTO.

THEOBROMA-RO, 24 de JUNHO de 2024

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito Municipal

E.S.L CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CNPJ n° 33.599.458/0001-68
Contratada

Ciente em: _____/_____/_____

Publicado por:
Jheniffer Kariny de Oliveira Silva
Código Identificador:6487C04E

GABINETE DO PREFEITO
REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE POSSE

Eu, Luceni de Fatima Ventura Bastos portador (a) do RG n° 1060914, CPF n° 689.035.022-72, aprovado no Concurso Público Edital n 001/2023 para o cargo de Zeladora, requeiro a prorrogação do prazo legal para a posse por até mais 15 (quinze) dias, pelos seguintes motivos:

O resultado da radiografia não corresponde ao solicitado..

Nestes termos
Pede Deferimento

Theobroma/RO, 25 de Junho de 2024

Requerente

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:7E15A171

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL DE 25 DE JUNHO DE 2024

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ESTATÍSTICA DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA/RO."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E

Art. 1o Nomear a Srª. Francisca do Nascimento no cargo de Secretária Adjunta de Planejamento e Estatística, Simbolo - CC I-A, nos moldes da Lei Municipal que rege a estrutura administrativa e institucional do Município de Theobroma.

Art. 2o Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO AGENOR LUIZ CORREIA, GABINETE DO PREFEITO, AO VIGÉSIMO QUINTO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO (25/06/2024).

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:8D840E0B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL DE 25 DE JUNHO DE 20234

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO DE ASSESSORIA TÉCNICA DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA/RO."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E

Art. 1o Nomear Luzamir Aparecida Pereira do cargo comissionado de Assessoria Técnica de Recursos Humanos – CC V, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, nos moldes da Lei Municipal que rege a estrutura administrativa e institucional do Município de Theobroma.

Art. 2o Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO AGENOR LUIZ CORREIA, GABINETE DO PREFEITO, AO VIGÉSIMO QUINTO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO (25/06/2024).

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:8A982464

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº 005/GP/PMT/2024
CONCURSO PUBLICO – EDITAL Nº 001/2023

oO PREFEITO DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício e suas competências legais conferidas pela Lei Orgânica do Município com fulcro no resultado do final do Concurso Público normatizado pelo edital de concurso público nº 001/2023, **CONVOCA** os candidatos aprovados em ordem classificatória, conforme relação constante no ANEXO I deste Edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos, observadas as seguintes condições:

CONSIDERANDO o pedido de reclassificação para a última posição na lista dos aprovados, apresentado pelo candidato Matheus Filipe Barbosa da Silva, cargo: Técnico de Radiologia, aprovado em 2° lugar, datado em 10/06/2024, ajuntado ao Processo Administrativo nº 202/2023.

1. DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS
1.1. Os candidatos relacionados no ANEXO I deste edital, após a presente convocação, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Theobroma, situada à Avenida 13 de Fevereiro, n° 1431, Setor 01, portando a documentação descrita no ANEXO II deste edital para tomar posse.
1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá o prazo de 15 (quinze) dias uteis, contados a partir da data de publicação deste edital para entregar a documentação relacionada no ANEXO II deste, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
1.3. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento, acarretará o não cumprimento da exigência do edital.

2. DOS EXAMES MÉDICOS
2.1. Somente poderá ser empossado em cargo público aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. O exame médico avaliará a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades do cargo público que irá ocupar.
2.2. Eventuais candidatos portadores de deficiências convocados neste edital, além de atender ao que determina o item 2.1, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado juntamente com a documentação de posse.

3. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO
3.1. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Termo de Posse, obedecendo a legislação vigente.

4. DA POSSE
4.1. Cumpridas as exigências constantes deste Edital, o candidato será empossado e receberá instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.
4.2. Após a posse, o candidato deverá apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais após a sua apresentação, que será atestada pelo Superior Hierárquico à qual ficará subordinado.

Gabinete do Prefeito do Município de Theobroma, Estado de Rondônia, aos 25 dias do mês de junho do ano 2024. (25/06/2024)

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

ANEXO I
RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Cargo:	**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - MULHER**	
Inscrição	Nome do candidato	Classificação
0059	MARA FOLHA BRANCA DOS SANTOS LEONÇO	2°

Cargo:	**TÉCNICO DE RADIOLOGIA**	
Inscrição	Nome do candidato	Classificação
2857	MARIA DE FATIMA MOREIRA MORAES	3º

Cargo:	**FISCAL DE OBRAS**	
Inscrição	Nome do candidato	Classificação
2569	CLAUDINEY APARECIDO ANDRADE DE SANTANA	1º
0469	ELDENIR MACEDO BRASILIO	2°

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ADMISSIONAIS

O candidato convocado para nomeação e posse no cargo deverá apresentar a seguinte documentação para admissão:

Original e duas fotocópias da Certidão de Nascimento ou Casamento;
Original e duas fotocópias da Certidão de Nascimento dos dependentes legais (menores de 18 anos de idade);
Original e uma fotocópia do Cartão de Vacinas dos dependentes (menores de 14 anos de idade);
Comprovante de Frequência Escolar dos dependentes (maiores de 05 anos e menores de 14 anos);
Original e duas fotocópias da Cédula de Identidade;
Original e duas fotocópias do CPF/MF e Cópia do CPF dos dependentes quando houver;
Original e duas fotocópias do Título de Eleitor;
Original e uma fotocópia do comprovante que está quite com a Justiça Eleitoral. (Disponível no site www.tre.ro.gov.br);
Original e uma fotocópia do Cartão do PIS/PASEP (para os não cadastrados, apresentar Declaração de não cadastrado);
Original e uma fotocópia do Certificado de Reservista (para candidatos do sexo masculino);
Original e uma fotocópia do Comprovante de Escolaridade, exigida para o exercício do cargo, com devido reconhecimento pelo Ministério da Educação do Brasil – MEC, não será aceito outro tipo de comprovação de escolaridade, que não esteja de acordo com o previsto no disposto do item do Edital (autenticadas em cartório);
Registro no Conselho de Classe equivalente - uma fotocópia (autenticadas em cartório), exceto para os cargos cuja legislação não exija;
Uma fotocopia da Cédula de Identidade e do CPF do cônjuge;
Original da Prova de Quitação com a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, expedida pela Secretaria de Estado de Finanças do Estado de Rondônia. (Disponível no site www.sefin.ro.gov.br);
Original da Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (disponível no site www.tce.ro.gov.br);
Original e uma fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (páginas da fotografia e da Identificação);
Original e uma fotocópia do Comprovante de Residência atualizado;
Duas fotografias 3x4, iguais e recentes;

Originais das Certidões Negativas expedidas pelo cartório de distribuição Cível e Criminal do Fórum da Comarca de residência do candidato no Estado de Rondônia ou da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos. (Disponível no site www.tj.ro.gov.br);
Original da Certidão Negativa da Justiça Federal, (civil e criminal) dos últimos 5 (cinco) anos. (Disponível no site www.justicafederal.jus.br);
Original da Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Municipal, junto a Prefeitura Municipal de Theobroma;
Duas vias originais de Declaração, emitida pelo próprio candidato, informando se ocupa ou não outro cargo público. Caso ocupe, deverá apresentar também Certidão expedida pelo órgão empregador informando: a Carga Horária Contratual; Horário de Trabalho e Regime Jurídico; (com firma reconhecida)
Uma Declaração original, emitida pelo próprio candidato, informando sobre a existência ou não de investigações criminais, ações cíveis, penais ou Processo Administrativo em que figura como indiciado ou parte (sujeito à comprovação junto aos órgãos competentes), (com firma reconhecida).
Uma Declaração original emitida pelo próprio candidato, de existência ou não de demissão por justa causa ou a bem do Serviço Público (sujeito à comprovação junto aos órgãos competentes), (com firma reconhecida);
Original e uma cópia da CNH – Carteira Nacional de Habilitação com categoria compatível, Certificado do Curso do Transporte Escolar atualizado e Certidão de Nada Consta emitida pelo DETRAN (p/ os motoristas);
Uma original declaração, emitida pelo próprio candidato declarando seus dependentes (nome, CPF, grau de parentesco) para fins de Imposto de Renda (com firma reconhecida);
Uma declaração original de Bens, com firma reconhecida; (modelo disponível na Divisão de Recursos Humanos), (com firma reconhecida).
Uma Auto declaração Racial original;

• Avaliação Psiquiátrica
• Avaliação auditiva;
• Avaliação psicológica;
• Raio-X de tórax padrão OIT
• Glicemia de jejum
• Eletrocardiograma
• Eletroencefalograma ocupacional

Acuidade visual;
Sangue: VDR; Glicemia; Hemograma; Ácido Úrico; Ureia; Creatinina; Lipidiograma completo; Sorologia para Chagas; TGP e TGO; HBSag; AntiHBS; AntiHCV;
Escarro: BAAR;
Urina: EAS – Toxicologia (Cocaína e Maconha);
Original do Exame de Capacidade Física e Mental, expedido pelo Médico Oficial do Município de Theobroma (baseado no exame geral do candidato e nos exames listados nos itens 29 a 39 desta Relação);
Grupo Sanguíneo e Fator RH (ou carteira de doador de sangue ou documento equivalente).

ANEXO III
DECLARACAO DE ACUMULO DE CARGOS

Eu, **.....**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade com RG n° ..... SSP/....., inscrito no CPF n° ....., residente na ....., nº ....., Setor ....., na cidade de ....., Estado de Rondônia, DECLARO sob pena de responsabilidade, que **NÃO EXERÇO** em acumulação remunerada qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo poder público.

(Obs. Se acumular cargo, deve declarar o cargo, unidade empregadora e carga horaria).

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

...../RO, ... de ..... de 2024.

_____
NOME DO DECLARANTE
Declarante

ANEXO IV
DECLARACAO DE INEXISTENCIA DE INVESTIÇÃO CRIMINAL

Eu, **.....**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade com RG n° ..... SSP/....., inscrito no CPF n° ....., residente na ....., nº ....., Setor ....., na cidade de ....., Estado de Rondônia, DECLARO que na presente data não respondo a processo criminal, de ações civis, administrativo e nem sofro investigação por infração penal, ações civis, penais, ou processo administrativo em que me figure como indiciado ou parte.
Ficando ciente de que qualquer declaração falsa ou omissão da verdade implica na possibilidade de aplicação das sanções cominadas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

...../RO, ... de ..... de 2024.

_____
NOME DO DECLARANTE
Declarante

ANEXO V
DECLARACAO DE NAO EXISTENCIA DE DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA

Eu, **.....**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade com RG n° ..... SSP/....., inscrito no CPF n° ....., residente na ....., nº ....., Setor ....., na cidade de ....., Estado de Rondônia, DECLARO sob pena de responsabilidade para todos os efeitos legais, **não haver sofrido ou estar cumprindo**, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão por justa causa nos últimos 5 (cinco) anos, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

...../RO, ... de ..... de 2024.

_____
NOME DO DECLARANTE
Declarante

ANEXO VI-A

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA

Eu, **.....**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade com RG n° ..... SSP/....., inscrito no CPF n° ....., residente na ....., nº ....., Setor ....., na cidade de ....., Estado de Rondônia, DECLARO sob pena de responsabilidade para todos os efeitos legais, que possuo dependentes para fins de Imposto de Renda, conforme relacionado a seguir.

Nº	Nome	Grau de parentesco	CPF	Data de nascimento
01				
02				
03				
04				
05				

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

...../RO, ... de ..... de 2024.

_____
NOME DO DECLARANTE
Declarante

ANEXO VI-B

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA

Eu, ..., brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade com RG n° ..... SSP/....., inscrito no CPF n° ....., residente na ....., nº ....., Setor ....., na cidade de ....., Estado de Rondônia, DECLARO sob pena de responsabilidade para todos os efeitos legais, que NÃO possuo dependentes para fins de Imposto de Renda.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

...../RO, ... de ..... de 2024.

_____
NOME DO DECLARANTE
Declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, ..., brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade com RG n° ..... SSP/....., inscrito no CPF n° ....., residente na ....., nº ....., Setor ....., na cidade de ....., Estado de Rondônia, DECLARO para os devidos fins que até a presente data possuo os seguintes bens:

OBS. Se não possuir bens declarar "NÃO POSSUO BENS"

Item	Discriminação	Valor (R$)
01		0,00
02		
03		
04		
05		
Total		0,00

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

...../RO, ... de ..... de 2024.

_____
NOME DO DECLARANTE
Declarante

ANEXO VIII
AUTODECLARAÇÃO DE ETINIA

Eu, **.....**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade com RG n° ..... SSP/....., inscrito no CPF n° ....., residente na ....., nº ....., Setor ....., na cidade de ....., Estado de Rondônia, DECLARO que sou branco, preto, pardo, indígena, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

...../RO, ... de ..... de 2024.

_____
NOME DO DECLARANTE
Declarante

ANEXO IX
REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE POSSE

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA/RO

Eu, ... portador (a) do RG nº ....., CPF nº ....., aprovado no Concurso Público Edital nº 001/2023 para o cargo de ....., requeiro a prorrogação do prazo legal para a posse por até mais 15 (quinze) dias, pelos seguintes motivos:

.....
.....
.....

Nestes termos
Pede deferimento

Local de data: _____

_____
NOME DO CANDIDATO
Requerente

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:0365ED7A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO/SN/GP/PMT/2024 DE 25 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR EFETIVO NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL CIVIL DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, RONDÔNIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município e,

CONSIDERANDO o resultado final homologado concurso público, edital nº 001/2023, realizado pela empresa RHS Consult LTDA, organizadora do certame;

CONSIDERANDO o Termo de Posse em Cargo Efetivo, assinado pelo Prefeito do município conjuntamente com o Secretário Municipal de Administração e Fazenda e o Empossado.

D E C R E T A

Art. 1º Fica empossado, o servidor **ENANIAS SOUZA DO ROSÁRIO**, RG nº **1218403**, CPF nº **026.925.002-61**, cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - HOMEM**, **40** (quarenta horas), lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Theobroma.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Theobroma, Estado de Rondônia, aos 25 dias do mês de junho do ano 2024. (25/06/2024)

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:9B91EAEB

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE LOTAÇÃO

A GERENCIA DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, atendendo ao Edital de Convocação de Posse, por meio do Concurso Público – Edital nº 001/2023 e do Termo de Posse em Cargo Efetivo, assinado pelo Prefeito do município conjuntamente com o Secretário Municipal de Administração e Fazenda e o Empossado, **FIXA** a lotação do servidor **ENANIAS SOUZA DO ROSÁRIO**, RG nº

1218403, CPF nº **026.925.002-61**, cargo **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - HOMEM**, **40** (quarenta horas), na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Theobroma.
O servidor deverá se apresentar junto à secretaria de lotação, munido deste Termo de Lotação, para dar início às suas atividades laborais.

Theobroma/RO, 25 de junho de 2024

ANGELA MARIA LUCAS
Gerente de Recursos Humanos

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:B2EADF9D

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE POSSE EM CARGO EFETIVO

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício e suas competências legais conferidas pela Lei Orgânica do Município com fulcro no resultado do final do Concurso Público normatizado pelo edital de concurso público nº 001/2023, **EMPOSSA**, nesta data, o senhor **ENANIAS SOUZA DO ROSÁRIO**, RG: nº **1218403 SSP/RO**, CPF: **nº 026.925.002-61** para exercer o cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - HOMEM 40H**, habilitado em concurso público.
O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei, prestou o compromisso de exercer com probidade e cumprir fielmente todos os deveres e atribuições do cargo, bem como se comprometeu a observar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal.
Para constar, eu, Rayner Santos Bastos, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, lavrei o presente Termo, que vai por mim assinado, pelo Prefeito e pelo servidor empossado.

Theobroma/RO, 25 de junho de 2024

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

RAYNER SANTOS BASTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ENANIAS SOUZA DO ROSÁRIO
Servidor Empossado

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:DDDDB366

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO/SN/GP/PMT/2024 DE 25 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR EFETIVO NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL CIVIL DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, RONDÔNIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município e,

CONSIDERANDO o resultado final homologado concurso público, edital nº 001/2023, realizado pela empresa RHS Consult LTDA, organizadora do certame;

CONSIDERANDO o Termo de Posse em Cargo Efetivo, assinado pelo Prefeito do município conjuntamente com o Secretário Municipal de Administração e Fazenda e o Empossado.

D E C R E T A

Art. 1º Fica empossada, a servidora **RAYANE NATALIA HELL RAASCH**, RG nº **1171420**, CPF nº **015.304.972-30**, cargo de **MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, **40H** (quarenta horas), lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Theobroma.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Theobroma, Estado de Rondônia, aos 25 dias do mês de junho do ano 2024. (25/06/2024)

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:45B981D4

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE LOTAÇÃO

A GERENCIA DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, atendendo ao Edital de Convocação de Posse, por meio do Concurso Público – Edital nº 001/2023 e do Termo de Posse em Cargo Efetivo, assinado pelo Prefeito do município conjuntamente com o Secretário Municipal de Administração e Fazenda e o Empossado, **FIXA** a lotação da servidora **RAYANE NATALIA HELL RAASCH**, RG nº **1171420**, CPF nº **015.304.972-30**, cargo de **MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL** , **40H** (quarenta horas), na Secretaria Municipal de Educação do Município de Theobroma.
A servidora deverá se apresentar junto à secretaria de lotação, munido deste Termo de Lotação, para dar início às suas atividades laborais.

Theobroma/RO, 25 de junho de 2024

ANGELA MARIA LUCAS
Gerente de Recursos Humanos

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:61E6ED89

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE POSSE EM CARGO EFETIVO

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício e suas competências legais conferidas pela Lei Orgânica do Município com fulcro no resultado do final do Concurso Público normatizado pelo edital de concurso público nº 001/2023, **EMPOSSA**, nesta data, a senhora **RAYANE NATALIA HELL RAASCH**, RG: nº **1171420 SSP/RO**, CPF: nº **015.304.972-30** para exercer o cargo efetivo de **MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, **40H**, habilitado em concurso público.
A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei, prestou o compromisso de exercer com probidade e cumprir fielmente todos os deveres e atribuições do cargo, bem como se comprometeu a observar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal.
Para constar, eu, Rayner Santos Bastos, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, lavrei o presente Termo, que vai por mim assinado, pelo Prefeito e pela servidora empossada.

Theobroma/RO, 25 de junho de 2024

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

RAYNER SANTOS BASTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

RAYANE NATALIA HELL RAASCH
Servidora empossada

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:BDFD2149

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO/SN/GP/PMT/2024 DE 25 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR EFETIVO NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL CIVIL DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, RONDÔNIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município e,

CONSIDERANDO o resultado final homologado concurso público, edital nº 001/2023, realizado pela empresa RHS Consult LTDA, organizadora do certame;

CONSIDERANDO o Termo de Posse em Cargo Efetivo, assinado pelo Prefeito do município conjuntamente com o Secretário Municipal de Administração e Fazenda e o Empossado.

D E C R E T A

Art. 1º Fica empossada, a servidora **WELLEN CRISTINA SOARES MARMENTINI**, RG nº **1143594**, CPF nº **010.900.052-88**, cargo de **ENFERMEIRA**, **40H** (quarenta horas), lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Theobroma.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Theobroma, Estado de Rondônia, aos 25 dias do mês de junho do ano 2024. (25/06/2024)

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:B28D83E8

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE LOTAÇÃO

A GERENCIA DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, atendendo ao Edital de Convocação de Posse, por meio do Concurso Público – Edital nº 001/2023 e do Termo de Posse em Cargo Efetivo, assinado pelo Prefeito do município conjuntamente com o Secretário Municipal de Administração e Fazenda e o Empossado, **FIXA** a lotação da servidora **WELLEN CRISTINA SOARES MARMENTINI**, RG nº **1143594**, CPF nº **010.900.052-88**, cargo de **ENFERMEIRA** , **40H** (quarenta horas), na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Theobroma.
A servidora deverá se apresentar junto à secretaria de lotação, munido deste Termo de Lotação, para dar início às suas atividades laborais.

Theobroma/RO, 25 de junho de 2024

ANGELA MARIA LUCAS
Gerente de Recursos Humanos

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:A8915D0A

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE POSSE EM CARGO EFETIVO

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício e suas competências legais conferidas pela Lei Orgânica do Município com fulcro no resultado do final do Concurso Público normatizado pelo edital de concurso público nº 001/2023, **EMPOSSA**, nesta data, a senhora **WELLEN CRISTINA SOARES MARMENTINI**, RG: nº **1143594SSP/RO**, CPF: nº **010.900.052-88** para exercer o cargo efetivo de **ENFERMEIRA**, **40H**, habilitado em concurso público.
A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei, prestou o compromisso de exercer com probidade e cumprir fielmente todos os deveres e atribuições do cargo, bem como se comprometeu a observar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal.
Para constar, eu, Rayner Santos Bastos, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, lavrei o presente Termo, que vai por mim assinado, pelo Prefeito e pela servidora empossada.

Theobroma/RO, 25 de junho de 2024

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

RAYNER SANTOS BASTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

WELLEN CRISTINA SOARES MARMENTINI
Servidora Empossada

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:7DF14E6C

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 038/2024 - SUPEL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 380/SEMED/2024

SUBMETE-SE AO TRATAMENTO DE FAVORECIMENTO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO PARA MICROS E PEQUENAS EMPRESAS-MPE. NO ÂMBITO LOCAL E REGIONAL.

O Município de Theobroma – RO, por meio da Superintendência Municipal de Licitações – SUPEL, com sede na Av. 13 Fevereiro nº 134, Centro do Município, torna público para conhecimento dos interessados a realização de Chamada Pública para **DISPENSA DE ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados, para maiores informações através do telefone (69) 99277 - 3836.

Objeto: **aquisição de materiais permanentes para atender as necessidades da Secretária Municipal de Educação.**
Valor Global Estimado: **R$ 49.305,55 (Quarenta e Nove Mil e Trezentos e Cinco Reais e Cinquenta e Cinco Centavos)**
Data da Abertura da Sessão: **01/07/2024 Horário de Brasilia: 08h00min**
Data do Encerramento da Sessão: **01/07/2024 Horário de Brasilia: 14h00min**
Local: Portal de Compras LICITANET www.licitanet.com.br
Link dos Anexos: **https://transparencia.theobroma.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes**

Theobroma/RO, em 25 de junho de 2024.

RODRIGO DA SILVA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Ranielly Hell Raasch
Código Identificador:177EEECF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO/SN/GP/PMT/2024 DE 25 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR EFETIVO NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL CIVIL DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, RONDÔNIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município e,

CONSIDERANDO o resultado final homologado concurso público, Edital nº 001/2023, realizado pela empresa RHS Consult LTDA, organizadora do certame;

CONSIDERANDO o Termo de Posse em Cargo Efetivo, assinado pelo Prefeito do município conjuntamente com o Secretário Municipal de Administração e Fazenda e o Empossado.

D E C R E T A

Art. 1º Fica empossado, a servidora **ANDRESSA ALVES DA SILVA**, RG nº **1724927 SSP/RO**, CPF nº **055.732.602-86**, cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - MULHER**, 40 (quarenta horas), para exercer as suas funções na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Theobroma, Estado de Rondônia, aos 25 dias do mês de junho do ano 2024. (25/06/2024)

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:2AA7A829

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE LOTAÇÃO

A GERENCIA DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, atendendo ao Edital de Convocação de Posse, por meio do Concurso Público – Edital nº 001/2023 e do Termo de Posse em Cargo Efetivo, assinado pelo Prefeito do município conjuntamente com o Secretário Municipal de Administração e Fazenda e o Empossado, **FIXA** a lotação da servidora **ANDRESSA ALVES DA SILVA**, RG nº **1724927 SSP/RO**, CPF nº **055.732.602-86**, cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - MULHER**, 40 (quarenta horas), na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Theobroma.
A servidora deverá se apresentar junto à secretaria de lotação, munido deste Termo de Lotação, para dar início às suas atividades laborais.

Theobroma/RO, 25 de junho de 2024

ANGELA MARIA LUCAS
Gerente de Recursos Humanos

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:F11C34FC

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE POSSE EM CARGO EFETIVO

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício e suas competências legais conferidas pela Lei Orgânica do Município com fulcro no resultado do final do Concurso Público normatizado pelo edital de concurso público nº 001/2023, **EMPOSSA**, nesta data, a senhora **ANDRESSA ALVES DA SILVA**, RG: **1724927 SSP/RO**, CPF: **055.732.60286** para exercer o cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - MULHER**, habilitado em concurso público.
A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei, prestou o compromisso de exercer com probidade e cumprir fielmente todos os deveres e atribuições do cargo, bem como se comprometeu a observar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal.
Para constar, eu, Rayner Santos Bastos, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, lavrei o presente Termo, que vai por mim assinado, pelo Prefeito e pelo servidor empossado.

Theobroma/RO, 25 de junho de 2024

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

RAYNER SANTOS BASTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANDRESSA ALVES DA SILVA
Servidora Empossada

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:08FE13B2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL DE 25 DE JUNHO DE 2024

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO EM CARGO COMISSIONADO DE ASSESSORIA DE DIREÇÃO DE ENSINO, DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA/RO."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E

Art. 1o Nomear Márcia Oliveira Carreiro Brito, no cargo de Assessoria de Direção de Ensino – CC III-A, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Turismo, Esporte e Cultura, nos moldes da Lei Municipal que rege a estrutura administrativa e institucional do Município de Theobroma.

Art. 2o Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO AGENOR LUIZ CORREIA, GABINETE DO PREFEITO, AO VIGÉSIMO QUINTO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO (25/06/2024).

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:B0356CA6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

ASSOCIAÇÕES RURAIS DO MUNICIPIO
APRUMAP - TERMO DE FOMENTO Nº FOM/184/SEAGRI/PGE/2023 PROCESSO Nº0025.003721/2023-98 PROCEDÊNCIA: SEAGRI

TERMO
Processo nº0025.003721/2023-98
PROCEDÊNCIA: SEAGRI

TERMO DE FOMENTO Nº FOM/184/SEAGRI/PGE/2023, QUE CELEBRAM O ESTADO DE RONDÔNIA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA,E A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS MARTIM PESCADOR - APRUMAP.

O Fomentante**ESTADO DE RONDÔNIA**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA – SEAGRI, inscrita no CNPJ/MF n° 03.682.401/0001-67, com sede na Rua

Farquar, n° 2986, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari, 3° Andar, Curvo 03, Bairro Pedrinhas,Porto Velho-RO, CEP 76.801-470, Fone: (69)3216-5990, representada por seu Secretário de Estado,LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA,inscrito no CPF/MF n° 625.667.682-34,e; de outro lado, a Fomentada**ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS MARTINS PESCADOR - APRUMAP,**inscrita no CNPJ/MF nº02.807.165/0001-03, com sede naLinha 14 C, Zona Rural, Município de Urupá/RO, neste ato representada pelo Presidente Sr. Luiz de Lyrio Lenzi, portador da Cédula de Identidade nº 63.913 MTPS/ESe CPF/MF nº 702.244.477-34.

Considerando que os Administradores Públicos que assinam o presente termo reconhecem como originais ou fiéis aos originais os documentos juntados no processo administrativo indicado no cabeçalho, que deu origem à realização do Termo de Fomento, até mesmo em função dos seus poderes/deveres de fiscalização,

Resolvem celebrar o presente**Termo de Fomento**, obedecendo, no que couber, às disposições da Lei 13.019/2014, do Plano de Trabalho de id.0042153989,doParecer Técnico de id.0042154113,entre outras normas aplicáveis à espécie, vinculando-se aos termos do processo administrativo indicado no cabeçalho e ao Parecer nº223/2023/PGE-SEAGRIid.0042633840,mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1.O**objeto**da presente parceria é a realização, pela Fomentada, dos serviços de secagem rápida e uniforme do café e outros grãos,com o fim de atingir as**metas**indicadas no plano de trabalho.

1.2. Para realizar o objeto, o Estado repassará à Fomentada o valor de**R$ 166.900,00,**para que esta adquira o seguinte bem (melhor descrito no plano de trabalho):**01 secador rotativo para café e cereais.**

1.3.A Fomentada deverá arcar integral e isoladamente com todos os ônus de uso e manutenção do bem a ser adquirido, bem como ser a única responsável por todas as despesas oriundas dos serviços objeto desta parceria, inclusive obrigações trabalhistas.

1.4. Os valores só poderão ser repassados à Fomentada após sanadas as pendências indicadas no Parecer da PGE e não poderão ser transferidos se for verificada alguma das seguintes condições: vedação legal, algum tipo de débito com o Fomentante, inexistência de comprovação válida e tempestiva de regularidade fiscal, trabalhista e de regularidade com obrigações referentes à utilização de recursos anteriormente repassados, ainda que tais fatos sejam anteriores à celebração da avença.

1.5.O cronograma de execução e todas as etapas do projeto estão estabelecidos no Plano de Trabalho.

2. DO VALOR

2.1.O valor global do ajuste é de**R$166.900,00,**devendo ser destinado, exclusivamente, ao objeto de que trata a cláusula primeira, sendo vedada a sua destinação a qualquer fim, elemento ou objeto diverso do indicado de forma discriminada no Plano de Trabalho aprovado pela SEAGRI.

2.2.A participação financeira da SEAGRI será no importe de**R$166.900,00,**enquanto a**contrapartida**da Fomentada se dará em serviços e manutenção**,**conforme declaração de contrapartida (id.0042154092)**,**além do uso de seus próprios bens, serviços e pessoal, e no gerenciamento dos recursos da SEAGRI e manutenção do bem adquirido, responsabilizando-se, de forma integral e isolada, pelos valores que excederem o previsto.

2.3.Os recursos destinados à execução desta parceria serão obrigatoriamente movimentados através do Banco do Brasil S/A, que manterá conta específica vinculada à Agência nº**4007-X**,Conta Corrente nº**17.914-0,**Poupança Ouro n°**510.017.914-3**e Poupança Poupex n°**960.017.914-5**(doc. id.0042154005), cujos extratos demonstrando toda a movimentação diária integrarão a prestação de contas.

2.4. Cabe à Fomentada a obrigação de manter e movimentar os valores repassados pela SEAGRI.

2.5. Para liberação dos recursos, em mais de uma parcela, é obrigatória a apresentação prévia de prestação de contas parcial pela SEAGRI, e sua aprovação.

2.6. Enquanto não utilizados, os recursos oriundos deste ajuste devem ser aplicados na caderneta de poupança indicada neste termo. Nesse caso, os rendimentos auferidos devem ser aplicados nos fins do termo de fomento.

3. DA VIGÊNCIA

3.1.A presente parceria tem vigência de 2 anos a contar da liberação dos recursos.

3.2.O bem deverá ser adquirido em até 01 ano, contado da liberação dos recursos indicados na cláusula 2.2, devendo haver prestação de contas específica dessa aquisição nesse mesmo período, sob pena de rescisão da parceria e devolução dos valores repassados.

3.3. Até o fim do mês de março de cada ano, a Fomentada tem que demonstrar à Fomentante (mediante relatório de execução) que permanece executando os termos do Fomento, sob pena de rescisão da parceria e devolução dos valores repassados ou devolução do bem adquirido em perfeito estado de uso e conservação.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas da SEAGRI decorrentes do presente ajuste sairão à conta da seguinte programação orçamentária:**19001**– PROGRAMA DE TRABALHO:**20.608.2011.2485**– Fonte:**7051**– Natureza da Despesa:**44.50.42-00**, conforme indicação (doc. id.0042314178).

4.2. Os recursos serão liberados conforme definido no Plano de Trabalho e não poderão ser repassados ao Fomentado se este incorrer em vedação legal, bem como não poderão ser liberados sem que seja feita comprovação válida e tempestiva de regularidade fiscal e de regularidade com obrigações referentes à utilização de recursos anteriormente repassados, ainda que tais fatos sejam anteriores à celebração da avença.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA SEAGRI

5.1.São obrigações da SEAGRI:

a)Fiscalizar e avaliar a execução deste Termo de Fomento, designando comissão de servidores;

b)Coordenar o projeto, mantendo o envolvimento dos parceiros: SEAGRI e a FOMENTADA;

c)Repassar os recursos financeiros na forma estabelecida na legislação pertinente, e de acordo com o cronograma de desembolso constante no plano de Trabalho;

d)Analisar as comprovações de gastos e julgar a prestação de contas, atendendo prioritariamente ao que dispõe a cláusula décima primeira;

e)Verificar se há outros ajustes com a FOMENTADA, para o mesmo objeto, cuidando de evitar pagamento em duplicidade para o mesmo item, declarando no processo essa providência, para a boa e correta prestação de contas;

f)Somente autorizar o repasse dos recursos se a FOMENTADA e seus administradores não tiverem prestação de contas anteriores rejeitadas ou que por algum outro motivo estejam pendentes de solução com a Fazenda Estadual por culpa da referida entidade;

g)Encaminhar o Termo de Fomento após colhidas as suas assinaturas à Procuradoria Geral do Estado, para registro e publicação de seu extrato na imprensa oficial;

h)Manter, em sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento (art. 10 da Lei 13.019/14);

i)Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j)Cumprir o disposto nos arts. 58 a 68 da Lei 13.019/14;

k) A assinatura desta parceria pressupõe que a Fomentante considerou que a Fomentada possui pessoal qualificado para sua execução e regular prestação de contas e/ou que se compromete a fornecer capacitação mínima para tanto.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA FOMENTADA

6.1.São obrigações da FOMENTADA:

a)Receber e aplicar os recursos financeiros repassados pela SEAGRI exclusivamente na execução do objeto de que trata a cláusula primeira deste Termo de Fomento, gerindo tais recursos segundo critérios de moralidade, eficiência, impessoalidade, eficácia e transparência, com vistas a efetividade das ações;

b)Executar as atividades pactuadas de acordo com o Plano de Trabalho e seus complementos;

c)Manter em boas condições de segurança, em arquivo, todo e qualquer documento relativo a este Termo de Fomento pelo prazo mínimo de cinco anos, contados da aprovação das contas do gestor da SEAGRI pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, correspondente ao exercício da concessão dos recursos;

d)Propiciar aos técnicos da SEAGRI o livre acesso para acompanhamento, supervisão, controle e fiscalização da execução deste Termo de Fomento, fornecendo, sempre que solicitadas, as informações e os documentos relacionados à sua execução;

e)Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária decorrentes de utilização de recursos humanos,nos serviços relacionados à execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários daí decorrentes;
f)Apresentar relatórios de execução físico-financeira e prestar contas dos recursos recebidos, na forma estabelecida na legislação pertinente e neste Termo de Fomento;
g)Exigir caso a caso a nota fiscal nos serviços e compras efetuados de terceiros, fazendo constar nessa uma referência a este Termo de Fomento, sendo vedado efetuar pagamento sem o atendimento dessa condição;
h)Observar como parâmetro, para aquisição do bem/materiais empregados na execução do objeto de que trata a cláusula primeira, os preços praticados pela Administração Pública do Estado de Rondônia, especialmente aqueles objetos de registro de preços, para atender a cada item contratado;
i)Indicar por escrito se há outros Termo de Fomento ou outro tipo de ajuste para a mesma finalidade, descrita na cláusula primeira;
j)Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, na forma do art. 11 e de seu parágrafo único, da Lei 13.019/14;
k)Sempre utilizar critérios objetivos na escolha dos beneficiários e sempre obedecer ao princípio da impessoalidade, independentemente da condição de associado, ou não.

7. DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

7.1. Na execução das despesas deste Termo de Fomento, a FOMENTADA deverá seguir os princípios licitatórios estabelecidos nas Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, buscando sempre a otimização das compras e a execução dos serviços, em prestígio a moralidade, impessoalidade, economicidade, qualidade e eficiência, observado os valores, estado e especificações apresentados no Plano de Trabalho e em seus complementos.

Parágrafo único. A FOMENTANTE não assume qualquer responsabilidade, ainda que subsidiária, perante terceiro pela contratação de serviços ou compra de bens e produtos, com os recursos deste Termo de Fomento.

8. DAS VEDAÇÕES

8.1. Fica vedado, neste Termo de Fomento:
a)Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
b)Pagar gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros da Administração Pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, que esteja lotado em qualquer dos entes partícipes;
c)Utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida, ainda que em caráter de emergência;
d)Realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência deste Termo de Fomento com recursos do mesmo;
e)Realizar pagamento de despesa sem antes exigir a emissão de nota fiscal.

Parágrafo único. Os recursos deste Termo de Fomento só poderão ser repassados a FOMENTADA para atender a itens ou quantitativos que não façam parte de outro ajuste que esta entidade tenha firmado para execução de objeto idêntico ao descrito na cláusula primeira, inclusive com outro poder, o que deverá ser fiscalizado pela SEAGRI.

9. DA AÇÃO PROMOCIONAL

9.1. Em todo e qualquer bem, equipamento, obra ou ação relacionados com o objeto do presente instrumento, será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas neste Termo de Fomento, mediante identificação, através de placa, faixa e adesivos, ficando vedados nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de pessoas, inclusive de autoridades ou servidores públicos. Também será destacada a participação quando ocorrer divulgação através de jornal, rádio e/ou televisão.

10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1.A FOMENTADA deverá realizar a prestação de contas dos recursos recebidos, após a conclusão de cada uma das etapas previstas no Plano de Trabalho e, ao final, dentro do prazo de noventa dias, após o término do prazo de vigência do Termo de Fomento.
10.2.A prestação de contas parcial e final será analisada e avaliada pela SEAGRI, que emitirá parecer sob os seguintes aspectos, observando sempre o contido nos arts. 63 a 72 da Lei 13.019/14:
a)Técnico - quanto à execução física e atendimento dos objetivos do Termo de Fomento;
b)Financeiro - quanto à correta e regular aplicação dos recursos do Termo de Fomento.
10.3.A prestação de contas deverá ser feita em forma de relatório acompanhado necessariamente destes documentos, naquilo que couber:
a)ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
b)cópia do Termo de Fomento, com a indicação da data de sua publicação;
c)Plano de Trabalho na forma estabelecida na legislação pertinente;
d)relatório de execução físico/financeiro;
e)relação dos pagamentos realizados, com os respectivos números de notas fiscais, por ordem de datas destes pagamentos;
f)demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação financeira, se for o caso, e os saldos;
g)extrato bancário integral da conta corrente;
h)relação dos bens e serviços, adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos recebidos do Estado;
i)termos de recebimento provisório e definitivo, quando se tratar de obra de engenharia;
j)cotações de preços empregadas, para a aquisição do bem e realização dos serviços;
k)cópia das faturas, notas fiscais, recibos de pagamentos, dos cheques, dos manuais relativos aos produtos adquiridos, com as garantias, ordens bancárias e/ou guias de recolhimento bancário, tudo autenticado;
l)conciliação bancária;
m)comprovante do recolhimento do saldo bancário do recurso, se houver;
n)toda a documentação referente às compras e serviços;
o)cópia do termo de aceitação definitiva de obras, quando o Termo de Fomento almejar a execução de obra ou serviço de engenharia;
p)cópia do cronograma físico – financeiro;
q)comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pela SEAGRI.

11. DA PROPRIEDADE DO BEM

11.1. Os partícipes ficam obrigados a observar o seguinte:
a) todo bem corpóreo que tenha sido produzido construído ou adquirido com os recursos da SEAGRI fará parte integrante do seu acervo patrimonial, devendo ser tombado mediante aposição de plaquetas numéricas de identificação específica, constando de fichas patrimoniais e termos de responsabilidades;
b) o uso do bem ou equipamento só é permitido para os fins definidos no Plano de Trabalho aprovado pela autoridade competente;
c) o bem ou equipamento adquirido com recursos deste Termo de Fomento é de propriedade do Estado de Rondônia, respondendo a FOMENTADA, por seu dirigente, por eles e pelas perdas e danos, solidariamente, salvo por fato resultante de caso fortuito ou força maior.

12. DA RESTITUIÇÃO

12.1.A FOMENTADA se compromete a restituir os valores repassados pela SEAGRI, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública, na hipótese de inexecução do objeto deste Termo de Fomento.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Termo de Fomento.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1. Após as assinaturas neste Termo de Fomento, a Procuradoria Geral do Estado providenciará a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

15. DA DENÚNCIA E RESCISÃO

15.1. Este Termo de Fomento poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexequível, dele decorrendo as responsabilidades pelas obrigações contraídas no prazo da sua vigência.

Parágrafo único. Constituem, particularmente, motivos de rescisão a constatação das seguintes situações:
a)a falta de apresentação de comprovação de gastos e prestação de contas, na forma pactuada e nos prazos exigidos; e
b)a utilização dos recursos e do bem através deles adquiridos em outra finalidade que não seja a constante do Plano de Trabalho.
16. DAS OBSERVAÇÕES FINAIS
16.1.O Plano de Trabalho encontra-se em anexo a este Termo de Fomento, dele fazendo parte, devendo todas as disposições que não entram em conflito com referido termo ser totalmente respeitadas;
Para firmeza e como prova do acordado, é digitado o presente Termo de Fomento, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado. Porto Velho-RO.

LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA
Secretário de Estado / SEAGRI

LUIZ DE LYRIO LENZI
Presidente da Fomentada

Visto:
LAURO LÚCIO LACERA
Procurador do Estado

Termo vistado na forma do art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 620, de 20 de junho de 2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

Publicado por:
Erik Rafael Piovesan
Código Identificador:DF783DDF

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ
PORTARIA. 11/GB.P./CMUR URUPÁ-RO, 11 DE JUNHO DE 2024.

Portaria. 11/GB.P./CMUR Urupá-RO, 11 de junho de 2024.

"Estabelece Regime de Adiantamento e dá outras Providências."

O Presidente da Câmara Municipal de Urupá-RO, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas por Lei;
RESOLVE:
Art. 1º. Estabelecer Regime de Adiantamento ao Sr. ADEMILSON ANTONIO DA SILVA, Vereador/Presidente, portador do RG n. 7***96 SSP/AM, e devidamente inscrito no CPF sob n. 724.***.******. 68, residente e domiciliado na LH C04 GB 04 LT 35, Bairro Zona Rural, neste Município, cujo recurso será necessário para atender as despesas de caráter emergenciais, que não subordinar aos procedimentos normais.
Art. 2º. Fica o regime de adiantamento concedido através da programação 01.001.01.031.0011.2.025, as ser distribuído no seguinte elemento.

Elementos: Valores
3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica 3.790,00
3.3.90.30.00.00-Material de Consumo 4.097,45
TOTAL: 7.887,45

Art. 3º. O período do Regime de Adiantamento concedido será de 30(trinta) dias a contar da do deposito.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Art. 5º. Publique-se na forma da Lei.

ADEMILSON ANTÔNIO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Marília Deuzedir Beltrame
Código Identificador:EE7DCD5E

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ
PORTARIA. 12/GB.P./CMUR URUPÁ-RO, 19 DE JUNHO DE 2024.

Portaria. 12/GB.P./CMUR Urupá-RO, 19 de junho de 2024.

"Estabelece Regime de Adiantamento e dá outras Providências."

O Presidente da Câmara Municipal de Urupá-RO, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas por Lei;
RESOLVE:
Art. 1º. Estabelecer Regime de Adiantamento ao Sr. ADEMILSON ANTONIO DA SILVA, Vereador/Presidente, portador do RG n. 7***96 SSP/AM, e devidamente inscrito no CPF sob n. 724.***.******. 68, residente e domiciliado na LH C04 GB 04 LT 35, Bairro Zona Rural, neste Município, cujo recurso será necessário para atender as despesas de caráter emergenciais, que não subordinar aos procedimentos normais.
Art. 2º. Fica o regime de adiantamento concedido através da programação 01.001.01.031.0011.2.025, as ser distribuído no seguinte elemento.

Elementos: Valores
3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica 320,00
3.3.90.30.00.00-Material de Consumo 679,00
TOTAL: 999,00

Art. 3º. O período do Regime de Adiantamento concedido será de 30(trinta) dias a contar da do deposito.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Art. 5º. Publique-se na forma da Lei.

ADEMILSON ANTÔNIO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Marília Deuzedir Beltrame
Código Identificador:B5580CC2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SRP - PREGÃO ELETRONICO 014/2024

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº **014-2024**
MODO DE DISPUTA ABERTO

O Pregoeiro/Agente de Contratação do Município de Urupá, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará, na forma dos dispositivos da Lei 14.133/2021, Lei Municipal 548/13 e 584/13, Decreto Municipal 108/2020, 031/13, LC 123/06, 147/14 e 155/16, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024**, que objetiva **SRP - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA PROCESSAMENTO DE DADOS.** Abertura (sessão de disputa de preços) dia **09/07/2024** às **09h00min** (horário de Brasília). O valor estimado da contratação é de **R$ 591.100,04 (quinhentos e noventa e um mil trinta e cem reais e quatro centavos).** O edital está disponível pelo site **www.urupa.ro.gov.br**, **www.licitanet.com.br**, sala da CPL ou solicitação por e-mail, de segunda a sexta feira das 7h30min às 13h30min. Demais informações telefone **(69) 3413-2218**, **cplurupa2016@gmail.com**, ou na Prefeitura de Urupá, sala da CPL.

Urupá-RO, 25 de junho de 2024.

EDIMAR DE ALMEIDA GENELHÚ
Pregoeiro/Agente de Contratação
Decreto n.318/2023

Publicado por:
Edimar de Almeida Genelhu
Código Identificador:BD1405B1

GABINETE DO PREFEITO
REGULAMENTO GERAL COPA TAMBAQUI - 2024

Regulamento Geral Copa Tambaqui - 2024

CAMPOS SEDE: ESQUINÃO
NACIONAL T18

CAPÍTULO 1 DAS DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS
Art. 1º. O presente regulamento contém disposições que regerão a COPA TAMBAQUI -2024, realizado pela Prefeitura do Município de Urupá, por intermédio da Diretoria de Esporte Municipal e Associação dos Desportistas de Urupá RO.
§ 1. Reunião com um membro representante de cada equipe 19/01/2024 as 12h00min;
§ 3. Sorteio 26/01/2024 as 10h00min;
§ 4. Início Copa Tambaqui 08/03/2024.
Parágrafo Único: A Copa Tambaqui iniciará no dia 08/03/2024 com Abertura Oficial no campo do Esquinão na linha A-03, às 14 horas.
Art. 2º. A Copa tambaqui será disputada sob as normas pré-estabelecidas no regulamento a seguir, de acordo com as decisões tomadas pela Comissão organizadora e pela Associação dos Desportistas de Urupá.
Parágrafo Único: Para as fases da Copa Tambaqui serão realizadas partidas em grupos, realizando sorteio entre as equipes participantes e depois de encerrado as inscrições, não poderá entrar mais equipe. As partidas serão de dois tempos de 40 (quarenta) minutos, com 10(dez) minutos de intervalo.
Art. 3º. Não serão tolerados atos de violência ou indisciplina, considerado como ofensivo à prática esportiva. Caso caracterizado, o atleta ou membro da comissão técnica sofrerá as sanções pela Comissão Desportista.
Parágrafo Único: As cobranças de PENALTIS, serão realizadas somente com os jogadores em campo.
§ 1. Fica vetado a entrada de quaisquer pessoas que não faz parte das equipes envolvidas, entrar no campo no momento de cobrança de penalidades em todas as fases do campeonato.
CAPÍTULO 2 ORGANIZAÇÃO E DIREÇÃO
Art. 4º. A organização da Copa Tambaqui será responsabilidade da Secretária Municipal de Administração e Planejamento, por intermédio da Diretoria de Esporte, Laser, Associação dos Desportistas de Urupá.
CAPÍTULO 3 OBJETIVOS
Art. 5º. A COPA TAMBAQUI tem por objetivo proporcionar estreitamento e laços de amizade entre os atletas por intermédio das equipes.
Objetivar ao cidadão, a vivência da prática que proporcione saúde, aptidão física, criatividade, integração social e melhoria das qualidades motoras, contribuindo desta forma, para a manutenção do indivíduo na sociedade.
Gerar nova iniciativa que possibilite aos próprios jogadores e dirigentes a aproximação esportiva ainda maior entre o bem estar e a responsabilidade esportiva.
§ 1º - A Copa Tambaqui na **Categoria Aspirante sera aberto para 02 atletas de outros Municipios (Curinga) e na categoria Titular será 07 atletas Aberto (curinga).**
CAPÍTULO 4 PARTICIPAÇÕES DAS EQUIPE E JOGADORES.
Art. 6º. As equipes devem estar cientes e em conformidade com o regulamento, a realizarem suas inscrições em formulários próprios, fornecidos pela Direção de Cultura, Esporte e Lazer.
§ 1º Todas as equipes apresentarão lista nominal de seus atletas, com a devida ciência para disputa da Copa Tambaqui, manifestando-se ciente nos Termos de Compromissos quanto á saúde e estado físico de seus atletas forem de total responsabilidade dos mesmos, com assinaturas individuais.

Art. 7º. Cada agremiação pode participar com quantas equipes quiserem, desde que tenha inscrito em cada equipe:
Número **mínimo** de atletas inscritos – 12 atletas;
Número **máximo** de atletas inscritos – 18 atletas.

ASPIRANTE:
a-Número atletas inscritos – 18 atletas;
b- 02 atletas de outro município (curinga);
c- Poderá subir 04 atletas do Município de Urupá;
d- Substituição volante:
TITULAR:
Número atletas inscritos – 18 atletas;
07 reservas
Os atletas de outros Municípios deverão jogar 01 partida na primeira fase;(ATUAR)

Art. 8º. Consideram-se inscritas todas as equipes que apresentarem a ficha de Inscrição até a sexta feira que antecede o segundo jogo de cada equipe na Direção de Esportes.
PARAGRAFO ÚNICO: Não será permitida em hipótese alguma, receber ficha de inscrição após a data do segundo jogo. A equipe que não entregar a ficha de inscrição até a data exigida no presente regulamento, estará automaticamente fora do campeonato.
§ **1.**O sorteio será realizado no dia 26/01/2024, na sala da Direção de Esportes e será filmado e publicado nas redes sociais do Campeonato**.**
§**1.1. Ficha** de inscrição dos atletas devidamente preenchidas e assinadas pelos atletas;
§ **2.** Toda documentação referente a equipe deverá está assinada pelo responsável da equipe;
§ **3.** As equipes deverão preencher as vagas até o segundo jogo, não podendo inscrever outros atletas ou substituir no decorrer do campeonato.
Art.9º. Incluir na equipe, ou fazer constar da súmula, atleta em situação irregular para participar da partida, a equipe perdera o número máximo de pontos equivalente à vitória sendo revertido a equipe adversaria.
Art. 10º. Será obrigatório todos os atletas se apresentarem ao Mesário antes de cada partida, para assinatura da súmula.
Parágrafo único: os atletas não poderão assinar a sumula após o intervalo do primeiro tempo da partida do jogo.
Art.11º. Na CATEGORIA ASPIRANTE será realizada substituição dos atletas
durante as partidas na forma de SUBSTITUIÇÃO VOLANTE. Na CATEGORIA TITULAR o número de substituições permitidas para cada equipe será DE 07 JOGADORES por partida.
§ 2º - Os Atletas das duas categorias Aspirante e Titular devidamente uniformizados, caso contraria não será permitida a presença dos mesmos.
Art. 12º.O jogador ficará suspenso do próximo jogo quando este levar 2º cartão amarelo, ou quando este for expulso tomando o cartão vermelho.
§ 1º Na segunda fase os cartões amarelos serão zerados.
Art. 13º. Se o atleta participar de alguma partida de forma irregular, sua equipe será punida com a perda dos pontos das partidas em que o atleta tenha participando, desde que a equipe prejudicada apresente provas concretas do fato acontecido no prazo de 72 (setenta duas horas) após o termino da partida;
§ 1º - Em casos de derrota com atleta irregular, o resultado será mantido.
§2º - Em caso de vitória os pontos verão revertido a equipe adversária
CAPÍTULO 5 DAS INSCRIÇÕES
Art. 14º Será permitida a inscrição de jogadores na Categoria Aspirante residentes em áreas de fronteira municipal (divisas entre municípios), com limite tolerável será de 05 km, medita por satélite do limite do Município de Urupá.
Atleta natural: entende se como atleta natural, o jogador que tenha residência própria no
município, ou que moram com seus familiares.
Atleta com vinculo natural: será considerado atleta com vinculo no município, todos os
atletas que mesmo que estejam trabalhando fora de seu município de origem, desde que
comprovada seu vínculo por meio de vínculo de convivência familiar, considerados como pai,

mãe ou esposa no Município ou qualquer outro documento oficial comprobatório.

Parágrafo Único: Em caso de dúvida sobre a residência ou trabalho do atleta natural do município, ou atleta vinculado ao município, à equipe deverá apresentar junto ao Departamento da Comissão Técnica Organizadora, os seguintes documentos:
a) Residência do atleta no município: Atestado de residência, caso não aja nenhum
documento que comprove a residência a Comissão Julgadora deverá ir em visita a casa do atleta
contestado para comprovar a veracidade alegada.
§ 1º - O atleta que estiver inscrito por mais de uma equipe, após a confirmação da inscrição e comprovada a autenticidade da assinatura na ficha de inscrição OU súmula, este atleta será eliminado automaticamente da competição.
Art. 16º. As equipes obedecerão aos seguintes critérios para inscrever seus jogadores:
§ 1º Preenchimento da ficha de inscrição e do cadastro da equipe, com nome completo, e documentos pessoais;

CAPÍTULO 6 DOS UNIFORMES

Art. 17º. Será obrigatório o uso de uniforme completo, camisa, calções meião, obedecendo aos critérios de cores padrão dentro de campo.
PARAGRAFO ÚNICO: O jogador que descumprir com as normas desse regulamento sobre uniformes a equipe será punida com perca de pontos da partida.

Art. 18º. As equipes participantes desta Copa deverão ter no mínimo 01 (uma) bola em reais condições reais de jogo, e dois (2) uniformes de cores diferentes.
Art. 19º. As equipes deverão obrigatoriamente, se a arbitragem julgar necessário, trocar de uniformes casos haja compatibilidade nas cores dos uniformes entre as equipes.
Art. 20º A marcação do campo, rede, 01 bola, água para o trio de arbitragem ficara para por conta do campo sede.
Art. 21º. Esta Direção se isenta de qualquer responsabilidade sobre a divulgação nos uniformes utilizados pelas equipes, as quais serão responsáveis por toda e qualquer mensagem ou divulgação feita em seus uniformes, cabendo a elas responderem civil e criminalmente por tais ações. Todas as equipes deverão jogar com o uniforme completo, ou seja, torna-se proibido usos de meias ou calções de cores diferentes, exceto o goleiro.
§ 1º- É Terminantemente proibido utilizar-se de divulgações nos uniformes que atentem contra a moral, aos costumes ou que seja tido como apologia ao crime.

CAPÍTULO 7 DAS PENALIDADES DAS INFRAÇÕES RELATIVAS À DISPUTA DAS PARTIDAS.

Art. 22º. As equipes participantes terão 15 minutos de tolerância, após o horário estabelecido em tabela oficial no primeiro jogo.
§ 1. Ao final da partida do primeiro jogo, as equipes deverão estar devidamente uniformizadas para o início do jogo seguinte, obedecendo ao critério de 05 (cinco) minutos para entrar em campo e assim sucessivamente.
§ 2. Para se iniciar as partidas, é necessário um número mínimo de 07 jogadores por equipe incluindo o goleiro.
§ 3.A equipe que tiver menos de 05 jogadores não estará apta para o início do jogo, caracterizando o W O, 1x 0 em favor da equipe apta.
§ 4. A equipe que tiver 05 atletas poderá ser completada durante a partida,
§ 5. - A fim de obter os pontos ganhos por WO a equipe vencedora deverá estar presente no campo em condições reais de jogo.
§ 6 Será caracterizado o WO se ultrapassado o prazo de tolerância de 15 (quinze) minutos para o início da partida horário previsto na tabela de jogos.
Art. 23º. A não realização de uma partida ocasionada pelo não comparecimento das equipes ocasionará às equipes faltosas a perda de pontos na referida partida e a eliminação das mesmas**.**
§ 1. Constatado a atitude de má fé em relação tentativa de favorecimento de outras equipes por W O ou combinação de jogo, os atletas da referida equipe ficarão vetado a participar das próximas competições realizadas pela Prefeitura e Associação de Desportistas de Urupá, não podendo este ser inscrito por nenhuma outra equipe, pelo período de 01 ano.
Art. 24º. Em caso de abandono do campo, a equipe, será eliminada da competição.
§ 1. Caracteriza -se abandono de campo, se a equipe sair do campo antes de jogar 75% jogo.
§ 2. Em caso de abandono do campo, a equipe será considerada perdedora do jogo por WO, mesmo que esteja com o resultado favorável.

DAS INFRAÇÕES RELATIVAS À DISPUTA DAS PARTIDAS,

Art.26º. Serão considerados como critérios de penalidades neste regulamento. **Advertência, eliminação, exclusão do campeonato, perda de pontos, suspensão por partida e suspensão por prazo.**
Art. 27º. O atleta ou qualquer membro de comissão técnica das equipes que insultar e provocar briga de qualquer natureza, seja física desferindo deslocamento de soco, cotovelada, cabeçada, chutes, pontapés, assumindo o risco de causar danos ou lesão ao atingido; ou verbal com ofensas contra o caráter, ao pudor contra qualquer membro, seja ela de sua própria equipe, equipes adversária, equipe de arbitragem, público presente, membro da comissão técnica organizadora, este estará sujeito a julgamento; e de acordo com a gravidade dos fatos, podendo até mesmo ser suspenso da competição ou da próxima competição ou evento esportivo realizado por esta Prefeitura ou Associação.
Art.28º. Quando houver interferência na partida causada por torcedores e qualquer membro da equipe técnica das equipes causando desordem no ambiente da partida, esta equipe será julgada, pela Comissão Desportistas e a equipe perderá os pontos da partida.
Art.29º. As penas de suspensão estabelecida neste regulamento para atletas e membros da comissão técnica, serão em números de partidas e/ou de 01 a 12 meses, podendo ser cumulativamente, dependendo da gravidade da conduta praticada, em que o caso em que se fizer necessário.

INFRAÇÕES	DESCRIÇÃO	PENALIDADES	
		Nº JOGOS	QTD. DE MESES
Suspensão	**Agressão verbal**	01 a 02	
	Agressão física em atletas, arbitragem ou comissão organizadora,		01 A 12
Exclusão do campeonato e eventos realizados pela Prefeitura	**Agressão física com lesão corporal** em atletas, arbitragem ou comissão organizadora		12 a 24

Art. 31º. Não se admite invasão de campo por parte do banco de reservas ou de qualquer membro da comissão técnica das equipes. A arbitragem será orientada a efetuar expulsões aos atletas ou qualquer outro membro que invadirem o campo sob pretexto de apaziguar.
Art.32º. Os atletas substituídos deverão ficar uniformizado até o término da partida.
Parágrafo Único: Fica vetado aos atletas ingeri bebida alcoólica no decorrer do jogo.
O Atleta que ingerir bebidas alcoólicas uniformizado será expulso da partida.
O atleta que entrar em campo alcoolizado será expulso.

CAPÍTULO 8 DAS PARTIDAS

Art. 33º. As equipes deverão estar em campo do horário previsto na tabela deverão realizar suas orações antes do tempo previsto de iniciar as partidas, caso não cumprir poderá ser penalizada.

CAPÍTULO 9 PROTESTOS E RECURSOS

Art. 34º Todo e qualquer protesto ou recurso deverá ser encaminhado a Direção de Esportes de Urupá, Em duas vias entregas e assinadas pelo representante e pormenorizadamente esclarecidas a infração cometida, no prazo máximo até 72 (setenta e duas horas) após o termino da partida, respeitando-se o horário de funcionamento da Prefeitura, das 07:00h às 13:30h. O valor para solicitar recurso é de R$ 300,00 (trezentos), sendo este valor designado para a manutenção com despesas com a (ADU) Associação dos Desportistas de Urupá. Após este prazo não caberá mais qualquer tipo de protesto ou recurso.
§ 1º - Caberá à equipe que impetrar o recurso, comprovar a(s) irregularidade(s) alegada(s).
§ 2º - Todo recurso recebido pela Direção de Esportes será avaliado.
§ 3º - Será permitido pedido de recurso em qualquer fase da Copa.
§ 4º A equipe que perdedora do recurso ficara a cargo de efetuar o pagamento
Art. 35. Qualquer equipe disputante desta Copa que recorra à justiça comum antes da Decisão Comissão Desportistas em razão do presente

regulamento será imediatamente desligada do Campeonato, sem direitos ou ressalvas de qualquer natureza.
§ 1º os casos omissos a situações recorrentes serão resolvidos pela direção e Coordenação de Esportes.
CAPÍTULO 10 COMISSÃO DE JUSTIÇA DESPOTISVA
Art. 36º A Comissão de Justiça será construída por três membros da comunidade esportiva do município de URUPÁ.
Art. 37º A Comissão de Justiça Desportiva terá amplos e plenos poderes para julgar e punir todas as irregularidades, através de protestos ou não;
Art. 38º. As decisões tomadas pela Comissão de Justiça Desportiva serão de caráter irrevogável; **Art. 39º.** A Comissão de Justiça Desportiva reunir-se-á sempre que necessário;
Art. 40º. Quando da apresentação dos recursos pelas equipes os mesmos deverão ser entregues em duas vias, devidamente digitadas, sendo o seu conteúdo claramente especifico;
Art. 41º Cumprida às formalidades legais, a Comissão de Justiça Desportiva, fornecerá aos interessados os resultados dos julgamentos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, depois de decorrido o julgamento;
CAPÍTULO 11 ABRITRAGEM
Art. 42º A escala de árbitros ficará a cargo da Associação Desportista de Urupá- ADU, e Prefeitura observando-se e analisando-se "representações pertinentes" de equipes.
Parágrafo Único – A arbitragem será custeada Pela prefeitura Municipal, por Intermédio da Associação desportista de urupá - ADU
Art.43º será de reponsabilidades da equipe de arbitragem a entrega da sumula na sala de Direção de Esportes, devidamente preenchida e assinada pelo trio de arbitragem até o 2ºsegundo dia útil após a realização da partida.
§ 1º A **sumula é o documento oficial da partida o que nela for relatado será a base de aplicação de penalidades da comissão organizadora e comissão de Justiça Desportiva.**
§ 2ºA equipe de arbitragem serão as autoridades responsáveis pela sumula e relatório, passiveis de penalização se ocorrer o descumprimento deste artigo do regulamento.
Parágrafo Único: A equipe de Arbitragem só poderá terminar a partida antes do previsto em caso de interferência que poderá comprometer a integridade física dos atletas. Ou se a equipe sair de campo, resultando abandono de Campo.
§ 3º Cabe a equipe de arbitragem deverá assegurar que a cobrança de pênaltis, sejam realizadas somente com os jogadores em campo.
§ 4º É de responsabilidade da equipe de arbitragem e organização manter torcida fora do campo, permanecendo nas laterais, durante a cobrança de pênaltis em todas as etapas da Copa.
CAPÍTULO 12 FASE PRE ELIMINAR
Art. 44º Ao término das partidas previstas para a Fase Preliminar, as equipes melhores colocadas por pontos ganhos, estarão classificadas para a Fase da semifinal do campeonato.
§ 1º - Os critérios de desempate, para indicar a equipe classificada, quando houver igualdade em pontos ganhos ao final das partidas, serão os seguintes, aplicáveis nessa ordem:
1º maior números de vitória;
2º maior saldo de gol;
3º menor número de cartões vermelho;
4º menor número de cartões amarelo;
5º confronto direto;
6º sorteio;
CAPÍTULO 13 FASE SEMI FINAL
Art. 45º Nesta fase, as equipes classificadas, estarão aptas para prosseguirem na competição após apuração do índice técnico de classificação estabelecido no regulamento, confrontando-se entre si em jogos apenas de IDA.
§ 1º - Os critérios de desempate quando houver igualdade em pontos, serão os seguintes aplicáveis:
1º Maior saldo de gols;
2º Cobrança de pênaltis;
CAPÍTULO 14 FINAL
Art. 46º A Fase Final será disputada pelas 02 equipes vencedoras da fase anterior, em partida única.
Art. 47 º Ao término da partida Final, se as 02 equipes estiverem empatadas na soma de gols marcados, será utilizado o critério de desempate por meio de pênaltis.
A – As equipes terão a opção de 05 batedores, para realizar as cobranças de pênaltis;
B –Em caso de empate nos pênaltis, dar se a sequência nas cobranças de forma alternadas, ou seja, um jogador por equipe até que uma das equipes obtenha a vantagem de um gol sobre seu adversário.
CAPÍTULO 15 PREMIAÇÕES
Art. 48º Ao final do campeonato as equipes receberão as seguintes premiações:
TITULAR
1º Lugar 4.000,00
2º Lugar 2.000,00
3º lugar 900,00
4º Lugar 400,00
ASPIRANTE
1º Lugar 2.500,00
2º Lugar 1.500,00
3º lugar 800,00
4º Lugar 300,00

ARBITRAGEM R$ 7.500,00;
TOTAL: 19.900,00
CAPÍTULO 16 CONSIDERÇÕES FINAL
Art. 49º Estabelece o presente Regulamento as normas contidas para seu fiel cumprimento

Fica estabelecida a aprovação deste regulamento, passando a vigorar após a data de assinatura e publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios – AROM.

Urupá/RO, 10 de janeiro de 2024

SUELEM DIAS CRIPPA
Diretora Cultura, Esporte e Lazer

VALDEIR ELOY DA SILVA
Secretário de Administração e Planejamento

LEANDRO DA CRUZ ALVES
Coordenador de Esporte

CÉLIO DE JESUS LANG
Prefeito

Publicado por:
Suelem Dias Grippa
Código Identificador:EACE93B5

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N. 135 - 25.06.2024 - NOMEAÇÃO. CANDIDATOS APROVADOS. PROVIMENTO. INVESTIDURA. CARGOS PÚBLICOS. VAGAS. CONCURSO PÚBLICO N. 001-2022.

DECRETO N. 135/2024 DE 25 DE JUNHO DE 2024

AUTORIZA A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS, O PROVIMENTO E INVESTIDURA NOS CARGOS PÚBLICOS, CONCERNENTE AS VAGAS OFERECIDAS NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 5º, inciso I da Lei Orgânica do Município, e conforme expedientes contidos no processo eletrônico n. 123/2022.
DECRETA:
Art. 1º Fica autorizada a nomeação dos candidatos aprovados e convocadas do recente concurso público conferido pelo Edital n. 001/2022 do processo eletrônico n. 123/2022, para investidura e provimento dos cargos públicos. O nome dos candidatos e o cargo público correspondente, consta no Anexo I.
Art. 2º As despesas resultantes da aplicação do disposto neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas nas Secretarias que serão lotados os novos servidores.
Art. 3º Serão emitidos Termo de Posse individualizados para comprovação do início da investidura no cargo público que se iniciará no dia 26/06/2024.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Urupá/RO, 25 de junho de 2024.

CÉLIO DE JESUS LANG
Prefeito de Urupá

ANEXO I

Ordem	CH	Nome	Cargo	CPF
01	40h	JOCELAINE NILLIO DOS SANTOS	512 - Pedagogo ensino fundamental	719.***.***-72
02	40h	WEMERSON DE BRITO DINIZ	512 - Pedagogo ensino fundamental	002.***.***-06
03	40h	JULIANE DA SILVA MORAES DE FREITAS	512 - Pedagogo ensino fundamental	948.***.***-87
04	40h	KAUANE DA SILVA QUEIROZ	512 - Pedagogo ensino fundamental	004.***.***-99
05	40h	LUCIENE VIEIRA DE SOUZA KRUGUEL	512 - Pedagogo ensino fundamental	012.***.***-77

Publicado por:
Ellen Suzi Monteiro Nobre
Código Identificador:08AAB519

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N. 134 - 25.06.2024 - REVOGA. DECRETO 100-2024

DECRETO N. 134/2024 DE 25 DE JUNHO DE 2024.

"REVOGA O DECRETO 100/2024 E ATOS DA COMISSÃO ESPECIAL".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso I da Lei Orgânica do Município, com fundamentos contidos no processo n. 1314/2023.
Considerando o Oficio 065.2024 da Secretaria de Administração e Planejamento **ID n. 143495** e Ata da Comissão Especial nomeado pelo decreto, **ID. n. 127398,** que trata da revogação do Decreto e da ATA da Comissão.
DECRETA:
Art. 1º Fica revogado Decreto 100/2024 de 26 de abril de 2024 e todos os atos realizados pela Comissão autorizados pelo Decreto acima mencionado.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Publique-se na forma da Lei.

(Assinado Eletronicamente)
CÉLIO DE JESUS LANG
Prefeito do Município de Urupá-RO

Publicado por:
Ellen Suzi Monteiro Nobre
Código Identificador:457C839C

PROCURADORIA JURIDICA
CONCESSÃO DE DIÁRIAS GERALDO PEREIRA LEITE

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ				
Proponente (Dirigente/Chefe Imediato)			Cargo/Função/Matrícula	
ROGERIO DOS SANTOS LIMA			SECRETARIO	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) GERALDO PEREIRA LEITE			Cargo/Função/Matrícula MOTORISTA - Matr.: 505-3/1	
CPF	Identidade	Banco	Agência	Conta Corrente
030.732.336-60	/	1	4007-X	8.987-7

DADOS DA VIAGEM

Destino PORTO VELHO	Meio de Transporte	Data de Início 27/06/2024	Data de Retorno 27/06/2024
Motivo da Viagem: DESPESAS QUE VISA PAGAMENTO COM DIARIAS PARA O MOTORISTA SENHOR GERAL DO PEREIRA LEITE ACOMPANHA O SECRETARIO SENHOR ROGERIO DOS SANTOS LIMA, NO DIA 27 DE JUNHO DE 2024, EM PORTO VELHO, SENDO QUE O MESMO IRA DIRIGIR CAMINHÃO BAU DA SECRETARIA DE OBRA PARA TRAZER CAMERA FRIA DE VACINA. CIDADE DE URUPA/RO.			
Proponente: _____ ROGERIO DOS SANTOS LIMA Data: ___/___/_____ SECRETARIO			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1,0	535,32	535,32	0,00	535,32

CONCESSÃO DAS DIÁRIAS

Prefeitura do Municipio de Urupá Publica De:____/____/_____ a ____/____/____	Câmara Municipal de Urupá Publica De:____/____/_____ a ____/____/____

Publicado por:
Joelma Nunes Braz
Código Identificador:6E48266F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 013/2024

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 013/2024

A Prefeitura Municipal de Urupá, através do Senhor Prefeito Célio de Jesus Lang, no uso de suas atribuições legais de acordo com termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, das Leis Municipais nº 692/2015, nº 693/2015, nº 695/2015, nº 696/2015 e legislações legais aplicáveis, **CONVOCA** os candidatos aprovados no Concurso Público, realizado pela Prefeitura do Município de Urupá, conforme Edital nº 001/2022 e retificações do Concurso Público destinado a promover a contratação de pessoal para atuarem junto as secretarias municipais, devido o não comparecimento de alguns candidatos:

Ordem	CH	Nome	Cargo	Data de nascimento	Classificação
01	40h	EDINEUZA CASTAGNA REGINATTO	512 - Pedagogo ensino fundamental	11/04/1990	18º

Para a contratação os candidatos convocados deverão apresentar na Divisão de Recursos Humanos, no edifício da Prefeitura Municipal, Centro Administrativo Municipal Senador Ronaldo Aragão, localizado na Avenida Jorge Teixeira nº 4872, Bairro Alto Alegre, no Município de Urupá, Estado de Rondônia das 07:30 às 13:30 horas, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente edital, munidos dos documentos abaixo relacionados:

Certidão de casamento ou nascimento; Carteira de identidade; CPF; Certidão de nascimento de dependente; Certificado de reservista (masculino); Comprovante de escolaridade; Título de eleitor (comprovante da última eleição); Carteira de trabalho; Certidão negativa antecedente criminal e civis; Carteira de habilitação; Pis/Pasep (se tiver); 01 fotos 3x4; Declaração de bens; Comprovante de residência; Certidão negativa de tributos municipais (URUPÁ); Certidão do Tribunal de Contas; Cartão de vacina dos dependentes menores de 14 anos; Ficha de matrícula escolar dos dependentes; Declaração de vínculo empregatício. Obs. Ser for casado apresentar cópia do CPF do cônjuge.

Atestado médico com os devidos exames e avaliações conforme segue:

Sangue: VDRL – Glicemia – Hemograma – Ácido úrico – Ureia – Creatinina – Toxoplasmose IGG e IGM – Machado Guerreiro (Chagas) – TGP e TGO – HBSAg – AntiHBS – AntiHBC IGG e IGM –AntiHCV – HIV I e HIV II;
Grupo Sanguíneo + Fator Rh;
E.A.S;
Parasitológico;
Raio X de Tórax com Laudo Médico;
Raio X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para grávida);
Avaliação Ortopédica (baseada no exame geral do candidato e nos Raios X de coluna total);
Avaliação Psiquiátrica;
Avaliação Dermatoneurológica;
Avaliação Neurológica;
Avaliação Endocrinológica;
Avaliação Cardiológica baseada no exame do Candidato e no Eletrocardiograma (para todas as idades e com o ECG acompanhado da respectiva interpretação);

Atestado de Sanidade Física e Mental;
Exame Oftalmológico (se usar óculos);
Escarro: BAAR;
Urina: EAS – Toxicologia (Cocaína e Maconha);

Urupá-RO, 25 de junho de 2024

ENIR EGERT MOTA
Secretário de Administração e Planejamento

CÉLIO DE JESUS LANG
Prefeito

Publicado por:
Erik Rafael Piovesan
Código Identificador:F4D97EBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ERRATA DA CONCESSÃO DE DIÁRIA - JOHN WESLEY VIEIRA DOS SANTOS

ERRATA
DA CONCESSÃO DE DIÁRIA

Houve um equívoco de valor na realização da solicitação de diárias do servidor **JOHN WESLEY VIEIRA DOS SANTOS** do dia 23 e 25 de junho de 2024, sendo que o valor da diária não estava de acordo com o Art. 6º da Lei n. 1031/2022. Portanto, ficam assim desconsideradas as informações da concessão publicada dia 24 de junho de 2024.

Onde se lê:

Destino	Meio de Transporte	Data de Início	Data de Retorno
PORTO VELHO/RO		20/06/2024	21/06/2024
Motivo da Viagem: SENHOR PREFEITO, APÓS ANÁLISE DA CONTROLADORIA GERAL, SOLICITO AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS, COM CONCESSÃO DE 1,5 (UMA E MEIA) DIÁRIAS EM FAVOR DO SERVIDOR JOHN WESLEY VIEIRA DOS SANTOS, MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, QUE ESTARÁ CONDUZINDO AS SERVIDORAS QUE PARTICIPARÃO DA CAPACITAÇÃO OFERECIDA NO PROJETO FNAS PELO BRASIL EM PARCERIA COM A SEAS, NO DIA 21 DE JUNHO DE 2024, EM PORTO VELHO/RO.			
Proponente: CELIO DE JESUS LANG Data: / / PREFEITO			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1,5	535,32	802,98	0,00	802,98

Leia-se:

DADOS DA VIAGEM

Destino	Meio de Transporte	Data de Início	Data de Retorno
PORTO VELHO/RO		23/06/2024	25/06/2024
Motivo da Viagem: SENHOR PREFEITO, APÓS ANÁLISE DA CONTROLADORIA GERAL, SOLICITO AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS, COM CONCESSÃO DE 2,5 (DUAS E MEIA) DIÁRIAS EM FAVOR DO SERVIDOR JOHN WESLEY VIEIRA DOS SANTOS, MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, QUE ESTARÁ TRANSPORTANDO A SERVIDORA ELIZANE MENDES E 2 (DOIS) IDOSOS, USUÁRIOS DO SUAS PARA PARTICIPAR DA III ENCONTRO ESTADUAL DE PROMOÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA EM PORTO VELHO/RO NOS DIAS 23 A 25 DE JUNHO DE 2024..			
Proponente: CELIO DE JESUS LANG Data: / / PREFEITO			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
2,5	535,32	1.338,30	0,00	1.338,30

Urupá/RO, 25 de junho de 2024.

(Assinado Eletronicamente)
DÉBORA ESPELINO FERREIRA
Assistente de Execução Orçamentária e Financeira da SEMAS
Portaria n. 279/2023/GP/Urupá-RO

Publicado por:
Debora Espelino Ferreira
Código Identificador:E3F84243

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 9638

DECRETO Nº 9638 DE 24 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE A DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA SILVIA EUGENIA PEREIRA NASCIMENTO PARA CONCORRER NAS ELEIÇÕES 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e,

Considerando o Processo Administrativo nº 1-972/2024;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica afastada de suas funções, para fins de desincompatibilização, a servidora Silvia Eugenia Pereira Nascimento, matrícula funcional n° 314, exercendo a função de Professora NS 20 HS, portadora do RG n° 457*** SESDEC/RO e CPF ***694.***-**, para concorrer ao cargo eletivo de prefeita pelo Município de Vale do Paraíso nas eleições municipais do ano de 2024, conforme legislação vigente.

Art. 2º.O gozo da referida licença para fins de desincompatibilização será a partir de 5 de julho de 2024.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gleiciane Moitinho Meireles
Código Identificador:D3E4814C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 9639

DECRETO Nº 9639 DE 24 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE A DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA ZILDA MARTINS DE OLIVEIRA PARA CONCORRER NAS ELEIÇÕES 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e,

Considerando o Processo Administrativo nº 1-990/2024;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica afastada de suas funções, para fins de desincompatibilização, a servidora Zilda Martins de Oliveira, matrícula funcional n° 2036, exercendo a função de Agente de Serviços Diversos, portadora do RG n° 603.*** SESDEC/RO e CPF ***.351.***-**, para concorrer ao cargo eletivo de vereadora pelo Município de Vale do Paraíso nas eleições municipais do ano de 2024, conforme legislação vigente.

Art. 2º.O gozo da referida licença para fins de desincompatibilização será a partir de 5 de julho de 2024.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gleiciane Moitinho Meireles
Código Identificador:BF05E1BC

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
HOMOLOGA AS FÉRIAS DO SERVIDOR JOSE DO AMARAL

HOMOLOGAÇÃO
Férias Adquiridas

A Prefeita Municipal de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que são conferidas no Art. 60 da Lei 24 de 01 de janeiro de 1993, Homologa as férias do servidor Jose Do Amaral, matrícula n° 908, do processo administrativo nº. 2-486/2024, referente ao período aquisitivo de2021/2022, a partir de 15de Setembro de 2024a 14 de Outubro de 2024.

Vale do Paraíso - RO, 24 de Junho de 2024

Homologo de acordo com a data certificada pelo sistema.

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gleiciane Moitinho Meireles
Código Identificador:AEF4B7E0

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PUBLICAÇÃO DE DESPESAS DE PROCESSO Nº 2-482/2024

PUBLICAÇÃO DE DESPESAS DE PROCESSO

Da: Secretaria Municipal de Saúde -SEMSAU

Assunto:Processo Filhote do Processo mãe 2-839/2023/SRP, Ata de Registro de Preço n° 010/2024/ARP, Pregão Eletrônico n° 065/CPL/2023, para Aquisição de Medicamentos, para atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Saúde.

PROCESSO Nº 2-482/2024
CONTRATANTE:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VALE DO PARAÍSO
CONTRATADO:TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ:32.364.822/0001-48
ITEM DA ATA:116.
Valor:R$500,00(Quinhentos reais).
INTERVENIENTE:SEMSAU

IESTEFANO CARNEIRO DOS SANTOS
Secretario de Saúde
Portaria N° 7177 de 13/09/2023

Publicado por:
Gleiciane Moitinho Meireles
Código Identificador:46FD6AC3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PUBLICAÇÃO DE DESPESAS DE PROCESSO Nº 2-479/2024

PUBLICAÇÃO DE DESPESAS DE PROCESSO

Da: Secretaria Municipal de Saúde -SEMSAU

Assunto:Processo Filhote do Processo mãe 2-839/2023/SRP, Ata de Registro de Preço n° 010/2024/ARP, Pregão Eletrônico n° 065/CPL/2023, para Aquisição de Medicamentos, para atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Saúde.

PROCESSO Nº 2-479/2024
CONTRATANTE:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VALE DO PARAÍSO
CONTRATADO:DL SAÚDE LTDA
CNPJ:63.796.718/0001-56
ITENS DA ATA:033, 034 e 139.
Valor:R$1.390,00(MilTrezentos e noventa reais)
INTERVENIENTE:SEMSAU

IESTEFANO CARNEIRO DOS SANTOS
Secretario de Saúde
Portaria N° 7177 de 13/09/2023

Publicado por:
Gleiciane Moitinho Meireles
Código Identificador:4B31086F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PUBLICAÇÃO DE DESPESAS DE PROCESSO Nº 2-481/2024

PUBLICAÇÃO DE DESPESAS DE PROCESSO

Da: SecretariaMunicipal deSaúde -SEMSAU

Assunto:Processo Filhote do Processo mãe 2-839/2023/SRP, Ata de Registro de Preço n° 010/2024/ARP, Pregão Eletrônico n° 065/CPL/2023, para Aquisição de Medicamentos, para atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Saúde.

PROCESSO Nº 2-481/2024
CONTRATANTE:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VALE DO PARAÍSO
CONTRATADO:HENRIVIX COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
CNPJ:41.500.407/0001-65
ITENS DA ATA:251 e 252.
Valor:R$8.760,00(Oito mil setecentos e sessenta reais).
INTERVENIENTE:SEMSAU

IESTEFANO CARNEIRO DOS SANTOS
Secretario de Saúde
Portaria N° 7177 de 13/09/2023

Publicado por:
Gleiciane Moitinho Meireles
Código Identificador:A0778012

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
AVISO DE COMPRA 1-978

AVISO DE COMPRA

A Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso/RO, torna Público a **Aquisição de Material de Informática,** referente ao iten 04 através da Ata de Registro de Preços n° 57/2023/ARP do Pregão Eletrônico n° 48/CPL/2023, Processo Gerenciador n° 978/2024, realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo SEMECE.

FORNECEDOR:I M PEREIRA
CNPJ:12.753.602/0001-07
Valor:5.160,00 (cinco mil cento e sessenta e um reais).

Vale do Paraíso-RO, 24 de Junho de 2024

Publicado por:
Gleiciane Moitinho Meireles
Código Identificador:8666C813

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EDITAL DE RECONVOCAÇÃO 1-1002

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP

EDITAL DE RECONVOCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, tendo em vista o disposto no processo nº 1-1002/2023, Edital nº 01/2024 do Município deVale do Paraíso - RO, convoca os candidatos abaixo discriminada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de publicação deste Edital, comparecer a SEMOSP, na sede da Prefeitura Municipal das 07h00min às 13h00min, para realização das avaliações das motocicletas.

CANDIDATOS
AGENILSON ALVES MARTINS
JAIRO MARIANO DE OLIVEIRA

Vale do Paraíso/RO, 25 de junho de 2024

JOSÉ GASQUI PERRETA FILHO
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP

Publicado por:
Gleiciane Moitinho Meireles
Código Identificador:E02E56C3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
AVISO DE COMPRA PROCESSO FILHOTE 1-989 /2024

AVISO DE COMPRA PROCESSO FILHOTE 1-989 /2024

A Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso/RO, torna se público: Aquisição de Materiais e Serviços Gráfico através da ata de registro de preço nº 02/2024/ARP, Pregão Eletrônico nº 57/CPL/2023, para atender a Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente -SEMAPEM.
FORNECEDOR:LB CONSTRUTORA & ENGENHARIA LTDA CNPJ: 51.156.612/0001-09
ITENS DA ATA:1
VALOR TOTAL:R$ 4.900,00(quatro mil e novecentos reais)
INTERVENIENTE:SEMAPEM

Publique-se:

POLIANA DE MORAES SILVA GASQUI PERRETA
Prefeita Municipal

JUAREZ CARLOS DA SIVA
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e meio Ambiente SEMAPEM

Publicado por:
Gleiciane Moitinho Meireles
Código Identificador:22362334

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Termo de Prorrogação de Prazo do Termo de Adesão ao Serviço Voluntário, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso e o Sr. (o) Murilo Artur Luz de Andrade, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF n° 63.789.990/0001-55, representada neste ato pela excelentíssima prefeita Poliana de Moraes Silva Gasqui Perreta e com interveniente a Secretaria Municipal de Planejamento e Administração – SEMPLAD neste ato presentada pela Sr.(a) Cristiane Rodrigues da costa Santana, e do outro lado o Sr.(o) Murilo Artur Luz de Andrade, portador (a) do RG: ********* SSP/SP, inscrita no CPF 028.***.*** -03, resolveram celebrar o presente Termo de Prorrogação de Prazo do Termo de Adesão ao Serviço Voluntário, conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto – Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Adesão ao Serviço Voluntário, por mais 6 meses.

CLÁSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais que não conflitem com o presente termo.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente Termo de Prorrogação gera efeitos a partir da data de sua celebração e publicação. Para firmeza e como prova de acordo, depois de lido e achado conforme, é assinado o presente termo partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Vale do Paraíso/RO, 24 de junho de 2024.

Publicado por:
Gleiciane Moitinho Meireles
Código Identificador:756CB471

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESULTADO FINAL 1-914

Processo Seletivo Para Serviço Voluntario/ SEMAPEM

A Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso - RO, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, DIVULGA o Resultado final dos candidatos inscritos e entrevistados, conforme abaixo:

Relação de Candidato e Resultado.

AUXILIAR DE HORTA E VIVEIRO EM PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

TIAGO DOS SANTOS LEAL	NÃO COMPARECEU
JUSCELINO RODRIGUES SALOMÃO	HABILITADO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

LUCAS VINICIUS IZEL GOMES	NÃO COMPARECEU
EDCARLA DA SILVA SENA	HABILITADA

Vale do Paraíso, 25 de junho de 2024

Publicado por:
Gleiciane Moitinho Meireles
Código Identificador:65D9E9D7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE

PODER EXECUTIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 19/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLOESTA D OESTE-RO
PREGÃO ELETRONICO N.º 05 / 2024
ATA 019/2024

A prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-RO, com sede no(a) Av. Brasil 3344 Bairro Redondo, na cidade de Alta Floresta D Oeste - RO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.834.732/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Giovan Damo Prefeito Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2024, publicada no dia de 25/06/2024, processo administrativo n.º 340 / 2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a

classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação/termo de referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação Aquisição de materiais para construção e afins, mediante a Sistema de Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas neste Termo de Referência de *do edital de Licitação nº 340/*2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 1:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
6	6053	CHAPA GALVANIZADA 50 CM	METRO	290	R$ 16,80	4.872,00	vanzin
8	3666	DENTE para CORRENTE de MOTOSSERRA 3/8 91P P/ 025R	UN	2000	R$ 2,40	4.800,00	sthil
10	22405	DISJUNTOR BIPOLAR DIM 25 AMP.	UN	100	R$ 28,70	2.870,00	lukma
36	3447	CABO DE ALUMINIO TRIPLEX 10MM	METRO	700	R$ 3,50	2.450,00	cmr
59	11675	MANGUEIRA PRETA 1/2 ROLO DE 100 METROS	ROLO	25	R$ 69,00	1.725,00	plasfex
62	2066	PISO CERAMICO BRANCO 40 X 40 CM - PEI 04	M2	1745	R$ 15,50	27.047,50	ceramica almeida
86	10406	TELA DE ALAMBRADO SOLDADO ROLO DE 2 METROS DE ALTURA POR 25 METROS DE COMPRIMENTO	UN	196	R$ 846,00	165.816,00	incotela
91	12244	TELHA FIBROCIMENTO 2,44 M X 0,50 M X 4 MM	UN	900	R$ 16,00	14.400,00	infibra
92	1237	TIJOLO DE 06 FUROS 09 X 14 X 24 CM	UN	82500	R$ 0,69	56.925,00	aco ferro
93	10403	LATA DE TINTA A BASE DE AGUA BRANCA DE 3,600 L	UN	90	R$ 99,00	8.910,00	vinilux
98	2901	AREIA LAVADA FINA	M3	375	R$ 119,00	44.625,00	primavera
105	2056	CANTONEIRA MEIA CANA PARA FORRO PVC - 6M	BARRA	150	R$ 17,94	2.691,00	multilit
112	23707	ESCADA EM ALUMINIO EXTENSIVEL DE 6 MTS DE ALTURA COM RODIZIOS EM UMA DAS EXTREMIDADES	UN	9	R$ 770,00	6.930,00	mor
114	12237	FERRO PARA CONSTRUCAO 3/8" (10 MM) 12 M	BARRA	310	R$ 47,00	14.570,00	euros
116	23725	FERRO PARA CONSTRUÇÃO 5/16 BARRA DE 12M	BARRA	430	R$ 29,00	12.470,00	euros
119	6056	FORRO PVC 7 MM FRISADO 6 M	METRO	1450	R$ 14,00	20.300,00	multilit
126	15477	PEDRA BICA CORRIDA Nº 3	M3	152	R$ 99,00	15.048,00	af mineração
127	6061	PEDRA BRITA 2	M3	257	R$ 104,00	26.728,00	af mineração
128	706	PEDRA BRITA N1	M3	257	R$ 99,00	25.443,00	af mineração
129	15476	PEDRA TIPO RACHÃO	M3	320	R$ 94,00	30.080,00	af mineração
148	30498	ARGAMASSA AC 2, SACO 20 KG, COM PRAZO DE VALIDADE DE 12 MESES.	UN	370	R$ 24,00	8.880,00	argaforte
149	30499	ARGAMASSA AC 3, SACO 20 KG, COM PRAZO DE VALIDADE DE 12 MESES.	UN	370	R$ 27,00	9.990,00	argaforte
					TOTAL:	507.570,50	

LOTE 2:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	463	PEDRISCO	METROS	18	R$ 99,00	1.782,00	af mineração
3	2901	AREIA LAVADA FINA	M3	125	R$ 119,00	14.875,00	primavera
5	2900	AREIA LAVADA MEDIA	M3	137	R$ 120,00	16.440,00	primavera
6	702	CIMENTO SACO COM 50 KG	UN	925	R$ 45,00	41.625,00	itau
7	6061	PEDRA BRITA 2	M3	85	R$ 104,00	8.840,00	af mineração
8	706	PEDRA BRITA N1	M3	85	R$ 99,00	8.415,00	af mineração
					TOTAL:	91.977,00	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Nota Explicativa: O artigo 84 da Lei 14.133 fixa o prazo de 1 (um) ano para a ata de registro de preços, admitindo a prorrogação por igual período.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital de licitação* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* de licitação; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital.*
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Alta Floresta do Oeste/RO, 25 de Junho de 2024

GIOVAN DAMO
Prefeito

CLAUDIA MAÍRA DE OLIVEIRA
Gerente de Registro de Preço

Açoferro Comercio De Materiais De Construção LTDA EPP
CNPJ: 23.777.927/0001-38
DANIEL MARTINS DE MENDONÇA
CPF:892.830.901-87

Publicado por:
Diona Darc Michelli da Silva
Código Identificador:570515E1

PODER EXECUTIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 20/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLOESTA D OESTE-RO
PREGÃO ELETRONICO N.º 05 / 2024
ATA 20/2024

A prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-RO, com sede no(a) Av. Brasil 3344 Bairro Redondo, na cidade de Alta Floresta D Oeste - RO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.834.732/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Giovan Damo Prefeito Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2024, publicada no dia de 25/06/2024, processo administrativo n.º 340 / 2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação/termo de referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação Aquisição de materiais para construção e afins, mediante a Sistema de Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas neste Termo de Referência de *do edital de Licitação nº 340/*2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 1:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
61	463	PEDRISCO	METROS	352	R$ 100,00	35.200,00	NACIONAL
65	462	PO DE BRITA	M3	405	R$ 97,40	39.447,00	NACIONAL
					TOTAL:	74.647,00	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Nota Explicativa: O artigo 84 da Lei 14.133 fixa o prazo de 1 (um) ano para a ata de registro de preços, admitindo a prorrogação por igual período.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital de licitação* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* de licitação; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital.*
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Alta Floresta do Oeste/RO, 25 de Junho de 2024

GIOVAN DAMO
Prefeito

CLAUDIA MAÍRA DE OLIVEIRA
Gerente de Registro de Preço

A. F. Mineracao - Industria E Comercio EIRELLI - EPP
CNPJ: 02.029.142/0001-07
PAULO ROBERTO MARCONDES
CPF:415.169.661-04

Publicado por:
Diona Darc Michelli da Silva
Código Identificador:B8FAB288

PODER EXECUTIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 21/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLOESTA D OESTE-RO
PREGÃO ELETRONICO N.º 05 / 2024
ATA 21/2024

A prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-RO, com sede no(a) Av. Brasil 3344 Bairro Redondo, na cidade de Alta Floresta D Oeste - RO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.834.732/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Giovan Damo Prefeito Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2024, publicada no dia de 25/06/2024, processo administrativo n.º 340 / 2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação/termo de referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação Aquisição de materiais para construção e afins, mediante a Sistema de Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas neste Termo de Referência de *do edital de Licitação nº 340/*2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 1

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
122	6838	MARTELO CABO DE FIBRA 27 MM	UN	22	R$ 28,92	636,24	MILA
137	30478	LIMATAO STIHL 3/8 5.2MM (MEDIO)	UN	60	R$ 8,00	480,00	KF
138	25686	LIMATAO STHL 5.5MM 404 (GROSSO)	UN	60	R$ 8,00	480,00	KF
144	30491	SABRE 36D 50CM DURO 038/380/382 SITHL	UN	16	R$ 330,00	5.280,00	NKSHI
145	25693	SABRE 42D 63CM DURO STHIL	UN	16	R$ 365,01	5.840,16	NKSHI
154	6255	BASE PARA RELE FOTO ELÉTRICO	UN	150	R$ 6,09	913,50	QUALIFONIX
160	30526	FITA ADESIVA ALUMINIO 20X10.	UN	40	R$ 29,97	1.198,80	TRYCO
					TOTAL:	14.828,70	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Nota Explicativa: O artigo 84 da Lei 14.133 fixa o prazo de 1 (um) ano para a ata de registro de preços, admitindo a prorrogação por igual período.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital de licitação* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* de licitação; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital.*
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*
Alta Floresta do Oeste/RO, 25 de Junho de 2024

GIOVAN DAMO
Prefeito

CLAUDIA MAÍRA DE OLIVEIRA
Gerente de Registro de Preço

J.L.P. Bento
CNPJ: 05.647.855/0001-22
JOSE LUIZ PEREIRA BENTO
CPF:418.918.722-49

Publicado por:
Diona Darc Michelli da Silva
Código Identificador:9179E073

PODER EXECUTIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 22/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLOESTA D OESTE-RO
PREGÃO ELETRONICO N.º 05 / 2024
ATA 22/2024
A prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-RO, com sede no(a) Av. Brasil 3344 Bairro Redondo, na cidade de Alta Floresta D Oeste - RO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.834.732/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Giovan Damo Prefeito Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2024, publicada no dia de 25/06/2024, processo administrativo n.º 340 / 2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação/termo de referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação Aquisição de materiais para construção e afins, mediante a Sistema de Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas neste Termo de Referência de *do edital de Licitação nº 340/*2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 1:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
99	523	AREIA LAVADA GROSSA	M3	383	R$ 124,90	47.836,70	GERAL
100	2900	AREIA LAVADA MEDIA	M3	413	R$ 124,90	51.583,70	GERAL
143	30490	ROLETE DO PINHAO 3/8 8D STIHL ORIGINAL	UN	20	R$ 49,01	980,20	STHIL
					TOTAL:	100.400,60	

LOTE 2:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
2	10406	TELA DE ALAMBRADO SOLDADO ROLO DE 2 METROS DE ALTURA POR 25 METROS DE COMPRIMENTO	UN	49	R$ 1.014,90	49.730,10	COMEP
					TOTAL:	49.730,10	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Nota Explicativa: O artigo 84 da Lei 14.133 fixa o prazo de 1 (um) ano para a ata de registro de preços, admitindo a prorrogação por igual período.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital de licitação* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* de licitação; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital.*
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*
Alta Floresta do Oeste/RO, 25 de Junho de 2024

GIOVAN DAMO
Prefeito

CLAUDIA MAÍRA DE OLIVEIRA
Gerente de Registro de Preço

RM Ferreira
CNPJ: 28.589.874/0001-45
RICARDO MARTINS FERREIRA
CPF:963.632.232-53

Publicado por:
Diona Darc Michelli da Silva
Código Identificador:F89FF7E3

PODER EXECUTIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 23/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLOESTA D OESTE-RO
PREGÃO ELETRONICO N.º 05 / 2024
ATA 023/2024

A prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-RO, com sede no(a) Av. Brasil 3344 Bairro Redondo, na cidade de Alta Floresta D Oeste - RO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.834.732/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Giovan Damo Prefeito Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2024, publicada no dia de 25/06/2024, processo administrativo n.º 340 / 2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação/termo de referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação Aquisição de materiais para construção e afins, mediante a Sistema de Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas neste Termo de Referência de *do edital de Licitação nº 340/*2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 1:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
35	464	BRITA	METRO	368	R$ 85,00	31.280,00	PROPRIA
					TOTAL:	31.280,00	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Nota Explicativa: O artigo 84 da Lei 14.133 fixa o prazo de 1 (um) ano para a ata de registro de preços, admitindo a prorrogação por igual período.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital de licitação* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* de licitação; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital.*
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Alta Floresta do Oeste/RO, 25 de junho de 2024

GIOVAN DAMO
Prefeito

CLAUDIA MAÍRA DE OLIVEIRA
Gerente de Registro de Preço

Samara Mineração e Construções Eireli - Epp
CNPJ: 29.540.289/0001-13
DITER CLAUS SERSCHON
CPF:618.574.832-00

Publicado por:
Diona Darc Michelli da Silva
Código Identificador:C3F81F89

PODER EXECUTIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 24/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRONICO N.º 05 / 2024
ATA 24/2024

A prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-RO, com sede no(a) Av. Brasil 3344 Bairro Redondo, na cidade de Alta Floresta D Oeste - RO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.834.732/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Giovan Damo Prefeito Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2024, publicada no dia de 25/06/2024, processo administrativo n.º 340 / 2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação/termo de referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação Aquisição de materiais para construção e afins, mediante a Sistema de Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas neste Termo de Referência de *do edital de Licitação nº 340/*2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 1:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	3949	ADAPTADOR SOLDAVEL COM FLANGE ANEL PARA CAIXA D'AGUA 50 MM	UN	48	R$ 11,90	571,20	PEVESUL
2	3961	ARAME GALVANIZADO 18, ROLO COM 1 KG, IGUAL OU SUPERIOR A GERDAU	UN	69	R$ 19,00	1.311,00	ACEROSID
3	6047	BANDEJA PLASTICA PARA PINTURA 23 CM	UN	55	R$ 7,60	418,00	THOMPSON
4	3609	BARRA ROSCADA 5/8" POLIDA - 1 METRO	UN	200	R$ 20,00	4.000,00	MB
5	22066	CAPA DE CHUVA DE PVC COM FORRO COM CAPUZ E MANGA LONGA 1.35 METROS	UN	60	R$ 27,00	1.620,00	CAPSEG
7	3490	COLA ADESIVA PVC 75 G	UN	40	R$ 4,69	187,60	PLASTILIT
9	21561	DISJUNTOR BIPOLAR 50 AMPARES	UN	170	R$ 28,80	4.896,00	ELGIN
11	22407	DISJUNTOR BIPOLAR DIM 40 AMP.	UN	170	R$ 29,10	4.947,00	ELGIN
12	21516	DISJUNTOR BIPOLAR DIN 16A	UN	170	R$ 25,30	4.301,00	ELGIN
13	23550	DISJUNTOR MONOFASICO DIN 16A	UN	50	R$ 6,90	345,00	WEG
14	20	DISJUNTOR MONOFASICO DIN 25A	UN	50	R$ 7,86	393,00	WEG

15	30	FIO DE COBRE ENCAPADO FLEXIVEL 4,0 MM	METRO	1480	R$ 4,00	5.920,00	COBRECOM
16	29	FIO ENCAPADO FLEXIVEL 2,5MM DE COBRE	METRO	480	R$ 2,00	960,00	COBRECOM
17	21520	FIO FLEXIVEL 10 MM ROLO COM 100MT	ROLO	39	R$ 933,90	36.422,10	COBRECOM
18	23696	FIO FLEXÍVEL 2,5 MM ROLO COM 100MT	ROLO	35	R$ 157,90	5.526,50	COBRECOM
19	21521	FIO FLEXIVEL 6 MM ROLO COM 100MT	ROLO	34	R$ 489,40	16.639,60	COBRECOM
20	6077	FIO SOLIDO 2,5MM, ROLO COM 100 METROS	ROLO	24	R$ 245,31	5.887,44	COBRECOM
21	6078	FIO SOLIDO 4MM, ROLO COM 100 METROS	ROLO	24	R$ 422,78	10.146,72	COBRECOM
22	23553	FIO SOLIDO DE COBRE ENCAPADO 2,5MM	METRO	306	R$ 2,48	758,88	COBRECOM
23	23554	FIO SOLIDO DE COBRE ENCAPADO 6MM	METRO	306	R$ 6,21	1.900,26	COBRECOM
24	4093	FITA VEDA ROSCA-ROSCA 18 X 25 MT	UN	118	R$ 3,65	430,70	LIEGE
25	22498	LAMPADA DE LED - BULBO - 20W BRANCA BIVOLT 6500K COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	UN	705	R$ 9,95	7.014,75	AVANT
26	22497	LAMPADA DE LED - PERA - 15W BRANCA BIVOLT 6500K COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	UN	690	R$ 5,50	3.795,00	AVANT
27	22495	LAMPADA DE LED - PERA - 9W BRANCA BIVOLT 6400K COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	UN	330	R$ 4,80	1.584,00	AVANT
28	23561	LAMPADA LED 30W E27 BIVOLT	UN	645	R$ 11,40	7.353,00	AVANT
29	22065	LUVA DE SEGURANÇA NITRILI-KA 40	PAR	475	R$ 12,99	6.170,25	WORKER
30	1239	TINTA ACRILICA FOSCA LATA C/ 18 LT COR BRANCA IGUAL OU SUPERIOR A DACAR	UN	132	R$ 210,00	27.720,00	MAXNORTH
31	1505	TINTA ACRILICA FOSCA LATA C/ 18 LT COR VERDE SEDA IGUAL OU SUPERIOR A DACAR	UN	117	R$ 97,90	11.454,30	MAXNORTH
32	13797	FITA CREPE 50MM X 50MT	UN	72	R$ 8,20	590,40	KALA
33	23731	ASSENTO SANITARIO PLASTICO COMUM BRANCO, FIXACAO BRANCA UNIVERSAL	UN	100	R$ 20,90	2.090,00	METASUL
34	23538	BALDE PEDREIRO PLASTICO REFORCADO 12L	UN	80	R$ 9,60	768,00	GERPLAST
37	90	CABO EM MADEIRA PARA ENXADAO	UN	56	R$ 11,43	640,08	HSR
38	3952	CAIXA D'AGUA POLIETILENO 1.000 L	UN	13	R$ 442,40	5.751,20	PERMATEX
39	3452	CAL PINTURA 8KG	UN	170	R$ 25,40	4.318,00	USICAL
40	3953	CANO DE PVC 25 MM BARRA 6 M	UN	143	R$ 17,40	2.488,20	PEVESUL
41	99	CAVADEIRA ARTICULADA CABO DE FERRO Nº 01 (BOCA DE LOBO)	UN	26	R$ 91,40	2.376,40	MINASUL
42	100	CAVADEIRA ARTICULADA CABO DE FERRO Nº 02 (BOCA DE LOBO)	UN	25	R$ 201,90	5.047,50	MINASUL
43	23716	CORTADOR DE CERAMICA DE NO MINIMO 90CM	UN	24	R$ 259,40	6.225,60	FAMASTIL
44	21915	ESCADA DE ALUMINIO COM 8 DEGRAUS, ESTRUTURA EM TUBO RETANGULAR, TRAVAMENTO AUTOMATICO NA PLATAFORMA SUPERIOR, PES E DEGRAUS ANTIDERRAPANTES, FITA DE SEGURANCA, CAPACIDADE DE 120 KG.	UN	16	R$ 304,90	4.878,40	MOR
45	3592	FACAO 14" CABO PLASTICO	UN	26	R$ 21,75	565,50	FAMASTIL
46	3463	FIXADOR DE TINTURA PARA CAL 150 ML	UN	1380	R$ 0,90	1.242,00	JUNTALIDER
47	6233	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA POTÊNCIA DE 45W COMPACTA 4U BASE E-27 DISPONÍVEL EM 127V E 220V NA COR BRANCA FRIA REATOR INTEGRADO TEMPERATURA AMBIENTE -5ºC A 40ºC TEMPERATURA DA COR 6400K	UN	275	R$ 50,40	13.860,00	OUROLUX
48	6125	LAVATORIO COM COLUNA BRANCO (P) MEDINDO APROXIMADAMENTE 16,5 X 49 X 40 CM (A X L X C)	UN	34	R$ 349,90	11.896,60	LOGASA
49	22891	LAVATORIO COM COLUNA DE CHAO CONVENCIONAL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 80CM (A) X 47CM (L) X 38CM (P), COR BRANCA.	UN	31	R$ 188,90	5.855,90	LOGASA
50	3593	LIMA CHATA	UN	140	R$ 7,40	1.036,00	BARAO
51	3660	LIMA P/ CORRENTE DE MOTOSSERRA REDONDA 3/16	UN	100	R$ 6,12	612,00	LS
52	15760	LIXA D'AGUA 100	UN	190	R$ 1,86	353,40	STARRET
53	15761	LIXA D'AGUA 150	UN	190	R$ 1,86	353,40	TATU
54	1462	LIXA D'AGUA 220	UN	80	R$ 1,90	152,00	NORTON
55	15763	LIXA D'AGUA 80	UN	140	R$ 1,68	235,20	NORTON
56	15764	LIXA FERRO 100	UN	110	R$ 2,69	295,90	TATU
57	3587	LIXA FERRO 36	UN	110	R$ 3,25	357,50	STARRET
58	10456	LIXA FERRO 80	UN	110	R$ 2,97	326,70	TATU
60	22059	PA DE BICO AJUNTADEIRA C/CABO 71 CM TRAMONTINA	UN	62	R$ 22,90	1.419,80	MINASUL
63	6143	PLAFON PARA LAMPADA COM SOQUETE PORCELANA 100 W COR BRANCA BIVOLT 27CM	UN	605	R$ 3,94	2.383,70	FC
64	120	PNEU PARA CARRIOLA	UN	40	R$ 30,46	1.218,40	FAMASTIL
66	23980	PORTA DE MADEIRA LISA 1 METRO	UN	50	R$ 258,90	12.945,00	RJ MOVEIS
67	23978	PORTA DE MADEIRA LISA 80 CM	UN	35	R$ 269,90	9.446,50	RJ MOVEIS
68	23979	PORTA DE MADEIRA LISA 90 CM	UN	35	R$ 297,90	10.426,50	RJ MOVEIS
69	6902	PORTA DE MADEIRA TAUARI 70 CM	UN	25	R$ 277,10	6.927,50	RJ MOVEIS
70	4095	PORTA DE MADEIRA TAUARI 80 CM	UN	25	R$ 260,00	6.500,00	RJ MOVEIS
71	53	PORTA EM MADEIRA MEDINDO 1,00 X 2,10M	UN	42	R$ 249,90	10.495,80	RJ MOVEIS
72	22896	PORTAL DE MADEIRA PARA ALVENARIA 13 X 100 X 210CM	UN	67	R$ 128,40	8.602,80	RJ MOVEIS
73	22897	PORTAL DE MADEIRA PARA ALVENARIA 13 X 60 X 210CM	UN	37	R$ 128,40	4.750,80	RJ MOVEIS
74	23571	PORTAL DE MADEIRA PARA ALVENARIA 13 X 80 X 210CM	UN	67	R$ 129,97	8.707,99	RJ MOVEIS
75	2067	PREGO 12 X 12 COM CABECA, PACOTE CONTENDO 1 KG	PACOTE	63	R$ 20,25	1.275,75	GERDAU
76	5611	PREGO 13 X 15 COM CABECA, PACOTE CONTENDO 1 KG	KG	93	R$ 17,11	1.591,23	GERDAU
77	3965	PREGO 15 X 15 COM CABECA, PACOTE CONTENDO 1 KG	KG	58	R$ 17,09	991,22	GERDAU
78	23700	PREGO 17X21 COM CABEÇA, PACOTE CONTENDO 1KG	PACOTE	73	R$ 15,65	1.142,45	GERDAU
79	23699	PREGO 17X27 COM CABEÇA, PACOTE CONTENDO 1KG	PACOTE	98	R$ 15,50	1.519,00	GERDAU
80	3966	PREGO 18 X 27 COM CABECA, PACOTE CONTENDO 1 KG	KG	208	R$ 14,89	3.097,12	GERDAU
81	2068	PREGO 19 X 36 COM CABECA, PACOTE CONTENDO 1 KG	UN	288	R$ 14,60	4.204,80	GERDAU
82	3614	PREGO 26X72 COM CABECA PACOTE COM 1KG	UN	738	R$ 17,70	13.062,60	GERDAU
83	23717	RISCADOR DE CERÂMICA	UN	15	R$ 11,24	168,60	CORTAG
84	1508	ROLO DE LA 23 CM PARA PINTURA	UN	110	R$ 9,50	1.045,00	COMPEL
85	23579	SERROTE PROFISSIONAL COM DENTES DE VIDEA 22"	UN	14	R$ 43,31	606,34	THOMPSON
87	15561	TELA PASSARINHEIRA DE TELHA DE FIBROCIMENTO 244 X1, 10 X 5 MM	UN	670	R$ 1,47	984,90	METASUL
88	15560	TELA PASSARINHEIRA DE TELHA FRANCESA	UN	560	R$ 0,35	196,00	METASUL
89	1902	TELHA CERAMICA CUMEEIRA	UN	790	R$ 3,82	3.017,80	RONDONIA
90	23670	TELHA CUMEEIRA DE FIBROCIMENTO 110X50CM 5MM	UN	200	R$ 58,40	11.680,00	CONFIBRA
94	23710	TINTA FOSCA PARA PISO/CALÇADA NA COR CINZA, LATA DE 18 LITROS IGUAL OU SUPERIOR A MARCA CORAL/SUVINIL/RENNER	LATA	200	R$ 167,90	33.580,00	MAXVINIL
95	5989	TRENA LONGA 50 M EM FIBRA DE VIDRO DE ALTA RESISTENCIA	UN	22	R$ 90,00	1.980,00	THOMPSON
96	22906	VASO SANITARIO CONVENCIONAL, FORMATO OVAL, COR BRANCA.	UN	48	R$ 209,93	10.076,64	LOGASA
97	13750	ARAME RECOZIDO Nº18 ROLO DE 1KG	ROLO	36	R$ 11,50	414,00	CIBRA
101	2053	ARGAMASSA DE USO INTERNO PARA CERAMICA, SACO COM 20 KG	UN	160	R$ 14,95	2.392,00	ITAMASA
102	11692	CABO DE ENXADA	UN	153	R$ 9,90	1.514,70	H2R
103	2055	CAIXA DESCARGA SEM ENGATE 9 L BRANCA, IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA	UN	165	R$ 34,90	5.758,50	ASTRA
104	1506	CAL HIDRATADA SACO DE 20 KG	UN	750	R$ 24,90	18.675,00	USICAL
106	6852	CARRINHO DE MÃO C/ CACAMBA GALVANIZADA	UN	35	R$ 148,90	5.211,50	MINASUL
107	2057	CHUVEIRO ELETRICO COM 4 TEMPERATURAS 110 V, IGUAL OU SUPERIOR A FAME	UN	67	R$ 75,63	5.067,21	LORENZETTI
108	702	CIMENTO SACO COM 50 KG	UN	2775	R$ 47,40	131.535,00	ITAU
109	13744	DOBRADIÇA 4" PARA PORTA DE MADEIRA - CONTENDO 03 UN	JG	165	R$ 16,32	2.692,80	SCHILD
110	11690	ENXADA 2,0' AÇO CARBONO	UN	54	R$ 23,90	1.290,60	PARABONI
111	6835	ENXADA GOIVADA 1,5 LIBRA	UN	44	R$ 30,90	1.359,60	PARABONI
113	23726	FERRO PARA CONSTRUÇÃO 1/2 - BARRA DE 12M	BARRA	185	R$ 73,90	13.671,50	SINOBRAS
115	23711	FERRO PARA CONSTRUÇÃO 4.2 DE 12MT	BARRA	225	R$ 10,90	2.452,50	SINOBRAS

117	19200	FITA ISOLANTE AUTOFUSÃO DE 10 METROS	UN	45	R$ 18,96	853,20	THOMPSON
118	6055	FITA VEDA ROSCA 18 MM X 50 M	UN	52	R$ 5,60	291,20	LIEGE
120	3751	MANGUEIRA DE JARDIM MALEAVEL 1/2" AMARELA/VERDE OU LARANJA	METRO	285	R$ 3,94	1.122,90	PLASBOHN
121	23721	MARTELO BORRACHA COM CABO DE MADEIRA 60MM	UN	16	R$ 13,42	214,72	ROMA
123	357	MASCARA DESCARTAVEL TIPO PFF2	UN	142	R$ 1,35	191,70	SAFETY PLUS
124	23712	MASSA ACRÍLICA PARA PAREDE LATA DE 18LT	LATA	170	R$ 107,90	18.343,00	MAXNORTH
125	4081	MASSA CORRIDA 20KG BALDE	UN	140	R$ 36,90	5.166,00	MAXNORTH
130	8964	PISO CERAMICO SIMPLES VARIADO PEI 4	M2	260	R$ 17,90	4.654,00	VIVA
131	2069	REJUNTE FLEXIVEL DE USO EXTERNO E INTERNO PRETO, PACOTE COM 5 KG	PACOTE	120	R$ 30,07	3.608,40	ARGAFORTE
132	22899	REVESTIMENTO CERAMICO BRANCO PEI 2 OU SUPERIOR	M2	1250	R$ 18,90	23.625,00	VIVA
133	23729	TELHA FIBROCIMENTO 05 MILIMETRO 110X2,44	UN	900	R$ 51,90	46.710,00	CONFIBRA
134	1510	TRELIÇA DE FERRO REFORCADA 12CM X 12M	UN	205	R$ 69,90	14.329,50	SINOBRAS
135	30458	LÂMPADA LED BULBO, 50W, LUZ BRANCA 6500K, SOQUETE E27, BIVOLT.	UN	60	R$ 14,90	894,00	AVANT
136	445	GARRAFA TERMICA CAP.05 LT	UN	15	R$ 29,90	448,50	INVICTA
139	30487	MALHA POP 2,45X6 15X15 FIO 4,2MM	UN	485	R$ 236,90	114.896,50	SINOBRAS
140	30488	ESMALTE SINTETICO BRANCO 3,6L	UN	20	R$ 91,90	1.838,00	MAXNORTH
141	709	PREGO 18X24 COM CABECA, PACOTE CONTENDO 1KG.	UN	40	R$ 15,40	616,00	GERDAU
142	30489	PREGO 22 X 48 COM CABECA, PACOTE CONTENDO 1 KG	UN	20	R$ 15,60	312,00	GERDAU
146	3354	VASSOURA P/ GARI MEDINDO 40 CMCOM CABO EM MADEIRA	UN	210	R$ 27,70	5.817,00	BRUBALAR
147	28910	CAIXA DAGUA 5.000 LITROS TANQUE ALTA C/TAMPA EM POLIETILENO	UN	7	R$ 3.199,90	22.399,30	PERMATEX
150	30507	ELETRODUTO PVC RÍGIDO ANTI-CHAMA 1' POL, BARRA COM 3M, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA NORMA NBR 15465.	UN	60	R$ 26,62	1.597,20	KRONA
151	30518	REFLETOR LED SLIM A PROVA D'ÁGUA 100 W, BIVOLT, COR DA LUZ BRANCO FRIO.	UN	200	R$ 44,90	8.980,00	OUROLUX
152	30519	REFLETOR LED SLIM A PROVA D'ÁGUA 50 W, BIVOLT, COR DA LUZ BRANCO FRIO.	UN	200	R$ 25,70	5.140,00	OUROLUX
153	6239	RELE FOTOELÉTRICO ACIONAMENTO INSTANTÂNEO TENSÃO NOMINAL: 120VCA EM 220VCA: 1000W, 1800VA GRAU DE PROTEÇÃO IP54 LIMITE DE FUNCIONAMENTO -5ºC A +50ºC FABRICADO EM POLIPROPILENO ESTABILIZADO CONTRA RAIO	UN	150	R$ 22,47	3.370,50	QUALITRONIX
155	30520	TINTA ÓLEO ESMALTE SINTÉTICO EXTRA, 3600L, NA COR VERDE, COM PRAZO DE VALIDADE DE 12 MESES.	UN	35	R$ 73,90	2.586,50	MAXNORTH
156	30521	TINTA ÓLEO ESMALTE SINTÉTICO EXTRA, 3600L, NA COR AZUL, COM PRAZO DE VALIDADE DE 12 MESES.	UN	30	R$ 105,01	3.150,30	MAXNORTH
157	30523	TINTA ÓLEO ESMALTE SINTÉTICO EXTRA, 3600L, NA COR AMARELO, COM PRAZO DE VALIDADE DE 12 MESES.	UN	30	R$ 105,04	3.151,20	MAXNORTH
158	30522	TINTA ÓLEO ESMALTE SINTÉTICO EXTRA, 3600L, NA COR VERMELHO, COM PRAZO DE VALIDADE DE 12 MESES.	UN	7	R$ 104,98	734,86	MAXNORTH
159	30525	TINTA FOSCA PARA PISO/CALÇADA NA COR AZUL, LATA DE 18 LITROS IGUAL OU SUPERIOR A MARCA CORAL/SUVINIL/RENNER	UN	33	R$ 245,00	8.085,00	MAXVINIL
161	30527	MANGUEIRA PARA LAVADORA DE PRESSÃO RE 90/95, MEDINDO 6M.	UN	15	R$ 174,97	2.624,55	PONTO
162	30528	KIT REGULADOR REGISTRO DE GÁS, COM ABRAÇADEIRAS E MANGUEIRA 2 M, COM SELO IMETRO E VALIDADE DE 05 ANOS.	UN	20	R$ 42,22	844,40	VINIGAS
163	30530	PICARETA ALVIÃO EM AÇO, COM CABO DE MADEIRA 90CM.	UN	13	R$ 75,92	986,96	MINASUL
164	30532	TINTA PU (POLIURETANO) PARA QUADRA ESPORTIVA, LATA 18LT, NA COR AMARELO.	LATA	35	R$ 695,90	24.356,50	CIACOLLOR
165	30533	TINTA PU (POLIURETANO) PARA QUADRA ESPORTIVA, LATA 18LT, NA COR AZUL.	LATA	35	R$ 697,90	24.426,50	CIACOLLOR
166	30534	TINTA PU (POLIURETANO) PARA QUADRA ESPORTIVA, LATA 18LT, NA COR BRANCA.	LATA	15	R$ 697,90	10.468,50	CIACOLLOR
167	30535	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 10 CM.	UN	40	R$ 5,20	208,00	COMPEL
168	30610	FERRO PARA CONSTRUÇÃO 1/4 - BARRA DE 12M	BARRA	120	R$ 34,00	4.080,00	SINOBRAS
					TOTAL:	982.190,22	

LOTE 2:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
4	523	AREIA LAVADA GROSSA	M3	127	R$ 119,90	15.227,30	MAGALHAES
9	30487	MALHA POP 2,45X6 15X15 FIO 4,2MM	UN	25	R$ 254,90	6.372,50	SINOBRAS
					TOTAL:	21.599,80	

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Nota Explicativa: O artigo 84 da Lei 14.133 fixa o prazo de 1 (um) ano para a ata de registro de preços, admitindo a prorrogação por igual período.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital de licitação* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* de licitação; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital.*
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Alta Floresta do Oeste/RO, 25 de Junho de 2024

GIOVAN DAMO
Prefeito

CLAUDIA MAÍRA DE OLIVEIRA
Gerente de Registro de Preço

VK LTDA
CNPJ: 14.230.787/0001-92
VINISSIUS ROBERTO KWIRANT DE SOUZA
CPF:011.839.262-00

Publicado por:
Diona Darc Michelli da Silva
Código Identificador:A031D1A1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI ORDINÁRIA Nº. 1.881/2024

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.881/2024

ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 25 DE JUNHO DE 2024.

"ABRIR CRÉDITO ADICIONAL POR SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE NA IMPORTÂNCIA DE R$ 280.000,00 (DUZENTOS E OITENTA MIL REAIS), CONFORME DISPOSTO NA LEI 4.320/64, ART. 43, § 1º, INCISO III, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a presente

LEI.

Art. 1º. Abri Crédito Adicional por Suplementação e Anulação no Orçamento Vigente na Importância de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), para atender o Fundo Municipal de Saúde, conforme funcional programática e categorias econômicas especificadas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO			FH	D.R.	DOTAÇÃO
Entidade	02.00.00	PODER EXECUTIVO			
Unidade	02.10.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
Func. Prog	10.3010003.2075	Gestão da Folha ACS - Rec. Próprio			
Categ. Econ.	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	210	1.500.0015.0000	192.500,00
Categ. Econ.	3.3.90.46.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	213	1.500.0015.0000	30.500,00
Valor da suplementação por ação				R$	223.000,00
Func. Prog	10.3020003.2084	Gestão da Folha do MAC - Rec. Próprio			
Categ. Econ.	3.3.90.46.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	238	1.500.0015.0000	57.000,00
Valor da anulação por ação				R$	57.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO.				R$	280.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional aberto no art. 1º, será utilizada recursos orçamentários provenientes de anulação de dotação do orçamento vigente, na Importância de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), da UNIDADE: 02.05.00: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇAO, conforme funcional programática e categorias econômicas especificadas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO			FH	D.R.	DOTAÇÃO
Entidade	02.00.00	PODER EXECUTIVO			
Unidade	02.05.00	SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇAO			
Func. Prog	04.1220003.2034	Gestão da Folha - Administração Geral			
Categ. Econ.	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	122	1.500.0000.0000	280.000,00
Valor da anulação por ação				R$	280.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO.				R$	280.000,00

Art. 3º. O crédito previsto na presente lei, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2024, Lei nº 1.804, de 26 de dezembro de 2023, e será aberto por Decreto do Executivo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revoga-se as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:50834541

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 21157/2024 DE 25 DE JUNHO DE 2024

LEI Nº 2.825, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTECRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO VALOR DER$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)EM FAVOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARIQUEMES.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com aLei 2825 de 28/12/2023 (ID 2059362) publicada no dia 29/12/2023, edição 3631a no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, artigo 6º, inciso III e Lei Federal 4.320/64 art. 41, inciso I e art. 43 §1°, inciso III;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 1-9031/2024-Ofício nº 289/SGCMA/2024 de 21/06/2024 (ID 2461014), os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente,Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação, no valor de**R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**no exercício financeiro de 2024, em favor da Câmara Municipal de Ariquemes- CMA, conforme abaixo distribuído:

Poder: 01-LEGISLATIVO-CÂMARA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 01-CÂMARA MUNICIPAL DE ARIQUEMES-CMA				
Projeto/Atividade: 2001-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVA E LEGISLATIVO				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	14	01.01.01.031.0001.2001	3.3.90.40.00-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	150.000,00
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Corrente - Recursos Não Vinculados de Impostos.				
Projeto/Atividade: 2002-MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR				
ANULAÇÃO	19	01.01.01.031.0001.2002	3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	-150.000,00
Fonte: 1.500-Recursos do Exercício Corrente - Recursos Não Vinculados de Impostos.				
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO				**150.000,00**
TOTAL ANULAÇÃO				**-150.000,00**

Parágrafo Único- Para dar cobertura ao disposto no artigo primeiro, será utilizado a Anulação Parcial de Dotação da Câmara Municipal de Ariquemes, visandoo reforço de dotação relacionada à prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique-se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 46º de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (CD) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 25/06/2024 às 10:48, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**2466993**e o código verificador**83CB4970**.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:70940CA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 075/SML/2024/14.133-2021 PROCESSO N.º 3234/SEMSAU/2024 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2024/PREGAO/SML/PMA-GSRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 075/SML/2024/14.133-2021
PROCESSO N.º 3234/SEMSAU/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2024/PREGAO/SML/PMA-GSRP

Aos 24 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, n.º 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO n.º 017/SML/2024, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO
O objeto da presente ata é o Registro de Preço para o fornecimento, nas condições estabelecidas no edital, REGISTRO DE PREÇOS para Futura e Eventual Aquisição de **Materiais Médicos Hospitalares, tipo Cânulas, Cateteres, Drenos, Equipos, Sondas, Tubos etc.**, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, pertencente à Prefeitura Municipal de Ariquemes, por um período de 12 (doze) meses.

TABELA I

1. LICITANTE: GOLD HOSPITALAR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - CNPJ: 32.283.972/0001-27.
TEL/FAX: (31) 36581002 / (31) 97152000. E-MAIL: ADMINISTRACAO@GOLDHOSPITALAR.COM.BR.
ENDEREÇO: RUA JOSE CLAUDIO REZENDE, 300 - SALA 401 - ESTORIL. CEP: 30.494-230. Cidade: Belo Horizonte / Minas Gerais.
NOME DO REPRESENTANTE: RICARDO PEREIRA MARTINS TAVARES, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.060.866-XX CNH sob o n.º XXX631968XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 22, 23, 25, 27, 28 e 42.

2. LICITANTE: BF DE ANDRADE HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 36.979.350/0001-99.
TEL/FAX: (62) 32411425 / (62) 93530118. E-MAIL: licitacoes1@bfdeandradehospitalar.com.br.
ENDEREÇO: RUA TAMBUQUI, 355 - QUADRA186 LOTE 20 CASA 1 - PRQ AMAZONIA. CEP: 74.835-530. Cidade: Goiânia / Goiás.
NOME DO REPRESENTANTE: BRUNO FELIPE DE ANDRADE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.769.241-XX RG sob o n.º XX470XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 1, 26, 33, 40, 61 e 64.

3. LICITANTE: COVAN - COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA - CNPJ: 02.475.985/0001-37.
TEL/FAX: (69) 35215181 . E-MAIL: covan.empenhos.notificacoes@hotmail.com.
ENDEREÇO: AVENIDA DOM PEDRO I, 2678 - SETOR 05. CEP: 76.890-000. Cidade: Jaru / Rondônia.
NOME DO REPRESENTANTE: PAULO PEDRO STOCCO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.306.728-XX RG sob o n.º XX9546XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 6, 19, 20, 21 e 34.

4. LICITANTE: HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA - CNPJ: 08.774.906/0001-75.
TEL/FAX: (62) 40121103. E-MAIL: johnattan@hospdrogas.com.br.
ENDEREÇO: AVENIDA OESTE, S/N - QUADRA01 LOTE 03 ARMZ 02 - PARQUE IND. CEP: 74.993-394. Cidade: Aparecida de Goiânia / Goiás.
NOME DO REPRESENTANTE: HERIBALDO EGIDIO DA SILVA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.118.971-XX CNH sob o n.º XXX729813XX .
DETENTORA DO ITEM (S): 59, 60, 62 e 63.

5. LICITANTE: MEDICAL DA AMAZONIA LTDA - CNPJ: 34.758.599/0001-49.
TEL/FAX: (69) 32235348. E-MAIL: MEDICALDAAMAZONIALTDA@GMAIL.COM.
ENDEREÇO: RUA RAFAEL VAZ E SILVA, 3091 - LIBERDADE. CEP: 76.803-870. Cidade: Porto Velho / Rondônia.
NOME DO REPRESENTANTE: FABIOLA ESTEVES DA ROCHA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.073.102-XX RG sob o n.º XX191XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 13, 31 e 32.

6. LICITANTE: SAFRAMED HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 36.629.597/0001-85.
TEL/FAX: (62) 35032080. E-MAIL: Saframedadm@gmail.com.
ENDEREÇO: AVENIDA AVENIDA DAS ACACIAS, SN - QUADRA001 LOTE 028. CEP: 75.345-000. Cidade: Abadia de Goiás / Goiás.
NOME DO REPRESENTANTE: JOAQUIM SOARES NETO DE SOUSA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.069.551-XX RG sob o n.º XX907XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 48, 51 e 65.

7. LICITANTE: PRIME MEDICAL PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 46.344.078/0001-24.
TEL/FAX: (11) 67772525 . E-MAIL: comercial.primemedical@gmail.com.
ENDEREÇO: RUA SAO PAULO, 1431 - ANDAR 1 SALA 2 - SANTA PAULA. CEP: 09.530-211. Cidade: São Caetano do Sul / São Paulo.
NOME DO REPRESENTANTE: SIDNEY DOS SANTOS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.150.408-XX RG sob o n.º XX39211XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 43 e 44.

8. LICITANTE: INNOVARE GESTAO E COMERCIO LTDA - CNPJ: 20.513.786/0001-58.
TEL/FAX: (32) 99193405. E-MAIL: SOLUCOESINNOVARE@HOTMAIL.COM.
ENDEREÇO: RUA CORONEL MOTA, SN - LOTE 06 QUADRAI - COELHO DA ROCHA. CEP: 25.550-620. Cidade: São João de Merti / Rio de Janeiro.
NOME DO REPRESENTANTE: GUILHERME DOS SANTOS E SANTOS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.002.086-XX RG sob o n.º XXXX9816XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 24.

9. LICITANTE: MG35 ATACADO DA SAUDE LTDA - CNPJ: 39.239.472/0001-37.
TEL/FAX: (41) 30211777 / (41) 30211770. E-MAIL: licitacao@zerbinimedical.com.br.
ENDEREÇO: RUA DESEMBARGADOR CID CAMPELO, 6598 - LOJA 08 COND. CEP: 81.250-510. Cidade: Curitiba / Paraná.
NOME DO REPRESENTANTE: ANA FLAVIA GONCALVES DE PAULA ATAIDE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.319.659-XX CNH sob o n.º XXX053945XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 29.

10. LICITANTE: M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 28.387.424/0001-70.
TEL/FAX: (62) 81396667. E-MAIL: licitacao@mmedicamentos.com.br.
ENDEREÇO: RUA 9, SN - QUADRA55A LOTE 09 - VILA BRASILIA. CEP: 74.911-080. Cidade: Aparecida de Goiânia / Goiás.
NOME DO REPRESENTANTE: RUBENS BATISTA MENDANHA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.277.449-XX RG sob o n.º XX4873XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 36.

11. LICITANTE: DATA - MEDICAL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 29.032.826/0001-14.
TEL/FAX: (42) 90000000. E-MAIL: datamedical2018@gmail.com.
ENDEREÇO: RUA MARIA DE LURDES DOS SANTOS, 674 - ATUBA. CEP: 83.408-315. Cidade: Colombo / Paraná.
NOME DO REPRESENTANTE: GERSON LUIZ CZELUSNIAK, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º XXX.022.759-XX RG sob o n.º XX054XX.
DETENTORA DO ITEM (S): 12.

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	EMPRESA DETENTORA
1	Agulha Hipodérmica Material: Aço Inoxidável Siliconizado Dimensão: 18 G X 1 1/2" (40x12) Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado Tipo Conexão: Conector Luer Lock Ou Slip Em Plástico Tipo Fixação: Protetor Plástico Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual Com Protetor De Encaixe Firme E Parede Fina	Unidade	112.500	MEDIX	0,07	BF DE ANDRADE HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 36.979.350/0001-99
6	Cânula De Traqueostomia Material: Polímero Tipo: Radiopaco Diâmetro: Cerca De 5,0 Mm Características Adicionais: Superfície Lisa Ponta Arredondada, C/ Asa De Fixação Lateral Flexível Acessórios 02: Conector Universal Componentes: Balão De Alto Volume E Baixa Pressão Esterelidade: Estéril, Descartável Embalagem: Embalagem Individual	Unidade	10	VITALGOLD	14,79	COVAN - COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA - CNPJ: 02.475.985/0001-37
12	Cânula De Traqueostomia Material: Polímero Tipo: Radiopaco Diâmetro: Cerca De 8,0 Mm Características Adicionais: Superfície Lisa Ponta Arredondada, C/ Asa De Fixação Lateral Flexível Acessórios 02: Conector Universal Componentes: Balão De Alto Volume E Baixa Pressão Esterelidade: Estéril, Descartável Embalagem: Embalagem Individual	Unidade	75	MEDIX	16,00	DATA - MEDICAL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 29.032.826/0001-14
13	Cânula De Traqueostomia Material: Polímero Tipo: Radiopaco Diâmetro: Cerca De 8,5 Mm Características Adicionais: Superfície Lisa Ponta Arredondada, C/ Asa De Fixação Lateral Flexível Acessórios 02: Conector Universal Componentes: Balão De Alto Volume E Baixa Pressão Esterelidade: Estéril, Descartável Embalagem: Embalagem Individual	Unidade	75	SOLIDOR	14,05	MEDICAL DA AMAZONIA LTDA - CNPJ: 34.758.599/0001-49
19	Cânula Orofaríngea Guedel Material: Polímero Tamanho: Tamanho Nº 3 Esterelidade: Estéril Embalagem Individual: Embalagem Individual	Unidade	30	ADVANTIVE	2,03	COVAN - COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA - CNPJ: 02.475.985/0001-37
20	Cânula Orofaríngea Guedel Material: Polímero Tamanho: Tamanho Nº 4 Esterelidade: Estéril Embalagem Individual: Embalagem Individual	Unidade	30	ADVANTIVE	2,19	COVAN - COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA - CNPJ: 02.475.985/0001-37
21	Cânula Orofaríngea Guedel Material: Polímero Tamanho: Tamanho Nº 5 Esterelidade: Estéril Embalagem Individual: Embalagem Individual	Unidade	30	ADVANTIVE	2,19	COVAN - COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA - CNPJ: 02.475.985/0001-37
22	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados Tipo Embalagem: Estéril, Embalagem Individual Espessura: Nº 10 Tipo Lubrificação: Siliconizada Acessórios: Com Válvula Intermitente	Unidade	3.750	WMEDIC	0,69	GOLD HOSPITALAR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - CNPJ: 32.283.972/0001-27
23	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados, Conector na Extremidade Proximal para Intermediário Tipo Embalagem: Estéril, Embalagem Individual Espessura: Nº 12 Tipo Lubrificação: Siliconizada Acessórios: Com Válvula Intermitente	Unidade	5.000	WMEDIC	0,69	GOLD HOSPITALAR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - CNPJ: 32.283.972/0001-27
24	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados Tipo Embalagem: Estéril, Embalagem Individual Espessura: Nº 14 Tipo Lubrificação: Siliconizada Acessórios: Com Válvula Intermitente	Unidade	4.000	medix	0,72	INNOVARE GESTAO E COMERCIO LTDA - CNPJ: 20.513.786/0001-58
25	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados Tipo Embalagem: Estéril, Embalagem Individual Espessura: Nº 16 Tipo Lubrificação: Siliconizada Acessórios: Com Válvula Intermitente	Unidade	600	WMEDIC	1,14	GOLD HOSPITALAR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - CNPJ: 32.283.972/0001-27
26	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados Tipo Embalagem: Estéril, Embalagem Individual Espessura: Nº 4 Tipo Lubrificação: Siliconizada Acessórios: Com Válvula Intermitente	Unidade	500	BIOBASE	0,83	BF DE ANDRADE HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 36.979.350/0001-99
27	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados Tipo Embalagem: Estéril, Embalagem Individual Espessura: Nº 6 Tipo Lubrificação: Siliconizada Acessórios: Com Válvula Intermitente	Unidade	1.000	WMEDIC	0,76	GOLD HOSPITALAR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - CNPJ: 32.283.972/0001-27
28	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados Tipo Embalagem: Estéril, Embalagem Individual Espessura: Nº 8 Tipo Lubrificação: Siliconizada Acessórios: Com Válvula Intermitente	Unidade	3.000	WMEDIC	0,69	GOLD HOSPITALAR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - CNPJ: 32.283.972/0001-27
29	Cateter Oxigenoterapia Material Tubo: Pvc Flexível Grau Médico Tipo: Tipo Óculos, Pronga Silicone Contorno Arredondado Tipo Uso: Descartável Esterilidade: Estéril Tamanho: Adulto Características Adicionais: A Prova De Deformação E Torção, 2,10m Tipo Adaptador: Conector Universal	Unidade	10.000	BIOSANI	1,05	MG35 ATACADO DA SAUDE LTDA - CNPJ: 39.239.472/0001-37
31	Cateter Oxigenoterapia Material Tubo: Plástico Atóxico Tipo: Flexível, Ponta Arredondada, Tipo Óculos Tipo Uso: Descartável Esterilidade: Estéril Características Adicionais: Embalagem Individual Tipo Adaptador: C/ Adaptador Para Tubo De Látex Tamanho: Nº 4 Neonatal	Unidade	500	BIOSANI	1,51	MEDICAL DA AMAZONIA LTDA - CNPJ: 34.758.599/0001-49
32	Cateter Oxigenoterapia Material Tubo: Plástico Atóxico	Unidade	500	BIOSANI	1,66	MEDICAL DA AMAZONIA LTDA - CNPJ:

	Tipo: Flexível, Ponta Arredondada, Tipo Óculos Tipo Uso: Descartável Esterilidade: Estéril Características Adicionais: Embalagem Individual Tipo Adaptador: C/ Adaptador Para Tubo De Látex Tamanho: Nº 6 Pediátrico					34.758.599/0001-49
33	Coletor De Urina Material: Plástico Tipo: Sistema Aberto Capacidade: Cerca De 2000 Ml Graduação: Graduação De 100 Em 100 Ml Esterilidade: Não Estéril, Descartável	Unidade	15.000	LETOMED	0,33	BF DE ANDRADE HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 36.979.350/0001-99
34	Coletor De Urina Material: Plástico Tipo: Sistema Aberto Modelo: Infantil Feminino Capacidade: Cerca De 100 Ml Características Adicionais: Adesivo Hipoalergênico Embalagem: Embalagem Individual	Unidade	3.000	LETOMED	0,36	COVAN - COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA - CNPJ: 02.475.985/0001-37
36	Coletor De Urina Material: Pvc Tipo: Sistema Fechado Capacidade: Cerca De 2000 Ml Graduação: Graduação De 100 Em 100 Ml Válvula: Válvula Anti-Refluxo Pinça: Clamp Corta Fluxo Filtro: Filtro Hidrofóbico/Bacteriológico Conector: Conector Universal Componentes: Alça De Sustentação Outros Componentes: Membrana Autocicatrizante Esterilidade: Estéril, Descartável	Unidade	4.500	DESCARPACK	3,17	M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 28.387.424/0001-70
40	Equipo Tipo De Equipo: De Infusão Para Soluções Parenterais Indicado Para Fluidoterapia Material: Pvc Cristal Comprimento: Mín. 120 Cm Tipo Câmara: Câmara Gotejadora Flexível C/ Filtro Ar Tipo Gotejador: Microgotas Tipo Pinça: Pinça Reguladora De Fluxo Tipo Injetor: Injetor Lateral Valvulado Tipo Conector: Luer Rotativo C/ Tampa E Filtro Esterilidade: Estéril, Descartável	Unidade	15.000	LABOR IMPORT	1,17	BF DE ANDRADE HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 36.979.350/0001-99
42	Sonda Trato Urinário Modelo: Uretral Material: Pvc Calibre: 10 French Conector: Conector Padrão C/ Tampa Comprimento: Cerca 40 Cm Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica Fechada Componentes: C/ Orifícios Laterais Esterilidade: Estéril, Descartável Embalagem: Embalagem Individual	Unidade	4.000	WMEDIC	0,63	GOLD HOSPITALAR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - CNPJ: 32.283.972/0001-27
43	Sonda Trato Urinário Modelo: Uretral Material: Pvc Calibre: 12 French Conector: Conector Padrão C/ Tampa Comprimento: Cerca 40 Cm Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica Fechada Componentes: C/ Orifícios Laterais Esterilidade: Estéril, Descartável Embalagem: Embalagem Individual	Unidade	55.000	WMEDIC	0,51	PRIME MEDICAL PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 46.344.078/0001-24
44	Sonda Trato Urinário Modelo: Uretral Material: Pvc Calibre: 14 French Conector: Conector Padrão C/ Tampa Comprimento: Cerca 40 Cm Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica Fechada Componentes: C/ Orifícios Laterais Esterilidade: Estéril, Descartável Embalagem: Embalagem Individual	Unidade	40.000	WMEDIC	0,58	PRIME MEDICAL PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 46.344.078/0001-24
48	Sonda Trato Urinário Modelo: Uretral Material: Pvc Calibre: 22 French Conector: Conector Padrão C/ Tampa Comprimento: Cerca 40 Cm Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica Fechada Componentes: C/ Orifícios Laterais Esterilidade: Estéril, Descartável Embalagem: Embalagem Individual	Unidade	240	BIOSANI	1,05	SAFRAMED HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 36.629.597/0001-85
51	Tubo Endotraqueal Material: Pvc Modelo: Curva Magill Calibre: 2,0 Tipo Ponta: C/ Ponta Distal Atraumática Componente 2: Radiopaco, Graduado Tipo Conector: Conector Padrão Esterilidade: Estéril, Uso Único	Unidade	40	SOLIDOR	4,36	SAFRAMED HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 36.629.597/0001-85
59	Tubo Endotraqueal Material: Pvc Siliconizado Modelo: Curva Magill Calibre: 6,0 Tipo Ponta: C/ Ponta Distal Atraumática E Orifício Murphy Componente 1: Balão Alto Volume E Baixa Pressão Componente 2: Radiopaco, Graduado Tipo Conector: Conector Padrão Esterilidade: Estéril, Uso Único	Unidade	100	MEDIX	3,00	HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA - CNPJ: 08.774.906/0001-75
60	Tubo Endotraqueal Material: Pvc Siliconizado Modelo: Curva Magill Calibre: 6,5 Tipo Ponta: C/ Ponta Distal Atraumática E Orifício Murphy Componente 1: Balão Alto Volume E Baixa Pressão Componente 2: Radiopaco, Graduado Tipo Conector: Conector Padrão Esterilidade: Estéril, Uso Único	Unidade	100	MEDIX	3,09	HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA - CNPJ: 08.774.906/0001-75
61	Tubo Endotraqueal Material: Pvc Siliconizado Modelo: Curva Magill Calibre: 7,0 Tipo Ponta: C/ Ponta Distal Atraumática E Orifício Murphy Componente 1: Balão Alto Volume E Baixa Pressão Componente 2: Radiopaco, Graduado Tipo Conector: Conector Padrão Esterilidade: Estéril, Uso Único	Unidade	150	solidor	2,93	BF DE ANDRADE HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 36.979.350/0001-99
62	Tubo Endotraqueal Material: Pvc Siliconizado Modelo: Curva Magill Calibre: 7,5 Tipo Ponta: C/ Ponta Distal Atraumática E Orifício Murphy Componente 1: Balão Alto Volume E Baixa Pressão Componente 2: Radiopaco, Graduado Tipo Conector: Conector Padrão Esterilidade: Estéril, Uso Único	Unidade	250	MEDIX	3,09	HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA - CNPJ: 08.774.906/0001-75
63	Tubo Endotraqueal Material: Pvc Siliconizado Modelo: Curva Magill Calibre: 8,0 Tipo Ponta: C/ Ponta Distal Atraumática E Orifício Murphy Componente 1: Balão Alto Volume E Baixa Pressão Componente 2: Radiopaco, Graduado Tipo Conector: Conector Padrão Esterilidade: Estéril, Uso Único	Unidade	300	MEDIX	3,09	HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA - CNPJ: 08.774.906/0001-75
64	Tubo Endotraqueal Material: Pvc Siliconizado Modelo: Curva Magill Calibre: 8,5 Tipo Ponta: C/ Ponta Distal Atraumática E Orifício Murphy Componente 1: Balão Alto Volume E Baixa Pressão Componente 2: Radiopaco, Graduado Tipo Conector: Conector Padrão Esterilidade: Estéril, Uso Único	Unidade	200	SOLIDOR	2,93	BF DE ANDRADE HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 36.979.350/0001-99
65	Tubo Endotraqueal Material: Pvc Siliconizado Modelo: Curva Magill Calibre: 9,0 Tipo Ponta: C/ Ponta Distal Atraumática E Orifício Murphy Componente 1: Balão Alto Volume E Baixa Pressão Componente 2: Radiopaco, Graduado Tipo Conector: Conector Padrão Esterilidade: Estéril, Uso Único	Unidade	60	GOODCOME	5,81	SAFRAMED HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 36.629.597/0001-85

CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1 O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

2.2 Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.

2.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.
2.4 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da prefeitura de Ariquemes que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
3.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
3.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.
3.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
3.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
3.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
4.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia
4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
4.1.2.1 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.
4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.
4.5 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
I - for liberado;
II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
V - não aceitar o preço revisado pela Administração.
5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
I - pelo decurso do prazo de vigência;
II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;
III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
5.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

6.4 A impugnação deverá ser endereçada ao Gerente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: registrodepreco.pma@gmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166 Setor Institucional em Ariquemes/RO CEP: 76.872-854.
6.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.
6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.
6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.
6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.
6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO
7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;
V - seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
7.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
7.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
8.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula XIII Da Dotação Orçamentária no Contrato.
8.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
8.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA IX - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.
9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I-Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II-Multa:
1.moratória de0,5% (meio por cento)por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
3.compensatória de30% (trinta por cento)sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
III-Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas***b, c, de i***do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
IV-Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas***e, f, g eh***do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas***b, c, de i*** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze)dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA X - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicação da Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10.2A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns),as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
10.3O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
10.4A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
10.5 Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XI - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1 Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.
11.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
11.2.1 O registro a que se refere o item 9.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos II, IV e V do art. 79, no inciso III do art.80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;
11.2.2 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 9.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
11.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 9.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

CLÁUSULA XIII - DAS INFORMAÇÕES GERAIS
13.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a Sra. Izabel Farias da Costa, na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 2º piso, na Avenida Tancredo Neves, N.º 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1 Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico N.º 017/SML/2024, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo N.º 3234/SEMSAU/2024.
14.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico N.º 017/2024/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita.

Órgão Gerenciador
IZABEL FARIAS DA COSTA
Presidente do Sistema de Registro de Preços

Publicado por:
Bruna Ribeiro Almeida
Código Identificador:38F1E6CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 001 PROCESSO SELETIVO N.° 001/SEMSAU/2024

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/SEMSAU/2024

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, **RESOLVE:**
Art. 1° Convocar os candidatos qualificados no **Art. 3° deste edital**, aprovados no teste seletivo Edital n.° 001/SEMSAU/2024, publicado em 31 de maio de 2024 e resultado final publicado em 24 de junho de 2024, nos termos do item 13.2 do edital, para apresentação da documentação (constante no item 13.3 do edital):
13.3 São documentos necessários para contratação:
• Cédula de Identidade (RG); (2 cópias)
• CPF; (2 cópias)
• Título de Eleitor com último Comprovante de Votação;
• Certificado de Reservista e Certificado de Dispensa de Incorporação (Homem);
• Cartão de inscrição no PIS ou PASEP;
• Carteira de Registro Profissional (Conselho de Classe);
• Comprovante de Residência;
• Comprovante de Escolaridade;
• Certidão de nascimento; Se casado, deverá apresentar CPF do cônjuge e certidão de casamento;
• Certidão de nascimento dos dependentes menores de 21 anos, acompanhado de carteira de vacinação e comprovação de frequência à escola, devidamente atualizada; e CPF dos dependentes.
• Duas (02) fotos 3x4;
• Carteira de trabalho e previdência social (Página de identificação (frente e verso) página da última contratação e página seguinte);
• Declaração de bens e rendas ou Imposto de Renda do último Ano em exercício;
• Declaração firmada pelo candidato de não ter sofrido penalidade disciplinar por prática de atos desabonadores ou condenação por crime ou contravenção no exercício profissional ou de qualquer função pública;
• Certidão Negativa do Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br);
• Certidão Cível e Criminal da Justiça Estadual;
• Certidão Cível e Criminal da Justiça Federal (www.ro.trf1.gov.br);
• Declaração de acúmulo/não acúmulo de Vínculos Empregatícios
• Autodeclaração étnico-racial; (modelo fornecido pelo Recursos Humanos - RH)
Atenção: No ato da contratação poderão ser exigidos outros documentos e o candidato deverá estar de posse dos documentos originais.
13.4 ATENÇÃO: No ato da contratação o candidato deverá:
13.4.1 Apresentar cópias e estar de posse dos documentos originais acima;
13.4.2 Estar de posse de todos dos documentos originais apresentados na inscrição (títulos).
13.4.3 Apresentar atestado de saúde física e mental, bem como os seguintes exames: Hemograma completo; Ureia; Creatinina; TGO; TGP; Glicemia em jejum; Hemoglobina Glicosilada; Beta HCG (Mulheres); Eletrocardiograma (com laudo de Cardiologista) e Raio-X tórax AP (com laudo), que será submetido à análise e aprovação da junta médica da Prefeitura de Ariquemes/RO.

13.5 O candidato convocado para assinatura do Contrato Temporário que não comparecer dentro do prazo constante no ato de convocação será tido como desistente, podendo a Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes/RO convocar o próximo candidato aprovado, obedecida rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição e contratação.
13.6 Será admitida a solicitação de reclassificação/final de fila, mediante protocolo de requerimento junto ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° Os convocados deverão comparecer à Divisão de Recursos Humanos, localizada na prefeitura municipal de Ariquemes/RO, Av. Tancredo Neves, 2166, setor Institucional, CEP 76872-854, de posse da documentação solicitada no artigo 1º deste edital de convocação, no **PERÍODO de 25/06 a 01/07/2024**, das 07h30min às 13h30min.

Art. 3º Ficam convocados os candidatos abaixo conforme os respectivos cargos:

Especialista da Saúde I - ENFERMEIRO (Atenção Básica)

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	JANESCLEIA REIS DA SILVA	***272**
2	JULIANA DE SOUZA GONÇALVES MARTINOVSKI	***40672**
3	ROMILDA MARTINS DA SILVA	***0002**

Técnico da Saúde I - TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Atenção Básica)

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	ROSELI MACEDO OLIVEIRA	***.055.662-**

Especialista da Saúde II - MÉDICO CLÍNICO GERAL - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	RICARDO NEVES CALDERARI	***.551.312-**
2	ARSENIO ALCALDE BROCHE	***.523.592-**
3	RAFAEL ELIZEU VALENTE	***.854.802-**
4	AZENAIR MACARIO DE OLIVEIRA FILHO	***.390.282-**
5	ROBERTA FERNANDES MAULAES BRANDÃO	***56.482-**
6	ALEX LAMBURGUINI MOREIRA	***.912.962-**
7	AMANDA LUIZA GERALDO ARRUDA	***.544.492-**
8	JOVANIO SILVA DOS SANTOS	***.240.571-**
9	MARCELI CRISTIANE HAVRELUCH FANTACHOLI	***.327.922-**

Especialista da Saúde II MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	CRISTIANE DOS SANTOS	***.872.**2-**

Especialista da Saúde II - MÉDICO ANESTESIOLOGISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	FERNANDA DE PAULA SALES	***.212.927-**

Especialista da Saúde II - MÉDICO CARDIOLOGISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	RENATA MARIOT GONÇALVES	***.751.402-**

Especialista da Saúde II - MÉDICO INTENSIVISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	FERNANDO MAYER FERREIRA DO NASCIMENTO	***.785.922-**

Especialista da Saúde II - MÉDICO CIRURGIÃO GERAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	ROBSON DENIS DE ALMEIDA MIRANDA	***.855.372-**

Especialista da Saúde II - MÉDICO NEUROLOGISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	BRUNO GLEIZER DA SILVA RIGON	***42.911-**

Especialista da Saúde II - MÉDICO ORTOPEDISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	FABIO NOGUEIRA FERREIRA	***.239.798-**
2	RODRIGO DE FIGUEIREDO GONÇALVES	***.842.832-**

Especialista da Saúde II - MÉDICO UROLOGISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	MAURO RICARDO ISIDORO ANGELO NICOLETTO	***.244.1**-**

Especialista da Saúde I ENFERMEIRO - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	ELESSANDRA NASCIMENTO RIBEIRO	***.699.132-**
2	ADRIANA DA SILVA ROSA	***.223.342-**
3	DIEILA NAYARA CAMPOS DE MELLO	***42.122-**
4	SONIA MOTTA PEREIRA	***.976.692-**
5	MARAYANE ROSSI	***553.352-**
6	LAUDICEIA SILVA	***.007.972-**
7	ANA CLAUDIA MACIEL	***.699.**2-**

Especialista da Saúde I - ENFERMEIRO INTENSIVISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	MILENA CARDOSO SANTANA	***632.402-**
2	GESILAINE BORGES DE ARAUJO	***477.472-**

Especialista da Saúde I - ENFERMEIRO OBSTETRA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	ADRIANA APARECIDA DA CRUZ	***.670.402-**
2	EDUARDO COSTA CALDEIRA	***58.762-**
3	SHEILA CRISTINA MARRANE SANTOS	***33.192-**

Especialista da Saúde I - FISIOTERAPEUTA INTENSIVISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	DANIÉLI NORBERTO	***734.442-**

Especialista da Saúde I - FISIOTERAPEUTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	JULIETTE MARTINS DE FREITAS	***.863.142-**
2	MARINÊS THOMES	***.418.422-**

Técnico da Saúde III - TÉCNICO EM RADIOLOGIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	GISSEIA BARBOSA DE OLIVEIRA	***.761.712-**
2	MARCO AURÉLIO GONÇALVES RODRIGUES	***.737.828-**
3	HELEN KELLER GOMES DE ALMEIDA	***20.842-**

Técnico da Saúde II - TÉCNICO DE LABORATÓRIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	ELIANALIA DOS SANTOS RIBEIRO	*****1.132-**
2	MARTA DE OLIVEIRA RICARDO	***.770.942-**
3	ALZENIR ANTUNES TRISTÃO	***.915.892-**

Técnico da Saúde I - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1	KARINA NOGUEIRA DOS SANTOS MENESES	***955.442-**
2	SHELLEY ALERRANDRA ALVES DOS SANTOS	***468.172-**
3	DILEUZA VIEIRA DOS SANTOS	***.399.642-**
4	VALQUIRENE MONTEIRO PIMENTA	***.714.733-**
5	SIMONE DA SILVA REIS	***.957.842-**
6	ALEXANDRA DE MORAES NAKAMURA	***.018.062-**
7	VERA VENÂNCIO TEIXEIRA	***.958.572-**
8	ERICA CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA	***67.762-**
9	FRANCISCA DAS CHAGAS NOGUEIRA SABOIA	***.650.702-**
10	ROSECLEIA DA SILVA	***.002.642-**
11	LUCILÉIA CHRISTHIA DE PÁDUA	***.907.192-**
12	ELIZABETH PONTES DE LIMA FONTENELE	***.020.442-**
13	VALDECI NUNES DE OLIVEIRA	***.202.912-**
14	VERENICE ANTUNES DA SILVA	***.687.652-**
15	HEBE PEREIRA FILOMENA	***.**1.432-**
16	ADRIANA DANELLI	***.730.082-**
17	MICHELI MARTINS DA SILA	***.910.712-**
18	ADRIANA SILVA SANTANA	***98.802-**
19	FRANCIANE DOS SANTOS SILVA	***.268.882-**
20	NEOCILEIA MEDEIROS DE FREITAS	***.176.902-**
21	RANYELE VIEIRA DOS SANTOS	***619.132-**
22	MARILENE GONÇALVES LEITE	***.000.**2-**
23	ELISANGELA FAVERO PORTUGAL	***.219.462-**
24	REJANE MENDES DE CARVALHO	***.130.703-**
25	VILMA NOGUEIRA DOS SANTOS	***.588.852-**
26	REGIANE BATISTA	***.896.782-**
27	DERICA DANIELE ARAUJO RODRIGUES	***.996.922-**
28	CARGEMIVIA DA CONCEIÇÃO MACEDO RIBEIRO PIRES	***.806.862-**
29	EVELYN RIBEIRO DE LIMA	***.866.472-**
30	DANILO MONTEIRO ROCHA	***.401.682-**

31	TIARLEI KOSTRZYKI	***.351.602-**
32	JENNEFER DO CARMO MACEDO RODRIGUES	***920.832-**
33	VANDESSA COELHO DA COSTA	***610.783-**
34	SILVANI GOMES GREGORIO	***.229.802-**

Técnico da Saúde I - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - PcD

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
GERAL 51° PcD 1°	ROSANA APARECIDA GOMES DA CONCEIÇÃO COSTA	***.062.712-**

Art. 5° Os candidatos deverão apresentar também no ato da contratação os documentos originais encaminhados no ato da inscrição.
Art. 6° Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos por intermédio do telefone: (69) 3516-2094.

Ariquemes/RO, 24 de junho de 2024.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

ANEXO I

JUSTIFICATIVA PARA CONVOCAÇÃO
A Prefeitura de Ariquemes/RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, deflagrou Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais da área da saúde por prazo determinado, Processo Administrativo n.° 08099/2024, Edital n.° 001/SEMSAU/2024, resultado preliminar, resultado dos recursos, homologação e resultado final disponíveis em <https://abre.ai/j5tf>. E, por meio dos documentos juntados aos autos, evidencia-se a necessidade de contratação de profissionais para substituir os contratos temporários que se encerrarão entre os meses de julho/2024 e fevereiro/2025.
Considerando a homologação e publicação do resultado final em 24/06/2024, a Secretaria Municipal de Saúde encontra-se apta para realizar a convocação dos candidatos aprovados, visando suprir as necessidades das unidades de saúde pertencentes à estrutura da SEMSAU.
Neste sentido, tendo em vista que nos dias 01 e 02 de julho de 2024 se encerrarão 78 contratos temporários de profissionais da saúde, se faz necessária a convocação de 78 candidatos aprovados para substituição dos mesmos.

Segue planilha contendo a identificação de qual profissional está sendo substituído, por quem está sendo substituído e cargo.

PROFISSIONAL A SER SUBSTITUÍDO, CARGO E CANDIDATO A SER CONVOCADO			
MATRICULA	NOME	CARGO	CONVOCAR
14464	MARIA APARECIDA LEMOS Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	BIOQUÍMICO FARMACEUTICO	JAIR HENRIQUE PEREIRA TONIN
14517	ADRIANA DA SILVA ROSA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	ENFERMEIRO	ADRIANA DA SILVA ROSA
14467	ALESSANDRO VIEIRA DA SILVA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	ENFERMEIRO	JULIANA DE SOUZA GONÇALVES MARTINOVSKI
14511	ANA CLAUDIA MACIEL Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	ENFERMEIRO	ANA CLAUDIA MACIEL
14528	BRUNNO EDUARDO BARROSO MOREIRA GONÇALVES Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	ENFERMEIRO	ROMILDA MARTINS DA SILVA
14483	DIEILA NAYARA CAMPOS DE MELLO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	ENFERMEIRO	DIEILA NAYARA CAMPOS DE MELLO
14489	ELESSANDRA NASCIMENTO RIBEIRO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	ENFERMEIRO	MILENA CARDOSO SANTANA
14543	ELINEIDE ALVES DE SA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	ENFERMEIRO	LAUDICEIA SILVA
JANES	ELLEN NAIANDRA MARTINS Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	ENFERMEIRO	JANESCLEIA REIS DA SILVA
14430	GESILAINE BORGES DE ARAUJO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	ENFERMEIRO	GESILAINE BORGES DE ARAUJO
14457	GLAICY APARECIDA DE OLIVEIRA PAES Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	ENFERMEIRO	ADRIANA APARECIDA DA CRUZ
14455	JESSICA AUREA LEITE DOS SANTOS Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	ENFERMEIRO	EDUARDO COSTA CALDEIRA
14456	JULIENE SOARES DE SOUSA BORGES Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	ENFERMEIRO	SHEILA CRISTINA MARRANE SANTOS
14555	LAUDICEIA SILVA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	ENFERMEIRO	MARAYANE ROSSI
14497	RICHELLE FERNANDES DINIZ Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	ENFERMEIRO	ELESSANDRA NASCIMENTO RIBEIRO
14515	SONIA MOTTA PEREIRA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	ENFERMEIRO	SONIA MOTTA PEREIRA
14534	ALINE DA SILVA MORONG SOARES Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	FISIOTERAPEUTA	JULIETTE MARTINS DE FREITAS
14428	BRUNA MARTINS DE CARVALHO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	FISIOTERAPEUTA	DANIELI NORBERTO
14496	MARINES THOMES Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	FISIOTERAPEUTA	MARINES THOMES
14462	MAURO RICARDO ISIDORO ANGELO NICOLETTO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	ROBSON DENIS DE ALMEIDA
14429	ADALBERTO MACHADO COELHO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	FERNANDO MAYER FERREIRA DO NASCIMENTO
14448	ALEX LAMBURGUINI MOREIRA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	ALEX LAMBURGUINI MOREIRA
14500	ARSENIO ALCALDE BROCHE Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	ARSENIO ALCALDE BROCHE
14533	AZENAIR MACARIO DE OLIVEIRA FILHO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	AZENAIR MACARIO DE OLIVEIRA FILHO
14477	BRUNO GLEIZER DA SILVA RIGON Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	FERNANDA DE PAULA SALES
14548	FABRICIA REPISO NOGUEIRA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	RAFAEL ELIZEU VALENTE
14547	GILBERTO CARDOSO BARROS Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	ROBERTA FERNANDES MAULAES BRANDÃO
14439	JOVANIO SILVA DOS SANTOS Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	JOVANIO SILVA DOS SANTOS
14507	JULIANA PANI CARDOSO BARROS Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	MARCELI CRISTIANE
14550	PAMELA ISLANE MACHADO DE LIMA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	RICARDO NEVES CALDERARI
14440	RAFAEL ELIZEU VALENTE Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	RENATA MARIOT GONÇALVES
14438	ELOISIO FERREIRA DE ARAUJO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MEDICO GINEC /OBSTETRA	MAURO RICARDO ISIDORO ANGELO NICOLETTO
14541	DEOGENES DA CRUZ ROCHA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MEDICO ORTOPEDISTA	FABIO NOGUEIRA FERREIRA
14501	LAYAN CAMURÇA DA SILVA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MEDICO ORTOPEDISTA	RODRIGO DE FIGUEIREDO GONÇALVES
14513	PAULO DA COSTA TEIXEIRA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MEDICO PEDIATRA	BRUNO GLEIZER DA SILVA RIGON
14502	CRISTIANE DOS SANTOS Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	MEDICO RADIOLOGISTA	CRISTIANE DOS SANTOS
14447	ADEMIR COMPARIN NIZIO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	FRANCIANE DOS SANTOS SILVA
14479	ADRIANA DANELLI Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VILMA NOGUEIRA DOS SANTOS
14470	ALINE CARVALHO DO NASCIMENTO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	KARINA NOGUEIRA DOS SANTOS MENESES
14526	ANDREIA FERREIRA DE PASSOS Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SHELLEY ALERRANDRA ALVES DOS SANTOS
14518	CELMA DOS SANTOS DUTRA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DERICA DANIELE ARAUJO
14431	CLEIDIANE FERREIRA DA SILVA CRISPIM Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	REGIANE BATISTA
14453	DANIEL TEIXEIRA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VALQUIRENE MONTEIRO PIMENTA
14491	DEBORA GONCALVES DA LUZ Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DILEUZA VIEIRA DOS SANTOS
14535	DILEUZA VIEIRA DOS SANTOS Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CARGEMIVIA DA CONCEIÇÃO MACEDO
14488	ELIETE BARREIRO DE SOUZA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ADRIANA SILVA SANTANA

14509	ELISSANDRA VENANCIO DE SOUZA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DANILO MONTEIRO
14458	ELIZABETH PONTES DE LIMA FONTENELE Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ELIZABETH PONTES DE LIMA FONTENELE
14471	EVELYN RIBEIRO DE LIMA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EVELYN RIBEIRO DE LIMA
14485	GRACIELE DIONÍSIO BRITO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SIMONE DA SILVA REIS
14426	JANAINA MARIA DOS SANTOS FERNANDES OLIVEIRA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ALEXANDRA DE MORAES NAKAMURA
14554	JENNEFER DO CARMO MACEDO RODRIGUES Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JENNEFER DO CARMO
14590	JESSICA DO AMARAL ARAUJO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	RANYELE VIEIRA DOS SANTOS
14531	JOELMA ASSIS DO NASCIMENTO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VERA VENÂNCIO TEIXEIRA
14454	LUCIANA DE ARAÚJO VIANA DA SILVA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARILENE GONÇALVES LEITE
14450	MARCIA DOS SANTOS Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ERICA CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA
14436	MARIA APARECIDA RODRIGUES GOMES Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	FRANCISCA DAS CHAGAS NOGUEIRA SABOIA
14466	MARIA JOSE PAULO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ELISANGELA FAVERO PORTUGAL
14444	MARILENE FERREIRA DE SOUZA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	REJANE MENDES DE CARVALHO
14512	MARINALVA MARQUES DA SILVA SANTOS Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LUCILÉIA CHRISTHIA DE PÁDUA
14463	MIDIA SANTOS SILVA CASTRO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	TIARLEI KOSTRZYKI
14472	NEOCILEIA MEDEIROS DE FREITAS Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	NEOCILEIA MEDEIROS DE FREITAS
14493	NOELI BORGES DOS SANTOS Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VALDECI NUNES DE OLIVEIRA
14473	PATRICIA DANIELLE LINS NEVES Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VANDESSA COELHO
14552	RAQUEL GONCALVES DOS SANTOS Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	HEBE PEREIRA FILOMENA
14538	REGIANE LIMA DE CARVALHO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ROSANA APARECIDA GOMES DA CONCEIÇÃO COSTA
14514	ROSECLEIA DA SILVA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ROSECLEIA DA SILVA
14474	SILVANI GOMES GREGORIO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SILVANI GOMES GREGORIO
14521	TATIANE DA SILVA FELIPE Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VERENICE ANTUNES DA SILVA
14484	VERONICA PEREIRA DA SILVA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ADRIANA DANELLI
14432	VIVIANE CASSIA DE LIMA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MICHELI MARTINS DA SILA
14445	MARILENE FERREIRA DE SOUZA Admissão: 02/07/2022 - Desligamento 02/07/2024	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ROSELI MACEDO OLIVEIRA
14433	ALZENIR ANTUNES TRISTAO Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TECNICO EM LABORATORIO	ALZENIR ANTUNES TRISTÃO
14537	HEIDIANE CORREA PEREIRA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TECNICO EM LABORATORIO	MARTA DE OLIVEIRA RICARDO
14481	VANIA LUZIA DOS SANTOS TAVARES Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TECNICO EM LABORATORIO	ELIANALIA DOS SANTOS RIBEIRO
14539	ERICA VICTOR DE OLIVEIRA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	HELEN KELLER GOMES DE ALMEIDA
14525	GISIBELD NASCIMENTO SANTOS Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	MARCO AURÉLIO GONÇALVES RODRIGUES
24436	GISSEIA BARBOSA DE OLIVEIRA Admissão: 01/07/2022 - Desligamento 01/07/2024	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	GISSEIA BARBOSA DE OLIVEIRA
14465	JOCELIA MARIA DE MORAIS Admissão: 01/07/2022 - HÁ IMPEDIMENTO PARA DESLIGAMENTO	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICA	-
14506	LEICA MILENE FONSECA AQUINO Admissão: 01/07/2022 - HÁ IMPEDIMENTO PARA O DESLIGAMENTO	ENFERMEIRA	-
14495	MARIANA COSTA REBOUCAS NOBRE Admissão: 01/07/2022 - HÁ IMPEDIMENTO PARA O DESLIGAMENTO	ENFERMEIRA	-
14557	THAIS PIOLA ALVES Admissão: 01/07/2022 - HÁ IMPEDIMENTO PARA DESLIGAMENTO	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICA	-

Diante do exposto, em atendimento ao Parecer n.° 07/CGM/PMA/2024 (id 2371522) e Decisão da Chefe do Poder Executivo Municipal (id 2404145), encaminho a presente justificativa como anexo à convocação, visando comprovar o ESTRITO CARÁTER DE SUBSTITUIÇÃO, não ensejando em aumento de gasto com pessoal.

LORENA PEREIRA FIORENZANI
Secretária Municipal de Saúde
Decreto n.° 18.987/PGM/2022

Publicado por:
Evelyn Martins Luciano Alves Silva
Código Identificador:B60A5F51

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

CÃMARA MUNICIPAL DE BURITIS
NOTA DE EMPENHO ORDINÁRIO Nº 272/2024 DE 25/06/2024 01.651.731/0001-60

Nota de Empenho Ordinário Nº272/2024 de 25/06/2024
01.651.731/0001-60

Dados da Licitação/Processo Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO - 0006/24 Processo: 0019/2024 Obra: Contrato: Convênio:	**Autorização da Despesa** Reserva de Saldo: Pedido Nº: 00199/24

Dados do Fornecedor:

Nome:	23493 - E. A. FERNANDES REPARACAO E MANUTENCAO DE REFRIGERADORES
CPF/CNPJ:	25.398.182/0001-21
Endereço:	R OURO PRETO DO OESTE, 2048 - SETOR 03
Cidade:	BURITIS/RO

Classificação da Despesa Empenhada
Ficha: 10
01 -CÂMARA MUNICIPAL
01 -LEGISLATIVO
01 -LEGISLATIVO
01.031.1000.2001.0000 -MANUT DAS ATIVID ADMINIST DA CÂMARA

3.3.90.39.00- OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

99 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

Dados da Contabilização	**Centro de Custo**
D: 332310600000000 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO C: 213110102000000 - FORNECEDORES PARCELADOS A PAGAR	010 - CAMARA MUNICIPAL 001 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Código de Aplicação
001 - CÂMARA MUNICIPAL
001 -RECURSOS PRÓPRIOS

Fonte TCE/RO
1 - Recursos do Exercício Corrente
500 - Recursos não Vinculados de Impostos
0000 - Sem Detalhamento

Fonte STN
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)

Valor do Empenho
3.102,32 (três mil, cento e dois reais e trinta e dois centavos)

Dotação

Dotação Total:	550.000,00
Empenhado até a data:	464.903,10
Valor deste Empenho:	3.102,32
Saldo Atual:	81.994,58

Descrição do Material/Serviço
Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000025/24 - Ano Mod.: 2024 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 6 - Mod. Formatada: 6 - Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos de ar-condicionado, (incluindo assistência técnica, mão de obra, fornecimento de peças e insumos necessários à execução dos serviços) objetivando suprir as necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, por um período de 12 meses

Detalhamento dos Itens

Item	Descrição Completa	Marca	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA GERAL NA CONDENSADORA E EVAPORADORA NOS APARELHOS DE ARCONDICIONADO DE 12.000 BTUS. INCLUINDO LUBRIFICAÇÃO DAS HÉLICES, BUCHAS, REPAROS DO SISTEMA ELÉTRICO, NOS TERMINAIS DO COMANDO E MEDIÇÃO DAS CORRENTES, E REPOSIÇÃO DE PEÇAS SE FOR O CASO, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS.		15,00	SER	98,50	1.477,50
2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA GERAL NA CONDENSADORA E EVAPORADORA NOS APARELHOS DE ARCONDICIONADO DE 24.000 BTUS. INCLUINDO LUBRIFICAÇÃO DAS HÉLICES, BUCHAS, REPAROS DO SISTEMA ELÉTRICO, NOS TERMINAIS DO COMANDO E MEDIÇÃO DAS CORRENTES, E REPOSIÇÃO DE PEÇAS SE FOR O CASO, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS.		3,00	SER	110,44	331,32
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA GERAL NA CONDENSADORA E EVAPORADORA NOS APARELHOS DE ARCONDICIONADO DE 60.000 BTUS. INCLUINDO LUBRIFICAÇÃO DAS HÉLICES, BUCHAS, REPAROS DO SISTEMA ELÉTRICO, NOS TERMINAIS DO COMANDO E MEDIÇÃO DAS CORRENTES, E REPOSIÇÃO DE PEÇAS SE FOR O CASO, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS.		3,00	SER	398,00	1.194,00
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA GERAL DE CORTINA DE AR COM 1,20 M, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS.		1,00	SER	99,50	99,50

Retenções/Consignações

Publicado por:
Edwirges Pogere
Código Identificador:BF69FC3F

CÃMARA MUNICIPAL DE BURITIS
NOTA DE EMPENHO ORDINÁRIO Nº 273/2024 DE 25/06/2024 01.651.731/0001-60

Nota de Empenho Ordinário Nº273/2024 de 25/06/2024
01.651.731/0001-60

Dados da Licitação/Processo	
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO - 0006/24 Processo: 0019/2024 Obra: Contrato: Convênio:	**Autorização da Despesa** Reserva de Saldo: Pedido Nº: 00200/24

Dados do Fornecedor:

Nome:	23493 - E. A. FERNANDES REPARACAO E MANUTENCAO DE REFRIGERADORES
CPF/CNPJ:	25.398.182/0001-21
Endereço:	R OURO PRETO DO OESTE, 2048 - SETOR 03
Cidade:	BURITIS/RO

Classificação da Despesa Empenhada
Ficha: 7
01 -CÂMARA MUNICIPAL
01 -LEGISLATIVO
01 -LEGISLATIVO
01.031.1000.2001.0000 -MANUT DAS ATIVID ADMINIST DA CÂMARA
3.3.90.30.00- MATERIAL DE CONSUMO

99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

Dados da Contabilização	**Centro de Custo**
D: 115610100000000 - MATERIAL DE CONSUMO C: 331110300000000 - GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	010 - CAMARA MUNICIPAL 001 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Código de Aplicação
001 - CÂMARA MUNICIPAL
001 -RECURSOS PRÓPRIOS

Fonte TCE/RO
1 - Recursos do Exercício Corrente
500 - Recursos não Vinculados de Impostos
0000 - Sem Detalhamento

Fonte STN
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)

Valor do Empenho
176,11 (cento e setenta e seis reais e onze centavos)

Dotação

Dotação Total:	160.000,00
Empenhado até a data:	39.393,91
Valor deste Empenho:	176,11
Saldo Atual:	120.429,98

Descrição do Material/Serviço
Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000025/24 - Ano Mod.: 2024 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 6 - Mod. Formatada: 6 - Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos de ar-condicionado, (incluindo assistência técnica, mão de obra, fornecimento de peças e insumos necessários à execução dos serviços) objetivando suprir as necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, por um período de 12 meses

Detalhamento dos Itens

Item	Descrição Completa	Marca	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
5	RECARGA DE GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R410-A PARA AR CONDICIONADO 12.000 BTUS.		1,00	UN	176,11	176,11

Retenções/Consignações

Publicado por:
Edwirges Pogere
Código Identificador:30CA71CC

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 56/PMB/2024

PROCESSO Nº 1100.01/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2024

MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.266.058/0001-44, com sede na Rua São Lucas, 2476, Setor 06, CEP nº 76.880-000, nesta cidade e comarca de Buritis-RO, no presente ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF: ***.598.582-** e RG sob nº. *04.84* SSP/RO, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, **SEGUROS SURA S.A**, inscrita no CNPJ nº 33.065.699/0001-27, Com Sede Avenida Das Nações Unidas, n° 12995, Andar 4 - Brooklin Novo, Cidade de São Paulo – SP, CEP: 04578-000, daqui a diante simplesmente, tendo como representante legal o Diretor Presidente: JORGE ANDRÉS MEJÍA DELGADO, colombiano, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº **.367.***-3 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº ***.872.931-**, residente e domiciliado em São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, n° 12.995, 4° andar, Brooklin Novo, CEP: 04578-911, doravante denominada CONTRATADA, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 0001100-2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de

1º de abril de 2021, Decreto nº 13.509, de 15 de março de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 900045/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro automotivo com cobertura total, para os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Administração - SEMA, Secretaria Municipal Do Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS, Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ e Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Buritis - AGERB nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Seguro Veicular com cobertura Total para o veículo Fiat/Argo Trekking 1.3 Flex (Álcool/Gasolina) na cor branca de placa RSZ4G98, chassi 9BD358AGYPYM12604, Ano De Fabricação 2022, Ano Modelo 2023	SERV.	01	R$ 982,73	R$ 982,73
02	Seguro Veicular com cobertura Total Anual para o veículo - FIAT MOBI DRIVE, 2017/2018, placa QRA 3848, chassi 9BD341A8CJY533571	SERV.	01	R$ 768,59	R$ 768,59
03	Seguro Veicular com cobertura Total Anual para o veículo - HYUNDAI NOVO HB20 SENSE 1.0 12V FLEX - 5 PASS, 2022 /2022, placa RSY 7E18, chassi 9BHCN51AANP289541	SERV.	01	R$ 847,72	R$ 847,72
04	Seguro veicular com cobertura total anual para 01 (um) veículo - TOYOTA ETIOS sedan X 1.5 16V Flex automático – placa NDO 4403, 2017/2018. RENAVAM 01127701425 - Chassi 9BRB29BT5J2177351.	SERV.	01	R$ 941,88	R$ 941,88
VALOR TOTAL					R$ **3.540,92**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da Apólice na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021
O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal na forma do artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

A Gestão e Fiscalização do Contrato será com base no item 22 do termo de referência:
O contrato e apólice deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
O contrato será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
O contrato será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluía nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
A inadimplência do contrato em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº14.133/2021, art.121, §1º).
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excecionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devem ser cumpridas.
Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade dos FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato ou apólice, determinando prazo para a correção.
Fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demanda decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
O gestor do contrato gerenciará o processo de gestão contratual desde a formalização até o encerramento do contrato, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
O gestor do contrato deverá anotar em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinação o que for necessário a regularização de falhas ou defeitos observados.
No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
O gesto técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O valor total da contratação é de R$ **3.540,92** (três mil quinhentos e quarenta reais e noventa e dois centavos)
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
Não haverá pagamento por serviços que não forem prestados por quaisquer motivos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do serviço, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de *15 (quinze) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *15 (quinze) dias*.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Seguradora relativas à execução do objeto deste instrumento.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

Cumprir e fazer cumprir todos os prazo e condições estabelecidas neste instrumento e no termo de referência, que são:
Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto deste, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da apólice, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.
Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da licitação.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
Fica proibida a subcontratação de qualquer prestação de serviços objetos deste contrato.
Disponibilizar à CONTRATANTE todos os meios de contato existentes, como endereço completo, pessoa de contato, e-mail, telefone.

CLÁUSULA NONA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento)
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 *(trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma do Decreto nº 13.509/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Buritis deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
SEMA –
02.03.01 - Secretaria Municipal de Administração.
04.122.1001.2004 – Manutenção das Atividades Administrativas da SEMA.
33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha 38.
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em 04.06.2024.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPSA (Índice de Preços de Seguro de Automóvel), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será concedido apenas se houver o pedido do contratado, bem como se houver compatibilidade entre o valor reajustado pelo referido índice e o valor de mercado (cotações atuais de mercado)
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações (http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes), em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis, Estado de Rondônia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Buritis/RO, 10 de junho de 2024

Município De Buritis/RO
RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito

SEGUROS SURA S.A
CNPJ sob nº 33.065.699/0001-27
Representante Legal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/PMB/2024

PROCESSO Nº 0001100-2024
PREGÃO ELETRÔNCO N° 900045/2024-CPLMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BURITIS/RO
CONTRATADO: SEGUROS SURA S.A

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO AUTOMOTIVO COM COBERTURA TOTAL, PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA, SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMMAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA – SEMFAZ E AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE BURITIS – AGERB.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA, CONFORME DESPACHO EM ID (44º - 1.DC5.F57)

SEMA –
02.03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.
04.122.1001.2004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMA.
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FICHA: 38.

VALOR TOTAL DESTE CONTRATO: R$ 3.540,42

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DA SUA ASSINATURA.

Município De Buritis/RO
RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Francieli de Souza Oliveira
Código Identificador:D2D5FCCA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
LEI Nº 1.131, DE 25 DE JUNHO DE 2024

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação no valor de **R$ 177.254,32 (cento e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos)**, para atender ao desdobro da despesa especificada abaixo:

02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
301	Atenção Básica	
0010	Saúde para todos	
2105	Atividades da Atenção Básica PAB	
2.600.0	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
XXX - 3.1.90.11	**Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil**	**90.089,82**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
0010	Saúde para todos	
2052	Manutenção dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial	
2.632.0	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	
XXX - 3.3.90.93	**Indenizações e Restituições**	**84.956,34**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
0010	Saúde para todos	
2052	Manutenção dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial	
2.500.0	Recursos não Vinculados de Impostos	
XXX - 3.3.90.93	**Indenizações e Restituições**	**2.208,16**

Art. 2º Para cobertura dos créditos especificados no art. 1º serão utilizadas as seguintes fontes:
Anulação de Dotação:

02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
301	Atenção Básica	
0010	Saúde para todos	
2105	Atividades da Atenção Básica PAB	
2.600.0	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
563 - 4.4.90.51	**Obras e Instalações**	**90.089,82**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
0010	Saúde para todos	
2052	Manutenção dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial	
2.632.0	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	
575 - 3.3.90.30	**Material De Consumo**	**84.956,34**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
301	Atenção Básica	
0010	Saúde para todos	
2105	Atividades da Atenção Básica PAB	
2.500.0	Recursos não Vinculados de Impostos	
569 - 3.3.90.30	**Material De Consumo**	**2.208,16**

Art. 3º Os recursos informados no art. 1º desta Lei não oneram o limite de suplementação autorizado na LOA.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
Amanda Inácio
Código Identificador:DDF32412

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
LEI Nº 1.133, DE 25 DE JUNHO DE 2024

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por superávit financeiro no valor de **R$ 670.321,40 (seiscentos e setenta mil, trezentos e vinte um reais e quarenta centavos)**, para atender ao desdobro das despesas especificadas abaixo:

02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
301	Atenção Básica	
0010	Saúde para todos	
2105	Atividades da Atenção Básica PAB	
2.600.0	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
XXX – 4.4.90.51	**Obras e Instalações**	**90.089,82**
XXX – 3.3.90.39	**Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	**200.000,00**
XXX – 3.3.90.30	**Material de Consumo**	**109.856,38**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
0010	Saúde para todos	
2076	Atividades de Média e Alta Complexidade - SUS	
2.621.0	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	
XXX - 3.3.90.39	**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**	**8.960,07**
XXX – 3.3.90.30	**Material de Consumo**	**10.000,00**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
301	Atenção Básica	
0010	Saúde para todos	
2105	Atividades da Atenção Básica PAB	
2.621.0	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	
XXX - 3.3.90.30	**Material De Consumo**	**16.137,55**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
303	Suporte Profilático e Terapêutico	
0010	Saúde para todos	

2050	Manutenção do Atendimento da Farmácia Básica	
2.621.0	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	
XXX - 3.3.90.32	**Material, Bem Ou Serviço Para Distribuição Gratuita**	**14.042,94**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
301	Atenção Básica	
0010	Saúde para todos	
2105	Atividades da Atenção Básica PAB	
2.632.0	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	
XXX - 4.4.90.52	**Equipamentos e Material Permanente**	**150.000,00**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
122	Administração Geral	
0002	Administração Geral	
2011	Atividades do FMS	
2.755.0	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	
XXX - 4.4.90.52	**Equipamentos e Material Permanente**	**605,98**
02.05	Secretaria Municipal de Saúde	
02.05.05	Fundo Municipal de Saúde	
10	Saúde	
122	Administração Geral	
0002	Administração Geral	
2011	Atividades do FMS	
2.659.0	Outros Recursos Vinculados à Saúde	
XXX - 3.3.90.39	**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**	**1.760,96**
XXX - 4.4.90.52	**Equipamentos e Material Permanente**	**40.000,00**
XXX – 3.3.90.36	**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física**	**6.000,00**
XXX - 3.3.90.39	**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**	**12.867,70**
XXX - 3.3.90.30	**Material De Consumo**	**10.000,00**

Art. 2º Para cobertura dos créditos especificados no art. 1º serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro, consoante o artigo 43, §1º, I, da Lei 4.320/64, conforme especificado abaixo:
Superávit Financeiro:
Saldo apurado do exercício anterior:

Contas: 15171-8 SUS - CUSTEIO
FR: *2.600 - Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde R$ 399.946,20*

Contas: 10369-1 SAMU/11016-7 COFINANC.ESTADO/13440-6 COFINANCIAMENTO
FR: *2.621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$ 49.140,56*

Conta: 11105-8 CV. VEÍC. RBC
Emenda Individual: Resolução nº 414/2023/SESAU-CIB
Portaria: Nº 4471 22 de novembro de 2021
FR: *2.632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde R$ 150.000,00*

Conta: 13441-4 LEILÃO
FR: *2.755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta R$ 605,98*

Conta: 11011-6 RECURSO PRÓPRIO /13439-2 FOLHA DE PGTO
FR:*2.659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde R$ 70.628,66*

Art. 3º Os recursos informados no art. 1º desta Lei não oneram o limite de suplementação autorizado na LOA.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
Amanda Inácio
Código Identificador:C0437CAF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.594, DE 25 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTAR E ESPECIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a **Câmara Municipal Aprovou**, **e Eu**, **Sanciono** e **Promulgo** a seguinte;

LEI:

Art. 1º - **AUTORIZA** o Executivo Municipal a **abrir** no Orçamento-Programa do corrente Exercício Financeiro, um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R$ 1.173.124,14** (Um Milhão, Cento e Setenta e Três Mil, Cento e Vinte e Quatro Reais e Catorze Centavos), necessário ao ***"reforço"*** das dotações especificadas no **ANEXO ÚNICO** constante desta Lei.

Art. 2º - Os recursos financeiros necessários à cobertura do **Crédito** de que trata o **artigo 1º**, serão provenientes dos **Recursos** conforme segue especificação abaixo, de conformidade com o disposto no **ANEXO ÚNICO** constante desta Lei:

I – Recursos Ordinários (Próprios): através de "Transposição e Remanejamento" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64).

Art. 3º - **AUTORIZA** o Executivo Municipal a **abrir** no Orçamento-Programa do corrente Exercício Financeiro, um **Crédito Adicional Especial**, na importância de **R$ 129.258,38** (Cento e Vinte e Nove Mil, Duzentos e Cinquenta e Oito Reais e Trinta e Oito Centavos), necessário para a ***"inclusão"*** das dotações especificadas no **ANEXO ÚNICO** constante desta Lei.

Art. 4º - Os recursos financeiros necessários à cobertura do **Crédito** de que trata o **artigo 3º**, serão provenientes dos **Recursos** conforme segue especificação abaixo, de conformidade com o disposto no **ANEXO ÚNICO** constante desta Lei:

I – **Recursos do FNC**: através de **"Excesso de Arrecadação" (inciso II, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64)**, conforme segue abaixo:

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

a) Transferência de Recursos Financeiros de conformidade com a **Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020**, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, com o **Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020**, que Regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, bem como com a **Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022**, que Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

Art. 5º - Esta **Lei** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 25 DE JUNHO DE 2024.

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 2.594

(DESPESA)

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 1º da Lei) - SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transposição" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
11.00	**SEMAPIN**						
11.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura						
11.01.26.782.0010.1.020	Drenagem e Pavimentação Asfáltica em Vias Urbanas	444	4.4.90.51	Obras e Instalações	0.1.500 0	RNVI SDDR	135.011,04
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.301.0025.2.067	Atividades da Atenção Primária à Saúde	285	3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	15.1.500 1002	RNVI IDASPS	588.051,29
Através de "Remanejamento" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
11.00	**SEMAPIN**						
11.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura						
11.01.26.782.0010.1.020	Drenagem e Pavimentação Asfáltica em Vias Urbanas	444	4.4.90.51	Obras e Instalações	0.1.500 0	RNVI SDDR	450.061,81
TOTAL GERAL							**1.173.124,14**

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 2º da Lei) - REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transposição" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
11.00	**SEMAPIN**						
11.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura						
11.01.27.813.0010.1.012	Recuperação, Manutenção e Revitalização de Praças Públicas	449	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
		450	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	0.1.500	RNVI	

				Jurídica	0	SDDR	10.000,00
11.01.26.782.0010.1.016	Construção e Recuperação de Calçadas e Meio Fios em Vias Urbanas (Acessibilidade)	441	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	12.755,00
		442	4.4.90.51	Obras e Instalações	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
11.01.26.782.0010.1.019	Aquisição de Veículos Pesados, Máquinas e Equipamentos Rodoviários	443	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	45.583,00
11.01.04.122.0010.1.024	Obras e Melhorias no Cemitério Municipal	394	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
		396	4.4.90.51	Obras e Instalações	0.1.500 0	RNVI SDDR	3.319,68
11.01.20.605.0007.2.031	Atividades e Políticas do Des mento Rural	423	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500	RNVI	

					0	SDDR	8.353,36
11.01.26.782.0010.2.041	Recuperação e Manutenção de Vias Urbanas	448	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	25.000,00
11.01.04.122.0010.2.082	Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura	397	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.122.0025.2.075	Atividades do Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública Decorrente d Coronavírus (COVID-19)	233	3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	15.1.500 1002	RNVI IDASPS	588.051,29
Através de "Remanejamento" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
02.00	**GABINETE DO PREFEITO**						
02.01	Gabinete do Prefeito						
02.01.04.122.0002.1.002	Aquisição de Veículos Leves para o Executivo	12	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	20.000,00
02.01.04.122.0002.1.003	Obras de Melhoria no Tiro de Guerra	13	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	15.000,00
		14	4.4.90.51	Obras e Instalações	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
02.01.04.122.0022.2.002	Atividades do Gabinete do Prefeito	27	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	160.381,81
02.01.04.122.0002.2.003	Atividades do Tiro de Guerra	21	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
02.02	Coordenadoria Municipal de Trânsito						
02.02.04.122.0003.1.004	Implantação e Modernização da Sinalização Horizontal e Vertical nas Vias Urbanas	38	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
		39	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	33.680,00
		40	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
02.02.04.122.0003.2.004	Atividades da Coordenadoria Municipal de Trânsito	41	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
		42	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	15.000,00
		43	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
03.00	**SEMPLAFIN**						
03.01	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças						
03.01.04.123.0004.2.005	Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças	50	3.3.90.35	Serviços de Consultoria	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
03.01.04.123.0022.2.005	Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças	55	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	20.000,00
		56	3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	0.1.500 0	RNVI SDDR	1.000,00
10.00	**SEMATUR**						
10.01	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura						
10.01.04.122.0007.1.002	Aquisição de Veículos Leves para o Executivo	350	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	20.000,00
10.01.15.452.0008.2.030	Atividades e Políticas do Desenvolvimento Urbano	379	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
10.01.18.543.0007.2.033	Atividades de Recuperação e Conservação de Rios e Matas Ciliares	381	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	15.000,00
		382	3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
		383	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	0.1.500	RNVI	

				Jurídica	0	SDDR	10.000,00
10.01.04.695.0015.2.035	Atividades e Políticas do Desenvolvimento do Turismo	369	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
		370	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
		371	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
10.01.13.392.0014.2.084	Atividades e Políticas do Desenvolvimento Cultural	372	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
		373	3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
		374	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
		375	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	15.000,00
		376	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
TOTAL GERAL							**1.173.124,14**

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL (conforme disposto nos artigos 3º e 4º da Lei) - INCLUSÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Excesso de Arrecadação" (Inciso II, § 1º do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos do FNC**							
****Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022 (Lei Aldir Blanc - PNAB)**							
10.00	**SEMATUR**						
10.01	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura						
10.01.13.392.0014.1.043	Ações Culturais (Lei Aldir Blanc - PNAB)	666	3.3.50.41	Contribuições	0.1.719 0	TPNABFC - LEI Nº 14.399/2022 SDDR	61.397,73
		667	3.3.50.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	0.1.719 0	TPNABFC - LEI Nº 14.399/2022 SDDR	61.397,73
		668	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.719 0	TPNABFC - LEI Nº 14.399/2022 SDDR	6.462,92
TOTAL GERAL							**129.258,38**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 25 DE JUNHO DE 2024.

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

José Ribamar de Oliveira
Prefeito
25/06/2024 10:22:14

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 367347 e o CRC 6516B4B4.

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:FB47C7EF

GABINETE DO PREFEITO
006 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVA OBJETVA - PROCESSO SELETIVO

AV. PAULO DE ASSIS RIBEIRO, 4132 - CENTRO,
COLORADO DO OESTE - RO, 76993-000.
EDITAL 001/2024
A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE /RO, no uso de suas atribuições, das Leis Municipais já elencadas no Edital de Abertura, torna público através da empresa RHS CONSULT LTDA, o EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVA OBJETIVA do Processo Seletivo para provimento de vagas de reserva do quadro de servidores do Município de COLORADO DO OESTE – RO.
ESCOLAS E ENDEREÇOS:
1. ESCOLA ESTADUAL PAULO DE ASSIS RIBEIRO.
AV. PAULO DE ASSIS RIBEIRO, 38432, CENTRO
COLORADO DO OESTE - RO, CEP: 78996-000.
I. CONVOCA-SE:
Convocam-se os candidatos para a aplicação da PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE/RO, na data de 26/05/2024, no período da Tarde, sendo das 14h00 às 17h00, horário de COLORADO DO OESTE/RO.

Os portões serão abertos com 30 min (trinta minutos) de antecedência ao horário de início das provas, ou seja às 13h30, e serão fechados impreterivelmente às 14h00, horário de Colorado do Oeste/RO.
LEMBRANDO que os candidatos somente poderão prestar a prova objetiva estando de acordo com o estipulado no XIII – DOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA NA PROVA OBJETIVA e XIV – DA APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA do edital de abertura.
CANDIDATOS EM DESACORDO COM O CAP. ESTIPULADO ACIMA SERÃO CONVIDADOS A SE RETIRAR DAS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA, FICANDO IMPEDIDOS DE PRESTAREM A PROVA OBJETIVA.
O candidato deverá comparecer ao local e sala designado para a realização da prova com antecedência mínima de 30 min (trinta minutos) do horário fixado para o fechamento dos portões, munido de um dos documentos abaixo elencados:
Original de um dos documentos de identidade a seguir: Cédula Oficial de Identidade; Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Passaporte; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por Lei Federal, valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CRQ etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/97).
E munido de:
Caneta esferográfica de tinta preta ou azul, lápis preto nº 2 e borracha macia.
Durante a realização das provas, o candidato somente poderá manter consigo, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de ponta grossa e tubo transparente, lápis, borracha e documento de identidade.
Não será permitido o ingresso nas salas ou a permanência no local de prova de candidatos sem o documento original com foto, sendo sequer admitida possibilidade de recepção posterior ou ainda sob o argumento de eventual trânsito em mãos de terceiros.
Será excluído do PROCESSO SELETIVO o candidato que faltar à prova escrita ou chegar após o horário estabelecido para o fechamento dos portões e/ou deixar as dependências da escola destinada sem entregar seu Cartão Resposta para o fiscal de sala.
A prova terá a duração total de 03 (três) horas, não podendo nenhum candidato retirar-se da escola antes de ter completado 01:00 (uma) hora após o seu início.
A entrada deverá ser efetuada de forma organizada, afim de resguardar a segurança dos candidatos envolvidos no PROCESSO SELETIVO.
O candidato deverá transcrever as respostas do Caderno de Questões para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na própria Folha de Respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato;
Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível;
Fica terminantemente proibida a utilização de aparelhos celulares, relógios eletrônicos ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos nas dependências das escolas. O candidato que for surpreendido utilizando tais aparelhos será convidado a se retirar do local de prova.
Caso ocorra de algum celular tocar no interior da sala e este esteja devidamente lacrado no saco de segurança, o candidato será retirado da sala e verificada a situação. Caso seja verificado que se trata apenas de um alarme ou qualquer outro ato que não gere desconfiança, será devidamente lacrado novamente e o candidato direcionado novamente para o término de sua prova objetiva.
O uso dos banheiros será permitido, tão somente, antes e durante a realização das provas, sendo que, o candidato que entregar a prova, não poderá mais utilizá-los, devendo retirar-se das dependências da escola imediatamente.
Candidatos que não estiverem portando canetas, não poderão efetuar a prova e serão convidados a se retirar da sala de aula caso não consigam a mesma até o início das provas.
O edital de convocação para prova objetiva faz parte íntegra e complementa o edital de abertura.
O candidato poderá imprimir o cartão de ensalamento diretamente na área do candidato, mediante login e senha.
A RHS Consult e a Comissão do PROCESSO SELETIVO da PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE/RO, são as autoridades máximas no dia da prova, podendo retirar o candidato das dependências da escola e/ou de dentro da sala de aula, se for verificado que sua intenção e somente tumultuar o ambiente da prova.

Para facilitar a sua busca, pressione "CTRL + F" e digite o Nome Desejado

II. LISTA DE CONVOCAÇÃO:

Inscrição	Candidato	Reg. Geral	Cargo	Escola	Sala	Horário
000043	ADINEIA ALVES	**592**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	**13h30**
000223	ADRIANO MARTINS SOUZA	**93**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	**13h30**
000051	ADRIELLE ALMEIDA DANTAS	**697**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	**13h30**
000209	AGENOR ROCHA SILVA	**657**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	**13h30**
000158	ALESSANDRA GUIMARÃES DA SILVA	**729**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	**13h30**
000030	ALINE MORAIS CORDEIRO	**438**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	**13h30**
000263	ALISSON PEREIRA AMORIM	**176**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	**13h30**
000207	ALUÍZIO AMARAL SANTANA	**36**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	**13h30**
000147	AMANDA DO NASCIMENTO	**568**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	**13h30**
000225	ANA CLARA MOREIRA GOMES	**853**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	**13h30**
000258	ANGÉLICA MENDONÇA SILVA	**568**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	**13h30**
000142	BRUNA EDUARDA FERREIRA DE LIMA	**365**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	**13h30**
000244	BRUNNA GABRIELLA LOVINSKI	**332**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	**13h30**
000143	BRUNO DE ALMEIDA RAMIRES	**246**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	**13h30**
000049	CAMILI ARRUDA NOMERG	**353**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	**13h30**
000004	CÁSSIO WILLIAN RAMOS DIONÍSIO	**923**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	**13h30**
000211	CLAUDIA COUTO SILVA	**0010015**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	**13h30**
000247	CLAUDIA SILVA OLIVEIRA	**36**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	**13h30**
000262	DAIANE BICALHO DOS SANTOS	**348**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	**13h30**
000122	DAIANE DE SOUZA BARRETO	**700**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	**13h30**
000014	DAIANE DE SOUZA CRUZ	**337**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	**13h30**
000252	DENISE DE AMORIM SILVA	**823**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	**13h30**
000093	DIENEFHER DARA LEHRBACH PEREIRA	**981**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	**13h30**
000219	DORA LUZIA OLIVEIRA COSTA	**02045**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	**13h30**
000168	EBER FERREIRA KIPERT	**642**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	**13h30**
000186	EDILAINE NEIVA BUSNELLO	**5334**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	**13h30**

Inscrição	Candidato	Reg. Geral	Cargo	Escola	Sala	Horário
000228	EDILEUZA CHAVES GOMES	**3291010**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	13h30
000088	EDUARDO GUEDES DOS SANTOS	**574**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30
000110	ELAINE COSTA FORTES FAGUNDES	**0010107**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	13h30
000194	ELCIMÁRIA GOMES NASCIMENTO LAGARES	**74**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	13h30
000161	ELENIR BERTOLANI DE CARVALHO	**08023**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	13h30
000005	ERICA SOARES DOS SANTOS FONSECA	**628**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	13h30
000162	ÉRIKA ALINE QUERUBIM DE SOUZA	**659**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	13h30
000199	EZEQUIAS MENDES MARÇAL	**0430275**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	13h30
000182	EZEQUIEL RAMIRO DA SOBREIRA	**166**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30
000061	FABIANA NECKEL KLEIN	**996**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	13h30
000131	FABIANO SENA DOS SANTOS	**35**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30
000218	FABIO JUNIOR GOMES SAPATA	**077**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30
000145	FERNANDA ALVES CARVALHO DE FREITAS	**954**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30
000257	FERNANDA MENDONÇA DA SILVA	**333**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	13h30
000177	FRANCELINO SOUZA COSTA	**966**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	13h30
000212	FRANCIANE CRISTINA DOS ANJOS SOUZA FONSECA	**0010109**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	16	13h30
000174	FRANCIELLY MAYARA GOMES	**141**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30
000081	FRANÇOISE PEREIRA SANTOS	**369**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000095	GABRIEL VICTOR GOMES LACERDA	**966**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000126	GASIANE DURVAL DOS SANTOS	**0484**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000001	GEICIELLY MACEDO VENSON DRUMONT	**180**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30
000047	GÉSSICA HENRIQUE PEREIRA	**581**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000221	GILCELLE BRANDÃO DE SOUZA PADILHA	**589**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000193	GUILHERME ARRUDA NOMERG	**159**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30
000153	GUILHERME DA COSTA RICARDO	**678**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30
000148	ÍGOR BRUNO BARBOSA DE HOLANDA	**74**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30
000042	IGOR MACEDO SALTON	**704**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30
000245	IVANILDO CARVALHO DOS SANTOS	**2972652**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000238	IVETE BARBOSA DA COSTA	**299**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30

Inscrição	Candidato	Reg. Geral	Cargo	Escola	Sala	Horário
000116	IVONE PEREIRA DA SILVA	**55**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000132	JACSON OLIVEIRA BERTI	**352**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30
000270	JAQUELINE BERALDO SOUZA	**896**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30
000259	JEFFERSON GOMES DA ROCHA	**166**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000045	JHEFERSON HENRIQUE PEREIRA	**582**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000229	JOYCE DANILLA BORGES	**218**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000227	JULIO CEZAR SILVA ALBUQUERQUE	**672**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000189	KAMILY VITORIA MOREIRA ASSENCIO	**803**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30
000250	KARINA RODRIGUES DA SILVA	**027**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000173	KATIANE OLIVEIRA SILVA	**631**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000266	KAUAN JOSE GAMA RIBEIRO	**647**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000106	KEILLA SIMÕES ROCHA DE OLIVEIRA	**09746**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000249	KELLISON MARTINS BATISTA	**750**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000098	KEMILLY SOUZA ARAUJO	**969**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000232	KLEBER ZAGO POSSO	**837**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	19	13h30
000217	KLEYSON GOMES VIEIRA	**071**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000133	LAUDICEIA FERREIRA DE SOUZA SILVA	**5715**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000072	LEANDRO CASTILHO BUSNELLO	**654**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000213	LEIDILENE DA SILVA	**3908222**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000109	LEILA DE FREITAS BERNARDO	**424**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000144	LEIZILI CRISTIANI FERREIRA NICCHIO	**716**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000082	LILIAN ALVES ESCOLATE	**014**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000254	LILIAN DELLANI	**50**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000134	LILIAN ROSA DOS SANTOS	**25**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000083	LUAN JUSTINIANO DE SOUZA	**151**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000102	LUCAS DA SILVA FELBERG	**7678364**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000140	LUCAS ELIAS LUCIANO	**713**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000087	LUCAS MOREIRA ASSENCIO	**729**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000272	LUCIA ALVES DA COSTA	**871**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30

Inscrição	Candidato	Reg. Geral	Cargo	Escola	Sala	Horário
000113	LUCIENE ALVES DA SILVA	**27**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000233	LUIZA LUCIANA XAVIER DA SILVA	**061**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	17	13h30
000167	LUZIA APARECIDA CARDOSO PEREIRA	**905**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	13h30
000100	MAGDA MARIA NASCIMENTO	**95**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000181	MAIK COUTO DE FREITAS	**832**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000255	MARCELA MENESSES SANTIAGO	**6.2**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	13h30
000120	MARCO ANTÔNIO DA SILVA MACHADO	**168**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000136	MARCOS ARAUJO DA SILVA	**762**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	13h30
000160	MARIA APARECIDA FRANÇA DA COSTA	**14**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000025	MARLETE MOREIRA DE OLIVEIRA BORBA	**0003063**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	13h30
000002	MARLI GOMES DE CARVALHO DIONÍSIO	**852**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	13h30
000139	MARLUCIA ARRUDA DE FIGUEIREDO FAUSTINO	**08932**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	13h30
000108	MICHELINE MARIA DA SILVA	**08892**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	13h30
000048	MIKAELLE MORAIS GALDINO	**218**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	13h30
000268	MIRIAM LEMES JORDÃO	**5124191**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	13h30
000265	NAIELY OLIVEIRA LIBERATO	**09947**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000176	PATRICIA FERNANDA MARCELINO DE AQUINO	**9.949.692-**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	13h30
000038	PATRÍCIA PÊGO FERREIRA	**015**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000135	PATRICIA SOUZA DA SILVA CANALLE	**500**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000046	PAULA SANTOS DE OLIVEIRA	**808**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	13h30
000112	PAULO SANTOS DE SOUZA	**026984**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000073	POLIANA DE OLIVEIRA	**522**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000031	POLIANA SANTOS DARÉ	**687**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	13h30
000203	REINALDO DE SOUZA CABECIONI	**88**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30
000236	RICARDO ANTUNES DE LIMA	**801**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	13h30

000016	RITA NICOLY DAMACENO SILVA	**267**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	**13h30**
000011	RODRIGO DE SOUZA SILVA	**545**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	**13h30**
000053	ROSA MORAES PUTARÉ POQUIVIQUI	**382**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	**13h30**
000260	ROSENILDA SANTOS DE JESUS	**08307**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	**13h30**

Inscrição	Candidato	Reg. Geral	Cargo	Escola	Sala	Horário
000006	ROSIANE DE PAULA SOUZA	**62824**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	**13h30**
000070	SAMANTA PAZINATTO DEIRO	**5974082**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	**13h30**
000085	SANDRA BARBARA ALVES CARVALHO	**781**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	**13h30**
000201	SILVANA ROMÃO DA SILVA	**550**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	**13h30**
000261	SIMONE PADOVANI	**07912**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	**13h30**
000196	SIMONE SOARES DE OLIVEIRA	**2420097**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	**13h30**
000237	SIUMARA MOTA VAZ	**763**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	**13h30**
000123	SUELI FARIA BEBIANO	**0010733**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	**13h30**
000080	TAINARA CORRÊA BRANDT	**4847**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	**13h30**
000224	TAINARA LIMA LINHARES	**056**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	**13h30**
000022	TALINE NATIELI KALÇOVIK ZAMILIAN	**594**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	**13h30**
000175	VANIA MORENO PEREIRA	**07780**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	**13h30**
000169	VIVIANE RIBEIRO DE SOUZA KIPERT	**1197794**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	**13h30**
000197	WALISSON SILVA MARQUES	**4533965**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	**13h30**
000050	WELINGTON ANTONIO MADALENA	**16**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	**13h30**
000118	WILIAM HENRIQUE CARDOSO DOS SANTOS	**9840035**	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	18	**13h30**
000152	WILLER JOSÉ DA SILVA	**609**	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	EEEFM PAULO DE ASSIS RIBEIRO	20	**13h30**

Município de Colorado do Oeste, 16 de maio de 2024.

JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Colorado do Oeste.

Registre-se e publique-se.

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:A404D124

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 237, DE 25 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela **Lei nº 2.594, de 25 de junho de 2024**;

RESOLVE:

Art. 1º - **ABRIR** no Orçamento-Programa do corrente Exercício Financeiro, um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R$ 723.062,33** (Setecentos e Vinte e Três Mil, Sessenta e Dois Reais e Trinta e Três Centavos), necessário ao ***"reforço"*** das dotações especificadas no **ANEXO ÚNICO** constante deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos financeiros necessários à cobertura do **Crédito** de que trata o **artigo 1º**, serão provenientes dos **Recursos** conforme segue especificação abaixo, de conformidade com o disposto no **ANEXO ÚNICO** constante deste Decreto:

I – Recursos Ordinários (Próprios): através de "Transposição" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64).

Art. 3º - Este **Decreto** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 25 DE JUNHO DE 2024.

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ID: 367390 e CRC: 423AAF9D

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 237/2024

(DESPESA)

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 1º do Decreto) - SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transposição" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
11.00	**SEMAPIN**						
11.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e						

	Infraestrutura						
11.01.26.782.0010.1.020	Drenagem e Pavimentação Asfáltica em Vias Urbanas	444	4.4.90.51	Obras e Instalações	0.1.500 0	RNVI SDDR	135.011,04
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.301.0025.2.067	Atividades da Atenção Primária à Saúde	285	3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	15.1.500 1002	RNVI IDASPS	588.051,29
TOTAL GERAL							**723.062,33**

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 2º do Decreto) - REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transposição" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
11.00	**SEMAPIN**						
11.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura						
11.01.27.813.0010.1.012	Recuperação, Manutenção e Revitalização de Praças Públicas	449	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
		450	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
11.01.26.782.0010.1.016	Construção e Recuperação de Calçadas e Meio Fios em Vias Urbanas (Acessibilidade)	441	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	12.755,00
		442	4.4.90.51	Obras e Instalações	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
11.01.26.782.0010.1.019	Aquisição de Veículos Pesados, Máquinas e Equipamentos Rodoviários	443	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	45.583,00
11.01.04.122.0010.1.024	Obras e Melhorias no Cemitério Municipal	394	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
		396	4.4.90.51	Obras e Instalações	0.1.500 0	RNVI SDDR	3.319,68
11.01.20.605.0007.2.031	Atividades e Políticas do Desenvolvimento Rural	423	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	8.353,36
11.01.26.782.0010.2.041	Recuperação e Manutenção de Vias Urbanas	448	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	25.000,00
11.01.04.122.0010.2.082	Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura	397	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00

09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.122.0025.2.075	Atividades do Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública Decorrente d CoronavÍrus (COVID-19)	233	3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	15.1.500 1002	RNVI IDASPS	588.051,29
TOTAL GERAL							**723.062,33**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 25 DE JUNHO DE 2024.

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

José Ribamar de Oliveira
Prefeito
25/06/2024 10:22:21

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 367390 e o CRC 423AAF9D.

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:95BE7799

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 238, DE 25 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela **Lei nº 2.594, de 25 de junho de 2024**;

RESOLVE:

Art. 1º - **ABRIR** no Orçamento-Programa do corrente Exercício Financeiro, um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R$ 450.061,81** (Quatrocentos e Cinquenta Mil, Sessenta e Um Reais e Oitenta e Um Centavos), necessário ao ***"reforço"*** da dotação especificada no **ANEXO ÚNICO** constante deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos financeiros necessários à cobertura do **Crédito** de que trata o **artigo 1º**, serão provenientes dos **Recursos** conforme segue especificação abaixo, de conformidade com o disposto no **ANEXO ÚNICO** constante deste Decreto:

I – **Recursos Ordinários (Próprios)**: através de **"Remanejamento"** por **Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64)**.

Art. 3º - Este **Decreto** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 25 DE JUNHO DE 2024.

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ID: 367394 e CRC: EA817B0A

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 238/2024

(DESPESA)

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 1º do Decreto) - SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Remanejamento" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
11.00	**SEMAPIN**						
11.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura						
11.01.26.782.0010.1.020	Drenagem e Pavimentação Asfáltica em Vias Urbanas	444	4.4.90.51	Obras e Instalações	0.1.500 0	RNVI SDDR	450.061,81
TOTAL GERAL							**450.061,81**

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 2º do Decreto) - REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Remanejamento" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
02.00	**GABINETE DO PREFEITO**						
02.01	Gabinete do Prefeito						
02.01.04.122.0002.1.002	Aquisição de Veículos Leves para o Executivo	12	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	20.000,00
02.01.04.122.0002.1.003	Obras de Melhoria no Tiro de Guerra	13	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	15.000,00
		14	4.4.90.51	Obras e Instalações	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
02.01.04.122.0022.2.002	Atividades do Gabinete do Prefeito	27	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	160.381,81
02.01.04.122.0002.2.003	Atividades do Tiro de Guerra	21	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
02.02	Coordenadoria Municipal de Trânsito						
02.02.04.122.0003.1.004	Implantação e Modernização da Sinalização Horizontal e Vertical nas Vias Urbanas	38	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
		39	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	33.680,00
		40	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
02.02.04.122.0003.2.004	Atividades da Coordenadoria Municipal de Trânsito	41	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
		42	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	15.000,00
		43	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
03.00	**SEMPLAFIN**						
03.01	Secretaria Municipal de Admi ão, Planejamento e Finanças						
03.01.04.123.0004.2.005	Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças	50	3.3.90.35	Serviços de Consultoria	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00

03.01.04.123.0022.2.005	Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças	55	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	20.000,00
		56	3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	0.1.500 0	RNVI SDDR	1.000,00
10.00	**SEMATUR**						
10.01	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura						
10.01.04.122.0007.1.002	Aquisição de Veículos Leves para o Executivo	350	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	20.000,00
10.01.15.452.0008.2.030	Atividades e Políticas do Desenvolvimento Urbano	379	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
10.01.18.543.0007.2.033	Atividades de Recuperação e Conservação de Rios e Matas Ciliares	381	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	15.000,00
		382	3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
		383	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
10.01.04.695.0015.2.035	Atividades e Políticas do Desenvolvimento do Turismo	369	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
		370	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
		371	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
10.01.13.392.0014.2.084	Atividades e Políticas do Desenvolvimento Cultural	372	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SDDR	10.000,00
		373	3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
		374	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
		375	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SDDR	15.000,00
		376	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	5.000,00
TOTAL GERAL							**450.061,81**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 25 DE JUNHO DE 2024.

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

José Ribamar de Oliveira
Prefeito
25/06/2024 10:22:22

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 367394 e o CRC EA817B0A.

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:747CC0F8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 239, DE 25 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela **Lei nº 2.594, de 25 de junho de 2024**;

RESOLVE:

Art. 1º - **ABRIR** no Orçamento-Programa do corrente Exercício Financeiro, um **Crédito Adicional Especial**, na importância de **R$ 129.258,38** (Cento e Vinte e Nove Mil, Duzentos e Cinquenta e Oito Reais e Trinta e Oito Centavos), necessário para a ***"inclusão"*** das dotações especificadas no **ANEXO ÚNICO** constante deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos financeiros necessários à cobertura do **Crédito** de que trata o **artigo 1º**, serão provenientes dos **Recursos** conforme segue especificação abaixo, de conformidade com o disposto no **ANEXO ÚNICO** constante deste Decreto:

I – **Recursos do FNC**: através de **"Excesso de Arrecadação" (inciso II, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64)**, conforme segue abaixo:

Transferência de Recursos Financeiros de conformidade com a **Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020**, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, com o **Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020**, que Regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações

emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, bem como com a **Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022**, que Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

Art. 3º - Este **Decreto** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 25 DE JUNHO DE 2024.

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ID: 367396 e CRC: 75D10DFC

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 239/2024

(DESPESA)

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL (conforme disposto nos artigos 1º e 2º do Decreto) – INCLUSÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Excesso de Arrecadação" (Inciso II, § 1º do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos do FNC**							
****Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022 (Lei Aldir Blanc - PNAB)**							
10.00	**SEMATUR**						
10.01	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura						
10.01.13.392.0014.1.043	Ações Culturais (Lei Aldir Blanc - PNAB)	666	3.3.50.41	Contribuições	0.1.719 0	TPNABFC - LEI Nº 14.399/2022 SDDR	61.397,73
		667	3.3.50.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	0.1.719	TPNABFC -	
						LEI Nº 14.399/2022	
					0	SDDR	61.397,73
		668	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.719	TPNABFC -	
						LEI Nº 14.399/2022	
					0	SDDR	6.462,92
TOTAL GERAL							**129.258,38**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 25 DE JUNHO DE 2024.

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

José Ribamar de Oliveira
Prefeito
25/06/2024 10:26:38

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 367396 e o CRC 75D10DFC.

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:0A1DCC94

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 240, DE 25 DE JUNHO DE 2024

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo **artigo 4º, inciso I, da LOA – Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2024 (Lei nº 2.555, de 31 de dezembro de 2023)**;

RESOLVE:

Art. 1º - **ABRIR** no Orçamento-Programa do corrente Exercício Financeiro, um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R$ 227.958,88** (Duzentos e Vinte e Sete Mil, Novecentos e Cinquenta e Oito Reais e Oitenta e Oito Centavos), necessário para o ***"reforço"*** das dotações especificadas no **ANEXO ÚNICO** constante deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos financeiros necessários à cobertura do **Crédito** de que trata o **artigo 1º**, serão provenientes dos **Recursos** conforme segue especificação abaixo, de conformidade com o disposto no **ANEXO ÚNICO** constante deste Decreto:

I – **Recursos Ordinários (Próprios)**: através de **"Transferência"** por **Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64)**.

Art. 3º - Este **Decreto** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 25 DE JUNHO DE 2024.

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ID: 367484 e CRC: 3ADB96F2

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 240/2024

(DESPESA)

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 1º do Decreto) – SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
02.00	**GABINETE DO PREFEITO**						
02.01	Gabinete do Prefeito						
02.01.04.122.0002.2.002	Atividades do Gabinete do Prefeito	15	3.3.50.41	Contribuições	0.1.500 0	RNVI SDDR	458,88
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.301.0025.2.070	Atividades do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS	303	3.3.90.49	Auxílio Transporte	15.1.500 1002	RNVI IDASPS	27.500,00
09.01.10.302.0025.2.072	Atendimento de Média e Alta Complexidade "Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar"	324	3.3.90.46	Auxílio Alimentação	15.1.500 1002	RNVI IDASPS	200.000,00
TOTAL GERAL							**227.958,88**

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 2º do Decreto) – REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transferência" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
02.00	**GABINETE DO PREFEITO**						
02.01	Gabinete do Prefeito						
02.01.04.122.0002.2.002	Atividades do Gabinete do Prefeito	16	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SDDR	458,88
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.301.0025.2.070	Atividades do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS	298	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	15.1.500 1002	RNVI IDASPS	27.500,00
09.01.10.302.0025.2.072	Atendimento de Média e Alta Complexidade "Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar"	322	3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.1.500 1002	RNVI IDASPS	200.000,00
TOTAL GERAL							**227.958,88**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 25 DE JUNHO DE 2024.

ID: 367484 e CRC: 3ADB96F2

PROF. MS. JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

José Ribamar de Oliveira
Prefeito

25/06/2024 11:23:10

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 367484 e o CRC 3ADB96F2.

Publicado por:
Agna Dos Santos Martins
Código Identificador:815B5877

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES

CÂMARA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 036/2024

LICITANET - Termo de Homologação
CÂMARA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES/RO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 022024/2024
PROCESSO LICITATÓRIO 036/2024
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PRESIDENTE, HOMOLOGA nos termos da Lei nº 14.133/21, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *DESCRIÇÃO UND QUANT MARCA V.UNITARIO V. TOTAL PAPEL SULFITE A4 CX COM 10 RESMAS CX 10 FITA ADESIVA TRANSPARENTE UN 05 TESOURA GRANDE UN 10 COLA BASTÃO UN 50 CANETA ESFEROGRAFICA AZUL CX 05 CANETA ESFEROGRAFICA PRETA CX 04 ESTILETE PEQUENO 13CM CX 01 MARCA TEXTO CORES VARIADAS CX 05 REGUA UN 20 POST-T 38X50 NEON SORTIDOS PC 10 POST-T 76X76 CORES VARIADAS PC 10 PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS P/30 FOLHAS 93021 UN 05 GRAMPOS GALVANIZADOS 26/6 CX 10 PILHA P/ MICROFONE 9V UN 10 ALMOFADA P/ CARIMBO COR PRETA UN 10 TINTA P/ CARIMBO PRETA UN 04 GRAMPO PLASTICO MACHO-FEMEA PC 30 CLIPE NIQUELADO N°3/0 CX 10 CLIPE NIQUIELADO N°4/0 CX 10 CLIPE NIQUELADO N°2/0 CX 10 PILHA PEQUENA ALCALINA CARTELA UN 10 PASTA SUSPENSE CX 2 GRAMPEADOR GRANDE P/ 25 FOLHAS UN 10 23*

Fornecedor : K. R. PAULUS DOS SANTOS LTDA - 32.634.648/0001-06										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
3	10,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 14,00	R$ 140,00	R$ 23,66	R$ 236,60	40,82	R$ 9,66
Descrição: TESOURA GRANDE										
5	5,00	CX	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 30,50	R$ 152,50	R$ 68,00	R$ 340,00	55,14	R$ 37,50
Descrição: CANETA ESFEROGRÁFICA COR AZUL										
6	4,00	CX	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 29,70	R$ 118,80	R$ 84,00	R$ 336,00	64,64	R$ 54,30
Descrição: CANETA ESFEROGRÁFICA COR PRETA										
7	1,00	CX	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 28,80	R$ 28,80	R$ 123,00	R$ 123,00	76,58	R$ 94,20
Descrição: ESTILETE PEQUENO 13 CM										
8	5,00	CX	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 19,20	R$ 96,00	R$ 49,00	R$ 245,00	60,81	R$ 29,80
Descrição: MARCA TEXTO CORES VARIADAS										
9	20,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 2,45	R$ 49,00	R$ 5,33	R$ 106,60	54,03	R$ 2,88
Descrição: RÉGUA NUMERICA										
10	10,00	PCT	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 7,80	R$ 78,00	R$ 11,83	R$ 118,30	34,06	R$ 4,03
Descrição: POST´T NEON CORES SORTIDOS										
11	10,00	PCT	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 12,00	R$ 120,00	R$ 13,30	R$ 133,00	9,77	R$ 1,30
Descrição: POST´T NEON CORES VARIADAS										
12	5,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 46,00	R$ 230,00	R$ 85,66	R$ 428,30	46,29	R$ 39,66
Descrição: PERFURADORES DE PAPEL 2 FUROS P/30 FOLHAS 93021										
					Subtotal Adjudicado	R$ 1.990,80	Subtotal Orçado: R$	3.955,16	49,6657 %	R$ 1.964,36
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
13	10,00	CX	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 6,70	R$ 67,00	R$ 14,00	R$ 140,00	52,14	R$ 7,30
Descrição: GRAMPOS GALVANIZADO 26/6										
15	10,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 14,00	R$ 140,00	R$ 24,00	R$ 240,00	41,66	R$ 10,00
Descrição: ALMOFADA P/CARIMBO COR PRETA										
16	4,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 8,80	R$ 35,20	R$ 13,66	R$ 54,64	35,57	R$ 4,86
Descrição: TINTA PARA CARIMBO COR PRETA										
18	10,00	CX	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4,85	R$ 48,50	R$ 6,75	R$ 67,50	28,14	R$ 1,90
Descrição: CLIPE NIQUELADO N 2/0										
19	10,00	CX	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4,85	R$ 48,50	R$ 7,13	R$ 71,30	31,97	R$ 2,28
Descrição: CLIPE NIQUELADO 3/0										
20	10,00	CX	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4,85	R$ 48,50	R$ 6,50	R$ 65,00	25,38	R$ 1,65
Descrição: CLIPE NIQUELADO N 4										
22	2,00	CX	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 150,00	R$ 300,00	R$ 321,66	R$ 643,32	53,36	R$ 171,66
Descrição: PASTA SUSPENSE										
23	10,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 29,00	R$ 290,00	R$ 60,66	R$ 606,60	52,19	R$ 31,66
Descrição: GRAMPEADOR GRANDE P/ 25, FOLHAS										
					Subtotal Adjudicado	R$ 1.990,80	Subtotal Orçado: R$	3.955,16	49,6657 %	R$ 1.964,36
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
Total Adjudicado				**Total Orçado**			**Economia %**		**Economia R$**	
R$ 1.990,80				R$ 3.955,16			49,6657 %		1.964,36	

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Costa Marques-RO , 24 de Junho de 2024

ADIMILSON CARLOS CASSOL
Presidente

Publicado por:
Gildson Nascimento Costa
Código Identificador:5621D2C4

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 052/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 052/2024
PROCESSO N.º 266/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/SRP/2024

Aos 20 (vinte) dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte quatro, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 009/SRP/2024** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Formação de Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de consumo laboratoriais, a serem fornecida em entregas parceladas, com a cessão de equipamentos automáticos em regime de comodato, para atender as necessidades e demandas de exames em análises clínicas das unidades de saúde, pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim – RO, **por um período de 12 (doze) meses,** conforme preços, condições e especificações constantes no Edital e Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao **Pregão Eletrônico Nº. 009/2024**, cujos elementos a integram.

2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **REAL DIAGNOSTICA COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS LTDA.**
C.N.P.J.: 04.054.617/0001-40 - TEL: (69) 3223-5602
ENDEREÇO: RUA PADRE MORETTI-3076-BAIRRO LIBERDADE PORTO VELHO / RO.
CEP: 76.803.854
Email: christiani@readiagnostica.com.br
NOME DO REPRESENTANTE: **CHRISTIANE M SIMONI SANCHES.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
	Exame de bioquímica – CK MB	**ROCHE**	TESTE	3.000	**5.46**	**REAL DIAGNOSTICA**
	Exame de bioquímica - Fósforo	**ROCHE**	TESTE	1.200	**2,28**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Gama GT	**ROCHE**	TESTE	2.000	**1,87**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica - Lactato	**ROCHE**	TESTE	1.000	**6,26**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica - Lipase	**ROCHE**	TESTE	1.600	**2,28**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica - Magnésio	**ROCHE**	TESTE	1.200	**2,85**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Proteína C Reativa	**ROCHE**	TESTE	5.200	**6,75**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Albumina (SANGUE)	**ROCHE**	TESTE	1.000	**2,57**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – ALT (TGP)	**ROCHE**	TESTE	5.200	**1,91**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Amilase Pancreática	**ROCHE**	TESTE	1.600	**4,55**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Bilirrubina direta	**ROCHE**	TESTE	1.600	**2,41**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Bilirrubina total	**ROCHE**	TESTE	1.600	**2,32**	**REAL DIGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Cálcio Total	**ROCHE**	TESTE	1.200	**2,68**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Colesterol total	**ROCHE**	TESTE	5.200	**3,00**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Creatina Kinase (CK)	**ROCHE**	TESTE	3.000	**4,41**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Creatinina	**ROCHE**	TESTE	5.200	**1,81**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – ferro sérico	**ROCHE**	TESTE	1.000	**3,79**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Fosfatase Alcalina	**ROCHE**	TESTE	2.000	**2,81**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Glicose	**ROCHE**	TESTE	6.000	**2,75**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – HDL colesterol	**ROCHE**	TESTE	4.000	**4,99**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Hemoglobina Glicada	**ROCHE**	TESTE	4.000	**4,45**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Lactato Desidrogenase	**ROCHE**	TESTE	1.200	**3,17**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Proteínas totais (SANGUE)	**ROCHE**	TESTE	1.000	**2,24**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Triglicerídeos	**ROCHE**	TESTE	5.200	**2,60**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Uréia	**ROCHE**	TESTE	5.200	**2,52**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – Ácido úrico	**ROCHE**	TESTE	5.200	**2,17**	**REAL DIAGNOSTICO**
	Exame de bioquímica – AST (TGO	**ROCHE**	TESTE	5.200	**1,40**	**REAL DIAGNNOSTICO**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias solicitantes, sempre que solicitado através de requisição emitida pelas Secretarias participantes do Registro de Preços, no prazo máximo de 30 (dez) dias após a solicitação.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias solicitantes da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital de **Pregão Eletrônico Nº 009/2024**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 266/2024**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 009/2024**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 20 de Junho de 2024.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(s) Vencedora(s) do Certame:

Real Diagnostico Com. de Produtos e Equip. Laborat. LTDA.
C.N.P.J : 04.054.617/0001-40
CHRISTIANE M SIMONI SANCHES.
Representante

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:A493F1B0

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 053/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 053/2024
PROCESSO N.º 266/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/SRP/2024

Aos 20 (vinte) dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte quatro, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº.**

009/SRP/2024 em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Formação de Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de consumo laboratoriais, a serem fornecida em entregas parceladas, com a cessão de equipamentos automáticos em regime de comodato, para atender as necessidades e demandas de exames em análises clínicas das unidades de saúde, pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim – RO, **por um período de 12 (doze) meses,** conforme preços, condições e especificações constantes no Edital e Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao **Pregão Eletrônico Nº. 009/2024**, cujos elementos a integram.

2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **CYN FARMA DISTRIBUIDORA. LTDA.**
C.N.P.J.: 10.541.396/0001-38 - TEL: (69) 3422-2912
ENDEREÇO: AV TRANSCONTIMENTAL N 1470 BAIRRO –CASA PRETA MUNICÍPIO JI-PARANÁ / RO .
CEP: 76.907-552
Email: licitacao@cynfarma.com.br

NOME DO REPRESENTANTE: **ESDRAS JUNIOR JARDIM.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
	Exame de bioquímica – SÓDIO	**INVITRO**	TESTE	4.000	**4.62**	**CYN FARMA**
	Exame de bioquímica – POTASSIO	**INVITRO**	TESTE	4.000	**6,18**	**CYN FARMA**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias solicitantes, sempre que solicitado através de requisição emitida pelas Secretarias participantes do Registro de Preços, no prazo máximo de 30 (dez) dias após a solicitação.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.

3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias solicitantes da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital de **Pregão Eletrônico Nº 009/2024**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 266/2024**.

2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 009/2024**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 20 de Junho de 2024.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(s) Vencedora(s) do Certame:

CYN Farma Distribuidora LTDA.
C.N.P.J: 10.541.396/0001-38
ESDRAS JUNIOR JARDIM.
Representante

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:05B64C08

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 054/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2024
PROCESSO N.º 266/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/SRP/2024

Aos 20 (vinte) dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte quatro, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 009/SRP/2024** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Formação de Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de consumo laboratoriais, a serem fornecida em entregas parceladas, com a cessão de equipamentos automáticos em regime de comodato, para atender as necessidades e demandas de exames em análises clínicas das unidades de saúde, pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim – RO, **por um período de 12 (doze) meses,** conforme preços, condições e especificações constantes no Edital e Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao **Pregão Eletrônico Nº. 009/2024**, cujos elementos a integram.

2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **LABINBRAZ COMERCIAL. LTDA.**
C.N.P.J.: 73.008.682/0001-52 - TEL: (11) 2162-0200
ENDEREÇO: AV GUIDO CALOI N -1935 TERRIO,BLOCOS A/B JD SÃO LUIS - SÃO PAULO / SP.
CEP: 05802-140
Email: licitações@wiener-lab.com.br
NOME DO REPRESENTANTE: **GUILLERMO JULIO FIGUEROA CASA.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
	Exame de Hematologia - Hemograma Completo	**WIENER**	TESTE	14.000	**3,14**	**LABINBRAZ COMERCIAL**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.

2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias solicitantes, sempre que solicitado através de requisição emitida pelas Secretarias participantes do Registro de Preços, no prazo máximo de 30 (dez) dias após a solicitação.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições dos objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias solicitantes da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital de **Pregão Eletrônico Nº 009/2024**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 266/2024**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 009/2024**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 20 de Junho de 2024.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(s) Vencedora(s) do Certame:

Labinbraz Comercial.
C.N.P.J: 73.008.682/0001-52
GUILLERMO JULIO FIGUERO CASAS.
Representante

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:FE3B1901

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 055/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 055/2024
PROCESSO N.º 266/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/SRP/2024

Aos 20 (vinte) dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte quatro, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 6º. Inc XLV à XLIX, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, **Decreto Municipal nº. 1286** de 15 de Dezembro de 2022 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 009/SRP/2024** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo,

conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Formação de Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de consumo laboratoriais, a serem fornecida em entregas parceladas, com a cessão de equipamentos automáticos em regime de comodato, para atender as necessidades e demandas de exames em análises clínicas das unidades de saúde, pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde de Cujubim – RO, **por um período de 12 (doze) meses,** conforme preços, condições e especificações constantes no Edital e Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao **Pregão Eletrônico Nº. 009/2024**, cujos elementos a integram.

2. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **BIOPLASMA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO E CORRELATOS. LTDA.**
C.N.P.J.: 04.086.552/0001-15 - TEL: (61) 3362-7293
ENDEREÇO: SAI/SUL TRECHO 17 - RUA 08LOTE 170 SAI /SUL TECHO ZONA INDUSTRIAL BRASILIA / DF.
CEP: 71.200-222
Email: bioplasma@bioplasma.com.br
NOME DO REPRESENTANTE: **CAIO ALMEIDA ANDRADE.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
	Exame de Imunologia/hormônio - PSA TOTAL	**ABBOTT**	TESTE	3.000	**8,85**	**BIOSPLAMA PRODUTOS**
	Exame de Imunologia/hormônio - PSA LIVRE	**ABBOTT**	TESTE	3.000	**8,91**	**BIOSPLAMA PRODUTOS**
	Exame de Imunologia/ hormônio - Fsh	**ABBOTT**	TESTE	2.500	**5,36**	**BIOSPLAMA PRODUTOS**
	Exame de Imunologia/ hormônio - Lh	**ABBOTT**	TESTE	2.500	**5,00**	**BIOSPLAMA PRODUTOS**
	Exame de imunologia/ hormônio - t4 total	**ABBOTT**	TESTE	3.000	**4,44**	**BIOSPLAMA PRODUTOS**
	Exame de imunologia/ hormônio - t4 Livre	**ABBOTT**	TESTE	3.500	**3,44**	**BIOSPLAMA PRODUTOS**
	Exame de imunologia/ hormônio - t3 Total	**ABBOTT**	TESTE	2.000	**3,63**	**BIOSPLAMA PRODUTOS**
	Exame de imunologia/ hormônio - t3 Livre	**ABBOTT**	TESTE	2.000	**3,77**	**BIOSPLAMA PRODUTOS**
	Exame de Imunologia/ hormônio – Toxoplasmose Igg	**ABBOTT**	TESTE	3.500	**9,75**	**BIOSPLAMA PRODUTOS**
	Exame de Imunologia/ hormônio – Toxoplasmose Igm	**ABBOTT**	TESTE	3.500	**10,35**	**BIOSPLAMA PRODUTOS**
	Exame de Imunologia/ hormônio - TSH	**ABBOTT**	TESTE	3.500	**4,18**	**BIOSPLAMA PRODUTOS**
	Exame de Imunologia/ hormônio - Citomegalovirus Igg	**ABBOTT**	TESTE	3.500	**10,07**	**BIOSPLAMA PRODUTOS**
	Exame de Imunologia/ hormônio - Citomegalovirus Igm	**ABBOTT**	TESTE	3.500	**9,18**	**BIOSPLAMA PRODUTOS**
	Exame de Imunologia/ hormônio – TROPONINA	**ABBOTT**	TESTE	3.000	**9,63**	**BIOSPLAMA PRODUTOS**
	Exame de Imunologia/hormônio - FERRITINA	**ABBOTT**	TESTE	1.500	**8,27**	**BIOSPLAMA PRODUTOS**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, podendo se prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos preços, permanecem vantajosos, contado da data de sua publicação no Diário Oficial e PNCP, conforme previsto no art. 71, paragrafo 1º, do Decreto Municipal 1.286/2022.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 73, do decreto 1.286/2022.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, podendo ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pelas Secretarias solicitantes, sempre que solicitado através de requisição emitida pelas Secretarias participantes do Registro de Preços, no prazo máximo de 30 (dez) dias após a solicitação.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital. (se for o caso)
3. Os mesmos deverão ser entregues conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO

1. Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital do Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas na lei 14.133/2021.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 155º e 156º, Lei 14.133/2021).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-**Advertência**;
II- **Multa;**
III- **Impedimento de licitar ou contratar;**
IV-**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo máximo de até 03 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo V e seus incisos da Lei de Licitações – 14.133/2021.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
1.1. for liberado;
1.2. descumprir as condições da ata de registro de preço, sem justificativa aceitável;
1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado;
1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021;
1.5. não aceitar o preço revisado pela administração.
2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcial, pelo órgão gerenciador:
2.1. pelo decurso do prazo de vigência;
2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demostrado; e
2.4. Por razão de interesse público, devidamente justificado.
3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
Paragrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. As aquisições dos objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pelas Secretarias solicitantes da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital de **Pregão Eletrônico Nº 009/2024**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 266/2024**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 009/2024**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Cujubim – RO, 20 de Junho de 2024.

CLAUDINEI PELIZZON
Coordenador do – S.R.P

JOÃO BECKER
Prefeito

Empresa(s) Vencedora(s) do Certame:

Biosplasma Produtos Para Labolatório e Correlatos LTDA.
C.N.P.J: 04.086.552/0001-15
CAIO ALMEIDA ANDRADE.
Representante

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:F2BA9118

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 10463/GAB/2024 25 DE JUNHO DE 2024 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .

DECRETO MUNICIPAL Nº. 10463/GAB/2024
25 de junho de 2024

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar proveniente de anulação de dotação orçamentária .

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA,Estadode Rondônia,combasenosArtigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III daLeiFederalnº4.320,de17de março de 1964, e leis municipais correlatas.
Considerando o disposto no artigo 40 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento;
Considerando o disposto no artigo 41, inciso I da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos adicionais suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
Considerando o disposto no artigo 42° da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;
Considerando o disposto no artigo 43°, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abertura de crédito proceder-se-á com os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
Considerando o disposto no artigo 6°, inciso III da Lei Municipal nº 1.533, de 14 de dezembro de 2023, - Lei Orçamentária Anual.

D E C R E T A:

Artigo 1º-Abre no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar por Anulação Parcial de dotação orçamentária no valor de**R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)**,na unidade orçamentária a seguir, de acordo com a Lei Municipal nº 1.533, de 14 de dezembro de 2023 (Lei Orçamentária Anual) distribuídos a seguinte dotação:

SUPLEMENTAÇÃO (+):_____R$ 22.000,00

02 -Executivo Municipal
02.09 -Fundo Municipal de Saúde
10.305.0023.2089- Vigilância em Saúde
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Ficha:970
Fonte de Recurso:1.600
Valor:R$ 12.000,00

02 -Executivo Municipal

02.09 -Fundo Municipal de Saúde
10.305.0023.2089- Vigilância em Saúde
3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Ficha:971
Fonte de Recurso:1.600
Valor:R$ 6.000,00

02 -Executivo Municipal
02.09 -Fundo Municipal de Saúde
10.305.0023.2089- Vigilância em Saúde
3.1.90.13 Obrigações Patronais
Ficha:972
Fonte de Recurso:1.600
Valor:R$ 3.681,62

02 -Executivo Municipal
02.09 -Fundo Municipal de Saúde
10.305.0023.2089- Vigilância em Saúde
3.1.90.13 Obrigações Patronais
Ficha:972
Fonte de Recurso:1.600
Valor:R$ 318,38

Artigo 2° -O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária, fonte de recursos 001.600 Transf.Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos.

ANULAÇÃO (-):_____R$ (22.000,00)

02 -Executivo Municipal
02.09 -Fundo Municipal de Saúde
10.305.0023.2089- Vigilância em Saúde
3.3.90.30 Material de Consumo
Ficha: 243
Fonte de Recurso:1.600
Valor:R$ (12.000,00)

02 -Executivo Municipal
02.09 -Fundo Municipal de Saúde
10.305.0023.2089- Vigilância em Saúde
3.3.90.30 Material de Consumo
Ficha: 463
Fonte de Recurso:1.600
Valor:R$ (6.000,00)

02 -Executivo Municipal
02.09 -Fundo Municipal de Saúde
10.305.0023.2089- Vigilância em Saúde
3.3.90.30 Material de Consumo
Ficha: 463
Fonte de Recurso:1.600
Valor:R$ (3.681,62)

02 -Executivo Municipal
02.09 -Fundo Municipal de Saúde
10.305.0023.2089- Vigilância em Saúde
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica
Ficha:244
Fonte de Recurso:1.600
Valor: R$ (318,38)

Artigo 3º- Os créditos abertos neste Decreto obedecerão ao disposto no artigo 43 da 4.320/64.
Artigo 4º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
JUSTIFICATIVA

ConsiderandoComunicação Interna 206 de 25/06/2024a suplementação será destinada para pagamentos de vencimentos e obrigações patronais de servidores pertencente ao quadro da Secretaria Municipal de Saúde.
Diante do exposto jusfica-se a abertura do crédito adicional suplementar proveniente de anulação, conforme Lei nº 4.320/64, autorizado através da Lei Municipal nº 1.533, de 14 de dezembro de 2023.

ANEXO II
MEMÓRIA DE CÁLCULO

PA	Elemento de Despesa	Fonte	Valor a Reduzir	Valor a Suplementar
0023.2089	3.1.90.11	1.600		R$: 12.000,00
0023.2089	3.1.90.11	1.600		R$: 6.000,00
0023.2089	3.1.90.13	1.600		R$:3.681,62
0023.2089	3.1.90.13	1.600		R$:318,38
0023.2089	3.3.90.30	1.600	R$: (12.000,00)	
0023.2089	3.3.90.30	1.600	R$: (9.681,62)	
0023.2089	3.3.90.39	1.600	R$: (318,38)	
TOTAL			**R$: (22.000,00)**	**R$:22.000,00**

Governador Jorge Teixeira, 25 de junho de 2024.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Naiara Magna Sobrinho Mateus
Código Identificador:BB3FDD53

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO SELETIVO EDITAL N° 01/SEMAS/MDO/2024

EDITAL Nº 01/SEMAS/MDO/2024, 25 de junho de 2024.

O Prefeito Municipal de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e, em especial o disposto da Lei Orgânica do Município de 1990, e suas posteriores alterações, torna público as normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024, que visa a contratação temporária de servidores para preenchimento de vagas no cargo de **PSICÓLOGO,** para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS, através da Comissão nomeada pela Portaria nº. 355/2024, de 25 de junho de 2024, com fundamento no inciso II e IX do Artigo 37 da Constituição Federal, e nas Leis Municipais nº 544/2002, 841/2008, 938/2009, 820/2007, 1.065/11, 1.104/2012, 1.438/2015, 1.672/2018 e suas posteriores alterações (1.767/2018), 2097/2021, com vistas no artigo 21 da Instrução Normativa nº 13/2004 Art. 21 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia TCE/RO, na forma do disposto do presente Edital.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Este Edital contém as cláusulas, anexas e condições que regem o presente Processo Seletivo Simplificado, conforme a legislação vigente.

O Processo Seletivo Simplificado consistirá de avaliação de títulos e de experiência profissional para o cargo de **PSICÓLOGO.** A Avaliação será executada pela Comissão Organizadora designada pelo Exmo. Senhor Prefeito, através da Portaria nº. 355/2024, de 25 de junho de 2024.

A validade do Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2024 poderá ter a duração de 01 ano (doze meses), a contar da data da publicação da homologação do seu resultado final, com possibilidade **de PRORROGAÇÃO POR UM ÚNICO PERÍODO**, se for de interesse e conveniência da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS.

O Processo Seletivo Simplificado consistirá de 01 (uma) etapa que se dará através de Avaliação de Títulos e de experiência profissional para todos os cargos, com base nas atribuições do cargo, discriminado no anexo II do presente edital, que será de caráter classificatório e eliminatório.

Os candidatos contratados serão admitidos em caráter emergencial e temporário, pelo prazo de 01 ano (doze meses), a contar da data de assinatura do Contrato de Trabalho, com possibilidade de prorrogação por um único, sendo comprovado o interesse e a necessidade da Administração Pública.

Os candidatos contratados serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho CLT.

DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Prefeito Municipal de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia designou, para este certame, uma COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, composta por 03 (três) membros, dos quais um é o Presidente escolhido entre pessoas de reconhecida idoneidade moral e com curso de nível superior, para acompanhar todo o teste seletivo.

A Comissão de Elaboração do Processo Seletivo Simplificado deverá, sob sua supervisão, coordenar todas as etapas da elaboração, aplicação e julgamento do certame.

A fim de manter a necessária coordenação, o Prefeito Municipal, a pedido da Comissão, indicará quantas pessoas forem necessárias, para acompanhar a realização do certame, às quais incumbirá fiscalizar o julgamento dos currículos, tomando as medidas necessárias à manutenção do sigilo.

Compete ao Prefeito Municipal de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia a homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado, dentro de 02 (dois) dias contados à vista do relatório apresentado pela Comissão Realizadora, com a publicação do resultado final por edital, que será afixado no mural de avisos fixado no átrio da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO e da SEMAS, e nos sites da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste. (http://www.machadinho.ro.gov.br), e do Diário Oficial da Associação Rondoniense dos Municípios - AROM (http://www.diariomunicipal.com.br/arom/).

DAS VAGAS

A lotação inicial da vaga aberta para o cargo supracitado será na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, que fará a lotação do candidato selecionado.

A vaga atualmente disponível será providas pelos candidatos classificados no presente Processo Seletivos Simplificado, obedecidos aos critérios de classificação estabelecidos neste Edital.

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

Dos cargos supracitados serão em conformidade com o que dispõe a Lei Municipal nº 841/2008 e suas posteriores alterações, representada no Anexo I "Quadro de Vagas", deste Edital.

DAS INSCRIÇÕES

As inscrições estarão abertas do dia **26/06/2024 ao dia 28/06/2024** e deverão ser realizadas exclusivamente de forma presencial, entre às 07:30min e às 13:30min, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, estabelecida na Av. Castelo Branco, 3150 – Centro, Machadinho D'Oeste.
Não será cobrado pagamento de taxa da inscrição.

Os candidatos são inteiramente responsáveis pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

É de inteira responsabilidade do candidato a apresentação dos documentos exigidos neste edital, sendo desconsiderados àqueles apresentados que não estiverem previstos neste edital.

A inscrição poderá ser efetuada por procuração (devidamente reconhecida em cartório), devendo o procurador, no ato da inscrição, entregar cópia do seu Documento Oficial de Identidade com foto e de seu número de registro junto ao Cadastro de Pessoa Física (CPF). ficando única e exclusivamente de responsabilidade do candidato à veracidade e a autenticidade das informações apresentadas.

As inscrições realizadas através de procuração que não estiverem em conformidade com o disposto no item acima, serão automaticamente desconsideradas.

Os originais de todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no ato da inscrição.

DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO.
O candidato deverá preencher as seguintes condições para a sua inscrição no certame:

ser brasileiro nato, naturalizado ou cidadão português nas condições previstas pelo Decreto nº 70.391/1972, ou estrangeiro na forma da Lei;

ter 21 (vinte e um) anos de idade completos na data do contrato;

preencher e assinar a Ficha de Inscrição, de forma legível, de acordo com o modelo do anexo III deste Edital;

estar em dia com as obrigações eleitorais;

quando da assinatura do contrato, haver cumprido com as obrigações para o Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

estar em gozo de saúde física e mental para o exercício da função;

ter na data da posse, a escolaridade completa e habilitação exigida para provimento do cargo pretendido, adquirida em instituição de ensino oficial ou legalmente reconhecida;

O candidato deverá apresentar cópia e os originais dos seguintes documentos:

Ficha de inscrição devidamente **PREENCHIDA E ASSINADA**, de acordo com o modelo Anexo III do edital;
Cópia legível do documento de identidade com foto, reconhecido em todo território nacional (RG, CNH, OAB, CREA, etc,);
Comprovante de Escolaridade exigida para o cargo, acompanhado de histórico escolar. Não será aceito outros tipos de comprovação de escolaridade/habilitação que não estejam de acordo com o previsto;
Diploma ou comprovante de conclusão de Pós-Graduação Strictu Sensu – (Doutorado, Mestrado) ou Pós-Graduação Lato Sensu (em nível de Especialização específico para a área de atuação). Todos os documentos devem ser acompanhados de histórico escolar;
Comprovação de Inscrição no Conselho Regional equivalente;
Comprovação de experiência profissional. **Em Órgão Público:** Declaração original expedida pelo Poder Federal, Estadual ou Municipal, de acordo com a área de atuação no cargo a que concorre, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor, datado e assinado pelo chefe do órgão competente. **Em Empresa Privada:** cópia da Carteira de Trabalho por Tempo de Serviço - CTPS (página de identificação com fotos e dados pessoais e registro do(s) contrato(s) de trabalho), acrescida de declaração original do órgão ou empresa emitida pelo setor de pessoal.
Certidão negativa expedida pelo Cartório de Distribuição Cível e Criminal do Fórum da Comarca de residência do candidato no Estado de Rondônia ou da Unidade da Federação em que tenha residido.
Comprovante de residência em nome do candidato, atualizado no mínimo há 3 meses;

Caso o candidato tenha prestado serviço voluntário a Justiça Eleitoral, e/ou ter sido jurado, bem como ter dependentes as comprovações deverão ser anexadas aos documentos, para critério de desempate.
Os documentos entregues serão analisados pela comissão julgadora, que verificará o atendimento ou não de todos os requisitos deste Edital, e preliminarmente julgará a inscrição, pelo deferimento ou não nos termos deste Edital.
Não será admitida a inscrição condicional, ou provisória, ou sem a entrega da documentação exigida.

Os candidatos que entregarem a documentação em desacordo com este Edital **TERÃO A INSCRIÇÃO INDEFERIDA.**

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PD

Serão destinadas 20% (vinte por cento) das vagas a candidatos com Deficiência, conforme disposto no art. 14 da Lei Municipal nº. 820/2007 (e suas posteriores alterações), observada a compatibilidade do cargo com a deficiência do candidato, conforme quadro vago anexo a este Edital.
Para as localidades em que forem oferecidos até 04 (quatro) vagas para o cargo respectivo, não serão oferecidas vagas para as PD, situação em que concorrerão em igualdade de condições com os demais candidatos.
A partir de 05 (cinco) vagas oferecidas para cada cargo respectivo, será oferecida 01 (uma) vaga para as PD, observado o limite de 01 (uma) vaga para cada 05 (cinco) oferecidas.
No caso do cadastro reserva, será feita uma lista separada contendo a relação das PD aprovadas, sendo que para cada 05 (cinco) candidatos do respectivo cargo nomeados do cadastro reserva, 01 (uma) destes será destinado à PD, respeitada a classificação no certame.

Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º, do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004, no § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): *O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em Concurso Público, às vagas reservadas aos deficientes,* observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949/2009. Decreto nº 9.508 de 24 de setembro de 2018.
O candidato que desejar concorrer às vagas definidas no subitem anterior deverá, no ato da inscrição, no campo específico da **FICHA DE INSCRIÇÃO**, declarar-se pessoa com deficiência.

Os candidatos com deficiência participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação e duração do certame.

O candidato com deficiência, classificado no Processo Seletivo Simplificado, terá seu nome publicado em lista à parte e figurará também na lista de classificação geral;
O candidato amparado pelo disposto no subitem **6.1** e que declarar sua condição por ocasião da inscrição, for classificado no presente Processo Seletivo Simplificado, caso convocado para posse, o mesmo deverá apresentar laudo médico atestando o tipo de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), e que ateste que o candidato está totalmente apto ao exercício do cargo a que se inscreveu sob pena do candidato ser automaticamente eliminado do certame.
Caso o candidato seja considerado **APTO** para desempenhar as atribuições do emprego, o laudo apresentado deverá fazer constar a devida observação em Certificado de Capacidade Física e Mental.
Não sendo comprovada a deficiência do candidato, será desconsiderada a sua classificação na listagem de pessoas com deficiência, sendo considerada somente sua classificação na listagem de ampla concorrência.
Caso não haja candidatos com deficiência classificados, ou não haja candidatos aprovados em número suficiente para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as vagas remanescentes serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.
A inobservância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.
O candidato que não declarar a deficiência, conforme estabelecido no subitem 6.1 deste Edital perderá a prerrogativa em concorrer às vagas reservadas.
Os casos omissos neste Edital em relação às pessoas com deficiência obedecerão ao disposto no Decreto Federal nº 3.298/1999.

DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

O candidato deverá ler e seguir atentamente as orientações, para preenchimento da Ficha de Inscrição e demais procedimentos, tomando todo o cuidado com a transcrição dos dados preenchidos.

As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo a Comissão Organizadora excluir do Processo Seletivo Simplificado aquele candidato que não preencher a ficha de inscrição de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.
A Comissão Organizadora não se responsabilizará por quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações inverídicas.
A inscrição, no presente Processo Seletivo Simplificado, implica o conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais, o candidato não poderá alegar desconhecimento, sob hipótese alguma.

A inscrição é de inteira responsabilidade do candidato e deve ser feita com antecedência, para evitar eventual perda de prazo no último dia de inscrição pela inobservância.

A Administração Pública não será responsável por problemas na inscrição decorrentes de erro de grafia.

DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Analisada e julgada toda documentação dos candidatos pela Comissão do Certame, com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, a SEMAS homologará as inscrições deferidas pela Comissão do Certame, significando tal ato que o candidato está habilitado para participar do Processo Seletivo Simplificado;

A homologação das inscrições será publicada no segundo dia útil seguinte ao encerramento das inscrições, com a respectiva publicação de edital com a relação de inscrições deferidas.

A publicação do edital de homologação das inscrições será divulgada e **afixada no mural de avisos fixada no átrio da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO e da SEMAS, e nos sites da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO (http://www.machadinho.ro.gov.br), e do Diário Oficial da Associação Rondoniense dos Municípios - AROM (http://www.diariomunicipal.com.br/arom/).**

O candidato que identificar qualquer divergência no Edital de Homologação das Inscrições com os dados constantes na ficha de inscrição individual deverá requerer a retificação, no prazo de 01 (um) dia útil.

O candidato, quando for o caso, deverá também conferir a informação onde consta o mesmo estar concorrendo às vagas reservadas as pessoas com deficiência.

DO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

O comprovante de inscrição do candidato será entregue após a finalização da inscrição.

DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital consistirá em ***AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL***, que analisará a formação acadêmica e experiência profissional do candidato dentro de sua area para o cargo que irá exercer.

A avaliação de títulos será de caráter **CLASSIFICATÓRIO e ELIMINATÓRIO**, com pesos atribuídos conforme a formação acadêmica e experiência do profissional do candidato, nos termos deste Edital.

PSICÓLOGO			
ITEM	**TÍTULOS**	**PONTUAÇÃO**	**NOTA MÁXIMA**
01	Pós-Graduação Stricto Sensu - Doutorado	15	15
02	Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado	10	10
03	Pós-Graduação Lato Sensu, com carga horária mínima de 360 horas	05	05
04	Cursos na área de formação com carga horária mínima de 20 (vinte) horas Modalidade Presencial	05	10
05	Cursos na área de formação com carga horária mínima de 20 (vinte) horas Modalidade EAD	05	10
06	Experiência comprovada no exercício da função. (10 pontos por ano, pontuação até 2 anos)	10	20
07	Experiencia comprovada em atuação no CRAS OU CREAS	20	20
08	Ser residente e domiciliado Município onde as vagas estão sendo ofertadas	10	10

Para efeito de classificação, a atribuição de pontos obedecerá aos critérios definidos na tabela abaixo:

Somente serão considerados como documentos válidos, diplomas e/ou históricos, declaração e atestados de CONCLUSÃO que constem o início e o término do curso, acompanhados de histórico escolar.

O candidato deverá, obrigatoriamente, apresentar o certificado onde conste a carga horária do curso realizado.

Não serão atribuídos pontos aos certificados entregues sem especificação clara da carga horária.

Os comprovantes de conclusão de curso apresentados deverão ser expedidos por instituição oficial ou reconhecida.

Os documentos escritos em língua estrangeira de cursos realizados, somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado, de responsabilidade do candidato.

Os pontos e os títulos apresentados que excederem os valores e quantitativos máximos da tabela do item 10.3. serão desconsiderados.

Deverá ser entregue apenas uma única cópia de cada documento apresentado, a qual não será devolvida em hipótese alguma.

Não serão considerados, para qualquer efeito os documentos cujas cópias estiverem rasuradas, ilegíveis, ou ausentes qualquer dos requisitos estabelecidos neste edital, ou ainda naqueles que for constatada qualquer adulteração de seu conteúdo, sob pena de eliminação do candidato, sem prejuízo a demais medidas legais cabíveis e pertinentes.

Os candidatos serão classificados por ordem decrescente, do melhor classificado ao último colocado.

DO DESEMPATE

Em caso de empate na classificação serão aplicados os seguintes critérios por ordem:

Maior idade;

Numero de dependentes;

Serviços prestados à justiça eleitoral;

Tiver exercido função de jurado;

c) Permanecendo o empate, por sorteio público, a ser realizado no ato da divulgação do resultado final após a interposição dos recursos, na presença de 03 (três) testemunhas.

DOS RECURSOS

Todos os recursos serão dirigidos à COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

Será admitido recurso quanto ao cancelamento ou indeferimento de inscrições dos candidatos e da divulgação dos resultados das avaliações.

Os recursos poderão ser interpostos no prazo máximo de 1 (um) dia útil contado a partir da data da divulgação oficial do evento, excluindo-se o primeiro dia e incluindo-se o último dia;

Os recursos deverão ser entregues somente de forma presencial.

A interposição dos recursos não obsta o regular andamento do cronograma do certame;

12.7. Não serão aceitos recursos interpostos que não forem realizados de forma presencial.

1. O recurso deverá ser:

apresentado em formulário específico, conforme consta do Anexo IV Modelo Formulário Recursos, deste Edital, sendo necessário o preenchimento de um formulário para cada fato impugnado;

transcrito em letra legível ou impresso, com preenchimento obrigatório de todos os campos do formulário, contendo a fundamentação teórica das alegações, comprovadas por meio de citação de artigos amparados pela legislação específica, itens, páginas de livros, nome dos autores e anexando cópia da documentação comprobatória, se for o caso;

assinado pelo candidato;

entregue presencialmente dentro do prazo estabelecido neste edital;
Serão automaticamente indeferidos os recursos entregues fora do prazo estipulado e àqueles que não atenderem este Edital.

Os recursos recebidos serão julgados pela Comissão de Organização, Coordenação, Realização e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado no prazo de 01 (um) dia após o encerramento do prazo recursal.

Os resultados após exame dos recursos serão dados a conhecer coletivamente, por edital que será afixado no mural de avisos no átrio da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO e da SEMAS, e nos sites da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO (http://www.machadinho.ro.gov.br), e do Diário Oficial da Associação Rondoniense dos Municípios AROM (http://www.diariomunicipal.com.br/arom/).

A decisão proferida pela Comissão de Organização, Coordenação, Realização e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado será irrecorrível.

DA HOMOLOGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Os resultados da análise de títulos e experiência profissional desse Edital serão afixados no mural de avisos no átrio da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO e da SEMAS, e nos sites da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO (http://www.machadinho.ro.gov.br), e do Diário Oficial da Associação Rondoniense dos Municípios AROM (http://www.diariomunicipal.com.br/arom/), com data prevista para 02/07/2024.

O resultado final do certame, após o julgamento dos recursos, bem como será homologado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, e publicado por meio de Edital que será afixado no mural de avisos no átrio da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO e da SEMAS, e nos sites da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO (http://www.machadinho.ro.gov.br), e do Diário Oficial da Associação Rondoniense dos Municípios AROM (http://www.diariomunicipal.com.br/arom/) com data prevista para 04/07/2024.

Devido a urgencia da contratação respeitando o periodo eleitoral, o candidato devera se apresentar na data limite no dia 05/07/2024 munido de todas as documentações para a contratação.

DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DE CONTRATO

Para a assinatura de contrato de trabalho, o qual será regido pelas normas da CLT, o candidato terá que apresentar as seguintes condições, comprovadas documentalmente no ato da assinatura do contrato.

ter sido classificado no presente processo seletivo;

ser brasileiro nato ou naturalizado;

ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

estar quite com a justiça eleitoral;

se, do sexo masculino, estar quite com as obrigações militares;

possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego;

registro no órgão de classe competente e apresentação do mesmo no ato da inscrição e da contratação; apresentar Atestado Médico que possui aptidão física e mental para o exercício das atribuições do emprego;

firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal;

cumprir, na íntegra, as determinações deste Edital.

Outros documentos poderão ser exigidos por ocasião da convocação dos candidatos aprovados e/ou exigidos em Lei.

DO REGIME DE TRABALHO E DA CONTRATAÇÃO

Os candidatos classificados serão admitidos em caráter emergencial e temporário, pelo prazo de 01(UM) ano, podendo ser prorrogado, se for de interesse e conveniência da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS, a contar da data de assinatura do contrato de trabalho;

Os contratos oriundos deste teste seletivo serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

A jornada de trabalho para o cargo de PSICÓLOGO é de 40 horas semanais.

A contratação, de que trata o item anterior, somente poderá ocorrer durante o prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado N.º 01/2024.

Em caso de desistência, óbito ou mudança de domicílio do profissional contratado, para não haver prejuízo na continuidade da oferta de serviço, a Administração poderá dispensar e substituir o contratado por outro que atenda aos dispositivos legais, desde que classificado por este teste seletivo.

DOS LOCAIS DE TRABALHO

Os profissionais contratados deverão atuar exclusivamente em âmbito da Secretaria Municipal Assistência Social.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas financeiras para a contratação correrão por conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS.

DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

Os candidatos classificados serão convocados, de acordo com o número de vagas ofertadas no presente Processo Seletivo Simplificado, através de Edital, publicado por afixação no mural de avisos no átrio da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO e da SEMAS e nos sites da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO (http://www.machadinho.ro.gov.br), e do Diário Oficial da Associação Rondoniense dos Municípios AROM (http://www.diariomunicipal.com.br/arom/) e em outros meios de comunicação, para assinatura de Contrato de Trabalho.

Os candidatos convocados deverão se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda SEMADFAZ/PREFEITURA MUNICIPAL, em prazo a ser definido, e, além de satisfazer as condições constantes neste Edital, entregar a cópia autenticada em cartório dos seguintes documentos:
certidão de nascimento e/ou casamento;
documento de identidade oficial com foto, com validade em todo território nacional (RG, CTPS, carteiras profissionais emitidas por órgãos de classe, etc.);

CPF;

título de eleitor;

comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral (original);

cartão do PIS/PASEP (caso não seja cadastrado, apresentar declaração de não cadastrado);

se, do sexo masculino, comprovante de estar quite com as obrigações militares;
comprovante de escolaridade compatível com o emprego para o qual foi aprovado e registro no Conselho Profissional;
CTPS Carteira de Trabalho e Previdência Social (cópia autentica e original);
caso inscrito para as vagas destinadas para Pessoa com deficiência, laudo Médico evidenciando a aptidão para o exercício da função pretendida;
comprovante de endereço de sua residência, com vencimento ocorrido com no máximo 3 (três) meses;
certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
caderneta de vacinação para os menores de 05 anos.
Além das cópias autenticadas solicitadas no item anterior, deverá trazer documento original:
declaração de imposto de renda e/ou declaração de bens com reconhecimento de firma;

declaração de que, firmando o contrato, não estarão acumulando cargos ou empregos públicos, ressalvados os casos expressos de acumulação previstos no art. 37, XVI, da Constituição Federal;

original da certidão negativa de débitos ou positiva com efeito negativo com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal;

original da certidão negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

certidão negativa de antecedentes criminais obtidas junto ao Tribunal de Justiça Estadual e Justiça Federal nas Comarcas dos domicílios onde o candidato residiu nos últimos 05 (cinco) anos;

atestado de sanidade física e mental;

02 (duas) fotografias 3 x 4 recentes e coloridas;

se possuir conta corrente de pessoa física no Banco do Brasil, apresentar cópia do comprovante ou do cartão magnético da conta corrente e/ou poupança;

declaração de que não foi demitido a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos. (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

caso inscrito para as vagas destinadas para Pessoa com deficiência, laudo Médico evidenciando a aptidão para o exercício da função pretendida;

declaração que não responde a Processo Administrativo Disciplinar, nas esferas públicas Municipal, Estadual e Federal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

O candidato convocado para assinatura de contrato de trabalho que não comparecer **DENTRO DO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, será tido como desistente, podendo a Secretaria Municipal de Ação Social convocar o próximo candidato aprovado, obedecida rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição e contratação.

DO EFETIVO EXERCÍCIO
O exercício é o efetivo desempenho das atribuições do emprego.

Após a efetivação da contratação o profissional deverá comparecer Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS que lhe dará lotação.

Cabe à Secretaria Municipal de Assistência Social- SEMAS dar exercício ao profissional contratado.

O início do efetivo exercício será registrado no assentamento individual do contratado.

DA SUSPENSÃO E RESCISÃO DE CONTRATO

A finalização do Contrato de trabalho antes do prazo poderá ocorrer: a) por iniciativa do contratado; b) para dar lugar a servidores admitidos por Concurso Público.
Terá o contrato rescindido o profissional que não cumprir as cláusulas previstas em contratado de trabalho específico firmado entre as partes contratantes, ou pelo término de sua vigência, ou por rescisão voluntária.

Nos casos em que houver descumprimento do contrato de trabalho pelo profissional proceder-se-á a exoneração por demissão com ou sem justa causa após a apuração do fato que motivou a rescisão.

Ocorrendo motivo de suspensão ou interrupção da prestação dos serviços, o contrato de trabalho será prorrogado pelo tempo em que durar o motivo da suspensão ou interrupção do contrato de trabalho, conforme art. 471 e seguintes da CLT.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Este Edital estará afixado no mural de avisos no átrio da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO e da SEMAS, e nos sites da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO (http://www.machadinho.ro.gov.br), e do Diário Oficial da Associação Rondoniense dos Municípios AROM (http://www.diariomunicipal.com.br/arom/).

As nomeações obedecerão rigorosamente à ordem de classificação e os requisitos das Leis Municipais n° 544/2002, 938/2009, nº 820/2007 (Regime Jurídico Único dos Servidores Público Civil do Município); 841/2008 (Estrutura Administrativa), (Plano de Cargos Carreira e Salários dos Servidores da SEMAS) alterada pela Lei Municipal nº 1.438/2015, e suas demais alterações.

A classificação final gera, para o candidato, apenas a mera expectativa de direito à contratação, a interesse e conveniência da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS;

As contratações de candidatos selecionados, só serão permitidas dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, ficando a Secretaria Municipal de Assistência Social/SEMAS autorizada a contratar, conforme disponibilidade orçamentária no período de vigência para onde houver necessidade, independente de local.

Não será fornecido ao candidato documento comprobatório de classificação no presente Processo Seletivo Público, valendo, para esse fim, o edital de homologação divulgado no Diário Oficial da Associação Rondoniense dos Municípios AROM.

Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, juntamente com a Comissão instituída para acompanhamento do presente Processo Seletivo Simplificado e, em última instância administrativa, pela Procuradoria Jurídica do Município de Machadinho D'Oeste/RO.

As contratações serão feitas de acordo com as necessidades da SEMAS e com a existência de recursos orçamentários e financeiros.

O candidato convocado para assinatura de Contrato de Trabalho que não comparecer dentro do prazo estabelecido no Edital de Convocação será tido como desistente e desclassificado automaticamente do certame, podendo, a SEMAS, convocar o próximo candidato aprovado, obedecida rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição e contratação.

A Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO, através do órgão competente, fornecerá ao candidato ao tomar posse, todas as instruções necessárias ao seu exercício.
Nenhum candidato inscrito poderá alegar desconhecimento das instruções contidas neste Edital e demais legislações pertinentes.

Caso seja verificada a inexatidão das informações prestadas pelo candidato, irregularidades nos documentos ou não atendimento a todos os requisitos e condições estabelecidos neste Edital, a qualquer momento, acarretará a eliminação do candidato do certame, sem prejuízo a adoção de medidas judiciais e administrativas cabíveis.

Independentemente de sua classificação neste Processo Seletivo, não será admitido candidato ex- servidor de qualquer órgão de Administração Pública que tenha sido exonerado por demissão a bem do serviço público.

O candidato classificado deverá manter junto à Prefeitura Municipal, durante o prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado, seus dados cadastrais atualizados, para o caso de eventual convocação, de forma que a SEMAS, a Prefeitura Municipal ou a Comissão Organizadora não se responsabilizam em qualquer hipótese pela inexatidão ou inveracidade dos dados por ele informados.

O candidato que não estiver de posse da documentação completa exigida neste Edital no ato da contratação será automaticamente considerado desistente e perderá o direito à vaga pretendida;

A qualquer tempo que sejam constatadas informações fraudulentas, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado, e caso a fraude seja descoberta após sua admissão, será demitido por justa causa, sem prejuízo das demais medidas administrativas e criminais cabíveis ao caso.

A carga horária e as atribuições dos cargos deste Processo Seletivo Simplificado são as constantes das Leis Municipais n° 841/2008 (Estrutura Administrativa do Município), 820/2007 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civil do Município) e 1.104/2012 (Plano de Cargos Carreiras e Salários dos Servidores Municipais da SEMAS e por posteriores alterações.

Todas as publicações referentes ao Processo Seletivo 001/2024 Público serão divulgadas através de afixação no mural de avisos no átrio da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO e da SEMAS, e nos sites da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO (http://www.machadinho.ro.gov.br), e do Diário Oficial da Associação Rondoniense dos Municípios AROM (http://www.diariomunicipal.com.br/arom/).

O planejamento e execução do Processo Seletivo Simplificado ficarão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia.

A SEMAS, a Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO e a Comissão de Organização, Coordenação, Realização e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizam pelo fornecimento de quaisquer cursos, textos, apostilas ou outras publicações referentes a este Processo Seletivo Simplificado.

Quaisquer dúvidas ou informações poderão ser esclarecidas pelos telefones celulares (69) 9.8405-3028 - falar com Raquel de Moraes (Presidente da Comissão) e (69) 9.8404-2433 – falar com Paulo Cesar de Mello Secretário Municipal de Assistencia Social (Membro da Comissão).

DO CRONOGRAMA.
O presente Processo Seletivo obedecerá ao cronograma abaixo:

EVENTO	**DATA**
Inscrições	26/06/2023 a 28/06/2024
Homologação das inscrições	01/07/2024
Resultado parcial da análise curricular	02/07/2024
Prazo para recurso do resultado parcial	03/07/2024
Homologação da classificação da análise curricular após recursos	04/07/2024
Data limite para contratação	05/07/2024

Machadinho D'Oeste, 25 de junho de 2024.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PAULO CESAR DE MELLO
Secretário Municipal de Assistência Social.
Membro da Comissão

RAQUEL DE MORAES
Presidente da Comissão

MAX HENRIQUE OLIVEIRA FERRAZ
Secretário da Comissão .

ANEXO I QUADRO DE VAGAS

PSICÓLOGO				
Vagas	PD	Formação	Carga Horária	Vencimento
01	00	Nível Superior	40h	R$ 2.804,76

ANEXO II - DAS ATRIBUIÇÕES

CARGO:	**PSICÓLOGO**
NÍVEL DE ESCOLARIDADE:	**NÍVEL SUPERIOR**
REQUISITOS PARA POSSE:	Curso Superior em Psicologia e Registro no Conselho da categoria;
ATRIBUIÇÕES	Promover a qualidade de vida das pessoas, buscando eliminar negligências, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; Exercer sua função com base nas diretrizes e objetivos daPNAS(Política Nacional de Assistência Social) e da Proteção Social Especial (PSE); Entender e respeitar o contexto dos usuários e desuas famílias, bem como seus territórios, comunidades e culturas; Compreender as influências psicossociais que refletem no usuário e fazer intervenções conforme a necessidade, seja de forma individual, familiar ou comunitária; Tornar o diálogo acessível para todos os usuários por meio do conhecimento de suas experiências e de seu saber. Ter bom senso e tino para saber a hora de atuar em caráter de emergência, priorizando usuários em situação de maior vulnerabilidade e risco psicossocial; Prestar informações aos usuários sobre o trabalho que será realizado, seus objetivos e encaminhamentos necessários; Promover espaços de participação, controle e mobilização social. Contribuindo, desta forma, para que os usuários desenvolvam consciência de que são cidadãos e, como tal, possuem dever e direito de exercerem papel atuante na sociedade; Se atualizar em relação às mudanças e novos conhecimentos relacionados a sua profissão, buscando, sempre que possível, por melhorias; Ter clareza de suas funções, impedindo que demandas de outras áreas, como verificação e apuração de denúncias, sobreponham os reais objetivos de seu trabalho que são, promover os direitos e a autonomia dos usuários; Dar direcionamento legal de vítimas de violência; Acompanhar; Acolher, conduzir, nortear os indivíduos e as famílias que já fazem parte de situações comprovadas de risco; Promover grupos de apoio entre os diferentes tipos de pessoas, visando o acolhimento entre elas e a busca por superação; Realizar outras atividades compatíveis com o cargo.

ANEXO III

FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N°. 01/2024 SEMAS

IDENTIFICAÇÃO DO (A) CANDIDATO (A)

Nome Completo do (a) Candidato (a):		
CPF	**RG**	**Órgão Emissor**
Data de Nascimento	**Estado Civil**	**Celular**
Endereço (rua)	**Nº.**	**Bairro**
Cidade	**UF**	**CEP**
DECLARO que li e conheço na íntegra o teor do Edital nº. 02/ /2023, sendo sabedor (a) de que devo apresentar todos os documentos necessários de acordo com os itens que constam no ponto 5.3.2 do edital, conforme o cargo pretendido. DECLARO ainda, que os dados acima descritos são verdadeiros e REQUERO a inscrição para o cargo acima selecionado.		Tem Deficiência? SIM ( ) NÃO ( )

_____ **ASSINATURA DO CANDIDATO (A)** **_____,_____ de 2024.**	

ANEXO IV

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°2330/2024, publicado no edital nº. 01/2024 realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

Eu, ...Portador (a) do documento de identidade nº....., inscrição nº....., para concorrer à vaga de ...., no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024, apresento recurso junto a Comissão Realizadora. A decisão objeto de contestação é ..... (explicitar a decisão que está contestando).
Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:
.....

_____, _____ de_____ de 2024.

ASSINATURA DO CANDIDATO

Publicado por:
Max Henrique Oliveira Ferraz
Código Identificador:FC9631C2

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO N º6.392/PMMA/2024.

DECRETO N º6.392/PMMA/2024.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE VALORES AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA/RO, JOSÉ ALVES PEREIRA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR,
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, conforme os dispositivos constantes na Lei nº. 2.495/PMMA/2.023, Art. 16, § 3°, Inciso I, autorizado a proceder a **Abertura de Crédito Suplementar por Anulação** de valores para realocação de Recursos no limite de 1% (um por cento) do Orçamento Vigente, no valor de **R$15.000,00(Quinze mil reais),** a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação para cobrir despesas com diárias para os servidores municipais, conforme Dotação Orçamentária distribuída no quadro abaixo:

Órgão/ Unid.	Função	Sub-Função	Programa	Projeto/ Atividade	Ação do Programa	Elemento de Despesas	F. de Recurso	Valor	Sequência
02/006	**12**	**361**	**0061**	**2**	**064**	**3.3.90.14.00.00**	**15000100**	**R$**	**Nº**
PMMA/ SEMED	Educação	Ensino fundamental	Mais educação 25%	Atividade	Manutenção do ensino fundamental geral	Diárias pessoal - civil	Recursos de impostos – MDE 25% exercício corrente	15.000,00	1
Total								**15.000,00**	

Art. 2º. Para a cobertura da referida suplementação de valores, fica anulada, do Orçamento Vigente, a Dotação Orçamentária distribuída no quadro abaixo:

Órgão/ Unid.	Função	Sub-Função	Programa	Projeto/ Atividade	Ação do Programa	Elemento de Despesas	F. de Recurso	Valor	Seq.
02/006	**12**	**361**	**0061**	**2**	**064**	**3.3.90.30.00.00**	**15000100**	**R$**	**Nº**
PMMA/ SEMED	Educação	Ensino fundamental	Mais educação 25%	Atividade	Manutenção do ensino fundamental geral	Material de consumo	Recursos de impostos – MDE 25% exercício corrente	15.000,00	1
Total								**15.000,00**	

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Ministro Andreazza/RO, 21 de junho de 2024.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

MARCUS FABRICIO ELLER
Assessor Jurídico – OAB/RO 1549

DOCUMENTO PUBLICADO NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA CONFORME LEI N. 384/2003 POR UM PERÍODO MINIMO DE SETE DIAS

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:419F5012

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO N º6.393/PMMA/2024.

DECRETO N º6.393/PMMA/2024.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR TRANSFERENCIA DE VALORES AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA/RO, JOSÉ ALVES PEREIRA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, DE C RE T A:
Art.1º. Fica oPoder Executivo Municipal, conforme os dispositivos constantesnaLei nº. 2.495/PMMA/2.023, Art. 16, § 3°, Inciso I, autorizado a proceder a **AberturadeCrédito Suplementar por Transferência** de valores para realocação de Recursos no limite de 1% (um por cento) do Orçamento Vigente, no valor de **R$7.960,00,00(Quinze mil reais),** a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação para cobrir despesas com diárias para os servidores municipais, conforme Dotação Orçamentária distribuída no quadro abaixo:

Órgão/ Unid.	Função	Sub-Função	Programa	Projeto/ Atividade	Ação do Programa	Elemento de Despesas	F. de Recurso	Valor	Sequência
02/006	**12**	**361**	**0061**	**2**	**064**	**3.3.90.39.00.00**	**15000100**	**R$**	**Nº**
PMMA/ SEMED	Educação	Ensino fundamental	Mais educação 25%	Atividade	Manutenção do ensino fundamental geral pessoa jurídica	Outros serviços de terceiros –	Recursos de impostos – MDE 25% exercício corrente	7.960,00	1
							Total	**7.960,00**	

Art. 2º. Para a cobertura da referida suplementação de valores, fica anulada, do Orçamento Vigente, a Dotação Orçamentária distribuída no quadro abaixo:

Órgão/ Unid.	Função	Sub-Função	Programa	Projeto/ Atividade	Ação do Programa	Elemento de Despesas	F. de Recurso	Valor	Seq.
02/006	**12**	**361**	**0061**	**2**	**064**	**4.4.90.52.00.00**	**15000100**	**R$**	**Nº**
PMMA/ SEMED	Educação	Ensino fundamental	Mais educação 25%	Atividade	Manutenção do ensino fundamental geral	Equipamentos e material permanente	Recursos de impostos – MDE 25% exercício corrente	7.960,00	1
							Total	**7.960,00**	

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Ministro Andreazza/RO, 21 de junho de 2024.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

MARCUS FABRICIO ELLER
Assessor Jurídico
– OAB/RO 1549

DOCUMENTO PUBLICADO NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA CONFORME LEI N. 384/2003 POR UM PERÍODO MINIMO DE SETE DIAS

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:00A50710

ASSESSORIA JURÍDICA
CONTRATO 03/SEMAP/2024

CONTRATO 03/SEMAP/2024

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA/RO, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E A EMPRESA V. CORDEIRO FILHO LIMPEZA URBANA – CNPJ 13.089.691/0001-93, PARA REFORMA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E PEQUENOS REPAROS NA UNIDADE BÁSICA DE SAUDE JOAO PAULO.

O MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA-RO., Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº. 63.762.074/0001-85, com sede na Av. Pau Brasil, 5577, Centro, na Cidade de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia, daqui em diante simplesmente denominada CONTRATANTE, neste Ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **JOSÉ ALVES PEREIRA**, brasileiro, casado, portador da CI/RG nº 304453 SSP/RO, inscrito no CPF/MF nº 313.096.582-34, com a interveniência da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEMAP, e do outro lado a empresa **V. CORDEIRO FILHO LIMPEZA URBANA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 13.089.691/0001-93, com sede à Rua Rondônia, 6077, Centro, no Município de Ministro Andreazza-RO, neste ato representada por VALQUIRIA CORDEIRO FILHO, brasileira, solteira, maior capaz, portadora da cédula de identidade sob o n. 1314971 SESDEC/RO, inscrita no CPF/MF sob o n. 884.867.612-04, residente e domiciliada na Rua Joana D´Arc, 3342, Centro, no Município de Ministro Andreazza-RO, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente instrumento, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021, e alterações posteriores, nos preceitos de Direito Público e supletivamente, nos Princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições do Direito Privado, conforme consta da Cláusula Primeira deste contrato, em conformidade com o Processo n. 467/SEMAP/2024, as exigências e a proposta do Projeto Básico, decorrentes do Edital de Concorrência nº 005/2024 – PREFEITURA DE MINISTRO ANDREAZZA, pelas seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA. DO OBJETO:

O presente contrato tem como objeto **CONTRATAÇAO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DAS INSTALAÇOES ELETRICA E PEQUENOS REPAROS NA UNIDADE BASICA DE SAUDE JOAO PAULO**, As despesas decorrentes da execução deste

Projeto Básico correrão à conta dos recursos consignados por meio de Credito Especial inserido no Orçamento de 2024. Que atenderá a Secretaria Municipal de Administração e Planejmaneto – SEMAP, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

Parágrafo Único. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

Projeto Básico;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO:
O respaldo jurídico do presente Contrato encontra−se consubstanciado na Lei Federal nº14.133/21, e demais normas aplicáveis subsidiariamente, bem como na Concorrência Eletrônica nº **05/PMMA/2024**.

CLÁUSULA TERCEIRA. DA ASSINATURA DO CONTRATO:
PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA, com base no art.90 caput da Lei nº 14.133/23, tem prazo de 24 (vinte e quatro) horas para assinar o contrato, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções administrativas previstas na mesma lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Caso a CONTRATADA dependa da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura docontrato, deverá fazê−la até o prazo de impugnação do certame.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à CONTRATANTE, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da CONTRATADA dentro do prazo estabelecido PARÁGRAFO PRIMEIRO.

CLÁUSULA QUARTA. DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:
Constituem obrigações da CONTRATADA:

Efetuar análise de todo Projeto Básico e caderno de encargos, esclarecendo junto à CONTRATANTE toda e qualquer dúvida sobre detalhes construtivos, materiais a serem aplicadas e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas;

Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

Apresentar cronograma de execução dos serviços no tempo estabelecido pela CONTRATANTE e cumprir prazos e etapas nele estabelecidos e aprovados pela CONTRATANTE;

Cumprir as exigências de qualidade na execução dos serviços posto nesse Projeto Básico, no caderno de encargos, no edital do certame e no futuro contrato, sempre com pessoal qualificado;

Utilizar nos serviços materiais novos, comprovadamente de primeira qualidade, que estejam de acordo com as especificações, que atendam aos requisitos mínimos de desempenho das normas brasileiras correspondentes;

Ler e atender para as referências citadas nas especificações técnicas (Planilha);

Poderá ser utilizado produto ou material similar ao especificado, desde que aprovado previamente pela comissão Fiscalização; neste caso a CONTRATADA providenciará a suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim;

Utilizar ferramentas e equipamentos próprios na execução dos serviços, não podendo se servir dos pertences da CONTRATANTE a qualquer título e ainda que temporariamente;

Reparar, corrigir, remover ou substituir, ás suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado;

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representa−la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem estar no trabalho;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância ás recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, aindaque ocorridos em via pública junto à obra;

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo−lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de bota fora, encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

Indicar e−mail, número de telefone e número de WhatsApp (com confirmação de leitura ativada) oficial do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação com o mesmo.

Fica PROIBIDO a terceirização, locação e sublocação da obra;

A CONTRATADA deve apresentar DECLARAÇÃO que conhece o local onde será executada a obra.

A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por seus fornecedores.

Deverá providenciar junto ao CREA as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica ARTs ou os Registros de Responsabilidade Técnica RRTs no CAU regional referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6496/77.

Obter junto à Prefeitura Municipal o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição, na forma das disposições em vigor.

Responsabilizar−se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor (NR−18), particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços e obras, objeto do contrato.

Todos os elementos de projeto deverão ser minuciosamente estudados pela CONTRATADA, antes e durante a execução dos serviços e obras, devendo informar à Fiscalização sobre qualquer eventual incoerência, falha ou omissão que for constatada.

Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando−se a saldá−los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

Permitir o livre acesso da CONTRATANTE a qualquer momento, durante a execução do objetodeste contrato;

Será cobrado da CONTRATADA a ART da prestação de serviços emitida pelo CREA−RO;

A CONTRATADA deverá conduzir os serviços em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações e mantendo o local das obras de engenharia sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato;

A CONTRATADA é responsável pela guarda e manutenção da obra, equipamentos e materiais até a entrega definitiva das obras de engenharia;

Comunicar à CONTRATANTE quaisquer eventos que possam comprometer a execução do contrato, tais como: dissolução da sociedade ou o falecimento do representante da empresa, decretação de falência ou recuperação judicial, débitos previdenciários, de FGTS e Sociais e outras situações, que afetem a estabilidade econômico−financeira da Empresa, com repercussões no contrato;

Responder civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, independente de dolo ou culpa, no cumprimento do contrato venha diretamente provocar ou causar por si ou porseus empregados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, salvo na ocorrência de caso fortuito ou força maior, apurados na forma da legislação vigente.;

A responsabilidade da CONTRATADA não está excluída nem fica reduzida pela fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar−se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

Responsabilizar−se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo−lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menorde dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da lei 14.133/21);

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá−los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto ou identificada não qualificação técnica.

Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto ou identificada a não qualificação técnica.

Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto deste Contrato, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente edos órgãos de controle interno e externo, conforme dispõe o art. 43 da Portaria Interministerial 424/2016.

II - **Constituem obrigações da CONTRATANTE:**

Fornecer o projeto arquitetônico, planilha e cronograma físico financeiro necessário à execução da obra (via digital);

Solicitar a apresentação, por parte da CONTRATADA, todos os documentos de habilitação exigidos na contratação, para que estas condições sejam mantidas durante a vigência do contrato.

Verificar se os materiais utilizados na execução dos serviços correspondem aos apresentados na proposta da CONTRATADA;

Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados (conforme cronograma físico financeiro);

Emitir termo de Autorização de Início da Obra e Termo de Recebimento;

Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução deste contrato, através de comissão designada para este fim;

Supervisionar, fiscalizar e atestar a entrega dos serviços realizados pela CONTRATADA e respectivas medições emitidas de acordo com o Cronograma Físico Financeiro.

Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando−se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objetofornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme o Art. 123, parágrafo único da lei nº 14.133/2021.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico−financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme o Art. 123, parágrafo único da lei nº14.133/2021.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, aindaque vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA. DO LOCAL E REGIME DE EXECUÇÃO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O regime de execução será licitação do tipo menor preço global, com o cumprimento do objetod escrito na cláusula primeira deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O local de execução será na Unidade Básica de Saúde João Paulo, localizada na rua Martinho Luterno, 5212, Centro, no Município de Ministro Andreazza-RO.

CLÁUSULA SÉTIMA. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DAS NORMAS DE MEDIÇÃO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O prazo para execução da obra será de **80 (oitenta) dias** corridos, a contar a partir da data de emissão de respectiva Ordem de Serviço, devendo a **CONTRATADA** submeterà aprovação da Prefeitura Municipal, a sua proposta de cronograma físico−financeiro para execução da obra.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A CONTRATADA deverá submeter a aprovação da CONTRATANTE, a sua proposta de cronograma físico−financeiro para execução da obra.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A medição será realizada conforme o cronograma físico financeiro.

PARÁGRAFO QUARTO. A medição terá como base o serviço efetivamente realizado e concluído satisfatoriamente no período formalmente aprovado pela Comissão de Fiscalização, dentro do prazo estipulado.

PARÁGRAFO QUINTO. Perdas, sobras, quebras de unidades, ineficiência de mão−de−obra e outros, deverão ser considerados na composição de custo unitários, não sendo, em hipótese alguma, considerados na medição.

PARÁGRAFO SEXTO. Durante a execução dos serviços e obras, a CONTRATADA deverá:

Submeter à aprovação da Fiscalização até 5 (cinco) dias após o início dos trabalhos, o projeto das instalações provisórias ou canteiro de serviços compatíveis com o porte e características do objeto do contrato, definindo todas as áreas de vivência, dependências, espaços, instalações e equipamentos necessários ao andamento dos serviços e obras, inclusive escritórios e instalações para uso da Fiscalização, quando previstas no Caderno de Encargos.

Providenciar as ligações provisórias das utilidades necessárias à execução dos serviços e obras, como água, esgotos, energia elétrica e telefones, bem como responder pelas despesas de consumo até o seu recebimento definitivo.

Manter no local dos serviços e obras instalações, funcionários uniformizados identificados e equipamentos em números, qualificação e especificação adequados ao cumprimento do contrato.

Providenciar para que os materiais, mão de obra e demais suprimentos estejam em tempo hábil nos locais de execução, de modo a satisfazer as necessidades previstas no cronograma e planode execução dos serviços e obras, objeto do contrato.

Alocar os recursos necessários à administração e execução dos serviços e obras, inclusive os destinados ao pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato.

Submeter previamente à aprovação da Fiscalização eventuais ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, de modo a mantê−la perfeitamente informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos.

Submeter previamente à aprovação da Fiscalização qualquer modificação nos métodos construtivos originalmente previstos no plano de execução dos serviços e obras.

Executar os ajustes nos serviços concluídos ou em execução, determinados pela Fiscalização.

Comunicar imediatamente à Fiscalização qualquer ocorrência de fato anormal ou extraordinário que ocorra no local dos trabalhos;

Submeter à aprovação da Fiscalização os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços e obras objeto do contrato;

Realizar, através de laboratórios previamente aprovados pela Fiscalização, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos;

Evitar interferências com as propriedades, atividades e tráfego de veículos na vizinhança do local dos serviços e obras, programando adequadamente as atividades executivas;

Elaborar os relatórios periódicos de execução dos serviços e obras, elaborados de conformidade com os requisitos estabelecidos no Caderno de Encargos;

Providenciar as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto, como água, esgotos, gás, energia elétrica e telefones;

Retirar até 15 (quinze) dias após o recebimento definitivo dos serviços e obras, todo pessoal, máquinas, equipamentos, materiais e instalações provisórias do local dos trabalhos, deixando todas as áreas do canteiro de serviço limpas e livres de entulhos e detritos de qualquer espécie e natureza.

CLÁUSULA OITAVA. DOS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA:

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos de segurança a todos os funcionários que irão trabalhar na obra objeto do presente contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O funcionário a que se refere o item anterior, deverá assinar um documento atestando o recebimento dos EPIS com a respectiva ciência de que deve usá−los adequadamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A CONTRATADA deverá dispor de no mínimo 04 (quatro) kits de equipamentos sobressalentes no canteiro de obras, tais como: botina, capacete, luva de raspa, óculos de proteção, fita zebrada, máscara descartável, protetor auricular tipo plug, e outros, para possíveis fiscalizações de órgãos internos e externos, como por exemplo, CREA, Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, dentre outros.

PARÁGRAFO QUARTO. A CONTRATADA deverá manter o controle de uso dos EPIs por seus funcionários, enquanto no canteiro de obras para execução do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO. Periodicamente, a CONTRATADA deverá verificar a validade dos EPIs, a distribuição correta por função, os treinamentos a serem realizados, se for o caso, e entre outras, para oferecer maior con− fiança e segurança dos funcionários.

CLÁUSULA NONA. DO RECEBIMENTO DA OBRA:
A obra de engenharia será recebida da seguinte forma:

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita de seu término pela CONTRATADA, quando serão apontados todos os vícios construtivos aparentes remanescentes de sua execução, nos termosdo art. 140, inciso I, alínea a).

PÁRÁGRAFO SEGUNDO. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da assinatura do Termo de Recebimento Provisório, nos termos do art. 140, inciso I, alínea b).

PARÁGRAFO TERCEIRO. A obra será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, com todas as instalações e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e devidamente testados.

PARÁGRAFO QUARTO. A obra deverá estar de acordo com a NBR 9050/2015, no que diz respeito a rampas, corredores, portas e sanitários, destinados à acessibilidade de "pessoas portadoras de necessidades especiais". Uma vistoria final da obra deverá ser feita pela CONTRATADA, antes da comunicação oficial do término da mesma, acompanhada pela FISCALIZAÇÃO.

PARÁGRAFO QUINTO. Será então, firmado o Termo de Entrega Provisório, de acordo com o Art. 140, inciso I, alínea a, da Lei Nº 14.133/2021, onde deverão constar todas as pendências e/ou não conformidades verificadas na vistoria.

PARÁGRAFO SEXTO. Todas as imperfeições decorrentes da obra, por exemplo, áreas cimentadas, áreas verdes, redesde energia, redes hidráulicas, redes de gases canalizados deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, sem qualquer acréscimo a ser pago pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Todos os serviços necessários para execução da obra descritos nessas especificações deverão ser executados conforme definido nos projetos fornecidos, nas normas vigentes sobre cada assuntoe nas orientações dos fabricantes dos materiais.

PARÁGRAFO OITAVO. O **CONTRATANTE** fornecerá à **CONTRATADA** todos os projetos básicos, em mídia digital que compõem o objeto do contrato, de conformidade com as disposições do Caderno de Encargos. Se algum aspecto destas especificações estiver em desacordo com normas vigentes da ABNT, Resoluções Normativas do CREA, Resoluções Normativas do CAU e Normas Governo do Estado prevalece− rão as prescrições contidas nas normas dessas entidades públicas. Em caso de divergências, salvo quando houver acordo entre as partes, será adotada a seguinte prevalência:
As normas da ABNT prevalecem sobre estas especificações técnicas e estas, sobre os projetos.
As cotas dos desenhos prevalecem em suas dimensões, medidas em escala;
Os desenhos de maior escala prevalecem sobre os de menor escala e caderno de encargos;
Os desenhos de datas mais recentes prevalecem sobre os de datas mais antigos.

CLÁUSULA DÉCIMA. DA GARANTIA DA OBRA E DA RESPONSABILIDADE CIVIL:
Será de 05 (cinco) anos o prazo de garantia da obra, a contar do recebimento definitivo da obra, nos termos deste contrato e conforme o art. 618 do Código Civil brasileiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA se responsabiliza, durante 01 (um) ano, por vícios redibitórios (ocultos), denunciados pela CONTRATANTE, conforme arts. 445 e 446 do Código Civil.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Quando o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo contar−se−á do momento em que dele o contratante tiver ciência.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O prazo previsto no parágrafo acima não correrá durante o prazo de garantia de 05 (cinco) anos, previsto no item parágrafo primeiro.
PARÁGRAGO QUARTO. Além da responsabilidade administrativa e penal, se for o caso, a CONTRATADA se responsabilizará civilmente pela execução do presente contrato, obrigando−se a executá−lo em obediência às normas jurídicas e técnicas e aos regulamentos pertinentes, além de observar totalmente as disposições contidas no edital e seus anexos.

PARÁGRAFO QUINTO. Se a CONTRATADA, por ato ilícito causar dano a outrem, fica obrigada a repará−lo, nos termos dos arts. 927 e ss., do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO. Persiste a responsabilidade civil da CONTRATADA pelo prazo prescricional de 10 (dez) anos, a contar do término do prazo de garantia da obra, nos casos de falhas graves ou outras equivalentes, relativas à execução do objeto do contrato, incluindo serviços e materiais empregados, comprovada a culpa da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE:
São prerrogativas da CONTRATANTE (art.104 da Lei 14.133/21):
Empreender unilateralmente modificações nos termos deste contrato, desde que objetive atender ao interesse público, ressalvados os direitos da CONTRATADA;

Rescindir unilateralmente o presente contrato, nos casos previstos na Lei nº 14.133/21, podendo ainda rescindir o contrato amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que conveniente aos interesses da Administração;

Fiscalizar a execução do contrato;

ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

d.1. risco à prestação de serviços essenciais;
d.2. necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.
d.3. A rescisão contratual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade superior.
d.4. As cláusulas econômico−financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
d.5. Na hipótese da alínea a), as cláusulas econômico−financeiras do presente contrato deverão ser revistas para manter o equilíbrio do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PARALISAÇÃO DO CONTRATO:
No caso de eventual paralisação dos serviços, a Comissão de Fiscalização e/ou fiscal do contrato deverá elaborar relatório circunstanciado, justificando os motivos técnicos ensejadores do retardamento, em ato que deverá ser encaminhado ao Ordenador de Despesa dentro do prazo máximo de 03 (três) dias, para fins de ratificação e no prazo de 05 (cinco) dias para publicação no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA -OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa−fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

PARÁGRAFO SEGUNDO. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

PARÁGRAFO QUARTO. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá−los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver neces− sidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

PARÁGRAFO QUINTO. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

PARÁGRAFO SEXTO. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

PARÁGRAFO SÉTIMO. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
O valor do presente contrato é de **R$143.393,50 (cento e quarenta e três mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).**

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O pagamento em favor do Fornecedor será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da definitiva entrega da medição realizada pelo departamento de engenharia, mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/comissão encarregado do recebimento e em conformidade com o cronograma de desembolso (ID 1675033).

PARÁGRAFO SEGUNDO. A nota fiscal deverá vir acompanhada de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Seguridade Social (INSS), perante ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Caso o Fornecedor Registrado goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar nº 123/2006), pela entrega de declaração, conforme modelo constante da IN nº 480/04, alterada pela IN nº 706/07, ambas da Secretaria da Receita Federal. Após apresentada a referida comprovação, o Fornecedor Registrado ficará responsável por comunicar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento − SEMAP qualquer alteração posterior na situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução.

PARÁGRAFO QUARTO. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação dadespesa, este ficará pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO. Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

PARÁGRAFO SEXTO. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado, pagará ao Fornecedor Registrado atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE, proporcionalmente aos dias de atraso.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

PARÁGRAFO OITAVO. Em havendo possibilidade de antecipação de pagamento, somente aplicáveis às obrigações adimplidas, a CONTRATANTE fará jus a desconto na mesma proporção.

PARÁGRAFO NONO. No caso de pendência de liquidação de obrigações pelo Fornecedor Registrado, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda,quando for o caso, cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Considerar−se−á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.
A nota fiscal ou nota fiscal−fatura deverá ser entregue na sede da CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.
As propostas apresentadas devem observar o princípio da anualidade estabelecido pela Leinº 10.192, de 14.02.2001.
PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. Será realizado o pagamento conforme as medições mensais estabelecidas no cronograma.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. O pagamento da última medição só será realizado após o recebimento definitivo da obra.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. A CONTRATADA fica obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, decorrentes de modificações de quantitativos, projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, sendo que, em qualquer caso, a alteração contratual será objeto de exame pela Assesseoria Juridica do Município de Ministro Andreazza/RO.

PARAGRAFO DÉCIMO QUARTO. O pagamento da última medição só será realizado após o recebimento definitivo da obra, sem direito a juros e correção monetária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes do presente contrato correrão conforme a seguinte dotação orçamentária:

Projeto Atividade: 1.511 – reforma das instalações eletricas e pequenos reparos na Unidade Básica de Saúde João Paulo, conforme emenda nº 202341730004. - Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES. - Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.
Valor:**R$143.393,00 (cento e quarenta e três mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DA REPACTUAÇÃO
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Só será concedido o reajuste depois de transcorrido o interstício mínimo de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A periodicidade para efeito de reajuste de preços será contada a partirr da data−base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos;

PARÁGRAFO TERCEIRO. Em caso de novo reajustamento, a periodicidade será contada a partir da data do último reajuste concedido;

PARÁGRAFO QUARTO São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que na apuração de índices de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste com periodicidade inferior à anual.

PARÁGRAFO QUINTO. Após o prazo acima referenciado, será utilizado para reajuste do valor do Contrato o índice Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas − Edificações (Coluna 35−FGV) adotando−se a fórmula a seguir:

Fórmula de cálculo:

R = Vf x [(In − I0) ÷ I0]

Onde:

R = Valor do reajustamento;

Vf = Valor da nota fiscal a preços iniciais do contrato;
I − Índice do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas Edificações (Coluna 35 FGV); Índice I com indicador n = Relativo ao mês anterior ao da concessão do reajustamento;
Índice I com indicador 0 = Relativo ao mês anterior à elaboração do orçamento; Data−base do orçamento = mês/ano.

PARÁGRAFO SEXTO. A formalização da solicitação de reajuste deve conter os seguintes documentos:

Pedido inicial firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato/ata de registro de preços;
Planilha proposta aberta contemplando detalhadamente os valores solicitados;
Certidões atualizadas de regularidade do FGTS e perante a Seguridade Social e as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO SÉTIMO. Na análise do pedido de reajuste devem ser consideradas e mantidas todas as condições referentes às majorações e/ou descontos ofertados em processos de reequilíbrio, já concedido.

PARÁGRAFO OITAVO. Na ocasião da análise do pedido de reajuste, a Administração Pública deve reavaliar os custosprevistos na planilha contratada, de modo a contemplar as variações específicas do objeto tais como: amortização, depreciação e exaustão.

I − A análise do reajuste deve ser feita considerando as hipóteses em que haja deságio em razão da amortização de despesas não renováveis ou pela depreciação do objeto do contrato, a exemplo de locação de veículos e equipamentos.

II − Nas hipóteses de amortização/depreciação referenciadas no inciso anterior devem ser elaboradas planilhas comparativas de preços contendo o valor do bem já utilizado e o valor de um novo, a partir de pesquisa de mercado com vistas a obter o preço justo a ser adimplido pelo município.

PARÁGRAFO NONO. Na análise do reajuste de preços, deve atentar−se especialmente para as seguintes situações no cumprimento do objeto contratual:

I− Quando houver antecipação do prazo para conclusão do objeto contratual, prevalece o índice vigente na data em que for concluído o objeto;

II− Quando houver prorrogação do prazo para conclusão do objeto contratual, prevalece o índice vigente no mês previsto inicialmente para cumprimento do objeto;

PARÁGRAFO DÉCIMO. Quando houver atraso no cumprimento do objeto por culpa da contratada:

I - Prevalece o índice vigente na data inicialmente prevista na hipótese de aumento do mesmo; e

II - Prevalece o índice vigente na data do efetivo cumprimento do objeto na hipótese de diminuição do mesmo;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. Quando houver atraso por culpa da contratante, aplica−se o índice vigente na data em que for realizado o objeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. Na hipótese de vir a ocorrer o decurso de prazo superior a um ano entre a data da apresentação da proposta vencedora da licitação e a assinatura do respectivo instrumento contratual, o procedimento de reajustamento aplicável consiste em:
I− Firmar o contrato com os valores originais da proposta; e

II− Celebrar o primeiro termo de apostilamento, antes do início da execução contratual, reajustando os preços de acordo com a variação do índice previsto no edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste, ocorrerá a preclusão do direito. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato. O índice adotado para o reajuste será o INCC.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do PARÁGRAFO PRIMEIRO.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLAÚSULA DÉCIMA SÉTIMA. DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A REVISÃO poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento;

PARÁGRAFO TERCEIRO. Os pedidos de revisão dos contratos administrativos serão analisados com base nos seguintes critérios específicos:

PARÁGRAFO QUARTO. O contrato será avaliado de forma global, sendo que a análise para revisão dos preços será realizada apenas a partir dos insumos que compõem os serviços contidos na planilha contratual;

PARÁGRAFO QUINTO. Preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, apósa data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encar−gos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados;

PARÁGRAFO SEXTO. A CONTRATADA que fizer solicitação deverá considerar a real variação nos preços dos insumos adquiridos, mantendo o desconto ofertado à época da licitação e sempre levando em consideração os parâmetros utilizados para precificação da proposta inicial.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Caso o insumo pleiteado no reequilíbrio não conste nas tabelas oficiais, os preços propostos podem ser baseados em outros preços referenciais federais, estaduais, municipais ou de outras instituições públicas ou privadas consagradas, ou ainda, em ampla pesquisa de preços de mercado.

PARÁGRAFO OITAVO. Para efeito de acordo, poderá ser adotado como limite de preço o valor de referência, considerando, para tanto, o disposto no caput e o disposto no parágrafo primeiro, decrescido do desconto da licitação, exceto nos casos em que reste demonstrado que o preço dos insumos ou dos serviços não permite redução por regra imposta pelo mercado.

PARÁGRFO NONO. A memória de cálculo da variação nos preços dos insumos de construção civil será elaborada pelas empresas detentoras dos contratos de execução das obras firmados com o Município, com a apresentação das composições a serem analisadas e respectivo impacto econômico financeiro no contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO. A memória de cálculo será submetida ao engenheiro fiscal do contrato para verificação e emissão de relatório conclusivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. Para processar o pedido de reequilíbrio econômico−financeiro devem ser observados os seguintes procedimentos:
I − Pedido de revisão firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato, justificado técnica e juridicamente, informando a fundamentação normativa econtratual que o autoriza, devendo ser instruído com os seguintes documentos:

relatório que demonstre a variação extraordinária ocorrida após a data da apresentação da proposta de preços contratados no âmbito da licitação, e do nexo de causalidade entre esta e os impactos gerados na esfera da execução do contrato;

cópia das notas fiscais a fim de comprovar que o material já foi adquirido com preço alcançado pela variação e com a finalidade de execução do contrato;

comprovante de medição realizada com preço a menor que a variação contida na alínea "a", demonstrando que o respectivo serviço ou obra já foi executado;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. O pedido de revisão deve explicitar minuciosamente o impacto econômico−financeiro sofrido por cada insumo pleiteado, com suas causas e consequências sobre o contrato, bem como esclarecendoque tal impacto é superior ao índice especifico ou setorial previsto no contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. As empresas requerentes deverão encaminhar suas planilhas em arquivo eletrônico editável.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. No caso de deferimento do pedido de revisão, o contratado só fará jus ao valor que exceder o percentual de risco assumido na contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO. Reconhecendo direito à revisão, decorrente do desequilíbrio contratual, será lavrado Termo de Aditivo, no qual deverá ser especificado o item em relação ao qual foi reconhecido o direito e o percentual de revisão, bem como o valor global atualizado do Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO. A revisão por eventual desequilíbrio contratual será concedida apenas uma vez por medição.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO. No caso de processo de execução de obras, o contratado poderá apresentar o pedido de revisão junto com os documentos de medição. A avaliação do pedido de revisão pela Administração não poderá ensejar no retardamento da liquidação e pagamento da despesa. Eventual deferimento do pedido de revisão poderá ser pago após adequada instrução do processo.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO. No caso de obras, quando a contratada solicitar revisão dos preços contratados, deverá realizar o pedido referente aos itens da medição.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO. A elevação dos preços de alguns produtos e/ou insumos, motivada por mercados suscetíveis às variações climáticas, entressafra, alta de matéria prima, etc., (fatores sazonais) não constitui fato superveniente capaz de alterar o equilíbrio econômico−financeiro do contrato, por tratarem defatores previsíveis, portanto, já considerados na elaboração do preço proposto.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO. O pedido será analisado pelo fiscal do contrato, que deverá produzir relatório circunstanciado, demonstrando, especialmente, a regularidade e adequação do pedido de reequilíbrio, de− monstrando, inclusive a compatibilidade dos preços atuais dos insumos reclamados com os de mercado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO. Devem ser utilizados como critérios de análise a serem observados pelo fiscal os preços das Tabelas Referenciais ou a Pesquisas de Preços no mercado regional, sendo que, nesse caso, as propostas de preços devem:

conter o CNPJ no papel timbrado do fornecedor;
conter itens com as mesmas especificações do Contrato objeto do procedimento de reequilíbrio econômico−financeiro;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO. a variação entre a média obtida para cada item a ser revisado com base nas propostas advindas da pesquisa de mercado e os preços pesquisados considerados individualmente não podem apresentar desvio superior a 15%, para mais ou para menos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO. O relatório circunstanciado deverá contemplar os valores praticados durante toda a execução contratual, saldo remanescente, medições e termos aditivos, se houver.
Na análise do pedido de revisão devem ser consideradas todas as majorações para reequilíbrio eventualmente já concedidas, mesmo que em processos de repactuação ou reajuste.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO. Não será concedida a revisão quando:

Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do Contrato;
Ausente o nexo de casualidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo−se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;
Houver alteração do regime jurídico−tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico−financeiro deste Contrato, implicarão a revisão de preços para mais ou para menos, adotando−se a alíquota prevista na lei respectiva.

CLÁSULA DÉCIMA OITAVA. DA REPACTUAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, bem como de toda a documentação que comprove que a contratada arcou com os mesmos.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Apenas a planilha de formação de custos utilizada na apresentação da proposta vencedora do certame licitatório servirá como documento idôneo para avaliação do valor referente à futura repactuação.

PARÁGRAFO TERCEIRO. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando, posteriormente, se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

PARÁGRAFO QUARTO. Para a concessão da primeira repactuação deverá ser obedecido o interregno mínimo de 01 (um) ano que será contado a partir:

Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; e

Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas−bases destes instrumentos.

Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data de vigência dos valores adotados na última repactuação.

PARÁGRAFO QUINTO. A repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação dos custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços, respeitado o princípio da anualidade.

PARÁGRAFO SEXTO. Na repactuação do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve ser repassado integralmente o aumento dos custos da mão de obra decorrente desses instrumentos;

PARÁGRAFO SÉTIMO. A administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabelecem valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para insumos relacionados ao exercício da atividade.

PARÁGRAFO OITAVO. A repactuação em função da variação de custos decorrente do mercado, somente poderá ser concedida mediante negociação entre as partes, observando−se:

Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
As particularidades do contrato em vigência;
A nova planilha com variação dos custos apresentada;
Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

PARÁGRAFO NONO. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e contemplando apenas a diferença porventura existente.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Ocorrerá a preclusão lógica quando o contratado não requerer o reajuste e/ou a repactuação a que fizer jus em momento oportuno, ou seja, anterior à assinatura do termo aditivo de prorrogação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. A solicitação de repactuação deve ser, obrigatoriamente, de iniciativa da contratada.
A formalização da solicitação de repactuação deve conter os seguintes documentos:

Pedido inicial firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato/ata de registro de preços;
Planilha de proposta aberta contemplando detalhadamente os valores solicitados;
Todos os documentos que comprovem que a contratada arcou com custos relacionados ao objeto contratual além do que o esperado;
Cópia do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA:
O presente contrato, em hipótese alguma, poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA VIGESIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:
O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste contrato serão exercidos por meio de um representante, denominado fiscal e um substituto, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 117 da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução do serviço, à CONTRATANTE reserva−se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.
Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do fiscal inerentes ao objeto deste contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATANTE, que é total e irrestrita em relação ao serviço executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO.A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO.A prestação do serviço contratado, deverá estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE, sendo que a inobservância desta condição implicará a recusa do mesmo, bem como o seu devido refazimento e/ou adequação/substituição, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.
As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULAVIGESIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar−se−ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie prescritas na Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

dar causa à inexecução parcial do contrato;
dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar−se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
Advertência pela falta do subitem 17.1.1 dO termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Multa;

3,2% até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

3,2% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em casode inexecução total da obrigação assumida;

Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três)anos, nos casos dos subitens
a 19.1.7 do termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 19.1.8 a 19.1.12, do termo de referência bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

PARÁGRAFO TERCEIRO. Na aplicação das sanções serão considerados:

a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para a Administração Pública;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO QUARTO. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na tabela abaixo:

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	1	2%
2	2	4%
3	3	5%
4	4	6%
5	5	8%
6	6	10%

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Fraudar qualquer documentação que deverá ser en− tregue à CONTRATADA para posterior pagamento da nota fiscal	6	Por ocorrência
2	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolode seus agentes.	2	Por ocorrência
3	Recusar−se a executar determinações da FISCALIZA−ÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força mai−or ou caso fortuito, os serviços contratuais.	5	Por dia
5	Manter funcionário sem qualificação para executar osserviços contratados.	4	Por dia e porfuncionário
6	Recusar−se a executar serviço determinado pela fis−calização.	3	Por dia e porserviço
Para os itens a seguir, **deixar de:**			
7	Executar os serviços conforme estabelecido pelo CON−TRATANTE.	4	Por ocorrência
8	Manter, durante a vigência da contratação, as condi− ções de habilitação exigidas, devendo comunicar o CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições	4	Por ocorrência
9	Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qual− quer alteração ocorrida no endereço, conta bancáriae outros julgados necessários para recebimento de correspondência.	1	Por ocorrência
10	Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a aten−der prontamente	2	Por ocorrência
	Cumprir quaisquer itens não previstos nesta tabela demultas.		Por ocorrênciae por item
11		1	
12	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a do−cumentação exigida na contratação.	1	Por ocorrência
13	Atender as demais obrigações e responsabilidadesprevistas na Lei Federal nº 14.133/2021	3	Por ocorrência

PARÁGRAFO QUINTO. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133 de 2021):

A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientaçõesdos órgãos de controle.

PARÁGRAFO SEXTO. A aplicação de multa moratória não impedirá que a CONTRATANTE converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato cumuladas outras sanções previstas em lei, conforme dispõe o art. 162, parágrafo único da Lei n 14.133/2021

PARÁGRAFO SÉTIMO. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133 de 2021).

PARÁGRAFO OITAVO. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois porcento).

PARÁGRAFO NONO. O atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei nº 14.133 de 2021).

PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157da Lei nº 14.133 de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença serádescontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório,a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitarou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO. A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

PARÁGRAFO DÉCIO SÉTIMO. A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO. As sanções serão aplicadas no que couber, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme a infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA. DA VIGÊNCIA:
O prazo de vigência do presente contrato será de 90 (noventa) dias**,** contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 111 da lei 14.133/2021, ou seja, de **21/06/2024 à 21/09/2024.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, mas deverá ser formalizado o termo aditivo, entre pelos partícipes para controle dos prazos, sendo instrumento declaratório de uma prorrogação automática prevista na lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As eventuais prorrogações deverão ser instrumentalizadas pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Ministro Andreazza/RO.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO:
O contrato se extingue quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO.O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que hajaa notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A inexecução total ou parcial, pela CONTRATADA, das obrigações estabelecidas no presente contrato enseja a sua rescisão, resguardando−se ao CONTRATANTE o direito de promover contratações para a entrega dos materiais sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

PARÁGRAFO QUARTO. Além de sua inexecução total ou parcial, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

O cumprimento irregular das cláusulas contratuais, inclusive o atraso em relação aos prazos estabelecidos;
O atraso injustificado na entrega dos materiais, objeto deste contrato, sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;
A decretação de falência da empresa ou a instauração de insolvência civil;
A dissolução da sociedade ou falecimento dos sócios da CONTRATADA;
Razões de interesse público, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATADA;
Ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução deste contrato, regularmente comprovada nos autos.

PARÁGRAFO QUINTO. A rescisão do presente contrato também poderá ocorrer conforme o art.138 da lei 14.133/21 nos seguintes casos:

Determinado por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEXTO. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO OITAVO. Constituem motivos para rescisão os previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO NONO. Os motivos e a disciplina de rescisão especificada nesta cláusula não afastam a incidência dosartigos 137,138 e 139 da Lei 14.133/21, que serão aplicáveis em sua inteireza ao presente contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Na hipótese de rescisão serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA. DA ALTERAÇÃO
Eventuais alterações contratuais reger−se−ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021:

I - Unilateralmente:

Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 14.133/21.
Por acordo das partes:
Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
Para restabelecer o equilíbrio econômico−financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA-DO PREPOSTO:
A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência do contrato, preposto para representá−la perante o fiscal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O representante da CONTRATADA será credenciado em Carta de Preposto encaminhada ao gestor/fiscal do contrato em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, com indicação da qualidade e qualificação pessoal e profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O setor ou o gestor/fiscal podem, motivadamente, recusar o preposto ou em aceitando, podem a qualquer tempo requerer a substituição apresentando as razões de fato ao chefe imediato, que expedirá notificação à CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Compete ao preposto facilitar ao fiscal o acesso a informações, materiais metodologias e documentos relacionados à execução contratual. Também é encargo fundamental a resolução, em prazo razoável, dos incidentes apontados pelos serviços de fiscalização.

PARÁGRAFO QUARTO. As comunicações entre o fiscal e o preposto podem ser realizadas também por meio eletrônico.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO:
Fica o presente contrato vinculado a Concorrência nº 002/PMMA/2024 e a proposta de preços constante no Processo nº 167/2024 e suas partes integrantes encontram−se em conformidade com o art. 92, inciso II da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA MATRIZ DE RISCO
Vincula−se ao presente contrato as disposições contidas na Matriz de Riscos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos, porventura existentes, serão comunicados ao Ilustríssimo Senhor Prefeito Municipal, que o encaminhará à Assessoria Jurídica do Município para se pronunciar, devendo ser resolvido nos moldes da Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos, e que não contrariem o interesse público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO FORO:

As partes elegem o Foro do Município de Cacoal (RO), como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outra, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO
O extrato deste contrato será divulgado em até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura no portal de transparencia do Município https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia e no Diario Oficial do Municipios do Estado de Rondônia - AROM.

PARÁGRAFO ÚNICO. Para firmeza e como prova do contratado, é lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas, dele sendo extraídas as cópias necessárias para seu fiel cumprimento, todas de igual teor e forma, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Município de Ministro Andreazza/RO.

Mnistro Andreazza/RO, 21 de junho de de 2024.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeeito Municipal De Ministro Andreazza
Contratante

ISAIAS ROSSMANN
Secretário Municipal De Administração E Planejamento – SEMAP
Contratante

V. Cordeiro Filho Limpeza Urbana
VALQUIRIA CORDEIRO FILHO
Contratada

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 003/SEMAP/2024.

- **PROCESSO Nº**. 467/SEMAP/2024;
- **CONTRATO Nº.**: 003/SEMAP/2024;
-**CONTRATANTE**: MUNICÍPIODE MINISTRO ANDREAZZA;
- **CONTRATADA**: V. CORDEIRO FILHO LIMPEZA URBANA;
-**OBJETO**:CONTRATAÇAO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DAS INSTALAÇÕES ELETRICAS E PEQUENOS REPAROS NA UNIDADE BASICA DE SAUDE JOAO PAULO CONFORME, MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, QUADRO DE QUANTITATIVOS, BDI, PROJETO E ART.
-**FUNÇÃOPROGRAMÁTICA**: 02.02.003.04.122.0005.1511
- **ELEMENTO DEDESPESAS**: **4.4.90.51.99.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES**.
-**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA**:SEMAP – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;**- VALOR DO CONTRATO:** O valor do presente contrato é de **R$143.393,50 (cento e quarenta e três mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).**
-**VIGÊNCIA DO CONTRATO**:O presente contrato terá vigência por 90 (noventa) dias, contados a partir de 21/06/2024, ou seja, de **21/06/2024 à 21/09/2024**, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

Ministro Andreazza/RO., 21 dejunho de 2024.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal/Contratante

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:7C21EB7A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
LICITANET - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 50/2024 PUBLICACOES BRASIL CULTURAL LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 50/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024
PROCESSO LICITATÓRIO
0000477.03.05-2024
No dia 25 de Junho de 2024, no(a) **MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.761.985/0001-98, com sede à RUA CASTELO BRANCO n° 2330 CEP 76888-000 – Monte Negro-RO neste ato legalmente representado por **IVAIR JOSÉ FERNANDES,** portador do CPF n° **67752730963**, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: PUBLICACOES BRASIL CULTURAL LTDA			**CNPJ: 05.641.768/0001-68**			
Representante: RAFAEL CHICARELLI TREVISI						
Telefone: (14) 3432-1567						
Email: rafael@brasilcultural.com.br						
Endereço: AVENIDA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, 1900 - RESIDENCIAL VALE VERDE, Marília - SP - 17514-000						
Lote: 1	**Quantidade:** 209,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 1º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: Alessandra Rodrigues da Silva e Cristiane Martini	**Modelo:** Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 1º ano - Descrição: O Ensino Fundamental Anos Iniciais do Sistema Gênese de Ensino está alicerçado na proposta de construção da aprendizagem, a qual se dá de forma interativa com o meio e nas relações interpessoais. Também tem como eixo os quatro pilares da Educação, que visam ao desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. O	**Preço Unitário:** R$ 350,00	**Valor Total:** R$73.150,00

				material proporciona uma relação entre ação e reflexão, estimulando os trabalhos individuais e coletivos, de modo a favorecer um processo de aprendizado dialético (ação-reflexão- ação). A metodologia do Sistema Gênese está embasada em seus pressupostos pedagógicos. Sua abordagem evidencia-se pela sequência didática conduzida por uma iconografia criativa, que valoriza atividades lúdicas e desafiadoras, favorecendo o desenvolvimento humano, social e cognitivo do aluno, de forma a facilitar o processo de ensino-aprendizagem. A variedade de tipologias textuais estimula a narração de histórias, as rodas de conversa e a apreciação musical por meio de parlendas e trava-línguas, além da exploração de um grande leque de estilos. Além de um material didático e pedagógico de alta qualidade a Brasil Cultural ainda oferece um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. A coleção do aluno é composta por 6 livros por aluno: 4 livros multimatérias: Língua Portuguesa / Matemática / Ciências / Geografia / História. 1 livro anual de Arte 1 livro anual de Língua Inglesa A coleção do professor é composta por 6 livros do aluno acrescidos de orientações didáticas e encaminhamentos pedagógicos e material de apoio: Manual do professor; Mural alfabeto ilustrado; Mural números ilustrados; Calendário; Mural Ajudantes do dia; Mural Aniversariantes do mês; Cartaz da turminha Gênese; Mídia digital com canções; Atividades complementares digitais; Manual de Educação Física (digital); Agenda permanente. Especificações técnica dos livros: Livros do aluno: Formato fechado: 21,0 x 27,5 cm (vertical) Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 250g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão		
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				4x4 cores em papel offset 75g/m2. Material de apoio: impressão 4x0 cores em papel offset 150g/m2. Encadernação: brochura com espiral. Os livros do professor possuem as mesmas características dos livros dos alunos acrescidos de orientações e encaminhamentos pedagógicos ao longo do conteúdo dos livros.		
Descrição: Sistema Integrado de Ensino - 1º ano do Ensino Fundamental (6 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 1	**Quantidade:** 216,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 2º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: Alessandra Rodrigues da Silva e Cristiane Martini	**Modelo:** Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 2º ano - Descrição: O Ensino Fundamental Anos Iniciais do Sistema Gênese de Ensino está alicerçado na proposta de construção da aprendizagem, a qual se dá de forma interativa com o meio e nas relações interpessoais. Também tem como eixo os quatro pilares da Educação, que visam ao desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. O material proporciona uma relação entre ação e reflexão, estimulando os trabalhos individuais e coletivos, de modo a favorecer um processo de aprendizado dialético (ação-reflexão- ação). A metodologia do Sistema Gênese está embasada em seus pressupostos pedagógicos. Sua abordagem evidencia-se pela sequência didática conduzida por uma iconografia criativa, que valoriza atividades lúdicas e desafiadoras, favorecendo o desenvolvimento humano, social e cognitivo do aluno, de forma a facilitar o processo de ensino-aprendizagem. A variedade de tipologias textuais estimula a narração de histórias, as rodas de conversa e a apreciação musical por meio de parlendas e trava-línguas, além da exploração de um grande leque de estilos. Além de um material didático e pedagógico de alta qualidade a Brasil Cultural ainda oferece um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. A coleção do aluno é composta por 10 livros por aluno: 4 livros multimatérias: Língua Portuguesa / Matemática 4 livros multimatérias: Ciências / História / Geografia 1 livro anual de Arte 1 livro anual de Língua Inglesa A coleção do professor é composta por 10 livros do aluno acrescidos de orientações didáticas e encaminhamentos pedagógicos e material de apoio: Manual do professor; Mural alfabeto ilustrado; Mural números ilustrados; Calendário; Mural Ajudantes do dia; Mural Aniversariantes do mês; Cartaz da turminha Gênese; Manual de Educação Física (digital); Agenda permanente. Especificações técnica dos livros: Livros do aluno: Formato fechado: 21,0 x 27,5 cm (vertical) Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 250g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Material de apoio: impressão 4x0 cores em papel offset 150g/m2.	**Preço Unitário:** R$ 350,00	**Valor Total:** R$75.600,00
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				Encadernação: brochura com espiral. Os livros do professor possuem as mesmas características dos livros dos alunos acrescidos de orientações e encaminhamentos pedagógicos ao longo do conteúdo dos livros.		
Descrição: Sistema Integrado de Ensino - 2º ano do Ensino Fundamental (7 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 1	**Quantidade:** 163,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 3º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: Alessandra Rodrigues da Silva e Cristiane Martini	**Modelo:** Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 3º ano - Descrição: O Ensino Fundamental Anos Iniciais do Sistema Gênese de Ensino está alicerçado na proposta de construção da aprendizagem, a qual se dá de forma interativa com o meio e nas relações interpessoais. Também tem como eixo os quatro pilares da Educação, que visam ao desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. O material proporciona uma relação entre ação e reflexão, estimulando os trabalhos individuais e coletivos, de modo a favorecer um processo de aprendizado dialético (ação-reflexão- ação). A metodologia do Sistema Gênese está embasada em seus pressupostos pedagógicos. Sua abordagem evidencia-se pela sequência didática conduzida por uma iconografia criativa, que valoriza atividades lúdicas e desafiadoras, favorecendo o desenvolvimento humano, social e cognitivo do aluno, de forma a facilitar o processo de ensino-aprendizagem. A variedade de tipologias textuais estimula a narração de histórias, as rodas de conversa e a apreciação musical por meio de parlendas e trava-línguas, além da exploração de um grande leque de estilos. Além de um material didático e pedagógico de alta qualidade a Brasil Cultural ainda oferece um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. A coleção do aluno é composta por 10 livros por aluno: 4 livros multimatérias: Língua Portuguesa / Matemática 4 livros multimatérias: Ciências / História / Geografia 1 livro anual de Arte 1 livro anual de Língua Inglesa A coleção do professor é composta por 10 livros do aluno acrescidos de orientações didáticas e encaminhamentos pedagógicos e material de apoio: Manual do professor; Mural alfabeto ilustrado; Mural números ilustrados; Calendário; Mural Ajudantes do dia; Mural Aniversariantes do mês; Cartaz da turminha Gênese; Manual de Educação Física (digital); Agenda permanente. Especificações técnica dos livros: Livros do aluno: Formato fechado: 21,0 x 27,5 cm (vertical) Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 250g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Material de apoio: impressão 4x0 cores em papel offset 150g/m2.	**Preço Unitário:** R$ 350,00	**Valor Total:** R$57.050,00
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				Encadernação: brochura com espiral. Os livros do professor possuem as mesmas características dos livros dos alunos acrescidos de orientações e encaminhamentos pedagógicos ao longo do conteúdo dos livros.		
Descrição: Sistema Integrado de Ensino - 3º ano do Ensino Fundamental (8 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 1	**Quantidade:** 129,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 4º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: Alessandra Rodrigues da Silva e Cristiane Martini	**Modelo:** Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 4º ano - Descrição: O Ensino Fundamental Anos Iniciais do Sistema Gênese de Ensino está alicerçado na proposta de construção da aprendizagem, a qual se dá de forma interativa com o meio e nas relações interpessoais. Também tem como eixo os quatro pilares da Educação, que visam ao desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. O material proporciona uma relação entre ação e reflexão, estimulando os trabalhos individuais e coletivos, de modo a favorecer um processo de aprendizado dialético	**Preço Unitário:** R$ 350,00	**Valor Total:** R$45.150,00

				(ação-reflexão- ação). A metodologia do Sistema Gênese está embasada em seus pressupostos pedagógicos. Sua abordagem evidencia-se pela sequência didática conduzida por uma iconografia criativa, que valoriza atividades lúdicas e desafiadoras, favorecendo o desenvolvimento humano, social e cognitivo do aluno, de forma a facilitar o processo de ensino-aprendizagem. A variedade de tipologias textuais estimula a narração de histórias, as rodas de conversa e a apreciação musical por meio de parlendas e trava-línguas, além da exploração de um grande leque de estilos. Além de um material didático e pedagógico de alta qualidade a Brasil Cultural ainda oferece um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. A coleção do aluno é composta por 10 livros por aluno: 4 livros multimatérias: Língua Portuguesa / Matemática 4 livros multimatérias: Ciências / História / Geografia 1 livro anual de Arte 1 livro anual de Língua Inglesa A coleção do professor é composta por 10 livros do aluno acrescidos de orientações didáticas e encaminhamentos pedagógicos e material de apoio: Manual do professor; Mural alfabeto ilustrado; Mural números ilustrados; Calendário; Mural Ajudantes do dia; Mural Aniversariantes do mês; Cartaz da turminha Gênese; Manual de Educação Física (digital); Agenda permanente. Especificações técnica dos livros: Livros do aluno: Formato fechado: 21,0 x 27,5 cm (vertical) Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 250g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Material de apoio: impressão 4x0 cores em papel offset 150g/m2.		
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				Encadernação: brochura com espiral. Os livros do professor possuem as mesmas características dos livros dos alunos acrescidos de orientações e encaminhamentos pedagógicos ao longo do conteúdo dos livros.		
Descrição: Sistema Integrado de Ensino - 4º ano do Ensino Fundamental (9 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 1	**Quantidade:** 174,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 5º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: Alessandra Rodrigues da Silva e Cristiane Martini	**Modelo:** Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 5º ano - Descrição: O Ensino Fundamental Anos Iniciais do Sistema Gênese de Ensino está alicerçado na proposta de construção da aprendizagem, a qual se dá de forma interativa com o meio e nas relações interpessoais. Também tem como eixo os quatro pilares da Educação, que visam ao desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. O material proporciona uma relação entre ação e reflexão, estimulando os trabalhos individuais e coletivos, de modo a favorecer um processo de aprendizado dialético (ação-reflexão- ação). A metodologia do Sistema Gênese está embasada em seus pressupostos pedagógicos. Sua abordagem evidencia-se pela sequência didática conduzida por uma iconografia criativa, que valoriza atividades lúdicas e desafiadoras, favorecendo o desenvolvimento humano, social e cognitivo do aluno, de forma a facilitar o processo de ensino-aprendizagem. A variedade de tipologias textuais estimula a narração de histórias, as rodas de conversa e a apreciação musical por meio de parlendas e trava-línguas, além da exploração de um grande leque de estilos. Além de um material didático e pedagógico de alta qualidade a Brasil Cultural ainda oferece um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. A coleção do aluno é composta por 10 livros por aluno: 4 livros multimatérias: Língua Portuguesa / Matemática 4 livros multimatérias: Ciências / História / Geografia 1 livro anual de Arte 1 livro anual de Língua Inglesa A coleção do professor é composta por 10 livros do aluno acrescidos de orientações didáticas e encaminhamentos pedagógicos e material de apoio: Manual do professor; Mural alfabeto ilustrado; Mural números ilustrados; Calendário; Mural Ajudantes do dia; Mural Aniversariantes do mês; Cartaz da turminha Gênese; Manual de Educação Física (digital); Agenda permanente. Especificações técnica dos livros: Livros do aluno: Formato fechado: 21,0 x 27,5 cm (vertical) Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 250g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Material de apoio: impressão 4x0 cores em papel offset 150g/m2.	**Preço Unitário:** R$ 350,00	**Valor Total:** R$60.900,00
Total:						**R$ 1.007.945,00**

				Encadernação: brochura com espiral. Os livros do professor possuem as mesmas características dos livros dos alunos acrescidos de orientações e encaminhamentos pedagógicos ao longo do conteúdo dos livros.		
Descrição: Sistema Integrado de Ensino - 5º ano do Ensino Fundamental (10 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 1	**Quantidade:** 74,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 6º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda.	**Modelo:** Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 6º ano - Descrição: A Coleção de Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano privilegia a construção do conhecimento, visando o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno. Nessa etapa da Educação Básica, o aluno é conduzido à construção de conceitos com ênfase no pensar, questionar, discutir, argumentar e intervir em realidades do seu dia a dia, buscando soluções e agindo com senso crítico e reflexivo. A concepção dos livros didáticos de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano considera os seguintes pressupostos: • Considerar o aluno como um ser que constrói sua própria história; • Instigar uma busca por uma visão do todo, superando a fragmentação do ensino e a simples reprodução do conhecimento; • Propor atividades nas quais o centro de processo é o aluno, que se torna sujeito de seu aprendizado e considera o professor um mediador do processo ensino- aprendizagem; • Estimular a produção do conhecimento, buscando a formação de sujeitos críticos e criativos, preparados para a vida atual, e o desenvolvimento de todas as suas potencialidades. Tais pressupostos propiciam que o aluno construa conceitos, problematizando e discutindo os conteúdos para desenvolver uma consciência crítica, tornando-se atuante e consciente do seu tempo e do seu espaço. Os alunos recebem 4 livros integrados, sendo 1 por bimestre, contendo as seguintes áreas do conhecimento: Língua Portuguesa; Matemática; Arte; Ciências; História; Geografia; Língua Inglesa. O material do aluno é suplementado por simulados bimestrais, incluindo Redação, disponibilizados em formato digital. Os livros didáticos integrados apresentam chamadas e ícones que favorecem a identificação das seções nos capítulos, proporcionando uma sequência didática que cria as condições favoráveis ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. A coleção do professor é composta por 4 livros do aluno e manual do professor. O manual do professor é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento docente, orientando o professor para tornar as aulas mais dinâmicas, criativas e produtivas. Apresenta: • Introdução de cada área de conhecimento; • Orientações metodológicas de cada área de conhecimento; • Sugestões para o	**Preço Unitário:** R$ 420,00	**Valor Total:** R$31.080,00
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				encaminhamento das atividades; • Gabarito de todas as atividades propostas; • Sugestões de atividades complementares; • Sugestões bibliográficas para o professor que ajudam na tarefa de educar. Especificações técnica dos livros: Livros do aluno: Formato fechado: 21,0 x 27,5 cm (vertical) Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 250g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com espiral. Os manuais do professor são impressos em preto e branco e encadernados juntamente com um exemplar do livro do aluno.		
Descrição: Sistema Integrado de Ensino - 6º ano do Ensino Fundamental (11 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 1	**Quantidade:** 77,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 7º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda.	**Modelo:** Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 7º ano - Descrição: A Coleção de Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano privilegia a construção do conhecimento, visando o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno. Nessa etapa da Educação Básica, o aluno é conduzido à construção de conceitos com ênfase no pensar, questionar, discutir, argumentar e intervir em realidades do seu dia a dia, buscando soluções e agindo com senso crítico e reflexivo. A concepção dos livros didáticos de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano considera os seguintes pressupostos: • Considerar o aluno como	**Preço Unitário:** R$ 420,00	**Valor Total:** R$32.340,00

				um ser que constrói sua própria história; • Instigar uma busca por uma visão do todo, superando a fragmentação do ensino e a simples reprodução do conhecimento; • Propor atividades nas quais o centro de processo é o aluno, que se torna sujeito de seu aprendizado e considera o professor um mediador do processo ensino- aprendizagem; • Estimular a produção do conhecimento, buscando a formação de sujeitos críticos e criativos, preparados para a vida atual, e o desenvolvimento de todas as suas potencialidades. Tais pressupostos propiciam que o aluno construa conceitos, problematizando e discutindo os conteúdos para desenvolver uma consciência crítica, tornando-se atuante e consciente do seu tempo e do seu espaço. Os alunos recebem 4 livros integrados, sendo 1 por bimestre, contendo as seguintes áreas do conhecimento: Língua Portuguesa; Matemática; Arte; Ciências; História; Geografia; Língua Inglesa. O material do aluno é suplementado por simulados bimestrais, incluindo Redação, disponibilizados em formato digital. Os livros didáticos integrados apresentam chamadas e ícones que favorecem a identificação das seções nos capítulos, proporcionando uma sequência didática que cria as condições favoráveis ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. A coleção do professor é composta por 4 livros do aluno e manual do professor. O manual do professor é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento docente, orientando o professor para tornar as aulas mais dinâmicas, criativas e produtivas. Apresenta: • Introdução de cada área de conhecimento; • Orientações metodológicas de cada área de conhecimento; • Sugestões para o		
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				encaminhamento das atividades; • Gabarito de todas as atividades propostas; • Sugestões de atividades complementares; • Sugestões bibliográficas para o professor que ajudam na tarefa de educar. Especificações técnica dos livros: Livros do aluno: Formato fechado: 21,0 x 27,5 cm (vertical) Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 250g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com espiral. Os manuais do professor são impressos em preto e branco e encadernados juntamente com um exemplar do livro do aluno.		
Descrição: Sistema Integrado de Ensino - 7º ano do Ensino Fundamental (12 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 1	**Quantidade:** 75,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 8º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda.	**Modelo:** Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 8º ano - Descrição: A Coleção de Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano privilegia a construção do conhecimento, visando o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno. Nessa etapa da Educação Básica, o aluno é conduzido à construção de conceitos com ênfase no pensar, questionar, discutir, argumentar e intervir em realidades do seu dia a dia, buscando soluções e agindo com senso crítico e reflexivo. A concepção dos livros didáticos de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano considera os seguintes pressupostos: • Considerar o aluno como um ser que constrói sua própria história; • Instigar uma busca por uma visão do todo, superando a fragmentação do ensino e a simples reprodução do conhecimento; • Propor atividades nas quais o centro de processo é o aluno, que se torna sujeito de seu aprendizado e considera o professor um mediador do processo ensino- aprendizagem; • Estimular a produção do conhecimento, buscando a formação de sujeitos críticos e criativos, preparados para a vida atual, e o desenvolvimento de todas as suas potencialidades. Tais pressupostos propiciam que o aluno construa conceitos, problematizando e discutindo os conteúdos para desenvolver uma consciência crítica, tornando-se atuante e consciente do seu tempo e do seu espaço. Os alunos recebem 4 livros integrados, sendo 1 por bimestre, contendo as seguintes áreas do conhecimento: Língua Portuguesa; Matemática; Arte; Ciências; História; Geografia; Língua Inglesa. O material do aluno é suplementado por simulados bimestrais, incluindo Redação, disponibilizados em formato digital. Os livros didáticos integrados apresentam chamadas e ícones que favorecem a identificação das seções nos capítulos, proporcionando uma sequência didática que cria as condições favoráveis ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. A coleção do professor é composta por 4 livros do aluno e manual do professor. O manual do professor é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento docente, orientando o professor para tornar as aulas mais dinâmicas, criativas e produtivas. Apresenta: • Introdução de cada área de conhecimento; • Orientações metodológicas de cada área de conhecimento; • Sugestões para o	**Preço Unitário:** R$ 420,00	**Valor Total:** R$31.500,00
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				encaminhamento das atividades; • Gabarito de todas as atividades propostas; • Sugestões de atividades complementares; • Sugestões bibliográficas para o professor que ajudam na tarefa de educar. Especificações técnica dos livros: Livros do aluno: Formato fechado: 21,0 x 27,5 cm (vertical) Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 250g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com espiral. Os manuais do professor são impressos em preto e branco e encadernados juntamente com um exemplar do livro do aluno.		
Descrição: Sistema Integrado de Ensino - 8º ano do Ensino Fundamental (13 anos)						
Total						**:R$ 1.007.945,00**
Lote: 1	**Quantidade:** 77,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 9º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria:	**Modelo:** Modelo: Coleção Sistema Gênese – Ensino Fundamental Anos Iniciais – 9º ano - Descrição: A Coleção de Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano privilegia a construção do conhecimento, visando o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno. Nessa etapa da Educação Básica, o aluno é conduzido à construção de conceitos com ênfase no pensar, questionar, discutir, argumentar e intervir em realidades do seu dia a dia, buscando soluções e agindo com senso crítico e reflexivo. A concepção dos livros didáticos de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano considera os seguintes pressupostos: • Considerar o aluno como um ser que constrói sua própria história; • Instigar uma busca por uma visão do todo, superando a fragmentação do ensino e a simples reprodução do conhecimento; • Propor atividades nas quais o centro de processo é o aluno, que se torna sujeito de seu aprendizado e considera o professor um mediador do processo ensino- aprendizagem; • Estimular a produção do conhecimento, buscando a formação de sujeitos críticos e criativos, preparados para a vida atual, e o desenvolvimento de todas as suas potencialidades. Tais pressupostos propiciam que o aluno construa conceitos, problematizando e discutindo os conteúdos para desenvolver uma consciência crítica, tornando-se atuante e consciente do seu tempo e do seu espaço. Os alunos recebem 4 livros integrados, sendo 1 por bimestre, contendo as seguintes áreas do conhecimento: Língua Portuguesa; Matemática; Arte; Ciências; História; Geografia; Língua Inglesa. O material do aluno é suplementado por simulados bimestrais, incluindo Redação, disponibilizados em formato digital. Os livros didáticos integrados apresentam chamadas e ícones que favorecem a identificação das seções nos capítulos, proporcionando uma sequência didática que cria as condições favoráveis ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. A coleção do professor é composta por 4 livros do aluno e manual do professor. O manual do professor é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento docente, orientando o professor para tornar as aulas mais dinâmicas, criativas e produtivas. Apresenta: • Introdução de cada área de conhecimento; • Orientações metodológicas de cada área de conhecimento; • Sugestões para o	**Preço Unitário:** R$ 420,00	**Valor Total:** R$32.340,00
Total						**:R$ 1.007.945,00**
				encaminhamento das atividades; • Gabarito de todas as atividades propostas; • Sugestões de atividades complementares; • Sugestões bibliográficas para o professor que ajudam na tarefa de educar. Especificações técnica dos livros: Livros do aluno: Formato fechado: 21,0 x 27,5 cm (vertical) Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 250g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com espiral. Os manuais do professor são impressos em preto e branco e encadernados juntamente com um exemplar do livro do aluno.		
Descrição: Sistema Integrado de Ensino - 9º ano do Ensino Fundamental (14 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 1	**Quantidade:** 20,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Mundo do Bebê – 4 meses a 1 ano Fabricante: Publicações Brasil	**Modelo:** Modelo: Coleção Mundo do Bebê – 4 meses a 1 ano -Descrição: A Coleção Mundo do Bebê, alinhada à BNCC, foi desenvolvida com a finalidade de assessorar o trabalho do educador e proporcionar, por meio de atividades de estimulação, maior desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, bem como maior interação entre a escola e a	**Preço Unitário:** R$ 295,00	**Valor Total:** R$5.900,00

			Cultural Ltda. Autoria: Cristiane Martini e Marília Curci	família. O material auxilia na composição e na prática da rotina pedagógica, na avaliação e registro das experiências, na organização do processo de ensino e aprendizagem e promove a reflexão e a avaliação permanente para o acompanhamento e a retomada do desenvolvimento das crianças. O material de 4 meses a 1 ano foi pensado para que a criança aprenda melhor sobre si, o mundo que a cerca e o espaço em que ela vive. O bebê está em pleno desenvolvimento e isso o torna extremamente sensível e perceptivo aos estímulos. As atividades foram elaboradas para proporcionar individualmente as vivências necessárias para que o desenvolvimento emocional e cognitivo aconteça. A coleção do aluno é composta por dois livros e um livro de recados de comunicação escola x família: Educação Infantil – Berçário I (4 meses a 1 ano) - Livro 1 Educação Infantil – Berçário I (4 meses a 1 ano) - Livro 2 Livro de recados do Bebê – Volume anual A coleção do professor é composta por dois livros do aluno acrescidos de orientações didáticas e encaminhamentos pedagógicos e material de apoio: • Manual do professor; • 12 murais de rotina; • 32 placas de estimulação da fala; • Livro Técnicas de massagem; • Livro de banho. Especificações técnica dos livros: Livros do aluno: Formato fechado: 41,0 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x0 cores em papel offset 90g/m2. Material de apoio: impressão 4x0 cores em papel offset 90g/m2. Encadernação: brochura com cola branca, folhas destacáveis. Os livros do professor possuem as mesmas características dos livros dos alunos acrescidos de impressão azul no verso das páginas com o conteúdo exclusivo para o professor.		
Descrição: Sistema Integrado de Ensino - Educação Infantil - Berçário I (4 meses a 1 ano)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**

Lote: 1	**Quantidade:** 20,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Mundo do Bebê – 1 ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: Cristiane Martini e Marília Curci	**Modelo:** Modelo: Coleção Mundo do Bebê – 1 ano - Descrição: A Coleção Mundo do Bebê, alinhada à BNCC, foi desenvolvida com a finalidade de assessorar o trabalho do educador e proporcionar, por meio de atividades de estimulação, maior desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, bem como maior interação entre a escola e a família. O material auxilia na composição e na prática da rotina pedagógica, na avaliação e registro das experiências, na organização do processo de ensino e aprendizagem e promove a reflexão e a avaliação permanente para o acompanhamento e a retomada do desenvolvimento das crianças. Os estímulos sensoriais são tudo o que envolve os cinco sentidos. Ou seja, tudo em volta pode se tornar uma experiência sensorial, mas somente as experiências significativas se tornam aprendizado, por isso o material desenvolvido para essa faixa etária vem para mostrar um mundo novo de aprendizado para o bebê. A coleção do aluno é composta por dois livros e um livro de recados de comunicação escola x família: Educação Infantil – Berçário II (1 ano) - Livro 1 Educação Infantil – Berçário II (1 ano) - Livro 2 Livro de recados do Bebê – Volume anual A coleção do professor é composta por dois livros do aluno acrescidos de orientações didáticas e encaminhamentos pedagógicos e material de apoio: • Manual do professor; • 12 murais de rotina; • 32 placas de estimulação da fala; • Livro dedoche; • Arquivos de áudio de Músicas e Brincadeiras. Especificações técnica dos livros: Livros do aluno: Formato fechado: 41,0 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x0 cores em papel offset 90g/m2. Material de apoio: impressão 4x0 cores em papel offset 90g/m2. Encadernação: brochura com cola branca, folhas destacáveis. Os livros do professor possuem as mesmas características dos livros dos alunos acrescidos de impressão azul no verso das páginas com o conteúdo exclusivo para o professor.	**Preço Unitário:** R$ 295,00	**Valor Total:** R$5.900,00
Descrição: Sistema Integrado de Ensino - Educação Infantil - Berçário II (1 ano)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 1	**Quantidade:** 140,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Sistema Gênese – 4 anos Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: Alessandra Rodrigues da Silva e Cristiane Martini	**Modelo:** Modelo: Coleção Sistema Gênese – 4 anos - Descrição: Atualizado de acordo com a BNCC, o Sistema Gênese Educação Infantil assegura as condições para que a criança desempenhe um papel ativo e participativo em seu desenvolvimento, vivenciando desafios, descobertas e resoluções, as quais podem ampliar o seu conhecimento de mundo social e natural. Nosso material tem caráter formador: aprimora valores e atitudes, desenvolve o sentido da observação, desperta a curiosidade intelectual e capacita as crianças a buscar informações onde quer que elas estejam para usá-las em seu cotidiano. A apresentação física do material permite o aproveitamento adequado a cada faixa etária, e os materiais de apoio favorecem os momentos de construção da criança. A fim de facilitar o aprendizado e torná-lo mais interativo e divertido, o Sistema Gênese de Ensino criou um grupo de personagens, esses personagens vivenciam diferentes situações que representam experiências cotidianas com as quais as crianças se identificam. Tais contextualizações permitem a construção do conhecimento de forma natural e eficiente. Além de um excelente material didático e pedagógico a Brasil Cultural ainda oferece um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. A coleção do aluno é composta por quatro livros: Educação Infantil – Infantil I (4 anos) - Livro 1 Educação Infantil – Infantil I (4 anos) - Livro 2 Educação Infantil – Infantil I (4 anos) - Livro 3 Educação Infantil – Infantil I (4 anos) - Livro 4 Livro de recados Educação Infantil – Volume anual A coleção do professor é composta por dois livros do aluno acrescidos de orientações didáticas e encaminhamentos pedagógicos e material de apoio: Manual do professor; Mural alfabeto ilustrado; Mural números ilustrados; Calendário anual; Mural Ajudantes do dia; Mural Aniversariantes do mês; Cartaz da turminha Gênese; Faixas de áudio; Atividades complementares em formato digital. Especificações técnica dos livros: Livros do aluno: Formato fechado: 34,0 x 23,0 cm (horizontal) Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 250g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x0 cores em papel offset 90g/m2. Material de apoio: impressão 4x0 cores em papel offset 180g/m2. Encadernação: brochura	**Preço Unitário:** R$ 320,00	**Valor Total:** R$44.800,00
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				com cola branca, folhas destacáveis. Os livros do professor possuem as mesmas características dos livros dos alunos acrescidos de impressão azul no verso das páginas com o conteúdo exclusivo para o professor.		
Descrição: Sistema Integrado de Ensino - Educação Infantil - Infantil I (4 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 1	**Quantidade:** 145,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Sistema Gênese – 5 anos Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: Alessandra Rodrigues da Silva e Cristiane Martini	**Modelo:** Modelo: Coleção Sistema Gênese – 5 anos - Descrição: Atualizado de acordo com a BNCC, o Sistema Gênese Educação Infantil assegura as condições para que a criança desempenhe um papel ativo e participativo em seu desenvolvimento, vivenciando desafios, descobertas e resoluções, as quais podem ampliar o seu conhecimento de mundo social e natural. Nosso material tem caráter formador: aprimora valores e atitudes, desenvolve o sentido da observação, desperta a curiosidade intelectual e capacita as crianças a buscar informações onde quer que elas estejam para usá-las em seu cotidiano. A apresentação física do material permite o aproveitamento adequado a cada faixa etária, e os materiais de apoio favorecem os momentos de construção da criança. A fim de facilitar o aprendizado e torná-lo mais interativo e divertido, o Sistema Gênese de Ensino criou um grupo de personagens, esses personagens vivenciam diferentes situações que representam experiências cotidianas com as quais as crianças se identificam. Tais contextualizações permitem a construção do conhecimento de forma natural e eficiente. Além de um excelente material didático e pedagógico a Brasil Cultural ainda oferece um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. A coleção do aluno é composta por quatro livros: Educação Infantil – Infantil II (5 anos) - Livro 1 Educação Infantil – Infantil II (5 anos) - Livro 2 Educação Infantil – Infantil II (5 anos) - Livro 3 Educação Infantil – Infantil II (5 anos) - Livro 4 Livro de recados Educação Infantil – Volume anual A coleção do professor é composta por dois livros do aluno acrescidos de orientações didáticas e encaminhamentos pedagógicos e material de apoio: Manual do professor; Mural alfabeto ilustrado; Mural números ilustrados; Calendário anual; Mural Ajudantes do dia; Mural Aniversariantes do mês; Cartaz da turminha Gênese; Faixas de áudio; Atividades complementares em formato digital. Especificações técnica dos livros:	**Preço Unitário:** R$ 320,00	**Valor Total:** R$46.400,00

				Livros do aluno: Formato fechado: 23,0 x 34,0 cm (vertical) Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 250g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x0 cores em papel offset 90g/m2. Material de apoio: impressão 4x0 cores em papel offset 180g/m2. Encadernação: brochura		
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				com cola branca, folhas destacáveis. Os livros do professor possuem as mesmas características dos livros dos alunos acrescidos de impressão azul no verso das páginas com o conteúdo exclusivo para o professor.		
Descrição: Sistema Integrado de Ensino - Educação Infantil - Infantil II (5 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 1	**Quantidade:** 80,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Mundo do Bebê – 2 anos Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: Cristiane Martini e Marília Curci	**Modelo:** Modelo: Coleção Mundo do Bebê – 2 anos - Descrição: A Coleção Mundo do Bebê, alinhada à BNCC, foi desenvolvida com a finalidade de assessorar o trabalho do educador e proporcionar, por meio de atividades de estimulação, maior desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, bem como maior interação entre a escola e a família. O material auxilia na composição e na prática da rotina pedagógica, na avaliação e registro das experiências, na organização do processo de ensino e aprendizagem e promove a reflexão e a avaliação permanente para o acompanhamento e a retomada do desenvolvimento das crianças. As atividades propostas no material de 2 anos, como, passeios, rodas de conversas, brincadeiras facilitam o desenvolvimento da oralidade e o convívio social. Elas trazem momentos para explorar a imaginação como: brincar, construir e expressar pensamentos em formas de histórias e narrativas, produzir mensagens orais, gestuais, corporais, musicais e plásticas. A coleção do aluno é composta por dois livros e um livro de recados de comunicação escola x família: Educação Infantil – Maternal I (2 anos) - Livro 1 Educação Infantil – Maternal I (2 anos) - Livro 2 Livro de recados do Bebê – Volume anual A coleção do professor é composta por dois livros do aluno acrescidos de orientações didáticas e encaminhamentos pedagógicos e material de apoio: • Manual do professor; • 12 murais de rotina; • 32 placas de estimulação da fala; • Kit de dedoche. Especificações técnica dos livros: Livros do aluno: Formato fechado: 41,0 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x0 cores em papel offset 90g/m2. Material de apoio: impressão 4x0 cores em papel offset 90g/m2. Encadernação: brochura com cola branca, folhas destacáveis. Os livros do professor possuem as mesmas características dos livros dos alunos acrescidos de impressão azul no verso das páginas com o conteúdo exclusivo para o professor.	**Preço Unitário:** R$ 295,00	**Valor Total:** R$23.600,00
Descrição: Sistema Integrado de Ensino - Educação Infantil - Maternal I (2 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 1	**Quantidade:** 125,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Sistema Gênese – 3 anos Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: Alessandra Rodrigues da Silva e Cristiane Martini	**Modelo:** Modelo: Coleção Sistema Gênese – 3 anos - Descrição: Atualizado de acordo com a BNCC, o Sistema Gênese Educação Infantil assegura as condições para que a criança desempenhe um papel ativo e participativo em seu desenvolvimento, vivenciando desafios, descobertas e resoluções, as quais podem ampliar o seu conhecimento de mundo social e natural. Nosso material tem caráter formador: aprimora valores e atitudes, desenvolve o sentido da observação, desperta a curiosidade intelectual e capacita as crianças a buscar informações onde quer que elas estejam para usá-las em seu cotidiano. A apresentação física do material permite o aproveitamento adequado a cada faixa etária, e os materiais de apoio favorecem os momentos de construção da criança. A fim de facilitar o aprendizado e torná-lo mais interativo e divertido, o Sistema Gênese de Ensino criou um grupo de personagens, esses personagens vivenciam diferentes situações que representam experiências cotidianas com as quais as crianças se identificam. Tais contextualizações permitem a construção do conhecimento de forma natural e eficiente. Além de um excelente material didático e pedagógico a Brasil Cultural ainda oferece um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. A coleção do aluno é composta por dois livros e um livro de recados de comunicação escola x família: Educação Infantil – Maternal II (3 anos) - Livro 1 Educação Infantil – Maternal II (3 anos) - Livro 2 Livro de recados Educação Infantil – Volume anual Uma maleta capa dura para transporte e acondicionamento adequado do material para essa faixa etária. A coleção do professor é composta por dois livros do aluno acrescidos de orientações didáticas e encaminhamentos pedagógicos e material de apoio: Manual do professor; Mural alfabeto ilustrado; Mural números ilustrados; Calendário anual; Mural Ajudantes do dia; Mural Aniversariantes do mês; Cartaz da turminha Gênese; Faixas de áudio; Atividades complementares em formato digital. Especificações técnica dos livros: Livros do aluno: Formato fechado: 41,0 x 27,5 cm (horizontal) Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 250g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x0 cores em papel	**Preço Unitário:** R$ 295,00	**Valor Total:** R$36.875,00
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				offset 90g/m2. Material de apoio: impressão 4x0 cores em papel offset 180g/m2. Encadernação: brochura com cola branca, folhas destacáveis. Os livros do professor possuem as mesmas características dos livros dos alunos acrescidos de impressão azul no verso das páginas com o conteúdo exclusivo para o professor.		
Descrição: Sistema Integrado de Ensino - Educação Infantil - Maternal II (3 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 2	**Quantidade:** 209,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 1º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Brasil Cultural (organizadora)	**Modelo:** Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 1º ano - Descrição: A coleção "Um giro pela aprendizagem" oferece material didático de alta qualidade composto por dois livros por ano aluno, sendo um de Língua Portuguesa e outro de Matemática, o projeto ainda oferece um sistema de avaliação da aprendizagem, uma plataforma educacional e um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. O objetivo da coleção "Um giro pela aprendizagem" é auxiliar o professor no desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes em Matemática e Língua Portuguesa, para que eles alcancem níveis esperados de proficiência e, consequentemente, avancem com sucesso nos estudos. A coleção é composta por dois livros para alunos e dois para professores. Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 1: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 1: ensino fundamental (professor) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 1: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 1: ensino fundamental (professor) Especificações técnica dos livros do aluno: Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Especificações técnica dos manuais do professor: Editora: Brasil Cultural Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 1x1 cor em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Observação: o manual do professor é encadernado juntamente com uma cópia integral do livro do aluno. Livro Programa de avaliação da aprendizagem: fornecimento de avaliações digitais durante um ano letivo para alunos, com via para os professores. O programa de acompanhamento da aprendizagem viabiliza os diagnósticos de desempenho individual e coletivo, oferecendo dados para análise de verificação das metas traçadas pelo órgão educacional responsável. As avaliações são alinhadas às exigências mínimas solicitadas pelo Saeb, elaboradas e diagramadas em alta qualidade, fornecidas em formato	**Preço Unitário:** R$ 210,00	**Valor Total:** R$43.890,00
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				digital, distribuídas por meio eletrônico, proporcionando autonomia na reprodução das avaliações por parte da gestão municipal de educação; formuladas com 20 questões objetivas com quatro alternativas cada, sendo 10 de Língua Portuguesa e 10 de Matemática, acompanhadas do gabarito. Plataforma digital em ambiente online: A Editora Brasil Cultural disponibiliza a EduQ Brasil, uma plataforma de gestão educacional e pedagógica desenvolvida para apoiar famílias, escolas e professores frente ao desafio de elevar a qualidade no ensino. Com a inserção da nossa tecnologia ao		

				ensino, o educador recebe indicadores sobre as atividades e avaliações realizadas pelo estudante por meio de vários relatórios de desempenho, facilitando a tomada de decisão da equipe pedagógica. Principais recursos da plataforma: • ferramentas para avaliação continuada e formativa com criação de questões, listas de atividades, e avaliações: • ferramentas de monitoramento e acompanhamento da aprendizagem que oferece diversos indicadores e relatórios para apoio na gestão educacional; • sala de aula virtual; • biblioteca digital com milhares de documentos e livros em versão digital;		
Descrição: Kit de livros de Língua Portuguesa e Matemática do 1º ano do Ensino Fundamental (6 anos)							
Total:							**R$ 1.007.945,00**

Lote: 2	**Quantidade:** 216,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 2º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Brasil Cultural (organizadora)	**Modelo:** Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 2º ano - Descrição: A coleção "Um giro pela aprendizagem" oferece material didático de alta qualidade composto por dois livros por ano aluno, sendo um de Língua Portuguesa e outro de Matemática, o projeto ainda oferece um sistema de avaliação da aprendizagem, uma plataforma educacional e um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. O objetivo da coleção "Um giro pela aprendizagem" é auxiliar o professor no desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes em Matemática e Língua Portuguesa, para que eles alcancem níveis esperados de proficiência e, consequentemente, avancem com sucesso nos estudos. A coleção é composta por dois livros para alunos e dois para professores: Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 2: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 2: ensino fundamental (professor) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 2: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 2: ensino fundamental (professor) Especificações técnica dos livros do aluno: Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Especificações técnica dos manuais do professor: Editora: Brasil Cultural Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 1x1 cor em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Observação: o manual do professor é encadernado juntamente com uma cópia integral do livro do aluno. Livro Programa de avaliação da aprendizagem: fornecimento de avaliações digitais durante um ano letivo para alunos, com via para os professores. O programa de acompanhamento da aprendizagem viabiliza os diagnósticos de desempenho individual e coletivo, oferecendo dados para análise de verificação das metas traçadas pelo órgão educacional responsável. As avaliações são alinhadas às exigências mínimas solicitadas pelo Saeb, elaboradas e diagramadas em alta qualidade, fornecidas em formato	**Preço Unitário:** R$ 210,00	**Valor Total:** R$45.360,00
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				digital, distribuídas por meio eletrônico, proporcionando autonomia na reprodução das avaliações por parte da gestão municipal de educação; formuladas com 20 questões objetivas com quatro alternativas cada, sendo 10 de Língua Portuguesa e 10 de Matemática, acompanhadas do gabarito. Plataforma digital em ambiente online: A Editora Brasil Cultural disponibiliza a EduQ Brasil, uma plataforma de gestão educacional e pedagógica desenvolvida para apoiar famílias, escolas e professores frente ao desafio de elevar a qualidade no ensino. Com a inserção da nossa tecnologia ao ensino, o educador recebe indicadores sobre as atividades e avaliações realizadas pelo estudante por meio de vários relatórios de desempenho, facilitando a tomada de decisão da equipe pedagógica. Principais recursos da plataforma: • ferramentas para avaliação continuada e formativa com criação de questões, listas de atividades, e avaliações: • ferramentas de monitoramento e acompanhamento da aprendizagem que oferece diversos indicadores e relatórios para apoio na gestão educacional; • sala de aula virtual; • biblioteca digital com milhares de documentos e livros em versão digital;		
Descrição: Kit de livros de Língua Portuguesa e Matemática do 2º ano do Ensino Fundamental (7 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 2	**Quantidade:** 163,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 3º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Brasil Cultural (organizadora)	**Modelo:** Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 3º ano - Descrição: A coleção "Um giro pela aprendizagem" oferece material didático de alta qualidade composto por dois livros por ano aluno, sendo um de Língua Portuguesa e outro de Matemática, o projeto ainda oferece um sistema de avaliação da aprendizagem, uma plataforma educacional e um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente.	**Preço Unitário:** R$ 210,00	**Valor Total:** R$34.230,00

				O objetivo da coleção “Um giro pela aprendizagem” é auxiliar o professor no desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes em Matemática e Língua Portuguesa, para que eles alcancem níveis esperados de proficiência e, consequentemente, avancem com sucesso nos estudos. A coleção é composta por dois livros para alunos e dois para professores: Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 3: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 3: ensino fundamental (professor) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 3: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 3: ensino fundamental (professor) Especificações técnica dos livros do aluno: Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Especificações técnica dos manuais do professor: Editora: Brasil Cultural Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 1x1 cor em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Observação: o manual do professor é encadernado juntamente com uma cópia integral do livro do aluno. Livro Programa de avaliação da aprendizagem: fornecimento de avaliações digitais durante um ano letivo para alunos, com via para os professores. O programa de acompanhamento da aprendizagem viabiliza os diagnósticos de desempenho individual e coletivo, oferecendo dados para análise de verificação das metas traçadas pelo órgão educacional responsável. As avaliações são alinhadas às exigências mínimas solicitadas pelo Saeb, elaboradas e diagramadas em alta qualidade, fornecidas em formato		
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				digital, distribuídas por meio eletrônico, proporcionando autonomia na reprodução das avaliações por parte da gestão municipal de educação; formuladas com 20 questões objetivas com quatro alternativas cada, sendo 10 de Língua Portuguesa e 10 de Matemática, acompanhadas do gabarito. Plataforma digital em ambiente online: A Editora Brasil Cultural disponibiliza a EduQ Brasil, uma plataforma de gestão educacional e pedagógica desenvolvida para apoiar famílias, escolas e professores frente ao desafio de elevar a qualidade no ensino. Com a inserção da nossa tecnologia ao ensino, o educador recebe indicadores sobre as atividades e avaliações realizadas pelo estudante por meio de vários relatórios de desempenho, facilitando a tomada de decisão da equipe pedagógica. Principais recursos da plataforma: • ferramentas para avaliação continuada e formativa com criação de questões, listas de atividades, e avaliações: • ferramentas de monitoramento e acompanhamento da aprendizagem que oferece diversos indicadores e relatórios para apoio na gestão educacional; • sala de aula virtual; • biblioteca digital com milhares de documentos e livros em versão digital;		
Descrição: Kit de livros de Língua Portuguesa e Matemática do 3º ano do Ensino Fundamental (8 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 2	**Quantidade:** 129,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 4º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Brasil Cultural (organizadora)	**Modelo:** Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 4º ano - Descrição: A coleção “Um giro pela aprendizagem” oferece material didático de alta qualidade composto por dois livros por ano aluno, sendo um de Língua Portuguesa e outro de Matemática, o projeto ainda oferece um sistema de avaliação da aprendizagem, uma plataforma educacional e um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. O objetivo da coleção “Um giro pela aprendizagem” é auxiliar o professor no desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes em Matemática e Língua Portuguesa, para que eles alcancem níveis esperados de proficiência e, consequentemente, avancem com sucesso nos estudos. A coleção é composta por dois livros para alunos e dois para professores: Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 4: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 4: ensino fundamental (professor) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 4: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 4: ensino fundamental (professor) Especificações técnica dos livros do aluno: Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR.	**Preço Unitário:** R$ 210,00	**Valor Total:** R$27.090,00

				Especificações técnica dos manuais do professor: Editora: Brasil Cultural Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 1x1 cor em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Observação: o manual do professor é encadernado juntamente com uma cópia integral do livro do aluno. Livro Programa de avaliação da aprendizagem: fornecimento de avaliações digitais durante um ano letivo para alunos, com via para os professores. O programa de acompanhamento da aprendizagem viabiliza os diagnósticos de desempenho individual e coletivo, oferecendo dados para análise de verificação das metas traçadas pelo órgão educacional responsável. As avaliações são alinhadas às exigências mínimas solicitadas pelo Saeb, elaboradas e diagramadas em alta qualidade, fornecidas em formato		
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				digital, distribuídas por meio eletrônico, proporcionando autonomia na reprodução das avaliações por parte da gestão municipal de educação; formuladas com 20 questões objetivas com quatro alternativas cada, sendo 10 de Língua Portuguesa e 10 de Matemática, acompanhadas do gabarito. Plataforma digital em ambiente online: A Editora Brasil Cultural disponibiliza a EduQ Brasil, uma plataforma de gestão educacional e pedagógica desenvolvida para apoiar famílias, escolas e professores frente ao desafio de elevar a qualidade no ensino. Com a inserção da nossa tecnologia ao ensino, o educador recebe indicadores sobre as atividades e avaliações realizadas pelo estudante por meio de vários relatórios de desempenho, facilitando a tomada de decisão da equipe pedagógica. Principais recursos da plataforma: • ferramentas para avaliação continuada e formativa com criação de questões, listas de atividades, e avaliações: • ferramentas de monitoramento e acompanhamento da aprendizagem que oferece diversos indicadores e relatórios para apoio na gestão educacional; • sala de aula virtual; • biblioteca digital com milhares de documentos e livros em versão digital;		
Descrição: Kit de livros de Língua Portuguesa e Matemática do 4º ano do Ensino Fundamental (9 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 2	**Quantidade:** 174,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 5º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Brasil Cultural (organizadora)	**Modelo:** Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 5º ano - Descrição: A coleção "Um giro pela aprendizagem" oferece material didático de alta qualidade composto por dois livros por ano aluno, sendo um de Língua Portuguesa e outro de Matemática, o projeto ainda oferece um sistema de avaliação da aprendizagem, uma plataforma educacional e um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. O objetivo da coleção "Um giro pela aprendizagem" é auxiliar o professor no desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes em Matemática e Língua Portuguesa, para que eles alcancem níveis esperados de proficiência e, consequentemente, avancem com sucesso nos estudos. A coleção é composta por dois livros para alunos e dois para professores: Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 5: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 5: ensino fundamental (professor) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 5: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 5: ensino fundamental (professor) Especificações técnica dos livros do aluno: Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Especificações técnica dos manuais do professor: Editora: Brasil Cultural Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 1x1 cor em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Observação: o manual do professor é encadernado juntamente com uma cópia integral do livro do aluno. Livro Programa de avaliação da aprendizagem: fornecimento de avaliações digitais durante um ano letivo para alunos, com via para os professores. O programa de acompanhamento da aprendizagem viabiliza os diagnósticos de desempenho individual e coletivo, oferecendo dados para análise de verificação das metas traçadas pelo órgão educacional responsável. As avaliações são alinhadas às exigências mínimas solicitadas pelo Saeb, elaboradas e diagramadas em alta qualidade, fornecidas em formato	**Preço Unitário:** R$ 210,00	**Valor Total:** R$36.540,00

Total:						**R$ 1.007.945,00**
				digital, distribuídas por meio eletrônico, proporcionando autonomia na reprodução das avaliações por parte da gestão municipal de educação; formuladas com 20 questões objetivas com quatro alternativas cada, sendo 10 de Língua Portuguesa e 10 de Matemática, acompanhadas do gabarito. Plataforma digital em ambiente online: A Editora Brasil Cultural disponibiliza a EduQ Brasil, uma plataforma de gestão educacional e pedagógica desenvolvida para apoiar famílias, escolas e professores frente ao desafio de elevar a qualidade no ensino. Com a inserção da nossa tecnologia ao ensino, o educador recebe indicadores sobre as atividades e avaliações realizadas pelo estudante por meio de vários relatórios de desempenho, facilitando a tomada de decisão da equipe pedagógica. Principais recursos da plataforma: • ferramentas para avaliação continuada e formativa com criação de questões, listas de atividades, e avaliações: • ferramentas de monitoramento e acompanhamento da aprendizagem que oferece diversos indicadores e relatórios para apoio na gestão educacional; • sala de aula virtual; • biblioteca digital com milhares de documentos e livros em versão digital;		
Descrição: Kit de livros de Língua Portuguesa e Matemática do 5º ano do Ensino Fundamental (10 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 2	**Quantidade:** 74,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 6º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Brasil Cultural (organizadora)	**Modelo:** Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 6º ano - Descrição: A coleção "Um giro pela aprendizagem" oferece material didático de alta qualidade composto por dois livros por ano aluno, sendo um de Língua Portuguesa e outro de Matemática, o projeto ainda oferece um sistema de avaliação da aprendizagem, uma plataforma educacional e um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. O objetivo da coleção "Um giro pela aprendizagem" é auxiliar o professor no desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes em Matemática e Língua Portuguesa, para que eles alcancem níveis esperados de proficiência e, consequentemente, avancem com sucesso nos estudos. A coleção é composta por dois livros para alunos e dois para professores: Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 6: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 6: ensino fundamental (professor) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 6: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 6: ensino fundamental (professor) Especificações técnica dos livros do aluno: Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Especificações técnica dos manuais do professor: Editora: Brasil Cultural Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 1x1 cor em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Observação: o manual do professor é encadernado juntamente com uma cópia integral do livro do aluno. Livro Programa de avaliação da aprendizagem: fornecimento de avaliações digitais durante um ano letivo para alunos, com via para os professores. O programa de acompanhamento da aprendizagem viabiliza os diagnósticos de desempenho individual e coletivo, oferecendo dados para análise de verificação das metas traçadas pelo órgão educacional responsável. As avaliações são alinhadas às exigências mínimas solicitadas pelo Saeb, elaboradas e diagramadas em alta qualidade, fornecidas em formato	**Preço Unitário:** R$ 210,00	**Valor Total:** R$15.540,00
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				digital, distribuídas por meio eletrônico, proporcionando autonomia na reprodução das avaliações por parte da gestão municipal de educação; formuladas com 20 questões objetivas com quatro alternativas cada, sendo 10 de Língua Portuguesa e 10 de Matemática, acompanhadas do gabarito. Plataforma digital em ambiente online: A Editora Brasil Cultural disponibiliza a EduQ Brasil, uma plataforma de gestão educacional e pedagógica desenvolvida para apoiar famílias, escolas e professores frente ao desafio de elevar a qualidade no ensino. Com a inserção da nossa tecnologia ao ensino, o educador recebe indicadores sobre as atividades e avaliações realizadas pelo estudante por meio de vários relatórios de desempenho, facilitando a tomada de decisão da equipe pedagógica. Principais recursos da plataforma: • ferramentas para avaliação continuada e formativa com criação de questões, listas de		

				atividades, e avaliações: • ferramentas de monitoramento e acompanhamento da aprendizagem que oferece diversos indicadores e relatórios para apoio na gestão educacional; • sala de aula virtual; • biblioteca digital com milhares de documentos e livros em versão digital		
Descrição: Kit de livros de Língua Portuguesa e Matemática do 6º ano do Ensino Fundamental (11 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**

Lote: 2	**Quantidade:** 77,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 7º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Brasil Cultural (organizadora)	**Modelo:** Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 7º ano - Descrição: A coleção "Um giro pela aprendizagem" oferece material didático de alta qualidade composto por dois livros por ano aluno, sendo um de Língua Portuguesa e outro de Matemática, o projeto ainda oferece um sistema de avaliação da aprendizagem, uma plataforma educacional e um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. O objetivo da coleção "Um giro pela aprendizagem" é auxiliar o professor no desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes em Matemática e Língua Portuguesa, para que eles alcancem níveis esperados de proficiência e, consequentemente, avancem com sucesso nos estudos. A coleção é composta por dois livros para alunos e dois para professores: Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 7: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 7: ensino fundamental (professor) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 7: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 7: ensino fundamental (professor) Especificações técnica dos livros do aluno: Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Especificações técnica dos manuais do professor: Editora: Brasil Cultural Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 1x1 cor em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Observação: o manual do professor é encadernado juntamente com uma cópia integral do livro do aluno. Livro Programa de avaliação da aprendizagem: fornecimento de avaliações digitais durante um ano letivo para alunos, com via para os professores. O programa de acompanhamento da aprendizagem viabiliza os diagnósticos de desempenho individual e coletivo, oferecendo dados para análise de verificação das metas traçadas pelo órgão educacional responsável. As avaliações são alinhadas às exigências mínimas solicitadas pelo Saeb, elaboradas e diagramadas em alta qualidade, fornecidas em formato	**Preço Unitário:** R$ 210,00	**Valor Total:** R$16.170,00
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				digital, distribuídas por meio eletrônico, proporcionando autonomia na reprodução das avaliações por parte da gestão municipal de educação; formuladas com 20 questões objetivas com quatro alternativas cada, sendo 10 de Língua Portuguesa e 10 de Matemática, acompanhadas do gabarito. Plataforma digital em ambiente online: A Editora Brasil Cultural disponibiliza a EduQ Brasil, uma plataforma de gestão educacional e pedagógica desenvolvida para apoiar famílias, escolas e professores frente ao desafio de elevar a qualidade no ensino. Com a inserção da nossa tecnologia ao ensino, o educador recebe indicadores sobre as atividades e avaliações realizadas pelo estudante por meio de vários relatórios de desempenho, facilitando a tomada de decisão da equipe pedagógica. Principais recursos da plataforma: • ferramentas para avaliação continuada e formativa com criação de questões, listas de atividades, e avaliações: • ferramentas de monitoramento e acompanhamento da aprendizagem que oferece diversos indicadores e relatórios para apoio na gestão educacional; • sala de aula virtual; • biblioteca digital com milhares de documentos e livros em versão digital;		
Descrição: Kit de livros de Língua Portuguesa e Matemática do 7º ano do Ensino Fundamental (12 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 2	**Quantidade:** 75,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 8º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Brasil Cultural (organizadora)	**Modelo:** Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 8º ano - Descrição: A coleção "Um giro pela aprendizagem" oferece material didático de alta qualidade composto por dois livros por ano aluno, sendo um de Língua Portuguesa e outro de Matemática, o projeto ainda oferece um sistema de avaliação da aprendizagem, uma plataforma educacional e um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. O objetivo da coleção "Um giro pela aprendizagem" é auxiliar o professor no desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes em Matemática e Língua Portuguesa, para que eles alcancem níveis esperados de proficiência e, consequentemente, avancem com sucesso nos estudos. A coleção é composta por dois livros para alunos e dois para professores: Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 8: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 8: ensino fundamental (professor) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 8: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 8: ensino fundamental (professor) Especificações técnica dos livros do aluno: Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Especificações técnica dos manuais do professor: Editora: Brasil Cultural Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 1x1 cor em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Observação: o manual do professor é encadernado juntamente com uma cópia integral do livro do aluno. Livro Programa de avaliação da aprendizagem: fornecimento de avaliações digitais durante um ano letivo para alunos, com via para os professores. O programa de acompanhamento da aprendizagem viabiliza os diagnósticos de desempenho individual e coletivo, oferecendo dados para análise de verificação das metas traçadas pelo órgão educacional responsável. As avaliações são alinhadas às exigências mínimas solicitadas pelo Saeb, elaboradas e diagramadas em alta qualidade, fornecidas em formato	**Preço Unitário:** R$ 210,00	**Valor Total:** R$15.750,00
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				digital, distribuídas por meio eletrônico, proporcionando autonomia na reprodução das avaliações por parte da gestão municipal de educação; formuladas com 20 questões objetivas com quatro alternativas cada, sendo 10 de Língua Portuguesa e 10 de Matemática, acompanhadas do gabarito. Plataforma digital em ambiente online: A Editora Brasil Cultural disponibiliza a EduQ Brasil, uma plataforma de gestão educacional e pedagógica desenvolvida para apoiar famílias, escolas e professores frente ao desafio de elevar a qualidade no ensino. Com a inserção da nossa tecnologia ao ensino, o educador recebe indicadores sobre as atividades e avaliações realizadas pelo estudante por meio de vários relatórios de desempenho, facilitando a tomada de decisão da equipe pedagógica. Principais recursos da plataforma: • ferramentas para avaliação continuada e formativa com criação de questões, listas de atividades, e avaliações: • ferramentas de monitoramento e acompanhamento da aprendizagem que oferece diversos indicadores e relatórios para apoio na gestão educacional; • sala de aula virtual; • biblioteca digital com milhares de documentos e livros em versão digital;		
Descrição: Kit de livros de Língua Portuguesa e Matemática do 8º ano do Ensino Fundamental (13 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 2	**Quantidade:** 77,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo:	**Modelo:** Modelo: Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 9º ano - Descrição: A	**Preço Unitário:**	**Valor Total:**

			Coleção Um Giro pela Aprendizagem – 9º ano Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda. Autoria: obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Brasil Cultural (organizadora)	coleção “Um giro pela aprendizagem” oferece material didático de alta qualidade composto por dois livros por ano aluno, sendo um de Língua Portuguesa e outro de Matemática, o projeto ainda oferece um sistema de avaliação da aprendizagem, uma plataforma educacional e um programa de assessoria pedagógica para gestores e professores personalizado para a realidade de cada cliente. O objetivo da coleção “Um giro pela aprendizagem” é auxiliar o professor no desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes em Matemática e Língua Portuguesa, para que eles alcancem níveis esperados de proficiência e, consequentemente, avancem com sucesso nos estudos. A coleção é composta por dois livros para alunos e dois para professores: Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 9: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: matemática: livro 9: ensino fundamental (professor) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 9: ensino fundamental (aluno) Um giro pela aprendizagem: língua portuguesa: livro 9: ensino fundamental (professor) Especificações técnica dos livros do aluno: Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 4x4 cores em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Especificações técnica dos manuais do professor: Editora: Brasil Cultural Formato fechado: 20,5 x 27,5 cm Capa: impressão 4x0 cores em papel cartão 300g/m2 com acabamento em verniz UV brilho. Miolo: impressão 1x1 cor em papel offset 75g/m2. Encadernação: brochura com cola PUR. Observação: o manual do professor é encadernado juntamente com uma cópia integral do livro do aluno. Livro Programa de avaliação da aprendizagem: fornecimento de avaliações digitais durante um ano letivo para alunos, com via para os professores. O programa de acompanhamento da aprendizagem viabiliza os diagnósticos de desempenho individual e coletivo, oferecendo dados para análise de verificação das metas traçadas pelo órgão educacional responsável. As avaliações são alinhadas às exigências mínimas solicitadas pelo Saeb, elaboradas e diagramadas em alta qualidade, fornecidas em formato	R$ 210,00	R$16.170,00
Total:						**R$ 1.007.945,00**
				digital, distribuídas por meio eletrônico, proporcionando autonomia na reprodução das avaliações por parte da gestão municipal de educação; formuladas com 20 questões objetivas com quatro alternativas cada, sendo 10 de Língua Portuguesa e 10 de Matemática, acompanhadas do gabarito. Plataforma digital em ambiente online: A Editora Brasil Cultural disponibiliza a EduQ Brasil, uma plataforma de gestão educacional e pedagógica desenvolvida para apoiar famílias, escolas e professores frente ao desafio de elevar a qualidade no ensino. Com a inserção da nossa tecnologia ao ensino, o educador recebe indicadores sobre as atividades e avaliações realizadas pelo estudante por meio de vários relatórios de desempenho, facilitando a tomada de decisão da equipe pedagógica. Principais recursos da plataforma: • ferramentas para avaliação continuada e formativa com criação de questões, listas de atividades, e avaliações: • ferramentas de monitoramento e acompanhamento da aprendizagem que oferece diversos indicadores e relatórios para apoio na gestão educacional; • sala de aula virtual; • biblioteca digital com milhares de documentos e livros em versão digital;		
Descrição: Kit de livros de Língua Portuguesa e Matemática do 9º ano do Ensino Fundamental (14 anos)						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 3	**Quantidade:** 530,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Bebê Feliz Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda.	**Modelo:** Modelo: Coleção Bebê Feliz - Os livros de literatura infantil da Coleção Bebê Feliz foram criados para contribuírem com o trabalho educativo e com o desenvolvimento infantil. Respeitando as peculiaridades de cada faixa etária, cada livro “brinca” de uma forma especial com as palavras. Com ilustrações encantadoras e contextos envolventes, a Coleção Bebê Feliz e composta por 6 livros relacionados a seguir: A bebê e o pato Quaquá. Autoras: Maud Apparecida e Cristiane Martini Barnabé, o Jacaré. Autoras: Maud Apparecida e Cristiane Martini O bebê e o coelho Pompom. Autoras: Maud Apparecida e Cristiane Martini Aninha e a Joaninha. Autoras: Maud Apparecida e Cristiane Martini Anita e a sua família. Autoras: Maud Apparecida e Cristiane Martini O bebê e a gata Tatá. Autoras: Maud Apparecida e Cristiane Martini A coleção é organizada em embalagem ilustrada, modelo maleta, produzida de acordo com as características técnicas descritas a seguir: Material: papel triplex 400 gr/m2 Impressão: offset 4 x 0 cores Formato: 280 x 225 x 30 mm (AxCxL) Acabamento: laminação brilho na capa Especificações comuns a todos os livros da coleção: Impressão em 4 cores Papel capa: couché fosco 250 gr/m2 Papel miolo: couché fosco 150 gr/m2 Formato 22 cm x 22 cm Acabamento: laminação fosca e verniz localizado nas capas e encadernação lombada canoa com dois grampos.	**Preço Unitário:** R$ 90,00	**Valor Total:** R$47.700,00
Descrição: Kit contendo 6 livros paradidáticos de literatura infantil para apoio a estimulação infantil, prazer pela leitura e a literacia familiar, o kit e deve ser entregue em uma maleta de papel com alça e ser acompanhado de um encarte para apoio a literacia familiar e suporte ao trabalho a ser desenvolvido pelo professor.						
Total:						**R$ 1.007.945,00**
Lote: 3	**Quantidade:** 891,00	**Unidade:** UND	**Marca:** Marca: Brasil Cultural Modelo: Coleção Criança Consciente Fabricante: Publicações Brasil Cultural Ltda.	**Modelo:** Modelo: Coleção Criança Consciente - Descrição: A coleção criança consciente é composta de livros paradidáticos de literatura infantil destinados a crianças a partir de 6 anos de idade que abordam os temas: Dengue, Cidadania, Higiene, Bullying, Água, Drogas, Lixo e Meio Ambiente, apresentado em oito livros: A turma da Naty contra Denguemur. Autor(a): Eduardo Bento. 2ª Edição (2022). Cidadania a gente aprende. Autor(a): Denise Telles. 2ª Edição (2022). Bafo de onça não quero, não!. Autor(a): Alessandra Rodrigues. 2ª Edição (2022). Princesa Margareth. Autor(a): Denise Telles. 2ª Edição (2022). A fada d'água. Autor(a): Denise Telles. 2ª Edição (2022). Não vem com essa, to fora!. Autor(a): Eduardo Bento. 2ª Edição (2022). Lixo tem lugar certo!. Autor(a): Denise Telles. 2ª Edição (2022). Amigos do meio ambiente. Autor(a): Denise Telles. 2ª Edição (2022). A coleção é organizada em embalagem ilustrada, modelo maleta, produzida de acordo com as características técnicas descritas a seguir: Maleta Coleção Criança Consciente: Material: papel triplex 400 gr/m2 Impressão: offset 4 x 0 cores Formato: 280 x 225 x 30 mm (AxCxL) Acabamento: laminação brilho na capa Especificações comuns a todos os livros da coleção: Impressão em 4 cores Material: papel couché fosco 150 g/m2 Formato 21 cm x 21 cm Acabamento: verniz brilho na capa e encadernação lombada canoa com dois grampos.	**Preço Unitário:** R$ 120,00	**Valor Total:** R$106.920,00
Descrição: Kit contendo 8 livros paradidáticos de literatura infanto-juvenil que devem ser compostos por textos paradidáticos estruturados em histórias lúdicas que abordem um tema específico por volume a ser trabalhado e ofereça atividades de interação ao final. O kit e deve ser entregue em uma maleta de papel com alça e ser acompanhado de um encarte para apoio a literacia familiar e suporte ao trabalho a ser desenvolvido pelo professor.						
Total:						**R$ 1.007.945,00**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **24/06/2025** , a contar do dia **25/06/2024** .

1. **DO OBJETO:**
1.1. Registro de Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE KIT DE MATERIAIS DIDÁTICOS, PARADIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS DE APAIO A APRENDIZAGEM NAS ÁREAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA** para atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Educação/SEMED COM RECURSOS PROVENIENTES DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 163/SEDUC/PGE/2023**.
2. **DA VIGÊNCIA DA ATA**
2.1. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de **12 (doze) meses a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia /AROM**.

2.2. Conforme a Lei 14.133/2021, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. **DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Lei Municipal nº 1.559 de 11 de abril de 2024. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. **DA GARANTIA**

4.1. A empresa vencedora ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos responsáveis, em cada item especificado neste instrumento convocatório.

4.2. A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas no que tange todo o processo de prestação de serviços em todas as etapas, sem ônus adicional para as Secretarias.

4.2.1 Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito por correio eletrônico, por telefone e ou pelo correio postal nacional, obrigando-se a empresa Contratada atendê-la no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e, caso tenha que substituir o material seja feito imediatamente assim que for comunicado, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições prevista no edital;

4.3. O serviço ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código **de Defesa do Consumidor**) e às demais legislações pertinentes.

5. **CRITÉRIO PARA ACEITAÇÃO DO OBJETO**

5.1 Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste TR e na proposta;

5.2 O recebimento provisório dos produtos não implica a aceitação definitiva dos mesmos;

5.3 A atestação final de conformidade do fornecimento cabe à SEMED;

5.4 Caso os itens estejam em desacordo com as especificações exigidas neste TR ou apresentarem vício, serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, conforme o caso, mediante Termo de Recusa, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o contratante, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução;

5.5 Somente após a verificação do enquadramento dos produtos com as especificações definidas neste TR, dar-se-á o recebimento definitivo por servidor responsável, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade com as especificações e demais exigências estabelecidas nesta contratação, atestando no documento de entrega, o recebimento em condições satisfatórias, em termos de quantidade e qualidade, conforme o inciso II, alínea b, do art. 140 da Lei 14.133/2021;

5.6 Será recusado produto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação;

5.7 O servidor designado como fiscal poderá solicitar a substituição de um produto por outro em caso de defeito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento daquele que foi devolvido, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil;

5.8 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito estado do produto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua utilização;

5.9 AAdministração poderá solicitar testes dos produtos junto aos seus fabricantes, para verificar a legitimidade do produto. A recusa da CONTRATADA a substituir os produtos reprovados nos testes será considerada descumprimento contratual, sujeitando a mesma à aplicação da penalidade.

6. **DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA, HORÁRIOS E EXECUÇÃO**

6.1 A entrega deverá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e cópia da Nota de Empenho, conforme informado em planilha pelo departamento requisitante, podendo ser prorrogável, por igual período, a critério da CONTRATANTE, quando devidamente justificado;

6.1.1 A data e horário da entrega deverão ser agendados com o Setor requisitante da Secretaria Municipal de Gestão em Educação - SEMED por e-mail (conveniomontenegrofme@gmail.com);

6.1.2 Caso ocorra alguma mudança de programação de endereço de entrega, o novo cronograma será enviado junto à autorização de fornecimento via e- mail;

7. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1 **Liquidação**

7.1.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a. prazo de validade;
b. data da emissão;
c. os dados do contrato e do órgão contratante;
d. período respectivo de execução do contrato;
e. valor a pagar; e
f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.1.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.1.3 A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei 14.133/2021;

7.1.4 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.1.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.1.6 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.1.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.2 **Prazo do pagamento**

7.2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos produtos adquiridos, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade dos produtos, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação no certame licitatório;

7.2.2 A SEMED poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;
7.3 Forma de pagamento
7.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
7.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
7.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
7.3.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
7.3.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
8. **DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRAS POR SECRETARIA**
8.1.As despesas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços correrão por conta dos recursos consignados na dotação orçamentárias, conforme segue abaixo:
Recurso: Convênio Estadual
Dotação Orçamentária: 12.3610005.1096 - CV.163/SEDUC/PGE-2023 AQUIS. DE KIT DE MATERIAIS DIDÁTICOS, PARADIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS
Elemento de Despesa:3.3.90.30 - Material de consumo
Ficha Orçamentária: 445
9. **DAS PENALIDADES**
9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação de penalidades, conforme as infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
9.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
9.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
9.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
9.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
9.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
9.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
9.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
9.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
9.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
9.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
9.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
9.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.
9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 20.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 20.1 deste Termo de Referência, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 18.1.1 a 18.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 20.1.8 a 9.1.12;
I. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
II. A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens “c” e “d” abaixo:
III. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 20.1.2 a 20.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 20.1.2 a 20.1.12 do Termo de Referência;
9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
9.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
9.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
9.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
9.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
9.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
9.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.
9.6 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
9.7 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10. DAADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
-Durante a vigência da ata, os órgãos e entidades municipais poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
-consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora: e

- consulta e aceitação prévia do do fornecedor.
-A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
-O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

-Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
-O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
-O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1
Dos limites para as adesões
-As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
-O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
-Vedação a acréscimo de quantitativos
-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
-VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DAATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
-A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
-O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
-Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
-A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
-O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
-Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
-Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
-Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
-Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
-Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.
-Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
-O registro dos licitantes ou dos fornecedores tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

-Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
-A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
-Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
-Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.
-O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
-Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
-O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do
licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
-A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
-Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
-Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
-Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
-Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
-A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
12. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
-Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
-Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

-Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
-Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
-No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
-No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
-Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
-Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
-Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
-Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
-Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
-Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
-Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
-Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
-Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
-Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
-Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
-O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
14. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NAATA DE REGISTRO DE PREÇOS
-As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
-O remanejamento somente poderá ser feito:
-De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
-De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
-O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
-Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
-Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
-Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
-Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
15. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
-O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
-Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
-Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
-Não aceitar manter seu preço registrado mesmo que não haja comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
-Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
-O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
-Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
-O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
-Por razão de interesse público;
-A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
-Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
16. **DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO**
-A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto e, ainda:

-Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;
-Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
-Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
-Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
-Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
-Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

-Facilitar a CONCEDENTE, ou agentes da Administração Federal, com delegação de competência, todos os meios e condições necessários ao controle, supervisão e acompanhamento, inclusive, permitindo-lhe efetuar inspeção ln loco fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento contratual;
-Permitir o livre acesso de servidores da CONCEDENTE e os do controle interno do Poder Federal, bem como do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados no art. 43 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, bem como aos locais de execução do Objeto.
-Conceder Livre Acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referente ao objeto contratado, para os servidores da CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo.
-Fica obrigado a empresa **indicar no documento fiscal suas alíquotas, ou sua isenção conforme as legislações vigentes,** fica obrigado ainda **apresentar as declarações para os casos de isenção conforme Instruções Normativas vigentes.**
-Fica obrigado a empresa indicar no documento fiscal suas alíquotas, ou sua isenção conforme as legislações vigentes, fica obrigado ainda apresentar as declarações para os casos de isenção conforme Instruções Normativas vigentes.

17. **DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES**

-São obrigações da Contratante:
-Requisitar e receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
-Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
-Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
-Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
-Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
-A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
-**Reter os impostos incidentes** sobre as empresas que prestem serviços ou forneçam bens ao município.

18. **DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

18.1.Os órgãos participantes desta Ata de Registro de Preços são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA elaborado pela SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL, parte integrante do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2023/PMMN/RO.

19. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

19.1. A empresa contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos que porventura seja requerido pela Prefeitura Municipal de Monte Negro. A fiscalização será efetuada pela Comissão de Recebimento designada, que acompanhará a execução dos serviços;
19.2. A existência da fiscalização da Prefeitura Municipal de Monte Negro, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da empresa a ser contratada, na prestação dos serviços a serem executados.
19.3. A Secretaria Municipal de Saúde, através da Equipe de Recebimento, será responsável pela fiscalização do fornecimento dos produtos, observando todos os aspectos estipulados (prazo de entrega, local de entrega, observância acerca da qualidade e marca dos produtos contratados).
19.4. A equipe de Recebimento realizará visita de rotina no local de armazenamento/produção dos gêneros a serem fornecidos pela contratada, para supervisão das atividades e verificação de boas práticas conforme legislação sanitária vigente, podendo solicitar adequações caso necessário, estipulando prazos para as devidas correções.
19.5. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias.

20. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

20.1. A empresa vencedora terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para assinar a Ata de Registro de Preços, caso não assine no tempo estipulado será dado continuidade aos trâmites do processo para que não haja atraso.
20.2. Conforme Homologado e divulgado o resultado da licitação, a Ata de Registro de Preços será publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia-AROM (Lei nº 1.559/2024) e no sítio da Prefeitura, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta formal apresentada à licitação. (NR), sendo, portanto, dispensada a assinatura na Ata de Registro de Preços.

21. **DA SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

21.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste termo, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
22.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
22.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais:o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
22.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 1.559/2024, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, independente de transcrição.
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito Municipal

Assinado de forma digital por:
IVAIR JOSÉ FERNANDES
67752730963
Dados: 24/06/2024 15:03:56

PUBLICACOES BRASIL CULTURAL LTDA
05.641.768/0001-68

Assinado de forma digital por:
RAFAEL CHICARELLI TREVISI
28849004893
Dados: 24/06/2024 10:15:38

Publicado por:
Shayenne Mioto Bucarth
Código Identificador:13AAA232

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO-RO
EDITAL 001/SEGAFIN/2024 - PROCESSO SELETIVO PARA AMIGO VOLUNTÁRIO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO, através da comissão designada para esse fim conforme Portaria n. 619/GAB/2024, de 20 de junho de 2024, publicada no diário oficial dos municípios de Rondônia – AROM no dia 21 de junho de 2024, no uso de suas atribuições legais, com base nos dispositivos da Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, contemplada pela Lei Municipal nº 1.121, de 21 de Maio de 2021, que dispõe s obre a criação de voluntariado, e considerando os termos do Decreto Municipal nº 2.251, de 21 de Maio 2021, torna-se público as normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado, tendo em vista a seleção de candidatos para o Programa Amigo Voluntário, para atender as secretarias do município, mediante as condições especiais estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Este Edital contém cláusulas, anexos e condições que regem o presente Processo Seletivo Simplificado, conforme legislação vigente.
O presente Processo Seletivo Simplificado consistirá em Análise de Títulos e entrevista, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção para atividades voluntárias.
O Programa Amigo Voluntário visa, de forma colaborativa, dar suporte às atividades desenvolvidas pelas determinadas secretarias de acordo com as funções inerentes a cada vaga pleiteadas constantes no anexo I.
O Amigo Voluntário, sob orientação e supervisão do chefe imediato, executará as atividades voluntárias constante do Anexo III, deste Edital.
Todos os atos oficiais relativos ao Processo Seletivo Simplificado serão publicados no portal oficial da prefeitura site: www.montenegro.ro.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios site: http://www.diariomunicipal.com.br/arom/, no portal da transparência site: http://transparencia.montenegro.ro.gov.br/.

DAS VAGAS PARA O SERVIÇO VOLUNTÁRIO
Tabela de vagas para o serviço voluntário:

ATIVIDADE VOLUNTÁRIA	SECRETARIA	VÍNCULO	PREVISÃO DE CARGA HORÁRIA	PREVISÃO DE VAGAS	LOCAL DE PRESTAÇÃO
Voluntário Vigilante Patrimonial	SEGAFIN	Voluntário	40 horas	03	RODOVIÁRIA
Voluntário Auxiliar de Manutenção Geral	SEGAFIN	Voluntário	40 horas	01	RODOVIÁRIA
Voluntário Auxiliar de Limpeza Predial	SEGAFIN	Voluntário	40 horas	02	RODOVIÁRIA
Voluntário Vigilante Patrimonial	SEMED	Voluntário	40 horas	03	Escola Ulisses Guimarães
Voluntário Vigilante Patrimonial	SEMED	Voluntário	40 horas	01	Escola Francisco dos Santos
Voluntário Vigilante Patrimonial	SEMED	Voluntário	40 horas	01	Escola Justino Luiz Ronconi
Voluntário Auxiliar de Manutenção Geral	SEMED	Voluntário	40 horas	03	SEMED
Voluntário Auxiliar de Limpeza Predial	SEMED	Voluntário	40 horas	01	Escola Ulisses Guimarães
Voluntário Auxiliar de Limpeza Predial	SEMED	Voluntário	40 horas	01	Escola Maria de Abreu Bianco
Voluntário Vigilante Patrimonial	SEMUSA	Voluntário	40 horas	03	SEMUSA
Voluntário Auxiliar de Manutenção Geral	SEMUSA	Voluntário	40 horas	01	SEMUSA
Voluntário Auxiliar de Limpeza Predial	SEMUSA	Voluntário	40 horas	03	SEMUSA
Voluntário Auxiliar de Limpeza Predial	SETUR	Voluntário	40 horas	02	SETUR
Voluntário Vigilante Patrimonial	SETUR	Voluntário	40 horas	03	SETUR
Voluntário Auxiliar de Serviços Braçais	SEMOSP	Voluntário	40 horas	08	SEMOSP

Os colaboradores do Programa Amigo Voluntário deverão desempenhar suas atividades de colaborador junto às secretarias do município, sendo definido seu local de exercício, pelo setor de lotação, após o ato de assinatura do Termo de Adesão ao Serviço de Voluntário.
Os candidatos poderão ser alocados em qualquer uma das unidades municipais, sejam urbanas ou rurais.
As vagas destinadas aos locais de prestação do serviço da área rural, só serão alocados nas unidades específicas, e são destinadas a pessoas moradoras da região, e que tenham interesse em prestar o serviço.
O deslocamento a unidades das áreas rurais, não será de responsabilidade da Secretaria em que o candidato será alocado, sendo facultativo a concessão.

DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO

Antes de inscrever-se, o candidato deverá tomar conhecimento das normas e condições estabelecidas neste Edital, incluindo seus Anexos, partes integrantes das normas que regem o presente Processo Seletivo para o Programa Amigo Voluntário, das quais, **não poderá alegar desconhecimento em nenhuma hipótese.**

O **período** para as inscrições será de **27 a 28 de junho de 2024,** podendo ser prorrogado, conforme a necessidade.

A inscrição no Processo Seletivo Amigo Voluntário 2024.1, será realizada **via INTERNET**: no período de 00h01min do dia 27 de junho de 2024 até às 23h59min do dia 28 de junho de 2024, disponível no site: www.montenegro.ro.gov.br, com acesso direto através do link: https://seletivo.montenegro.ro.gov.br/001-segafin-2024/ no qual o candidato deverá preencher o formulário de inscrição e anexar os documentos obrigatórios conforme o item 3.4. **Nesse momento, poderá anexar também os documentos comprobatórios de títulos e experiência, para fins de pontuação.**

Documentos **OBRIGATÓRIOS**, de caráter **ELIMINATÓRIO** para envio no portal, formato **"PDF" E ARQUIVO ÚNICO**, (sugere-se a utilização do site Ilove PDF, através do link https://www.ilovepdf.com/pt/juntar_pdf para a unificação de todos os documentos em um único arquivo)

Documento de Identificação;

Cadastro de Pessoa Física – CPF;

Comprovante de residência atualizado (Água, Luz, Telefone ou internet), de um dos últimos 3 meses em nome do candidato, pai ou mãe, conjuguê (desde que comprovado, Caso o comprovante seja no nome de terceiros, anexar também declaração do proprietário devidamente assinada); Contratos de aluguel serão aceitos desde que autenticados em cartório + declaração do titular do contrato.

Comprovante de Escolaridade;

No ato da efetivação da inscrição o candidato poderá apresentar documentos comprobatórios de títulos e experiência, para fins de pontuação, conforme o quadro 4.2.1, do presente edital.

O comprovante de inscrição deverá ser impresso, e apresentado no dia da entrevista, caso seja convocado.

Só será autorizada 1 (uma) inscrição por CPF.

A inscrição exprime a ciência e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

Não será cobrada taxa de inscrição.

O candidato ao Programa Amigo Voluntário deverá, no ato da inscrição, deverá selecionar em campo específico da Ficha de Inscrição, **uma única opção de função.**

Depois de efetivada a inscrição, não será aceito pedido de alteração de opção.

A secretaria responsável poderá realocar o voluntário em caso de necessidade de pessoal em outra unidade específica.

O candidato ao Programa Amigo Voluntário, somente será considerado efetivamente inscrito no processo de seleção, após ter realizado o preenchimento de formulário de inscrição conforme este Edital, enviado a documentação necessária e ter sua inscrição homologada pela comissão de realização do processo seletivo, divulgada no portal http://www.transparencia.montenegro.ro.gov.br/nas datas estabelecidas no Anexo II.

Nos casos em que o nome do candidato não esteja inserido no ato de homologação das inscrições, este deverá dirigir-se à Secretaria Municipal de Educação, localizada no antigo prédio da prefeitura, portando documento comprobatório de sua inscrição para verificação e retificação da homologação da inscrição caso tenha havido algum erro.

Cabe ao candidato acompanhar cada etapa da presente seleção, bem como todas as publicações a serem realizadas no portal da transparência do município, através do link http://www.transparencia.montenegro.ro.gov.br/, na aba 6.5 – CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSOS SELETIVOS", ou pelo link direto: https://athus4.montenegro.ro.gov.br/transparencia/processoslistarver/DCB86736/

DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA

A todos os candidatos que atenderem aos requisitos mínimos e obrigatórios para a efetivação da inscrição, serão atribuídos 10 (dez) pontos (ITEM I).

O Processo Seletivo Voluntárioserá realizado considerando a somatória de títulos e tempo de experiência na função apresentados (ITEM II) e Entrevista (ITEM III), observando a pontuação constante nos quadros abaixo.

A análise de Títulos terá caráter classificatório, e não eliminatório.

A ENTREVISTA terá caráter ELIMINATÓRIO.

O candidato que faltar a entrevista no dia e horário estabelecido, será eliminado do processo de seleção.

Quadro 4.2.1 Titulação das funções

ITEM II – ANÁLISE DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA		
TÍTULOS	**PONTOS UNITÁRIOS**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
Residência Comprovada no Município de Monte Negro (Conta de água, luz, telefone, em nome do candidato, ou de pai, mãe, conjugue, desde que devidamente comprovado, **de no mínimo 3 meses.** Caso não seja em seu nome, apresentar declaração de residência assinado pelo titular do comprovante) *Somente serão aceitas contas de: água, luz, telefone ou internet.	10 pontos	10 Pontos
Nível Superior Completo	20 pontos	20 pontos
Nível Médio Completo	15 pontos	
Nível Fundamental Completo	10 pontos	
Nível Fundamental Incompleto	05 pontos	
Cursos de Aperfeiçoamento / Profissionalizante Acima de 60 horas	05 pontos Máximo 02 cursos	10 pontos
Tempo de Exercício Profissional na área, a qual concorre. **Experiência** na função e/ou atividade do cargo pretendido, com documento comprobatório. (5 pontos a cada 6 meses – máximo 12 meses) **(Serão aceitas declarações de serviço voluntário anterior, em papel timbrado do órgão, assinados e carimbados pelo chefe da pasta).**	5 pontos	10 pontos
ITEM III - ENTREVISTA		
APRESENTAÇÃO PESSOAL	0,0 ponto - ruim	10 pontos
	3,0 pontos - regular	
	5,0 pontos – boa	
	10,0 pontos - excelente	
COMUNICAÇÃO E DESENVOLTURA	0,0 ponto - ruim	10 pontos
	3,0 pontos - regular	
	5,0 pontos – boa	
	10,0 pontos - excelente	
DEMOSTRAÇÃO DE CONHECIMENTO	0,0 ponto - ruim	10 pontos
	3,0 pontos - regular	
	5,0 pontos – boa	
	10,0 pontos - excelente	
DISPONIBILIDADE DE TEMPO (Adequadas ao Órgão)	10,0 pontos	10 pontos

DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO PROJETO AMIGO VOLUNTÁRIO

Para participar do Projeto Amigo Voluntário o candidato deverá:
ser maior de 18 anos;
Demostrar vontade de participar dos projetos;
Escolher uma única área de atuação que se identifique conforme – Anexo I – Quadro de Vagas – Amigo Voluntário deste **Edital.**

DAS ETAPAS DA SELEÇÃO

O processo de seleção do programa Amigo Voluntário será composto de duas etapas:
1ª Etapa: Envio e Análise dos documentos enviados pelo candidato no ato da inscrição, de caráter classificatório e eliminatório.
2ª Etapa: Entrevista, a ser realizada pela Comissão Avaliadora, e contagem de pontos de acordo com o ITEM III – ENTREVISTA do quadro 4.2.1

DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Os candidatos selecionados serão classificados por ordem decrescente de pontos, por local de lotação, de acordo com os pontos obtidos na análise dos dados e da entrevista.
Serão utilizados os seguintes critérios de desempate:
Ter maior idade, de acordo com o parágrafo único, do art. 27, da Lei n. 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso).
Ter maior grau de escolaridade.
A aprovação, não gera a expectativa de convocação, nem tão pouco a obrigatoriedade. As mesmas só ocorrerão, conforme a necessidade da secretaria de origem.
Os candidatos selecionados, além do quantitativo do quadro de vagas ofertado neste Edital, ficarão na condição de Cadastro Reserva e poderão ser convocados, posteriormente, desde que haja casos de desistência e abandono e/ou novas necessidades sejam disponibilizadas pela Secretaria Municipal solcitante.
Ao candidato aprovado será vedada a transferência de opção de localidade, ressalvadas as necessidades de vagas vigentes.
O candidato classificado dentro do número de vagas ofertadas, que não se apresentar dentro do prazo estipulado pelo Edital de convocação será automaticamente eliminado do Processo Seletivo para o Programa Amigo Voluntário.
Será permitida a cedencia entre voluntários das diversas secretarias, mediante justificativa da necessidade e termo de formalização.

DAS CONDIÇOES PARA ASSINATURA DO TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Para a assinatura do Termo de Adesão ao Serviço Voluntário o convocado terá que apresentar as seguintes condições:
Ter sido selecionado para a unidade e vaga do presente Processo Seletivo;
Apresentar os documentos pessoais;
Ser brasileiro nato ou naturalizado;
Ser maior de 18 anos;
Estar quite com a justiça eleitoral;
Se, do sexo masculino, estar quite com as obrigações militares;
Possuir o nível de escolaridade exigido;
Ter aptidão física e mental;
Cumprir, na íntegra, as determinações deste Edital;
Apresentar as certidões negativas.

DO PRAZO DE VALIDADE DO TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Os candidatos selecionados, dentro do quantitativo de vagas ofertadas desempenharão suas atividades pelo prazo de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a contar da data de assinatura do Termo de Compromisso.
Para os Termos de Compromisso prorrogados serão expedidos Termos Aditivos.
Os candidatos classificados, dentro do número de vagas previsto para cada local de prestação do serviço, assinarão o Termo de Adesão ao Programa Amigo Voluntário, prestarão serviço diário de acordo com funções dos cargos pleiteados podendo ter duração de 06 (Seis) horas, 08 (oito) horas (Dois Turnos) ou 12 horas com carga horária de segunda-feira a sexta-feira, podendo ser escalados aos sábados e domingos, estabelecido em comum acordo entre o voluntário e a equipe de supervisão do chefe imediato designado, conforme a Lei Municipal nº 1.121, de 21 de Maio de 2021 e considerando os termos do Decreto Municipal nº 2.251, de 21 de Maio 2021.

DA AJUDA DE CUSTO

O prestador de serviço fará jus a uma ajuda de custo, no valor ***de R$ 10,00 (Dez Reais) por hora de prestação do serviço****, para cobrir despesas com alimentação, transporte e demais custos decorrentes do serviço desde que manifeste sua opção por meio de requerimento à autoridade responsável pelo órgão ou entidade municipal em que ocorrer a prestação.*
Em caso do não comparecimento ao local de atuação, independente da apresentação de Atestado Médico ou de qualquer outro tipo de declaração, o colaborador do Programa Amigo Voluntário não fará jus a ajuda de custo naquele dia.
A ajuda de custo ofertada ao colaborador do Programa Amigo Voluntário será repassada pela devida secretaria, mensalmente, mediante depósito em conta junto ao banco bradesco.
Ao final de cada mês, a Secretaria responsável, deverá encaminhar o Relatório das Atividades Desenvolvidas pelo Voluntário para o Setor Administrativo os quais deverão constar no processo a fim de prestação de contas.
A opção pelo ressarcimento das despesas deverá ser registrada por meio de Requerimento do interessado, no ato da assinatura do Termo de Adesão, podendo ser requerida ou revogada a qualquer tempo.

DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

O resultado final e a homologação do Processo Seletivo do Programa Amigo Voluntário serão divulgados nas datas constantes do Anexo II - Cronograma Previsto e publicados no portal oficial da prefeitura site: www.montenegro.ro.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios site: http://www.diariomunicipal.com.br/arom/, no portal da transparência site: http://transparencia.montenegro.ro.gov.br/.

DA ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO E LOTAÇÃO

Os candidatos ao Programa Amigo Voluntário que forem classificados de acordo com o número de vagas ofertado no presente Processo Seletivo do Programa Amigo Voluntário, serão convocados conforme necessidade da devida secretaria, através de Edital publicado no portal www.montenegro.ro.gov.br/, e no Diário Oficial dos Municípios - AROM, para assinatura de Termo de Compromisso, devem apresentar-se na secretaria de convocação, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, a contar da publicação do edital de convocação, e apresentar a seguinte documentação, Original e cópia para conferência:
Foto 3x4;
Cédula de identidade / carteira nacional de habilitação ou equivalente;
Cadastro de pessoas fisicas – CPF;
Título de eleitor;
Comprovante de residência;
Documento de escolaridade;
Se do sexo masculino, comprovante da situação militar;
Certidões negativas cíveis e criminais expedidas pela justiça federal e estadual;
Certidões de quitação eleitoral;
Conta no banco bradesco;

O candidato ao Programa Amigo Voluntário convidado para assinatura de Termo de Compromisso que não comparecer dentro do prazo preestabelecido no item 12.1, será considerado como desistente, podendo, a Secretaria solicitante, convidar o próximo candidato aprovado, obedecida rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas financeiras com a execução deste Edital ocorrerão conforme previsão de dotação orçamentária da devida secretaria.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Processo Seletivo do Programa Amigo Voluntário terá validade máxima de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período, a contar da data da homologação do Resultado Final publicado no portal www..montenegro.ro.gov.br/, e Diário Oficial dos Municípios-AROM.
As assinaturas dos Termos de Compromisso do Programa Amigo Voluntário dos candidatos selecionados, só serão permitidas dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo do Programa Amigo Voluntário.
Será excluído da seleção o candidato que fizer declaração falsa ou inexata ou, por sua inteira responsabilidade, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos neste Edital, incluindo-se os exigidos para a confirmação de sua inscrição.
Em caso de desistência, óbito ou mudança de domicílio do voluntário e, para não haver prejuízo na continuidade da oferta de serviço, a administração poderá dispensar e substituir o voluntário por outro que atenda aos dispositivos legais.
O Programa Amigo Voluntário não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente.
Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão designada para acompanhamento do referido Processo Seletivo do Programa Amigo Voluntário, juntamente com a Gerência de Recursos Humanos de cada secretaria, em última instância administrativa, pela Procuradoria Geral do Município.

ANEXOS

ANEXO I - QUADRO DE VAGAS – AMIGO VOLUNTÁRIO;
ANEXO II – CRONOGRAMA PREVISTO
ANEXO III - DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DO AMIGO VOLUNTÁRIO;
ANEXO IV – MODELO DE FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS
ANEXO V– CHECK LIST DE ENTREGA DE DOCUMENTOS E AVALIAÇÃO CURRICULAR

JHONATAN SOUZA DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão do Processo Seletivo

ANEXO I – QUADRO DE VAGAS – AMIGO VOLUNTÁRIO

ATIVIDADE VOLUNTÁRIA	SECRETARIA	VÍNCULO	PREVISÃO DE CARGA HORÁRIA	PREVISÃO DE VAGAS	LOCAL DE PRESTAÇÃO
Vigilante Patrimonial	SEGAFIN	Voluntário	40 horas	03	RODOVIÁRIA
Auxiliar de Manutenção Geral	SEGAFIN	Voluntário	40 horas	01	RODOVIÁRIA
Auxiliar de Limpeza Predial	SEGAFIN	Voluntário	40 horas	02	RODOVIÁRIA
Vigilante Patrimonial	SEMED	Voluntário	40 horas	03	ESCOLA ULISSES GUIMARÃES
Vigilante Patrimonial	SEMED	Voluntário	40 horas	01	ESCOLA FRANCISCO DOS SANTOS
Vigilante Patrimonial	SEMED	Voluntário	40 horas	01	ESCOLA JUSTINO LUIZ RONCONI
Auxiliar de Manutenção Geral	SEMED	Voluntário	40 horas	03	SEMED
Auxiliar de Limpeza Predial	SEMED	Voluntário	40 horas	01	ESCOLA ULISSES GUIMARÃES
Auxiliar de Limpeza Predial	SEMED	Voluntário	40 horas	01	ESCOLA MARIA DE ABREU BIANCO
Vigilante Patrimonial	SEMUSA	Voluntário	40 horas	03	SEMUSA
Auxiliar de Manutenção Geral	SEMUSA	Voluntário	40 horas	01	SEMUSA
Auxiliar de Limpeza Predial	SEMUSA	Voluntário	40 horas	03	SEMUSA
Auxiliar de Limpeza Predial	SETUR	Voluntário	40 horas	02	SETUR
Vigilante Patrimonial	SETUR	Voluntário	40 horas	03	SETUR
Auxiliar de Serviços Braçais	SEMOSP	Voluntário	40 horas	08	SEMOSP
Assistente de Projetos Sociais	SEMDES	Voluntário	40 horas	01	SEMDES

ANEXO II – CRONOGRAMA PREVISTO

EVENTOS	DATAS PREVISTAS
Período de Inscrição	27/06/2024 a 28/06/2024
Divulgação das inscrições recebidas	01/07/2024

Análise da Documentação	01-03/07/2024
Resultado Parcial e Convocação para Entrevista	03/07/2024
Realização da Entrevista	04-05/07/2024
Resultado Final	08/07/2024

***O cronograma poderá ser alterado conforme necessidade, os quais serão publicados na página oficial da prefeitura.**

ANEXO III – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO AMIGO VOLUNTÁRIO

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO GERAL

Descrição das atividades: Auxiliar no preparo de peças, ferramentas e instrumentos necessários para a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, motores, móveis, circuitos hidráulicos, elétricos, entre outros, da unidade; Colaborar na limpeza dos equipamentos da manutenção, bem como instrumentos de uso comum; Verificar existência de vazamentos, fazer roscas em canos, lixar peças, limpar caixas d'agua, telhas e outros materiais; Auxiliar na preparação de equipamentos e matéria-prima necessária para a execução de tarefas, bem como na montagem final e acabamento adequado; Auxiliar e executar nos trabalhos de conservação, reparos e manutenção preventiva e corretiva de máquinas, equipamentos mecanizados, espaços públicos a partir da orientação específica oral e por escrito; Auxiliar na limpeza dos espaços, realizando a roçagem, poda de árvores e a limpeza do espaço; Executar demais atividades inerentes ao setor, conforme solicitação do superior imediato; Executar outras tarefas correlatas à área.

AUXILIAR DE SERVIÇOS BRAÇAIS
Descrição das atividades: Atuar como trabalhador braçal, carregar e descarregar veículos de transporte de cargas; abrir valas; efetuar limpeza em vias públicas; aplicar asfalto em vias públicas conforme espessura especificada; distribuir e efetuar reparos em ferramentas; executar montagem de eventos; lavar, limpar e lubrificar veículos da frota da Prefeitura; preparar e operar máquinas martelete e compactador; zelar pela limpeza e conservação de ferramentas, equipamentos e dependências, abrindo valas para finalidades definidas, montando e desmontando andaimes, transportando e misturando materiais de construção civil, conservação de estradas, auxiliando em serviços de sinalização, preparando solos para plantio, etc, executar a limpeza de ruas, parques, praças, jardins e demais logradouros públicos; executar atividades de capinação e retirada de mato; executar serviços de jardinagem, podas de árvores, cultivo de hortas, viveiros de mudas, limpeza de pátios e outros; efetuar a limpeza de galerias e boca de lobo; executar tarefas manuais e rotineiras que exigem esforço físico; executar outras tarefas correlatas.

VIGILANTE PATRIMONIAL
Descrição das atividades: Exercer vigilância diurna e noturna nos diversos órgãos públicos municipais; Garantir a segurança de praças e parques, evitando pichações, depredações e permanência de pessoas suspeitas; Fazer rondas de inspeção de acordo com os intervalos fixados; Observar e fiscalizar a entrada e saída de pessoas e viaturas das dependências do órgão; Executar serviços de vigilância e recepção dos bens públicos municipais, baseando-se em regras de conduta pré-determinadas, para assegurar a ordem dos logradouros públicos e a segurança do local; Exercer atividades de vigilância em edifícios e logradouros públicos, percorrendo suas dependências para preservar a integridade dos servidores e do patrimônio público; Acender e apagar luzes, verificar se portas, janelas e outras vias de acessos estão fechadas corretamente; Manter e cuidar com procedimentos de higiene e limpeza, quando necessário da Unidade de lotação quando necessário. Executar outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

AUXILIAR DE LIMPEZA PREDIAL
Descrição das atividades: Trabalho manual de natureza simples, que consiste em realizar a limpeza e a conservação das instalações e equipamentos dos prédios onde funcionam as unidades da Prefeitura; manter limpos e higienizados os banheiros e respectivas dependências. Executar os serviços de limpeza dos prédios, pátios escritórios, instalações, salas de aula, etc. Proceder a lavagem de vidraças e persianas, ralos, caixas-de-gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos. Prover os sanitários com toalhas, sabões e papeis-higiênicos, removendo os já servidos. Executar eventuais mandados, fazer chá ou café assim como servi-los, servir águas e tarefas correlatas; verificar a existência de material de limpeza e outros itens relacionados com o seu trabalho, comunicando o superior quando da necessidade de reposição; executar outras tarefas afins.

ANEXO IV – MODELO DE FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS (DISPONÍVEL ONLINE)

1 - IDENTIFICAÇÃO DO (A) VOLUNTÁRIO (A):

Nome: Endereço:
Telefone: ( ) - Cidade:_____UF:_____ CPF:_____RG n.º:_____Órgão expedidor:____UF:____
E-mail:

2 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO:

Área e local de atuação:_____

Disponibilidade de horário: ( )Manhã ( ) Tarde ( ) Manhã e Tarde ( ) Qualquer Horário

3 - FORMAÇÃO:

Ensino Fundamental: ( ) Completo ( ) Incompleto Se incompleto, cursou até qual Série:
Ensino Médio: ( ) Completo

Após o correto preenchimento das informações acima, solicito minha inscrição no **processo seletivo simplificado para o Programa Amigo Voluntário da Saúde**, com o objetivo de atuar como colaborador de forma voluntária e gratuita, na forma da Lei Municipal nº 1.121, de 21 de maio de 2021, que dispõe sobre a criação de voluntariado, e considerando os termos do Decreto Municipal nº 2.251, de 21 de maio 2021, não gerando vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afins.

ANEXO V– CHECK LIST DE ENTREGA DE DOCUMENTOS E AVALIAÇÃO CURRICULAR
(Para uso da comissão de Avaliação)

ÁREA DE INSCRIÇÃO	

NOME DO CANDIDATO	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	

CRITÉRIO DE DESEMPATE ADOTADO		**PONTUAÇÃO FINAL**	
CLASSIFICAÇÃO			

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	
ITEM I - DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA (10 pontos)	
	Documento de identificação;
	Cadastro de Pessoa Física – CPF;
	Comprovante de residência atualizado (água, energia, internet ou telefone);
	Comprovante de Escolaridade;
NOTA ITEM I	

ITEM II – ANÁLISE DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA			
TÍTULOS	**PONTOS UNITÁRIOS**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**	**PONTUAÇÃO OBTIDA**
Residência Comprovada no Município de Monte Negro (Conta de água, luz, telefone, em nome do candidato, ou de pai, mãe, conjugue, desde que devidamente comprovado, de no mínimo 3 meses. Caso não seja em seu nome, apresentar declaração de residência assinado pelo titular do comprovante) *Somente serão aceitas contas de: água, luz, telefone ou internet.	10 pontos	10 Pontos	
Nível Superior Completo	20 pontos	20 pontos	
Nível Médio Completo	15 pontos		
Nível Fundamental Completo	10 pontos		
Nível Fundamental Incompleto	05 pontos		
Cursos de Aperfeiçoamento / Profissionalizante Acima de 60 horas	05 pontos Máximo 02 cursos	10 pontos	
Tempo de Exercício Profissional na área, a qual concorre. **Experiência** na função e/ou atividade do cargo pretendido, com documento comprobatório. (5 pontos a cada 6 meses – máximo 12 meses) **(Serão aceitas declarações de serviço voluntário anterior, em papel timbrado do órgão, assinados e carimbados pelo chefe da pasta).**	5 pontos	10 pontos	
ITEM III - ENTREVISTA			
APRESENTAÇÃO PESSOAL	0,0 ponto - ruim 3,0 pontos - regular 5,0 pontos – boa 10,0 pontos - excelente	10 pontos	
COMUNICAÇÃO E DESENVOLTURA	0,0 ponto - ruim 3,0 pontos - regular 5,0 pontos – boa 10,0 pontos - excelente	10 pontos	
DEMOSTRAÇÃO DE CONHECIMENTO	0,0 ponto - ruim 3,0 pontos - regular 5,0 pontos – boa 10,0 pontos - excelente	10 pontos	
DISPONIBILIDADE DE TEMPO (Adequadas ao Órgão)	0,0 à 10,0 pontos	10 pontos	

NOTA ITEM I		**NOTA ITEM II**		**NOTA ITEM III**		**NOTA FINAL**
	+		+		=	

ASSINATURA DOS MEMBROS DA COMISSÃO AVALIADORA:

_____

_____

_____

Publicado por:
Jhonatan Souza de Oliveira
Código Identificador:45D0F2F0

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

IPSM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE OURO PRETO DO OESTE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA 03/2024

IPSM –INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2024
PROCESSO LICITATÓRIO 0000010/2024
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
O(a) PRESIDENTE do(a) IPSM -INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO comunica aos interessados e participantes da DISPENSA ELETRÔNICA 03/2024 referente à Aquisição de material de expediente e papelaria., que ADJUDICA nos termos da Lei nº 14.133/21, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : RISSE & TRINDADE LTDA - 08.267.557/0001-03										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
1	10,00	UN	Planeta	PADRÃO	R$ 1,90	R$ 19,00	R$ 10,00	R$ 100,00	81,0000 %	R$ 8,10
Descrição: BORRACHA BRANCA COM CAPA PLASTICA 14X9X1,5 CM LXA										
2	20,00	UN	Polibras	PADRÃO	R$ 6,40	R$ 128,00	R$ 6,40	R$ 128,00	0,0000 %	R$ 0,00
Descrição: CAIXA PLÁSTICA PARA ARQUIVO CORES DIVERSAS										
3	3,00	UN	Yins Paper	PADRÃO	R$ 29,20	R$ 87,60	R$ 29,20	R$ 87,60	0,0000 %	R$ 0,00

Descrição: CALCULADORA DE MESA 12 DIGITOS COR PRETA										
7	1,00	CX	Jocar	PADRÃO	R$ 3,00	R$ 3,00	R$ 5,52	R$ 5,52	45,6521 %	R$ 2,52
Descrição: GRAMPO PARA GRAMPEADOR COMPATIVELCOM MODELOS 24/6 E 26/6										
Subtotal Adjudicado:						**R$ 237,60**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 321,12**	**26,0089 %**	**R$ 83,52**
Fornecedor : ADELSO RAMOS SOBRINHO COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA - 40.788.617/0001-38										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
4	1,00	CX	bic	bico fino	R$ 39,00	R$ 39,00	R$ 54,90	R$ 54,90	28,9617 %	R$ 15,90
Descrição: CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL BICO FINO CXC/ 50 UND										
5	2,00	CX	brw	4/0	R$ 3,52	R$ 7,04	R$ 3,60	R$ 7,20	2,2222 %	R$ 0,08
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
Descrição: CLIPES PARA PAPEL TAMANHO 4/0 CXCOM 50 UNID										
6	2,00	CX	brw	6/0	R$ 3,96	R$ 7,92	R$ 5,12	R$ 10,24	22,6562 %	R$ 1,16
Descrição: CLIPES PARA PAPEL TAMANHO 6/0 CXCOM 50 UND										
8	3,00	CX	ink	a4	R$ 242,80	R$ 728,40	R$ 286,00	R$ 858,00	15,1048 %	R$ 43,20
Descrição: PAPEL SULFITE, 210X297MM CAIXA COM 10 UND.										
9	4,00	UN	jocar	jo583	R$ 2,21	R$ 8,84	R$ 2,80	R$ 11,20	21,0714 %	R$ 0,59
Descrição: PINCEL MARCADOR QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL CORES AZUL E PRETO										
10	8,00	UN	hp	original	R$ 274,00	R$ 2.192,00	R$ 880,00	R$ 7.040,00	68,8636 %	R$ 606,00
Descrição: TONNER 2026A ORIGINAL C/ CHIP IMPRESSORA HP LASERJET PRO M 402DW										
11	8,00	UN	hp	original	R$ 353,00	R$ 2.824,00	R$ 880,00	R$ 7.040,00	59,8863 %	R$ 527,00
Descrição: TONNER CF 258A ORIGINAL C/ CHIP IMPRESSORA HP LASERJET PRO M 404DW										
Subtotal Adjudicado:						**R$ 5.807,20**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 15.021,54**	**61,3408 %**	**R$ 9.214,34**
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
Total Adjudicado				**Total Orçado**		**Economia %**			**Economia R$**	
R$ 6.044,80				R$ 15.342,66		60,6013 %			9.297,86	

Ouro Preto do Oeste - Rondônia, 21 de Junho de 2024

SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Sebastião Pereira da Silva
Código Identificador:FA026128

IPSM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE OURO PRETO DO OESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA 03/2024

IPSM -INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO										
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2024										
PROCESSO LICITATÓRIO 0000010/2024										
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO										
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PRESIDENTE, HOMOLOGA nos termos da Lei nº 14.133/21, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: Aquisição de material de expediente e papelaria.										
Fornecedor : RISSE & TRINDADE LTDA - 08.267.557/0001-03										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
1	10,00	UN	Planeta	PADRÃO	R$ 1,90	R$ 19,00	R$ 10,00	R$ 100,00	81,00	R$ 8,10
Descrição: BORRACHA BRANCA COM CAPA PLASTICA 14X9X1,5 CM LXA										
2	20,00	UN	Polibras	PADRÃO	R$ 6,40	R$ 128,00	R$ 6,40	R$ 128,00	0,00	R$ 0,00
Descrição: CAIXA PLÁSTICA PARA ARQUIVO CORES DIVERSAS										
3	3,00	UN	Yins Paper	PADRÃO	R$ 29,20	R$ 87,60	R$ 29,20	R$ 87,60	0,00	R$ 0,00
Descrição: CALCULADORA DE MESA 12 DIGITOS COR PRETA										
7	1,00	CX	Jocar	PADRÃO	R$ 3,00	R$ 3,00	R$ 5,52	R$ 5,52	45,65	R$ 2,52
Descrição: GRAMPO PARA GRAMPEADOR COMPATIVELCOM MODELOS 24/6 E 26/6										
Subtotal Adjudicado						R$ 237,60	Subtotal Orçado:	R$ 321,12	26,0089 %	R$ 83,52
Fornecedor : ADELSO RAMOS SOBRINHO COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA - 40.788.617/0001-38										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
4	1,00	CX	bic	bico fino	R$ 39,00	R$ 39,00	R$ 54,90	R$ 54,90	28,96	R$ 15,90
Descrição: CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL BICO FINO CXC/ 50 UND										
5	2,00	CX	brw	4/0	R$ 3,52	R$ 7,04	R$ 3,60	R$ 7,20	2,22	R$ 0,08
Descrição: CLIPES PARA PAPEL TAMANHO 4/0 CXCOM 50 UNID										
Subtotal Adjudicado						R$ 5.807,20	Subtotal Orçado:	R$ 15.021,54	61,3408 %	R$ 9.214,34
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
6	2,00	CX	brw	6/0	R$ 3,96	R$ 7,92	R$ 5,12	R$ 10,24	22,65	R$ 1,16
Descrição: CLIPES PARA PAPEL TAMANHO 6/0 CXCOM 50 UND										
8	3,00	CX	ink	a4	R$ 242,80	R$ 728,40	R$ 286,00	R$ 858,00	15,10	R$ 43,20
Descrição: PAPEL SULFITE, 210X297MM CAIXA COM 10 UND.										
9	4,00	UN	jocar	jo583	R$ 2,21	R$ 8,84	R$ 2,80	R$ 11,20	21,07	R$ 0,59
Descrição: PINCEL MARCADOR QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL CORES AZUL E PRETO										
10	8,00	UN	hp	original	R$ 274,00	R$ 2.192,00	R$ 880,00	R$ 7.040,00	68,86	R$ 606,00
Descrição: TONNER 2026A ORIGINAL C/ CHIP IMPRESSORA HP LASERJET PRO M 402DW										
11	8,00	UN	hp	original	R$ 353,00	R$ 2.824,00	R$ 880,00	R$ 7.040,00	59,88	R$ 527,00
Descrição: TONNER CF 258A ORIGINAL C/ CHIP IMPRESSORA HP LASERJET PRO M 404DW										
Subtotal Adjudicado						R$ 5.807,20	Subtotal Orçado:	R$ 15.021,54	61,3408 %	R$ 9.214,34
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
Total Adjudicado					**Total Orçado**		**Economia %**		**Economia R$**	
R$ 6.044,80					R$ 15.342,66		60,6013 %		9.297,86	
HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.										
Ouro Preto do Oeste-RO , 21 de Junho de 2024										
SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA										
Presidente										

Publicado por:
Sebastião Pereira da Silva
Código Identificador:D0D91AC2

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS Nº 024/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00600-00021738/2024-18

O Diretor-Presidente Interino da Empresa de Desenvolvimento Urbano, usando das atribuições expressas no estatuto da EMDUR, no ***Decreto nº 04, de 05 de junho de 2024*** *e Resolução nº 003/2023/EMDUR de 29 de novembro de 2023*, torna público para conhecimento dos interessados a **HOMOLOGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS** de diárias concedidas em favor do empregado público abaixo descrito, com base na *Análise n° 2812024/C.I./EMDUR, emitida em 20 de junho de 2024.*

Mat.	Nome do Beneficiado	Cargo/Função	Data	Diárias		
				Quant	Valor Unit.	Valor Total
113-9	Adolfo Títalo Noleto Da Silva	Auxiliar de Operações/Eletric ista	16/05/2024 a 20/05/2024	4½	R$ 250,00	R$ 1.125,00
110-4	Antônio Francisco Martins Ferreira	Auxiliar de Operações/Eletric ista	16/05/2024 a 20/05/2024	4½	R$ 250,00	R$ 1.125,00
129-5	Flancon Cordeiro Passos	Auxiliar de Operações/Eletric ista	16/05/2024 a 20/05/2024	4½	R$ 250,00	R$ 1.125,00
109-0	Israel Bentes Bezerra	Auxiliar de Operações/Eletric ista	16/05/2024 a 20/05/2024	4½	R$ 250,00	R$ 1.125,00
112-0	Carlos Flávio Moreira Dos Santos	Auxiliar de Operações/Eletric ista	16/05/2024 a 20/05/2024	4½	R$ 250,00	R$ 1.125,00
111-2	Rafael Domingues Dziechiarz	Auxiliar de Operações/Eletric ista	16/05/2024 a 20/05/2024	4½	R$ 250,00	R$ 1.125,00
VALOR TOTAL						R$ 6.750,00

Valor Total Concedido: R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).
Objetivo da Viagem: Realização do serviço de manutenção, implantação e revitalização da iluminação pública nos Distritos de Jaci-Paraná e Mutum Paraná.
Obs: Trata-se de homologação de prestação de contas das diárias concedidas de acordo com a Portaria nº 018/2024/GAB/EMDUR, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia de 22/05/2024, edição nº 3731.

Porto Velho – RO, 24 de junho de 2024.

RODOLFO JENNER DE ARAUJO MOREIRA
Diretor-Presidente Interino - EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E2C385D6

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS Nº 023/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00600-00020395/2024-74

O Diretor-Presidente Interino da Empresa de Desenvolvimento Urbano, usando das atribuições expressas no estatuto da EMDUR, no ***Decreto nº 04, de 05 de junho de 2024*** *e Resolução nº 003/2023/EMDUR de 29 de novembro de 2023*, torna público para conhecimento dos interessados a **HOMOLOGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS** de diárias concedidas em favor do empregado público abaixo descrito, com base na *Análise n° 254/2024/C.I./EMDUR, emitida em 28 de maio de 2024*.

Mat.	Nome do Beneficiado	Cargo/Função	Data	Diárias		
				Quant	Valor Unit.	Valor Total
183	Márcio Silva Paes	Gerente Controle Interno	02 a 03 de maio de 2024	3½	R$ 400,00	R$ 1.400,00
246	Elói Jesus de Brito	Assessor Controle Interno	02 a 03 de maio de 2024	3½	R$ 250,00	R$ 875,00
VALOR TOTAL						R$ 2.275,00

Valor Total Concedido: R$ 2.275,00 (dois mil e duzentos e setenta e cinco reais).
Objetivo da Viagem: Participação do1° Encontro Estadual de Controle Interno, que será realizado nos dias 02 e 03 de maio/2024, no auditório do Instituto Federal de Rondônia, em Ji-Paraná-RO.
Obs: Trata-se de homologação de prestação de contas das diárias concedidas de acordo com a Portaria nº 054/2024/GAB/EMDUR, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia de 21/05/2024, edição nº 3730.

Porto Velho – RO, 19 de junho de 2024.

RODOLFO JENNER DE ARAUJO MOREIRA
Diretor-Presidente Interino - EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:16748E40

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
PORTARIA Nº 078/2024/GAB/EMDUR

Porto Velho, 25 de junho de 2024.
Considerando os termos constantes no Processo Administrativo n° 00600-00030372/2024-78-e
O Diretor-Presidente Interino da Empresa de Desenvolvimento Urbano, usando das atribuições expressas no estatuto da EMDUR e no Decreto nº 04, de 05 de junho de 2024;

RESOLVE:

CONCEDER diárias em favor dos empregados públicos abaixo mencionado, para realização do serviço de manutenção, implantação e revitalização da iluminação pública no reassentamento Riacho Azul.

Mat.	Nome Do Beneficiado	Cargo/ Função	Data	Diárias		
				Quant	Valor Unit.	Valor Total
129-5	Flancon Cordeiro Passos	Auxiliar de Operações/ Eletricista	28/06/2024	½	R$ 250,00	R$ 250,00
109-0	Israel Bentes Bezerra	Auxiliar de Operações/ Eletricista	28/06/2024	½	R$ 250,00	R$ 250,00
152	Jorge Andrade De Aguiar	Auxiliar de Operações/ Eletricista	28/06/2024	½	R$ 250,00	R$ 250,00
126-0	Frederico Ferreira Lopes	Auxiliar de Operações/ Eletricista	28/06/2024	½	R$ 250,00	R$ 250,00

Dê - se ciência e cumpra-se.

RODOLFO JENNER DE ARAUJO MOREIRA
Diretor Presidente Interino - EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:142C5159

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
PORTARIA Nº 079/2024/GAB/EMDUR

Porto Velho, 25 de junho de 2024.
Considerando os termos constantes no Processo Administrativo n° 00600-00029432/2024-18.
O Diretor-Presidente Interino da Empresa de Desenvolvimento Urbano, usando das atribuições expressas no estatuto da EMDUR e no Decreto nº 04, de 05 de junho de 2024;

RESOLVE:
CONCEDER diárias em favor dos empregados públicos abaixo mencionado, para aferição de grandezas elétricas nas redes de baixa tensão dos distritos ao longo da BR 364, além da atualização cadastral dos pontos de serviços no sistema EXATI. Essas ações visam viabilizar o início das atividades do PROLED nos seguintes distritos: Nova Califórnia, Extrema, Vista Alegre do Abunã, Abunã, Fortaleza do Abunã, Rio Pardo, Vila da Penha, Vila de Jirau, Nova Mutum Paraná e Jaci-Paraná.

Mat.	Nome Do Beneficiado	Cargo/ Função	Data	Diárias		
				Quant	Valor Unit.	Valor Total
0108-2	Arley Davidson Vargas Lobo	Chefe da Seção de Iluminação Pública	01/07/2024 a 06/07/2024	5 e ½	R$ 300,00	R$ 1.650,00
126-0	Frederico Ferreira Lopes	Auxiliar de Operações/Eletricista	01/07/2024 a 06/07/2024	5 e ½	R$ 250,00	R$ 1.375,00
156-2	João Alfredo Alencar da Mata Filho	Chefe da Seção de Troca de Produto	01/07/2024 a 04/07/2024	3 e ½	R$ 300,00	R$ 1050,00
272	Jacob Streit Barbosa	Assessor Técnico	01/07/2024 a 04/07/2024	3 e ½	R$ 250,00	R$ 875,00
236	Rafael Gomes Costa	Gerente de Transporte	01/07/2024 a 04/07/2024	3 e ½	R$ 300,00	R$ 1050,00
143-0	Gabriela Santos de Castro	Gerente de Iluminação Pública	08/07/2024 a 12/07/2024	4 e ½	R$ 300,00	R$ 1.350,00
113-9	Homero Gonçalves Neto	Motorista	08/07/2024 a 12/07/2024	4 e ½	R$ 250,00	R$ 1.125,00
113-9	Adolfo Títalo Noleto Da Silva	Auxiliar de Operações/Eletricista	08/07/2024 a 12/07/2024	4 e ½	R$ 250,00	R$ 1.125,00
129-5	Flancon Cordeiro Passos	Auxiliar de Operações/Eletricista	08/07/2024 a 12/07/2024	4 e ½	R$ 250,00	R$ 1.125,00
156-2	João Alfredo Alencar da Mata Filho	Chefe da Seção de Troca de Produto	08/07/2024 a 10/07/2024	2 e ½	R$ 300,00	R$ 750,00
272	Jacob Streit Barbosa	Assessor Técnico	08/07/2024 a 10/07/2024	2 e ½	R$ 250,00	R$ 625,00
236	Rafael Gomes Costa	Gerente de Transporte	08/07/2024 a 10/07/2024	2 e ½	R$ 300,00	R$ 750,00

Dê - se ciência e cumpra-se.

RODOLFO JENNER DE ARAUJO MOREIRA
Diretor Presidente Interino - EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:87C1C3F2

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
PORTARIA Nº070 /DA/SGG/2024. PORTO VELHO – RO, 24 DE JUNHO DE 2024.

O SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA GOVERNAMENTAL, usando das atribuições legais que lhe é conferida no artigo 7º inciso III do decreto 15.025 de janeiro de 2018, e tendo em vista o que consta no **Processo nº** 00600-00029996/2024-42-e

R E S O L V E:

TORNAR VÁLIDA, 04 e ½ (quatro e meia) diárias e ½ (meia) diária de auxílio deslocamento a servidora: Miriam Pereira Mateus, 1006156, Coordenadora de Políticas Públicas para Mulheres. Que se deslocou até a cidade de Brasília-DF, para participar do II Fórum Nacional de Gestoras de Políticas para Mulheres. A viagem ocorreu por via aérea. **No período de 09/06/2024 à 13/06/2024.**

Servidor	Cadastro	RG	Cargo/Função	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Miriam Pereira Mateus	1006156	779.XXX SSP/RO	Coordenadora de Políticas Públicas para Mulheres	04 e ½ Aux. Desloc. ½	R$ 1.000,00	R$ 5.000,00

JOSÉ ROBÉRIO ALVES GOMES
Subsecretário de Política Governamental

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B046047B

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO - SGG
PORTARIA Nº071/DA/SGG/2024. PORTO VELHO – RO, 24 DE JUNHO DE 2024.

O SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA GOVERNAMENTAL, usando das atribuições legais que lhe é conferida no artigo 7º inciso III do decreto 15.025 de janeiro de 2018, e tendo em vista o que consta no **Processo nº** 00600-00030574/2024-10-e

R E S O L V E:

CONCEDER E ARBITRAR, 03 e ½ (três e meia) diárias aos servidores: Valdilene Corrêa da Cunha Morais, matricula: 1005621, cargo: Assessor de Redação, Luciano Lobo de Miranda Neto, matricula:1001226, cargo: Assessor Nível III, Douglas Mendonça Hurtado, matricula: 1003291, cargo: Gerente de Divisão; Moisés Rocha de Melo, matricula: 1002465, cargo: Assessor Nível III; Odair José de Souza Picanço Júnior, matricula: 1003320, cargo: Chefe de Apoio. Que se deslocarão ao Distrito de Extrema-RO, para assessorar o Exmo. Prefeito de Porto Velho, no Evento Abertura da Primeira Etapa do 30º Interdistrital de Esportes. O deslocamento ocorrerá por meio de transporte terrestre, e o veículo utilizado será HILUX, placa OHS-8041 (oficial). **No período de 03/07/2024 à 06/07/2024.**

Servidor	Cadastro	RG	Cargo/Função	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Valdilene Corrêa da Cunha Morais	1005621	442.XXX SSP/RO	Assessora de Redação	03 e ½	R$ 400,00	R$ 1.400,00
Luciano Lobo de Miranda Neto	1001226	600.XXX SSP/RO	Assessor Nível III	03 e ½	R$ 400,00	R$ 1.400,00
Douglas Mendonça Hurtado	1003291	093.XXX SSP/RO	Gerente de Divisão	03 e ½	R$ 400,00	R$ 1.400,00
Moisés Rocha de Melo	1002465	226.XXX SSP/RO	Assessor Nível III	03 e ½	R$ 400,00	R$ 1.400,00
Odair José de Souza Picanço Júnior	1003320	153.XXX SSP/RO	Chefe de Apoio	03 e ½	R$ 400,00	R$ 1.400,00

JOSÉ ROBÉRIO ALVES GOMES
Subsecretário de Política Governamental

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:39EE34FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°289/SEMAGRIC/2024, 24 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.931/I, de 31 de Janeiro de 2023 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°:
00600-00029726/2024-31-e

RESOLVE:

Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: 20(vinte) meias diárias aos servidores abaixo relacionados. Com objetivo de acompanhar, e prestar o devido apoio aos servidores em campo, onde executarão atividades de recuperação, desobstrução, nivelamento e limpeza do perímetro urbano, encascalhamento, recuperação de bueiros e pontes das estradas vicinais que contemplam o transporte escolar e o escoamento de produtos agrícolas a serem desenvolvidos no Setor Chacareiro de Porto Velho. Período de execução: 03 a 05, 08 a 12, 15 a 19, 22 a 26, 29 e 30 de Julho de 2024. Conforme solicitação do OFÍCIO Nº278/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2024 de 20 de Junho de 2024.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Patrick Rogers Cardoso	1006159	Supervisor de Estradas	Apoio e Suporte	-	20 Meias diárias	R$ 100,00	R$ 2.000,00
Patrícia Rodrigues Afonso	1007095	Assessor Nível I	Apoio e Suporte	-	20 Meias diárias	R$ 75,00	R$ 1.500,00
Samio Queiroz Correa	6363	Motorista	Conduzir veículo	Caminhonete Toyota Hilux SLH1H67	20 Meias diárias	R$ 75,00	R$ 1.500,00
Maria de Lourdes Mendes de Brito Silva	1007106	Gerente de Divisão	Apoio e Suporte	-	20 Meias diárias	R$ 75,00	R$ 1.500,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

DARIO PAVIDES ANASTÁCIO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais

CARLOS MAGNO RAMOS
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:30CD964D

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°290/SEMAGRIC/2024, 24 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.931/I, de 31 de Janeiro de 2023 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: **00600-00029643/2024-42-e**

RESOLVE:

Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: 14(quatorze) diárias inteiras e 01(uma) meia diária aos servidores abaixo relacionados. Com objetivo de exercer os serviços de roçagem e limpeza, em regime de mutirão a serem desenvolvidos nas localidades de Vila Calderita e Agrovila Rio Verde, localizadas no Ramal Aliança, sentido Estrada da Penal e Ramal Rio Verde. Períodos da execução: 17 de Junho de 2024 a 01 de Julho de 2024. Conforme solicitação do OFÍCIO Nºº 007/DILOG/SEMAGRIC/PMPV/2024 de 17 de Junho de 2024.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Jerry Alves de Souza	170283	Gari	Serviços gerais	-	14 inteiras e 01 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 2.175,00
Sandro Corrêa da Silva	625.754.222-72	Reeducando	Serviços gerais	-	14 inteiras e 01 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 2.175,00
Luiz Miguel da Silva Filho Serrão	540.466.612-91	Reeducando	Serviços gerais	-	14 inteiras e 01 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 2.175,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

DANIEL FERREIRA DOS SANTOS
Diretor de Departamento – DILOG

CARLOS MAGNO RAMOS
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B2915EB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°291/SEMAGRIC/2024, 24 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto 9.931/I, de 31 de Janeiro de 2023 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: **00600-00027229/2024-07-e**

Onde se lê:

Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: 14(quatorze) diárias inteira e 01(uma) meia diárias ao servidor abaixo relacionado. Com objetivo de atender a demanda do Distrito de Vista Alegre do Abunã em parceria do DER e prefeitura de Porto Velho. Para os dias, 10 a 24 de Junho de 2024. Conforme solicitação do OFÍCIO Nº 255/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2024 de 07 de Junho de 2024.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Objetivo	Período	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Juarez Tenório Cavalcante	3001074 09	Operador de Máquinas Pesada	Operar máquina pesada	-	14 inteiras e 01 meias diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 2.175,00

Leia-se:

Art. 1º - TORNAR VÁLIDA: 14(quatorze) diárias inteira e 01(uma) meia diárias ao servidor abaixo relacionado que se deslocou nos dias 10 a 24 de Junho de 2024. Com objetivo de atender a demanda do Distrito de Vista Alegre do Abunã em parceria do DER e prefeitura de Porto Velho. Conforme solicitação do OFÍCIO Nº 255/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2024 de 07 de Junho de 2024.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Juarez Tenório Cavalcante	3001074 09	Operador de Máquinas Pesada	Operar máquina pesada	-	14 inteiras e 01 meias diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 2.175,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

ELISÂNGELA BARBOSA TORRES
Diretora de Departamento Administrativo

CARLOS MAGNO RAMOS
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento- SEMAGRIC

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:94FD80AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°292/SEMAGRIC/2024, 24 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.931/I, de 31 de Janeiro de 2023 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°:
00600-00029683/2024-94-e

RESOLVE:

Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: 3(três) diárias inteiras e 22(vinte e duas) meias diárias aos servidores abaixo relacionados. Com objetivo de acompanhar, supervisionar e prestar o devido apoio aos servidores que estão em plena atividades de recuperação, desobstrução, nivelamento, limpeza, encascalhamento e recuperação de bueiros e pontes das estradas vicinais que contemplam o transporte escolar e o escoamento de produtos agrícolas a serem desenvolvidos nos Distritos de União Bandeirante, Rio Pardo, Jací Paraná, Vista Alegre do Abunã, Nova Califórnia, Região do Baixo Madeira, Joana D'arc, Riacho Azul, Vila franciscana, Cujubinzinho, Linhas da Bacia Leiteira, C01, C10, C20, C25, C30 e 22. Nos períodos de: 03 a 06, 08 a 13, 15 a 20, 22 a 27 e 29 a 31 de Julho de 2024. Conforme solicitação do OFÍCIO Nº275/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2024 de 20 de Junho de 2024.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Adriano Vrena Rodrigues	271586	Motorista/Supervisor de Estradas	Apoio e Suporte	-	3 Inteiras e 22 meias diárias	R$ 200,00 R$ 100,00	R$ 2.800,00
Ednilson Nogueira Mendes	272055	Motorista	Conduzir veículo	Mitsubishi L200 Triton RSY6D06	3 Inteiras e 22 meias diárias	R$100,00 R$ 75,00	R$ 2.100,00
Agenor Noé Leitão	1005392	Gerente de Divisão	Apoio e Suporte	-	3 Inteiras e 22 meias diárias	R$ 200,00 R$ 100,00	R$ 2.800,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

DARIO PAVIDES ANASTÁCIO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais

CARLOS MAGNO RAMOS
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:9B56FACC

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°294/SEMAGRIC/2024, 24 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.931/I, de 31 de Janeiro de 2023 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°:
00600-00029680/2024-51-e

RESOLVE:

Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: 25(vinte e cinco) meias diárias aos servidores abaixo relacionados. Com objetivo de assessorar e prestar mão de obra necessária aos servidores em campo, onde estão em plena atividades de recuperação, manutenção e limpeza de estradas e linhas vicinais, encascalhamento, conserto e manutenção de pontes e bueiros na Estrada da Coca Cola. Nos períodos de: 03 a 06, 08 a 13, 15 a 20, 22 a 27 e 29 a 31 de Julho de 2024. Conforme solicitação do OFÍCIO Nº274/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2024 de 20 de Junho de 2024.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Uilias Lacerda de Souza	1002578	Assessor nível I	Suporte e Apoio	-	25 Meias diárias	R$ 75,00	R$ 1.875,00
Raicleisson Aguiar Gomes	1001472	Operador de Máquinas Pesadas	Operar Máquina Pesada	Motoniveladora nº 24	25 Meias diárias	R$ 75,00	R$ 1.875,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

DARIO PAVIDES ANASTÁCIO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais

CARLOS MAGNO RAMOS
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:54668C0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°295/SEMAGRIC/2024, 24 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.931/I, de 31 de Janeiro de 2023 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: **00600-00029669/2024-91-e**

RESOLVE:

Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: 25(vinte e cinco) diárias inteiras e 2(duas) meias diárias aos servidores abaixo relacionados. Com objetivo de prestar apoio e mão de obra necessária nas seguintes atividades: Recuperação, manutenção e limpeza do perímetro urbano, encascalhamento, recuperação de bueiros e pontes das estradas vicinais que contemplam o transporte escolar a serem desenvolvidos no Distrito de Nova Califórnia. Para os dias 03 a 13 e 16 a 31 Julho de 2024. Conforme solicitação do OFÍCIO n°264/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2024 de 20 de Junho de 2024.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Antônio Marcos Souza dos Santos	38275	Motorista	Apoio e Suporte	-	25 inteiras e 02 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
José Aurélio Muniz da Silva	169550	Gari	Apoio e Suporte	-	25 inteiras e 02 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

DARIO PAVIDES ANASTÁCIO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais

CARLOS MAGNO RAMOS
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:366740E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°296/SEMAGRIC/2024, 24 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.931/I, de 31 de Janeiro de 2023 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°:
00600-00029672/2024-12-e

RESOLVE:

Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: 25(vinte e cinco) diárias inteiras e 2(duas) meias diárias aos servidores abaixo relacionados. Com objetivo de prestar apoio e suporte operacional nas atividades de recuperação, manutenção e limpeza do perímetro urbano, encascalhamento, recuperação de bueiros e pontes das estradas vicinais que contemplam o transporte escolar a serem desenvolvidos no Distrito de Vista Alegre do Abunã. Nos períodos de: 03 a 13 e 16 a 31 de Julho de 2024. Conforme solicitação do OFÍCIO Nº267/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2024 de 20 de Junho de 2024.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Valdir Júnior Pereira Vilasboas	300191782	Chefe de Equipe de Campo	Suporte e Apoio	Motoniveladora nº 16	25 Inteiras e 2 meias diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Joel Soares Lopes	300184280	Motorista	Operar Máquina Pesada	Motoniveladora nº 19	25 Inteiras e 2 meias diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

DARIO PAVIDES ANASTÁCIO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais

CARLOS MAGNO RAMOS
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:72EC24F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°297/SEMAGRIC/2024, 24 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.931/I, de 31 de Janeiro de 2023 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: **00600-00029706/2024-61-e**

RESOLVE:

Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: 20(vinte) diárias inteiras e 4(quatro) meias diárias ao servidor abaixo relacionado. Com objetivo de atender aos produtores rurais com serviços de gradagem nas localidades: Linhas Transpurus,Ramal Maria Gorda e Ramal Traíra. Para os dias 01 a 06, 08 a 13, 15 a 20 e 22 a 27 Julho de 2024. Conforme solicitação do OFÍCIO Nº057/DDRTA/SEMAGRIC/2024 de 19 de Junho de 2024.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Rennan Matos do Nascimento	272617	Motorista	serviços de gradagem	Trator Agricola TA11	20 inteiras e 02 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

LUIZ CLÁUDIO TAMBORIM JÚNIOR
Diretor de Departamento D.D.R.T.A

CARLOS MAGNO RAMOS
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:5A3080EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°298/SEMAGRIC/2024, 24 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.931/I, de 31 de Janeiro de 2023 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: **00600-00029500/2024-31-e**

RESOLVE:

Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: 18(dezoito) diárias inteiras e 9(nove) meias diárias ao servidor abaixo relacionado. Com objetivo de atender aos produtores rurais no transporte da produção agrícola nas localidades: Itacoã, U. Bandeirantes, Joana D'arc, Rio Pardo, Ramal 04 Olho, Vila da Penha e Cujubinzinho. Para os dias 01 a 03, 04 a 06, 08 a 10, 11 a 13, 15 a 17, 18 a 20, 22 a 24, 25 a 27 e 29 a 31 Julho de 2024. Conforme solicitação do OFÍCIO Nº056/DDRTA/SEMAGRIC/2024 de 18 de Junho de 2024.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
José Uilson de Lima Melo	271883	Motorista	transporte da produção agrícola	Caminhão carroceria aberta NCJ-2379	20 inteiras e 02 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

LUIZ CLÁUDIO TAMBORIM JÚNIOR
Diretor de Departamento D.D.R.T.A

CARLOS MAGNO RAMOS
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:411F7D35

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°299/SEMAGRIC/2024, 24 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.931/I, de 31 de Janeiro de 2023 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: **00600-00029671/2024-60-e**

RESOLVE:

Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: 16(dezesseis) diárias inteiras e 5(cinco) meias diárias ao servidor abaixo relacionado. Com objetivo de acompanhar, supervisionar e prestar o devido apoio aos servidores em campo, nas atividades de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros que contemplam o transporte escolar, facilitando assim o escoamento de produtos agrícolas a serem desenvolvidos em toda Região da Ponta do Abunã. Para os dias 03 a 05, 08 a 12, 15 a 19, 22 a 26 e 29 a 31 Julho de 2024. Conforme solicitação do OFÍCIO Nº266/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2024 de 20 de Junho de 2024.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Marcos Roberto de Oliveira	1006953	Supervisor de Estradas	Suporte e Apoio	-	16 inteiras e 5 meia diárias	R$ 200,00 R$ 100,00	R$ 3.700,00
Ivo José Dias Gomes	1007065	Assessor de P. e Abastecimento	Suporte e Apoio	-	16 inteiras e 5 meia diárias	R$ 200,00 R$ 100,00	R$ 3.700,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

DARIO PAVIDES ANASTACIO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais

CARLOS MAGNO RAMOS
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:33AA516F

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°300/SEMAGRIC/2024, 24 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.931/I, de 31 de Janeiro de 2023 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: **00600-00029758/2024-37-e**

RESOLVE:

Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: 25(vinte e cinco) diárias inteiras e 2(duas) meias diárias aos servidores abaixo relacionados. Com objetivo de atender às seguintes demandas: Serviços de recuperação, encascalhamento, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros a serem desenvolvidos no Distrito de União Bandeirante. Para os dias 03 a 13 e 16 a 31 Julho de 2024. Conforme solicitação do OFÍCIO Nº279/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2024 de 20 de Junho de 2024.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Francisco L. Dias Neto Tolentino	272261	Operador de Máquinas Pesadas	Operar máquina pesada	Motoniveladora nº 0026	25 inteiras e 2 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Selmo dos Santos Marques	1001778	Operador de Máquinas Pesadas	Operar máquina pesada	Caminhão Basculante frota CB36 Placa QTD0129	25 inteiras e 2 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Cesar Arras Brito	186438	Gari	Apoio e suporte	-	25 inteiras e 2 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Erisvaldo Oliveira	172850	Gari	Apoio e suporte	-	25 inteiras e 2 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Antônio Carlos da Silva	97040	Operador de Máquinas Pesadas	Operar máquina pesada	Caminhão Basculante nº 09 Placa: NCF3215	25 inteiras e 2 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Wender Pereira de Oliveira	135542	Auxiliar de Serviços Gerais	Apoio e suporte	-	25 inteiras e 2 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Luciano Pereira da Silva	271867	Operador de Máquinas Pesadas	Operar máquina pesada	Pá Carregadeira nº 0018	25 inteiras e 2 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Orlando Alves dos Santos	211128	Gari	Apoio e suporte	-	25 inteiras e 2 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Ednilson Alves Carvalho	272120	Operador de Máquinas Pesadas	Operar máquina pesada	Caminhão Basculante nº 43 Placa: RSY4H40	25 inteiras e 2 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Ravane Fernandes Lima	271411	Operador de Máquinas Pesadas	Apoio e suporte	-	25 inteiras e 2 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Edson Ribeiro de Araujo	273368	Motorista	Operar máquina pesada	Caminhão Basculante Frota CB 38 Placa QTH7F49	25 inteiras e 2 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Ronaldo da Costa Braga	271776	Motorista	Operar máquina pesada	Caminhão Basculante nº 35 Placa: QTD0079	25 inteiras e 2 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Josemar Peusa Silva	881707	Gari	Apoio e suporte	-	25 inteiras e 2 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

DARIO PAVIDES ANASTÁCIO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais

CARLOS MAGNO RAMOS
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:079937D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRIC
PORTARIA N°293/SEMAGRIC/2024, 24 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.931/I, de 31 de Janeiro de 2023 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: **00600-00029668/2024-46-e**

RESOLVE:

Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: 25(vinte e cinco) diárias inteiras e 2(duas) meias diárias aos servidores abaixo relacionados. Com objetivo de dar continuidade às seguintes atividades: Recuperação, manutenção e limpeza do perímetro urbano, encascalhamento, recuperação de bueiros e pontes das estradas vicinais que contemplam o transporte escolar a serem desenvolvidos no Distrito de Vista Alegre do Abunã. Para os dias 03 a 13 e 16 a 31 Julho de 2024. Conforme solicitação do OFÍCIO n°263/DEV/SEMAGRIC/PMPV/2024 de 20 de Junho de 2024.

Nome	Cad.	Cargo/Função	Objetivo	Veículo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Mário Lúcio da Silva Mendonça	230045	Gari	Suporte/Apoio	-	25 inteiras e 02 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Oelinton Santana	702970	Gari	Suporte/Apoio	-	25 inteiras e 02 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Robson Rodrigues Coimbra	272782	Operador de Máquinas Pesadas	Conduzir veiculo	Motoniveladora nº0018	25 inteiras e 02 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Elton da Silva Botelho	1002044	Operador de Máquinas Pesadas	Conduzir veiculo	Retroescavadeira nº 0017	25 inteiras e 02 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Euvídio Mendes Ferreira	169145	Gari	Suporte/Apoio	-	25 inteiras e 02 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Elizeu Rodrigues da Silva Neto	886500	Agente de Man. de Inf. Escolar	Suporte/Apoio	-	25 inteiras e 02 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
José Antonio Mouzinho Borges Júnior	273417	Operador de Máquinas Pesadas	Operar máquina pesada	Retroescavadeira nº 0022	25 inteiras e 02 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Jadson Carvalho de Azevedo	271916	Operador de Máquinas Pesadas	Conduzir veiculo	Caminhão Basculante nº44 RSY8D16	25 inteiras e 02 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00
Deyvanê Alleyne Barroso	271990	Motorista	Conduzir veiculo	Caminhão Basculante nº12 NCF3245	25 inteiras e 02 meia diárias	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 3.900,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

DARIO PAVIDES ANASTÁCIO
Diretor do Departamento de Estradas Vicinais

CARLOS MAGNO RAMOS
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:92163C80

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF
PORTARIA Nº161/GAB/SEMASF/2024

REPUBLICAÇÃO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA DE PORTO VELHO – SEMASF, no uso de suas atribuições e considerando o que consta no processo **nº00600-00030294/2024-10-e.**
RESOLVE:
Arbitrar e Conceder: 01 e ½ (uma e meia) diária em favor dos servidores abaixo relacionados, para custear as despesas com o deslocamento ao município de Boca do Acre - AM, tendo como objetivo da viagem realizar reintegração familiar, conforme determinação judicial, no período de 05 a 06 de julho de 2024, por meio de transporte terrestre, veículo oficial Hilux de placa NEG-3757. Conforme informações constantes no Ofício Interno nº120/2024/DPSE/SEMASF de 20/06/2024.

NOME	CAD.	CARGO/FUNÇÃO	DESTINO	QT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
ANA MARIA MARQUES DE SOUSA	147960	Aux. Serviço Social	Boca do Acre- AM	01 e ½ (uma e meia)	R$ 700,00	**R$ 1.050,00**
RONI GONÇALVES DA SILVA	255697	Motorista			R$ 700,00	**R$ 1.050,00**
TOTAL						**R$ 2.100,00**

Porto Velho, 21 de junho de 2024.

(Assinado Eletronicamente)
ÁLVARO LUIZ MENDONÇA DE OLIVEIRA
Secretário Adjunto Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF
Dec.9.378/I

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:FDD42511

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER -SEMES
PORTARIA Nº 54/SEMES/2024

PORTARIA Nº 54/SEMES/2024
Porto Velho, 25 de junho de 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo n.º **00600-00030849/2024-15.**

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: 09 e ¹/² (nove e meia) diárias às servidoras abaixo relacionadas, com o objetivo de Executar o cronograma de atividades para realização do 30º Interdistrital de Esportes, no qual abrange: divulgação, reparos e manutenção do local do evento e montagem dos equipamentos para a realização do projeto Rua de Lazer e Cidadania. Período de 28/06/24 a 07/07/24, no Distrito de Extrema**.** Conforme Ofício Interno n° 38/2024/GAB/SEMES (e-Doc 013385C7).

Nome	Cad.	Cargo/Função	Destino	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Cione Leal Torres	1005600	Secretária Executiva	Extrema	09 e ¹/²	R$ 200,00	R$ 1.900,00
Josiane Veiga do Nascimento	1002436	Assessor Nível III	Extrema	09 e ¹/²	R$ 150,00	R$ 1.425,00

EDÍLSON PACHECO PINHEIRO
Secretário Municipal Adjunto de Esporte e Lazer

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B25E0AA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.° 20.121, DE 24 DE JUNHO DE 2024.

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei n.º 3.130, de 20 de dezembro de 2023, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2024;

Considerando o Ofício n.° 086/2024/DIOR/DEF/CGF/GAB/SEMED, de 23 de maio de 2024, pelo qual a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, solicita a movimentação de recursos para cobertura de despesas com folha de pagamento,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Art. 2º - A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma uidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVII do Artigo 6º da Lei nº 3.094, de 25 de setembro de 2023 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DE DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**TRANSPÕE R$**	**REALOCA R$**
09.01.12.361.311.2.752	Transporte escolar	FIS	3.3.50.43	1.500.0025.1001	2.000.000,00	-
09.01.12.361.311.2.757	Remuneração, auxílios e encargos sociais	FIS	3.1.90.11	1.500.0025.1001	-	1.000.000,00
09.01.12.122.313.2.718	Remuneração e encargos sociais de pessoal ocupado em atividades de apoio técnico-administrativo	FIS	3.1.90.92	1.500.0025.1001	-	1.000.000,00
SUBTOTAL					**2.000.000,00**	**2.000.000,00**
TOTAL					**2.000.000,00**	**2.000.000,00**

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 19.668, de 20 de dezembro de 2023 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 19.669, de 20 de dezembro de 2023.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito do Município

SERGIO LUIZ PACÍFICO
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Adjunto

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:8B5CB079

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.° 20.124, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.130, de 20 de dezembro de 2023 - Loa Orçamentária Anual - LOA 2024;

Considerando o Ofício n.° 083/2024/DIOR/DEF/CGF/GAB/SEMED, de 14 de junho de 2024, pelo qual a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, solicita suplementação de recursos para cobertura de despesas com Contratação de Serviços de Segurança de Operações de Segurança,

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.850.035,78 (um milhão, oitocentos e cinquenta mil, trinta e cinco reais e setenta e oito centavos).

Art. 2º – Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação da dotação orçamentária, observando os preceitos do Inciso III, parágrafo 1° do Art. 43, da Lei n.° 4.320, de 17 de março de 1964, na sequência detalhada:

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**ANULA R$**	**SUPLEMENTA R$**
09.01.12.122.313.2.273	Manutenção da sede e unidades educacionais	FIS	3.3.90.30	1.500.0025.1001	610.947,75	-
			3.3.90.39	1.500.0025.1001	1.239.088,03	-
			3.3.90.40	1.500.0025.1001	-	1.850.035,78
SUBTOTAL					**1.850.035,78**	**1.850.035,78**
TOTAL					**1.850.035,78**	**1.850.035,78**

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 19.668, de 20 de dezembro de 2023 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 19.669, de 20 de dezembro de 2023.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito do Município

SERGIO LUIZ PACÍFICO
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Adjunto

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:4319F644

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.° 20.123, DE 24 DE JUNHO DE 2024.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

Considerando a autorização para contratação de crédito pelo Poder Executivo junto ao Banco do Brasil S.A, por meio da Câmara de Vereadores de Porto Velho – RO, expressa pela Lei Municipal n.º 3.045, de 14 de junho de 2023, alterada pela Lei Municipal n.° 3.045, de 14 de junho de 2023;

Considerando as condições da Operação de Crédito pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Economia, em obediência à Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Resolução do Senado Federal n.º 43, de 26 de dezembro de 2001;

Considerando o que preconiza a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando, por fim, o Ofício n.° 086/GAB/DA/DIOF/SEMOB, de 20 de junhode 2023, pelo qual a Secretaria Municipal de Fazenda – SEMOB, solicita a Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Operação de Crédito, referente ao Contrato de Financiamento n.° 40/00014-1, no valor de 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), tendo como objeto obras de infraestrutura urbana;

O Prefeito do Município de Porto Velho, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, amparado pelo art. 6º da Lei n.º 3.130, de 20 de dezembro de 2023 (Lei Orçamentária Anual – LOA/2024),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 4.476.752,28 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e dois reais e vinte e oitocentavos).

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de Operações de Crédito, proveniente da fonte de recursos 1.754 – Recursos do Exercício Corrente – Recursos de Operações de Crédito, observando os preceitos do Inciso IV, § 1º do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, consignados no orçamento na sequência detalhada:

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO - SEMOB					
11.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO - SEMOB					
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESFERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**SUPLEMENTA R$**
11.01.17.512.075.1.081	Drenagem de Águas Pluviais	FIS	4.4.90.51	1.754.0000.0000	4.476.752,28
SUBTOTAL					**4.476.752,28**
TOTAL					**4.476.752,28**

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 18.721, de 19 de dezembro de 2022 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 18.722, de 19 de dezembro de 2022.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito do Município

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Adjunto

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:990EE8EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.° 20.125, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei n.º 3.130, de 20 de dezembro de 2023, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2024;

Considerando o Ofício n.° 44/CGF/GAB/SEMUSA, de 18 de junho de 2024, pelo qual a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, solicita a movimentação de recursos para cobertura de despesas com folha de pagamento,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R$ 573.600,00 (quinhentos e setenta e três mil e seiscentos reais).

Art. 2º - A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma uidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVII do Artigo 6º da Lei nº 3.094, de 25 de setembro de 2023 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA						
08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DE DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**TRANSPÕE R$**	**REALOCA R$**
08.31.10.301.317.2.664	Manutenção dos serviços das Unidades Básicas de Saúde	FIS	3.3.90.19	1.500.0015.1002	573.600,00	-
08.31.10.122.336.2.675	Manutenção dos Serviços Administrativos	FIS	3.3.91.39	1.500.0015.1002	-	500.000,00
08.31.10.122.336.2.217	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	FIS	3.1.90.16	1.500.0015.1002	-	73.600,00
SUBTOTAL					**573.600,00**	**573.600,00**
TOTAL					**573.600,00**	**573.600,00**

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 19.668, de 20 de dezembro de 2023 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto n.º 19.669, de 20 de dezembro de 2023.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito do Município

SERGIO LUIZ PACÍFICO
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Adjunto

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:9F7EC3B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.° 20.126, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.130, de 20 de dezembro de 2023 - Loa Orçamentária Anual - LOA 2024;

Considerando o Ofício n.º 085/2024/DIOR/DEF/CGF/SEMED, de 20 de junho de 2024, pelo qual a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, solicita abertura de crédito adicional suplementar por anulação de recursos para cobertura de despesas com folha de pagamento,

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 688.507,74 (seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sete reais e setenta e quatro centavos).

Art. 2º – Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação da dotação orçamentária, observando os preceitos do Inciso III, parágrafo 1° do Art. 43, da Lei n.° 4.320, de 17 de março de 1964, na sequência detalhada:

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	ANULA R$	SUPLEMENTA R$
09.01.12.122.308.2.005	Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal - Unidade Supervisionada	FIS	3.1.90.11	1.500.0000.0000	688.507,74	-
			3.1.90.13	1.500.0000.0000	-	43.043,99
			3.1.90.16	1.500.0000.0000	-	189.548,44
			3.1.91.13	1.500.0000.0000	-	435.915,30
SUBTOTAL					688.507,74	688.507,74
TOTAL					688.507,74	688.507,74

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 19.668, de 20 de dezembro de 2023 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 19.669, de 20 de dezembro de 2023.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito do Município

SERGIO LUIZ PACÍFICO
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Adjunto

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:3A768769

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG
DECRETO N.° 20.127, DE 25 DE JUNHO DE 2024.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.130, de 20 de dezembro de 2023 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2024;

Considerando o Ofício n.º 080/2024/DIOR/DEF/CGF/SEMED, de 10 de junho de 2024, pelo qual a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, solicita abertura de crédito adicional suplementar por anulação de recursos para cobertura de despesas com formação continuada de professores " Educação Especial e inclusão escolar", constante no Processo Administrativo n.° 00600-00011556/2023,

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 102.203,13 (cento e dois mil, duzentos e três reais e treze centavos).

Art. 2º – Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação da dotação orçamentária, observando os preceitos do Inciso III, parágrafo 1° do Art. 43, da Lei n.° 4.320, de 17 de março de 1964, na sequência detalhada:

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	ANULA R$	SUPLEMENTA R$
09.01.12.367.149.2.364	Formação dos profissionais da educação	FIS	3.3.90.39	1.500.0025.1001	102.203,13	-
			3.3.90.36	1.500.0025.1001	-	102.203,13
SUBTOTAL					102.203,13	102.203,13
TOTAL					102.203,13	102.203,13

Art. 3º – Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 19.668, de 20 de dezembro de 2023 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 19.669, de 20 de dezembro de 2023.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito do Município

SERGIO LUIZ PACÍFICO
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Fazenda

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador Geral Adjunto

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:EDFC6707

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB
PORTARIA Nº 103/SEMUSB/2024

PORTARIA Nº 103/SEMUSB/2024
Porto Velho, 25 de junho de 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVIÇOS BÁSICOS no uso de suas atribuições legais que foram delegadas, conforme atribuição que lhe é conferida no disposto na Lei Complementar nº 648, de 06 de janeiro de 2017, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 833, de 25 de fevereiro de 2022 e Lei Complementar nº 907, de 07 de julho de 2022 e tendo em vista o **Processo Nº. 00600-00030801/2024-15.**

RESOLVE:

CONCEDER E ARBITRAR, a concessão de 4 ½ (quatro e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados, onde os mesmos se deslocarão os distritos eixo BR-364 Jaci Paraná, Nova Mutum, União Bandeirantes, Nova Califórnia e Extrema, a fim de realizar o levantamento dos locais onde serão instaladas lixeiras de fibra de vidro com cavalete. O deslocamento será realizado por meio de Veículo caminhonete Hilux, cor prata, placa QTH9I92, a ser conduzido pelo servidor Hudson de Oliveira Viana. **No Período de 26 à 30/06/2024.**

N.º	SERVIDOR	CADASTRO	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO	QTD	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	Mikael Marques Cruz	1005541	Encarregado de Campo	26 à 30/06/2024	4 ½	R$ 150,00	R$ 675,00
02	Clara Luana Ayres do Nascimento	1003779	Gerente de Divisão	26 à 30/06/2024	4 ½	R$ 200,00	R$ 900,00
03	Hudson de Oliveira Viana	208034	Gerente de Divisão	26 à 30/06/2024	4 ½	R$ 200,00	R$900,00

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se

CLEBERSON PAULO PACHECO
Secretário Municipal de Saneamento e Serviços Básicos
SEMUSB

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:48D62B37

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS N° 77

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS N° 77

Considerando que o presente processo foi objeto de análise pela unidade executora de Controle Interno ou órgão equivalente, ou ainda, por comissão de servidores designada pelo ordenador de despesa – em cumprimento as atribuições do art. 10 do Decreto nº 15.403/2018, tendo sido constatado que a despesa do processo Nº00600-00021669/2024-42-e, encontra-se, APTA para ser homologada nos termos do Decreto n.° 17.353, de 09 de Julho de 2021, e nos termos do art. 1º do Decreto nº 12.252, de 12 de julho de 2011.

D E C I D O:
HOMOLOGAR a presente prestação de contas de diárias nos termos do Decreto nº17.353, de forma que os autos deverão ser remetidos à Unidade Administrativa competente, a fim de proceder a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário(s).

Nome Do Servidor	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant	Valor Unitário	Valor Total
WANDERSON OLIVEIRA SANTOS	1000475	Gerente de unidade	Nazaré a Porto Velho	1,5	R$ 200,00	R$ 300,00
MAURO GOMES DE SOUZA	197625	Marinheiro Aux Fluvial		1,5	R$ 150,00	R$ 225,00
ROSINALDO MENDONÇA BRITO	189250	MARINHEIRO AUXILIAR FLUVIAL		1,5	R$ 150,00	R$ 225,00
JOSÉ DEVANIR ALVES DOS SANTOS	85490	VIGIA		1,5	R$ 150,00	R$ 225,00
SEMIAO BENICIO DA MOTA	35601	MOTORISTA		1,5	R$ 150,00	R$ 225,00
JENIELSO SILVA SERRAT	1005353	Gerente de unidade		1,5	R$ 200,00	R$ 300,00
FREDSON PEREIRA DE OLIVEIRA	884636	Motorista	Porto Velho a Humaitá	2 - diárias de ½	R$ 350,00	R$ 700,00
VALOR TOTAL					R$2.200,00	

Porto Velho-RO, 25 de junho de 2024.

ELIANA PASINI
Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA
Decreto nº 6.175/ I

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:7E5D7C52

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS N° 78

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS N° 78

Considerando que o presente processo foi objeto de análise pela unidade executora de Controle Interno ou órgão equivalente, ou ainda, por comissão de servidores designada pelo ordenador de despesa – em cumprimento as atribuições do art. 10 do Decreto nº 15.403/2018, tendo sido constatado que a despesa do processo Nº00600-00022922/2024-85-e, encontra-se, APTA para ser homologada nos termos do Decreto n.° 17.353, de 09 de Julho de 2021, e nos termos do art. 1º do Decreto nº 12.252, de 12 de julho de 2011.

D E C I D O:
HOMOLOGAR a presente prestação de contas de diárias nos termos do Decreto nº17.353, de forma que os autos deverão ser remetidos à Unidade Administrativa competente, a fim de proceder a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário(s).

Nome Do Servidor	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant	Valor Unitário	Valor Total
Alcidis Almeida Pereira	224130	ACE (Enc.10ª Região) Piloto de Embarcação	Localidade: Porto Velho	2,5	R$ 150,00	R$ 375,00
Claudeir Pereira Netto	237752	ACE (Enc.7ª Região) Motorista		2,5	R$ 150,00	R$ 375,00
Elder Benício Esteves	215716	ACE (Enc.5ª Região) Motorista		2,5	R$ 150,00	R$ 375,00
Everaldo Aparecido dos Santos	220468	ACE (Enc.9ª Região)		2,5	R$ 150,00	R$ 375,00
Lucielton da Silva Sales	239914	ACE (Enc. 3ª Região) Motorista		2,5	R$ 150,00	R$ 375,00
Rafael Bocardi do Nascimento	239386	ACE (Enc. 6ª Região) Motorista		2,5	R$ 150,00	R$ 375,00
VALOR TOTAL					R$2.250,00	

Porto Velho-RO, 25 de junho de 2024.

ELIANA PASINI
Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA
Decreto nº 6.175/ I

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:93917C48

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS N° 79

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS N° 79

Considerando que o presente processo foi objeto de análise pela unidade executora de Controle Interno ou órgão equivalente, ou ainda, por comissão de servidores designada pelo ordenador de despesa – em cumprimento as atribuições do art. 10 do Decreto nº 15.403/2018, tendo sido constatado que a despesa do processo Nº00600-00019198/2024-11-e, encontra-se, APTA para ser homologada nos termos do Decreto n.° 17.353, de 09 de Julho de 2021, e nos termos do art. 1º do Decreto nº 12.252, de 12 de julho de 2011.

D E C I D O:
HOMOLOGAR a presente prestação de contas de diárias nos termos do Decreto nº17.353, de forma que os autos deverão ser remetidos à Unidade Administrativa competente, a fim de proceder a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário(s).

Nome Do Servidor	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant	Valor Unitário	Valor Total
CHRISTIAN MANUEL RODR. JARANDILLA	RG: 824.230 SSP/RO CPF: 028.560.752-90	MÉDICO	Extrema a Porto Velho	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
LUIS CARLOS DA COSTA PROENCA	RG: 1438391 SSP/RO CPF: 867.303.801-44	MÉDICO	Calama a Porto Velh	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
ANA PAULA DE OLIVEIRA PROENCA	RG: 688930 SSP/RO CPF: 732.967.162-20	MÉDICO	Nazaré a Porto Velho	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
MILENE ARAUJO MAGALHAES FURUNO	RG: 216519 SSP/AC CPF: 411.784.402-49	MÉDICO	Nova Califórnia a Porto Velho	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
ANDRESA DO NASCIMENTO MOREIRA	RG: 448821 CPF: 930.541.572-53	MÉDICO	Nova Califórnia a Porto Velho	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
CECILIA NOBRE DOS SANTOS	RG: 1190345 SSP/RO CPF: 022.006.902-66	MÉDICO	Nova Mutum a Porto Velho	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
MARCLEY DA SILVA DE SOUZA	RG: 17856299 SSP-AM CPF: 762.351.572-15	MÉDICO	Rio Pardo a Porto Velho	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
TALITA BIZERRA SILVA	RG: 1155596 CPF: 014.735.622-95	MÉDICO	São Carlos a Porto Velho	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
EDUARDO RODRIGUES DOS SANTOS	RG: 932755 SSP/RO CPF: 976.842.282-34	MÉDICO	Jaci -Paraná a Porto Velho	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
REJANE MARIA BOUEZ RIBEIRO MENDES	RG: 10.176.175 CPF: 629.711.232-00	MÉDICO	Abunã a Porto Velho	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
CRISTIANE SURIANI	RG: 1117329 SSP-RO CPF: 022.587.772-40	MÉDICO	Un. Bandeirante a Porto Velho	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
FERNANDA LINS FERNANDES	RG: 790120 SSPO/RO CPF: 687.524.312-15	MÉDICO	Un. Bandeirante a Porto Velho	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
JACQUELINE GOMES SIMÕES	RG: 1023554 SSP/RO CPF: 976.101.942 - 04	MÉDICO	Un. Bandeirante a Porto Velho	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
CLAUDENIZIA DA SILVA CUNHA	RG: 2.840.107 SSP/MS CPF: 731.928.722-68	MÉDICO	Vista Alegre a Porto Velho	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
UILZEMBERG SANTOS DE ALMEIDA	RG: 1084224 CPF: 007.560.662-39	MÉDICO	Vista Alegre a Porto Velho	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
ANA KIMBERLY RAMOS RODRIGUES	RG:1130110 CPF: 012.410.452-5 9	MÉDICO	Vista Alegre a Porto Velho	1,5	R$ 300,00	R$ 450,00
VALOR TOTAL					R$ 7.200,00	

Porto Velho-RO, 25 de junho de 2024.

ELIANA PASINI
Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA
Decreto nº 6.175/ I

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:A4FB9002

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, MOBILIDADE E TRANSPORTE - SEMTRAN
PORTARIA N.º 32/2024/DEA/GAB/SEMTRAN

Porto Velho/RO, 25 de Junho de 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, MOBILIDADE E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – SEMTRAN, no uso de suas atribuições legais, conforme a Lei Orgânica do Município de Porto Velho em seu Art. 94, § 1º, combinada com a delegação de competência nos artigos 6º e 7º, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar 648, de 06 de janeiro de 2017, bem como de suas alterações constantes nas Leis Complementares 650, de 08 de fevereiro de 2017 e 689, de 31 de outubro de 2017, as quais lhe conferem poderes sobre esta Secretaria. No uso de suas atribuições legais e Tendo em vista o que consta no processo N.º 00600-00022007/2024-90-e.

RESOLVE:

CONCEDER, 4,5 (quatro diárias e meia) aos servidores abaixo relacionados, no período de **12 a 16 de JUNHO 2024**, para São Paulo – SP, com objetivo ampliar e avançar em conhecimentos técnicos e tecnologias que atendam de forma eficaz às necessidades de desenvolvimento da malha viária e urbana deste município. Conforme solicitação constante no OFÍCIO INTERNO N°. 69/2024 - DTR/SEMTRAN, o deslocamento ocorrerá por meio de transporte Aéreo.
A equipe técnica que acompanhará o Secretário Anderson da Silva Pereira é composta por:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIDOR	MAT.	DESTINO	CARGO	QNT	DATAS	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1	Juliana Soares de Sousa	1005243	São Paulo – SP	DIRETORA DEPARTAMENTO	4,5	12/06/2024 a 16/06/2024	R$ 1.200,00	R$ 5.400,00
2	FRANCISCO ERNESTO COUTINHO CIARINI	93021	São Paulo – SP	ENGENHEIRO CIVIL	4,5	12/06/2024 a 16/06/2024	R$ 1.200,00	R$ 5.400,00

ANDERSON DA SILVA PEREIRA
Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:92A2CEEA

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CHAMAMENTO PUBLICO GESTAO OPERACIONAL COMPARTILHADA COM FOMENTO AO TURISMO NATURAL DE PORTO VELHO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - SEMA N° 004/2023
Processo nº 00600-00028356/2024-15-e

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, por intermédio da Secretaria Municipal Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de (01) uma Organização da Sociedade Civil – OSC's, qualificada em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações posteriores, combinada com o Decreto Municipal Nº 14.859, de 31 de outubro de 2017, para celebrar TERMO DE PARCERIA que tem por objeto a **GESTÃO OPERACIONAL COMPARTILHADA COM FOMENTO AO TURISMO DO PARQUE NATURAL DE PORTO VELHO**, conforme Termo de Referência constante do Anexo I.

O envelope contendo a Proposta de Plano de Trabalho, conforme Termo de Referência e a Declaração a que se refere o modelo previsto no Anexo II deste Edital, deverá ser entregue impreterivelmente até as 09 (nove) horas, do dia 15 de julho de 2024, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA, localizada na Rua General Osório, nº 81, Bairro Centro, na cidade de Porto Velho/RO.
As OSC"s interessadas em participar do Chamamento Público deverão observar rigorosamente o horário fixado para o credenciamento e protocolo dos envelopes, pois eventuais atrasos, ainda que mínimos, não serão tolerados.
Este Edital e seus Anexos estão disponíveis para consulta e impressão no sítio oficial da Administração Pública Municipal, no seguinte endereço eletrônico: www.sema.portovelho.ro.gov.br

•
DO OBJETO

•
Chamamento Público para seleção de O1 (uma) Organização da Sociedade Civil, interessada na **GESTÃO OPERACIONAL COMPARTILHADA COM FOMENTO AO TURISMO DO PARQUE NATURAL DE PORTO VELHO.**

•
O objetivo do presente chamamento é a Formalização de Termo de Colaboração, com Organização da Sociedade Civil (OSC) para implantação e operacionalização de Plano de trabalho que atenda ao objeto do presente chamamento e ainda as exigências do edital e seus anexos, em especial o Termo de Referência.

•
São Partes integrantes deste Edital: ANEXO I - Termo De Referência; ANEXO Il – Modelo de Declaração de atendimento ao artigo 39, incisos III, IV, V e VI da Lei 13.019/14; ANEXO III – Modelo de Credenciamento; ANEXO IV- Minuta do Termo de Colaboração.

•

DOS PRAZOS

•
A vigência do Termo de Colaboração celebrado entre o município e a organização da sociedade civil, contemplada no processo seletivo regido pelo presente edital, será de 12 (doze) meses, contados de sua data de assinatura, podendo ser prorrogado mediante disponibilidade orçamentária e solicitação da Organização da Sociedade Civil, devidamente formalizada e justificada, em até 30 (trinta) dias antes do término dos primeiros 12 (doze) meses.

•
DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

•
Poderão participar desta seleção pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos que:

•
Estejam regidas por normas de organização interna que preveja os objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

•
Estejam regidas por normas de organização interna que indique que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/14 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

•
Estejam regidas por normas de organização interna que estabeleça a escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

•
Que possuam no mínimo 03 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;

•
Possuam prévia experiência na realização de Planos de Trabalho com natureza semelhante ao objeto deste chamamento ou ainda comprovem parceria firmada com entidades ou empresas especializadas quanto ao objeto;

•
Tenham condições materiais para desenvolvimento das atividades previstas ao cumprimento das metas estabelecidas no Termo de Referência;

•
As OSC"s devem examinar todas as disposições deste Edital e seus Anexos, implicando a apresentação de documentação e Plano de Trabalho na aceitação incondicional dos termos deste instrumento convocatório.

•
Fica expressamente vedada a participação dos interessados que estejam enquadrados nas vedações previstas no artigo 39 da Lei Federal nº. 13.019/2014, além daquelas:

•
Declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as punidas com suspensão do direto de contratar ou licitar com Município de Porto Velho/RO;

•
Que tenham na sua constituição dirigentes, gerentes ou responsáveis técnicos servidor/dirigente ou algum parente seu na linha reta ou colateral até o segundo grau vinculado ao Município de Porto Velho/RO;

•
Que empregam menores de 18 anos em trabalho noturno perigoso ou insalubre bem como menores de 16 anos em qualquer trabalho salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, contrariando o disposto no art. 79, inciso XXXIII da Constituição Federal.

•
CREDENCIAMENTO

•
Aos interessados em participar das reuniões de abertura dos envelopes, representando as organizações, será exigido o seu credenciamento, mediante a apresentação de autorização por escrito, contendo o nome completo, o número do documento de identificação do credenciado e deste chamamento, com a autorização do representante legal da proponente devidamente assinada, outorgando amplos poderes de decisão ao representante, para praticar todos os atos pertinentes ao chamamento em nome do proponente, durante todo o processamento do certame. Os representantes e prepostos deverão apresentar, nesta oportunidade, o contrato social e suas alterações devidamente autenticado por Cartório, ou original e, no caso de sociedade por ações, o estatuto social e a ata de reunião de posse da diretoria, para que seja comprovada a legitimidade da representação. Estas autorizações deverão ser exibidas pelos portadores antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes, ficando todos os documentos apresentados para o credenciamento retidos e juntados aos autos. Todos deverão apresentar documento hábil de identificação pessoal, com foto, para validar o credenciamento.

•
O documento citado no item 4.1 poderá, a critério do representante legal da proponente, ser substituído por Certidão de Procuração Pública.

•
Caso o participante seja titular da organização proponente, deverá presentar documento que comprove sua capacidade para representá-la.

•
A não apresentação, ou incorreção, do documento de credenciamento, não inabilitará ou desclassificará o proponente, mas impedirá o representante de se manifestar ou responder pela proponente, na sessão de abertura dos envelopes, não podendo impugnar quaisquer atos do certame, cabendo tão somente, ao não credenciado, o acompanhamento do desenvolvimento dos procedimentos, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

•
Apresenta-se, na forma do Anexo IlI, modelo de credencial que, facultativamente, poderá ser utilizada pela proponente.

•
DATA, LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES E REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

•
A proposta do PLANO DE TRABALHO (ENVELOPE 01) e os

DOCUMENTOS DE HABILITACÃO (ENVELOPE 02), exigidos no presente CHAMAMENTO PÚBLICO deverão ser apresentados respectivamente em 02 (dois) envelopes fechados, indevassáveis, distintos e identificados, os quais deverão ser protocolados até as 09 (nove) horas, do dia 14 de julho de 2024, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA, localizada na Rua General Osório, nº 81, Bairro Centro, na cidade de Porto Velho/RO.

•
A abertura dos ENVELOPES acontecerá 30 (trinta) minutos após o horário informado (09:30) para o recebimento dos envelopes em sala identificada da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, localizada no terceiro andar do prédio situado no mesmo endereço indicado para entrega dos envelopes.

•
Cada um dos ENVELOPES deverá ser identificado conforme modelo de etiquetas a seguir:

À COMISSÃO DE SELEÇÃO
ENVELOPE 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024
RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO E TELEFONE DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

À COMISSÃO DE SELEÇÃO **ENVELOPE 1 - PLANO DE TRABALHO** CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0042024
RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO E TELEFONE DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

•
ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

•
O prazo para solicitação de esclarecimentos, providências ou impugnações é de até 5 (cinco) dias a contar de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, de acordo com o art. 18 do Decreto Municipal Nº 14.859, de 31 de outubro de 2017, devendo ser realizada através de expediente direto à Comissão de Seleção.

•
Os pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação deste edital, ou impugnações ao mesmo, poderão ser encaminhados ao Departamento de Proteção e Conservação Ambiental – DPCA da SEMA, direcionados à Comissão de Seleção, através do Protocolo Geral da SEMA, de segunda a sexta-feira das 08h00 às 14h00, não sendo aceito, em nenhuma hipótese, o encaminhamento de outras formas.

•
Caberá Comissão de Seleção decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

•
4. Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.

6.5. Em caso de não solicitação, pelas organizações proponentes, de esclarecimentos ou informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.

•
PROPOSTAS DE PLANO DE TRABALHO – ENVELOPE Nº 01

•
A proposta do PLANO DE TRABALHO deverá ser elaborada tendo como base as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, em especial o Temo de Referência (Anexo), devendo estar encabeçado por índice relacionando todos os documentos e as folhas em que se encontram, deverá ser apresentado em 1 (uma) via numerada e rubricada, sem emendas ou rasuras, para fins de apreciação quanto ao roteiro e parâmetros para as pontuações previstas neste instrumento convocatório.

•
O prazo para apresentação das propostas deverá ser de, no mínimo, 30 (trinta) dias da publicação do edital, conforme previsão expressa do Art. 29 do Decreto Municipal Nº 14.859/2017.

•
A proposta do Plano de Trabalho deve estar de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

•
A proposta do Plano de Trabalho deve considerar o valor máximo para execução do Termo de Colaboração, ou seja, R$ 2.200.000,00 (Dois milhões e duzentos mil reais) compreendendo o período de 12 (doze) meses.

•
Para elaboração da planilha de custos, as Organizações da Sociedade Civil devem considerar, a título de exemplo, a tabela II do Termo de Referência (Anexo I).

•
Os ônus ocasionados com a participação neste processo de Chamamento Público, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, são de exclusiva responsabilidade da Organização da Sociedade Civil.

•
É de inteira responsabilidade da OSC toda e qualquer diligência necessária à elaboração de seu projeto.

•
DOCUMENTAÇÃO – ENVELOPE Nº 02

•
Para fins de participação e habilitação na presente convocação, as Organizações da Sociedade Civil deverão apresentar os documentos, a seguir especificados, válidos na data limite para entrega dos envelopes, podendo ser entregues em original; por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente (excluindo-se desta exigência os documentos emitidos pela Internet), publicação em órgão de imprensa oficial ou cópia autenticada por servidor desta Administração neste caso mediante a apresentação dos respectivos originais, no momento da abertura dos envelopes, ou, preferencialmente, com um dia de antecedência a data de entrega dos envelopes), devendo, preferencialmente, estar ordenados na mesma sequência em que estão abaixo solicitados. No caso de documentos produzidos em outros países, deverão ser autenticados pelo respectivo consulado e traduzidos para o português por tradutor juramentado.

•
HABILITAÇÃO JURÍDICA

•
Certidão de existência jurídica expedida por cartório de Registro Civil e cópia do Estatuto Social registrado e eventuais alterações, conforme Art. 33 da Lei nº 13.019/2014;

•
Cópia da Ata de Eleição do quadro da diretoria em exercício;

•
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com situação cadastral atualizada, demonstrando que a entidade se encontra ativa, com no mínimo 03 (três) anos de existência;

•
Cópia do RG e CPF do representante legal da organização (pode ser substituído por CNH);

•
Cópia do comprovante de endereço do representante legal da organização;

•
Cópia do comprovante de endereço atualizado da OSC comprovação de que a organização funciona no endereço por ela declarado, conforme Art. 34 da Lei Federal n9.13.019/2014;

•
Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal, ou outra equivalente na Forma da Lei, abrangendo as contribuições sociais;

•
Declaração contendo os nomes e endereços dos dirigentes e conselheiros da OSC, bem como o período de atuação, além de número da carteira de identidade com órgão expedidor e CPF de cada membro;

•
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

•
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

•
Declaração de que se for selecionado para assinatura do Termo de Colaboração providenciará a abertura de Conta Corrente em Banco Público (Ex.: Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil);

•
Declaração de que a OSC se compromete a atender a Lei Federal n 12.527/2011;

•
Declaração de que a OSC se compromete a atender os requisitos previstos na Lei Federal no 13.019/2014, de forma especial à publicidade aos recursos públicos recebidos e sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas, bem como prestar contas na forma dos art.(s) 63 a 68 da mesma Lei;

•
A OSC deve apresentar comprovação de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, a exemplo de: atestados de experiência emitidos por organizações/órgãos públicos para os quais realizou ações semelhantes contendo a descrição do trabalho, o número de atendimentos; notícias veiculadas na mídia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas, publicações pesquisas realizadas, ou outras formas de conhecimento como prêmios locais recebidos art. 48, inciso III, alínea f do Decreto Municipal Nº 14.859/2017.

•
Declaração do representante legal da Organização da Sociedade Civil, declarando os itens abaixo - (Modelo Anexo II):

•
Que a Organização não tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração

ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

•
Que a Organização não tenha entre seus dirigentes pessoas:

•
Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;

•
Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

•
Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, lI e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, VII, Lei 13.019/14).

•
Que a Organização não tenha tido as contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos; (art.39, IV, Lei13.019/14).

•
Que a Organização não tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que dura a penalidade:

•
Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

•
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

•
Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

•
Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; (art.39%, V, Lei Federal ne 13.019/14);

•
Que a Organização não tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; (art.39, VI, Lei 13.019/14).

•
PROCEDIMENTOS DA SESSÃO

•
Os envelopes, devidamente lacrados, deverão ser entregues conforme item 5 deste edital.

•
Não serão aceitas proposta e/ou documentos enviados por meio eletrônico (e-mail ou equivalente). Esta administração não assume qualquer

responsabilidade por envelopes contendo proposta e/ou documentação que não sejam entregues pessoalmente no endereço indicado neste edital.

•
A abertura do ENVELOPE Nº 01-PROPOSTA DO PLANO DE TRABALHO

dar-se-á 30 (trinta) minutos após o término do horário limite para entrega dos envelopes, conforme item 5.1 deste edital.

•
Os representantes das Organizações da Sociedade Civil poderão acompanhar os trabalhos de apreciação dos documentos constantes do envelope nº 01, desde que devidamente credenciados, conforme orientações do item 4 do presente instrumento editalício.

•
A Comissão de Seleção encaminhará as propostas técnicas para que se proceda à análise e à classificação das mesmas de acordo com os critérios estabelecidos no item 11 do presente edital.

•
Após a entrega dos envelopes, não serão aceitos, quaisquer adendos, acréscimos, supressões ou esclarecimentos sobre seu conteúdo. Os esclarecimentos, quando se fizerem necessários e desde que solicitados pela Comissão, constarão, obrigatoriamente em ata.

•
O resultado de classificação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia e no sitio da SEMA.

•
Os interessados terão o prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do resultado de classificação pela Comissão de Seleção, para apresentar recurso.

•
Os recursos apresentados terão efeito SUSPENSIVO.

•
Os recursos e as contrarrazões deverão ser endereçados ao Departamento de Proteção e Conservação Ambiental, para análise da Comissão de Seleção, de segunda a sexta-feira das 08h00 às 14h00, contendo todas as folhas rubricadas, numeradas sequencialmente e, ao final, a assinatura do representante legal da Organização da Sociedade Civil.

•
As decisões finais dos recursos, devidamente motivadas, deverão ser proferidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados do último dia do prazo para apresentação de contrarrazões. A motivação deve ser explicita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com os fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório, não cabendo novos recursos contra das decisões da Comissão de Seleção.

•
O acolhimento de recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

•
Os recursos, contrarrazões e decisões da Comissão de Seleção serão publicados no portal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA < https://sema.portovelho.ro.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/arom

•
Na hipótese de haver troca de conteúdo dos envelopes (proposta documentos), será automaticamente inabilitada a OSC que assim proceder, sendo que o envelope remanescente ser-lhe-á devolvido, constando em ata as ocorrências (troca de conteúdo nos envelopes e devolução).

•
Concluída a fase de classificação, será iniciada pela Comissão de Seleção, a abertura do Envelope nº 02 Documentação, a qual poderá ser continuada em até 24 horas de sua abertura, caso seja solicitado pela respectiva comissão.

•
Quando todas as proponentes forem desclassificadas ou todas as organizações inabilitadas, a Comissão de Seleção poderá fixar aos proponentes o prazo de 08 (oito) dias úteis para adequação dos planos de trabalho e/ou a apresentação de nova documentação, corrigindo-se as falhas de acordo com o edital deste Chamamento.

•
Concluídas as fases de classificação e habilitação, se nenhuma irregularidade for verificada, a Comissão enviará à Autoridade competente para homologação e adjudicação, observados os critérios estabelecidos neste Edital.

•
A Comissão submeterá o resultado de habilitação ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a quem caberá a homologação do certame.

•
DOS RECURSOS FINANCEIROS E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

•
O recurso financeiro para celebração do Termo de Colaboração será atendido pela dotação orçamentária que compõe o Fundo Municipal de Meio Ambiente – Programa: 350. Projeto Atividade: 16.32.18.542.350.2.915. Elaboração e implementação dos planos de manejo das UCS – GESTÃO VERDE.

•
O valor máximo para execução do Termo de Colaboração é de R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) compreendendo o período de 12 (doze) meses de prestação dos serviços e devendo ser repassados conforme cronograma de desembolso, no mínimo em duas parcelas.

•

Toda a propriedade intelectual e bens remanescentes adquiridos, produzidos, transformados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com recursos repassados pela Administração Pública Municipal, serão gravados com cláusula de inalienabilidade e sua promessa de transferência à Administração Pública será formalizada na hipótese de sua extinção, conforme Art.34, §5 da Lei Federal nº 13.019/2014.

•

Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do ADMINISTRADOR PÚBLICO, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente, conforme Art. 36, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019/2014.

•

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

•

A classificação das propostas ocorrerá pela análise e avaliação comparativa das mesmas. As propostas serão avaliadas sobre a ótica de 04 (quatro) temáticas, sendo:

•

Avaliação da proposta de Gestão Compartilhada do Parque Natural;

•

Avaliação da proposta de Fomento ao Turismo do Parque Natural;

•

Avaliação da proposta para inserção do Parque Natural em Mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais;

•

Composição da Equipe Técnica.

•

A Avaliação seguirá conforme pontuações demonstradas a seguir:

ITEM	TEMÁTICAS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1. Avaliação da proposta de Gestão Compartilhada do Parque Natural		
1.1	Conformidade (adequação) dos serviços a serem emprestados.	( ) Ótimo 16 ( ) Bom 12 ( ) Regular 06 ( ) Não houve 00
1.2	Conformidade (adequação) dos macroprocessos ao objeto da parceria.	( ) Ótimo 10 ( ) Bom 08 ( ) Regular 06 ( ) Não houve 00
1.3	Inovação dos Serviços em transversalidade com práticas de educação ambiental.	( ) Ótimo 10 ( ) Bom 08 ( ) Regular 06 ( ) Não houve 00
1.4	Práticas modernas de gestão.	( ) Ótimo 06 ( ) Bom 04 ( ) Regular 02 ( ) Não houve 00
1.5	Conformidade à legislação.	( ) Ótimo 06 ( ) Bom 04 ( ) Regular 02 ( ) Não houve 00
VALOR TOTAL A SER ALCANÇADO		**48**
VALOR MÍNIMO A SER ALCANÇADO		**22**

Obs.: Serão desclassificadas as propostas que não alcançarem o valor mínimo especificado.

ITEM	TEMÁTICAS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
2. Avaliação da proposta de Fomento ao Turismo do Parque Natural		
2.1	Abrangência (diversidade) das ações e das pessoas impactadas.	( ) Ótimo 08 ( ) Bom 06 ( ) Regular 04 ( ) Não houve 00
2.2	Conformidade (adequação) do plano ao objeto da parceria	( ) Ótimo 08 ( ) Bom 06 ( ) Regular 04 ( ) Não houve 00
2.3	Inovação das ações turísticas	( ) Ótimo 06 ( ) Bom 04 ( ) Regular 02 ( ) Não houve 00
2.4	Exequibilidade das ações (avaliação da probabilidade de execução).	( ) Ótimo 04 ( ) Bom 03 ( ) Regular 02 ( ) Não houve 00
VALOR TOTAL A SER ALCANÇADO		**26**
VALOR MÍNIMO A SER ALCANÇADO		**12**

Obs.: Serão desclassificadas as propostas que não alcançarem o valor mínimo especificado.

ITEM	TEMÁTICAS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
3. Avaliação da proposta para inserção do Parque Natural em Mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais		
3.1	Avaliação da proposta para inserção do Parque Natural em Mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais e atualização da documentação	( ) Ótimo 16 ( ) Bom 12 ( ) Regular 10 ( ) Não houve 00
VALOR TOTAL A SER ALCANÇADO		**16**
VALOR MÍNIMO A SER ALCANÇADO		**10**

Obs.: Serão desclassificadas as propostas que não alcançarem o valor mínimo especificado.

ITEM	TEMÁTICAS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
4. Avaliação da proposta de Composição da Equipe Técnica		
4.1	Composição da Equipe Técnica mínima composta por Profissional de Turismo, Profissional de Educação Física, Profissional da área Ambiental com comprovação da realização de trabalhos similares ao objeto contratado (Certidões, Atestados, Declarações)	( ) Ótimo 10 ( ) Bom 08 ( ) Regular 06 ( ) Não houve 00
VALOR TOTAL A SER ALCANÇADO		**10**
VALOR MÍNIMO A SER ALCANÇADO		**06**

Obs.: Serão desclassificadas as propostas que não alcançarem o valor mínimo especificado.

•
A sub classificação nos parâmetros ÓTIMO, BOM, REGULAR, NÃO HOUVE serão avaliadas da seguinte forma:

•
ÓTIMO – apresentou práticas modernas e atuais e a descrição das ações são efetivas.

•
BOM – apresentou práticas modernas e atuais, porém a descrição não permite avaliar se as práticas são efetivas.

•
REGULAR – apresentou práticas defasadas, antigas ou ultrapassadas.

•
NÃO HOUVE – Impossibilidade de compreensão.

•
A nota final corresponderá a soma dos pontos obtidos em cada uma das temáticas, sendo pontuação máxima de 100 (cem) pontos.

•
Será(ão) desclassificado(s) o(s) plano(s) de trabalho que:

•
Apresentar em nota final, igual ou inferior a 50 (cinquenta) pontos ou;

•
Obtiver em nota 0 (zero) em uma das temáticas avaliadas;

•
Critérios de desempate

•
Os casos de empate serão analisados de acordo com os critérios abaixo, na seguinte ordem:

I. Maior nota na temática "Gestão compartilhada do Parque Natural";

•
- Maior nota na temática " Fomento ao Turismo do Parque Natural";

•
- Maior nota na “Avaliação da proposta de Composição da Equipe Técnica”;

•
Persistindo o empate serão classificadas as organizações sociais quanto a antiguidade de seu cartão CNPJ.

•
As Propostas de Plano de Trabalho não eliminadas serão classificadas, em ordem crescente, de acordo com a pontuação total obtida com base nos Critérios de Julgamento do item 11 deste edital.

•
DAS SANÇÕES

•
Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº13.019, de 2014, e do Decreto Municipal Nº 14.859, de 31 de outubro de 2017, a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira as seguintes sanções:

•
Ao gestor designado para a parceria, aplicar a sanção de advertência;

•
Ao titular da unidade gestora que firmou o termo de parceria, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

•

Ao titular da unidade gestora que firmou o termo de parceria, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso b.

•
Da sanção de advertência, cabe recurso ao titular da unidade gestora, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da ciência da comunicação da aplicação da pena.

•
Da aplicação das sanções previstas nos itens "b" e "c", cabe pedido de reconsideração ao titular da unidade gestora, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da ciência da comunicação do ato sancionatório.

•
A apuração de infrações de que não decorram sanção de advertência será processada por meio de processo administrativo de averiguação, instaurado a partir de representação ou por iniciativa do Titular da Unidade Gestora, em despacho motivado.

•
O processo administrativo de averiguação será processado por comissão especial, instituída pelo Titular da Unidade Gestora, vedada a participação do gestor e do fiscal da parceria ou de membros das comissões de seleção e de monitoramento e avaliação.

•
Será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a Organização da Sociedade Civil interessada manifestar-se preliminarmente sobre os fatos apontados.

•
Transcorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, sendo considerados insuficientes ou impertinentes os fatos, conforme manifestação da comissão especial, o Titular da Unidade Gestora determinará o arquivamento do processo, em despacho fundamentado.

•
Não sendo o caso de arquivamento, serão ouvidos os gestores designados para parceria, a comissão de monitoramento e avaliação e os demais agentes públicos envolvidos na execução, no acompanhamento e na fiscalização da parceria, juntados os documentos pertinentes aos fatos e determinadas outras providências probatórias.

•
Ficam assegurados acompanhamento e a participação de representante da Organização da Sociedade Civil interessada nos atos referidos no item anterior.

•
Encerradas as providências previstas no item 13.4.4, a Organização da Sociedade Civil será notificada a indicar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data da notificação, as provas que pretende produzir.

•
Compete à comissão especial indeferir as provas impertinentes ou protelatórias.

•
Encerrada a produção de provas, a Organização da Sociedade Civil será notificada a apresentar suas alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da notificação.

•
Esgotado o prazo previsto no item anterior, a comissão especial elaborará relatório final e o encaminhará às autoridades competentes.

•
Os atos da comissão especial são recorríveis ao Titular da Unidade Gestora, no prazo de 3 (três) dias úteis.

•
DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

•
Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, constituída previamente à etapa de avaliação das propostas.

•
Deverá se declarar impedido o membro da Comissão de Seleção que tenha participado, no últimos 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de

qualquer OSC participante do Chamamento Público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse.

•
A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem a necessidade de divulgação de novo Edital.

•

Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro do colegiado.

•
A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

•
Compete à Comissão de Seleção:

•
Conferir os documentos do proponente;

•
Proceder à respectiva análise quanto ao atendimento rigoroso pelo proponente das exigências formais e documentais deste Edital, sobre os seguintes itens:

•
Se o proponente atende às condições exigidas para tal fim;

•
Se o (a) projeto/atividade apresentou forma e objeto nos termos exigido por este edital;

•
Se estão contemplados os critérios de economicidade e compatibilidade com valores de mercado, podendo para tanto se valer de tabelas referenciais oficiais, ou pesquisa.

•
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

•
A participação da Organização da Sociedade Civil neste processo de Seleção implica a sua aceitação integral e irretratável dos termos, cláusulas, condições e anexos deste edital, que passarão a integrar o Termo de Colaboração como se nele transcrito fosse, com lastro legislação aplicável, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas pertinentes, não sendo aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase do processo de Seleção ou execução.

•
A entidade vencedora que deixar de comparecer para assinatura do Termo de Colaboração no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar de sua convocação,

perderá o direito de executar o Plano de Trabalho. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura.

•
Na ocorrência do estabelecido no item anterior, poderá a Prefeitura, convocar entidade remanescente, participante do processo de Seleção na ordem de classificação.

•
A OSC participante responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, sob pena de sujeição às sanções previstas nas legislações civil, administrativa e penal.

•
Das decisões da Comissão de Seleção caberá recurso, que poderá ser interposto no prazo e 3 (três) dias úteis, contados da data da publicação do resultado do processo de seleção.

•
Os atos decisórios da Comissão bem como a interposição e o julgamento de recursos e demais comunicações de correntes do presente procedimento, serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia e no site da Secretaria Municipal de Meio Ambiente <https:sema.portovelho.ro.gov.br>.

•
O processo de seleção poderá ser revogado ou anulado, respeitado o contraditório.

•
O Plano de Trabalho e as atividades desenvolvidas pela OSC selecionada serão prestados por profissionais contratados pela instituição, com a habilitação de cada profissional na área de atuação, sendo de responsabilidade exclusiva e integral da OSC o pagamento destes profissionais, incluído o recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para Município de Porto Velho, devendo a OSC manter arquivo com todos os comprovantes de recolhimento.

•
Essa parceria por mútua cooperação reger-se-á pelas diretrizes da Lei Federal Nº 13.019/2014 denominado Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Decreto Municipal Nº 14.859, de 31 de outubro de 2017, e dos ditames constantes da Minuta do Termo de Colaboração, conforme Anexo IV.

•

DO FORO

•

Fica eleito o Foro de Porto Velho, Comarca dessa Administração, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para qualquer procedimento relacionado com o processamento deste Chamamento Público, assim como ao cumprimento das obrigações dele decorrentes.

Porto Velho, 12 de junho de 2024.

REDVILSON DURAN PEDRAZA JUNIOR
Diretor do Departamento de Proteção e Conservação Ambiental-DPCA/SEMA

ROBERVAL DUAMEL DE ZÚNIGA JUNIOR
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:42A86299

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PORTARIA Nº 137/GAB/SEMA

Portaria nº 137/GAB/SEMA Porto Velho, 25 de junho de 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/SEMA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo n.º 00600-00024391/2024-65-e .

RESOLVE:

Retificar a Portaria que Arbitrou e Concedeu: 4 ½ (quatro e meia) Diárias aos servidores abaixo relacionados para se deslocarem ao Município de Rio Branco do dia 26/05/2024 a 30/05/2024. O objetivo da viagem para participar de uma visita técnica de intercâmbio de conhecimentos e experiências na área ambiental junto a equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMEIA, no município de Rio Branco-AC e que será uma troca muito rica para nossas equipes da Horto Florestal, Educação Ambiental, Parque Ambiental Chico Mendes, Controle Ambiental e Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos , onde estarão acompanhando o Secretário, conforme convite realizado pelo OFÍCIO Nº SEMEIA-OFI-2024/00497. no período de 20/04/2024 – 24/04/2024, sendo que a data foi alterada pelo período de 26/05/2024 -30/05/2024, em Rio Branco – AC. conforme agenda disponível do Secretario Municipal de Meio Ambiente . **O veículo utilizado será o Veículo Oficial TOYOTA HILUX CAMINHONETE, DIESEL Placa RSY7F25.** Conforme solicitações constantes no OFÍCIO **N.º 148/2024/DA/GAB/SEMA. O servidor Elzimar Mendonça da Silva, irá assessorar o secretario conforme a solicitação na atividade** "Assessorar o secretário fazendo anotações, registrando as informações importantes e registos fotográficos." conforme processo n° 00600-00024395/2024-43-**e**(do senhor secretario Roberval Duamel de Zúniga Junior).

NOME	CAD.	CARGO/ FUNÇÃO	DESTINO	QT	Vlr. Un.	Vlr. Total
OTÁVIO AUGUSTO FRANÇA FERREIRA	48117	Engenheiro Agrônomo	Rio Branco - AC	4 e ½	R$ 1.200,00 ½ 600,00	R$ 5.400,00
ISRAEL BRASIL RIBEIRO	52944	Assessor Técnico		4 e ½	R$ 1.200,00 ½ 600,00	R$ 5.400,00
Elzimar Mendonça Da Silva	167478	GARI- Assessor do Secretario		4 e ½	R$ 1.200,00 ½ 600,00	R$ 5.400,00
TOTAL: R$16.200,00						

ROBERVAL DUAMEL DE ZÚNIGA JUNIOR
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/SEMA

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:8E07451C

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PORTARIA Nº 136/GAB/SEMA

Portaria nº 136/GAB/SEMA Porto Velho, 20 de junho de 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/SEMA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo n.º 00600-00029418/2024-14-**e.**

RESOLVE:

Arbitrar e Conceder: 2 e ½ (duas e meia) Diárias aos servidores abaixo relacionados para se deslocarem a Rio Branco – Acre, do dia 24/06/2024 – 26/06/2024, o objetivo sendo discutir o sistema de monitoramento do desmatamento em âmbito municipal, divulgar o edital para pagamento por serviços ambientais em assentamentos e demais temas do programa do Ministério de meio Ambiente União com os municípios. **O veículo utilizado será o Veículo Oficial Toyota Hilux de Placa RSY7F25 e a Hilux de Placa SLL8D80.** Conforme solicitações constantes no **OFÍCIO INTERNO N.º 74/2024/ASTEC/GAB/SEMA e Autorizo da Ofício nº. 561/2024/ASGOV/SGG, o servidor Elzimar Mendonça da Silva, ira assessora o**

secretario conforme a solicitação "Assessorar o Secretário e participar de uma visita de conhecimentos e experiências na área ambiental junto a equipe do Ministério do Meio Ambiente – MMA e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMEIA, no município de Rio Branco-AC.", confome processo n° 00600-00030163/2024-24-**e** (do senhor Secretario Roberval Duamel de Zúniga Junior).

NOME	CAD.	CARGO/ FUNÇÃO	DESTINO	QT	Vlr. Un.	Vlr. Total
Adirleide Dias dos Santos	100107	Chefe da Assessoria Técnica	RIO BRANCO – AC.	2 e ½	R$ 1.200 ½ 600	R$ 3.000,00
RAINEY JOSÉ VIANA DA MOTA	52366	Diretor de Fiscalização Ambiental		2 e ½	R$ 1.200 ½ 600	R$ 3.000,00
JOANA AURÉLIA DE OLIVEIRA	99772	Diretora de Departamento		2 e ½	R$ 1.200 ½ 600	R$ 3.000,00
ELZIMAR MENDONÇA DA SILVA	167478	GARI - Assessor do Secretário		2 e ½	R$ 1.200 ½ 600	R$ 3.000,00
ALCIMAR RODRIGUES DA SILVA	50542	Engenheiro Agrônomo		2 e ½	R$ 1.200 ½ 600	R$ 3.000,00
YAYLLEY COELHO DA COSTA JEZINI	315813	Engenheiro Ambiental		2 e ½	R$ 1.200 ½ 600	R$ 3.000,00
Total						**R$ 18.000**

ROBERVAL DUAMEL DE ZÚNIGA JUNIOR
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/SEMA

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:AEFBB8C6

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS - SGP
REEQUILÍBRIO DE PREÇOS

ALTERAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE Nº 061/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/2023/SML/PVH

A Superintendente Municipal de Gestão de Gastos Públicos do Município de Porto Velho – RO, no uso de suas atribuições em conformidade com o Art. 1º, da Lei Complementar nº 652/2017, publicada no DOM nº 5.405, de 03 de março de 2017, torna público a **ALTERAÇÃO DO EXTRATO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE - SRPP Nº 061/2023** – **PREGÃO ELETRÔNICO N° 137/2023 – UASG Nº 925172 – PROCESSO N° 00600.0003786/2023-43-e**, CUJO OBJETO É **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (FRALDAS DESCARTÁVEIS)**, para os itens: 10, 11, 12, 13, 14 e 15, publicada em 04 de janeiro de 2024, de acordo com o especificado no Termo de Homologação do Reequilíbrio Econômico e Financeiro – Processo nº **00600-00029485/2024-21-e:**

EMPRESA: LOPES E SOUZA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA
CNPJ: 07.490.167/0001-27
END. RUA FRANCISCO OSCAR MENDES, Nº1051. BAIRRO JARDIM DAS OLIVEIRAS. CEP: 76980-666 VILHENA/RO
RESPONSÁVEL: JOSUÉ D SILVA LOPES
CPF: 407.534.841-83

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%

OBJETO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10. FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA TAMANHO EG, PARA PACIENTES COM PESO ACIMA DE 90 KG E CINTURA DE 110 A 165 CM. CARACTERÍSTICAS: COMPOSTA POR MATERIAL MACIO E ANTIALÉRGICO, INDICADOR DE UMIDADE, FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTOS, COM RECORTES NAS PERNAS, ELÁSTICO AO REDOR DAS PERNAS, 04 FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS PARA O MÁXIMO DE AJUSTE E PROTEÇÃO COM SISTEMA PARA MAIOR RAPIDEZ NA ABSORÇÃO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO, FLOCOS DE GEL SUPERABSORVENTES REDUZINDO A UMIDADE, ADEQUADAS A SUA FINALIDADE, COM SUPERFÍCIE UNIFORME, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO APÓS DATA DE ENTREGA, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CÁLCULO POR UNIDADE.	02	Unidade	KIFRAL GOLD TAM EG	**R$ 1,86** (um real e oitenta e seis centavos)	**R$ 3,72** (três reais e setenta e dois centavos)

PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL

OBJETO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11. FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA TAMANHO G, PARA PACIENTES COM PESO ENTRE 70 ATÉ 90 KG, COM CINTURA DE 80 A 150 CM. CARACTERÍSTICAS: COMPOSTA POR MATERIAL MACIO E ANTIALÉRGICO, INDICADOR DE UMIDADE, FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTOS, COM RECORTES NAS PERNAS, ELÁSTICO AO REDOR DAS PERNAS, 04 FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS PARA O MÁXIMO DE AJUSTE E PROTEÇÃO COM SISTEMA PARA MAIOR RAPIDEZ NA ABSORÇÃO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO, FLOCOS DE GEL SUPERABSORVENTES REDUZINDO A UMIDADE,	261.628	Unidade	KIFRAL GOLD TAM G	**R$ 1,67** (um real e sessenta e sete centavos)	**R$ 436.918,76** (quatrocentos e trinta e seis mil, novecentos e dezoito reais e setenta e seis centavos)

ADEQUADAS A SUA FINALIDADE, COM SUPERFÍCIE UNIFORME, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO APÓS DATA DE ENTREGA, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CÁLCULO POR UNIDADE.					

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP – COTA DE ATÉ 25%					
OBJETO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12. FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA TAMANHO G, PARA PACIENTES COM PESO ENTRE 70 ATÉ 90 KG, COM CINTURA DE 80 A 150 CM. CARACTERÍSTICAS: COMPOSTA POR MATERIAL MACIO E ANTIALÉRGICO, INDICADOR DE UMIDADE, FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTOS, COM RECORTES NAS PERNAS, ELÁSTICO AO REDOR DAS PERNAS, 04 FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS PARA O MÁXIMO DE AJUSTE E PROTEÇÃO COM SISTEMA PARA MAIOR RAPIDEZ NA ABSORÇÃO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO, FLOCOS DE GEL SUPERABSORVENTES REDUZINDO A UMIDADE, ADEQUADAS A SUA FINALIDADE, COM SUPERFÍCIE UNIFORME, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO APÓS DATA DE ENTREGA, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CÁLCULO POR UNIDADE.	02	Unidade	KIFRAL GOLD TAM G	**R$ 1,67** (um real e sessenta e sete centavos)	**R$ 3,34** (três reais e trinta e quatro centavos)

PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA – COTA PRINCIPAL					
OBJETO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13. FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA TAMANHO M, PARA PACIENTES COM PESO ENTRE 40 ATÉ 70 KG COM CINTURA DE 70 A 120 CM, CARACTERÍSTICAS: COMPOSTA POR MATERIAL MACIO E ANTIALÉRGICO, INDICADOR DE UMIDADE, FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTOS, COM RECORTES NAS PERNAS, ELÁSTICO AO REDOR DAS PERNAS, 04 FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS PARA O MÁXIMO DE AJUSTE E PROTEÇÃO COM SISTEMA PARA MAIOR RAPIDEZ NA ABSORÇÃO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO, FLOCOS DE GEL SUPERABSORVENTES REDUZINDO A UMIDADE, ADEQUADAS A SUA FINALIDADE, COM SUPERFÍCIE UNIFORME, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO APÓS DATA DE ENTREGA, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CÁLCULO POR UNIDADE	60.360	Unidade	KIFRAL GOLD TAM M	**R$ 1,79** (um real e setenta e nove centavos)	**R$ 108.044,40** (cento e oito mil, quarenta e quatro reais e quarenta centavos)
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS – COTA DE ATÉ 25%					
OBJETO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
14. FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA TAMANHO M, PARA PACIENTES COM PESO ENTRE 40 ATÉ 70 KG COM CINTURA DE 70 A 120 CM, CARACTERÍSTICAS: COMPOSTA POR MATERIAL MACIO E ANTIALÉRGICO, INDICADOR DE UMIDADE, FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTOS, COM RECORTES NAS PERNAS, ELÁSTICO AO REDOR DAS PERNAS, 04 FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS PARA O MÁXIMO DE AJUSTE E PROTEÇÃO COM SISTEMA PARA MAIOR RAPIDEZ NA ABSORÇÃO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO, FLOCOS DE GEL SUPERABSORVENTES REDUZINDO A UMIDADE, ADEQUADAS A SUA FINALIDADE, COM SUPERFÍCIE UNIFORME, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO APÓS DATA DE ENTREGA, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CÁLCULO POR UNIDADE	30.180	Unidade	KIFRAL GOLD TAM M	**R$ 1,79** (um real e setenta e nove centavos)	**R$ 54.022,20** (cinquenta e quatro mil, vinte e dois reais e vinte centavos)

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS					
OBJETO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15. FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA TAMANHO P, PARA PACIENTES COM PESO ATÉ 40 KG COM CINTURA DE 70 A 120. CARACTERÍSTICAS: COMPOSTA POR MATERIAL MACIO E ANTIALÉRGICO, INDICADOR DE UMIDADE, FORMATO ANATÔMICO, BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTOS, COM RECORTES NAS PERNAS, ELÁSTICO AO REDOR DAS PERNAS, 04 FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS PARA O MÁXIMO DE AJUSTE E PROTEÇÃO COM SISTEMA PARA MAIOR RAPIDEZ NA ABSORÇÃO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO, FLOCOS DE GEL SUPERABSORVENTES REDUZINDO A UMIDADE, ADEQUADAS A SUA FINALIDADE, COM SUPERFÍCIE UNIFORME, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 01 ANO APÓS DATA DE ENTREGA, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE,	19.956	Unidade	KIFRAL GOLD TAM P	**R$ 1,67** (um real e sessenta e sete centavos)	**R$ 33.326,52** (trinta e três mil, trezentos e vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos)

CÁLCULO POR UNIDADE.					

A Ata de Registro de Preços estará disponível na íntegra no site www.portovelho.gov.br, maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços/DGNA/SGP, através do e-mail: dgna.sgp@portovelho.ro.gov.br, fone: (069) 99937 – 7265, na Av. Carlos Gomes, nº 2776 – Bairro São Cristóvão, nesta capital.

Porto Velho, 25 de junho de 2024.

MARILIS CRISTINA HEIDRICH
Superintendente Municipal De Gestão De Gastos Públicos – SGP
Em Substituição – Decreto nº 05, de 14 de junho de 2024.
Matrícula nº 1000891

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:3B6BE7BE

SUPERINTÊNDENCIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DISTRITAL
PORTARIA Nº 158/SMD/PMPV/2024

O SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DISTRITAL, usando das atribuições legais que lhe é conferida, e tendo em vista o que consta no Processo nº 00600-00025595/2024-13-e.

R E S O L V E:

TORNAR VÁLIDA, a concessão de 1 1⁄2 (uma e meia) diária aos servidores: Jacson Neris dos Santos, Matrícula: 1005402, Cargo: Assessor nível III e José Onias de Santana, Matrícula: 1005611 , Cargo: Chefe de Apoio e Proteção de Defesa Civil. considerando que os servidores abaixo relacionados deslocaram-se até o Assentamento Thiago Campim dos Santos, distrito de União Bandeirantes, em parceria com a SEMASF, objetivando apoiar uma ação Social solidária com água mineral, hipoclorito e organização das barracas em atendimento ao ofício nº 08/2024, do Pe. José Rodrigues de Souza Filho, da Paróquia São João Bosco, Arquidiocese de Porto Velho, O deslocamento foi realizado por meio de veículo oficial pertencente a esta Defesa Civil: caminhonete L200 Triton, placa NBF 2894, conduzido pelo servidor Jacson Neris dos Santos. No período de 25/05/2024 a 26/05/2024.

Servidor	Cadastro	RG	Cargo/Função	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Jacson Neris dos Santos	1005402	608.843 MTE/RO	Assessor Nível III	1 ½	R$150,00	R$225,00
José Onias de Santana	1005611	883.295 SESDEC/RO	Chefe de Apoio e Proteção de Defesa Civil	1 ½	R$150,00	R$225,00

Porto Velho –RO, 25 de Junho de 2024.

HEITOR SANTOS LOZADA
Superintendente Municipal de Integração Distrital

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E268C49D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Comissão Organizadora do processo seletivo simplificado, Edital Nº 04/PMT/SEMED/2024, instituída pela Portaria N°042/GP/PMT/2024, no exercício de suas competências, torna público a Homologação das Inscrições.

PROFESSOR (A) DE GEOGRAFIA				
Ordem	Carimbo data/hora	Nome do Candidato (a)	Data de Nascimento	Situação da Inscrição
01	19/06/2024 17:05:13	JOVANI MAURICIO	23/08/1983	HOMOLOGADA
02	21/06/2024 23:57:09	MARCILENE DA SILVA ANDRADE	02/01/1998	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.8 e item 6.12)
03	22/06/2024 00:13:43	MARCILENE DA SILVA ANDRADE	02/01/1998	HOMOLOGADA
04	22/06/2024 13:56:11	TAINA EMILY DE OLIVEIRA	21/09/1995	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
05	24/06/2024 14:03:43	ROGEILDO ARAUJO DOS SANTOS	20/07/1994	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
ASSISTENTE SOCIAL				
Ordem	Carimbo data/hora	Nome do Candidato (a)	Data de Nascimento	Situação da Inscrição
01	20/06/2024 13:27:35	CARLA NORIELLE GOMES ALBUQUERQUE	13/06/1992	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
02	20/06/2024 14:45:43	JESSIKELY SILVA LELES	09/10/1997	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 -letra c)
03	21/06/2024 09:36:40	ANGELITA ALVES CARDOSO	29/02/1980	HOMOLOGADA
04	21/06/2024 15:52:57	LUCELI SEBASTIANA DE MORAIS	20/01/1976	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
05	22/06/2024 15:53:22	LIDIANE PARADA COSTA	29/12/1981	HOMOLOGADA
06	24/06/2024 16:01:53	JOSEANE DA SILVA NOGUEIRA	14/12/1990	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
07	24/06/2024 16:16:05	VANDERLEIA MOREIRA DE SA	18/07/1993	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
PSICÓLOGO				
Ordem	Carimbo data/hora	Nome do Candidato (a)	Data de Nascimento	Situação da Inscrição

01	21/06/2024 13:15:04	WILKA MAYARA DOURADO	03/09/1988	HOMOLOGADA
02	21/06/2024 13:50:17	MATHEUS MACHADO VIEIRA	13/09/1997	HOMOLOGADA
03	21/06/2024 22:11:42	LAIS CRISTINA FELIX FERNANDES	17/02/1996	HOMOLOGADA

CUIDADOR (A) DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ordem	Carimbo data/hora	Nome do Candidato (a)	Data de Nascimento	Situação da Inscrição
01	19/06/2024 15:03:19	LUZAMIR APARECIDA PEREIRA	26/04/1977	HOMOLOGADA
02	20/06/2024 09:48:09	DORIANE GALVÃO COSTA	08/03/1974	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
03	20/06/2024 11:57:14	JAÇOMINA DA SILVA BRAGA	01/05/1971	HOMOLOGADA
04	20/06/2024 12:33:41	ELIETI PEIXOTO BARBOSA	01/05/1994	HOMOLOGADA
05	20/06/2024 22:16:11	INGLIDE FABIANE SOUZA DE OLIVEIRA	02/08/1982	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
06	21/06/2024 10:45:24	ROSILENE RODRIGUES DE MORAES	18/09/1977	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 15.12)
07	21/06/2024 11:03:54	LENILSON BATISTA DE SOUSA	04/08/2002	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
08	21/06/2024 12:15:10	ADRIANA RAMOS DE CASTRO	19/09/1982	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
09	21/06/2024 12:15:31	NAIANE CRISTINA LOPES DE OLIVEIRA	08/03/2004	HOMOLOGADA
10	21/06/2024 12:58:12	ROSIANE RODRIGUES DOS SANTOS FIALHO	24/03/1988	HOMOLOGADA
11	21/06/2024 13:06:55	SUELI FERREIRA DOS SANTOS	07/03/1984	HOMOLOGADA
12	21/06/2024 13:49:09	DANIELE NASCIMENTO DA SILVA	07/01/2000	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
13	21/06/2024 14:27:09	LUCIANA APARECIDA MIRANDA SILVA	19/05/1975	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.8 e item 6.12)
14	21/06/2024 15:39:53	LUCELI SEBASTIANA DE MORAIS	20/01/1976	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.8 e item 6.12)
15	21/06/2024 17:42:09	EDNEIA FRANCISCA SOUZA DO ROSÁRIO	23/10/1988	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
16	21/06/2024 18:02:36	ALESSANDRA DE SOUZA DOMINGOS	07/03/1991	HOMOLOGADA
17	23/06/2024 02:59:59	ROSEANE JANAINA SILVA FERREIRA	03/09/1980	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
18	23/06/2024 14:48:07	GRACIELE DA SILVA OLIVEIRA SOUZA	19/07/1988	HOMOLOGADA
19	24/06/2024 10:29:01	SILVANA DA SILVA SOUZA	30/10/1992	HOMOLOGADA
20	24/06/2024 10:30:33	CLEIDIANE BARBOSA DE PAULA	28/09/1993	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
21	24/06/2024 11:26:22	KATILA FELIX BARRETO	25/09/1990	HOMOLOGADA
22	24/06/2024 11:33:17	LUZIA REGINA TEXEIRA DA SILVA FONSECA	19/11/1983	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra c e d) e item 15.11)
23	24/06/2024 11:57:43	ESTER DELGADO TEIXEIRA	17/06/2001	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
24	24/06/2024 12:26:08	LIDIA ALVES DOS SANTOS RIBEIRO	16/10/1973	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
25	24/06/2024 12:55:37	CÍNTHIA VENÂNCIO BABILON DA SILVA	07/06/2004	HOMOLOGADA
26	24/06/2024 14:17:45	ELOÍZA PATRÍCIA NORONHA	29/12/1990	HOMOLOGADA
27	24/06/2024 14:39:28	LUCIANA APARECIDA MIRANDA SILVA	19/05/1975	HOMOLOGADA
28	24/06/2024 14:40:16	PRISCILA COSTA FREITAS DE OLIVEIRA	04/01/1999	HOMOLOGADA
29	24/06/2024 15:40:09	IZABEL DA SILVA PINTO	17/09/1991	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 -letra c)
30	24/06/2024 15:50:28	THAUANY CARNIELI DOS SANTOS	07/08/2005	HOMOLOGADA
31	24/06/2024 16:44:40	ROSIVANIA CAMARGO ROSA	10/01/2003	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
32	24/06/2024 16:56:38	ÉRICA JACINTO DE SOUZA	05/10/1992	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.8 e item 6.12)
33	24/06/2024 17:06:50	NATIELLY SILVA DA ROCHA	20/11/2003	HOMOLOGADA
34	24/06/2024 17:20:31	ÉRICA JACINTO DE SOUZA	05/10/1992	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
35	24/06/2024 17:24:10	NATALIA FERNANDES RODRIGUES	06/01/2000	HOMOLOGADA
36	24/06/2024 18:13:48	LHORRAINI GOMES MACHADO	23/09/2005	HOMOLOGADA
37	24/06/2024 18:29:25	QUÉSIA ROCHA DA COSTA	14/09/1994	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)
38	24/06/2024 19:03:18	VANESSA COSTA DE OLIVEIRA GUIOTTI	28/10/2001	NÃO HOMOLOGADA (Indeferido conforme o item 6.4 (letra d) e item 15.11)

Theobroma, 25 de junho de 2024.

ELIANDRA F. DE PAULA RIFFEL
Presidente

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:C7AEACD7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

PROCURADORIA JURIDICA
CONCESSÃO DE DIÁRIAS ROGERIO DOS SANTOS LIMA

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO				
Unidade/Órgão Requisitante: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ				
Proponente (Dirigente/Chefe Imediato)			Cargo/Função/Matrícula	
CELIO DE JESUS LANG			PREFEITO	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) ROGERIO DOS SANTOS LIMA			Cargo/Função/Matrícula MOTORISTA VEÍC. LEVES - Matr.: 5.25	
CPF	Identidade	Banco	Agência	Conta Corrente
059.462.798-23	/	1	4007-X	5.251-5

Prefeitura do Municipio de Urupá Publica De:____/____/_____ a ____/____/____	Câmara Municipal de Urupá Publica De:____/____/_____ a ____/____/____

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO PROPOSTO
Unidade/Órgão Requisitante:

DADOS DA VIAGEM

Destino PORTO VELHO	Meio de Transporte	Data de Início 27/06/2024	Data de Retorno 27/06/2024
Motivo da Viagem: DESPESAS QUE VISA PAGAMENTO COM DIARIAS PARA O SECRETARIO SENHOR ROGERIO DOS SANTOS LIMA, ONDE O MESMO FOI ACOMPANHA A DR. LORRAYNE NA Capacitação em Manejo Clinico da tuberculose em adultos para Atenção Primária em Saúde - APS.a todos os municípios do Estado de Rondônia, que a Coordenação Estadual de Controle da Tuberculose do Núcleo de Doenças Crônicas Transmissíveis (NDCT), da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia (AGEVISA/RO). realizará no período de 18 e 19 de Junho de 2024. ONDE O MESMO ESTEVE NO GABINETE DO DEPUTADO SENHOR LAERTE GOMES PARA SOLICITAR EMENDA PARLAMENTAR PARA ATENDER A FARMACIA BASICA DO HOSPIATAL MUNICIPAL JORGE CARDOSO DE SÁ.			
Proponente: _____ DIARIA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2024, ONDE O SECRETARIO ESTARA EM PORTO VELHO, CELIO DE JESUS LANG RESOLVENDO ASSUNTO REFERENTE A CAMERA FRIA DE VACINA. PARA A CIDADE DE URUPA/RO.Data: ___/___/_____ PREFEITO			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
1,0	535,32	535,32	0,00	535,32

CONCESSÃO DAS DIÁRIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ				
Proponente (Dirigente/Chefe Imediato)			Cargo/Função/Matrícula	
CELIO DE JESUS LANG			PREFEITO	
Beneficiário (Quem vai receber as diárias) ROGERIO DOS SANTOS LIMA			Cargo/Função/Matrícula MOTORISTA VEÍC. LEVES - Matr.: 5.25	
CPF	Identidade	Banco	Agência	Conta Corrente
059.462.798-23	/	1	4007-X	5.251-5

DADOS DA VIAGEM

Destino PORTO VELHO	Meio de Transporte	Data de Início 27/06/2024	Data de Retorno 27/06/2024
Motivo da Viagem: DESPESAS QUE VISA PAGAMENTO COM DIARIAS PARA O SECRETARIO SENHOR ROGERIO DOS SANTOS LIMA, ONDE O MESMO FOI ACOMPANHA A DR. LORRAYNE NA Capacitação em Manejo Clinico da tuberculose em adultos para Atenção Primária em Saúde - APS.a todos os municípios do Estado de Rondônia, que a Coordenação Estadual de Controle da Tuberculose do Núcleo de Doenças Crônicas Transmissíveis (NDCT), da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia (AGEVISA/RO). realizará no período de 18 e 19 de Junho de 2024. ONDE O MESMO ESTEVE NO GABINETE DO DEPUTADO SENHOR LAERTE GOMES PARA SOLICITAR EMENDA PARLAMENTAR PARA ATENDER A FARMACIA BASICA DO HOSPIATAL MUNICIPAL JORGE CARDOSO DE SÁ.			
Proponente: _____ DIARIA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2024, ONDE O SECRETARIO ESTARA EM PORTO VELHO, CELIO DE JESUS LANG RESOLVENDO ASSUNTO REFERENTE A CAMERA FRIA DE VACINA. PARA A CIDADE DE URUPA/RO.Data: ___/___/_____ PREFEITO			

CÁLCULO DAS DIÁRIAS

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor Líquido
3,0	535,32	1.605,96	0,00	1.605,96

CONCESSÃO DAS DIÁRIAS

Prefeitura do Municipio de Urupá Publica De:____/____/_____ a ____/____/____	Câmara Municipal de Urupá Publica De:____/____/_____ a ____/____/____

Publicado por:
Joelma Nunes Braz
Código Identificador:A8352192

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 – SEMECE - LEI PAULO GUSTAVO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO)

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 – SEMECE - LEI PAULO GUSTAVO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO)

AUDIOVISUAL E DEMAIS ÁREAS DA CULTURA

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassado por meio da Lei Complementar nº195/2022 - Lei Paulo Gustavo. **De acordo com o plano de ação número: 30882120230002-013883.**
A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid- 19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.
É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença.
As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de Vale do Paraíso.
Deste modo, a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E

TURISMO DE VALE DO PARAÍSO torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar nº 195/2022, no Decreto nº 11.525/2023 e no Decreto nº 11.453/2023 usando como base os editais modelos do Ministério da Cultura.
Na realização deste edital estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas, fundamentado na previsão do Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo), em seus artigos 14, 15 e 16.

OBJETO
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais de **AUDIOVISUAL E DEMAIS ÁREAS DA CULTURA** para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Vale do Paraíso.
VALORES

O valor total disponibilizado para este Edital é de R$**70.254,08**, (setenta mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oito centavos) dividido entre as categorias de apoio AUDIOVISUAL E DEMAIS ÁREAS DA CULTURA.
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

27.813.1016.2025- Manutenção das atividades do Desporto, Cultura e Lazer.

O valor total disponibilizado **apoio a produções audiovisuais** é de **R$ 37.695,55** (trinta e sete mil seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Dividido entre as categorias de apoio descritas no Anexo I deste edital.
A EXECUÇÃO DA LEI PAULO GUSTAVO (LPG):

Elemento de despesa 3.3.90.31.00, Premiações culturais, artísticas, no valor de R$: 14.254,25 (quatorze mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte cinco centavos). Lei Paulo Gustavo art. 8º.
Elemento de despesas 3.3.90.36.00, outros serviços terceiros - Pessoas Físicas no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) LPG art. 8º.
Elementos de despesa 3.3.90.36.00, outros serviços terceiros - Pessoas Físicas, no valor de R$ 8.191,58 (oito mil cento e noventa e um reais, e cinquenta e oito centavos) LPG art. 6º, II.
Elementos de despesa 3.3.90.31.00, Premiações culturais, artísticas, LPG art.6º, I, no valor de R$ 37.695,55 (trinta e sete mil, seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) apoio a produções audiovisuais.
Elemento de despesa de 3.3.90.39.00, para outros serviços de terceiros - Pessoas Jurídicas no valor de R$ 4.112,70 (quatro mil cento e doze reais, e setenta centavos).
O valor do imposto de renda, de acordo com as alíquotas previstas na legislação vigente à época do pagamento, será retida na fonte, incidindo sobre o valor bruto concedido a título de prêmio para comunidade cultural.
Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade.

QUEM PODE SE INSCREVER

- Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente no Município de Vale do Paraíso/RO, que tenha residência e atuação no município por, pelo menos, 6 (seis) meses.

Pessoas físicas maiores de 18 (dezoito) anos domiciliadas no Município de Vale do Paraíso.

Coletivo /Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
3.2 - O agente cultural descrito no item 3.3pode ser:
- Microempreendedor Individual (MEI)
- Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc.)
- Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc.)

- Pode se inscrever no Edital para o item, conforme o item 2, anexo I, letra C, qualquer agente cultural residente no Estado de Rondônia, que tenha residência e atuação no estado, pelo menos, 6 (seis) meses.
O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.

O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.
- Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural, sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicado pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Recibo de Premiação Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, ficando todos responsáveis pelo projeto e eventuais obrigações/penalidades decorrente deles, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.
O Anexo I deve ser consultado para fins de verificação das condições de participação de todos os proponentes.

QUEM NÃO PODE SE INSCREVER
- Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
– Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
- Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

- sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros);
- O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.
- Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas estará impedido de apresentar projetos aquelas cujos sócios diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1

- A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I, do item 4.1.

DAS COTAS

- Fica garantida cota étnicas-raciais para a categoria de apoio deste edital prevista no Anexo I, nas seguintes proporções:
no mínimo 20% das vagas para pessoas negras (pretas e pardas);

no mínimo 10% das vagas para pessoas indígenas.

- Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas), concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
- Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.4- Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas, sendo de acordo com a ordem de classificação.

- No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
- Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
- Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VIII.
- Para fins de verificação da autodeclaração, a comissão poderá convocar os proponentes que apresentarem autodeclaração étnico-racial, para serem submetidos ao procedimento de heteroidentificação;
- As pessoas jurídicas e coletivas sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
– Pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuem equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas; e
– Outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
- As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.

PRAZO PARA SE INSCREVER

- Para se inscrever no Edital, o proponente deve encaminhar toda documentação obrigatória relatada no item 7, no período entre os dias **28/06 a 08/07/2024.**

COMO SE INSCREVER

O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.2 em PDF arquivo único através do e-mail: semeceleipgvp@gmail.com.
O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

Pessoa Física:

Formulário de inscrição (Anexo III) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);

Autodeclaração étnico-racial e documentos comprobatórios pertinentes; caso o agente cultural for concorrer às cotas previstas no item 3;
Portfólio de comprovação de ações culturais;

Currículo do proponente;

Documentos pessoais do proponente (CPF e RG;) Certidão Negativa de Débitos Federal, Estadual, Trabalhista e Municipal.
Mini currículo dos integrantes do projeto;

Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
Termo de cessão e uso de imagem, caso o agente cultural for utilizar no seu projeto imagens de terceiros, trazer o termo de cessão de uso de imagem disponível no Anexo X assinado pelo mesmo, liberando e a divulgação da sua imagem.

Pessoa Jurídica com ou sem fins lucrativos:

Formulário de inscrição (Anexo III) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);

Portfólio de comprovação de ações culturais;

Currículo do proponente;

Ato constitutivo, ou estatuto, ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria;
Comprovante de situação cadastral ativa, junto à Receita Federal (CNPJ) emitida no site da Secretaria da Receita Federal.
Certidão Negativa de Débitos Federal, Estadual, Trabalhista e Municipal; 7.2 Todas as informações fornecidas no ato da inscrição deverão ser verídicas e atualizadas;
Termo de cessão e uso de imagem, caso o agente cultural for utilizar no seu projeto imagens de terceiros, trazer o termo de cessão de uso de imagem disponível no Anexo X assinado pelo mesmo, liberando e a divulgação da sua imagem.

Comprovante de endereço atualizado Pessoa Jurídica, carta coletiva de anuência será dispensada quando o nome empresarial ou fantasia, nome da associação, razão social representarem de forma clara a denominação do coletivo ou grupo representado.
Cópia da cédula de identidade civil do representante legal;

Cópia do CPF do representante legal (caso não conste no documento de identidade);

Mini currículo dos integrantes do projeto;

Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
Outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto, devendo estar os mesmos totalmente legíveis.
Cada Proponente poderá concorrer neste edital com, no máximo 1 (um) projeto por categoria indicada no anexo I e poderá ser contemplado com no máximo 1 (um) projeto por categoria indicada no anexo I.
Caso haja mais de uma inscrição do (a) mesmo (a) Proponente, será considerada somente a última inscrição efetuada.
Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução não superior a **30 de setembro de 2024.**
O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.
As inscrições deste edital são gratuitas.

As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

ETAPAS DO EDITAL

- A seleção das candidaturas submetidas a este Edital será composta das seguintes etapas:
- Avaliação e seleção da trajetória cultural, a ser realizada pela Comissão de Seleção;
- Habilitação: fase de análise dos documentos do agente cultural, descritas no tópico.

ETAPA DE HABILITAÇÃO
- Finalizada a etapa de avaliação e seleção das candidaturas, o agente cultural selecionado deverá no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica:

9.2. PESSOA FÍSICA
I- Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.
A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais
- Pertencente à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
- Pertencentes à população nômade ou itinerante; ou
- Que se encontre em situação de rua.
Grupos ou coletivos, sem personalidade jurídica, devem juntar a documentação do representante do grupo ou coletivo.

PESSOA JURÍDICA
- Documentos pessoais do representante legal (RG e CPF);
- Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
- Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça Estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
- Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS.
O agente cultural deve encaminhar a documentação obrigatória de habilitação por meio do e-mail: semeceleipgvp@gmail.com
Contra a decisão da fase de habilitação caberá recurso fundamentado e específico destinado à comissão de seleção.
Os recursos que tratam o item 9.7 deverão ser apresentados no prazo de 03 (três) dias úteis, após a publicação do resultado, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

ETAPA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS
A fase de avaliação será composta pela análise da trajetória do agente cultural de acordo com a sua relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Município de Vale do Paraíso/RO, e será realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo II.
- A análise compreende os critérios individuais da candidatura, bem como seus impactos e relevância social em relação aos outros inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada agente cultural é atribuída em função desta comparação.
- A avaliação e seleção das candidaturas será realizada por Comissão de seleção instituída por portaria de nomeação.
- Na composição da Comissão de Seleção buscar-se-á promover a equidade de gênero e étnico-racial.
- A Comissão de Seleção será coordenada por um técnico da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Turismo.
- Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de candidaturas quando:
– Tiverem interesse direto na matéria;
– No caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenha composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
- estejam litigando judicial ou administrativamente com o agente cultural ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
- O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
- Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo II.
- Contra a decisão da fase de avaliação, caberá recurso destinado à comissão de seleção.
- Os recursos de que tratam o item 10.9 deverão ser enviados aos recursos no e-mail: Semeceleipgvp@gmail.com no prazo do cronograma ANEXO XII.
- Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

- Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de avaliação será divulgado no site: www.valedoparaiso.ro.gov.br.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Formulário de Inscrição, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.
A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.
A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado, sendo aceitos como referência valores do SALICNET do Ministério da Cultura.
A estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural.
O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

ACESSIBILIDADE

Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
- No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

- No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
- no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
- Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

- Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

- medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

- Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

- Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 12.6 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
- For inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou
- Quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 12.1 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

REMANEJAMENTO DOS RECURSOS
Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria, conforme as seguintes regras:
Caso o número de classificados seja inferior ao mínimo previsto neste edital, os valores serão redistribuídos para as propostas aprovadas na mesma categoria
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão à critério da Comissão ser redistribuídos às propostas aprovadas, na fase resultado da análise de mérito, ficando a liberação condicionada à apresentação da planilha orçamentária atualizada pelo proponente até a assinatura do termo de execução cultural.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
Com a aprovação da habilitação o proponente terá até a assinatura do termo de execução cultural para criar uma conta específica para o recebimento dos recursos;
Após a abertura o contemplado deverá apresentar os dados da conta bancária para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único **até 20 de agosto de 2024.**
A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural entre os dias 01 e 02 de agosto de 2024 sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município de Vale do Paraíso, de acordo com os materiais disponibilizados pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.**

O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto Federal 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas as exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, podendo ser pedido relatório de execução financeira nos casos em que a

comissão de prestação de contas achar necessário, conforme documento constante no Anexo
V. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 31 de outubro de 2024.

DOS PRAZOS

Publicação do Edital	27/06/2024
Prazo de inscrição	28/06 a 08/07/2024
Análise do Mérito	08 a 10/07/2024
Divulgação Avaliação Mérito	11/07/2024
Prazo de Recurso	12 a 14/07/2024
Divulgação Aptos - Habilitação	16/07/2024
Prazo de Habilitação	17 a 24/07/2024
Resultado Habilitação	25/07/2024
Prazo de Recurso da Habilitação	26/07/2024
Análise dos recursos	29/07/2024
Divulgação do resultado final	31/07/2024
Assinar o termo de execução	01 e 02/08/2024
Repasse dos recursos	06/08/2024 a 20/08/2024
Prazo final para execução do projeto	30 de setembro de 2024
Prazo final para prestação de contas	31 de outubro de 2024

DISPOSIÇÕES FINAIS
- O recebimento do prêmio está condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.
- A prestação de informações não será exigida na modalidade de premiação.
O proponente deve atentar-se para a incidência de impostos sobre seus rendimentos;
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site da AROM e na página oficial da prefeitura.
- O presente Edital e os seus anexos estarão disponíveis no **site: www.valedoparaiso.ro.gov.br**. Demais informações podem ser obtidas através do e-mail semeceleipgvp@gmail.com

A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), Lei Complementar Nº 202, De 15 De Dezembro De 2023, no Decreto nº 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), sem prejuízo das legislações locais.
- Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, e serão contados em dias corridos, exceto se for expressa a contagem em dias úteis.
- O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no site: www.valedoparaiso.ro.gov.br e nas mídias sociais oficiais da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso-RO, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
- Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da comissão de elaboração de editais e prestação de contas, bem como passíveis de análise pela procuradoria municipal;
- Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na desclassificação do agente cultural.
- O agente cultural será o único responsável pela veracidade das informações constantes da candidatura e documentos encaminhados, isentando o poder público municipal de qualquer responsabilidade civil ou penal.
- O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 30 dias a partir da data da publicação.
- Este Edital é composto pelos seguintes anexos, que serão disponibilizados no site **: www.valedoparaiso.ro.gov.br**
Anexo I – Categorias

Anexo II- Critérios utilizados na avaliação de mérito Cultural Anexo III- Formulário de Inscrição e proposta de plano de trabalho Anexo IV – Termo de execução cultural

Anexo V – Relatório de execução do objetivo

Anexo VI - Declaração de representação de grupo coletivo Anexo VII – Recibo de premiação cultural
Anexo VIII - Declaração étnico racial

Anexo IX – Modelo de autodeclaração Anexo X – Termo de cessão de uso de imagem Anexo XI – Modelo de autodeclaração
Anexo XII - Calendário das fases de seleção e execução

ASSINATURA DO RECIBO

Após a divulgação do resultado, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Recibo de Premiação Cultural, conforme anexo VII.

Vale do Paraíso- RO, 24 de junho de 2024.

,

ANEXO l

CATEGORIAS DE APOIO – AUDIOVISUAL ARTES LIVRES E DEMAIS ÁREAS CULTURAIS
RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de R$ 70.254,08, (setenta mil duzentos e cinquenta e quatro reais e oito centavos) aportados na modalidade de prêmio distribuídos da seguinte forma:
Apoio a produções áudio visual com o valor de: R$ 37.695,55 (Trinta e sete mil seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)
Apoio às salas de cinemas com valor de: R$ 8.191,58 (Oito mil cento e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos)
Apoio capacitação formação e qualificação no áudio visual com valor de: R$ 4.112,70 (Quatro mil cento e doze reais e setenta centavos)
Apoia as Premiações culturais, artísticas, no valor de R$: 14.254,25 (quatorze mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte cinco centavos).

Apoio prestação de serviços de Pessoas Físicas no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS

Inciso I do art. 6º da LPG: apoio a produção de obras audiovisuais, de curta- metragem, videoclipe musical e média-metragem
Produção de curtas-metragens:

Para este edital, refere-se ao apoio concedido à produção de **curta-metragem** com duração de até **15 minutos, de [ficção, documentário, animação etc.].**
Produção de videoclipes Audiovisual:

Para este edital, refere-se ao apoio concedido à produção de videoclipes de artistas locais com duração de 3 a 10 minutos. O videoclipe deve ser inédito, criado exclusivamente para este edital.
O fomento à produção de videoclipes envolve o suporte para a criação e produção de vídeos em diferentes modalidades, geralmente para fins de divulgação de produções artísticas e culturais. O objetivo é impulsionar a produção de videoclipes criativos e de qualidade, estimulando a colaboração entre a música e o audiovisual.
Inciso II do art. 6º da LPG: apoio à realização de ação de Cinema Itinerante ou Cinema de Rua
Apoio à realização de ação de Cinema de Rua:

Para este edital, cinema de rua é um serviço de exibição aberta ao público de obras audiovisuais para fruição coletiva em espaços abertos, em locais públicos, de modo gratuito, estando disponíveis duas categorias distintas para execução: uma abrangendo as áreas urbana e outra rural (Distrito) comunidades tradicionais (aldeias, terra indígena, áreas com remanescentes de quilombo).
Inciso III do art. 6º da LPG: apoio à realização de ação de Formação Audiovisual ou de Apoio a Cineclubes
Apoio à realização de ação de Formação Audiovisual

Neste edital, a Formação Audiovisual refere-se ao apoio concedido para o desenvolvimento de oficinas voltadas para profissionais, estudantes e interessados na área audiovisual,

inclusive aos aprovados/concorrentes do presente edital – público alvo. Esse tipo de fomento tem como objetivo promover o aprimoramento das habilidades técnicas, criativas e gerenciais dos profissionais, bem como estimular a formação de novos talentos.
A **Formação Audiovisual** deverá ser oferecida de forma gratuita aos participantes.
Deverá ser apresentado:
I- Detalhamento da metodologia de mediação/formação; e
II) Apresentação do currículo desejado dos profissionais mediadores/formadores.

Categoria	Ampla Concorrência	Cotas Negras	Cotas Indígenas	Total de Vagas	Máximo por Projeto	Total da Categoria
CURTA METRAGEM (PESSSOA FÍSICA) (Animação, Obra de Ficção e Documentário- Até 15 min) Inciso I LPG – Apoio a produção de obra audiovisual	1	1	-	2	R$ 5.000,00	R$ 10.000,00
VIDEOCLIPE MUSICAL (PESSOA FÍSICA) (Videoclipes - de 3 até 10 min) Inciso I LPG – Apoio a produção de obra audiovisual.	6	2	2	10	R$ 1.700,00	R$ 17.000,00
MÉDIA METRAGEM (PESSOA FÍSICA) (Documentários história do Vale do Paraíso – De 30 a 70 min) Inciso I LPG – Apoio a produção de obra audiovisual.	1	-	-	1	10.695,55	10.695,55

CINEMA DE RUA COMUNIDADE RURAL (Distrito) (PESSOA FíSICA) Inciso II LPG – Apoio ao Cinema de Rua	1	-	-	1	R$ 8.191,58	R$ 8.191,58
FORMAÇÃO EM AUDIOVISUAL	1	-	-	1	R$ 4.112,70	R$ 4.112,70

(PESSSOA FÌSICA) – (Oficinas, Capacitações, Formações e Qualificações nas áreas de Gestão, Coleta, Produção Acessibilidade e Letramento Inciso III Ação de Formação Audiovisual						

3 DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

Categoria	Ampla Concorrência	Cotas Negras	Cotas Indígenas	Total de Vagas	Máximo por Projeto
ARTIGO 8º- EDITAL DE PREMIAÇÃO À PRODUÇÃO – DEMAIS ÁREAS DA CULTURAL	**1**	-	-	**1**	R$ 14.254,25

4. DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS

RECURSOS DO EDITAL

R$ 14.254,25 (quatorze mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte cinco centavos) para apoio a premiação da realização, de Festival de Música, Dança, Teatro e Quadrilha a nível municipal;
R$ 6.000 (seis mil reais) para apoio a agentes culturais e pessoas físicas para a realização de Oficinas nas áreas de Artesanato, Artes Plásticas e Visuais e Leitura, Escrita e Oralidade.
DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

Pode se inscrever neste edital todas as categorias e segmentos culturais do município, abaixo estão alguns exemplos:

Festival de Música, Dança, Teatro e Quadrilha a nível municipal;
Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de música e dança, Teatro e quadrilha de maneira ampla, incluindo os diversos gêneros musicais e estilos locais e regionais.

Os projetos podem ter como objeto:

– Realização de Festival que atenda ao fortalecimento da cultura e dos artistas locais, valorizando a identidade plural e inclusiva em praça pública e com extensa divulgação do potencial cultural municipal.
2.1 - Dança

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de dança, em qualquer modalidade, a exemplo de: dança contemporânea; danças urbanas; danças populares e tradicionais; dança moderna; dança clássica, entre outras, exceto zumba.
Os projetos devem ter como objeto:

-Apresentação de 1 (uma) dança preparada e executada para a população municipal,
- Música
Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de música, envolvendo a criação, difusão e acesso de uma maneira ampla, incluindo os diversos gêneros musicais e estilos.
Os projetos podem ter como objeto:

II -Apresentação de 1 (uma) música preparada e executada para a população municipal,
- Teatro

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de artes cênicas (teatro), incluindo teatro infanto juvenil, teatro musical, entre outros.
Os projetos podem ter como objeto:

II -Apresentação de 1 (um) teatro preparada e executada para a população municipal.

Categoria Apoio prestação deserviços	Ampla Concorrência	Cotas Pessoas Pretas	Cotas Indígenas	Total de Vagas	Máximo por Projeto
Oficinas(Artesanato / Artes Plásticas / Literatura) Artigo 8º	1	-	-	1	R$ 6.00,00

O recurso do quadro será destinado para:

Oficinas nas áreas de Artesanato, Artes Plásticas e Visuais e Leitura, Escrita e Oralidade.
- Artesanato

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de artesanato, que compreende a produção artesanal de objetos, obras e bens.
Os projetos podem ter como objeto:

– No mínimo 02 oficinas com duração de 4 horas cada, para as ações de qualificação, tais como realizações.
- Apresentação das atividades preparadas nas oficinas e executadas para a população municipal.

- Artes Plásticas e Visuais
Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de artes plásticas e visuais nas linguagens do desenho, pintura, escultura, gravura, objeto, instalação, intervenção urbana, performance, arte computacional ou outras linguagens do campo da arte contemporânea atual.
Os projetos podem ter como objeto:

– No mínimo 02 oficinas com duração de 4 horas cada, para as ações de qualificação, tais como realizações.
- Apresentação das atividades preparadas nas oficinas e executadas para a população municipal.
- Leitura, escrita e Oralidade

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área da leitura, escrita e oralidade.
Os projetos podem ter como objeto:

– No mínimo 02 oficinas com duração de 4 horas cada, para as ações de qualificação, tais como realizações.

- Apresentação das atividades preparadas nas oficinas e executadas para a população municipal.

ANEXO II

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A comissão de seleção atribuirá notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Vale do Paraíso.** A análisedeverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município de **Vale do Paraíso**.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -** considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados**	10

	e desdobramentos do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá- los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente -** Seráconsiderado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
H	**Contrapartida -** Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma

pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação doPonto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação Máxima**
I	Pessoas físicas pertencentes a minorias: pessoasnegras, indígenas, mulheres, LGBTQIAP+, idosos,e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
J	Proponentes com deficiência	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		10 PONTOS

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOSOU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação Máxima**
K	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
L	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		10 PONTOS

A pontuação final de cada candidatura será por média das notas atribuídas individualmente por cada membro.

Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: G, B e C, respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: Será utilizado como critério de desempate o preponente de maior idade.
Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
Receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
Apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO E PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO
1 Nome do(a) agente cultural:

OBS: Os dados gerais do agente cultural (RG, CPF, endereço etc.) serão extraídos do perfil no Mapa Cultural.
Em qual tipo de inscrição o(a) agente cultural se enquadra?

( )Pessoa física

( ) Microempreendedor Individual (MEI))

( )Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física. ( ) Pessoa Jurídica sem fins lucrativos
( ) Pessoa Jurídica com fins lucrativos

Linguagem e Categoria da inscrição:

O agente cultural vai concorrer às cotas étnico-raciais? ( ) Sim ( ) Não
Se sim, quais?

( ) Pessoas negras (pretas e pardas) ( ) Pessoas indígenas
OBS: Anexar Declaração étnico-racial, conforme modelo do Edital.

PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Descrição do projeto

(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)
Objetivos do projeto

(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)
Metas

(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que
sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 30 figurinos; 80 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto

(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)
Qual o perfil do público do seu projeto? (Ex.: crianças, idosos, jovens, pessoas com deficiência, etc)
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD's, tais como, intérprete de libras, audiodescrição ao, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida) Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas; ( ) piso tátil;
( ) rampas;

( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência; ( ) corrimãos e guarda-corpos,
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência; ( ) vagas do estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas; ( ) iluminação adequada;
( ) Outra

Acessibilidade comunicacional:

( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras; ( ) o sistema Braille;

( ) o sistema de sinaliza ou comunicação tátil; ( ) a áudio descrição ao;
( ) as legendas;

( ) a linguagem simples;

( ) textos adaptados para leitores de tela; e ( ) Outra
Acessibilidade atitudinal:

( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;

( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;

( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural;
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitastes.

Valor destinado a acessibilidade (conforme Edital, deve ser de pelo menos 10% do valor total do projeto. Se o valor for inferior, inserir aqui a justificativa, conforme previsto no Edital). 4.2. Descreva as ações de acessibilidade adotadas pelo projeto:
Local onde o projeto será executado. Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.
Previsão do período de execução do projeto

Data do início:

Data final:

Equipe

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Profissional/empresa	Função no Projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência
			sim/não	Sim/não	Sim/não
			Sim/não	Sim/não	Sim/não
			Sim/não	Sim/não	Sim/não
			Sim/não	Sim/não	Sim/não

Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.
Contrapartida

Neste campo, descreva a contrapartida a ser realizada.

O Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoios financeiro tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros ( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual

( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal ( ) Recursos de Lei Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei Incentivo Federal ( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional ( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas

( ) Cobrança a de ingressos ( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.
O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas, indicando as metas as quais elas estão relacionadas. Deve haver a indicação do parâmetro de preço o (Ex.: preço o estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc.) utilizado como a referenda específica do item de despesa

Descrição do Item	**Justificativa**	**Unidade de Medida**	**Valor Unitári o**	**Quantida de**	**Valor Total**	**Referência de Preço**

DADOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTO DO PRÊMIO:

(Inserir dados bancários do agente cultural que está concorrendo ao prêmio) Agência:
Conta:

Banco:

PARA PESSOA FÍSICA:

Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):

CPF:
RG:
Órgão expedidor e Estado:
Data de nascimento:
Gênero:

( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero ( ) Pessoa não binária
( ) Não informar
Raça/cor/etnia:
( ) Branca ( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena ( ) Amarela
Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD? ( ) Sim
( ) não

Caso tenha marcado sim qual tipo de deficiência?

( ) Auditiva

( ) Física

( ) intelectual

( ) Múltipla

( ) Visual

Endereço completo:

CEP:
Cidade: Estado:

Você reside em quais dessas áreas? ( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica ( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social ( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional
( ) Não pertenço a comunidade tradicional ( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas ( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais ( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional
E-mail:
Telefone:
Irão concorrer às cotas (Para categorias que contemplam pessoas físicas)?
( ) Sim ( ) Não
Se sim. Qual?

( ) Pessoa negra

( ) Pessoa indígena

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?

( ) Não

( ) Sim

Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PARA PESSOA JURÍDICA:

Razão Social
Nome fantasia
CNPJ
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais

Nome do representante legal
CPF do representante legal
E-mail do representante legal
Telefone do representante legal
Gênero do representante legal ( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero ( ) Pessoa não Binária
( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca ( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência?
( ) Sim

( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física
( ) Intelectual ( ) Múltipla
( ) Visual

INFORMAÇÕES SOBRE TRAJETÓRIA CULTURAL
Escolha a categoria a que vai concorrer:
15.2. Descreva a sua trajetória cultural
Você realizou iniciativas inovadoras? Se sim, quais?
Como as ações que você desenvolveu transformaram a realidade do seu entorno/sua comunidade?

Você considera que sua trajetória:
( ) Contribuiu para fortalecer o coletivo/grupo/organização e a comunidade em que é desenvolvido, na afirmação de suas identidades culturais
( ) Contribuiu para promover e a difundir as práticas culturais;
( ) Contribuiu na formação cultural de populações tradicionais, vulneráveis e/ou historicamente excluídas;
( ) Contribuiu na formação cultural da população em geral em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais;
( ) Contribuiu na oferta de repertórios artísticos e culturais para a comunidade do entorno; ( ) Proporcionou uma intensa troca cultural entre os realizadores do projeto e a comunidade;

Como a sua comunidade participou dos projetos ou ações que você desenvolveu?
(Destaque se a sua comunidade participou enquanto público ou também trabalhou nos projetos que você desenvolveu)
Na sua trajetória cultural, você desenvolveu ações e projetos com outras esferas de conhecimento, tais como educação, saúde, etc? 2.8 Você desenvolveu ações voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, tais como pessoas negras, indígenas, crianças, jovens, idosos, pessoas em situação de rua, etc? Se sim, quais?
Em qual categoria do Projeto cultural gostaria de se inscrever?

ARTES VISUAIS:

( ) Produção audiovisual de 7 a 10 minutos

( ) Documentário sobre o município de Vale do Paraíso no mínimo 30 minutos

DEMAIS ÁREAS DA CULTURA:

( ) Artesanato

( ) Artes plásticas visuais ( ) Dança
( ) Leitura, escrita e oralidade ( ) Música
( ) quadrilha ( ) Teatro
TÍTULO DO PROJETO: Proposta de plano de trabalho.

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO] /[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 001/2024 SEMECE – LEI PAULO GUSTAVO Nº 195/2022, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

PARTES
O MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor (a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO (A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO],

portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], Residente e domiciliado (a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

PROCEDIMENTO
Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
OBJETO administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].
RECURSOS FINANCEIROS
Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO ([INDICAR VALOR POR EXTENSO]
reais)].
Serão transferidos à conta do (a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.
APLICAÇÃO DOS RECURSOS
os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
OBRIGAÇÕES
São obrigações Da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE VALE DO PARAÍSO, PREFEITURA DE VALE DO PARAÍSO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO:
transferir os recursos ao (a) AGENTE CULTURAL;
orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo (a) AGENTE CULTURAL;
zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na
CLÁUSULA 6.2.

São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
executar a ação cultural aprovada;
aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;
manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
prestar informações à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Vale do Paraíso por meio de Relatório de Execução do Objeto apresentado no prazo máximo de [INDICAR PRAZO MÁXIMO] contados do término da vigência do termo de execução cultural;
atender a qualquer solicitação regular feita pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo DE VALE DO PARAÍSO a contar do recebimento da notificação;
divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;
não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
executar a contrapartida conforme pactuado.
[PODEM SER ESTABELECIDAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DE ACORDO COM O PACTUADO ENTRE AS PARTES PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO]
PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES
O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco e Relatório final das ações.
PREFEITURA DE VALE DO PARAÍSO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.
O agente público responsável elaborará relatório de visita de verificação e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
- Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento Parcial justificado;

- Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir na visita de verificação que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado; ou
- recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
- Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes;
- solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
- Aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
- Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
- Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
- Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

PREFEITURA DE VALE DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
- Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
- Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
- Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
- aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
- Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
- Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
- Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

- Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
- Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
- Apresentação de plano de ações compensatórias; ou
- devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário do ao gente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e
- Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

TITULARIDADE DE BENS

Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a datada sua aquisição.
Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do [NOME DO ENTE], e de uso livre pela administração.

EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
Prefeitura De Vale Do Paraíso Secretaria Municipal De Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
- Extinto por decurso de prazo;
- Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
violação da legislação aplicável;
cometimento de falhas reiteradas na execução;
má administração de recursos públicos;
constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

SANÇÕES
Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS PREFEITURA DE VALE DO PARAÍSO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
será nomeada uma comissão de fiscalização para monitoramento das ações realizadas, por fim o proponente deverá enviar o relatório final.

VIGÊNCIA
A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração até 31 de outubro de 2024 podendo ser prorrogado por orientação do Ministério da Cultura.
PUBLICAÇÃO
O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do município na página oficial da prefeitura.
FORO

Fica eleito o Foro de **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO –SEMECE** para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Vale do Paraíso/ 24 de junho de 2024.

Pelo Órgão
IDIONE DA SILVA
Secretária Municipal De Educação, Cultura, Esporte E Turismo Pelo Agente Cultural

ANEXO V

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega deste relatório:
RESULTADOS DO PROJETO
Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.
As ações planejadas para o projeto foram realizadas? ( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações ( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.
Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.
Cumprimento das Metas Metas integralmente cumpridas:

META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida] Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]

PREFEITURA DE VALE DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
Justificativa para o não cumprimento integral: [explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]
PRODUTOS GERADOS
A execução do projeto gerou algum produto? Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc. ( ) Sim
( ) Não
Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades. ( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line) ( ) Vídeo
( ) Documentário ( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa ( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato ( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical ( ) Site

( ) Música
( ) Outros:

Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?
Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.
3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele… (Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação. ( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido. ( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais. ( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

EQUIPE DO PROJETO
Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto? Digite um número exato (exemplo: 23).
Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto? ( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.
Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:
Nome do profissional/empresa Função no projeto CPF/CNPJ

Pessoa negra? Pessoa indígena?
Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva Cineasta 123456789101 Sim/Não Sim/Não Sim/Não PREFEITURA DE VALE DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
LOCAIS DE REALIZAÇÃO
De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto? ( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).
Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):
Quais plataformas virtuais foram usadas? Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV ( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros:
Informe aqui os links dessas plataformas:
Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):
De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto? ( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais. No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

PREFEITURA DE VALE DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
Em que município o projeto aconteceu?
Em que área do município o projeto foi realizado? Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica.

( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social. ( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros:
Onde o projeto foi realizado? Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal. ( )Equipamento cultural público estadual.

( )Espaço cultural independente. ( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque. ( )Outros
No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):
Em quais municípios o projeto aconteceu?
Em quais áreas o projeto foi realizado? Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica. ( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social. ( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

( )Outros:
Onde o projeto foi realizado? Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal. ( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente. ( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):
Em quais municípios o projeto aconteceu?
Em quais áreas o projeto foi realizado? Você pode marcar mais de uma opção.
( )Zona urbana central.
( )Zona urbana periférica. ( )Zona rural.
( )Área de vulnerabilidade social. ( )Unidades habitacionais.
( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).
( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).
( )Áreas atingidas por barragem.
( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).
( )Outros:
Onde o projeto foi realizado? Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal. ( )Equipamento cultural público estadual. ( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.

( )Parque.
( )Outros
DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram
CONTRAPARTIDA
Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.
TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.
ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.
Nome Assinatura do Agente Cultural Proponente.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO: NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO: DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

[LOCAL] [DATA]

ANEXO VII

RECIBO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

NOME DO AGENTE CULTURAL:

Nº DO CPF OU CNPJ:

DADOS BANCÁRIOS DO AGENTE CULTURAL:

PREMIADO:

Declaro que recebi a quantia de [VALOR NUMÉRICO E POR EXTENSO], na presente data, relativa ao Edital de Premiação Cultural [NOME E NÚMERO DO EDITAL].

NOME LOCAL

ASSINATURA

ANEXO VIII DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros) Eu,
, CPF
nº_, RG nº_, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou
(informar se é NEGRO OU INDÍGENA). Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO IX MODELO DE AUTODECLARAÇÃO
DE TEMPO RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO
Eu, , CPF
n.º_, RG n.º_, DECLARO para fins de participação no Edital n.º que resido há
ano(s) na cidade de Vale do Paraíso, atualmente no endereço, Av./Rua
n.º, bairro_, CEP_.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
Vale do Paraíso,____de _____de 2024

PROPONENTE / RESPONSÁVEL

ANEXO X TERMO DE CESSÃO E USO DE IMAGEM
Eu, (nome completo do/a proponente), (nacionalidade), portador(a) do RG n.º_, inscrito(a) no CPF sob o n.º_, representando o CNPJ
para inscrições de pessoa jurídica), residente e domiciliado na Av./Rua
n.º_, Bairro_, na cidade de
, Estado de_, CEP_, AUTORIZO o uso de minha imagem e informações do meu projeto nas atividades referentes ao EDITAL N.º 01/2023, sem qualquer ônus e em caráter definitivo. A presente autorização abrangendo o uso da minha imagem em fotos e filmagens é concedida à PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO e à SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E
TURISMO, a título gratuito, abrangendo inclusive a licença a terceiros, de forma direta ou indireta, e a inserção em materiais para toda e qualquer finalidade, seja para uso comercial, de publicidade, jornalístico, editorial, didático e outros que existam ou venham a existir no futuro, para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.
Vale do Paraíso, de de 2024.

Assinatura
* Cada participante do projeto deverá preencher, assinar e entregar uma via deste Termo.

ANEXO XI MODELO DE AUTODECLARAÇÃO
DE DISPENSA DE COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO
Eu (nome completo)_, CPF n.º_, RG n.º_, DECLARO para fins de participação no Edital n.º 674/2023, que:
( ) pertenço a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense; ( ) pertenço a população nômade ou itinerante; ou
( ) me encontro em situação de rua.
Diante disto e de acordo com o Decreto n.º 11.453/2023, art. 19 parágrafo 7.º, a comprovação de residência está dispensada.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
Vale do Paraíso, de de 2024.

PROPONENTE / RESPONSÁVEL

* Para proponentes concorrentes pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana, circense, a população nômade ou itinerante ou que se encontre em situação de rua.

ANEXO XII
CALENDÁRIO DAS FASES DE SELEÇÃO E EXECUÇÃO

18. DOS PRAZOS

Publicação do Edital	27/06/2024
Prazo de inscrição	28/06 a 08/07/2024
Análise do Mérito	08 a 10/07/2024
Divulgação Avaliação Mérito	11/07/2024
Prazo de Recurso	12 a 14/07/2024
Divulgação Aptos - Habilitação	16/07/2024
Prazo de Habilitação	17 a 24/07/2024
Resultado Habilitação	25/07/2024
Prazo de Recurso da Habilitação	26/07/2024
Análise dos recursos	29/07/2024
Divulgação do resultado final	31/07/2024
Assinar o termo de execução	01 e 02/08/2024
Repasse dos recursos	06/08/2024 a 20/08/2024
Prazo final para execução do projeto	30 de setembro de 2024
Prazo final para prestação de contas	31 de outubro de 2024

Publicado por:
Gleiciane Moitinho Meireles
Código Identificador:72836324

